



dar

queologia
chaeology

ig
it
al

q
u
i
t
e
c
t
u
r
a

c
h
i
t
e
c
t
u
r
e

t
e
s

t
s

Título	digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes digitAR - Digital Journal of Archaeology, Architecture and Arts	Title
Número	6	Number
Editora	Imprensa da Universidade de Coimbra	Publisher
Local de Edição	Coimbra (Portugal)	Place of Publication
Data de Edição	Dezembro, 2019 December, 2019	Date of Publication
Periodicidade	Anual Annual	Publication Frequency
Directora	Maria da Conceição Lopes	Director
Gestor Editorial	Joana Alves-Ferreira João Muralha Cardoso	Editorial Manager
Paginação e Formatação	Joana Alves-Ferreira	Pagination and Typesetting
Capa e Design Gráfico	revistadigitar@gmail.com (+)351 239 851 600	Cover and Graphic Design
Contactos	Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património	Contact Information
Propriedade	Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património -	Property
Endereço Postal	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA: Largo da Porta Férrea, 3004-530, Coimbra, Portugal	Postal Address
Website	http://impactum-journals.uc.pt/digitar	Website
Conteúdos	Arqueologia, Artes Património Archaeology Arts, Heritage	Contents
Índices Bibliográficos	Web of Science A&HCI (em avaliação undergoing evaluation)	Bibliographic Indexes
e-ISSN	2182-844X	e-ISSN
DOI	https://doi.org/10.14195/2182-844X_6	DOI

Ao citar conteúdos da presente revista, os autores deverão identificar sempre o título da revista (digitAR), data de edição, número do volume e páginas.

When citing this journal, authors should always identify the journal title (digitAR), date of publication, volume number and pages.



Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported (CC BY-NC-ND 3.0) - <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

Comissão Científica | Scientific Comission

António Manuel Filipe Rocha Pimentel, CEAACP

Armando José Mariano Redentor, CEAACP

Brais X. Currás Refojos, CEAACP

Carla Alexandra Martins Pedrosa Gonçalves CEAACP

Carlos Alberto Santos Costa, CEAACP

Carlos Etchevarne, CEAACP

Cláudio Figueiredo Torres, CEAACP

Francisco José Pires Pato de Macedo, CEAACP

Gérard Chouquer, CEAACP

Helena Maria Gomes Catarino, CEAACP

Joana Filipa Fonseca Antunes, CEAACP

João Muralha Cardoso, CEAACP

João Pedro Pereira da Costa Bernardes, CEAACP

Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, CEAAAC

José Manuel Santos Encarnação, CEAACP

Juan Manuel Campos Carrasco, CEAACP

Lara Beirão Amaral Bacelar Alves, CEAACP

Maria da Conceição Lopes Aleixo Fernandes, CEAACP

Maria da Conceição Lopes, CEAACP

Maria Dalila Aguiar Rodrigues, CEAACP

Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro, CEAACP

Maria Inês Correia de Barros Vaz Pinto, CEAACP

Maria João de Sá Viana Sampaio e Melo Valente, CEAACP

Maria José Goulão Machado, CEAACP

Miguel Reimão Lopes da Costa, CEAACP

Patricia Delayti Telles, CEAACP

Pedro Jorge Cardoso de Carvalho, CEAACP

Raquel Maria Rosa Vilaça, CEAACP

Ricardo Jorge Costeira da Silva, CEAACP

Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha
e Quadros, CEAACP

Scott Joseph Allen, CEAACP

Sergio Alexandre da Rocha Gomes, CEAACP

Susana Gómez Martínez, CEAACP

Susana Maria Soares Rodrigues Lopes, CEAACP

Virgílio António Martins Lopes, CEAACP

DO PALEOLÍTICO AO PERÍODO ROMANO REPUBLICANO

Joaquina Soares

•

Inês Vaz Pinto

•

Carlos Tavares da Silva

•

(Coords.)



IX

ENCANTRO DE ARQUEOLOGIA
DO SUDOESTE PENINSULAR

ENCUENTRO DE ARQUEOLOGÍA
DEL SUROESTE PENINSULAR

TROIA **TROIA**
RESORT RUINAS

Centro de Estudos
em Arqueologia
Alentejo
+ Centros de Património

FCT
Financiada graças a Ciência e a Tecnologia



AMRS
Associação de Municípios
do Alentejo do Sul

QR
QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL

COMPETE
Núcleo Operacional de Competências

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
CETAR

UAM
UNIVERSIDAD AUTÓNOMA
DE MADRID



MÉRIDA
CORPORACIÓN
CULTURAL
DE PATRIMONIO

GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

Município
Palmela

AQUALUZ
Tudo começa aqui.

atlantic ferries
troia começa aqui.

Comissão Científica do Volume | Conselho de Redação

CARLOS TAVARES DA SILVA (MAEDS | UNIARQ | Universidade de Lisboa)

CATARINA VIEGAS (UNIARQ | Universidade de Lisboa)

INÊS VAZ PINTO (CEAACP | Troia Resort)

JAVIER JIMÉNEZ ÁVILA (Consortio de Mérida)

JOAQUINA SOARES (MAEDS | UNIARQ | Universidade de Lisboa)

JUAN AURELIO PÉREZ MACÍAS (Universidad de Huelva)

MACARENA BUSCAMENTE ÁLVAREZ (Universidad Autónoma de Madrid)

ROSA VARELA GOMES (IAP | FCSH | Universidade Nova de Lisboa)

VÍCTOR GONÇALVES (UNIARQ | Universidade de Lisboa)

Comissão Organizadora

ANA PATRÍCIA MAGALHÃES (Troia Resort | UNIARQ | Universidade de Lisboa)

CARLOS TAVARES DA SILVA (MAEDS | UNIARQ | Universidade de Lisboa)

INÊS VAZ PINTO (CEAACP | Troia Resort)

JAVIER JIMÉNEZ ÁVILA (Consortio de Mérida)

JOAQUINA SOARES (MAEDS | UNIARQ | Universidade de Lisboa)

JUAN AURELIO PÉREZ MACÍAS (Universidad de Huelva)

MACARENA BUSCAMENTE ÁLVAREZ (Universidad Autónoma de Madrid)

MANUELA DE DEUS (Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

PATRÍCIA BRUM (Troia Resort | IHC | Universidade Nova de Lisboa)

SAMUEL MELRO (Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

ÍNDICE

TABLE OF CONTENTS

APRESENTAÇÃO	5
<i>In Memoriam</i> JESÚS FERNÁNDEZ JURADO (1955-2019) Clara Toscano-Pérez; Diego Ruiz Mata	6
OS MAIS ANTIGOS VESTÍGIOS HUMANOS NA COSTA SUDOESTE: O CORTE DE PORTO COVO (SINES). João Luís Cardoso	10
O MESOLÍTICO EM PORTUGAL: UMA NOVA VISIBILIDADE PARA OS CONCHEIROS DO RIO SADO Rafael Lima	17
O SÍTIO DE FORNOS DO BARRANCO HORTA DO ALMADA I (SANTA CLARA DO LOUREDO, BEJA) - PRIMEIROS DADOS ACERCA DA OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA. Ana Rosa; Mariana Diniz	25
QUINTA DA PRAIA (SAMOUÇO, ALCOCHETE): TESTEMUNHOS DO NEOLÍTICO ANTIGO NA MARGEM ESQUERDA DO ESTUÁRIO DO TEJO António Faustino de Carvalho; Miguel Correia; Marisa Moisés	35
DOLMEN DE LA PEÑA DEL HOMBRE (ALMONASTER LA REAL, HUELVA) José Francisco González Vázquez	45
LA CUEVA DEL CAÑAVERALEJO (ADAMUZ, CÓRDOBA, ESPAÑA) EN LA PREHISTORIA RECIENTE DE SIERRA MORENA: NUEVAS APORTACIONES. Isabel María Jabalquinto Expósito; José Clemente Martín de la Cruz	52
LOS DENOMINADOS CILINDROS DECORADOS DE HUESO DE LA PREHISTORIA RECIENTE EN LA PROVINCIA DE CÁDIZ. María Narváez Cabeza de Vaca; María Lazarich	65
A CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO DOS POVOADOS DO 4º/3º MILÉNIO A.N.E. DE SÃO PEDRO (REDONDO, ALENTEJO CENTRAL). Catarina Costeira; Rui Mataloto	78
OS METAIS DAS NECRÓPOLES DE CISTAS DE CASAS VELHAS (MELIDES) E DA PROVENÇA (SINES). O ENCONTRO DE ANTIGAS E NOVAS TECNOLOGIAS NO BRONZE PLENO DO SUDOESTE Pedro Valério; Maria de Fátima Araújo; António M. Monge Soares; Joaquina Soares; Carlos Tavares da Silva	101
O DEPÓSITO METÁLICO DE AGRO VELHO - MONTALEGRE E A SUA RELAÇÃO COM O SUDOESTE PENINSULAR (?) Joaquina Soares; Pedro Valério; António Monge Soares; Maria de Fátima Araújo	112
NOTAS SOBRE LA EDAD DEL BRONCE EN EL ANDÉVALO (HUELVA, ESPAÑA) Juan Aurelio Pérez Macías; Rubén Macías Fortes; Manuel Rabadán Vázquez	122
GRUTA DA IGREJINHA DOS SOÍDOS (ALTE, LOULÉ): CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO FINAL DA PRÉ-HISTÓRIA NO ALGARVE António Faustino de Carvalho; Humberto Veríssimo	140

EL ESCUDO DE CLONBRIN (IRLANDA) Y LAS ESTELAS DEL SUROESTE. UNA APROXIMACIÓN A LOS ESCUDOS CON ESCOTADURA EN “V” DEL BRONCE FINAL ATLÁNTICO	155
Jorge del Reguero González	
IMPORTACIONES MEDITERRÁNEAS EN EL CERRO DEL CASTILLO DE MEDELLÍN (BADAJOZ): CERÁMICAS GRIEGAS Y ESCARABEO DE LAS CAMPAÑAS 2014 Y 2015	169
Javier Jiménez Ávila; Ángel Carbajo López; Montaña Luengo González	
LA ETNOARQUEOLOGÍA CERÁMICA, UNA HERRAMIENTA FUNDAMENTAL PARA EL ESTUDIO DE LA ALFARERÍA PREHISTÓRICA	185
María Lazarich; Antonio Ramos-Gil; Juan Luís González-Pérez; M.ª José Cruz-Busto; Mercedes Versaci	
TEJADA LA VIEJA (ESCACENA DEL CAMPO, HUELVA) Y LA PRODUCCIÓN Y CONSUMO VITIVINÍCOLA	201
Clara Toscano-Pérez	
EL POTRO DESEMPOTRADO: EL CABALLO IBÉRICO DE LA COVATILLA (MARCHENA, SEVILLA)	213
Javier Jiménez Ávila	
ADORNOS , ESPAÇO E TEMPO: AS CONTAS DE COLAR EM MESAS DO CASTELINHO (SANTA-A-CLARA-A-NOVA, AMODÔVAR)	227
Susana Estrela	
CASTRO DE CHIBANES (PALMELA). TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DE 2012 A 2017	254
Carlos Tavares da Silva; Joaquina Soares; Susana Duarte; Antónia Coelho-Soares; Teresa Rita Pereira; Vincenzo Soria	

APRESENTAÇÃO

Os Encontros de Arqueologia do Sudoeste Peninsular têm vindo a realizar-se desde 1993 em diversas localidades de Portugal e Espanha, com o objetivo de dar a conhecer novidades da investigação arqueológica, apresentar resultados de projetos de investigação em curso e debater problemáticas relevantes da arqueologia do Sudoeste Peninsular, fortalecendo os laços profissionais entre os investigadores portugueses e espanhóis.

De 4 a 6 de Novembro de 2016, ocorreu o IX Encontro, em Tróia e Setúbal, ficando a organização a cargo do TROIA RESORT – Ruínas Romanas de Tróia, do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) – Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra (CEAACP), tendo contado com o apoio da Direção Regional de Cultura do Alentejo, do Consórcio de Mérida, da Universidade Autónoma de Madrid, Universidade de Huelva e ainda do Hotel Aqualuz de Tróia e da Atlantic Ferries.

Visitaram-se as ruínas romanas de Troia, os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo e o castro pré e proto-histórico de Chibanes. O encerramento ocorreu na Casa Mãe da Rota dos Vinhos, com o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

Um total de 161 autores apresentou comunicações. Atendendo ao elevado número de textos entregues para publicação e à extensa diacronia abrangida pelos mesmos, decidimos editar as actas do Encontro em dois volumes. O primeiro, agora publicado, integra os artigos respeitantes aos períodos mais antigos, da Pré-história ao Romano-Republicano.

Os artigos foram objeto de revisão por membros da Comissão Científica, a quem muito agradecemos. Porém, a responsabilidade pelos conteúdos e pelo cumprimento dos direitos de autor é dos signatários dos artigos publicados.

Os coordenadores científicos congratulam-se e agradecem a disponibilização do espaço editorial facultada pelas revistas "DigitAR" (online) e "Setúbal Arqueológica" (impressão em papel).

Os Coordenadores Científicos,

Joaquina Soares,
Inês Vaz Pinto

e
Carlos Tavares da Silva

In memoriam

JESÚS FERNÁNDEZ JURADO

[1955-2019]

Clara Toscano-Pérez y Diego Ruiz Mata

El pasado 23 de Mayo de 2019 el mundo de la Arqueología onubense perdió, tras una larga enfermedad, a uno de sus referentes.

Pese a no haber coincidido en tiempo y espacio, sus aportaciones, sobre todo para época protohistórica, han servido de punto de partida de gran parte de la investigación sobre dicho período histórico en el suroeste peninsular.

Como ya hiciera el propio homenajeado al introducir los volúmenes X y XI de Huelva Arqueológica, hacemos nuestras las palabras de J. A. de Mora y no queremos "dejar sepultadas sus glorias en el olvido de la ignorancia". Sirvan, pues, estas palabras como muestra de admiración y agradecimiento a una persona que dedicó su vida a la Arqueología onubense, a la sazón Jefe del Servicio de Arqueología y Patrimonio Histórico-Artístico de la Diputación Provincial de Huelva.

Tras licenciarse en Geografía e Historia por la Universidad de Sevilla, culminó en 1988 su tesis doctoral, titulada *Arqueología Protohistórica de Huelva*, cuyo director fue el también recientemente fallecido D. Manuel Pellicer Catalán, Catedrático de Arqueología de la Universidad de Sevilla.

Comenzó su andadura en el mundo de la Arqueología de la mano de D. Mariano del Amo y de la Hera, por entonces director del Museo Provincial de Huelva, allá por los años '70 del pasado siglo, participando en las excavaciones arqueológicas llevadas a cabo en la necrópolis de La Orden (Huelva) y la factoría de salazones de la c/ Millán Astray (hoy Tres de Agosto, Huelva).



Fue miembro del equipo de excavación en Papauvas (Aljaraque, Huelva) y en el Cabezo de San Pedro (Huelva), bajo la dirección del Dr. D. Diego Ruiz Mata, de la Universidad Autónoma de Madrid, con quien posteriormente codirigiría los trabajos arqueológicos en San Bartolomé de Almonte (Huelva).

Durante casi dos décadas (los años '80 y '90 del s. XX) centró su actividad científica en la investigación arqueológica en el casco urbano de Huelva, así como en el yacimiento arqueológico de Tejada la Vieja (Escacena del Campo, Huelva), cuyas direcciones fueron concedidas por el Ministerio de Cultura y la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Su prolija actividad científica se ve reflejada en las más de medio centenar de publicaciones científicas que firmó y que son de obligada lectura para todo especialista que se adentre en la Historia onubense¹.

¹ Su producción científica puede consultarse en dialnet [<https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=209073>]

Cabe destacar su labor como director de la revista científica *Huelva Arqueológica*, desde 1987, dentro de cuya serie se publicaron los célebres números X y XI, dedicados a "Tartessos y Huelva" (1988-1989) y el número IX, titulado "Tejada la Vieja. una ciudad protohistórica" (1987).

Asiduo colaborador en medios de comunicación, audiovisuales y publicaciones divulgativas, sin olvidar su faceta docente, se enfrentaba a la Historia, tal y como él mismo pronunció en su discurso de entrada en la Academia Iberoamericana de La Rábida el 15 de febrero de 2001,

"[...] sin miedo al dolor que pueda producirnos la realidad que encontremos. Lo cierto, sin embargo, es que siempre huimos de lo que hemos sido y hacemos una lectura interesada de nuestro pasado, sea individual o colectivo [...]".

Clara Toscano-Pérez

Una tarde de julio te vi con Pilar
en la esquina de una calle de Huelva
esperando ir conmigo al pueblo de Aljaraque.
Y nos presentamos.
Me llamo Diego, yo Chico y ella Pilar.
Y en esa tarde de calor onubense,
nació un afecto que no se ha borrado,
que nada ha podido llevarlo al olvido,
y que yo, impotente, no puedo recordar contigo,
precisamente ahora que el tiempo
ha acumulado tantas vivencias,
cosas que han unido y disfrutamos,
porque de tu mente poderosa
se han marchado para siempre los recuerdos,
y tus ojos ausentes, antes cercanos e inquietos,
ya no pueden distinguir los colores de tu vida,
porque te han privado del pasado
y el presente ya no es nada, ni una sombra,
sólo mirar a lo lejos el tiempo,
que no es tuyo ni de nadie, sino del destino,
que te ha dejado sólo mañanas y noches,
el sol, una luz confusa que nada distingue
y el aire que se llevaron tus sueños
esos sueños que fueron la ilusión de tu vida.
Quisiera hablar contigo de viejas cosas,
disfrutar con las pequeñas anécdotas,
recordar lo que no vuelve,
lo que quedó impreso en la memoria
y ha marcado una vida rica de sucesos,
como un bazar surtido de fantasías,
de momentos alegres y felices.
Te recuerdo en esos primeros años
febriles de trabajo en tu sección arqueológica
llena de proyectos, de risas abiertas y de vida,
de excavaciones en el corazón de Huelva,
abierta en canal y con los muros tartésicos
expuestos al sol de cada día y a la historia,
y la revista que tanto amaste y enterraron

sin un *requiem* ni una oración triste de despedida.
No tuviste culpa de ser soñador e inquieto,
de tener amigos, de no contentar a todos,
de que la vida te regalase el don de la sonrisa,
de conseguir las cosas deseadas.
Sé que muchos te olvidaron hace años,
antes de que volaran al aire tus recuerdos,
por esa envidia hispana que nos acompaña,
como esencia primordial de nuestro origen.
Otros, en la distancia, recordamos los tiempos felices,
en los que tu rostro y tu alma destilaban vida
y un sin fin de sueños reflejados en tu frente.
Ahora sólo queda un horizonte sin colores:
mirar la mañana, adormecer en la tarde, dormir
en la noche.

Diego Ruiz Mata

OS MAIS ANTIGOS VESTÍGIOS HUMANOS NA COSTA SUDOESTE: O CORTE DE PORTO COVO (SINES)

Recebido: 11 de Junho de 2019 | Aprovado: 20 de Junho de 2019

João Luís Cardoso¹

Academia das Ciências de Lisboa | Universidade Aberta

Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras | ICArEHB (Universidade do Algarve)

Resumo

Revisita-se o corte geológico de Porto Covo, um dos mais importantes do Plistocénico do litoral português. Publica-se um notável artefacto lítico nele recolhido *in situ*, bem como a cronologia absoluta mínima da sequência sedimentar com base nos resultados das determinações de idade por TL. Tais resultados reforçam as conclusões previamente obtidas por critérios estritamente geológicos.

Palavras-chave: Artefacto paleolítico; Plistocénico; datação por termoluminescência.

Abstract

The geological section of Porto Covo, one of the most important of Pleistocene age of the Portuguese coast is revisited. A remarkable lithic artifact, collected *in situ*, as well as the minimal absolute chronology of the sedimentary sequence based on the results of TL determinations are published. These results reinforce the conclusions previously obtained by strictly geological criteria.

Key-words: Paleolithic artifact; Pleistocene; thermoluminescence dating.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_1

¹cardoso18@netvisao.pt

Introdução

Saída de campo efectuada em 1991, em companhia de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Sores, conduziu-nos à visita de vários cortes geológicos a sul de Sines com interesse para a Geologia do Quaternário, no âmbito da preparação da conferência que viria a ser apresentada pelo signatário, em Novembro daquele mesmo ano, em Sagres, de homenagem ao insigne geólogo e arqueólogo Georges Zbyszewski (Cardoso, 1997). Em Porto Covo, foi então possível verificar o corte por ele descrito em 1958 (Zbyszewski, 1958).

Observações anteriores

As primeiras observações publicadas sobre o notável corte geológico de Porto Covo remontam à época da presença em Portugal, entre Junho de 1941 e Novembro de 1942 de Henri Breuil. Foi então desenvolvido ambicioso programa pluridisciplinar em colaboração com Georges Zbyszewski e outros geólogos, arqueólogos e

geógrafos portugueses, interessando a quase totalidade do litoral do País, de que resultou a primeira obra de conjunto de estudo e interpretação dos depósitos quaternários portugueses, publicada em 1943, a qual foi ulteriormente actualizada por Zbyszewski (1943, 1958).

No respeitante ao corte observado em Porto Covo, foi assinalada por Zbyszewski a presença de um cordão de seixos assentes na superfície de abrasão dos xistos carboníferos, a 6-7 m de altitude (Fig. 1). Este cordão viria também a ser mencionado por Pereira (1990). Algumas indústrias líticas foram então recolhidas nessa cascalheira basal, e ulteriormente publicadas (Breuil e Zbyszewski, 1946), tendo sido atribuídas ao Abbevillense ou a um Acheulense muito antigo. Os níveis arenosos mais altos forneceram peças atribuídas a diversos estádios do Acheulense, representadas tanto por seixos como por bifaces não rolados, de boa manufactura, ligeiramente eolizados, destacando-se um biface lanceolado de quartzito.



Fig. 1 - Vista geral do corte de Porto Covo. Observe-se em primeiro plano o substrato de xistos e grauvaques carboníferos sobre os quais assenta a sequência plistocénica, constituída, de baixo para cima pelos arenitos da Formação Vermelha, sobre os quais assentam os arenitos da Formação de Aivados - Bugalheira. O topo da série é coroado pelo arenito dunar do Malhão, sob o forte de Porto Covo. (Foto de João Luís Cardoso).

Tendo presente a tipologia das indústrias, a mesma foi atribuída à época glaciária de Mindel, enquanto os níveis mais altos, com peças que vão do Acheulense antigo ao Acheulense superior representam um complexo sedimentar arenoso, coroadado pelo potente campo dunar consolidado do Malhão, ao qual Zbyszewski atribuiu, em 1943, idade rissiana. Em 1958 o mesmo autor retomou, na síntese então apresentada sobre o Quaternário do território português, as

observações anteriormente produzidas, descrevendo com maior detalhe o corte observado em Porto Covo (Zbyszewski, 1958).

No sector imediatamente subjacente e adjacente ao Forte de Porto Covo o complexo arenoso é constituído por duas camadas, que não foram diferenciadas na descrição estratigráfica apresentada por Zbyszewski em 1958, englobando-as na sua C. 2.

Estas duas camadas foram separadas por Pereira (1990), tendo-as caracterizado do seguinte modo (Fig. 2):

- A camada mais antiga, pertencente à Formação Vermelha Fácies de Foro, corresponde a bancada com a potência mínima de 3,0 m; é constituída por areias vermelhas e encontra-se directamente assente no substrato geológico correspondente a superfície de abrasão talhada nos xistos e grauvaques carboníferos, ou na cascalheira acima referida. Para a referida autora, a Formação Vermelha corresponde a um depósito de origem essencialmente marinha, mais ou menos litoral;
- a camada mais recente deste complexo foi designada como Formação de Aivados-Bugalheira, Fácies de Aivados, representada por areias dispostas em leitos horizontais finamente individualizados (Fig. 3). Segundo a citada autora, trata-se de depósito de origem exclusivamente marinha, que ocupa área restrita, desde o Forte de Porto Covo até ao extremo sul da praia de Malhão, situada mais a sul, encontrando-se fossilizada pelo arenito dunar de Malhão, que coroa a sucessão sedimentar observada. Esta Formação pode conter intercalações de calhaus de

quartzito e grauvaque rolados (Pereira, 1990, 151-152).



Fig. 2 - Pormenor do corte de Porto Covo, observando-se a Formação Vermelha, sucedida pela Formação de Aivados-Bugalheira. (Foto de João Luís Cardoso).

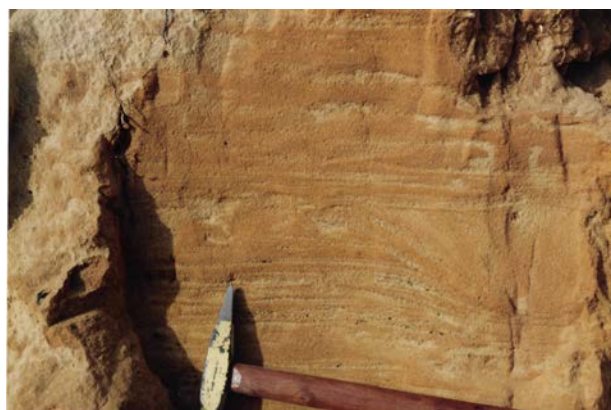


Fig. 3 - Corte de Porto Covo. Pormenor das estruturas sedimentares existentes Formação de Aivados- Bugalheira. (Foto de João Luís Cardoso).

O topo da sequência descrita é selado por espessa bancada representada por arenito dunar fortemente consolidado, o “arenito do Malhão”, sobre o qual assenta o Forte de Porto Covo,

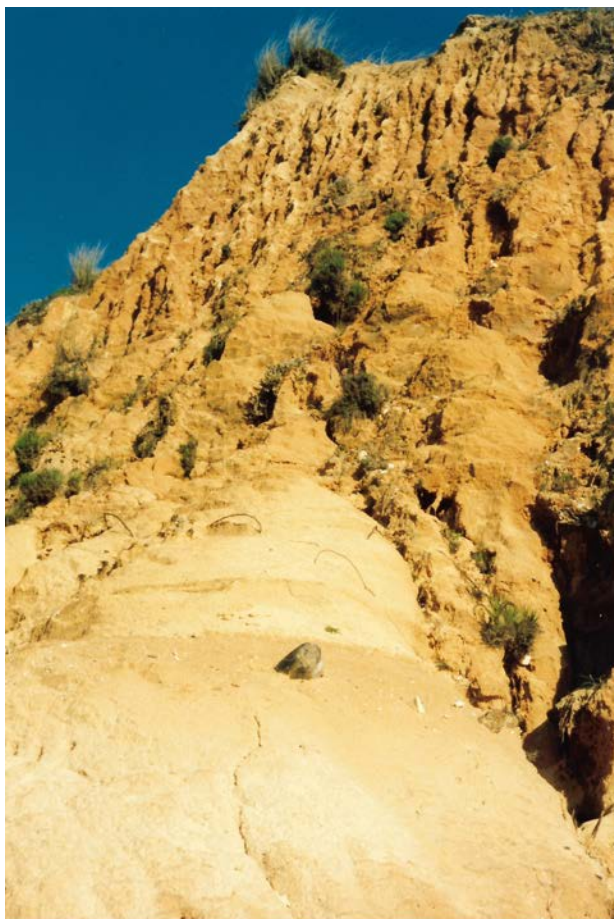


Fig. 4 – Corte de Porto Covo. Pormenor da Formação de Aivados-Bugalheira, observando-se *in situ*, ao centro, o seixo de quartzito afeiçãoado. (Foto de João Luís Cardoso).

conforme havia sido já observado por Zbyszewski em 1943, que o atribuiu ao então designado ciclo tirreniano. A cronologia desta formação dunar foi discutida em 2005 (Pereira e Angelucci, 2005), tendo sido integrada na geração mais antiga de dunas consolidadas da região, situada no Plistocénico Médio (OIS 6?), cerca de 190 ka. Tal cronologia é compatível com a atribuída por

Zbyszewski.

Assim sendo, o complexo arenoso subjacente ao arenito dunar do Malhão, englobando a Formação Vermelha e a Formação de Aivados-Bugalheira terá de ser necessariamente mais antigo.

Novas Observações

Ao examinarmos em 1991 o talude subjacente ao forte, acompanhando a escadaria construída para vencer o desnível entre a praia e o topo da arriba, chamou a nossa atenção um volumoso seixo de quartzito cinzento-anegrado que se encontrava isolado *in situ* no seio da Formação de Aivados - Bugalheira (Fig. 4). Logo que retirado da camada, verificou-se corresponder a belo exemplar afeiçãoado por levantamentos unifaciais e unidireccionais a partir de uma das extremidades (seixo truncado ou “chopper”) (Fig. 5). Trata-se de exemplar levemente eolizado, possuindo o característico brilho acetinado na superfície lascada, indício de que esteve exposto ao vento.

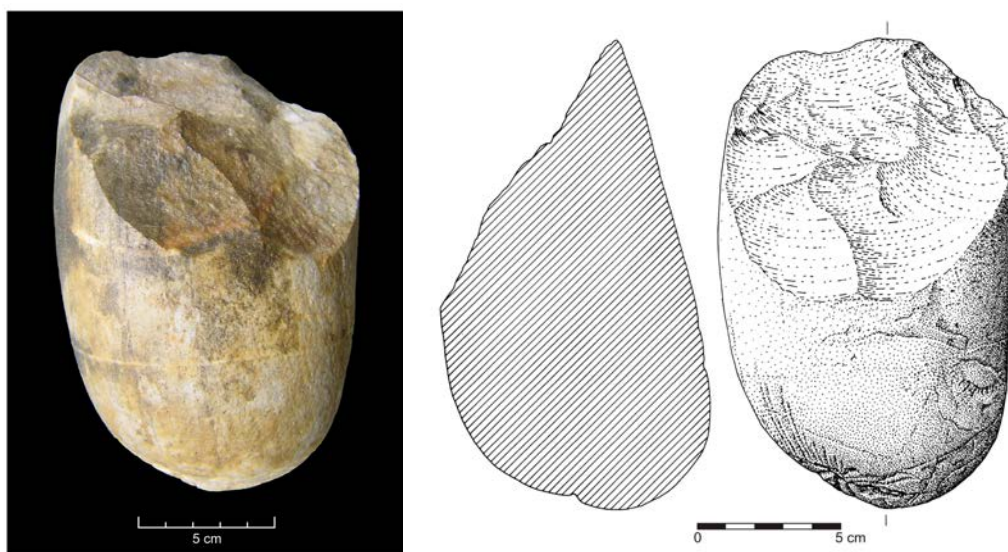


Fig. 5 – Seixo afeiçãoado recolhido *in situ* no corte de Porto Covo (seixo truncado unifacial, chopper), Formação de Aivados-Bugalheira. (Desenho de B. L. Ferreira); (Foto de João Luís Cardoso).

Tendo presente a importância de se poder dispor de elementos cronológicos mais rigorosos que os resultantes da análise geológica anteriormente efectuada, em 1996 procurou-se obter datação directa por TL das camadas que constituem o corte em apreço.

Para tal, o Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da UNL contratou os serviços de Nick Debenham, que procedeu à recolha e estudo de três amostras:

- Amostra 1 – Areias castanho-alaranjadas. Formação Vermelha, fácies de Foro, cerca de 1 m acima da superfície de abrasão dos xistos carboníferos (Fig. 6);
- Amostra 2 – Areias rosa-alaranjadas. Topo da Formação Vermelha, fácies de Foro, cerca de 3 m acima da superfície de abrasão dos Xistos carboníferos;
- Amostra 3 – Areias rosadas claras. Formação de Aivados-Bugalheira, fácies de Aivados, cerca de 7 m acima da superfície de abrasão dos xistos carboníferos (Fig. 7).

Resultados:

O cálculo da idade TL permitiu apenas obter idades mínimas para a formação dos depósitos em apreço, estabelecida, para as três amostras, indistintamente, em 150 ka BP (Quadro 1).

Conclusões

O reconhecimento realizado em 1991 ao importante corte geológico exposto na arriba marinha subjacente ao forte de Porto Covo (Sines), já anteriormente descrito por Zbyszewski e por Pereira, permitiu a recolha de um grande e volumoso seixo afeiçãoado de quartzito rolado que jazia *in situ* na Formação de Aivados-Bugalheira. Trata-se de exemplar isolado, situação que é

compatível com intervenção humana (manuporte). A eolização pouco acentuada que apresenta, também referida por Zbyszewski em outras peças por ele recolhidas no mesmo complexo arenoso, sugere um episódio em que os depósitos marinhos, de carácter litoral, estiveram expostos durante um dado período de tempo à exposição subaérea, coincidindo com a perda ou abandono deste notável exemplar no litoral arenoso então ali existente.



Fig. 6 - Corte de Porto Covo. Em primeiro plano, observa-se o dispositivo para a medição da TL da Formação Vermelha. Ao alto, avista-se parte do forte. (Foto de João Luís Cardoso).

É provável que esta peça tivesse sido abandonada em local próximo daquele em que foi recolhida por um grupo de caçadores-recolectores do Paleolítico Inferior, constituindo um dos artefactos líticos mais antigos e com melhor recorte tipológico dos até ao presente publicados do litoral sudoeste, a par de alguns dos exemplares recolhidos em 1941 por Zbyszewski e por este figurados em trabalho que publicou com Breuil em 1946.

TABLE 1. Natural Regeneration Doses and Dose Rates

Sample Ref.	Alpha Natural Regen. Dose (μm^{-2})	Alpha Track Rate ($\mu\text{m}^{-2}/\text{ka}$)	Beta Natural Regen. Dose (Gy)	Beta Dose Rate (Gy/ka)	Environmental Dose Rate (Gy/ka)	Corrected TL Age (ka BP)
PCV12	264.7 $\pm$ 25.4	0.958 $\pm$ 0.109	410.3 $\pm$ 36.9	0.952 $\pm$ 0.090	0.688 $\pm$ 0.053	> 150
PCV13	281.5 $\pm$ 20.0	0.369 $\pm$ 0.043	355.2 $\pm$ 11.7	1.879 $\pm$ 0.214	0.796 $\pm$ 0.061	> 150
PCV14	288.9 $\pm$ 37.6	0.395 $\pm$ 0.049	420.9 $\pm$ 28.1	1.978 $\pm$ 0.227	0.744 $\pm$ 0.061	> 150

Alpha doses are expressed as track lengths per unit volume (μm^{-2}); beta and environmental (gamma and cosmic) doses are given in Grays (Gy).

Quadro 1 - Corte de Porto Covo. Resultados obtidos da medição da TL (seg. Nick Debenham).



Fig. 7 - Corte de Porto Covo. Ao centro, do lado esquerdo da foto da escadaria de acesso à praia, observa-se o dispositivo para a medição da TL da Formação de Aivados-Bugalheira. Em último plano, divisa-se bancada potente de arenito dunar do Malhão. (Foto de João Luís Cardoso).

A cronologia absoluta deste exemplar obtida pelo método da TL em 1996 por Nick Debenham conduziu a uma idade mínima de 150 Ka BP, conclusão que é compatível com a cronologia obtida pelo método geológico anteriormente aplicado, primeiro por Zbyszewski e depois por Pereira.

Importa, contudo, não deixar de mencionar pequena lasca de sílex recolhida no interior de bloco de couraça ferruginosa identificada mais a sul, em Torre de Aspa (Vila do Bispo), relacionada com um episódio climático de

características tropicais ou sub-tropicais que afectou depósitos que se desenvolvem em plataformas a cotas a altitudes entre os 120 e os 140 m. Como se desconhece a época em que tais condições climáticas se verificaram, permanece desconhecida a idade mínima do respectivo depósito, embora se admita possa remontar ao Vilafranquiano/Calabriano e possuir mais de 1 000 000 (Marques, Furtado e Cardoso, 1980/1981).

A terminar, é oportuno lembrar as palavras escritas por Paul Tournal, fundador dos estudos pré-históricos, em carta dirigida a Marcel de Serres, de Dezembro de 1829:

“convaincu que la géologie commence là où l’archéologie s’arrête (...) car la géologie seule peut désormais nous donner quelques notions sur l’époque de la première apparition de l’homme sur le globe terrestre.” (in Guilaine e Alibert, 2016: 40).

BIBLIOGRAFIA

BREUIL, Henri; ZBYSZEWSKI, Georges (1946). Contribution à l'étude des industries paléolithiques des plages quaternaires de l'Alentejo litoral. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 27, pp. 269-334.

CARDOSO, João Luís (1997). Reconhecidos a Georges Zbyszewski (palavras proferidas na sessão inaugural). *Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste - homenagem a Georges Zbyszewski (Sagres, 15 a 17 de Novembro de 1991)*. Setúbal Arqueológica. Setúbal. 11/12, pp. 9-16.

DEBENHAM, Nick (1997). *Thermoluminescence Dating of Sediment from Porto Covo (Setúbal)*. Quaternary TL surveys. Nottingham, UK.

PEREIRA, Ana Ramos; ANGELUCCI, Diego (2005). Formações dunares no litoral português, do final do Plistocénico e inícios do Holocénico, como indicadores paleoclimáticos e paleogeográficos. In António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso (eds.) *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 221-256.

PEREIRA, Ana Ramos (1990). *A plataforma litoral do Alentejo e Algarve ocidental. Estudo de Geomorfologia*. Tese de Doutoramento em Geografia Física, especialidade Geomorfologia. Universidade de Lisboa (texto policopiado).

ZBYSZEWSKI, Georges (1943). La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire au Portugal en 1942. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Porto. 1 (2/3), 112 p.

ZBYSZEWSKI, Georges (1958). Le Quaternaire du Portugal. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. 13 (1/2), pp. 1-277.

O MESOLÍTICO EM PORTUGAL: UMA NOVA VISIBILIDADE PARA OS CONCHEIROS DO RIO SADO

Recebido: 30 de Abril de 2017 | Aprovado: 3 de Janeiro de 2019

Rafael Lima¹

Mestrando da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Resumo

Com base na investigação realizada para o projecto de Seminário de Licenciatura em Arqueologia da Universidade de Lisboa, vêm-se aqui apresentar e aprofundar parte dos resultados obtidos para a melhor compreensão da realidade mesolítica da bacia do Sado. Assim, com recurso aos SIG, realizou-se um estudo incidente nos concheiros mesolíticos do rio Sado, nos quais se estudou a relação das implantações dos sítios com o meio geográfico, procurando observar características comuns de forma a encontrar a possível existência de um padrão de assentamento. Optou-se por destacar neste trabalho a ligação com o espaço hidrográfico, raiz comum das implantações dos concheiros do Sado, assim como os aspectos relativos à visibilidade entre os próprios sítios, observando-se a fraca intervisibilidade entre os vários grupos ao invés do inicialmente ponderado.

Palavras-chave: Mesolítico; Concheiros; Sistemas de Informação Geográfica (SIG); Padrões de Assentamento; Visibilidade; Sado.

Abstract

Based on the investigation performed for the Bachelor in Archaeology Seminar project for the Faculty of Letters of the University of Lisbon, it is presented and developed here part of the results obtained for the better understanding of the Mesolithic reality of the Sado river basin. Therefore, using GIS, it was performed a study incident on the Mesolithic shellmiddens of the river Sado, on which it was studied the relationship between the populations and the geographical area, searching to observe common characteristics to try to find a possible existence of a settlement pattern.

The connection with the hydrographic space is the one which will be here highlighted as also the visibility between the settlements themselves, observing a weak intervisibility between the various groups unlike what was initially pondered.

Key-words: Mesolithic; Shellmiddens; Geographical Information Systems (GIS); Settlement Patterns; Visibility; Sado.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_2

¹rafaelimaesilva.95@gmail.com

Introdução

Com base na investigação realizada para o projecto de Seminário de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Lima, 2016), vêm-se assim apresentar parte dos resultados obtidos, revistos, para a melhor compreensão da realidade mesolítica presente no rio Sado.

Utilizando os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), realizou-se um estudo incidente nas populações mesolíticas presentes na bacia hidrográfica do rio Sado, nas quais se estudou a relação das populações com o meio geográfico. Pôs-se em evidência a ligação com o espaço hidrográfico, espaço privilegiado para as populações mesolíticas, sendo representativo de tal a apresentação dos dados mais coerentes e homogêneos.

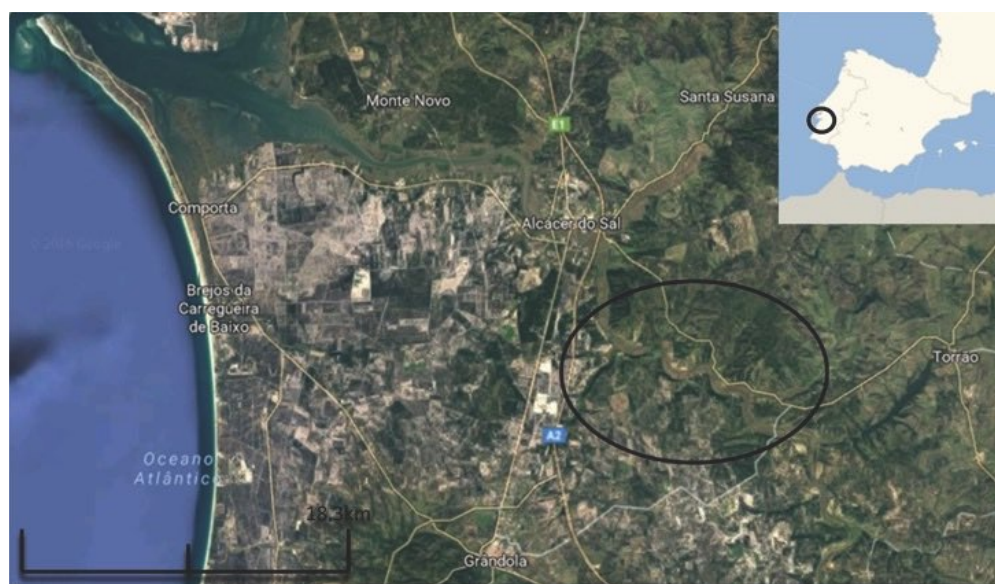


Fig. 1 - Área de implantação da zona de estudo.

Os concheiros mesolíticos aqui estudados localizam-se no concelho do Torrão, distrito de Alcácer do Sal, encontrando-se distribuídos essencialmente nos ramais secundários e primário da bacia hidrográfica do rio Sado, próximos da foz do mesmo.

Os primeiros concheiros do rio Sado foram descobertos na década de 1930 por Lerenio Antunes Barradas (Barradas, 1936), não despertando contudo tamanho interesse quanto os concheiros de Muge (Arnaud, 1989: 614). Estes só seriam sistematicamente escavados por

Manuel Heleno, já na década de 1950 e 1960, advindo, contudo, parca informação da sua intervenção, publicando um único artigo (Heleno, 1956). Estudos efectivos acerca do espólio dos concheiros do Sado apareceriam somente em décadas posteriores com a tentativa de compreender a realidade socioeconómica das últimas comunidades de caçadores-recolectores e do processo de neolitização do actual território sudoeste de Portugal (*vide e.g.* Santos, Soares e Tavares da Silva, 1972, 1974; Soares e Tavares da Silva, 2004; Tavares da Silva e Soares, 1987).

Mais recentemente, novos projectos encabeçados por José Arnaud, na década de 1980, e por Pablo Arias e Mariana Diniz, na década de 2010, procuraram introduzir uma perspectiva pluridisciplinar no estudo dos concheiros do Sado. Destas novas fases de intervenção surgiram novos estudos diversos e vários textos de síntese que permitiram compreender melhor a realidade referente às últimas comunidades de caçadores-recolectores do Sado (*vide e.g.* Arnaud, 1987, 1989, 1993; Dinis e Arias, 2012; Arias *et al.*, 2015; Soares, 2016).

Metodologia

Para a realização do presente trabalho foi necessário recorrer a uma série de informação geográfica, tendo por base a cartografia portuguesa, utilizando-se especialmente os dados fornecidos pela Carta Militar nº 486, do Centro de Informação Geoespacial do Exército, e a Carta Geológica de Portugal nº 39-D, fornecida pelos Serviços Geológicos de Portugal.

Por sua vez, a informação geo-referenciada dos sítios advém essencialmente da investigação realizada por vários investigadores relativos à área em questão (Dinis, Arias e Teira, 2012; Nukushina, 2012: II; Gonçalves, 2014: 136).

De forma a obter a informação necessária empregaram-se várias funcionalidades do ArcGIS (versão 10.3), programa cartográfico fornecido pela ESRI, com base à criação de informação geográfica capaz de averiguar a visibilidade dos sítios para a realidade geográfica envolvente e, também, a potencial intervisibilidade entre os sítios em si. Estas inquirições foram possibilitadas pela criação de um Modelo Digital de Terreno (MDT) (vide Fig. 2) através da informação geográfica obtidas pela cartografia atrás referida.

A partir da criação do MDT procedeu-se então à criação de um mapa temático no qual fosse observável a visibilidade dos sítios utilizando a ferramenta *Viewshed* (*ArcToolbox* → *Spatial Analyst Tools* → *Surface* → *Viewshed*). Esta

permite observar as áreas visíveis a partir de pontos pré-determinados, neste caso, os sítios arqueológicos. Tendo em conta que a visibilidade humana apresenta limites, procedeu-se à sobreposição de um *buffer* (*ArcToolbox* → *Analysis Tools* → *Proximity* → *Buffer*) com raio de 1km, pois este é o alcance máximo no qual se pode observar com clareza o máximo de informação possível (Fisher, 1994: 165).

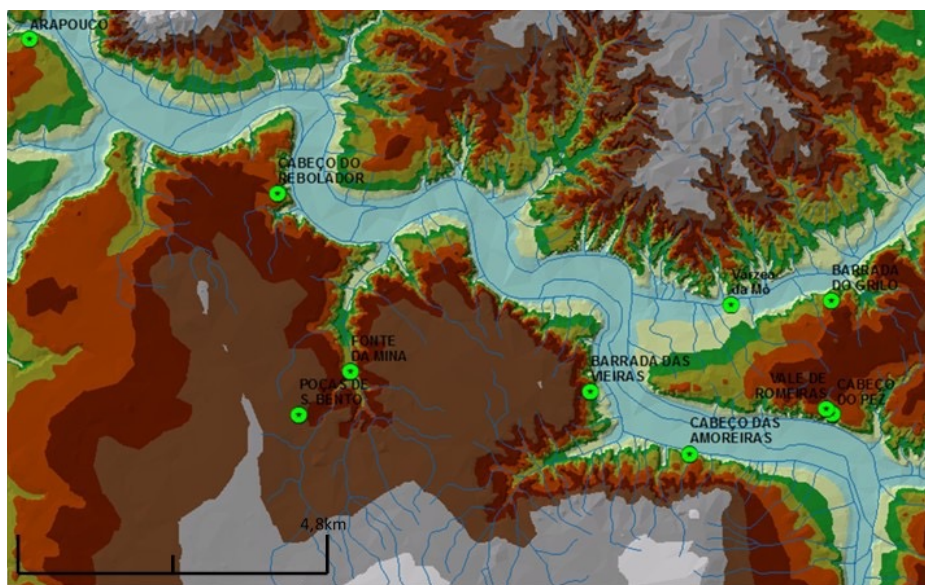


Fig. 2 - Modelo Digital de Terreno (MDT) da área estudada, com a localização dos sítios arqueológicos e a rede hidrográfica (LIMA, 2016).

Resultados/Discussão

A partir das operações utilizadas no MDT pôde-se assim então observar na Fig. 3 a área de melhor visibilidade para os sítios estudados. Percebe-se a boa visibilidade dos sítios a montante da foz do rio Sado, tendo estes uma muito melhor percepção do território em que se encontram do que os mais a jusante ou mais para o interior (isto é, mais afastados do rio principal), como é o caso do concheiro de Poças de S. Bento. O concheiro de Arapouco, apesar da sua aparente falta de visibilidade, apresenta um bom controlo visual sobre o rio, podendo assim

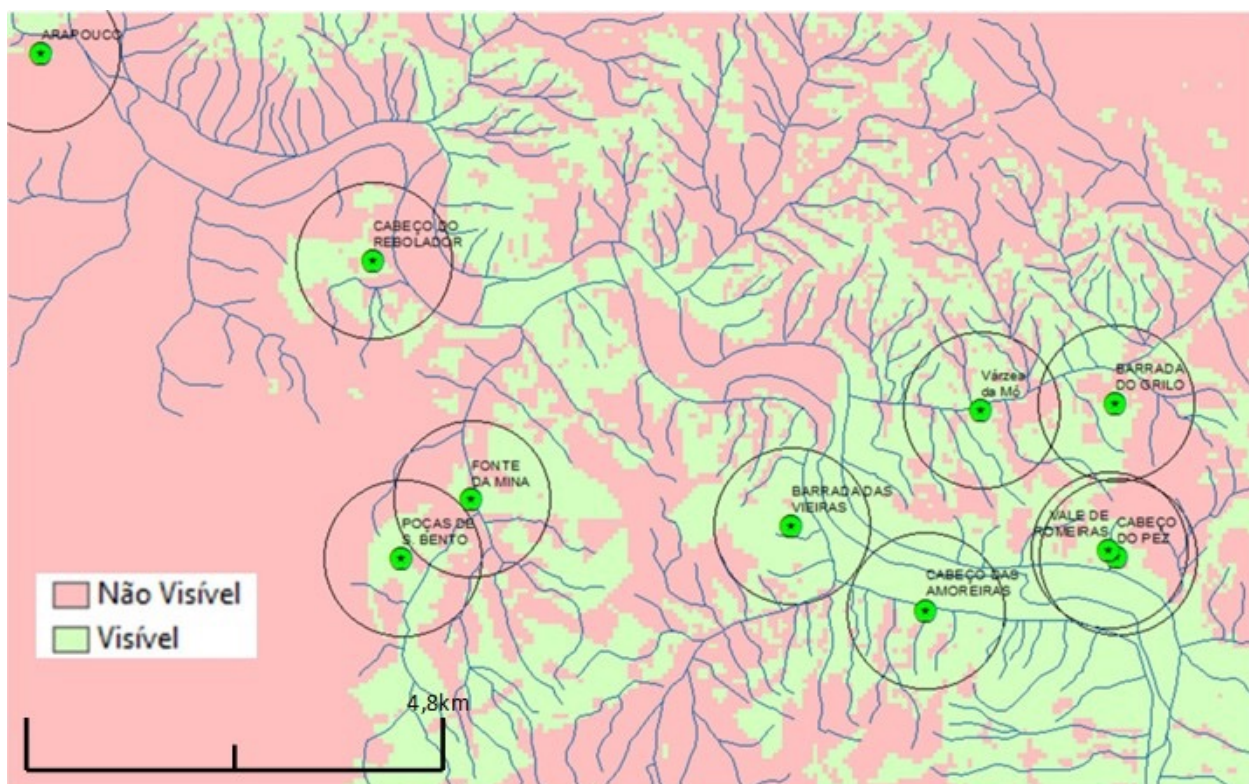


Fig. 3 - Mapa de visibilidade a partir dos sítios arqueológicos e *buffer* de visibilidade "ótima" de 1km.

atestar o predomínio da preocupação da acessibilidade às linhas de água e, talvez ainda mais importante, a constante visualização das mesmas, numa tentativa de controlo do território e dos seus recursos.

De facto, o ponto comum relativamente ao controlo do território é a visibilidade directa para a linha de água mais próxima.

Relativamente à visibilidade entre os sítios em si, os dados apresentam informações contraditórias ao esperado, podendo-se observar a partir dos gráficos (*vide* Figs. 4 a 11) a falta de intervisibilidade. Apesar da sua proximidade (principalmente dos sítios a montante), como evidenciado pela sobreposição dos *buffers* visíveis na Fig. 3, estes não se conseguiriam ver e, mesmo os que apresentam uma visibilidade positiva, como é observável no Gráfico 8, devido à própria realidade do terreno (*e.g.* morfologia e flora) e a condições climáticas, a sua

visibilidade poder-se-ia apresentar mesmo como nula. Isto não significa, no entanto, que estes não comunicassem entre si ou que não tivessem percepção do que ocorria nos restantes sítios, visto as populações movimentarem-se e, principalmente no que ocorre no ramal principal do rio, onde se encontra uma maior densidade de sítios, descendo para perto do leito ribeirinho, estes certamente então vir-se-iam e comunicariam.

Conclusão

A forte visibilidade dos sítios a montante, assim como a preocupação com a acessibilidade às linhas de água mais próximas observável a jusante, atestam uma preocupação com o controlo das linhas de água resultando, como tal, num controlo efectivo por parte das populações mesolíticas não só dos espaços fluviais, mas, também, das zonas de potencial obtenção de

fauna mamalógica, ictiológica e malacológica. A visibilidade directa a uma linha de água é o ponto em comum dos sítios mesolíticos do rio Sado.

A fraca visibilidade entre os sítios, devido às características geográficas, assim como devido à flora e ao clima, que dificultam a correcta visualização do espaço (estas últimas difíceis de atestar, mas de elevada importância pois constituem entraves à correcta visibilidade de um sítio por dificultarem a observação limpa, directa e sem obstruções do objectivo visualizado), não impossibilitariam a existência de comunicação entre as várias populações, nem impediriam o controlo visual entre si, como já atrás se referiu.

Os dados vêm assim confirmar a importância do controlo visual das linhas de água e, portanto, dos seus recursos e mais valias, para as populações mesolíticas. Confirma-se, também, o uso vital dos SIG para o estudo das realidades geográficas e a sua óptima combinação com a actividade arqueológica, sendo utilizada como uma ferramenta de apoio ao seu estudo, como já advogado por outros autores (*e.g. vide* Wheatley e Gillings, 2000).

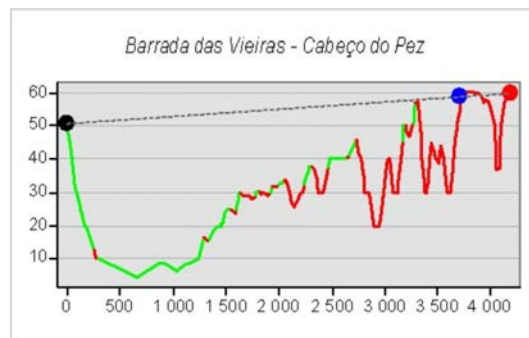


Fig. 4 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.

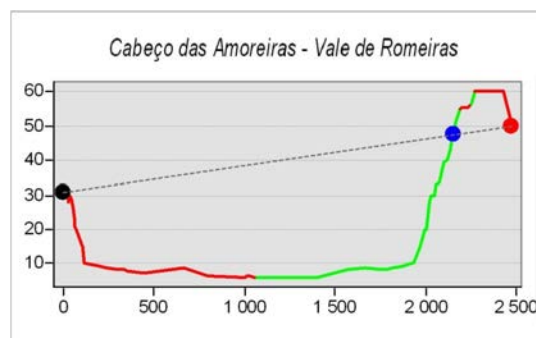


Fig. 5 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.

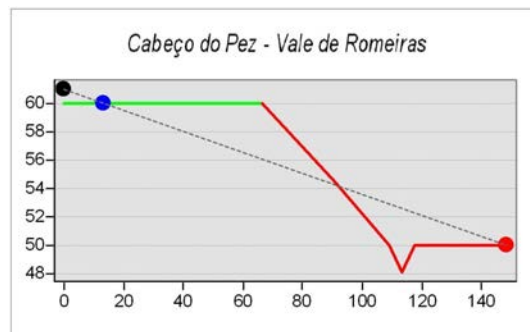


Fig. 6 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.

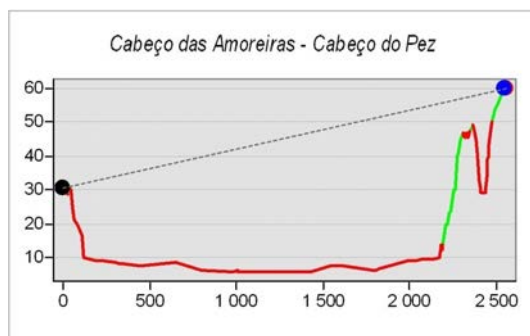


Fig. 7 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.

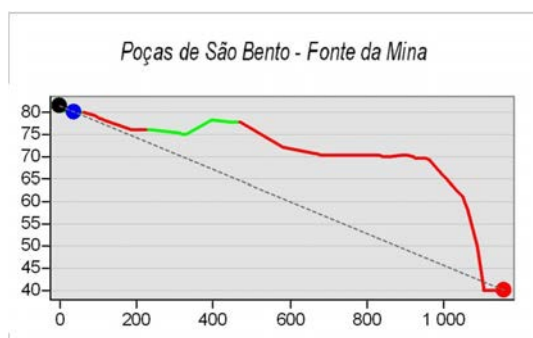


Fig. 8 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.



Fig. 9 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.

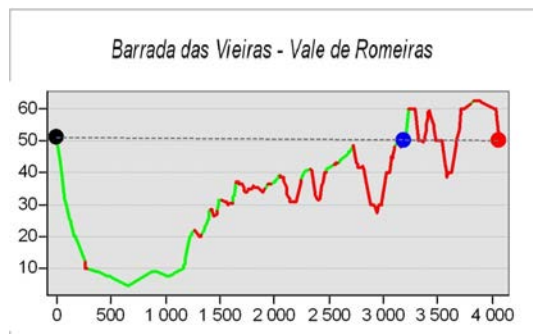


Fig. 10 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.

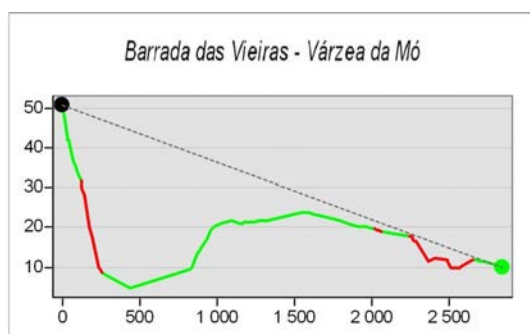


Fig. 11 - Gráficos de visibilidade inter-concheiros. Ponto verde – visibilidade completa. Ponto azul – limite da visibilidade. Linha verde – área visível. Linha vermelha – área não visível.

Bibliografia

- ARIAS, Pablo; DINIZ, Mariana T.; ARAÚJO, Ana Cristina; ARMENDARIZ, Ángel; TEIRA, Luís C. (2015). At the edge of the marshes: new approaches to the Sado valley mesolithic (Southern Portugal). In Nuno Bicho, Cleia Detry, T. Douglas Price & Eugénia Cunha (eds.) *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, pp. 301-319.
- ARNAUD, José Morais de (1989). Os concheiros mesolíticos do vale do Tejo e Sado: semelhanças e diferenças. In Vítor Oliveira Jorge (coord.) *Livro de homenagem a Jean Roche*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 53-64.
- ARNAUD, José Morais de (1989). The Mesolithic communities of the Sado Valley, Portugal, in their ecological setting. In Clive Bonsall (ed.) *The Mesolithic in Europe: Papers presented at the Third International Symposium*. Edimburgo: John Donald Publishers, pp. 614-631.
- ARNAUD, José Morais de (1993). O Mesolítico e a Neolitização: Balanço e Perspectivas. In António Brum Ferreira; Gaspar Soares de Carvalho e João Carlos Senna-Marínez (coord.) *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 173-184.
- BARRADAS, Lerenio (1936). Concheiros do Vale do Sado. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Vol. XXI, pp. 175-179.
- DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo (2012). O povoamento humano do paleo-estuário do Sado (Portugal): problemáticas em torno da ocupação dos concheiros mesolíticos. In António Campar Almeida; Ana M. S. Bettencourt; Delminda Moura; Sérgio Monteiro-Rodrigues e M. Isabel Caetano Alves (eds.) *Mudanças Ambientais e Interação Humana na Fachada Atlântica Ocidental*. Braga: APEQ, pp 139-157.
- DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo; TEIRA, Luis (2012). *Relatório de Progresso: Projecto: Os últimos caçadores-recolectores e os primeiros grupos agro-pastoris, no vale do Sado: estudo arqueológico num contexto regional (SADO-MESO): Poças de S. Bento (Alcácer do Sal): Ano 2 - 2011*. Texto Policopiado.
- FISHER, Peter (1994). Probable and fuzzy models of the viewshed operation. In Michael Worboys (ed.) *Innovations in GIS: selected papers from the First National Conference on GIS Research UK*. Londres: Bristol, P.A. Taylor & Francis, pp. 161-175.
- GONÇALVES, Célia (2014). *Modelos preditivos de ocupação do território no Mesolítico entre os Vales do Tejo e do Sado*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Algarve. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- HELENO, Manuel (1956). Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*, Série II, vol. 3, pp. 221-237.
- LIMA, Rafael (2016). *Arqueologia e SIG: modelo de ocupação das populações mesolíticas no rio Sado*. Dissertação de Seminário de Licenciatura em Arqueologia pela Universidade de Lisboa. Texto Policopiado.
- NUKUSHINA, Diana (2012). *Tecno-tipologia lítica e cronometria no Mesolítico final do Vale do Sado. O caso do concheiro das Amoreiras (Alcácer do Sal)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ROUDIL, Jean-Louis; VERNET, Jean-Louis (eds.) *Premières communautés paysannes en Méditerranée occidentale: Actes du Colloque International du CNRS (Montpellier, 26-29 avril 1983)*. Paris: CNRS Éditions.
- SANTOS, Manuel Farinha dos; SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (1972). Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão-Vale do Sado). *O Arqueólogo Português*, Série III, vol. 6, pp. 163-192.
- SANTOS, Manuel Farinha dos; SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (1974). O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do Sado, Torrão): Primeira notícia. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto 1973)*. Lisboa: Junta Nacional de Educação, pp. 173-190.
- SOARES, Joaquina (2016). Rethinking the Mesolithic of the Sado Paleoestuary, Portugal: Semi-sedentary Hunter-gatherers. In Hein B. Bjerck (ed.) *Marine Ventures - Archaeological Perspectives on Human-Sea*

Relations. Reino Unido: Equinox Books Publishing, 2016. Pp. 241-260.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (2004). *Alterações ambientais e povoamento na transição Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste. Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 397-423.

TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1987). *Les communautés du Néolithique Ancien dans le Sud du Portugal. Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale* (Actes du Colloque International du C.N.R.S., Montpellier, 1983), Paris, pp. 663-671.

WHEATLEY, David; GILLINGS, Mark (2000). Vision, Perception and GIS: some notes on the development of enriched approaches to the study of archaeological visibility. In Gary Lock (ed.) *Beyond the Map: Archaeology and Spatial Technologies*. Amsterdão: IOS Press, pp. 1-27.

O SÍTIO DE FORNOS DO BARRANCO HORTA DO ALMADA 1 (SANTA CLARA DO LOUREDO, BEJA) – PRIMEIROS DADOS ACERCA DA OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA

Recebido: 1 de Maio de 2017 | Aprovado: 20 de Dezembro de 2018

Ana Rosa¹

Mestranda Arqueologia FLUL

Mariana Diniz²

UNIARQ | FLUL

Resumo

No quadro dos trabalhos arqueológicos preventivos, realizados no âmbito do projecto de rega executado pela EDIA, S.A, foi identificado, no sítio do Barranco Horta do Almada 1 (Santa Clara do Louredo, Beja), um conjunto substancial de estruturas negativas – tipo fossa e outras que consideramos tratar-se de pequenos fornos. De acordo com as ocupações conhecidas para o Sul de Portugal, este sítio, atendendo à tipologia das estruturas, à estratigrafia e cultura material, pode enquadrar-se, em termos cronológicos e culturais, nos contextos dos inícios do Holocénico, como será discutido.

Palavras-chave: Estruturas negativas; fossas; fornos; integração crono-cultural.

Abstract

In the framework of the preventive archaeological work carried out as part of the irrigation project executed by EDIA, SA, a substantial set of negative structures – pits type and small ovens were identified at the site of Barranco Horta do Almada 1 (Santa Clara do Louredo, Beja). According to Southern Portugal archaeological record, this site, considering the typology of structures, stratigraphy and material culture can fit, in chronological and cultural terms, in the context of the beginnings of the Holocene, as will be discussed.

Key-words: Negative structures, pits, ovens, chrono-cultural filiation.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_3

¹ Ana_vs_Cristina@hotmail.com

² m.diniz@letras.ulisboa.pt

Introdução

No ano de 2014, durante a execução da empreitada de beneficiação da rede de drenagem de Aproveitamento Hidráulico Baleizão-Quintos e respectivos blocos de rega executada pela EDIA, S.A., foi identificado, no sítio Barranco Horta do Almada 1, um conjunto de estruturas quase todas negativas, em fossa, utilizadas para combustão e, que podem ser classificadas como pequenos fornos.

Descrição do sítio

Os trabalhos arqueológicos preventivos realizados durante a abertura de vala para implantação de conduta de rega e canais associados, possibilitaram a identificação, no troço de passagem no Barranco Horta do Almada 1, de três núcleos de estruturas arqueológicas (Fig. 2), registadas ao longo de um corredor em L, com cerca de 100 m de comprimento e cerca de 4/5 m de largura, numa área total de escavação de 500 m². Este horizonte de ocupação

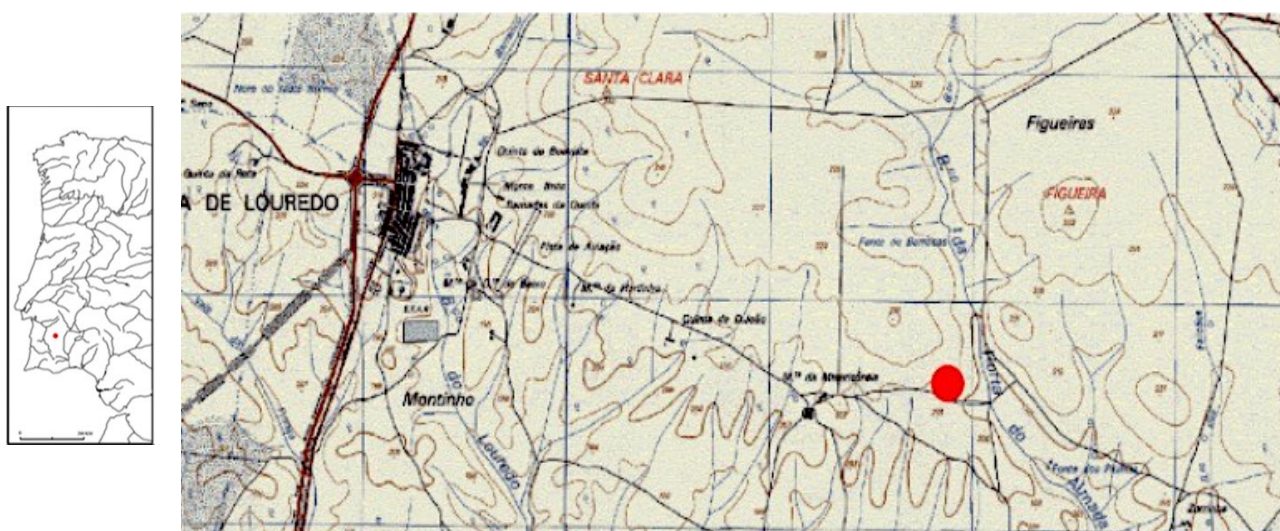


Fig. 1 - Localização do BHA1 em excerto da CMP, folha 532, à escala 1/25000 (modificado).

Do ponto de vista administrativo, o sítio localiza-se a cerca de 2,5 Km a Este de Santa Clara do Louredo (freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho e distrito de Beja) (Fig. 1). As coordenadas geográficas (sistema PT-TM06/ETRS89) são as seguintes: X 225 744.81; Y 110 907.90.

O sítio, implantado nos “Barros de Beja” que caracterizam os solos da grande planície a Sul desta cidade, ocupa uma área aplanada com altitudes da ordem dos 200 m, sulcada por barrancos - como o da Horta do Almada, tributários da bacia do Guadiana.

humana antiga estava coberto por um espesso manto argiloso – estéril – que oscilava entre o 1,50m e os 3m de espessura.

Estes núcleos, cuja efectiva dimensão não pode ser estabelecida porque se estendem para além do traçado da obra, caracterizam-se enquanto áreas de concentração de estruturas e distam entre si algumas dezenas de metros apontando para um uso descontínuo deste espaço.

Do ponto de vista estratigráfico, o sítio revelou uma sequência simples definida por três grandes horizontes, que do topo para a base da sequência apresentam as seguintes características:

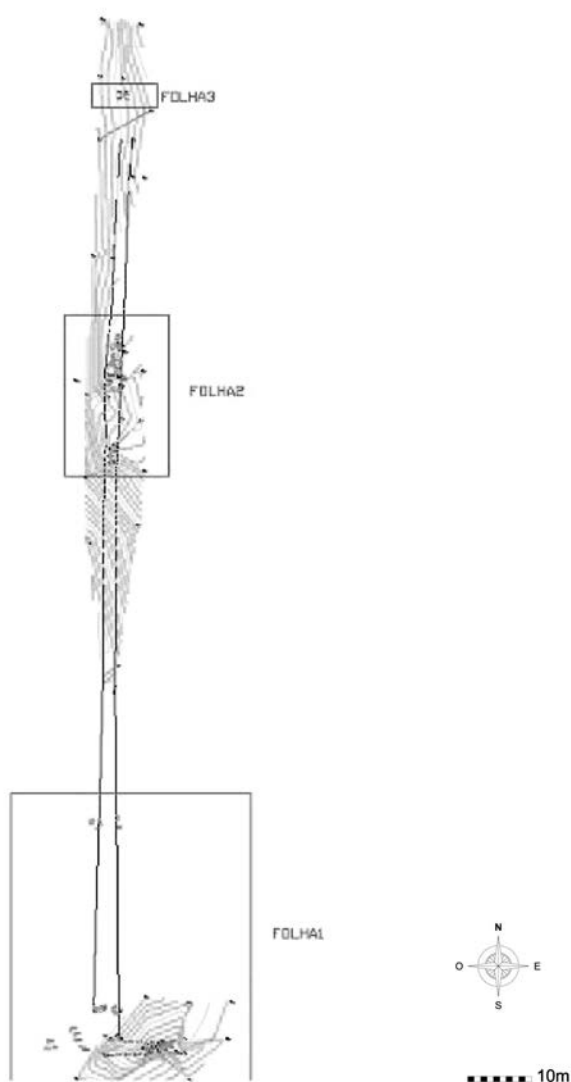


Fig. 2 - Planta geral de escavação com indicação dos três núcleos identificados.

- a. Depósito sedimentar removido mecanicamente, correspondente a argilas, muito compactas, de tonalidade castanho-escuras, com presença de vegetação;
- b. Paleossolo sobre o qual foram escavadas a maioria das estruturas negativas;
- c. Substrato geológico (afloramento rochoso/xistos);

No decurso da escavação foram registadas um total de 53 estruturas, distribuídas pelas seguintes tipologias construtivas (Fig. 3), que abaixo se descrevem:

Categoria	Descrição		Total
Estruturas em argila	Individuais	29	45
	Duplas	8	
Depressões	-		2
Fossas	-		5
Estruturas pétreas	Empedrado		1

Fig. 3 – Tipologia das estruturas do BHA 1.

Estruturas em argila ou fornos

Num total de 37 fornos, estas estruturas em argila (Fig. 4) são de pequenas dimensões, variando em termos de comprimento (0,80m a 1,20m), largura (0,30m a 0,80m) e profundidade (0,20m a 0,60m). Abertas quer no solo arqueologicamente estéril, quer directamente no substrato geológico, apresentam plantas ovaladas, circulares ou trapezoidais, com contornos mais ou menos irregulares. Na base apresentam um empedrado (raras vezes ausente), sempre com vestígios de exposição ao fogo, o que sugere ter este servido como uma placa térmica. Estes elementos pétreos podem apresentar-se dispersos ou imbricados, dispostos no nível de base ou, em casos pontuais, preenchendo por completo a estrutura. As paredes internas estão revestidas com uma espessa camada de argila cozida, da ordem dos 3-4cm, cujas altas temperaturas a que estiveram sujeitas, lhe conferiram uma tonalidade laranja.



Fig. 4 – Concentração de estruturas em argila.

Estas estruturas revelaram uma sequência estratigráfica muito idêntica que se caracteriza pela existência, sobre o paleosolo estéril ou substrato geológico, de um empedrado sobre o qual se deposita um sedimento argiloso, por regra com pequenos fragmentos de rocha e carvão. Sobre este sedimento encontra-se um outro depósito argiloso, de colmatação da estrutura negativa, que contem artefactos e ecofactos, nomeadamente, elementos da indústria de pedra lascada, restos de fauna e carvões.

Do ponto de vista artefactual, estes fornos continham no seu interior exclusivamente materiais de pedra lascada, que apresentavam um baixo grau de diversidade tipológica, adiante discutido.

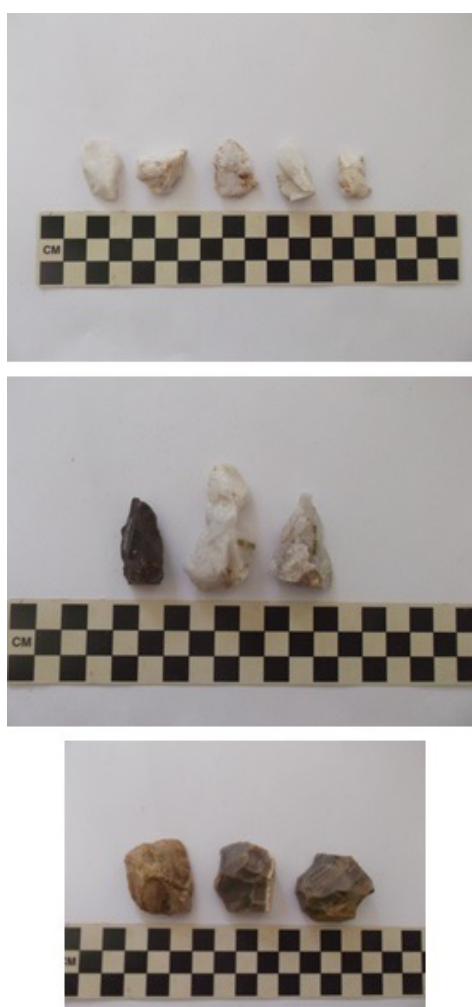


Fig. 5 - Utensilagem lítica identificada em estrutura de argila.

Fauna

Os trabalhos de escavação permitiram também a recolha de fauna mamalógica no interior destas estruturas. Os ossos apresentavam-se em mau estado de conservação, muito deteriorados e fragmentados, com probabilidade em resultado das altas temperaturas a que estiveram sujeitos. Ao mesmo tempo, as propriedades argilosas dos solos de em que estavam depositados prejudicaram severamente a preservação dos vestígios orgânicos. A amostra para efeitos de análise é pouco numerosa, mas indica-nos que, entre as espécies consumidas, encontrava-se a lebre (*Lepus sp.*), o veado (*Cervus elaphus*) e bovívdeo (*Bos sp.*).

Deposições Funerárias

Em dois destes fornos, E.23 e E.34, documentámos vestígios osteológicos humanos de dois indivíduos. Correspondem a duas deposições individuais, primárias, de um adulto do sexo masculino e de um sub-adulto, ambos em posição fetal e em muito mau estado de preservação (Fernandes in Rosa, 2017). A total ausência de espólio votivo dificulta apontar, para já, um momento cronológico específico para estas deposições, possivelmente, realizadas numa época de abandono dos fornos, e não numa etapa contemporânea do seu uso. Em todo o caso, a comprovação desta proposta só terá validade após realização de datações absolutas.

Depressões

Foram escavadas duas depressões (Fig. 6) caracterizadas por planta oval ou circular, com uma profundidade pouco significativa (cerca de 0,15m). Estas estruturas não apresentam sinais

de utilização e não continham materiais arqueológicos, o que nos impossibilita associá-las a um momento cronológico específico. No entanto, apresentam uma planta idêntica às das estruturas em argila, o que nos leva a equacionar a possibilidade de se tratarem de estruturas de combustão ainda em fase de construção.



Fig. 6 – Exemplo de depressão.

quaisquer indícios que possibilitem um enquadramento cronológico. No entanto, dadas as características e a proximidade a outros contextos arqueológicos com estruturas similares - por exemplo, no Monte das Cabeceiras 2 ou Quinta do Estácio 6 - supomos uma relação funcional associada a armazenamento alimentar (silos).

Apenas uma das fossas (fossa 2) forneceu espólio correspondente a um conjunto de sete fragmentos de cerâmica. Trata-se de formas lisas, de produção manual, sendo o único elemento identificável um bordo que corresponde a um prato de bordo espessado (Fig. 8). Em termos cronológicos este recipiente enquadra-se, grosso modo, no Calcolítico regional.



Fig. 7 – Estrutura tipo fossa.

Fossas

Foram escavadas duas estruturas tipo fossa (Fig. 7). Caracterizam-se pela planta de desenho oval ou circular, rondando 1m de largura e atingindo, no máximo, 0,50m de profundidade. Abertas no solo, sem empedrado e sem argila de revestimento nas paredes.

À exceção de uma das ocorrências (fossa 2), de onde provêm os únicos materiais cerâmicos recolhidos no sítio, as restantes não forneceram



Fig. 8 – Fragmento de prato de bordo espessado.

Empedrado

Neste conjunto, isolamos apenas um empedrado (Fig. 9), associado a combustão, encontrando-se sobreposto parcialmente a uma estrutura em argila. Apresenta um plano sub-rectangular com as dimensões de 1,30m de comprimento e 0,70m de largura.



Fig. 9 - Empedrado de combustão.

Cultura material

Os elementos da cultura material recolhidos no BHA foram objecto de estudo detalhado num outro contexto (Rosa, 2017), sendo aqui apenas alvo de uma apresentação sintética.

Materiais de pedra lascada

O conjunto artefactual do BHA é constituído fundamentalmente por materiais de pedra lascada provenientes das estruturas tipo forno.

Num inventário de 285 registos, 273 correspondem a elementos da indústria lítica talhada. Foi analisado um conjunto de 73 peças, recolhidas no interior das estruturas negativas 4,13,14,21 e 26, conjunto onde estão presentes núcleos, restos de talhe, produtos debitados e utensílios. O número de peças recolhidas em cada estrutura é regra geral muito baixo, destacando-se no conjunto a estrutura 26, com 43 registos.

No campo das rochas e minerais talhados, o quartzo representa a matéria-prima fundamental, correspondendo a cerca de 58% do conjunto. O objectivo fundamental da debitage consiste na produção de lascas que correspondem a 96% dos produtos debitados. Na categoria do pequeno grupo dos utensílios estão registados denticulados (2), entalhes (2) e raspadeiras (3).

Na categoria dos núcleos destacam-se num total de sete peças inteiras, os quatro núcleos de quartzito com negativos de extração de lascas – que são, no entanto, no conjunto pouco numerosas, como é visível na Tabela 1.

Efectivamente, está presente uma debitage local, demonstrada pela elevada percentagem de restos de talhe, fragmentos, esquirolas e pequenas lascas, orientada para a produção quase exclusiva de lascas. O aproveitamento massivo dos recursos locais (quartzo/quartzito), foi realizado no quadro de uma economia de debitage expedita, vocacionada para a produção de suportes de uso imediato e de raros utensílios.

Como registado em outros contextos de fornos, os entalhes, denticulados e raspadeiras são os utensílios mais frequentes.

Materiais de pedra afeiçãoada

Os materiais de pedra afeiçãoada - um movente/ percutor, uma bigorna e um afiador foram

recolhidos à superfície, portanto, não apresentam contexto arqueológico seguro ainda que possam ter estado relacionados com as ocupações pré-históricas do local.

Cerâmica

Foram recolhidos, como atrás mencionado, apenas na Fossa 2, sete fragmentos cerâmicos, um dos quais um bordo de prato de bordo espessado.

Discussão e interpretação dos dados

O sítio do BHAI coloca, ao nível da sua classificação crono-cultural e da definição da funcionalidade desta ocupação, questões que, de acordo com a informação hoje disponível, não são de resposta imediata.

As estruturas em argila que aí foram identificadas inscrevem-se numa realidade ainda mal caracterizada quer cronológica, quer funcionalmente, apesar da sua presença em distintos sítios da Pré-história recente e de algumas datações absolutas já realizadas sobre estes contextos.

Numa primeira avaliação, supomos para as estruturas em argila uma utilização como fornos, tal como, sucedeu para o conjunto do Xarês 12 (Gonçalves, 2002; Gonçalves, 2003), atendendo aos indícios de combustão que indubitavelmente apresentam. Não são conhecidas estruturas habitacionais nesta área que nos permita uma associação directa aos núcleos identificados. A forma como as estruturas se encontram dispostas e a elevada concentração destas, numa área restrita leva-nos a integrá-las numa primeira fase de ocupação do local - que será revisitado em pleno Calcolítico - provavelmente, de carácter temporário e funcionalmente especializada, no

processamento de produtos através de acção térmica.

Os resultados inconclusivos da análise recentemente levada a cabo no sítio da Cova da Baleia (Sousa *et al.*, 2018, demonstram, no entanto, a efectiva incerteza das leituras funcionais propostas para estes contextos.

Para além da funcionalidade destes fornos, a sua cronologia é também um tópico em discussão. Admitidas, numa primeira fase da investigação, cronologias dentro do Neolítico, que usavam como paralelo o sítio da Salema (Tavares da Silva e Soares, 1980), onde, pela primeira vez, se identificaram estas realidades, tem vindo a ser demonstrada uma mais longa - e inesperada - diacronia de construção/uso destas estruturas.

As datações absolutas obtidas para a a Cova da Baleia (Sousa e Gonçalves, 2015) e Defesa de Cima 2 (Diniz, 2013; 2017, apontam para usos destes fornos ao longo do 8º e 7º milénios cal AC, portanto em contextos de caça-recollecção, denunciando a maior complexidade das paisagens mesolíticas - quer ao nível da extensão dos territórios ocupados, quer ao nível da tipologia dos sítios e das estruturas domésticas.

A um povoamento que parecia nos primeiros milénios do Holocénico, concentrar-se no litoral e zonas estuarinas foram-se acrescentando os sítios da barca do Xarez e do Xarez 12 (Reguengos de Monsaraz), o da Defesa de Cima 2 (Évora), e, mais recentemente, a ocupação do Carrascal 2, reflectindo uma malha de povoamento mais alargada que o previsto, ao mesmo tempo que contextos como o da Cova da Baleia, Defesa de Cima 2 e Barranco Horta do Almada sugerem um quadro de actividades especializadas ainda mal conhecido.

No BHA, a ausência de datações absolutas torna mais incerta uma adscrição crono-cultural, atendendo sobretudo à baixa resolução tipológica da utensilagem lítica. No entanto, os melhores paralelos para este contexto - atendendo às estruturas tipo forno aí identificadas - apresentam esta cronologia antiga que também se admite para este sítio.

A indústria lítica do BHA constituída, essencialmente, por lascas, mais raras lamelas e onde estão presentes núcleos, restos de talhe e utensílios - fundamentalmente entalhes, denticulados e raspadeiras - corresponde a um quadro de utensilagem de fundo comum também identificado em outros contextos de fornos (Diniz, 2013).

A indústria lítica do sítio do Carrascal 2 (Reis *et al.*, 2019), exceptuando os três micrólitos geométricos identificados no conjunto, datada de 5713-5621 cal BC, apresenta óbvios paralelos com a indústria do Barranco Horta do Almada. A presença de elementos de todas as etapas do processo de talhe, o peso maioritário que o quartzo assume como matéria-prima, um número significativo de lascas e os entalhes e raspadeiras como utensílios principais - ainda que em pequeno número - parecem os principais elementos destes conjuntos.

A presença de fragmentos cerâmicos associados a outros materiais de cronologias neolíticas e calcolíticas têm sido também sistematicamente identificados nestes contextos. Como se regista na Cova da Baleia, na Defesa de Cima 2 - fases de ocupação curta destes sítios.

O Barranco Horta do Almada 1, implantado numa paisagem aberta e beneficiado pela proximidade aos recursos hídricos e pela fertilidade dos solos, o sítio assenta sobre os “Barros de Beja”, seria objecto de ocupação em

diferentes momentos da Pré-história recente. Nesse sentido, o conjunto de fossas estarão relacionadas com uma contínua ocupação do local.

A presença de alguns pontuais fragmentos de cerâmica, no interior destas estruturas e, que as coloca num momento de utilização compreendido, grosso modo, dentro do Calcolítico, é sinal disso mesmo. Ao mesmo tempo, a escassez de materiais cerâmicos torna uma cronologia unicamente neolítica/calcolítica menos provável.

Paralelamente, surgiram peças que desempenham uma função dentro das actividades produtivas (movente/percutor e bigorna) e que, embora se encontrassem em posição secundária, podem indicar a presença de comunidades agro-pastoris.

A presença de restos humanos no sítio -ainda que não datada - deverá corresponder a uma distinta fase de utilização destas estruturas, também proposta para a deposição funerária detectada na Cova da Baleia (Sousa e Gonçalves, 2015).

Discussão e interpretação dos dados

O Barranco Horta do Almada 1 constitui-se como um registo de extrema importância não só para o conhecimento da Pré-história do Baixo Alentejo, como para ampliar os dados provenientes da investigação dos últimos anos, que tem incidido em contextos arqueológicos semelhantes.

O conjunto dominante é composto por estruturas em argila e que se assemelham a pequenos fornos. Comummente associadas a áreas de funcionalidade doméstica, neste caso consideramos tratar-se de uma amostra

expressiva do carácter “industrial” do local, ainda que não se possa, para já, avançar uma funcionalidade específica para estas estruturas.

Ao nível da cultura material, a utensilagem lítica é a presença mais atestada, plenamente relacionada com as estruturas em argila, denunciando um trabalho de talhe local. Esta indústria, caracterizada pela presença de utensilagem expedita, e onde se evidencia a clara ausência dos geométricos, não possui elementos de diagnóstico crono-cultural. Não encontramos as lamelas e os produtos alongados característicos do Neolítico/Calcolítico, nem uma presença efectiva de materiais cerâmicos. Perante este conjunto, com um baixo grau de variedade artefactual, com uma indústria expedita destinada à obtenção de pequena lascas, e apesar da ausência de datações absolutas, pode colocar-se a hipótese de este sítio, como outros sítio de fornos e com indústrias líticas muito semelhantes, filiar-se, também, numa tradição mesolítica.

O significado destes contextos e das actividades aqui desenvolvidas é um tema em aberto que a investigação futura deve discutir.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao Dr. César Neves pela ilustração dos materiais apresentados neste artigo.

BIBLIOGRAFIA

- DINIZ, Mariana (2013). Fossas, Fornos, Silos e outros meios de produção: acerca da implantação das práticas produtivas no Neolítico Antigo em Portugal. *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: AAP, pp. 319-326.
- DINIZ, Mariana (2017). Estratégias de povoamento, transições culturais e registo arqueológico (ou a irónica contingência da ciência). Uma datação absoluta para o sítio da Defesa de Cima 2 (Évora). *SCIENTIA ANTIQUITATIS*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 65-82. <http://hdl.handle.net/10451/31085>
- GONÇALVES, Victor S. (2002). Duas áreas de inesperado avanço sobre a vida e a morte das antigas sociedades camponesas do Guadiana médio. A Mega Operação Alqueva – um balanço dos blocos 3 e 6 em fins de 2002. *Al-madan*. Almada. II Série.II, pp. 99-108.
- GONÇALVES, Victor S. (2003). Comer em Reguengos, no Neolítico. As estruturas de combustão da Área 3 de Xarez 12. In Victor S. Gonçalves (ed.) *Trabalhos de Arqueologia 25 – Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*, *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, pp. 81-99.
- REIS, Helena; GONÇALVES, Célia; SANTOS, Helena, VALERA, António Carlos (2019). Monte do Carrascal 2 (southern Portugal): Insights into lithic technology and intra-site spatial analysis of a Late Mesolithic hunting camp. *Journal of Archaeological Science: Reports*, Volume 23, pp. 674-686. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2018.11.014>.
- ROSA, Ana (2017). *O Barranco Horta do Almada 1 (Beja): (Mais) um sítio de fossas, (mais) um sítio de fornos no Sul de Portugal*. Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre, Lisboa: FLUL.
- TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1980). *Neolítico Antigo na área de Sines, Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, pp. 5-12.
- SOUSA, Ana Catarina; GONÇALVES, Victor S. (2015). Firewalk with me. O sítio da Cova da Baleia e as primeiras arquitecturas domésticas de terra no Centro e Sul de Portugal. In V. S. Gonçalves; M. Diniz; A. C. Sousa (eds.) *5º Congresso de Neolítico Peninsular. Actas*. Lisboa: UNIARQ, pp. 123-142.
- SOUSA, Ana Catarina; BAO, Juan Gibaja; MAZZUCO, Niccolo; MIRANDA, Marta; TERESO, João Pedro Vicente; GONÇALVES, Victor S. (2018). Clay combustion structures in early Mesolithic at Cova da Baleia (Mafra, Portugal): Approaches to their functionality. *Journal of Archaeological Science: Reports*, Volume 18, pp. 984-999. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2017.10.049>.

QUINTA DA PRAIA
(SAMOUÇO, ALCOCHETE):
TESTEMUNHOS DO NEOLÍTICO ANTIGO NA MARGEM ESQUERDA DO ESTUÁRIO
DO TEJO

Recebido: 30 de Janeiro de 2017 | Aprovado: 8 de Janeiro de 2019

António Faustino Carvalho¹

CEAACP - Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Universidade do Algarve - FCHS

Miguel Correia

Câmara Municipal de Alcochete

Marisa Moisés

Universidade do Algarve - FCHS

Resumo

Descoberto em 2003, o sítio arqueológico da Quinta da Praia pode ser atribuído ao Neolítico antigo com base na sua cultura material (cerâmica impressa e incisa, talhe do sílex para a produção de uma indústria de base lamelar, etc.). Sondagens e prospeções subsequentes, incluindo a recolha sistemática de artefactos de superfície, permitiram o reconhecimento de três concentrações principais de líticos e fragmentos cerâmicos. O estatuto das mesmas (se contemporâneas ou sucessivas no tempo) é ainda uma questão em aberto. A localização do sítio sobre a margem sul do Estuário do Tejo sugere a exploração dos seus recursos enquanto o sistema de povoamento coevo, por seu lado, indica a presença de uma economia agro-pastoril plena formada.

Palavras-chave: Neolítico; cultura material; povoamento.

Abstract

Discovered in 2003, the Quinta da Praia archaeological site can be attributed to the Early Neolithic after its material culture (impressed and incised pottery, knapping of flint for the production of a bladelet-based assemblage, etc.). Subsequent testing and field surveying, with systematic retrieval of surface artefacts, allowed the recognition of three main concentrations of lithics and potsherds. Their status (coeval or diachronic) and function are still an open question. The location of the site in the south rim of the Tagus Estuary suggests the exploitation of its resources whereas the coeval settlement system indicates a full farming economy.

Key-words: Neolithic; material culture; settlement.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_4

¹ afcarva@ualg.pt

I. Introdução

De acordo com a descrição providenciada pela própria Reserva Natural do Estuário do Tejo (ICNF, 2016), esta região pode ser dividida em quatro sectores distintos: mais a montante, o delta do Tejo, resultante da sedimentação de aluviões modernos, caracterizada por um sistema de mouchões e esteiros; depois, o Mar-da-Palha, que corresponde ao sector mais amplo do estuário, é descrito como um “mar interior” onde desaguam vários cursos de água; segue-se o canal profundo que separa as rochas detríticas da margem sul (Almada) dos calcários da margem oposta (Lisboa); e, finalmente, o sector terminal, que se prolonga até à linha Bugio - S. Julião, em que dá lugar ao oceano. Esta região tem vindo a revelar ao longo das suas margens, desde finais do século passado, diversos contextos arqueológicos datados ou atribuídos ao Neolítico antigo (Fig. 1). Nas propostas de modelização deste povoamento pré-histórico, conquanto variável nos particularismos interpretativos de

cada autor, tem sido naturalmente incontornável a avaliação que este largo corpo de água - que era ainda mais extenso para montante à época, aquando do pico da transgressão flandriana (Vis, Kasse e Vandenberghe, 2008) - teria tido na sua estruturação. A presença de extensos vestígios deste período na Quinta da Praia, no Samouco, portanto sobre o limite sudoeste do sector deltaico do Estuário do Tejo, abriu mais uma via de análise para o conhecimento dos contornos e das dinâmicas de que se terá revestido o povoamento neolítico na região, em particular durante a sua fase antiga.

A descoberta dos vestígios neolíticos da Quinta da Praia, levada a cabo por um dos signatários (M.C.), teve lugar em 2003 no decurso de prospeções que visavam o levantamento da carta arqueológica do município de Alcochete, tendo sido então possível isolar três *loci*, designados numericamente (Quinta da Praia 1, 2 e 3), no seio de uma vasta mancha de dispersão de materiais de superfície. O *Locus* Quinta da Praia 1 - onde se

realizaram os trabalhos que se descrevem adiante - encontra-se ocupado por um pomar de damasqueiros (junto à sua extremidade sul) e por diversas parcelas agrícolas regularmente lavradas (ou apenas gradadas para remoção da vegetação rasteira), o que permite a recolha periódica de materiais arqueológicos trazidos à superfície. Existem também no local alguns barracões de apoio àquelas atividades agrícolas. Os trabalhos arqueológicos que se vieram a realizar mais recentemente consistiram na sondagem do



Fig. 1 - [A] Sítios do VI/V milénio a.C. no Estuário do Tejo: 1 - Quinta da Praia; 2 - Moita da Ladra; 3 - Encosta de Sant'Ana e Armazéns Sommer; 4 - Palácio dos Lumiares; 5 - Carrascal; 6 - Gaio; 7 - Casal da Cerca.

[B] Localização da Quinta da Praia em extrato da Folha N.º 432 da Carta Militar de Portugal (em cima) e em levantamento topográfico à escala 1:1.000 com indicação das Sondagens 1 e 2 (em baixo).

pomar entre 28 a 30 de maio de 2012, e na prospeção sistemática de uma parte significativa do *locus*, com recolha integral dos materiais de superfície, de forma descontinuada entre 20 de janeiro e 6 de março de 2014. O estudo destes materiais encontra-se ainda em curso (Moisés, em preparação), pelo que no presente texto se apresentarão apenas os resultados dos trabalhos de campo e as primeiras conclusões que estes permitem extrair em termos de integração geral do sítio.

II. Trabalhos realizados

2.1. Sondagens

Esta intervenção visou principalmente o reconhecimento da estratigrafia do *Locus* Quinta da Praia 1 e, consequentemente, das condições contextuais de origem do material arqueológico surgido à superfície. A escolha recaiu sobre este *locus* devido, não só à (relativa) maior quantidade de materiais de superfície que apresentava, como por se tratar de uma das parcelas de terreno não cultivada em permanência. Assim, optou-se por abrir duas sondagens distintas (Fig. 1): a Sondagem 1, localizada a nascente, numa área de declive na direção do estuário, onde se abriu 1 m², e a Sondagem 2, localizada numa área aplanada a poente, onde se abriram 2 m² contíguos (quadrados K20 e K21).

A Sondagem 1 revelou duas camadas arenoargilosas separadas por uma camada argilosa, que se podem descrever do seguinte modo:

Camada 1. Areias castanho-escuras, com uma espessura de 40-45 cm, embalando seixos dispersos (devido ao desmantelamento do terraço fluvial localizado a cotas superiores?) e material

cerâmico de época recente (cerâmica vidrada e faianças) muito fragmentado.

Camada 1a. Em escavação, esta camada distingue-se dificilmente da que lhe sobrejaz devido à irregularidade da interface entre ambas; de espessura muito variável (10-30 cm), é formada por argilas negras que embalam os mesmos tipos de artefactos, conquanto em menor quantidade.

Camada 2. Areias de colorações mais claras, tendencialmente acastanhadas; a sua espessura total não foi determinada devido à subida do nível freático durante os próprios trabalhos de escavação (Fig. 2).



Fig. 2 - [A] Vista da Sondagem 1 para oeste, com o nível freático a emergir, podendo observar-se as três camadas aqui identificadas.

[B] Vista geral da Sondagem 2 para leste, à cota do topo das areias esbranquiçadas compactas que formam a base da sequência sedimentar, notando-se ainda a Ponte Vasco da Gama em fundo.

Uma lasca de sílex proveniente dos 10 cm de topo do depósito, na camada 1, foi o único artefacto pré-histórico identificado nesta sondagem. A sua posição altimétrica contrasta com a dispersão das cerâmicas históricas e sugere encontrar-se em posição secundária talvez devido ao desmantelamento do terraço fluvial a que corresponderão os seixos referidos. A partir dos 70 cm a continuação dos trabalhos tornou-se impossível devido à subida rápida do nível

freático, que provocava o abatimento das partes inferiores dos cortes, impregnadas de água salobra. A possibilidade de existência de estruturas e materiais neolíticos a cotas mais profundas continua, portanto, em aberto.

Os dois quadrados contíguos que formam a Sondagem 2 revelaram uma sequência formada por três realidades sedimentares (Fig. 2):

Camada 1. Camada de topo, com 50 cm de espessura média, formada por areias soltas, remexidas, de colorações branco-amareladas. Os materiais arqueológicos encontravam-se dispersos e estão representados por restos de talhe e de cerâmica de época neolítica, artefactos modernos (cerâmica vidrada, faiança, vidro, telha, plásticos) e restos de bivalves (ostra e berbigão). Estes materiais, misturados, encontram-se até uma profundidade de 60 cm (penetrando portanto na camada subjacente).

Camada 1a. Na faixa altimétrica dos 50-70 cm abaixo da superfície surgem manchas descontínuas de areias enegrecidas, também soltas, que se percebeu no decorrer dos trabalhos serem resultantes da decomposição de raízes de árvores já não existentes no local. Para além dos materiais (neolíticos e modernos) acima referidos, a esta cota do depósito encontravam-se fragmentos maiores de conchas (aparentemente apenas de ostra), restos ósseos e dentários de mamíferos (muito atacados quimicamente, apesar do seu aspeto “fresco”) e artefactos exclusivamente neolíticos.

Camada 2. Na base do depósito arenoso solto encontram-se areias brancas, compactas, arqueologicamente estéreis e correspondentes, provavelmente, à base do depósito arenoso fluvial que assenta diretamente no terraço que se constitui como o substrato geológico local.

Nesta sondagem, em suma, parece estarmos perante duas unidades geológicas principais, ambas correspondendo a uma cobertura arenosa

de origem fluvial, sendo que a de topo foi severamente afetada por trabalhos agrícolas que misturaram lixo moderno com um nível arqueológico pré-existente, neolítico. O material cerâmico moderno deverá resultar do abandono de lixo no local nos últimos séculos. A sua penetração até à profundidade assinalada dever-se-á à lavra do terreno, conquanto em momento incerto (aquando do plantio do pomar de damasqueiros existente nesta parcela?).

Como os fragmentos de cerâmica neolítica e as valvas de ostras eram significativamente maiores no nível intermédio acima descrito, e a (pelo menos aparente) inexistência de materiais modernos neste nível, foram observações que sugeriram poder aquelas valvas datar do Neolítico. Deste modo, seleccionou-se uma única valva para datação pelo radiocarbono. Porém, a calibração do resultado obtido (Wk-35999: 605 ± 25 BP), segundo a curva MARINE13, indicou que o material orgânico deste nível consiste numa acumulação de época moderna centrada nos séculos XVII-XVIII - em concreto, 1659-1716 cal AD (a 1 *sigma*) e 1651-1805 cal AD (a 2 *sigma*) -, o que se coaduna bem com algumas cerâmicas recolhidas na sondagem mas que deixou a ocupação neolítica por datar em termos absolutos.

2.2. Prospeção sistemática

Ao revelarem perturbações estratigráficas devidas a trabalhos agrícolas, os resultados obtidos nas sondagens de 2012 justificaram a realização de recolhas sistemáticas de superfície no mesmo *Locus* 1, com controlo espacial de proveniências, para perceber quais as parcelas afetadas por aqueles trabalhos e qual o seu grau de afetação, para desse modo se poder identificar áreas com

maior potencial científico para eventuais futuros trabalhos de escavação.

Este *locus* está subdividido em parcelas agrícolas dispostas longitudinalmente no sentido Este-Oeste, entre as salinas do Samouco e a estrada que liga esta povoação à praia, as quais são cultivadas anualmente por vários rendeiros. No momento da realização das prospeções, algumas tinham sido aradas recentemente e lavadas pela chuva, possibilitando assim uma boa visibilidade dos materiais sobre a superfície do terreno. A vegetação existente nas parcelas não cultivadas limitou a prospeção ou, na maioria dos casos, inviabilizou mesmo a sua realização.

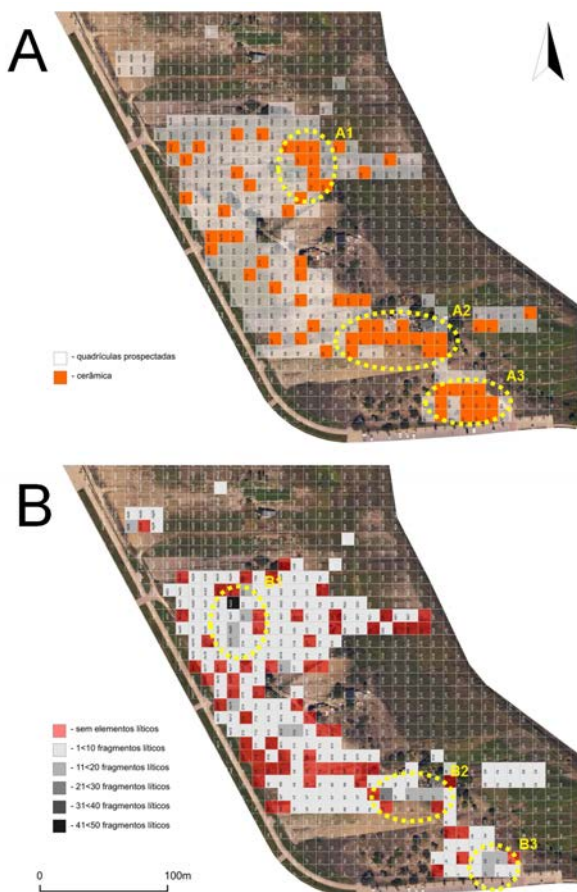


Fig. 3 - Distribuição espacial dos materiais neolíticos de superfície no *Locus* Quinta da Praia 1, com indicação das três concentrações observadas em cada categoria artefactual.

[A] Cerâmica; [B] Pedra lascada.

A metodologia aplicada consistiu na criação de uma quadrícula de 10x10 m desenhada sobre ortofoto do terreno e exportada para um aparelho de GPS (Garmin Dakota 20); com o auxílio do mesmo materializaram-se no terreno os cantos de cada uma das quadrículas. O material recolhido foi não só o de época neolítica, como também o mais recente, sobretudo cerâmicas modernas / contemporâneas, que terão sido trazidas com lixo doméstico.

Foram prospectadas 262 quadrículas no *Locus* 1, num total de 26.200 m², portanto, pouco mais de 2,5 ha. O material arqueológico de época neolítica, porém, proveio somente de 200 quadrículas; as 62 restantes não forneceram qualquer elemento desta época. Estes trabalhos permitiram assim confirmar a grande dispersão do material arqueológico mas também a existência de manchas de concentração individualizáveis (Fig. 3). Desta análise espacial podem retirar-se várias conclusões relevantes para o conhecimento da ocupação neolítica deste *locus* da Quinta da Praia:

- que a dispersão do material neolítico revelou a existência de três manchas para cada categoria (cerâmica e líticos);
- que as manchas de cerâmicas e de líticos da metade sul do *locus* - isto é, as manchas A2 e A3 e as B2 e B3, respetivamente (Fig. 3) - se encontram justapostas ou imediatamente adjacentes entre si, revelando deste modo a existência de contextos neolíticos independentes, conquanto a Sondagem 2 (que coincide com as manchas A3 e B3) tenha revelado a sua afetação profunda por trabalhos agrícolas;
- que as manchas A1 e A2, localizadas no extremo norte do *locus*, não são

coincidentes - a A1 encontra-se mais a oeste e a B1 mais a leste (Fig. 3) - por razões ainda não totalmente esclarecidas (o estudo do material, atualmente em curso, poderá revelar pistas a este respeito, se se tratar de uma diferenciação de cariz funcional).

A análise da dispersão do material cerâmico de épocas históricas (não cartografado na Figura 3) evidencia, por seu lado, uma concentração *grosso modo* centrada no sector sudoeste do *locus*, paralelo à estrada entre o Samouco e a praia (Fig. 1), e portanto não se sobrepõe às manchas de material pré-histórico. Esta observação testemunha indiretamente uma relativa integridade espacial da ocupação neolítica da Quinta da Praia. Temos assim bem definidas zonas de maior sensibilidade, passíveis de serem intervencionadas futuramente através de trabalhos de escavação ou tão-somente através de novas campanhas de recolhas de superfície. Durante o contacto pessoal com os agricultores pudemos perceber que o tipo de lavoura mecânica empregue não irá afetar eventuais contextos que se localizem abaixo dos 30-40 cm.

III. Conclusões preliminares: integração no Neolítico antigo do Estuário do Tejo

O material neolítico da Sondagem 2 é formado por fragmentos muito pequenos de cerâmica que apresentam pastas tendencialmente oxidantes e com numerosos desgordurantes, cujas (raras) decorações (cardial, “boquique”, traços incisos verticais, linhas incisas e triângulos formados pela associação de impressões) apontam genericamente para o Neolítico antigo evoluído, isto é, inícios e meados do V milénio a.C. (Fig. 4).



Fig.4 - Amostra de artefactos cerâmicos da ocupação neolítica da Quinta da Praia.



Fig.5 - Amostra de artefactos em pedra lascada da ocupação neolítica da Quinta da Praia.

A indústria de pedra lascada é quase exclusivamente em sílex, com tratamento térmico mas também com elevadas percentagens de calcinação por exposição ao fogo, com uma componente lamelar importante e contando com a presença de armaduras de tipo segmento, o que está de acordo com a cronologia sugerida pela cerâmica (Fig. 5). Por seu lado, o material arqueológico recolhido nas prospeções de 2014 é composto essencialmente por artefactos líticos, em que o sílex é predominante (em detrimento do quartzo e do quartzito), se caracteriza por uma indústria de base lamelar, e onde se registam igualmente diversos núcleos, percutores, material de debitage variado e utensílios retocados (incluindo micrólitos de tipo segmento e microburis). Identificaram-se também alguns

termoclastos que poderão ser de idade pré-histórica. A cerâmica é pouco numerosa, e a decorada representa apenas uma percentagem vestigial. Em suma, os conjuntos artefactuais da sondagem e da prospeção parecer ser, nesta primeira avaliação, integráveis na mesma fase cronológico-cultural. No sentido desta conclusão de estarmos perante uma realidade globalmente integrável na mesma fase concorre, em particular, o inventário cerâmico do sítio do Casal da Cerca (Palmela), no extremo ocidental da Arrábida (Fig. 1), onde se observa a mesma variabilidade formal e estilística da produção cerâmica (Tavares da Silva e Soares, 2014 [Fig. 21-28]). A inexistência até ao momento de elementos indicadores de uma cronologia mais tardia - como, por exemplo, vasos decorados com um sulco sob o bordo - sugere que esta ocupação não deverá ter atingido os finais do V milénio a.C.

O conjunto de realidades arqueológicas costeiras datadas ou atribuídas ao V milénio a.C. no Estuário do Tejo, tal como definido na Introdução, totalizam neste momento seis sítios (Fig. 1), se não se contabilizarem outros apenas detetados através de achados de superfície, como será o caso de diversas ocorrências que têm vindo a ser identificadas na área do Barreiro, Moita, Alhos Vedros e Montijo (A. González, inf. pes.). No seu conjunto, aqueles sítios revelam já redes de povoamento e estratégias económicas cuja caracterização genérica começa a ser possível à medida que os dados se avolumam. As primeiras referências que foram sendo dadas a conhecer acerca dos mesmos cingiam-se às modalidades de implantação no território e, em muito menor medida, aos seus elementos zooarqueológicos, quando conservados. Esta fase da investigação, que remonta a mais de uma década, sugeriu uma hipótese de trabalho a partir dos contextos lisboenses então recém-descobertos:

“Os sítios do Palácio dos [Lumiares] e da Encosta de Sant'Ana estão claramente implantados em função da proximidade dos antigos esteiros actualmente sob a cidade de Lisboa, sendo previsível a exploração dos recursos proporcionados por estes ambientes específicos e pelo estuário do Tejo. A recuperação de restos orgânicos nestes ou noutros contextos irá até, talvez, indicar uma imagem de aparente «mesoliticidade», como aliás parece ser desde já o caso no segundo daqueles sítios.” (Carvalho, 2005: 38-39).

Com efeito, a localização estuarina ou ribeirinha dos sítios referidos antecipava a exploração dos recursos oferecidos por estes nichos ecológicos particulares. O prosseguimento da investigação de campo - que resultou na descoberta de ocupações neolíticas antigas na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira), no Carrascal (Oeiras) e, mais recentemente, nos Armazéns Sommer (Lisboa) (Fig. 1) - e das análises zooarqueológicas - publicadas em detalhe até ao momento apenas para o caso da Encosta de Sant'Ana (Muralha e Costa, 2006: 161-162) - viriam a confirmar aquela dedução óbvia mas viriam também a revelar, no seu conjunto, uma importante componente terrestre envolvendo a agricultura, a pastorícia de ovinos/caprinos, bovinos e suínos e a caça de javali, veado e leporídeos, a par de evidências indiretas de armazenamento (estruturas negativas, vasos cerâmicos de grandes dimensões). De um modo geral, vários investigadores têm vindo a defender a tese de que boa parte destes contextos, se não a sua totalidade, se reportará a ocupações permanentes. Para o sítio do Gaio (Moita), os autores das escavações advogam uma “vocação residencial” para uma jazida em que

“[a] presença de lamelas com lustre de cereal constitui indício da prática de agricultura, em um contexto geográfico onde a pesca e a recollecção de

marisco devem ter desempenhado um papel importante, infelizmente sem possibilidades de confirmação, em resultado das más condições de conservação dos materiais de origem orgânica.” (Soares, Tavares da Silva e González, 2004: 41 e 59).

Esta linha de pensamento é também proporcionada pelos dados do Carrascal, que sugerem uma “ocupação perianual”:

“É nesse sentido que aponta o registo faunístico, onde se reconheceu a presença de boi doméstico, a par da presença de grandes recipientes de armazenamento e elementos de moagem. [...] A implantação da estação, a meia-encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, e na proximidade de pequeno paleoestuário então formado pela sua confluência com o rio Tejo, situado a apenas 3 km para jusante, permitiu a intensa recolha de ostras, ali então abundantes [...]” (Cardoso, 2016: 28).

O peso efetivo da componente aquática / marinha no cômputo global das estratégias alimentares destes grupos neolíticos terá sido, no entanto, marginal. De facto, os dados paleoisotópicos de restos humanos disponíveis para a região estremenha indicam que o consumo destes recursos no Neolítico antigo se deverá ter constituído como uma opção ocasional, talvez reservado a alguns indivíduos ou segmentos específicos das comunidades, não um elemento estruturante das mesmas. Com efeito, o seu impacto isotópico é, em todos os casos analisados até ao momento, sempre inferior a 20% do total, tal como determinado recentemente por Carvalho (2018).

Assim, à luz do contexto regional em que se insere, a Quinta da Praia poderia ser imediatamente interpretada como um acampamento-base em torno do qual se conduziriam atividades agro-pastoris e se explorariam os recursos espontâneos do estuário

vizinho. Todavia, resta por explicar o significado das três manchas de materiais de superfície identificadas, que se constituem no seu conjunto como a mais ampla realidade neolítica antiga documentada até ao momento na região. Correspondem estas manchas a ocupações exatamente contemporâneas entre si, ou seja, testemunhando a fixação de um grupo alargado neste espaço, reforçando aquela hipótese? Ou terão sido diferenciadas no tempo, isto é, demonstrando algum grau de itinerância dos grupos humanos, e portanto reduzindo substancialmente a hipótese de se tratar de um acampamento-base? A localização do sítio do Casal da Cerca (Fig. 1) e a extraordinária semelhança que as suas cerâmicas apresentam com as da Quinta da Praia (ver acima) são observações que permitem equacionar a existência de uma rede de povoamento neste sector da Península de Setúbal na qual os grupos neolíticos circulariam e explorariam a vasta planície plio-pleistocénica, de substratos arenosos e areníticos, que une os estuários do Tejo e do Sado e era atravessada por diversos esteiros, hoje grandemente colmatados. O Esteiro da Moita, em particular, é um forte candidato para essa circulação de grupos humanos e, logo, para explicar aquelas semelhanças estilísticas, favorecendo assim claramente a segunda das hipóteses acima enumeradas. Cabe no entanto à investigação futura avaliar em bases mais sólidas estas breves reflexões, sendo certo que qualquer uma daquelas hipóteses acarreta consequências importantes para o conhecimento da mobilidade e da estrutura demográfica do primeiros habitantes neolíticos do Estuário do Tejo.

Nota final e agradecimentos

A datação de radiocarbono efetuada para a Quinta da Praia foi custeada pelo projeto de investigação *Bom Santo Cave and the Neolithic societies of Portuguese Estremadura, 6th-4th millennia BC* (PTDC/HIS-ARQ/098633/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia para o triénio de 2010-2013, e dirigido pelo primeiro signatário.

Queremos deixar expresso os nossos agradecimentos a António González e Catarina Tente pela colaboração nos trabalhos de escavação, e ao primeiro também por informações pessoais acerca dos sítios neolíticos inéditos que têm vindo a ser identificados na margem sul do Estuário do Tejo, e agradecemos ainda uma revisão anónima que ajudou na melhoria de aspetos formais deste trabalho e na chamada de atenção para os paralelismos cerâmicos do sítio do Casal da Cerca com a Quinta da Praia.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, João Luís (2016). Na Estremadura do Neolítico antigo ao Neolítico final: os contributos de um percursos pessoal. In Mariana Diniz; César Neves; Andrea Martins (eds.) *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Monografias AAP; 2), pp. 25-50.
- CARVALHO, António Faustino (2005). As mais antigas sociedades camponesas da Península de Lisboa (c. 5.200-4.500 cal BC). In Victor S. Gonçalves (coord.) *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 33-43.
- CARVALHO, António Faustino (2018). When the Mediterranean met the Atlantic. A socio-economic view on Early Neolithic communities in central-southern Portugal. *Quaternary International*. 470, pp. 472-484. DOI: 10.1016/j.quaint.2016.12.045
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2016) [em linha] - Reserva Natural do Estuário do Tejo. [disponível em:] <http://www.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnet> [consultado em Outubro de 2016].
- MOISÉS, Marisa (em preparação) - *O sítio da Quinta da Praia (Alcochete): povoamento humano no Estuário do Tejo durante a neolitização*. Faro: Universidade do Algarve (dissertação de mestrado em curso).
- MURALHA, João; COSTA, Cláudia (2006). A ocupação neolítica da Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve / Promontoria Monográfica, 4, pp. 157-169.
- TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (2014). O habitat do Neolítico antigo do Casal da Cerca (Palmela). *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal (Setúbal Arqueológica, 15), pp. 61-104.
- SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos; GONZÁLEZ, António (2004). Gaio: um sítio do Neolítico antigo do Estuário do Tejo. *I Jornadas de História e Património Local*. Moita: Câmara Municipal da Moita, pp. 37-59.
- VIS, Geert-Jan; KASSE, Cornelis; VANDENBERGHE, Jef (2008). Late Pleistocene and Holocene palaeogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): effects of relative sea level, valley morphology and sediment supply. *Quaternary Science Reviews*. 27, pp. 1682-1709. DOI: 10.1016/j.quascirev.2008.07.003

DOLMEN DE LA PEÑA DEL HOMBRE

(ALMONASTER LA REAL, HUELVA)

Recibido: 28 de Abril de 2017 | Aprobado: 15 de Dezembro de 2018

José Francisco González Vázquez¹

Vestigia. Patrimonio y Turismo

Resumem

Hallazgo de un nuevo dolmen que a día de hoy permanece inédito. El dolmen se encuentra en un paraje (Sierra de la Peña del Hombre) del término municipal de Almonaster la Real, en la Sierra de Huelva, pero muy próximo a la cuenca minera, en una pequeña elevación junto al curso del río Odiel, en las cercanías de la aldea minera de Mina Concepción. Sólo conserva cuatro ortostatos de granito en superficie, perfectamente visibles e identificables. Su forma y disposición, de forma contigua, parece evidenciar que se trata de un dolmen de galería, similar a los que se encuentran en la zona a pocos kilómetros del Lugar, en el paraje de los Azulejos de Santa Ana la Real (Huelva) o junto al embalse del Odiel (Aracena).

Palabras-clave: dolmen; megalitos; calcolítico; Almonaster la Real; Río Odiel.

Abstract

We have found a new dolmen that today remains unpublished. The dolmen is located in a spot (Sierra de la Peña del Hombre) of the municipality of Almonaster la Real, in the Sierra de Huelva, but very close to the mining basin, in a small elevation along the course of the Odiel river, near the mining village of Mina Concepcion. It only conserves four granite orthostats on surface, perfectly visible and identifiable. Its shape and layout, contiguous, seems to show that it is a gallery dolmen, similar to those found in the area a few kilometers from the place, in the site of the Azulejos of Santa Ana la Real (Huelva) or Next to the reservoir of the Odiel (Aracena).

Key-words: dolmen; megalithis; chalcolithic; Almonaster la Real; Odiel River.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_5

¹ berkam13@hotmail.com

Introducción

El dolmen de la Peña del Hombre fue hallado de manera fortuita durante una ruta por el antiguo camino que comunicaba la cuenca minera de Río Tinto con Almonaster la Real. Un trazado que, en partes, se corresponde supuestamente con la calzada romana que comunicaba *Urium* (Riotinto) con *Arucci* (Aroche). En una loma, a escasos 50 metros del camino, descubrimos los cuatro ortostatos que formaban parte de la galería de este monumento megalítico, que bien se puede encuadrar en el Calcolítico de la zona. Resulta extraño que no haya sido dado a conocer en los estudios del megalitismo de la provincia de Huelva, especialmente porque se encuentra en una posición privilegiada y sus elementos constructivos son muy evidentes y de fácil observación, pues el lugar se encuentra muy limpio de vegetación por el uso ganadero de éste.



Fig. 1 - Imagen aérea del territorio.

Si bien, es cierto que desde el camino no es visible y es necesario acceder expresamente al lugar, motivo por el cual no ha sido hallado con anterioridad, además de encontrarse en una finca privada utilizada para la crianza de ganado vacuno.

Su hallazgo pone de manifiesto la existencia del megalitismo y del poblamiento prehistórico en este área.

Territorio

Este dolmen se encuentra ubicado en el término municipal de Almonaster la Real, municipio de la Sierra de Huelva que tiene territorio en la comarca serrana, en Osa Morena, y en la Faja Pirítica Ibérica, donde se localizan sus principales minas. Precisamente una de las explotaciones mineras de Almonaster la Real fue Mina Concepción, muy próxima a la ubicación del dolmen. Asimismo, en el antiguo camino, anteriormente comentado, se localiza la aldea y ermita de Santa Eulalia, levantadas sobre una explotación metalúrgica romana y, en el caso de la ermita, construida sobre los sillares de un

mausoleo turriforme igualmente romano. Pero además, el dolmen se encuentra en una de las laderas que contornean el cauce fluvial de la Riviera de Santa Eulalia, que en las proximidades contribuye al Río Odiel (Fig.1).

Ciertamente, la ubicación del dolmen es

significativa, pues se construyó junto al cauce del Odiel y de la mencionada rivera, además el mejor paso para atravesar el río, La Pasada de la Llana, también está próximo, formando parte del antiguo camino, que se hubo de utilizar no sólo en tiempos romanos, sino también en época prehistórica.

Dólmenes

El megalitismo en la provincia de Huelva tiene numerosos ejemplos catalogados, estudiados y, en ciertos casos, puestos en valor para la visita turística. Las variedades de sepulcros megalíticos encuadrados en el Calcolítico provincial es igualmente diversa, con presencia de dólmenes de cámara y corredor, dólmenes de galería cubierta, cistas megalíticas, hipogeos y tholos o sepulcros de falsa cúpula. Asimismo existen evidencias de cromlech o círculos de piedra, menhires territoriales, menhires reaprovechados en cámaras sepulcrales, del mismo modo que se conocen ejemplos de grabados esquemáticos atribuidos a dichas culturas prehistóricas, sin olvidar los poblados fortificados, hábitats sin fortificar y puntos de vigilancia. Con ello, el panorama de esta cultura es rico en evidencias en el marco de la provincia onubense (Linares Catela, 2011).

Habida cuenta de ello, es necesario especificar que existen elementos megalíticos aislados y otros que forman parte de conjuntos.

Precisamente los conjuntos se caracterizan por compartir unos patrones culturales definidos, que en determinados casos se manifiestan de la misma forma en conjuntos separados geográficamente, pero conectados por posibles rutas de comunicación prehistórica que, en la mayoría de los casos, vienen determinadas por el río o los afluentes que lo contribuyen y que actúan de conectores culturales (Fig. 2).

En este sentido, aparecen diversos horizontes culturales, como es el caso del grupo de los dólmenes de Aroche, asociados al Río Chanza, que contribuye al Río Guadiana y que corrobora esta teoría de conexión entre culturas y ríos, pues la cultura material y la tipología constructiva de los sepulcros, de cámara y corredor, queda relacionada con los antas de Portugal, que tiene al Chanza y al Guadiana como elementos de conexión cultural (Piñón Varela, 1988). Por su parte, en el Andévalo occidental son frecuentes las construcciones de sepulcros de falsa cúpula o tholos, destacando la necrópolis de la Zarcita (Santa Bárbara de Casa). Otras particularidades se dan en los ejemplos megalíticos de la Campiña onubense, donde sobresale el dolmen de galería de El Soto (Trigueros).



Fig. 2 - Vistas del Río Odiel desde el dolmen de la Peña del Hombre.

En lo concerniente a este trabajo nos interesan los hallazgos megalíticos próximos al lugar donde se ubica el dolmen de la Peña del Hombre, pues nos pueden ayudar a establecer vinculaciones culturales que sirvan de hipótesis para definir la tipología constructiva y la cultura material asociada a este sepulcro (Pérez Macías, 1996). Para ello repasaremos los conjuntos megalíticos y demás sepulcros ubicados en las proximidades del Río Odiel y de sus afluentes.

En atención a este parámetro, podemos citar varios ejemplos de dólmenes, destacando los conjuntos ubicados entre los cursos de los ríos Tinto y Odiel, donde se ubican algunos de los principales grupos de dólmenes del Suroeste peninsular (Cabrero García, 1985). Nos referimos a los conjuntos de dólmenes de El Pozuelo (Zalamea la Real) (Cerdán, Leisner y Leisner, 1952), Los Grabieles (Valderde del Camino), El Villar (Zalamea la Real), El Gallego-Hornueco (Berrocal-El Madroño) o Mesa de las Huecas (Niebla). Todos dólmenes de galería con diversos subtipos. Si bien, existen algunos dólmenes



Fig. 3 - Imagen ortostatos.

cercanos al curso del Río Odiel e igualmente próximos a la zona que estudiamos. Entre ellos los dólmenes del conjunto de El Villar (Zalamea la Real), donde se incluyen los dólmenes de La Paloma y de La Venta, así como los dólmenes, periféricos a éstos, de Esparraguera, Umbría del Regio o Valle Redondo. Otro de los sepulcros próximos y a tener en cuenta es el dolmen de La Cantina (El Campillo) que presenta galería y cámara acodada (Linares Catela, 2011). No obstante todos estos ejemplos se encuentran en la margen izquierda del río, aunque la relativa cercanía al dolmen que estudiamos y su conexión

cultural con el Odiel los hacen referentes para la contextualización del sepulcro de la Peña del Hombre.

De esta forma, es preciso buscar los paralelismos en la margen derecha del Río Odiel. Entonces, el conjunto más cercano a la zona que nos interesa es el formado por los dólmenes de Los Azulejos (Santa Ana la Real), en cuyas proximidades se descubrieron además unos interesantes grabados esquemáticos. Estos grabados han sido interpretados como parte de los rituales desarrollados por una comunidad campesina que

representaba sus formas de vida, y un guiño simbólico a los ciclos productivos agropecuarios (Pérez Macías, 1988). Posiblemente las mismas formas de vida de la comunidad que habitaba en el entorno de la Sierra del Hombre.

Las dos galerías cubiertas de Los Azulejos tienen la misma orientación Este-Oeste que el dolmen que presentamos, están igualmente elaborados

con piedras graníticas del lugar,

y están ubicados, relativamente cerca éste, junto al Arroyo de La Cabra, aguas que más abajo contribuyen a la Rivera de Santa Eulalia. Dos galerías que superan los 4 m de longitud y que presentan túmulos de unos 15 m de diámetro. Han sido fechados en la segunda mitad del III Milenio a.C., una etapa más autóctona y con menor influencia atlántica (Pérez Macías, 1988).

Por otra parte, en 2010 fue publicado el hallazgo de un nuevo dolmen de galería, el más próximo geográficamente al dolmen que tratamos. Nos referimos al “Dolmen del Odiel”, dado a conocer

junto al dolmen Mengabú II y al asentamiento calcolítico al aire libre asociado del Cerro del Tambor. El Dolmen del Odiel, de orientación Este-Oeste, presenta túmulo y galería trapezoidal delimitada por 14 ortostatos, observándose la tendencia a la estrechez de la planta de la galería conforme se extiende a la entrada. Conserva túmulo de unos 20 m de diámetro y de 2 m de altura, además de anillo perimetral (Rivera y Romero, 2010). ¿Se trata del paralelo más fiel al dolmen de la Peña del Hombre?

Dolmen de la Peña del Hombre

Los restos de este dolmen que han llegado a la actualidad son cuatro ortostatos hincados y realizados en piedra de granito del lugar, como hemos podido atestiguar observando los afloramientos de piedra del entorno, en la prolongación de la ladera donde se ubica el sepulcro. La disposición de los ortostatos es continua, trazando una línea tendente a la curva que se agudiza en el ortostato O1, pues marca una orientación que rompe con la curvatura sinuosa del resto de ortostatos. Ello nos induce a pensar que dicho ortostato indica un cambio sustancial en la planta del dolmen, posiblemente marcando el final de la galería e incluso el inicio de una posible cámara. Por otra parte, no quedan restos del túmulo ni del anillo perimetral. En su interior se encuentran piedras amontonadas sin disposición funcional, tratándose de un majano realizado por el propietario de la finca, que aprovecharía el

resguardo de los ortostatos para cobijar las piedras que estorbaban para el aprovechamiento de la dehesa. Asimismo, también se encuentran junto al dolmen un par de piedras de granito, que por sus dimensiones y características, podrían tratarse de otro ortostato, aunque aparece sin hincar, en posición horizontal, fracturado y relevado de su posición original (Fig. 3).

Los ortostatos O3 y O4 presentan una sinuosa inclinación al exterior, evidenciando que su posición original ha variado con el paso del tiempo, probablemente por la incidencia de las raíces de un árbol que pudo nacer entre ambos. La línea que marcan los ortostatos O2, O3 y O4 parece indicar la dirección de la galería, orientación que quedaría ratificada con la función de cierre del fondo del sepulcro representada por O1. De esta forma la orientación de la galería sería Este-Oeste (Fig. 4).



Fig. 4 - Imagen del dolmen.

En relación a la disposición de los ortostatos conservados, parece que representan la última parte de la galería y el inicio del cierre de ésta. Se podría encuadrar dentro de los sepulcros de galería aparecidos y estudiados en la zona, si bien

es significativo que el cierre de la galería no se corresponda con un gran ortostato dispuesto de forma transversal que forme un ángulo de 90° respecto a la orientación de la galería, como es frecuente en determinados ejemplos de dólmenes de galería. Bien es cierto, que otros dólmenes de galería de la zona cierran la planta del sepulcro con un ensanche final y una disposición de los ortostatos que dibujan una pseudocámara (Fig. 5).

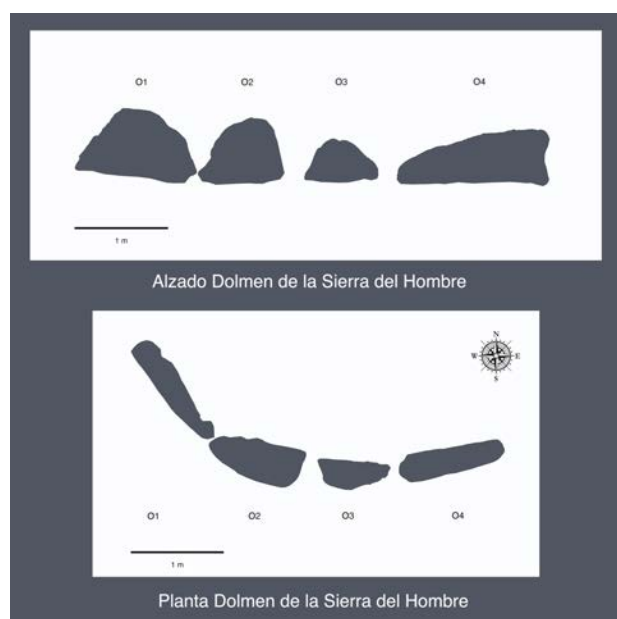


Fig. 5 - planta y alzado del dolmen.

El dolmen más próximo a este sepulcro es el Dolmen del Odiel (Aracena), distante pocos km río arriba y caracterizado por su estructura de galería, pudiendo ser coetáneo culturalmente, siendo éste datado a finales del III Milenio a.C.

Parece obvio que en las proximidades se debieron levantar otros sepulcros megalíticos para completar la necrópolis del poblado que construyó esta tumba. A día de hoy sólo conocemos los restos aquí presentados.

Respecto al poblado no hemos encontrado registro arqueológico que pueda atestiguar la existencia del asentamiento calcolítico al que pertenece este enterramiento. Hemos hecho un

rastreo por el cerro de la Peña del Hombre, que se encuentra a poco más de 1 km en las elevaciones del mismo conjunto de montañas, y sólo hemos podido encontrar un galbo de cerámica gris realizado a mano, percatándonos de las complicaciones para el establecimiento de un poblado en la cumbre, pues el afloramiento de granito lo imposibilita. No obstante, la cara Noreste del cerro ofrece mejores condiciones de hábitat, pero la densa vegetación nos ha privado de practicar una adecuada prospección. Quizás haya que buscar el poblado en la cumbre de la Sierra de los Gatos, separada del dolmen por el río Odiel y por una distancia de 1,6 km en línea recta en dirección Sudeste.

Con todo, serán necesarias nuevas visitas al lugar con la intención de encontrar el poblado y posibles nuevos dólmenes.

Conclusiones

Los asentamientos de la Edad del Cobre y sus característicos enterramientos megalíticos se extendieron por casi la totalidad de la actual provincia de Huelva. La cantidad y la variedad de ejemplos catalogados y estudiados se ha visto incrementada en los últimos años. El dolmen de la Peña del Hombre es un nuevo hallazgo que contribuye a ampliar el número de enterramientos megalíticos registrados en el Suroeste peninsular. No disponemos de más información por la falta de elementos y material arqueológico que pudieran aportar más datos para su estudio. Se encuentra muy arrasado, sin restos del túmulo ni del anillo perimetral. Haría falta una excavación para tratar de sustraer algún dato significativo, aunque probablemente no quede registro de su ajuar por haber sido expoliado. Asimismo los ortostatos que faltan han debido ser reutilizados para otras funciones.

A pesar de ello, se trata del primer dolmen descubierto en el término municipal de Almonaster la Real, lo que supone una contribución para el estudio de la prehistoria de dicho municipio serrano, pobre en lo que a yacimientos prehistóricos se refiere, pues sólo está representado por el asentamiento calcolítico del Cerro de la Picota. Este yacimiento se encontraba a 5 km al Noroeste del dolmen que estudiamos y ratifica la presencia de esta cultura en la zona. Fueron documentados restos de cuencos y fuentes, cuernecillos, placas de arquero y un molino de piedra, que por sus tipologías se pueden fechar a inicios del III Milenio a.C. (Gavilán y Pérez, 1999). Una comunidad establecida en un punto estratégico en las comunicaciones del Suroeste peninsular y con economía ganadera de subsistencia.

A su vez, se pone de manifiesto con este trabajo la importancia del entorno de la Pasada de la Llana como lugar estratégico relacionado con la vías de comunicación de aquellos tiempos y con la presencia del Río Odiel como recurso aprovechado por las comunidades que debieron poblar la zona.

BIBLIOGRAFÍA

- CABRERO GARCÍA, Rosario (1985). Tipología de los sepulcros calcolíticos de Andalucía Occidental. *Huelva Arqueológica VII*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva, pp. 207-263.
- CERDÁN, Carlos; LEISNER, Georg; LEISNER Vera (1952). Los sepulcros megalíticos de Huelva. *Informes y memorias de la Comisaría de Excavaciones Arqueológicas*, 26, Madrid.
- GAVILÁN, Beatriz; PÉREZ, Juan Aurelio (1999). El Cerro de la Picota (Almonaster la Real, Huelva). *XIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra*. Diputación Provincial. Cortelazor la Real, pp. 461-474.
- LINARES CATELA, José Antonio, (ed.) (2011). *Guía del Megalitismo en la provincia de Huelva. Territorios, paisajes y arquitecturas megalíticas*. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1988). Los esquematismos de Los Azulejos, Santa Ana la Real. Nuevos grabados rupestres en Huelva. *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Riotinto*. Nerva, pp. 231-241.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1996). Las primeras comunidades de la Sierra de Huelva. *Aestuarina. Revista de Investigación*, nº 4, pp. 13-34.
- PIÑÓN VARELA, Fernando (1988). El Grupo de Aroche: sepulcros de cámara poligonal y corredor en la Sierra de Huelva. *II Jornadas de Patrimonio de la Sierra de Huelva*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva, pp. 237-277.
- RIVERA, Timoteo; ROMERO, Eduardo (2010). Nuevas evidencias de la Edad del Cobre en Aracena (Huelva), *V Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Almodovar, pp. 493-502.

LA CUEVA DEL CAÑAVERALEJO (ADAMUZ, CÓRDOBA, ESPAÑA) EN LA PREHISTORIA RECIENTE DE SIERRA MORENA: NUEVAS APORTACIONES.

Recibido: 30 de Maio de 2018 | Aprovado: 10 de Dezembro de 2018

Isabel María Jabalquinto Expósito¹

Investigadora (Doctoranda) del Área de Prehistoria de la Universidad de Córdoba.
Grupo de investigación PAI Hum-262, Investigación en Recursos Patrimoniales.

José Clemente Martín de la Cruz²

Catedrático de Prehistoria - Universidad de Córdoba.
Grupo de investigación PAI Hum-262, Investigación en Recursos Patrimoniales.

Resumen

Se presentan los resultados obtenidos en la excavación de los cortes B, C y A de la Cueva del Cañaverealejo. Aunque gran parte de los sedimentos han sido alterados por la acción humana y de los animales por medio de excavación de madrigueras, el estudio de los materiales, combinando la secuencia estratigráfica con la morfología, permiten plantear una ocupación inicial que se remonta al neolítico antiguo, al menos en el tránsito del VI a V milenio a.C., que se continúa con algún hiatus durante el IV y el III milenio a.C. La cueva continuó siendo frecuentada durante el III y II milenio a.C. de forma temporal y relacionada con la ocupación del territorio exterior a la cavidad.

Palabras-clave: cueva; excavación arqueológica; Neolítico; Calcolítico.

Abstract

We present the results obtained from the excavation of the trenches B, C and A Cañaverealejo Cave. Although much of the sediments have been altered by the human action and animal by digging burrows, they study of materials, combining the stratigraphic sequence to morphology, they allow to raise an initial occupation that goes back to the Neolithic Ancient one, during transition from VI to V millennium B.C., that is continued by some hiatus from IV to III millennium B.C.

The cave continues to be frequented during the III and II millennium B.C. temporarily, and related to the occupation of the territory outside the cave.

Key-words: Cave; archaeological excavation; Neolithic; Chalcolithic.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_6

¹ jaexi@hotmail.com

² ch1macrj@uco.es

Introducción

La Cueva del Cañaveralejo se ubica al noroeste del municipio de Adamuz en la provincia de Córdoba (España). Se accede desde esta localidad por la A-3001 en dirección a la población de Obejo hasta el punto kilométrico 5, donde se abre un camino a la derecha conocido como la “Vereda de Valdeinfiernos”. Se avanzan 1300 metros hasta llegar a un pequeño puente que salva el cauce del Arroyo del Cañaveralejo. A la izquierda surge una estrecha senda que conduce a la cavidad.

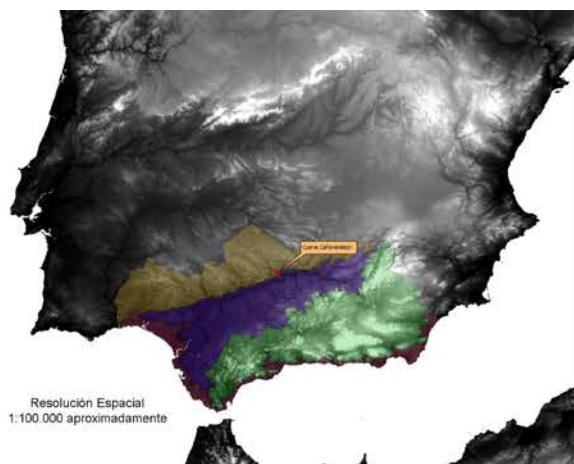


Fig. 1 - Localización de la Cueva del Cañaveralejo en el entorno de Sierra Morena. Resolución espacial 1:100.000.

Desde un punto de vista fisiográfico está enclavada entre dos dominios geológicos, el Valle del Guadalquivir hacia el Sur y Sierra Morena con el Valle de los Pedroches hacia el Norte. Enlazando las dos, el Piedemonte de Sierra Morena o el Sector Mariánico, que ha destacado históricamente por sus recursos metalógenicos compuestos por filones de sulfuros y carbonatos de cobre. Estos últimos susceptibles de ser explotados con los medios tecnológicos durante el III y II milenio a.n.e. Asimismo, se encuentra en un ámbito paisajístico principalmente serrano con algunos pequeños valles, con una litología configurada por materiales del Carbonífero

Inferior y Medio, intercalados con algunas franjas formadas en el Mioceno Superior.

Según los paramentos de base morfométricos definidos por la FAO/UNESCO, la cavidad se encuentra rodeada por suelos Regosoles eútricos que, por lo general, presentan una escasa potencia, porque se crearon a partir de rocas duras con poca capacidad para retener el agua. Los eútricos son ricos en nutrientes, por ello, gran parte del terreno está dedicado al cultivo del olivar alternado con espacios agroforestales (dehesas) y forestales, que se extienden por sectores abruptos donde la pendiente es acusada.



Cueva del Cañaveralejo: Génesis y Morfología

La génesis y el proceso de evolución de la cavidad durante el cuaternario han sido estudiados por Juan Manuel Recio Espejo y Javier López Vallejos (2007), que formaban parte del equipo interdisciplinar del Proyecto “Puesta en Valor Integral de la Cueva del Cañaveralejo”.

La cavidad tiene un origen kárstico, labrada en calizas carboníferas muy permeables y karstificables, dispuestas en una alineación

semicontinua de rumbo N.O. a S.E. y en posición subhorizontal, En este estrato predominan las cavidades de mediano y pequeño tamaño junto a escarpes y cañones excavados por los actuales cursos de agua.

Los procesos disolutivos típicos del endokars acaecidos durante la Edad Mesozóica, constituyeron su origen con la formación de una cavidad subterránea. En este proceso, también participó el cauce del antiguo Arroyo Cañaveralejo, que en su progresivo encajonamiento erosionó y rompió la pared que lo separaba de la cavidad interna cuando circulaba a + 20 m. con respecto a su cota actual. Esta lenta transformación se desarrolló a lo largo del final del Pleistoceno Inferior y comienzos del Medio, desde hace 300.000 años (Recio y López, 2007: 104). Durante el final del Pleistoceno Medio e inicios del Final, hace unos 140.000 (Recio y López, 2007: 104) el arroyo termina erosionando la ladera abriendo la cavidad y rellenando gran parte de ella con barro y guijarros.

Por último, la morfología actual de la cavidad tiene un origen antrópico, consecuencia de la extracción de sedimentos, clastos y hematites. A estas acciones hay que sumar las reestructuraciones de su espacio como resultado de la ocupación humana como lugar de hábitat temporal y su posterior uso como redil para el ganado. Pese a todo, en la actualidad la circulación kárstica continua en algunas zonas de la cueva, como lo demostró la formación de estalactitas muy recientes en el techo de las galerías donde se llevaron a cabo labores extractivas de materiales.

Estado de la Cuestión: La investigación en la Cueva del Cañaveralejo.

El poeta, arqueólogo e historiador D. Juan Bernier Luque escribió la primera publicación sobre la cavidad bajo el título de “*Investigaciones Prehistóricas*” en 1962. Por aquel entonces, el polifacético investigador denunció el mal estado de conservación y el grado de abandono que tenía la cueva a principios de la década de los sesenta, como reflejó en el siguiente texto:

[...]“Claro está que de las características de la caverna, la extracción de piedra cantera, las rebuscas y los corrimientos de derrubios hacia la boca de entrada, junto con el hundimiento de niveles por la acción del agua, no han permitido encontrar niveles específicos y sí mezclas e incluso anticronismo en la posición de los objetos encontrados [...]”

(Bernier Luque, 1962: 108).

A parte de denunciar el estado de conservación de la misma, realiza un análisis del material arqueológico depositado en el Museo Arqueológico Provincial de Córdoba por el Grupo Ambrosio Morales: Formación Juvenil.

Actualmente, desconocemos si el material se recuperó dentro de una actividad arqueológica (prospección o excavación) dirigida por el propio autor, ya que no lo especifica en el artículo.

El conjunto lo forman artefactos líticos, tallados, pulimentados, útiles óseos y fragmentos cerámicos junto a restos óseos de procedencia humana, algunos de ellos quemados, que indican el uso de la cavidad como lugar de enterramiento (Bernier Luque, 1962: 109). De todos los materiales, en la industria ósea destaca la presencia de un punzón. En la lítica nombra la existencia de láminas de sílex con los bordes retocados, lascas de sílex y algunas puntas de cuarcita junto con hachas pulimentadas.

En la descripción de material hay una pieza interpretada por el autor como colgante: “... *de barro al parecer sin cocer y con extremos perforados...*” (Bernier Luque, 1962: 110). Este tipo de artefactos en la actualidad se denominan crecientes o cuernecillos³. Relacionado con los materiales cerámicos, el autor describe solo aquellos fragmentos que presentan algún tipo de decoración, destacando “...*uno con bandas de líneas enfrentadas en oblicuo...*” (Bernier Luque, 1962: 112) junto a elementos decorados con cordones. Aunque en todo el elenco cerámico, destacan piezas pintadas de rojo no asociadas al grupo de la cerámica almagra, que por lo general presentan mamelones de pezón y asas. Tras paralelizar el material lítico y cerámico con otros yacimientos conocidos en la época, el investigador lo enclava en las fases culturales neolíticas y eneolíticas (Bernier Luque, 1962: 113)

Décadas posteriores a la publicación del artículo “Antigüedades Prehistóricas” de D. Juan Bernier Luque, Gavilán Ceballos (1985) estudia una colección de materiales del Museo Arqueológico Provincial de Córdoba, depositados por el G.E.S. (Grupo Espeleología Cordobés). El método de análisis se basó en un estudio estadístico de los materiales arqueológicos y su atribución cronológica y cultural, a partir de la asociación de los elementos más significativos (recurrencias formales) con otros procedentes de asentamientos, cuya secuencia estratigráfica presenta dataciones absolutas asociadas a procesos culturales.

La investigadora se extiende en el estudio del material cerámico ya que es el elemento más representativo de la muestra y, por otra parte, por su tradición como fósil director resulta más fácil adscribirle un periodo cultural. Aunque, hay que tener en cuenta las reservas que presentan los materiales procedentes de recogidas superficiales, además posiblemente selectivas, que no tienen por qué reflejar todos los periodos de ocupación de la cavidad, quedando pues en una mera aproximación cultural.

El estudio cerámico quedó articulado en dos apartados principales: el tecnológico y el tipológico. Para ello realizó una división de la cerámica en cinco grupos: no decorada, almagra, incisa, impresa y con cordones aplicados. Con respecto a la no decorada destacan los bordes redondeados⁴ y biselados, con dirección entrante y diámetros medios. Están presentes los mamelones redondeados macizos y de sección circular (Gavilán Ceballos, 1985: 56).

Entre las especies decoradas predomina la almagra sobre los fragmentos con decoración impresa, incisa y cordones aplicados⁵. Está aplicada en las superficies internas y externas y asociada a asas anulares verticales de sección semicircular. De todas las piezas estudiadas ninguna tiene asociadas varias técnicas decorativas algo que lo convierte en algo destacable dentro del paquete cerámico para insertarlo en un contexto cultural neolítico.

³ Estos elementos se extienden por una amplia geografía siendo normales en lugares habitacionales insertos cronológicamente entre el IV, III y II milenio a.n.e. Se ha definido como un cuerpo de sección circular, subrectangular o subelíptica, con una longitud variable y con una perforación en uno u en ambos extremos, aunque por lo general adoptan una forma curvada o de segmento de arco (Martín de la Cruz, 1985: 58); (Gomes, 2013: 11-12). Los hallazgos en el sur de Portugal y Peninsular de estos artefactos en las excavaciones de asentamientos del Sur de Portugal y Peninsular con una clara adscripción cultural del IV al III milenio a.n.e., favoreció que, en los años 80, investigadores como Gonçalves (1989, 294), interpretaran desde una perspectiva funcional como pesas de telar aquellos elementos que se habían designado en la literatura especializada como “crecientes”.

⁴ Como se puede observar en la Figura 2, la mayoría de los bordes tienen errores en relación a la orientación de la pieza, por tanto se trata de platos o fuentes de bordes engrosados. Ítems significativos para insertar una pieza cerámica dentro del Calcolítico Pleno.

⁵ Para la investigadora, la presencia de piezas decoradas resulta interesante tan solo por el hecho de estar presentes.

De todo el conjunto ergológico, la investigadora elige como elementos más representativos las asas semilunares, la piedra pulimentada y los “cuernecillos”⁶ siguiendo el modelo comparativo con materiales procedentes de otros asentamientos andaluces, les adscribe una cronología enclavada en el Neolítico Final Avanzado y el Calcolítico Inicial (Gavilán Ceballos, 1985: 61).

“Proyecto Integral de Puesta en Valor de la Cueva del Cañaveralejo (Adamuz, Córdoba)”

El proyecto se plantea como una forma de recuperación de un bien patrimonial, comprobando el grado de estabilidad de la caverna, con el objetivo de aumentar el conocimiento de la misma y su transferencia social. Para ello se organizó un equipo interdisciplinar que hiciera frente al proyecto, bajo la dirección de uno de los firmantes (JCMC)⁷. Durante la ejecución del mismo se trabajó en cuatro líneas simultáneas: investigación, protección, conservación, difusión de los trabajos y resultados obtenidos en la cavidad. En el ámbito de la investigación se llevó a cabo una excavación por sondeos y la prospección del territorio circundante.

Campaña Arqueológica 2006-2007: Resultados

Desde el punto de vista morfológico, la cavidad presentaba un sentido longitudinal ascendente desde la entrada hasta la zona más profunda en dirección Sur a Norte. Para organizar el trabajo

de investigación en el campo y en el laboratorio, se optó por una división artificial de la cavidad en tres espacios consecutivos en relación a la cantidad de luz: Vestíbulo, Galería Principal y Galería Final (Fig. 2).

De manera que hemos denominado “Vestíbulo”, al gran abrigo de sección ovalada que conformaba una gran sala iluminada con luz natural, en la zona central, donde se ubicó el Corte C, se observaba la falta de parte del sedimento extraído durante los innumerables procesos antrópicos acaecidos en la cavidad. El recorrido continúa en la Galería Principal donde se emplazaron los Cortes B y A, a la que se accede superando un desnivel, provocado por antiguos desprendimientos y acentuado por la sustracción antrópica de sedimento. Esta se configura como un pasillo inclinado que permite acceder a la Galería Final, compuesta por dos pequeños habitáculos de sección aproximadamente semicircular a los que no llega la luz natural.

En el Vestíbulo, a la derecha, existe una pequeña galería que se desarrolla lateralmente. Su acceso está obstaculizado por un bloque de caliza de grandes dimensiones desprendido de la pared diestra de la cueva.

Corte B.

Ubicado al inicio de la Galería Principal en su pared oeste presentaba una pendiente ascendente con dirección Norte-Sur y unas dimensiones de 2x2 m. La inclinación implicó que los trabajos arqueológicos se iniciaran a una cota máxima de 283,54 m.s.n.m., y a una cota

⁶ Los tres elementos ergológicos son minoritarios en el conjunto artefactual y son poco representativos para aportar una cronología cultural al asentamiento, aunque destaca que no concuerdan con la cerámica decorada “[...] porque suele encontrarse, normalmente en contextos del Eneolítico junto a platos de borde engrosado que sí aparecen aquí [...]” (Gavilán Ceballos, 1985: 62).

⁷ Catedrático del Área de Prehistoria de la Universidad de Córdoba y Director de la Tesis Doctoral de J. M. Jabalquinto Expósito.

mínima de 283,02 m.s.n.m. Se excavó una potencia de -2,34 m.s.n.m., que suponía una cota absoluta de 281,20 m.s.n.m. A esta profundidad se detuvieron las labores de excavación por la existencia de grandes bloques de piedra que limitaban considerablemente el espacio de trabajo, reducido a un pequeño y angosto tramo removido que se desplazaba hacia la zona del Vestíbulo.

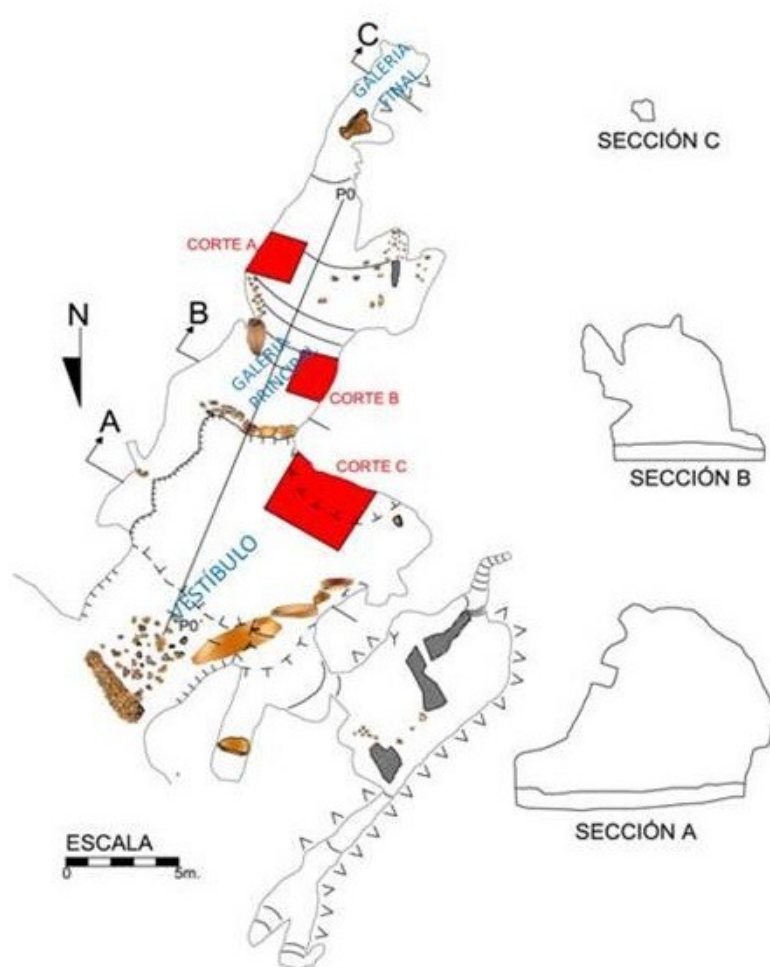


Fig. 2 - Distribución de la cavidad y ubicación de los sondeos excavados.

En general, el sondeo se puede interpretar como una secuencia estratigráfica de génesis antrópica constituida por las U.Es. 0 y 1 (de formación superficial), 2, 3, 4, 6 y 7, que han sido cortadas por la Interficie Vertical Negativa 05, y rellena por las U.Es. 5, 8 y 9, que son consecuencia directa de la actividad animal e indican que este corte está totalmente alterado.

Corte C.

El Corte C se situó en la zona más profunda del Vestíbulo y en contacto con la pared del fondo que cierra este espacio. Cuenta con unas dimensiones de 3 x 3,80 m. y se enumeraron un total de 24 Unidades Estratigráficas junto a materiales cerámicos, líticos y óseos. Se ha excavado una potencia total de -4,03 m., partiendo de una cota absoluta de inicio de 280,61 m.s.n.m. y una final de 276,58 m.s.n.m.

Los elementos arqueológicos procedentes de este corte se encuentran alterados. La estratigrafía está compuesta por una sucesión de paquetes de origen natural, producto de la entrada de agua procedente de la lluvia o de las crecidas del Arroyo del Cañaveralejo, principalmente madrigueras excavadas por conejos, topos o garduñas. En época reciente por el hombre, que utiliza el espacio como redil para guardar el ganado y como cantera para extraer piedra y cal, etc.

Corte A.

Ubicado en la parte posterior de la Galería Final pegado a la pared izquierda con una extensión de 2x2 m.

En total se determinaron 28 Unidades Estratigráficas dispuestas en pendiente ascendente con dirección Sur, lo que implicaba la inclinación de la excavación a una cota máxima de 284,79 m.s.n.m. y a una cota mínima de 283,82 m.s.n.m. Se descendió aproximadamente 2,50 m. (perfil Sur) llegando hasta una cota absoluta de 282,42 m.s.n.m. A esta profundidad

se detuvieron los trabajos en primer lugar, por el peligro que suponía el derrumbe de los bloques que formaban parte de la composición de las primeras Unidades Estratigráficas; en segundo, por la existencia de una piedra que ocupaba parte del sondeo. Todo ello, provocó que las labores de excavación se interrumpieran con la intención de ampliar y aterrizar el sondeo para proseguir en un futuro con la intervención para determinar el estado de conservación de los primeros paquetes estratigráficos que confirmen la ocupación humana en la cavidad probablemente desde el neolítico. Esta circunstancia nos obligó a enumerar las Fases de Ocupación empezando por la más moderna a la más antigua y no viceversa.

Síntesis y adscripción cronológica y cultural

Pese a que las estratigrafías del Corte B y C aportaron los materiales que se pueden adscribir a unas cronologías relativas más antiguas, son consecuencia de la alteración humana y de la frecuentación de animales que destruyeron la estratigrafía formada durante la ocupación, el uso y el abandono de la cavidad en la etapa prehistórica para configurar una nueva.

La alteración que presentaba la cavidad en los Cortes B y C no permitió llevar a cabo un estudio de los artefactos agrupados por Unidades Estratigráficas debido a la mezcla de materiales adscritos a diferentes periodos cronológicos y culturales. Ante tal circunstancia, no quedó otra opción que estudiarlos a partir de un análisis morfológico, basado en la distinción de piezas que cuentan con unas peculiaridades tipológicas

o decorativas que se elaboraron en un tiempo específico y en una región determinada que a través de paralelismos pueden ser incluidos en un periodo cultural⁸.

Según los materiales recuperados en los Cortes B y C, la primera ocupación humana de la Cueva del Cañaveralejo se produjo a mediados del VI milenio a.n.e. como atestiguan la presencia de piezas con decoraciones almagra, incisas, impresas y en relieve.

En este apartado, entre la cerámica recogida en los Cortes B y C predominaba la decoración almagra, donde se incluyen piezas de buena calidad junto a otras con la aplicación de una simple capa casi desleída (almagrada). Esta especie está asociada a vasos, cuencos y algunos elementos de sustentación como un asa de tubo. Por lo general, la decoración se realizaba en acabados cuidados y bruñidos en ambas superficies (Fig. 3, nº 2, 3, 4), en la zona exterior (Fig. 3, nº 5 y 6) y en pocos ejemplares aparece bastante aguada.

También estaba presente la ornamentación incisa e impresa, la primera con motivos decorativos consistentes en dos bandas con trazos inclinados que dibujan una espiga (Fig. 3, nº 7). La segunda, con impresiones circulares en serie de tamaño grande y presión profunda representada por dos trozos que pertenecen a un vaso de paredes rectas, labio apuntado, cocción oxidante irregular, tonalidad media y acabado cuidado (Fig. 3, nº 8 y 9). La nº 9 alterna la decoración impresa con la incisa, dos trazos que forman la cúspide de un triángulo, delimitados al exterior y al interior por una serie de impresiones circulares. En cambio,

⁸ Para trazar los paralelismos nos hemos apoyado en Cuevas excavadas que presentan análisis estadísticos de los materiales cerámicos por periodos culturales, destacando las investigaciones de D. Manuel Pellicer y Dña Pilar Acosta (1997) para la Cueva de Nerja, en la Tesis Doctoral de Dña. Soledad Navarro Enciso (1976) sobre el material extraído de la Cueva de la Carigüela (Pinar, Granada), en los resultados de la excavación de la Cueva de los Murcielagos (Zuheros, Córdoba) por Dña. Ana María Vicent y Dña. Ana María Muñoz (1973) y, por último, en la Tesis Doctoral de Dña. Beatriz Gavilán Ceballos (1987).

en la nº 10 las impresiones se circunscriben a la zona del borde.

De todo el conjunto la más representativa es la pieza nº 13, que en la tipología equivale a un vaso con gollete vertical y borde levemente engrosado al interior. La cocción es oxidante irregular, los desgrasantes gruesos, el acabado cuidado y la tonalidad de la pasta media. Inmediato al borde, en el cuello tiene una serie de impresiones cardiales en disposición vertical y en paralelo. Tras una borda en reserva, en el galbo la decoración es incisa, formando dos líneas paralelas que delimitan un espacio relleno por una serie de trazos inclinados, poco separados unos de otros. Éstos se encuentran rellenos y cortados por series inclinadas más anchas y profundas.

Tan solo un ejemplar tiene decoración plástica aplicada (Fig. 3, nº 11). En el borde tiene trazos incisivos verticales dispuestos en serie y en el galbo cuenta con un cordón aplicado en posición horizontal que discurre paralelo al borde y decorado con impresiones.

De esta colección artefactual analizada se encuentran paralelos en la Cueva de la Carigüela (Piñar, Granada), con piezas extraídas de los niveles XII al IX insertos desde una perspectiva cultural al Neolítico Medio y del VIII al V a un Neolítico Final (Navarrete Enciso, 1976). En los cortes NM-80, A y NM-80B de la Cámara de la Mina y el sondeo NT-80B de la Cámara de la Torca de la Cueva de Nerja (Málaga) (Pellicer y Acosta, 1997). En los niveles IV y III de la Cueva de los Murciélagos (Córdoba) correspondientes al Neolítico Medio y Final (Vicent y Muñoz, 1973).

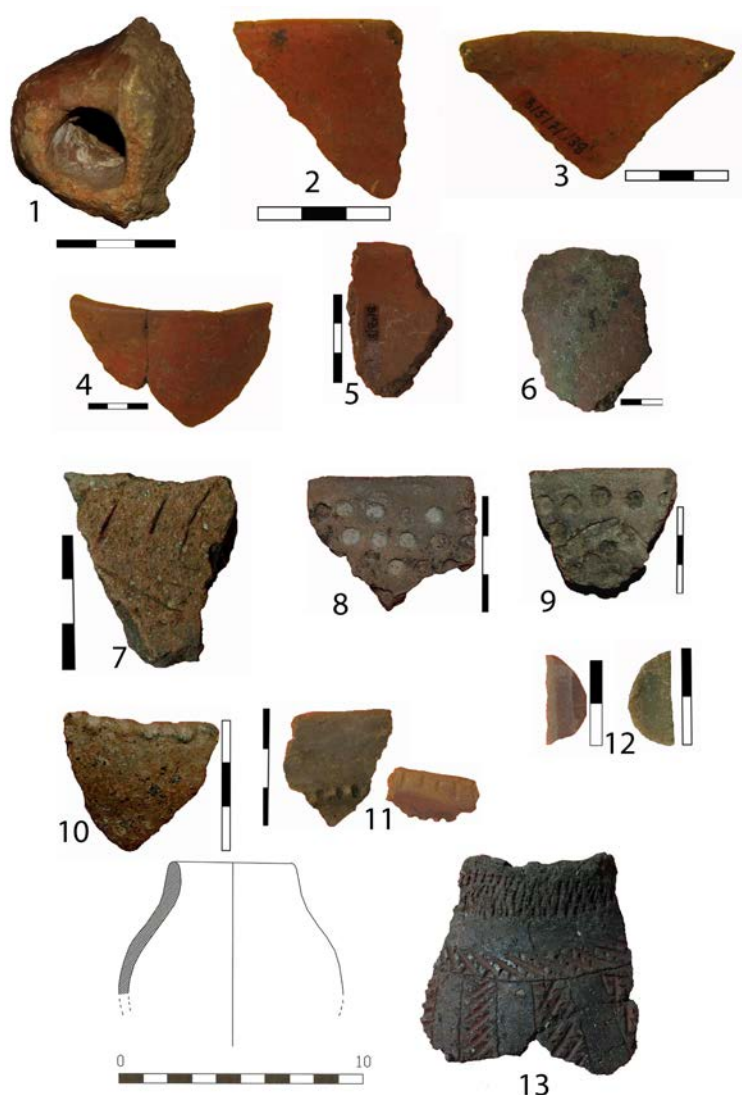


Fig. 3 - Materiales procedentes de los Cortes B y C.

Dentro del horizonte cultural Neolítico Medio y Final se puede englobar la pieza nº 13. Es un vaso de gollete vertical y levemente engrosado al interior. Es una forma cuya presencia es bastante común en la Cueva de los Murciélagos (Zuheros, Córdoba). En la codificación tipológica de ésta equivale a la Forma R (E-5 nº 149) que se inserta en el Estrato V y está fechado en el Neolítico Medio (Vicent y Muñoz, 1973). En la Cueva de Nerja (Nerja; Málaga) aparecen en un Neolítico Medio aumentando en porcentaje durante el Neolítico Reciente y Calcolítico Inicial (Pellicer y Acosta, 1997).

También su decoración nos remite a este horizonte cultural. Las impresiones cardiales y otras realizadas con matrices dentadas de hueso las encontramos en los conjuntos cerámicos de la Cueva de Nerja, donde alcanza un porcentaje de un 62% en el Neolítico Medio (Pellicer y Acosta, 1997).

Este acercamiento cronológico y cultural parece estar en consonancia con el resto de la decoración realizada a base de cenefas reticuladas que se extienden por todo el vaso e incrustadas con pasta roja o almagra. Ambas técnicas decorativas se generalizan en el Neolítico Medio en la Cueva de Nerja (Pellicer Catalan, 1985). Así mismo, en la Cueva de la Carihuela, la decoración incisa rellena con pasta roja aparece en el Neolítico Medio, eclosionando en porcentaje y aumentando la complejidad de los motivos ornamentales durante el Neolítico Final (Navarrete Enciso, 1976).

La pieza nº 7 de la Figura 3, tiene sus paralelos en las cuevas de la subbética cordobesa. La decoración incisa con motivos espigados está presente en el Cueva de la Murcielaguina (Priego de Córdoba, Córdoba), fechada culturalmente en torno al Neolítico Medio y Final (Gavilán Ceballos, 1987). En los Estratos IV-V de la Cueva de los Murciélagos, relacionada con la Forma O definida como un vaso de tipo globular equivalente al nº 7 (Fig. 3).

Con respecto a los fragmentos nº 8 y 9 (Fig. 3) que están decorados con la técnica del estampillado efectuada por impresión con una matriz curvilínea aparecen en la Cueva de Nerja en el Neolítico Medio, alcanzando su mayor frecuencia en el Neolítico Final (Pellicer y Acosta, 1997).

En el mismo horizonte cultural se puede incluir el fragmento nº 10 (Fig. 3), decorado con

incisiones en el borde y en el galbo presenta un cordón impreso. Los cordones aplicados aumentan su porcentaje en la Cueva de Nerja durante el Neolítico Medio (Pellicer y Acosta, 1997). En la Cueva de la Carihuela ocupa el mismo eje cultural, pero perdurando copiosamente durante el Neolítico Final (Navarrete Enciso, 1976). En la Cueva de los Murciélagos están presentes en el Estrato I (superficial) y en los Estratos III y IV, asociados al Neolítico Medio y Final (Vicent y Muñoz, 1973).

Con respecto a la cerámica almagra, menos la pieza nº 13, el resto no presentan ninguna asociación entre varias técnicas decorativas. Por general, durante el Neolítico la cerámica almagra es de buena calidad, perdurando hasta el Neolítico Final, aunque perdiendo propiedades hasta quedar en una simple capa de almagra bastante desleída ya durante el Calcolítico. En cuanto a las formas insertas en este horizonte cultural destacan los cuencos hemisféricos y los vasos globulares de mediano tamaño.

Entre las asas y mamelones solo destaca una de túnel con decoración almagra (Fig. 3, nº 1). En la Cueva de la Carihuela son frecuentes durante el Neolítico Medio (Navarrete Enciso, 1979) y en la Cueva de Nerja aparecen en el mismo horizonte que en Carihuela y perdura durante el Neolítico Reciente.

La industria lítica es escasa y bastante residual, en consonancia con su evolución durante la Prehistoria Reciente, donde se va reduciendo la variedad y la tipología de los conjuntos. De todos los elementos líticos destaca un geométrico tallado sobre soporte laminar (Fig. 4, nº 12), con una tipología arcaica para el conjunto arqueológico en el que se encuentra.

Según las conclusiones extraídas del análisis cerámico perteneciente a los Cortes B y C, la

ocupación humana de la Cueva del Cañaveralejo se inicia en el Neolítico, en el tránsito del VI al V milenio a.C., y se mantiene hasta finales del IV milenio, cuando parece que se abandona temporalmente hasta el III milenio a.n.e.

Con respecto a la ocupación humana de la cavidad durante el III y II milenio a.n.e.

la información la hemos obtenido del análisis del conjunto cerámico extraído del Corte A, la Fase III es la etapa más antigua que, a su vez, se divide en varias Subfases relacionadas con episodios de acondicionamiento, ocupación, uso y abandono de la cavidad:

La Subfase III C. Formada por las últimas Unidades Estratigráficas 25, 26, 27 documentadas en planta y parcialmente excavadas. La presencia de dos puntas de flecha, ausentes en las fases más modernas, podría indicar el inicio de una etapa diferente en la ocupación de la cavidad.

La Subfase III B. En este periodo temporal la cavidad tiene un uso de carácter habitacional como demuestra la existencia de una estructura de combustión (U.Es. 17, 18, 20) y las características compositivas de las U.Es. 19, 23, 24, consecuencia del desarrollo de actividades relacionadas con la preparación, consumo de alimentos y posterior abandono.

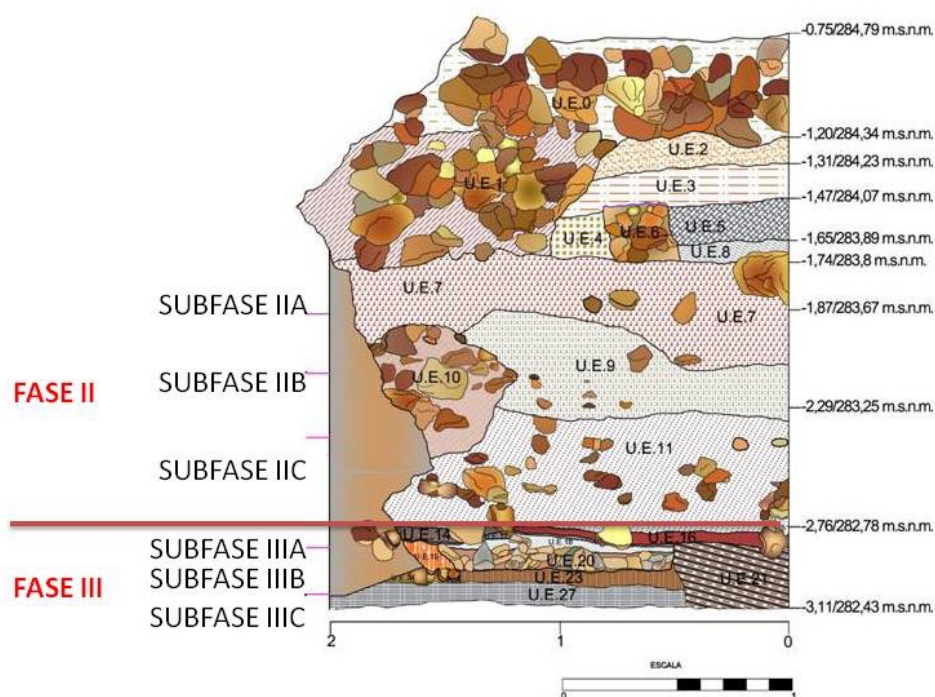


Fig. 4 - Secuencia Estratigráfica del Corte A con la división en Fases y Subfases.

La Subfase III A. Está compuesta por las U.Es. 13, 13a, 13b, conformadas por varias capas de cenizas y carbones que cubrían una serie de piedras localizadas en el sector Suroeste del sondeo. Se ha interpretado como otro sector de combustión relacionado con la U.E. 14, que se extendía por todo el sondeo.

Estas subfases se establecieron a partir del estudio y proceso de restauración de la cerámica cuando se comprobó que había fragmentos que casaban entre sí y estaban dispersos en las U.Es. 14, 19, 23, 24. Esto confirmó la pertenencia a una misma Unidad Estratigráfica que debido a procesos post-deposicionales⁹ se transformó en varios paquetes, con distintas características constitutivas (composición, coloración, consistencia, etc.).

Por otra parte, el conjunto cerámico es homogéneo, con el predominio de los platos de borde engrosado con respecto al de los vasos y al de los cuencos. Los Vasos están representados

⁹ Entre todos los procesos post-deposicionales destaca un derrumbe de grandes bloques de piedra procedente del techo.

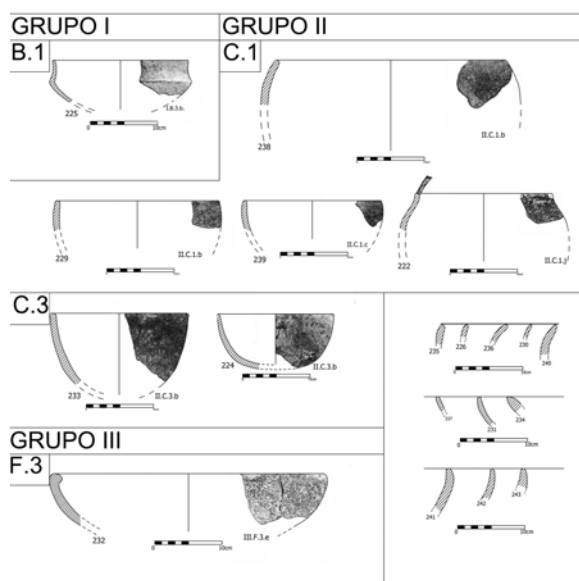
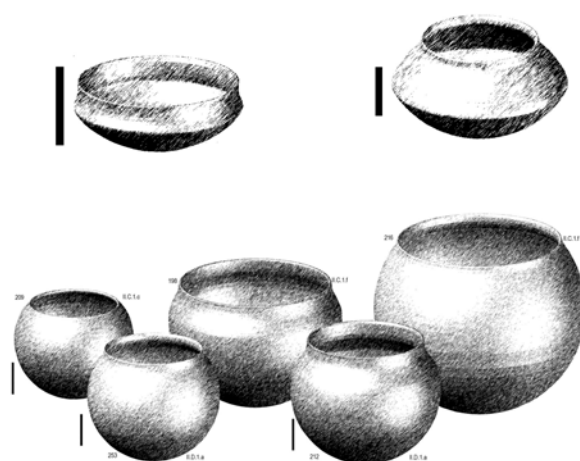


Fig. 5 - Materiales cerámicos procedentes de la Fase III del Corte A.



mayoritariamente por aquellos de paredes curvas o ligeramente invasadas y, en minoría por otros con paredes verticales. Aunque es el segundo grupo en frecuencia, su presencia es importante si atendemos a que tienen un uso variado relacionado con actividades de consumo, servicio y almacenaje a pequeña y mediana escala.

En cambio, el grupo de los cuencos está escasamente representado destacando los de casquete esférico seguido por otros con el borde engrosado que pueden ser una adaptación de los platos a tipos más profundos. Desde una perspectiva funcional, la gran dimensión de los platos, vasos y la escasa presencia de cuencos parecen indicarnos la existencia de prácticas sociales comunales de posible escala familiar, frente al consumo individual destacables en el milenio siguiente.

La Fase II se desarrolla en el tiempo a finales del III milenio e inicios del II milenio y la hemos dividido en tres Subfases intercaladas con posibles periodos de abandono.

La Subfase IIC es la más antigua dentro de la Fase II, entre sus componentes se contaba con

bloques de gran y mediano tamaño que sellaban los paquetes adscritos a la Fase III. La U.E. 11 presentaba una considerable potencia (0,54 m), sin que se aprecie ningún cambio en la composición de la misma, tan solo algunos puntos con tonalidades diferentes debido a la descomposición de piedras como consecuencia de la humedad.

La Subfase IIB está compuesta por un paquete (U.E. 9) bastante uniforme con respecto a la composición, cuya formación es consecuencia de una nueva ocupación humana. Aunque no se documentó ninguna estructura de combustión se localizaron algunas concavidades asociadas al perfil oeste que posiblemente son consecuencia de algún elemento de acondicionamiento.

La Fase II A se conforma principalmente por la U.E. 7, cuya superficie inferior se adaptaba a la superficie superior de la U.E. 9, alcanzando una potencia de 0,50 m. En la composición de esta unidad destaca la acumulación de piedras de pequeño tamaño que se adentraba en el perfil Oeste. De su interior se extrajo parte de un vaso de carena media y un fragmento de cráneo procedente de la esquina Noroeste. Debido a que

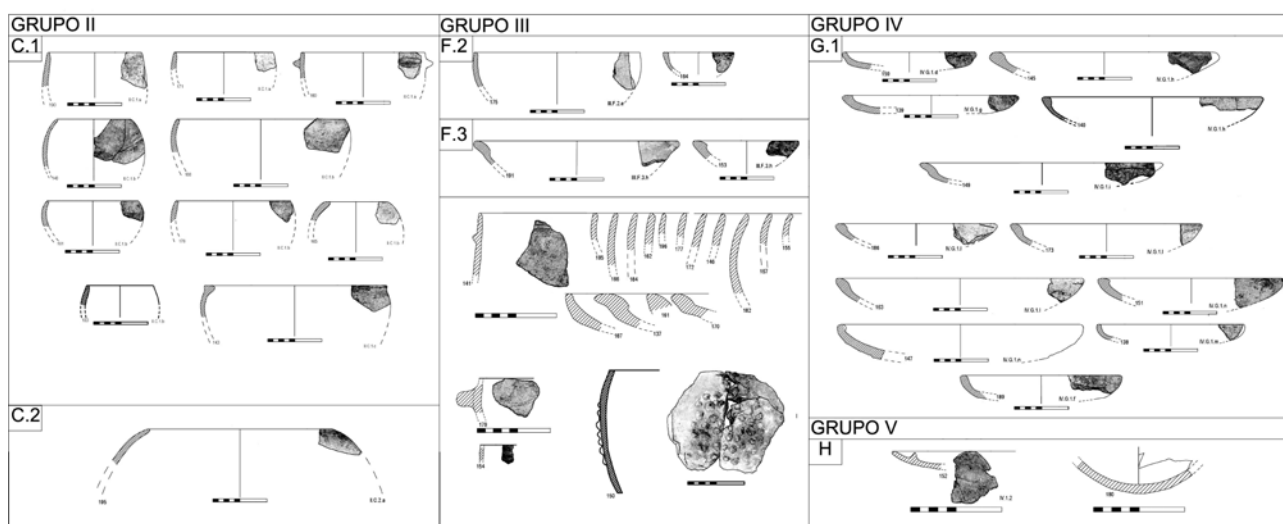


Fig. 6 - Materiales cerámicos asociados a la Fase II del Corte A.

se adentraban en los perfiles Norte y Oeste no se pudo comprobar si los fragmentos óseos formaban parte de un esqueleto o eran una acumulación y si existía una relación entre ajuar, sepultura (grupo de piedras) y muerto.

Con respecto a la cerámica, se produce un cambio tipológico y morfológico con respecto a los recipientes cerámicos insertos en la Fase III. Con la desaparición total de los platos de borde engrosado y la aparición de las formas carenadas asociadas principalmente a vasos. Asimismo, se observa un predominio de los vasos con respecto a los cuencos, fuentes y platos que prácticamente desaparecen de la secuencia.

El grupo de los vasos son proporcionalmente mayoritarios, destacando los vasos esféricos de paredes invasadas junto a otros con perfil en “S”. También, como indicativos de la Fase II, o del II milenio a.n.e., están los vasos con gollete y borde ligeramente engrosado hacia el interior. Algunas de estas piezas, sobre todo aquellas que cuentan con una alta capacidad volumétrica, tuvieron una funcionalidad relacionada con el almacenaje y el transporte de productos. En cambio, los vasos esféricos de mediano tamaño y paredes invasadas parecen tener un uso vinculado a la

transformación, servicio y consumo de alimentos.

Los cuencos son la segunda forma predominante aunque reducen su variedad formal con respecto a la Fase III. Prevalecen los hemisféricos de paredes curvas y los menores de la hemisfera con las variantes más simples: de pared curva o algo vertical y borde apuntado o redondeado. En el conjunto cerámico destaca una serie de piezas de pequeño tamaño y escasa capacidad volumétrica, cuya funcionalidad no está bien definida.

Investigadores como Cámara Serrano (2001) los identifican como piezas especiales dentro del catálogo cerámico destinadas a contener algún tipo de sustancia especial o que pueden ser un componente de un ajuar funerario.

En síntesis suponemos un inicio de ocupación probablemente desde Neolítico Antiguo Avanzado. En cambio, si hemos documentado bien el desarrollo de niveles correspondientes al periodo cultural del Cobre Pleno, calibradas entre la primera mitad y a la segunda mitad del III milenio a.n.e. Tras una etapa de abandono de la Galería Principal se vuelve a ocupar en el tránsito del III al II milenio a.n.e.

BIBLIOGRAFÍA

- BERNIER LUQUE, Juan (1962). Investigaciones Prehistóricas. *Boletín de la Real Academia de Córdoba, de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*, 84: 99-113.
- CÁMARA SERRANO, Juan Antonio (2001). *El ritual funerario en la Prehistoria Reciente en el Sur de la Península Ibérica*. BAR International Series 913, Hadrian Books, Oxford.
- GAVILÁN CEBALLOS, Beatriz (1985). Materiales prehistóricos de la Cueva del Cañavalejo (Adamuz, Córdoba). *Ifigea*, II, pp. 53-77.
- GAVILÁN CEBALLOS, Beatriz (1987). *El neolítico del sur de Córdoba*. Córdoba.
- GOMES, Sérgio (2013). Tecelagem e Pesca: os pesos. In A. C. Valera *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2ª Metade do IV aos inícios do II milénio A.C.*. Coleção Memórias d'Odiara. Lisboa: EDIA, pp. 109-126.
- GONÇALVES, Victor S. (1989). *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Ocidental. Uma aproximação integrada*. Estudos e Memórias, 2. Lisboa: CAH/Uniarch/INIC.
- NAVARRETE ENCISO, María Soledad (1976). *La cultura de las cuevas con cerámica decorada en la Andalucía Oriental*. Vol. I y II. Granada: Universidad de Granada (Departamento de Prehistoria).
- MARTÍN DE LA CRUZ, José C. (1985). Papa Uvas I. Aljaraque, Huelva. Campañas de 1976 a 1979. *Excavaciones Arqueológicas en España*, 136, Ministerio de Cultura.
- PELLICER CATALAN, Manuel; ACOSTA MARTINEZ, Pilar (1985). *Las cerámicas decoradas del Neolítico y Calcolítico en la Cueva de Nerja: Horizontes culturales y cronología*. Habis, 16, pp. 389-415.
- PELLICER CATALAN, Manuel; ACOSTA MARTINEZ, Pilar (1997). El Neolítico y Calcolítico en la Cueva de Nerja. En el contexto Andaluz. *Trabajos sobre la Cueva de Nerja*, 6. Ed. Patronato de la Cueva de Nerja.
- RECIO ESPEJO, José Manuel, LOPEZ VALLEJOS, Javier (2007). Evolución Paleogeográfica y geomorfológica de la Cueva del Cañavalejo (Adamuz, Córdoba). *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, 152, pp. 95-106.
- VICENT, Ana Maria; MUÑOZ, Ana Maria (1973). La Cueva de los Murciélagos de Zuheros (Córdoba) *Excavaciones Arqueológicas de España*, 77. Madrid.

LOS DENOMINADOS CILINDROS DECORADOS DE HUESO DE LA PREHISTORIA RECIENTE EN LA PROVINCIA DE CÁDIZ

Recebido: 13 de Maio de 2017 | Aprovado: 4 de Dezembro de 2018

María Narváez Cabeza de Vaca¹

Doctoranda de la Universidad de Cádiz

María Lazarich²

Profesora Titular de Prehistoria. Universidad de Cádiz

Resumen

Los objetos cilíndricos decorados, que han sido fabricados en materiales como hueso o marfil, que se localizan en los ajueres funerarios de comunidades primitivas agropecuarias de la Prehistoria reciente, tienen una función aún por determinar. En esta comunicación presentamos un estudio detallado de los cuatro hallazgos de este tipo de objeto en la provincia de Cádiz.

Analizamos las materias primas utilizadas y el proceso productivo llevado a cabo para la elaboración de estos objetos (aserrado, raspado, pulido y decorado); realizamos el estudio morfotipométrico y la descripción de los contextos en los que se han localizado, además de la atribución cronológico-cultural. Todo ello nos ha permitido obtener inferencias que nos han posibilitado plantear hipótesis sobre la/las función o funciones que tuvieron.

Palabras-clave: cilindros decorados; marfil; hueso; Prehistoria reciente; necrópolis megalíticas.

Abstract

The decorated cylindrical objects, which have been manufactured in materials such as bone or ivory, which are located in the funerary offerings of agropastoral communities of recent prehistory, have a function yet to be determined. In this communication we present a detailed study of the four findings of this type of object in the province of Cádiz.

We analyze the raw materials used and the production process carried out for the production of these objects (sawing, scraping, polishing and decorating); We carried out the morphotipometric study and the description of the contexts in which they were located, as well as the chronological-cultural attribution. All this has allowed us to obtain inferences that have enabled us to raise hypotheses about the function or functions that they had.

Key-words: decorated cylinders; ivory; bone; Recent Prehistory; megalithic burial.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_7

¹ porelmundo_9@hotmail.com

² maria.lazarich@uca.es

I. Introducción

Los objetos arqueológicos que vamos a analizar se denominan normalmente como “cilindros decorados” o “cilindros de hueso” (Siret, 2001 [1891]; Hurtado y Amores, 1984; Lazarich, Richarte, Bueno, 2004) y en otras ocasiones como recipientes, vasitos o cajitas, al intentar los investigadores atribuir una función concreta al objeto de su estudio (Leisner y Leisner, 1943 y 1965; Gutiérrez López, 2007). Sin embargo, el verdadero uso desde un punto de vista general para este tipo de objeto está aún por determinar, ya que carecen tanto de fondo como de una tapadera o cubierta que permitieran, en principio, tal función. Hace ya más de una década, una de las autoras que suscribimos este artículo (M. L.), estudiamos junto con otras colegas del grupo de Investigación PAIDI HUM-812, una pieza que estaba expuesta en una de las vitrinas de la sala de Prehistoria del Museo Provincial de Cádiz, procedente del yacimiento de las Valderas (Arcos de la Frontera, Cádiz) (Fig. 1). Al no contar con más información que la de su localización, ya que la Memoria de excavación sobre esta necrópolis no había sido publicada³, decidimos solicitar el permiso de estudio de los materiales extraídos en ella a la Dirección General de Bienes Culturales de la Junta de Andalucía; investigación que llevamos a cabo (Lazarich, Richarte y Bueno, 2004).

Por esas mismas fechas se produce el hallazgo, de manera casual, de la primera estructura funeraria (E-1), de las cuatro excavadas hasta la actualidad, de la necrópolis de Paraje de Monte Bajo (Alcalá de los Gazules, Cádiz), en la que se localizaron dos cilindros decorados (Lazarich, 2006 y 2007; Lazarich *et al.*, 2008 y 2011) (Fig. 2

y 3). El estudio y la búsqueda de ejemplares similares, nos llevó a comprobar que eran objetos relativamente frecuentes en la Península ibérica. Ello ha motivado que otra de las coautoras de esta comunicación (M. N. C. de V.) haya realizado el TFG y TFM, sobre los cilindros decorados de Andalucía y España, respectivamente, y que, en la actualidad, haya ampliado el espacio geográfico de estudio a la Península Ibérica y el ámbito mediterráneo para su tesis doctoral (Narváez Cabeza de Vaca, 2015 y 2016).

Un poco más tarde se ha localizado un cuarto ejemplar y que, aunque presenta algunas características diferentes al resto de los otros cilindros que analizamos, entra dentro de la categoría de cilindros decorados. Nos referimos a la pieza de marfil hallada en el dolmen de El Juncal (Ubrique, Cádiz) (Gutiérrez López, 2007) (Fig. 5).

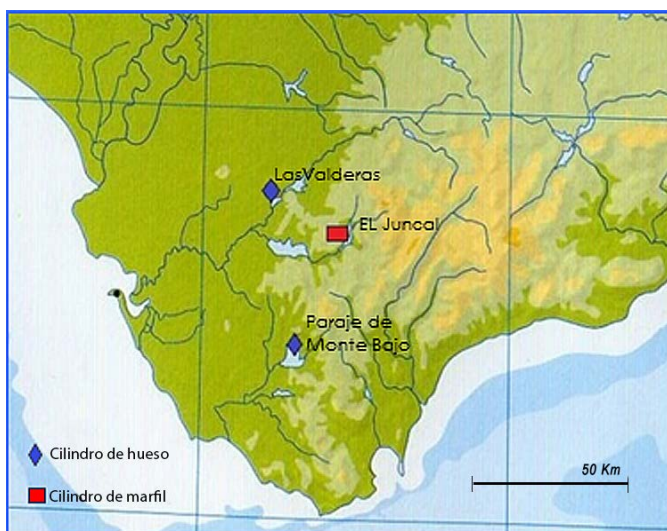


Fig. 1 - Mapa con la localización de los cilindros decorados hallados en la provincia de Cádiz.

Desde nuestro punto de vista, en Arqueología no se trata de estudiar los restos materiales en sí mismos, sino como un reflejo del grupo social que los produce y/o utiliza. Para ello es

³ Únicamente existía la breve referencia que de ella hiciera su excavador (Corzo, 1983, 12) en el informe arqueológico anual que por entonces publicaba el Ministerio de Cultura.

fundamental partir de la idea de producto señalada hace tiempo por L. Felipe Bate (1978) y continuada por otros investigadores sudamericanos y españoles. No consiste en caracterizar a una sociedad a partir del objeto que se estudia, sino de conocer todo el conjunto de la cultura material que le acompaña, es decir, el contexto. Como producto cultural los cilindros quedan inscritos dentro de un proceso productivo, cuyo estudio nos aporta la tecnología y el grado de desarrollo de los que los produjeron, además del proceso de distribución y consumo de aquellos. No hay olvidar, que también son fruto de unas tradiciones y gustos estéticos propios de determinados grupos o individuos y que pueden responder, al mismo tiempo, a factores de carácter ideológico o de la esfera de la superestructura.

II. Análisis de la materia prima de los cilindros decorados

De los cuatro ejemplares que vamos a pasar a describir, tres de ellos están realizados en hueso y uno en marfil.

En lo que se refiere al estudio de los cilindros decorados de hueso (a la espera de pruebas de caracterización fisicoquímicas) ha sido necesario un análisis morfológico de éstos, para la identificación de las especies. Hay que señalar, sin embargo, que el trabajo de pulido de la superficie y la posterior decoración aplicada en ellos, han borrado parte de las huellas de las bases, que nos hubiesen permitido más fácilmente clasificarlos dentro de una especie determinada. Nuestro estudio ha consistido en el análisis faunístico, mediante la observación comparativa de los huesos largos de las especies más comunes que convivieron con los grupos sociales de la Prehistoria reciente en Andalucía.

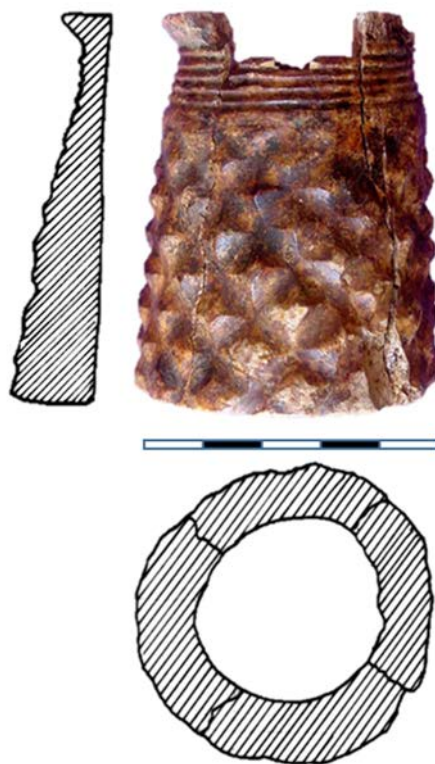


Fig. 2 - Cilindro de hueso decorado nº 1, hallado en la estructura E-1 de la necrópolis de Paraje de Monte Bajo (Alcalá de los Gazules, Cádiz).

Concretamente nos hemos fijado en las distintas marcas, líneas, crestas, tuberaciones, estriados, canales, fosas, etc., que caracterizan a cada uno de los huesos largos de forma individual. De esta manera hemos podido identificar los huesos utilizados como base, a nivel esquelético y realizar una aproximación taxonómica.

Para identificar los huesos utilizados como base y los taxones, se ha realizado un estudio osteológico comparativo, tanto de la fauna doméstica como salvaje, una vez descartados los huesos de tipo: cortos, planos, neumáticos, e irregulares, ya que no sirven para la fabricación de los cilindros. Entre los huesos largos, podrían haberse extraído de los miembros anteriores como: húmero, radio, ulna, carpos y metacarpos, o de miembros posteriores: fémur, tibia, fibula, tarsos y metatarsos.

La fibula y la ulna se descartan por aparecer fusionadas o semifusionadas con la tibia y el radio respectivamente, en la mayoría de especies estudiadas.

Dentro de ellos el análisis osteológico nos indica que son: el fémur, la tibia, el húmero, el radio, los metacarpos y metatarsos, los que muestran la estructura más idónea para la fabricación de los cilindros. Sin embargo, el resto de huesos largos que hemos mencionado más arriba no sirven para su realización.



Fig. 3 - Cilindro de hueso decorado nº 2, hallado en la estructura E-1 de la necrópolis de Paraje de Monte Bajo (Alcalá de los Gazules, Cádiz).

El húmero es el hueso más robusto del miembro anterior, y podría ser un candidato idóneo para servir de base a los cilindros; sin embargo, éste

presenta una serie de estructuras con aspecto estriado en la cavidad medular, que le dan una configuración que no ha sido hallada, de momento, en ninguno de los cilindros estudiados, no sólo en el ámbito de la provincia de Cádiz, sino también en el resto de los ejemplares hallados en el territorio español (Narváez Cabeza de Vaca, 2015).

El fémur es otro de los huesos que mejores características presenta para la fabricación de los cilindros, pues su diáfisis es por completo tubular, y posiblemente con él se realizaron los ejemplares: nº 2 de Paraje de Monte Bajo y el hallado en Las Valderas (Fig. 3 y 4, respectivamente).

Por su parte, el radio es un hueso largo que articula en su epífisis proximal con el húmero y en la epífisis distal con el carpo y con la ulna. El radio se fusiona con la ulna en algunas especies, quedando algunos espacios interóseos (uno o dos, dependiendo de la especie) o una pequeña diáfisis. Este hueso, a pesar de ser largo, tiene una configuración poco propicia para la fabricación de los cilindros decorados por su fusión con la ulna, a excepción del radio de équido.

Si bien la tibia, aunque de entrada no parece un buen hueso candidato como base de los cilindros, por tener en ambas caras multitud de estructuras; sin embargo, su robustez y forma tubular, lo hacen idóneo; además conocemos algunos casos donde se confirma la utilización de este hueso como base, por ejemplo, en el yacimiento Neolítico de Jovades en Alicante (Pascual Benito, 1998). Así la presencia de estriado exterior en uno de los cilindros del yacimiento de Paraje de Monte Bajo, en concreto en nº 1 (Fig. 2), nos permite estimar que se trata de una tibia, pues solo este hueso tiene este tipo

de estriado, para la sujeción del músculo poplíteo.

Por las medidas que tienen los cilindros, podremos determinar si se utilizaron huesos de animales de talla media (100-300 Kg) como cabra y oveja, o de otros animales de talla grande (300-1000 kg), como ciervos, bóvidos y équidos.

El ejemplar nº 1 de Paraje de Monte Bajo pertenece a un animal de talla grande (300-1000 kg) por sus dimensiones, mientras que el nº 2 es algo más fino y corresponde a un animal de talla media (100-300 kg) y lo mismo podemos decir del cilindro de Las Valderas.

Como vemos en la Figura 4, presenta unas características muy similares a las del cilindro menor de Monte Bajo, pues el tubo es liso, igualmente ha sido extraído de la zona central de la diáfisis

Por último, los metacarpos (miembro anterior) y metatarsos (miembro posterior), entran en la categoría de huesos largos, pero solo los de bóvido y équido, serían válidos como base.

Respecto al cilindro decorado de marfil, el tamaño varía en función de la zona de la defensa de donde provenga el tubo. Es otra de las materias primas más utilizadas para la fabricación de los cilindros decorados (Narváez Cabeza de Vaca, 2015).

En general se considera marfil al material que proviene de las defensas de los proboscídeos, tanto actuales como extintos; sin embargo, sabemos que además de los elefantes y mamuts, el marfil proviene de otros animales como el hipopótamo, el narval, el cachalote, o la morsa.

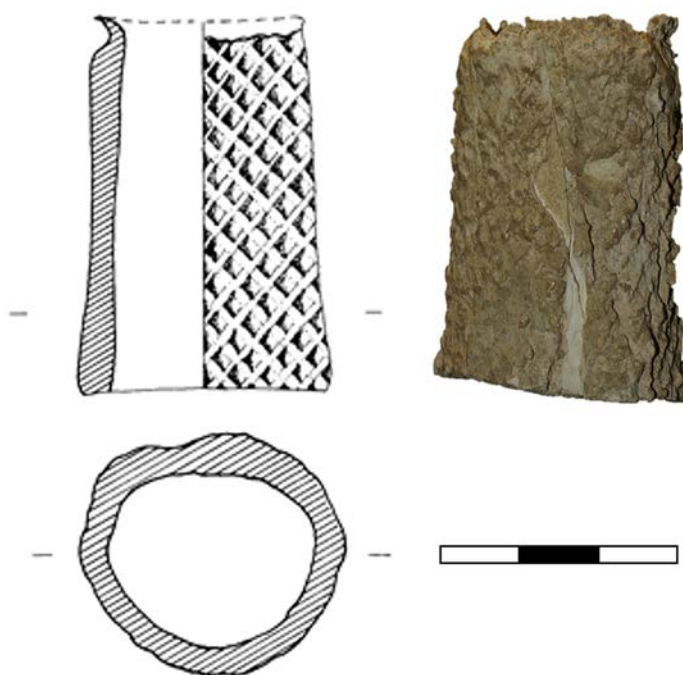


Fig. 4 - Cilindro de hueso decorado hallados en el silo geminado de la necrópolis de las Valderas (Arcos de la Frontera, Cádiz).

En la actualidad existen tres especies vivas de elefantes: elefante asiático (*Elephas maximus*), elefante africano de estepas (*Loxodonta africana*) y elefante africano de bosque (*Loxodonta cyclotis*), además de otras especies de proboscídeos ya extintas como los mamuts (*Mammuthus primigenius*). El marfil de los colmillos, tiene tres partes, la cavidad pulpar, la dentina y el *cementum*. El componente más abundante es la dentina (95%), que está compuesta por dos sustancias: una orgánica (colágeno) y otra inorgánica (dahllita). Las diferencias en los colmillos de unas especies y otras vienen dadas por factores como la alimentación, la geología, la constitución del suelo, etc., que influyen en la composición química de los mismos, aumentando o disminuyendo la cantidad de cristales de dahllita. (Espinoza y Mann, 1991).

Para la identificación del tipo de marfil empleado en los objetos arqueológicos son necesarias la realización de pruebas, tanto destructivas como

no destructivas como son: la observación óptica, la espectroscopia infrarroja, según transformación de Fourier, la espectroscopia Raman y la medición de carbono y nitrógeno mediante espectroscopia de masas de relación isotópica (Schuhmacher, 2012).

Por otra parte, sabemos que el mamut no es el único proboscídeo extinto que proporciona marfil, pues se conoce también el uso de *Elephas antiquus*⁴, durante el Calcolítico y la Edad del Bronce (Schuhmacher, 2012).

Como elemento exótico que es, sería interesante realizar un acercamiento a la procedencia y las posibles relaciones de intercambio de marfil que se desarrollaron en la Península Ibérica durante la Prehistoria reciente. A este respecto conocemos los resultados proporcionados por un estudio llevado a cabo por el Doctor Thomas Schuhmacher entre los años 2005 y 2008, con la colaboración del Instituto Arqueológico Alemán de Madrid, para el conocimiento del marfil en el Calcolítico y el Bronce Antiguo en la Península Ibérica. Este trabajo consistió en la observación, fotografiado, descripción, dibujo y registro de todos los objetos correspondientes a estos periodos y que culminó con la publicación de un catálogo (Schuhmacher, 2012). Entre los datos proporcionados por este estudio, conocemos que ya en el Calcolítico Antiguo hay una fuerte presencia de objetos de marfil en el sureste de España y, en menor proporción, en la zona del Guadiana medio y el bajo Guadalquivir, además de otro núcleo en la desembocadura del río Tago, en Portugal, destacando centros de fabricación y distribución tan importantes como los Millares, en el sureste, o Valencina de la Concepción⁵ y la

Mesa del Gandul, en el bajo Guadalquivir. Ya en el Calcolítico reciente se produce la expansión de objetos de este material a otras regiones como el Levante y el interior de la Península Ibérica (Liesau y Moreno, 2012).

En cuanto al cilindro decorado hallado en el dolmen del Juncal, no se le han realizado pruebas aún para poder determinar si puede proceder de África noroccidental (Argelia, Mauritania o Egipto) o, por el contrario, ha sido traído desde el Mediterráneo oriental (Schuhmacher, 2012).

III. Estudio morfotipológico de los cilindros decorados

A la hora de establecer una clasificación tipológica de éstas piezas se han tenido en cuenta atributos tales como el grado de inclinación del perfil del objeto con respecto a un ángulo recto de 90°. Hay que señalar que la inclinación de las paredes del tubo es debida a la sección del hueso utilizado, dependiendo de la proximidad a la epífisis, lo mismo ocurre en el caso de los cilindros de marfil, que se han fabricado a partir de una sección de defensa de proboscídeo.

Otro de los atributos utilizados para clasificación tipológica han sido los criterios métricos, que recogen los distintos tamaños de los cilindros decorados. Para ello hemos considerado realizar mediciones de la altura, el diámetro y el grosor (como datos más básicos), además del grosor máximo, grosor mínimo, diámetro de la boca y diámetro de la base.

⁴ *Elephas antiquus* era una especie de elefante de defensas rectas que alcanzaba los 4 metros de altura. Vivía en Europa y el norte de África en el Pleistoceno, se extinguió entorno al 70.000 a.C. pero sabe que podría haber sobrevivido en la Península Ibérica hasta al menos el 30.000 a.C. (Mol et al., 2007).

⁵ En Valencina de la Concepción se ha hallado un taller de trabajo del marfil, donde se ha documentado una fosa que contenía restos de lo que parecen desechos de producción, objetos semifabricados, fragmentos de marfil sin trabajar y una sierra de cobre utilizada posiblemente para el fraccionamiento de las piezas (Vargas, Nocete y Schuhmacher, 2012).

Respecto a la altura, los ejemplares gaditanos van de los 70 a los 64 mm, lo que los sitúa en el grupo de los grandes del conjunto de los cilindros andaluces ya que aquí hay dos tendencias: un grupo que comprende cilindros con alturas entre los 79 y los 52 mm y otro de menor que tiene entre los 41 a los 22 mm de altura. Los diámetros en todos los casos de la provincia de Cádiz son mayores en las bases que en las bocas o parte superior que es la que muestra una terminación más acabada y decorada. Las diferencias del diámetro y del grosor de los huesos responden a la talla y peso del taxón.

Otra de las características que se han tenido también en cuenta para el estudio del conjunto de estas piezas han sido los tratamientos aplicados a la superficie y la decoración. A partir de la presencia o ausencia de algunos de estos atributos identificamos tres tipos: cilindros con tratamiento de superficie y decoración, con algún tipo de tratamiento de la superficie del tubo, pero sin decoración y, por último, los que no tienen ni tratamiento ni están decorados. La mayoría de cilindros entran dentro del primer grupo, siendo el segundo grupo el menos numeroso.

Respecto a las técnicas y los motivos decorativos utilizados en su elaboración, la única técnica decorativa aplicada ha sido la incisión más o menos profunda, en “u” o en “v”. El motivo que más se repite en todos los cilindros estudiados del territorio español es el reticulado oblicuo y que cuando se realiza con sección en “v” se obtiene el efecto diamantiforme, de hecho, éste aparece en otros muchos objetos de este periodo, además de los cilindros. Otra de las expresiones ornamentales más utilizadas es la lineal, ya sea de forma individual o combinada con otra. El tercer motivo más utilizado es el *zigzag* y, por último, tenemos el cuneiforme que aparece sólo

en dos cilindros (Narváez Cabeza de Vaca, 2015). Respecto a los ejemplares de la provincia de Cádiz, corresponden todos los de hueso al primer tipo, es decir al reticulado oblicuo, pero, además, los ejemplares nº 1 de Paraje de Monte Bajo (Fig. 2) y de Las Valderas (Fig. 4), al presentar incisiones profundas y en forma de “v” el resultado da un aspecto diamantiforme a las cuadrículas, sin embargo, en el nº 2 de Paraje de Monte Bajo las incisiones fueron realizadas con forma en “u”. Además, las dos primeras piezas tienen incisiones lineales horizontales en la zona de la boca. Por su parte, el cilindro hallado en el dolmen del Juncal tiene forma tubular y presenta decoración incisa con motivos lineales y en *zigzag*, además de un conjunto de perforaciones en la zona de la embocadura (Gutiérrez López, 2007).

Finalmente, otro de los aspectos a tener en cuenta a la hora de establecer subtipos que hemos considerado es la presencia o ausencia de carena en los cilindros. Este atributo no siempre está presente de forma clara, pues hay cilindros que aunque tienen las mismas líneas previas al carenado, éstas no llegan a romper la verticalidad del cilindro, por ello, solo consideramos como carenado a los que la han perdido. Su presencia puede estar relacionada con la propia función. De los ejemplares que analizamos sólo presentan carena el nº 1 de Monte Bajo y el ejemplar hallado en Las Valderas.

IV. Análisis de los contextos a los que pertenecen los cilindros decorados

Los cuatro hallazgos de la provincia de Cádiz proceden de necrópolis, aspecto que podemos hacerlo extensivo al total de los cilindros hallados en la Península Ibérica con contexto conocido.



Fig. 5 - Cilindro de marfil procedente del Dolmen del Juncal (Ubrique, Cádiz) (Gutiérrez, 2007).

En todas ellas se localizaron formando parte del ajuar depositado a los difuntos. El más antiguo, pertenece al Dolmen del Juncal, en Ubrique (Cádiz), que se atribuye al Neolítico reciente (IVº Milenio a.C.) al basarse su excavador en el análogo Dolmen de Alberite (Gutiérrez López, 2007) que si cuenta con cronologías radiocarbónicas (Ramos Muñoz y Giles Pacheco, 1996). Se trata de una galería cubierta o largo corredor de planta trapezoidal, compartimentado a partir de una laja transversal. Según la distribución y agrupación de los huesos en conexión anatómica y sin desplazamientos significativos, parece tratarse de un depósito primario con cierto carácter individual, en el que se encontrarían inhumados, entorno a seis individuos, uno de ellos de edad infantil y el resto de edad adulta.

El cilindro corresponde al ajuar de un individuo maduro al que le acompañaba también un hacha pulimentada, una BNIG de cristal de roca, una decena de geométricos, cuentas de ámbar y de esquisto (Gutiérrez López, 2007).

El resto de los hallazgos de la provincia de Cádiz que analizamos, proceden de cuevas artificiales más o menos complejas. Los dos cilindros

hallados en la tumba E-1 de la necrópolis de cuevas artificiales de Paraje de Monte Bajo en Alcalá de los Gazules, (Cádiz) lo fechados en torno al 2300-1800 a.C. (Lazarich, 2007), por el ajuar campaniforme que le acompañaba. Esta tumba es la más moderna de las cuatro excavadas hasta el momento en esta necrópolis. No pudimos saber con certeza a cuál de los individuos correspondió uno o dos de los cilindros decorados hallados pues como comentamos anteriormente la tumba fue saqueada.

Se trata de una cueva artificial excavada completamente en la roca arenisca. Tiene planta oval y en su pared oeste se labraron tres pequeñas hornacinas semicirculares.

No difiere del resto de las tumbas halladas en esta necrópolis en lo que al ritual funerario se refiere, ya que es un depósito secundario de restos humanos. La ausencia de cadáveres en conexión anatómica señala que los cuerpos fueron desarticulados antes de su deposición.

La disposición de los restos humanos se realizó sobre un lecho de piedras donde se iban colocando los huesos junto con los ajuares. Aunque, en principio, parece que hay una intencionalidad de separar mediante 19 piedras los distintos enterramientos, los numerosos individuos enterrados en ellas (aproximadamente una treintena) llevaron a la necesidad de apilar otros anteriores por la falta de espacio. Los restos localizados corresponden mayoritariamente a personas adultas, aunque también hay algunos niños. El ajuar proporcionado por esta sepultura ha sido numeroso, aunque dado el elevado número de individuos enterrados, no parece excesivo. Además de las cerámicas campaniformes impresas “a peine” de tipo geométrico (vaso, cazuela y cuenco), fueron: 3

puntas metálicas de tipo “Palmela”, cuentas de collar de variscita, talco y azabache, diente de hoz de cristal de roca, junto con algunas vasijas lisas.

Finalmente nos queda analizar el contexto en el que fue hallado el ejemplar de necrópolis de las Valderas, en Arcos de la Frontera (Cádiz). Al realizar la ampliación de la carretera que conduce de Arcos de la Frontera a la sierra de Gibalbín, se localizaron 6 estructuras tipo siliforme, en las que algunas fueron utilizadas como lugar de enterramientos. Como ya comentamos acometimos el estudio de los ajuares de esta necrópolis ya que eran representativas de una ocupación poblacional destacable en la zona, con poblados inmediatos e importantes como El Jadramil (Lazarich, 2003). Fue en los silos geminados I y II donde apareció el cilindro. En ellos se hallaron restos de al menos tres individuos, al mismo tiempo que contenían un ajuar constituido por tres vasijas más o menos completas junto con numerosos fragmentos correspondientes a otras cuatro vasijas más. También aparecieron dos grandes azuelas de dolerita talladas y pulimentadas, únicamente en su parte útil, es decir, en el filo, además de un puñal o alabarda tallada en sílex junto con dos hojas-cuchillo, tres puntas de flecha de base cóncava y aletas poco marcadas en sílex y un fragmento de lámina de cristal de roca (Lazarich, Richarte y Bueno, 2004). El conjunto de estos materiales, nos llevan a fechar estas estructuras funerarias en el III° milenio a.C.

V. Hipótesis sobre la función de los cilindros decorados

La morfología de los cilindros decorados es peculiar, como ya hemos mencionado. Estos

caracteres que muestran, a priori, no parecen importantes a la hora de determinar una función para estos objetos, sin embargo, algunos de ellos sí que nos proporcionan pistas.

Es importante observar que la presencia de líneas en uno de sus extremos, justo antes del borde de la boca con diámetro más pequeño, líneas que parecen imitar la parte superior de un recipiente. Algo parecido ocurre en el caso de las perforaciones, pues aparecen siempre en las zonas de la boca y de la base. Caracteres, creemos que están más ligados a la función de los cilindros que a la estética.

La primera función que consideramos ya hace algunos años fue la de enmangue (Lazarich, Richarte y Bueno, 2004), tal vez de algunas de las hojas cuchillo que contenía la tumba. Sin embargo, en el interior del cilindro no hay huella alguna de la presencia de algún tipo de resina o de cualquier otra sustancia que pudiera haber servido para fundamentar tal función. A pesar de ello, entre los cilindros decorados de otras regiones peninsulares, tenemos un ejemplo muy claro de enmangue. Nos referimos al hallado en la Cova Ampla del Montgó en Javea (Alicante) (Soler Díaz, 2002), que presenta una serie de huellas de uso tanto en su interior que dan muestra de haber sido cortados y encajados en otro objeto en repetidas ocasiones. Por ello consideramos que el servir de enmangue pudo ser uno de sus objetivos más probables.

Igualmente al observar estos objetos podemos pensar también que pudieron tener una función de recipientes o contenedores; sin embargo, la ausencia de tapadera, y sobre todo la carencia de fondo (salvo en el caso de los ejemplares de alabastro⁶ y el de marfil de Monte Lirio (García

⁶ Igualmente existen recipientes con forma y decoración casi idénticas a los cilindros de hueso y marfil, por eso fueron incluidos en el estudio de los cilindros de Andalucía y del territorio español que realizó una de las autoras (Narváez Cabeza de Vaca, 2015 y 2016).

Sanjuan *et al.*, 2013) no apoyaría una función como recipientes.

El caso de un empleo para contener líquidos queda descartado, pues la estanqueidad se ve comprometida aún con el uso de algún tipo de tapón de arcilla, madera o corcho, incluso tejido o piel para el fondo, pero en el caso de los sólidos no podemos descartar una función contenedora. Es más, tenemos algunos ejemplos que nos pueden ayudar a considerar esta hipótesis. En la Cova des Carritx en Menorca (Lull *et al.*, 1999; Lull 2006) se localizaron tres cilindros que fueron utilizados con tal fin pues se hallaron rellenos de pelo humano, por lo que la función de guardapelo la incluimos dentro de la función contenedora (Lazarich, Richarte y Bueno, 2004).

La siguiente función que se ha considerado, es la de embellecedor de una embocadura de carcaj, hipótesis propuesta para el ejemplar de marfil hallado en el dolmen del Juncal en Ubrique (Cádiz) (Gutiérrez López, 2007). Se ve apoyada por las perforaciones que presenta la pieza y la cercanía del objeto con geométricos considerados como proyectiles de flecha que igualmente fueron hallados en esta tumba.

Dentro de los cilindros hay piezas que, por su menor tamaño y la presencia de incisiones, tanto en la embocadura como en la base, pudieron haber tenido la función de coleteros o adornos para recoger mechones de pelos. Existen numerosos ejemplos en los estudios etnográficos como iconográficos de sociedades tanto desaparecidas como actuales. Así por ejemplo en el museo Metropolitano de Nueva York, existen unas piezas de las islas Marquesas (Polinesia Francesa) y que presentan semejanzas con los cilindros decorados. Son unas pequeñas figuritas antropomorfas realizadas sobre diáfisis de hueso largo, que les aporta la forma cilíndrica, y que

han sido decoradas con líneas incisas tanto en la zona de embocadura como en la base, además de contar perforaciones a ambos lados de la figurilla, dispuestos con el fin de sujetarlas por medio de cordajes al pelo para recogerlo en coletas o trenzas, es decir, son coleteros (Kjellgren y Ivory, 2005, en Hellmich, 2005).

Igualmente, piezas de este tipo aparecen representada en los frescos de algunas de las tumbas reales del mundo egipcio (Albalat, 2008) o la Minoica (Martínez, 2011) y cuya función fue la recogida y adorno del cabello, muy similares a algunos de los cilindros decorados de nuestra Prehistoria reciente.



Fig. 6. Cilindro de cornamenta de bóvido relleno de pelo humano, hallado en uno de los enterramientos de la Cova des Carritx (Menorca) y fechado en la Edad del Bronce (según Lull, 2006).

VI. Valoración final

Hemos podido comprobar que fueron únicamente dos las materias utilizadas para la elaboración de los cilindros gaditanos, mientras que el territorio peninsular habría que añadir también el alabastro

En lo que respecta a los ejemplares de hueso, hemos realizado un estudio osteométrico, que ha consistido en la observación comparativa de los huesos largos de los animales que convivieron con el hombre en la Prehistoria reciente. El análisis de las características nos ha permitido conocer cuáles fueron los huesos utilizados para su elaboración. Así hemos podido concluir que las mejores bases para los cilindros óseos son el fémur y la tibia.

En lo referente al marfil, hemos visto cómo en la Prehistoria reciente de la Península Ibérica existía un intercambio regular de marfil de elefante asiático y africano de estepa, además de la utilización de marfil de *Elephas antiquus*, sobre todo durante el Calcolítico antiguo.

En lo que respecta al contexto son en estructuras funerarias donde se han localizado siempre los cilindros. No hay homogeneidad en la tipología de éstas, ya que se localizan tanto en galerías cubiertas megalíticas, como en cuevas artificiales simples y complejas

Hasta el momento, no han aparecido cilindros en áreas de habitación, por lo que son objetos vinculados al mundo funerario.

Hemos visto que aparecen tanto en tumbas megalíticas como en cuevas artificiales. Hecho que podemos hacer extensivo a Andalucía.

Respecto a su función hay que tener presente que pudo ser variada: mango, contenedor de sólidos (por ej. guardapelo), piezas para

embellecer determinados objetos, e incluso coleteros o adornos para el pelo. Tendremos pues que observar bien, además de los atributos que presenten, los otros elementos del contexto que le acompañen.

En cuanto a los horizontes culturales donde se registran los cilindros decorados, comprobamos como hacen su aparición con la consolidación de las primeras sociedades agropastoriles, periodo que conocemos como Neolítico pleno, tienen su máximo auge en la Edad del cobre, con las sociedades clasistas iniciales, y perdura su uso hasta los inicios de la formación de las sociedades complejas ya en la Edad del Bronce.

BIBLIOGRAFÍA

- ALBALAT, Davinia (2008). La Mujer en el antiguo Egipto. *Fòrum de Recerca*, n° 13, pp. 275-282.
- BATE, Luis Felipe (1978). *Sociedad, Formación Económico-Social y Cultura*. México: Ed. de Cultura Popular.
- CORZO, Ramón (1983). Necrópolis de la Edad del Bronce en Las Valderas (Arcos). *Arqueología*, 83, pp. 12.
- ESPINOZA, Edgard O.; MANN, Mary-Jacque (1991). *Guía para la identificación del marfil y los sustitutos del marfil*. Madrid: Fondo Mundial para la Naturaleza y la Fundación para la Conservación.
- GUTIÉRREZ LÓPEZ, José María (2007). Un avance de la excavación del sepulcro megalítico de “el Juncal” (Ubrique, Cádiz). *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, n° 9, pp. 291-301.
- HELLMICH, Christina (2005). Adorning the World: Art of the Marquesas Islands, an Exhibition at the Metropolitan Museum of Art. *Rapa Nui Journal* Vol. 19(2) (October), pp. 140-141.
- HURTADO, Víctor; AMORES, Fernando (1984). El tholos de las canteras y los enterramientos del bronce en la necrópolis de “El Gandul” (Alcalá de Guadaira, Sevilla). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, n° 9, pp. 147-174.
- KJELLGREN, Eric; IVORY, Carol S. (2005). *Adornando el mundo: El arte de las islas marquesas*. Metropolitan Museum of Art.
- LAZARICH, Maria (2003) (ed.). *El Jadramil (Arcos de la Frontera). Estudio arqueológico de un asentamiento agrícola en la campiña gaditana*. Cádiz: Ayuntamiento de Arcos de la Frontera.
- LAZARICH, Maria (2006). Excavaciones de urgencia en la necrópolis de Paraje de Monte Bajo (Alcalá de los Gazules, Cádiz). *Almajar: Revista de Historia, Arqueología y Patrimonio de Villamartín y la Sierra de Cádiz*, n° 3, pp. 195-198.
- LAZARICH, Maria (2007). *Ritos ante la muerte. La Necrópolis de Paraje de Monte Bajo (Alcalá de los Gazules, Cádiz)*. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- LAZARICH, Maria; RAMOS, Antonio; CARRERAS, Ana; FERNÁNDEZ, Juan; JENKINS, Vicent; FELIÚ, María José; PERALTA, Purificación (2008). La necrópolis colectiva en cuevas artificiales de paraje de Monte Bajo (Alcalá de los Gazules, Cádiz). *Actas del IV° Encuentro de Arqueología de Suroeste Peninsular*, pp. 193-203.
- LAZARICH, Maria; RAMOS, Antonio; CARRERAS, Ana; BRICEÑO, Esther; FERNÁNDEZ DE LA GALA, Valentín; RICARTE, María José; NÚÑEZ, Manuel; VERSACI, Mercedes (2011). Contribución al conocimiento de las costumbres funerarias del III y II milenios a. C en la Baja Andalucía: la necrópolis de Paraje de Monte Bajo. *Memorial Luis Siret: I Congreso de Prehistoria de Andalucía*, pp. 557-560.
- LAZARICH, Maria; RICARTE, María José; BUENO, Olga (2004). Estudio antropológico y de los productos arqueológicos hallados en la necrópolis de Las Valderas (Arcos de la Frontera, Cádiz), depositados en los fondos del Museo provincial de Cádiz. *Anuario arqueológico de Andalucía 2001*, pp. 83-93.
- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1943). *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Sünden*. Berlín.
- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1965). *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen 1-3*. Berlín.
- LIESAU, Corina; MORENO, Ester (2012). Marfiles campaniformes de El Camino de las Yeseras (San Fernando de Henares, Madrid). *Elfenbeinstudien. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental. Coloquio Internacional*. Museo Arqueológico de Alicante (Alicante 2008). *Iberia Archaeologica*, vol. 16(1), pp. 83-94.
- LULL, V. Vicente (2006). Peinando la muerte: Rituales de vida y muerte en la Prehistoria de Menorca [Exposición]. *Catálogo de la Exposición*. MARQ, Museo Arqueológico de Alicante del 11 de Julio al 15 de Octubre de 2006. Museo Arqueológico Provincial (Alicante).
- LULL, Vicente; MICÓ, Rafael; RIHUETE, Cristina; RICH, Roberto (1999). *Rituales de vida y muerte en la prehistoria de Menorca. La Cova des Càrritx*. Barcelona.

MARTÍNEZ, María Lourdes (2011). El laberinto del Minotauro. *Temas de estética y arte*, nº 25, pp. 228-264.

MOL, Dick; DE VOS, John; VAN DER PLICHT, Johannes (2007). The presence and extinction of *Elephas antiquus* Falconer and Cautley, 1847, in Europe. *Quaternary International*, 169, pp. 149-153.

NARVÁEZ CABEZA DE VACA, María (2015). *Bases para el estudio de los cilindros decorados de la Prehistoria reciente III y II milenios a.C., en el sur, este e islas baleares del territorio español*. Trabajo de Fin de Master. Universidad de Cádiz.

NARVÁEZ CABEZA DE VACA, María (2016). *Bases para el estudio de los cilindros decorados de la Prehistoria Reciente de Andalucía*. Trabajo de Fin de Grado. Universidad de Cádiz.

PASCUAL BENITO, Josep Lluís (1998). Utillaje óseo, adornos e ídolos Neolíticos valencianos. *Serie de Trabajos Varios del Sip*, nº 95, pp. 24-28.

RAMOS MUÑOZ, José; GILES PACHECO, Francisco (1996) (ed. y coord.). *El dolmen de Alberite (Villamartín): Aportaciones a las formas económicas y sociales de las comunidades neolíticas en el noroeste de Cádiz*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

GARCÍA SANJUAN, Leonardo; LUCIAÑEZ TRIVIÑO, Miriam; SCHUHMACHER, Thomas X.; WHEARLEY, David; BANERJEE, Arun (2013). Ivory craftsmanship, trade and social significance in the southern Iberian Copper Age: the evidence from the PP4-Montelirio sector of Valencina de la Concepción (Seville, Spain). *European Journal of archaeology*, Vol.16 (4), pp. 610-635.

SCHUHMACHER, Thomas X. (2012). El marfil en España desde el Calcolítico al Bronce Antiguo. Resultados de un proyecto de investigación interdisciplinar. *Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental. Actas del coloquio internacional*, pp. 45-68.

SIRET, Luis (2001 [1891]). *España prehistórica*. Almería.

SOLER DÍAZ, Jorge A. (2002). *Cuevas de inhumación múltiple en la comunidad valenciana*. vol I. Madrid: Real Academia de Historia, pp. 183-192.

VARGAS, Juan Manuel; NOCETE, Francisco; SCHUHMACHER, Thomas (2012). Contextos de producción de marfil en Valencina de la Concepción (Sevilla). *Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental. Actas del coloquio internacional*, pp. 121-138.

A CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO DOS POVOADOS DO 4º/3º MILÉNIO A.N.E. DE SÃO PEDRO (REDONDO, ALENTEJO CENTRAL)

Recebido: 11 de Fevereiro de 2019 | Aprovado: 18 de Fevereiro de 2019

Catarina Costeira¹

Arqueóloga | Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Rui Mataloto²

Arqueólogo Município de Redondo

Resumo

O sítio arqueológico de São Pedro (Redondo, Alentejo), ocupado entre os finais do 4º e grande parte do 3º milénio a.n.e. apresenta um amplo conjunto de recipientes cerâmicos com características morfo-tipológicas, métricas e tecnológicas muito diversificadas. Este trabalho centra-se nas técnicas de tratamento de superfície dos recipientes cerâmicos, mais concretamente na aplicação de engobes e aguadas de tonalidade vermelha.

Com esta reflexão pretendemos valorizar o sentido estético e simbólico da cor vermelha na cultura material das comunidades do Neolítico final / Calcolítico no Sudoeste peninsular, uma vez que se trata de um tema pouco abordado nos trabalhos arqueológicos mais recentes.

Palavras-chave: Engobe/Aguada vermelha; cor vermelha; cerâmica; Neolítico final/Calcolítico; Sudoeste peninsular.

Abstract

The archaeological site of São Pedro (Redondo, Alentejo), occupied between the end of the 4th and most of the 3rd millennium BCE presents a wide set of ceramic containers with diversified morphological, metric and technological characteristics. This paper focuses on the techniques of surface treatment of ceramic containers, more concretely in the application of engobes and washes of red hue.

With this reflection we intend to value the aesthetic and symbolic meaning of the red color in the material culture of the Late Neolithic / Chalcolithic communities in the peninsular Southwest, since it is a topic that has not been approached in the most recent archaeological works.

Key-words: Red engobes and washes; red color; pottery; Late Neolithic/Chalcolithic; Southwest Iberia.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_8

¹ catarinacosteira@gmail.com

² rmataloto@gmail.com

*“Este cálice é a nova Aliança no meu sangue;
todas as vezes que dele beberdes, fazei-o em
memória de Mim”.*

São Paulo

[Primeira Epístola aos Coríntios II, 23-25]

I. Introdução: o Passado a Cores

Existe uma enorme dificuldade na análise da cor na Pré-História, devido à escassez de indícios conservados. No entanto, a cor faria parte do quotidiano, quer através da indumentária, como nos indicam os raros tecidos conservados, como por exemplo o pano de *Belle France*, branco, com uma faixa pintada de cor vermelha obtida da garança (Soares *et al.*, 2018, 74), quer pela presença de adornos pessoais em cores diversas muitas delas fortes, como os pendentes e as contas de pedra verde ou mesmo de âmbar, mais alaranjado. Assim, estes elementos evidenciam que a cor poderá (deverá?) ter desempenhado durante a Pré-História um papel bastante mais relevante que aquele que lhe conseguimos atribuir hoje, deixando-nos a diversidade de motivos e cores, como o vermelho, negro, branco, e mais raramente amarelo, documentado na decoração dos esteios de alguns monumentos, ou na arte rupestre, entender uma realidade certamente mais rica e diversa. A entrada do metal no quotidiano poderá ter ajudado a diversificar as tonalidades disponíveis, ampliando o brilho, mais que a cor em si, como um elemento determinante.

Cremos então que a cor adornaria a paisagem humana, quer através da indumentária e da pintura corporal, quer através dos suportes verticais que constituiriam as casas ou as

muralhas dos povoados cercados, de altura ou de planície e das estruturas funerárias.

Nos finais do 4º milénio a.n.e a concepção cromática da Paisagem, e da intervenção humana na mesma, teve o seu reflexo na construção de “mamoas negras”, contrastantes com os solões esbranquiçados dos granitos envolventes, como acontece em diversos casos na margem Sul da Serra d’Ossa. No mesmo sentido pode contribuir a própria escolha da matéria-prima com que se edificaram os monumentos, tanto a partir da cor dos esteios das antas, cuja análise cromática carece ainda de análise, quer em outro tipo de monumentos funerários pré-históricos, como os *tholoi*, como fica bem patente no contraste cromático criado com o uso de xisto e do calcário local no monumento 7 de Alcalar, com uma mamoa e uma cobertura do corredor em calcário e um “kerb” e câmara em xisto (Morán e Parreira, 2004).

A cor e os símbolos inerentes à mesma deverão ter desempenhado um papel relevante durante a Pré-História, pelo que se pretende aqui fazer uma chamada de atenção a este facto, porque o assumimos como tal, e no caso concreto deste trabalho destacamos o valor simbólico da tonalidade vermelha, através do estudo dos recipientes com engobe vermelho do povoado de São Pedro (Redondo), integrados numa longa tradição e dimensão simbólica da cor.

Efectivamente, como nos indicam alguns autores, os designados “objectos-cor”, como os que aqui tratamos, indicam

“an overall continuity of aesthetic appreciation and therefore political significance at the millennial timescale” (Gaydarska e Chapman, 2008: 65)

claramente enraizado numa tradição ancestral. A própria existência destes “objectos-cor” e a sua interacção com outros

“led to the development of an overall system of colour symbolism which gave meaning to the prehistoric world” (Gaydarska e Chapman, 2008: 65).

A análise linguística de algumas designações de cor em línguas antigas deixa entrever que a construção da abstracção que a designação da mesma representa nasce da associação de determinadas cores a objectos ou elementos conhecidos (Warburton, 2014), transferindo de alguma forma o valor simbólico dos mesmos para a sua aplicação em outros objectos, algo que se exemplifica facilmente com a expressão “dourado” com a sua associação ao ouro.

Ao partilharmos esta leitura do Passado, onde a existência de cor decorre, e ao mesmo tempo impõe, o desenvolvimento de um sistema de valoração simbólica da mesma, pois apenas assim ela seria reconhecida, pretendemos apresentar e analisar um conjunto de “objectos-cor” cerâmicos no qual houve o cuidado de adicionar um revestimento a cor vermelha. Por fim, cremos ainda relevante assinalar que o desenvolvimento de um sistema de valorização simbólica da cor não impõe que esta tivesse sido entendida como os múltiplos “Pantone” actuais, ou seja, cremos que estamos apenas a dar os primeiros passos no entendimento da Cor e do sistema de valores inerentes, certamente muito diferentes dos actuais, mas que importa começar a entender para melhor percepcionarmos um Passado que certamente não foi a preto e branco...

II. O Sítio de São Pedro – Localização e Intervenções Arqueológicas

O sítio de S. Pedro localiza-se no Alentejo Central, distrito de Évora, freguesia e concelho de Redondo, num cerro destacado de vertentes íngremes e topo aplanado, que se elevava na margem Nascente da planície central de Redondo, adjacente à aba Sul da Serra d’Ossa.

Entre 2004 e 2009 desenrolou-se um extenso programa de escavação prévio à construção da circular externa de Redondo, que exigiu a escavação e desmantelamento integral de grande parte do sítio arqueológico. Ao longo dos últimos 10 anos, tem-se desenrolado um extenso processo de investigação sobre as recolhas e registos efectuados, sendo já longa a lista de estudos desenvolvidos sobre a sequência de ocupação do sítio, baseados essencialmente nos resultados das primeiras campanhas de escavação (Mataloto, Estrela e Alves, 2007; 2009; Mataloto, 2010; Mataloto e Gauss, no prelo), contextos específicos (Mataloto, Costeira e Roque, 2015), sobre os recursos (Mataloto, Costeira e Nukushina, 2017), faunas (Davis e Mataloto, 2012), metalurgia (Gauss, 2008; Vidigal *et al.*, 2016; Valério *et al.*, 2016), artefactos cerâmicos e líticos (Costeira, 2010; 2012; 2015; 2017b; Costeira, Mataloto e Roque, 2013; Costeira e Mataloto, 2013, 2016, 2018a; 2018b; Costeira e Luís, 2016; Mataloto e Costeira, 2016; Mataloto, Nukushina e Costeira, 2017a; Nukushina *et al.*, 2018; Odriozola *et al.*, 2012), alguns dos quais integrados num projecto de doutoramento desenvolvido, apresentado e defendido por um de nós (Costeira, 2017a).

Deste modo, e remetendo para esta bibliografia, cremos ser pertinente apenas um breve apontamento sobre a sequência de ocupações pré-históricas documentadas no local.

III. Os Povoados de São Pedro: a Arquitectura e o Tempo

Os trabalhos de escavação permitiram recuperar os vestígios estruturais e artefactuais de cinco grandes momentos de ocupação pré-histórica, que se terão desenrolado entre o final do 4º Milénio e grande parte do 3º. Milénio a.n.e. no topo do cabeço de São Pedro. Esta cronologia tem vindo a ser corroborada por várias datações, que se encontram já disponíveis (Mataloto e Boaventura, 2009, 37; Valério *et al.*, 2016).

De facto, não interpretamos o sítio como um povoado único, com uma história linear de fundação, expansão, declínio e abandono, mas como uma multiplicidade de povoados com dimensões,

arquitecturas e tempos diferentes. Duas destas ocupações (fase II e IV) caracterizam-se pela construção e utilização de estruturas de fortificação, que marcam a análise da História da ocupação do cabeço de São Pedro. O faseamento proposto decorre, essencialmente, dos actos de construção, reconstrução e abandono das grandes estruturas de fortificação do sítio (Cf.

Fig. 1).

A primeira fase de ocupação do cabeço de São Pedro ter-se-á desenvolvido entre os finais do 4º e os inícios do 3º milénio a.n.e., não tendo sido identificada

qualquer estrutura de delimitação. A visibilidade arquitectónica e artefactual desta fase é fortemente condicionada pelo dinamismo das ocupações posteriores, que limitaram bastante o seu grau de preservação. Os seus principais indícios são depósitos arqueológicos e estruturas negativas sob a primeira fortificação, a que se associa um conjunto cerâmico em que predominam as formas esféricas e globulares lisas, algumas com elementos mamilares, e as taças carenadas, sendo diminutas as formas espessadas e os pratos, características típicas dos sítios com ocupações desta cronologia no Alentejo Central (Calado, 2001; Mataloto, 2010; Costeira, 2017a).

Esta primeira ocupação aberta termina, segundo

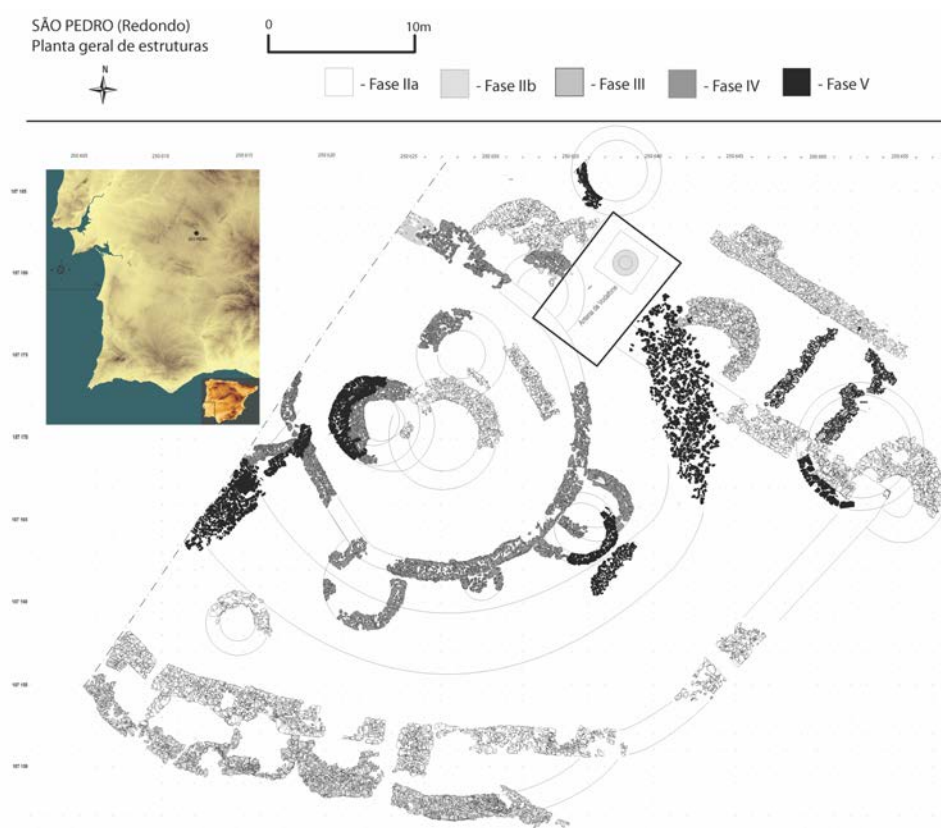


Fig. 1 - Localização do sítio de São Pedro no sudoeste peninsular e planta geral do faseamento das estruturas dos povoados de São Pedro.

cremos, durante o primeiro quartel do 3º milénio a.n.e., quando se documenta a construção de uma ampla estrutura pétrea de fortificação que marca a primeira grande transformação

arquitectónica e espacial do sítio. A construção, utilização com diversas transformações e remodelações, e abandono da primeira fortificação do sítio de S. Pedro deverá ter-se desenrolado entre os finais do 1º quartel e inícios do 2º quartel do 3º milénio a.n.e. (Mataloto e Boaventura, 2009; Mataloto e Gauss, no prelo).

Esta primeira fortificação, correspondente à Fase II apresenta uma planta poligonal, aproximadamente trapezoidal, delimitando um espaço de cerca de 800 m², composta por cinco tramos de muralha, rectilíneos, com cerca de 10 metros de comprimento cada, por 2 metros de largura, constituídos por lajes de xisto de calibre diverso e blocos de quartzo e granito, que apresentavam adossados pelo exterior, diversos bastiões semicirculares maciços e outros ocos.

No interior do espaço cercado registaram-se duas grandes estruturas de planta circular, uma em posição central, com espessos embasamentos de pedra de xisto de calibre diverso, que deveriam desenvolver-se em altura, a modo de torres. As ligações com o exterior são mal conhecidas, mas deveriam processar-se nas interrupções existentes entre os vários tramos da fortificação, as quais eram fechadas ou protegidas pela presença de bastiões ocos.

O espaço interior constituiu o cerne da área habitacional utilizada no cerro, como o deixam entender os muitos indícios sobre a presença de estruturas em materiais perecíveis (buracos de poste, estruturados por lajes de xisto, e revestimentos em barro cozido com marcas de ramagens).

A estrutura de fortificação da fase II conheceu múltiplos momentos de remodelação e transformação que não conduziram a uma mudança profunda da arquitectura e estruturação do espaço muralhado.

A par dos vestígios destas estruturas, a identificação de um conjunto artefactual muito vasto e diversificado, principalmente no que se refere às categorias de elementos cerâmicos e líticos, bem como ao seu elevado estado de fragmentação, permite defender que o espaço delimitado foi utilizado para a vivência quotidiana prolongada de uma comunidade humana relativamente estável e alargada (Mataloto, 2010, 279; Costeira, 2017a).

Esta ampla estrutura fortificada terá sido desactivada ainda antes dos meados do 3.º milénio a.n.e., sendo mais uma vez difícil de aferir se ocorreu um abandono efectivo do cabeço de São Pedro ou se a sua ocupação continuou com a mutação arquitectónica e a reformulação espacial.

Na análise da sequência estratigráfica do cabeço de São Pedro identificam-se poucos indícios de uma ocupação posterior ao abandono e desmantelamento das estruturas do primeiro povoado fortificado, cujos alicerces e elementos pétreos reaproveita, mas anterior aos níveis de ocupação da segunda fortificação. As principais evidências da Fase III, ligeiramente anterior a meados do milénio, consistem em algumas estruturas negativas, diversos buracos de poste estruturados e de uma estrutura de planta rectangular com embasamento de xisto, localizando-se principalmente na vertente norte. A Fase IV, genericamente enquadrável nos meados do 3º milénio a.n.e., caracteriza-se pela construção de uma pequena estrutura de fortificação, de planta subcircular e com cerca de 300m² de área interior, dotada de um conjunto de bastiões ocos semicirculares. A sua edificação provocou evidentes transformações da topografia do sítio, conduzindo a importantes terraplanagens e consequentes ablações da estratigrafia anterior, especialmente na área

central e vertente norte. No interior da área cercada localizaram-se duas grandes estruturas de planta circular, de paredes espessas e cerca de 6m de diâmetro máximo, podendo ser consideradas torres, em cujo interior se desenvolveram actividades de cariz habitacional. A presença destas duas estruturas de grandes dimensões restringia amplamente o espaço interior, desenvolvendo-se, por isso, a área habitacional e de actividade principalmente no exterior da fortificação, atendendo ao elevado número de vestígios de construções em materiais perecíveis aí documentado.

Em meados do 3.º milénio a.n.e, esta fortificação terá sido desactivada, sem que se registem indícios de abandono violento ou repentino.

Após o abandono da fortificação da Fase IV desenrola-se, provavelmente durante o terceiro quartel do 3.º milénio a.n.e., a última ocupação do cabeço de São Pedro (fase V), que se pode subdividir em dois momentos distintos. O primeiro caracteriza-se pela presença de várias cabanas de planta circular com embasamento pétreo, com cerca de 4 m de diâmetro, que se encontram dispersas pela área intervencionada. Uma destas estruturas destaca-se das restantes pela sua robustez e dimensões (cerca de 6 m de diâmetro exterior) e por se localizar numa área central, sobrepondo-se aos derrubes das torres centrais dos anteriores povoados fortificados, o que lhe parece conferir algum destaque na estruturação do espaço (Mataloto, Costeira e Roque, 2015). O conjunto artefactual associado a esta ocupação do cabeço de São Pedro apresenta características típicas das ocupações do final do 3.º milénio a.n.e., com a presença de um pequeno conjunto de cerâmica campaniforme incisa (Mataloto, Costeira e Roque, 2015; Costeira, 2017a).

No segundo momento desta fase, após o abandono das cabanas, construiu-se uma estrutura pétreo, de morfologia circular, que parecia acompanhar o traçado da última muralha. A edificação desta estrutura poderá ter um significado simbólico, de selar e/ou evidenciar um espaço que deixou de ser habitado (Mataloto, 2010).

A forte dinâmica de construção, utilização e desactivação das estruturas domésticas e de fortificação do cabeço de São Pedro condiciona todo o processo de formação da realidade estratigráfica, impondo a raridade dos contextos primários de rejeição e a dificuldade na identificação de deposições intencionais de materiais. Este dinamismo condicionou bastante o estado de conservação do conjunto material, nomeadamente dos recipientes cerâmicos, que submetido a intensas remobilizações, se apresenta largamente fragmentado, parcelar e disperso.

Ao longo do 3.º milénio a.n.e. registaram-se transformações arquitectónicas e estruturais nos povoados de São Pedro, bem como modificações no conjunto artefactual, nomeadamente nos componentes de tear (Costeira, 2010, Costeira e Mataloto, 2013; Costeira e Mataloto, 2018b) e nos recipientes em cerâmica (Costeira, Mataloto e Roque, 2013; Mataloto, Costeira e Roque, 2015; Costeira, 2017a) ao nível tecnológico, morfológico e decorativo, o que evidencia inovações técnicas, diferentes necessidades funcionais e mudanças nos hábitos culturais. A constatação destas transformações, nem sempre quantitativamente significativas, face às características perenes, exigem uma interpretação mais dinâmica das comunidades que viveram no cabeço de São Pedro. Na análise dos tratamentos e coloração das superfícies dos

recipientes cerâmicos procuraremos evidenciar as suas transformações ao longo da diacronia.

IV. Os Recipientes Cerâmicos do Sítio de São Pedro: Breve Caracterização

O conjunto de recipientes cerâmicos provenientes do sítio de São Pedro é muito amplo em termos quantitativos, tendo sido analisados cerca de 10.115 fragmentos classificáveis e 27 recipientes completos ou com forma totalmente reconstituída (Costeira, 2017a: 156). Estes números evidenciam o elevado estado de fragmentação destes materiais e a dificuldade na realização de colagens e reconstituições totais, o que condiciona a sua análise morfométrica.

Em termos globais, identifica-se uma clara preponderância das formas simples com base na esfera, que correspondem a 76% (7687 fragmentos) do conjunto e uma presença residual das formas compósitas (carenadas), que representam apenas 2% (233 fragmentos). No que se refere à orientação dos recipientes regista-se um claro destaque das formas abertas, com 4907 registos (48,4%), face às formas fechadas, com 2886 registos (28,4%).

As formas abertas simples foram organizadas em dois tipos, pratos e taças, com múltiplas variantes, tendo como principais elementos distintivos as características do bordo. Em termos quantitativos as taças representam 49,5%, sobrepondo-se claramente aos pratos (8%) e constituindo o tipo mais expressivo de todo o conjunto de recipientes cerâmicos. No grupo das formas fechadas simples, os vasos constituem o tipo maioritário, representando 27% de todo o conjunto, enquanto os potes têm uma presença muito diminuta, de apenas 1,1%. Nas formas compósitas é mais complexa a seriação

tipológica, porque na maioria dos fragmentos analisados apenas se conservou a carena, impedindo a sua orientação. Nos casos em que é possível a classificação tipológica, regista-se uma certa preponderância das taças carenadas (0,8%) face aos vasos carenados (0,3%) e aos pratos carenados (0,04%).

Estes valores globais registados no sítio de São Pedro aproximam-se dos dados referidos por Manuel Calado para a Serra d'Ossa, em que as formas abertas (pratos e taças) apresentam percentagens próximas ou superiores a 50% e as formas fechadas valores menos significativos, evidenciando-se uma grande discrepância entre os vasos e os potes, com o segundo tipo a ter uma expressão completamente residual (Calado, 2001: 90). A análise dos dados gerais do Porto das Carretas permite identificar a mesma tendência de predomínio das formas abertas, com as taças (forma 3 e 5) a registarem maior destaque do que os pratos (forma 1 e 2) e as formas fechadas (forma 6, 7, 8, 9 e 10) a evidenciar uma percentagem (27,5%) muito semelhante ao sítio de São Pedro, com os potes a apresentar uma expressão mínima (Soares, 2013: 280, Cf. fig. 192).

As diferenças quantitativas entre as formas fechadas e as formas abertas reflectem uma variação cronológica, com as primeiras a dominarem os conjuntos mais antigos do Neolítico final/Calcolítico inicial e as segundas a ganharem maior destaque ao longo do 3.º milénio a.n.e.

Na análise global das características morfológicas do bordo e do lábio dos recipientes cerâmicos regista-se um predomínio dos bordos direitos e lábios convexos em todos os tipos, ao longo da diacronia de ocupação do sítio de São Pedro. As restantes categorias de orientação do bordo

registam valores mais reduzidos, verificando-se uma certa diferenciação cronológica, uma vez que os bordos exvertidos são maioritários nas fases II e IV e os introvertidos ganham relevância na fase V.

Os lábios aplanados são tendencialmente mais expressivos nas fases I/II, acompanhando a maior percentagem de bordos espessados. Com efeito, o espessamento do bordo das formas abertas e fechadas, principalmente nas suas variantes mais largas, constituem uma característica marcante do conjunto artefactual da fase II. Assim, no início do 3.º milénio a.n.e. regista-se uma maior versatilidade métrica de espessuras do bordo, permitindo aumentar a diversidade de perfis dos recipientes, assemelhando-se de certa forma ao papel morfológicamente mais dinâmico que as carenas desempenhavam anteriormente.

A redução das carenas nos conjuntos cerâmicos do 3.º milénio a.n.e. é interpretada como uma certa “simplificação” do corpo do recipiente, mas não constitui uma maior monotonia morfológica, uma vez que a diferenciação ao nível do bordo garante uma grande diversidade de possibilidades estilísticas, tornando-se um elemento marcante do repertório cerâmico do Sudoeste calcolítico. A partir da fase IV, a variabilidade métrica da espessura do bordo diminui, sendo acompanhada pela diminuição significativa das carenas, que quando identificadas apresentam características diferentes das observadas nas peças da fase I/II.

No que se refere às dimensões, os recipientes abertos e fechados apresentam uma grande variabilidade ao longo de toda a diacronia. Porém, os recipientes com maiores diâmetros concentram-se na fase II, que consiste na ocupação de maiores dimensões em termos

espaciais, maior robustez arquitectónica e provavelmente com maior número de indivíduos, ao contrário das ocupações posteriores. Assim, a maior dimensão dos recipientes poderá estar associada à maior dimensão do grupo, contudo também poderá traduzir hábitos de socialização específicos, principalmente no que se refere ao consumo de alimentos. Deste modo, a preponderância de recipientes abertos de grandes dimensões poderá associar-se a hábitos de consumo colectivo em contextos quotidianos e/ou mais diferenciados, enquanto os recipientes de pequena e média dimensão, mais frequentes a partir da fase IV, poderão indiciar hábitos de consumo mais restritos e individualizados (Sánchez Romero e Aranda Jiménez, 2008: 81).

A diversidade de espessuras é acentuada ao longo de toda a diacronia de ocupação, ajustando-se às características morfológicas e funcionais globais dos recipientes. Os recipientes de paredes finas ocorrem nas várias fases de ocupação, em proporções semelhantes, não sendo exclusivos ou mais expressivos na fase V. Assim, estes dados exigem um outro olhar sobre os hábitos de comensalidade, principalmente relacionados com o consumo de líquidos diferenciados, ao longo do 3.º milénio a.n.e., uma vez que escasseiam as análises de conteúdos de recipientes de paredes finas provenientes de contextos anteriores ao campaniforme.

Os processos tecnológicos de produção de recipientes cerâmicos apresentam, ao longo da diacronia de ocupação do sítio de São Pedro, etapas mais normalizadas e outras susceptíveis de maior diversidade. Na sua globalidade, as pastas e as cozeduras apresentam menores variações ao longo da diacronia, por constituírem etapas estratégicas e mais difíceis de controlar, enquanto as técnicas de modelação e os tratamentos de superfície registam uma maior

versatilidade, ainda que seguindo normas sociais concretas.

A maioria dos recipientes cerâmicos apresentam pastas de matriz granítica, certamente extraídos de barreiros locais, compactas, homogêneas, depuradas, com frequentes componentes não plásticos de pequena e média dimensão. A variabilidade e irregularidade dos tipos de cozedura, com certo predomínio de cozeduras redutoras, registam-se ao longo de todas as fases de ocupação, o que poderá indicar a manutenção de estruturas de combustão pouco especializadas e versáteis. Contudo, alguns recipientes com maior regularidade na coloração das superfícies, pastas muito compactas, finas, por vezes com decorações, como os que se registam nas fases IV e V poderão estar associados a atmosferas de cozedura mais controladas e reguladas.

Os elementos plásticos constituem uma marca estilística dos vários tipos de recipientes cerâmicos do Sudoeste peninsular no Calcolítico, registando uma grande diversidade morfológica e métrica ao longo das várias fases de ocupação, mas com maior destaque quantitativo nas fases I e II.

A decoração dos recipientes cerâmicos, ainda que globalmente diminuta, é quantitativamente mais expressiva nas fases I/II (47%), não apresentando discrepâncias significativas em termos espaciais (Costeira, 2017a: 232). As taças e os vasos constituem os tipos de recipientes mais utilizados como suporte decorativo ao longo de toda a diacronia. Nas ocupações associadas ao início do 3.º milénio a.n.e. regista-se uma maior diversidade nas técnicas e motivos decorativos, ao contrário da segunda metade do milénio, em que a normalização decorativa se torna mais acentuada, com a generalização dos motivos

geométricos de maior alcance geográfico e com conteúdos simbólicos mais abrangentes.

A tradição da produção cerâmica, apesar de fortemente interiorizada, estável e conservadora, permite a expressão mais individualizada e inovadora em algumas características dos artefactos, que tendo um grande potencial visual não afectam as suas componentes estruturais e funcionais, respeitando as normas estilísticas da comunidade, mas consentindo uma maior dinâmica na reprodução artefactual (Kohring, 2012). As inovações tecnológicas, morfológicas, métricas e decorativas dos recipientes do quotidiano também se associam a transformações sociais e culturais mais amplas, nem sempre fáceis de reconstruir arqueologicamente (Sánchez Romero e Aranda, Jimenez 2008: 75).

No conjunto de recipientes do sítio de São Pedro, enquadrado maioritariamente no 3.º milénio a.n.e., identificam-se elementos de longa duração, que se alicerçam numa tradição neolítica anterior, a que se associam elementos novos, como é visível com a convivência de taças carenadas e dos pratos de bordo espessado, com algumas peças a evidenciar mesmo traços híbridos, resultado da combinação de diferentes processos tecnológicos. Assim, na primeira metade do 3.º milénio a.n.e. regista-se uma maior diversidade nas características dos recipientes cerâmicos, associadas a transformações culturais sem rupturas abruptas. Com o avançar do milénio (fase IV e V), os elementos “calcolíticos” tornam-se mais preponderantes, registando-se uma maior normalização artefactual, o que pode estar associado a transformações sociais mais acentuadas, em que os grupos diminuem a sua dimensão, mas aumentam a sua coesão e estruturação, ainda que os indícios de diferenciação se encontrem pouco formalizados

nos espaços quotidianos do cabeço de São Pedro, o que é comum a outros povoados. Estas transformações são particularmente evidentes na decoração dos recipientes, uma vez que a sua variabilidade diminuiu, associando-se a padrões usualmente conectados com a esfera simbólico-religiosa, indicando que os motivos ornamentais se tornam menos identitários em si, mas com maior valor simbólico diferenciado para o grupo (Costeira, Mataloto e Roque, 2013). Assim, a identidade do grupo parece tornar-se mais coesa, diluindo-se os elementos diversificados, e com uma maior capacidade de mobilidade e contacto com outras realidades.

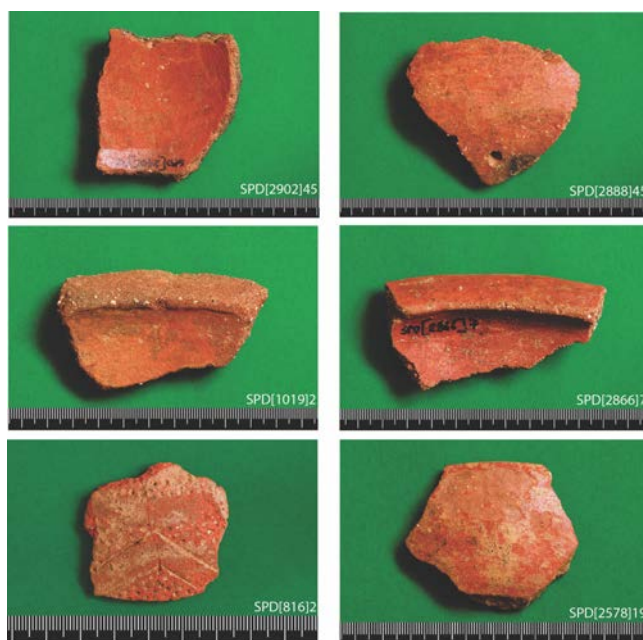


Fig. 2 - Cerâmicas com engobe ou aguada vermelha recolhidas no sítio de São Pedro.

V. Os Recipientes com Aguadas e Engobes Vermelhos

No conjunto total de recipientes analisados identificaram-se cinco técnicas de tratamento das superfícies internas e externas. A maioria das superfícies internas (85,9%) e externas (73,9%) dos recipientes foram alisadas, tendo por isso um aspecto uniforme mas sem brilho. Esta técnica

de tratamento das superfícies é preponderante em todos os tipos de recipientes ao longo de toda a diacronia de ocupação deste sítio arqueológico, o que se assemelha à maioria dos contextos calcolíticos do Sudoeste (Valera, 2013a; Soares, 2013; Kohring, 2013). As superfícies internas e externas rugosas surgem como o segundo grupo mais representativo, com 10,1% e 23%, respectivamente. A rugosidade é mais acentuada nas superfícies externas, o que pode resultar de uma acção intencional, mas também da utilização do recipiente e/ou erosão dos fragmentos.

O polimento das superfícies internas e externas, que lhes confere um aspecto uniforme e brilhante, ocorre respectivamente em 94 (0,9%) e 104 (1%) peças, com claro predomínio dos recipientes tipo taça e vaso, sendo portanto vestigial no sítio.

As superfícies de alguns destes recipientes apresentam uma película argilosa espessa de tonalidade avermelhada, que consideramos tratar-se da aplicação de engobe. Nas superfícies em que esta película é mais suave e a tonalidade vermelha menos intensa classificámos como aguada (Cf. Fig. 2). A diversidade de revestimentos vermelhos também é proposta por Encarnación Rivero Galán (1985) no estudo das cerâmicas almagradas da Andaluzia.

Estes revestimentos de cor vermelha poderiam ser elaborados com diferentes fundentes ou óxidos, como o ocre ou o cinábrio, informação que só se conseguirá obter com análises mais detalhadas. Para alguns contextos da Europa Oriental (Sérvia) de cronologia neolítica identificou-se a presença de cinábrio nos revestimentos de alguns recipientes cerâmicos (Gajić-Kvašćev *et al.*, 2012). Estes tratamentos poderiam ser aplicados antes ou após a cozedura

(o que poderia condicionar as características da coloração), estando por vezes associados a alisamentos intensos ou mesmo ao polimento que tornava a superfície mais brilhante, salientando a tonalidade vermelha.

Em termos globais registaram-se 59 fragmentos de recipientes com engobes vermelhos e 102 com aguadas vermelhas (Cf. Fig. 3). O engobe era aplicado maioritariamente nas duas superfícies do recipiente, registando-se alguns casos em que este tratamento ocorre exclusivamente na superfície interna ou na externa. No caso das aguadas vermelhas, a maioria dos exemplares apresentava esta aplicação apenas na superfície interna, mas registando-se também a aplicação de aguada vermelha nas duas superfícies ou apenas na superfície externa.

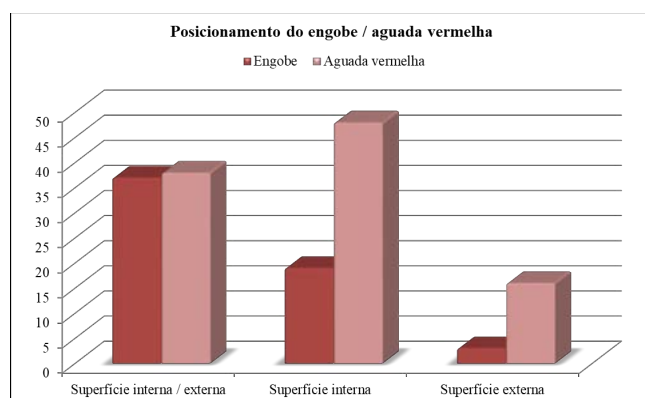


Fig. 3 - Posicionamento da aplicação de aguada/engobe vermelho nas superfícies dos recipientes cerâmicos.

As peças com engobe e aguada vermelha encontram-se muito fragmentadas, correspondendo 85 a bojos, que não permitem classificação morfológica e 75 a fragmentos de bordo. Nos casos em que foi possível identificar a forma dos recipientes, observa-se um predomínio da aplicação destes tratamentos de superfície nas formas abertas, em relação às formas fechadas e um pequeno conjunto de formas carenadas.

No conjunto das formas abertas, as taças, principalmente as variantes de bordo espessado destacam-se na aplicação de engobe e aguada vermelha (Cf. Fig. 4). No caso da aguada regista-se a sua aplicação na superfície interna de um pequeno conjunto (6) de pratos de bordo almendrado. Em termos métricos estes

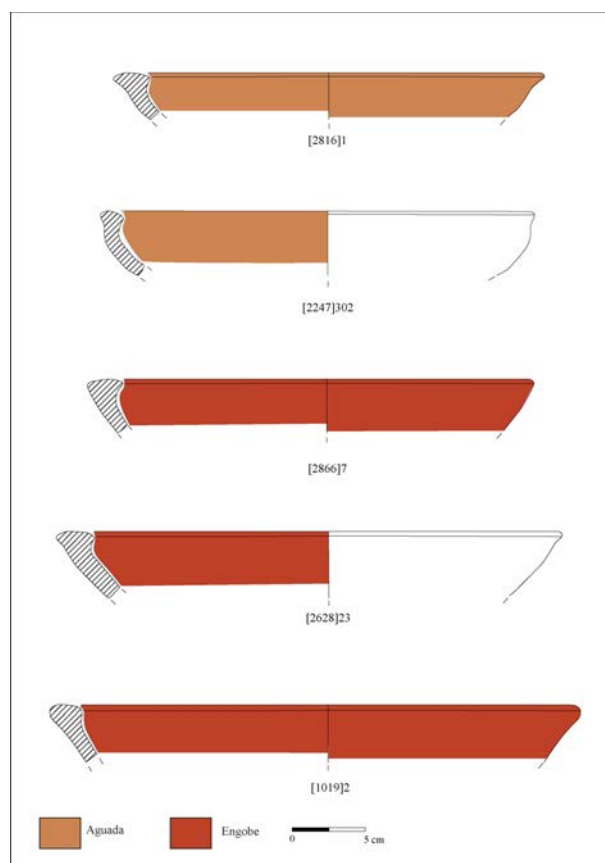


Fig. 4 - Recipientes de morfologia aberta e bordo espessado com as superfícies revestidas com aguada ou engobe vermelho.

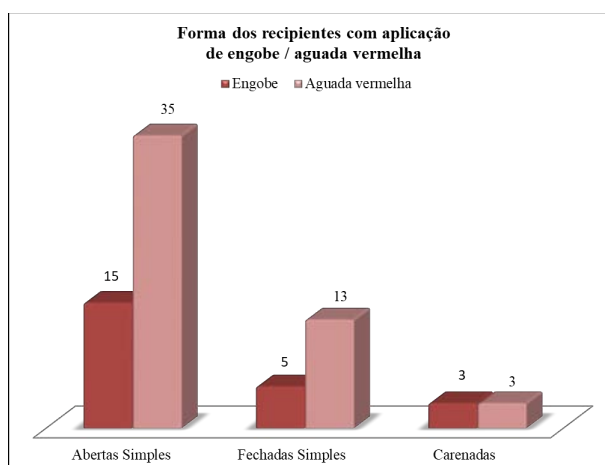


Fig. 5 - Forma dos recipientes com as superfícies revestidas com aguada/engobe vermelho.

recipientes apresentam diâmetros entre 12 e 60 cm (Cf. Fig. 4 e 5).

A maior de formas permite associar os recipientes com estes tratamentos de superfície a funções relacionadas com a disposição e consumo de conteúdos. A variabilidade métrica destes recipientes poderia ajustar-se a variadas escalas de consumo, com a utilização individual de recipientes de menores dimensões e o uso colectivo dos de maiores dimensões (Cf. Fig. 6 e 7).

A maioria dos recipientes que apresentam estes tratamentos de superfície não apresenta decoração. Contudo registam-se cinco casos em que as aguadas vermelhas se associam a motivos decorativos variados (linhas incisas, triângulos incisos preenchidos por pontos, caneluras formando grinaldas), contribuindo para o seu destaque (Cf. Fig. 2).

Os fragmentos de recipientes com engobe e aguadas vermelhas, na sua grande maioria de reduzidas dimensões, surgem normalmente isolados, em unidades estratigráficas localizadas nos vários sectores de escavação (Cf. Fig. 8).

Os contextos em que se identificam estes materiais são assim quase exclusivamente de rejeição e remobilização, sem que tenha sido possível documentar contextos de abandono com fragmentação *in situ* destes recipientes.

O faseamento das unidades estratigráficas de proveniência de engobe/aguada vermelha, ainda a carecer de um trabalho mais aturado, permite construir uma primeira imagem da distribuição e diversidade dos recipientes com estes tratamentos de superfície ao longo da diacronia (Cf. Fig. 9).

A utilização de aguadas vermelhas e principalmente de engobe é mais frequente nas

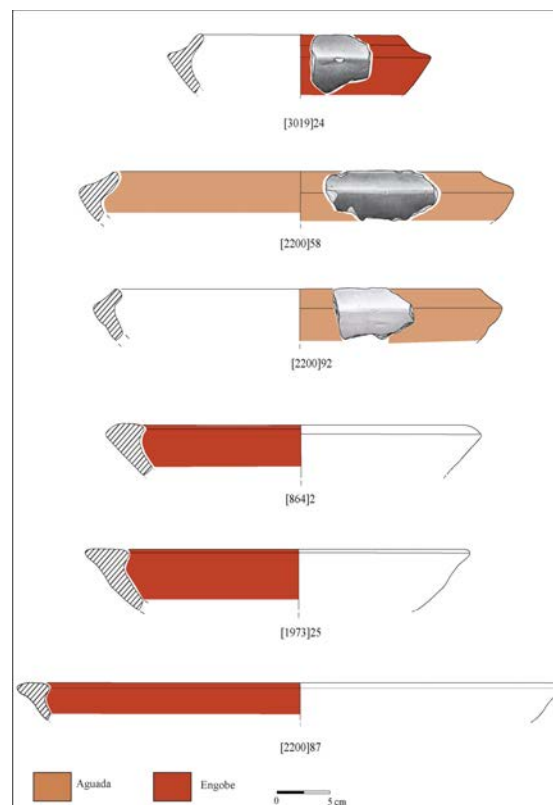


Fig. 6 - Recipientes carenados com as superfícies revestidas com aguada vermelha. [2200]58 e [2200]92: pratos de bordo espessado com as superfícies internas revestidas com engobe vermelho.

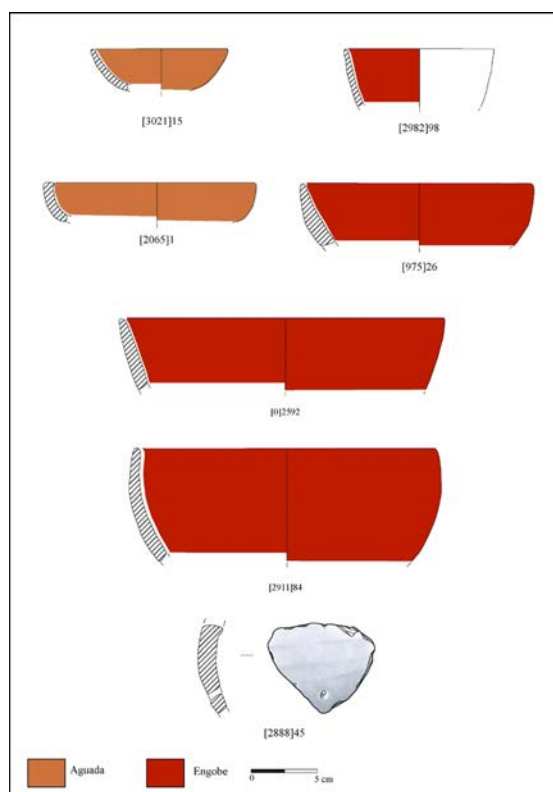


Fig. 7 - Recipientes de tipo taça com as superfícies internas e/ou externas revestidas com aguada ou engobe vermelho. Os recipientes [3021]15 e [2982]98 apresentam "paredes finas". O fragmento de bojo [2888]45 apresenta uma perfuração, e as superfícies internas e externas revestidas com engobe vermelho.

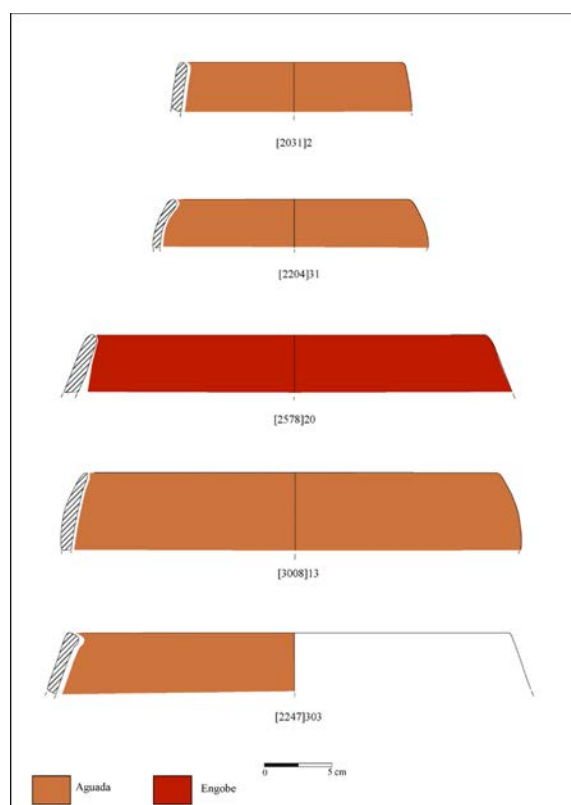


Fig. 8 - Recipientes de tipo vaso com as superfícies internas e/ou externas revestidas com aguada ou engobe vermelho.

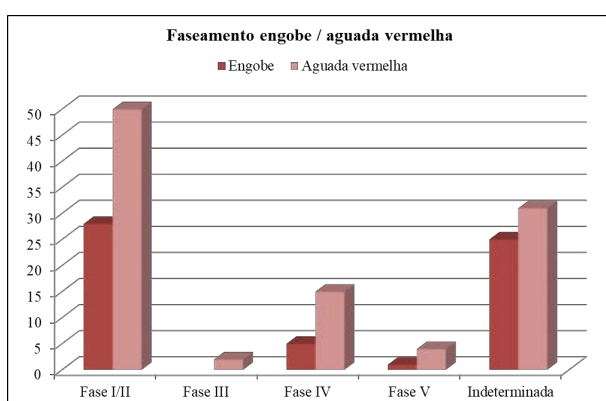


Fig. 9 - Faseamento dos recipientes cerâmicos com as superfícies revestidas com aguada / engobe vermelho.

fases de ocupação I/II, reduzindo-se substancialmente a partir da fase IV e tornando-se vestigial na fase V. Nestas fases mais recentes, o polimento das superfícies e as colorações mais escuras ganham um maior destaque. Cremos que a presença desta coloração, particularmente da aplicação dos engobes vermelhos, assume contornos cronológicos claros, constituindo um indicador importante de uma faseamento antigo dentro do 3º milénio a.n.e, correspondendo a um

período que genericamente se poderá designar de Calcolítico inicial.

A aplicação de aguadas e engobes e o polimento das superfícies dos recipientes pode ter, a par do seu significado técnico e funcional, uma interpretação estética, associando-se por vezes a elementos decorativos concretos, potenciando ou diminuindo a sua visibilidade. A coloração do recipiente enquanto característica visual atractiva poderá contribuir para transformar os seus sentidos funcionais, simbólicos e identitários (Bernabeu Aubán, Molina Balaguer e García Borja, 2007-2008).

A Cor Vermelha no Sudoeste Peninsular no final do 4º e no 3º Milénio a.n.e.

O destaque da tonalidade vermelha dos recipientes deve inserir-se em tradições culturais ancestrais, certamente presentes no Neolítico regional, e relacionar-se com outras manifestações culturais documentadas no Ocidente Peninsular.

Como se afirmou inicialmente, a cor e a sua designação nasce em muitos locais pela sua associação a determinados objectos, materiais ou entidades (Warburton, 2014), pelo que o Encarnado ou Vermelho é reconhecidamente uma cor com forte conotação cultural, frequentemente de sentido transregional (Cooper, 2013 [1978]: 40; Darvill, 2013) sendo usual a sua associação ao Sol, ao Fogo e à Força, aos deuses da Guerra, à Fertilidade e à Vida, como de certo modo não podia deixar de ser pela sua conexão ao sangue. Esta relação talvez esteja na base do seu uso em pinturas rupestres como símbolo da renovação da Vida. Assim sendo cremos que também durante a Pré-História a utilização da cor vermelha em diferentes

manifestações artísticas (pinturas rupestres em gruta, ar livre e em contextos dolménicos, bem como a decoração de vários tipos de artefactos e do vestuário e corpo dos próprios indivíduos na vida e na morte) deverá ter tido uma forte conotação cultural, eventualmente ritual ou religiosa.

Se no território alentejano a pintura rupestre pré-histórica tem pouca expressão, com excepção dos contrafortes quartzíticos da serra de São Mamede, onde se conhece um número razoável de ocorrências (Oliveira e Oliveira, 2015), já no vizinho território extremo encontram-se bastante bem representadas (Collado Giraldo e García Arranz, 2005). Nesta área, a cor vermelha domina por completo os conjuntos pictóricos, sendo pontualmente acompanhada por branco e negro (Collado Giraldo e García Arranz, 2005: 55). No Abrigo Pinho Monteiro, com um dos painéis melhor estudados na região de Arronches/Esperança, na extremidade Poente da grande mancha de arte rupestre das serranias quartzíticas extremenhas, efectuou-se uma pequena sondagem nos inícios da década de 80 na qual se documentou a presença de cerâmica com almagre, constituindo um dos raros casos em que é conhecida a sua associação a pinturas, sendo equacionada a sua presença como resultados de oferendas à divindade (Gomes, 1989: 235).

Nos contextos sepulcrais do Ocidente Peninsular de tipo dolménico está igualmente bem documentada a presença de pintura sobre os esteios, nos quais domina a cor vermelha, acompanhada por vezes de branco e preto, (Bueno-Ramirez, Balbín-Behrmann e Barroso Bermejo, 2012: 146), especialmente em monumentos do Centro e Norte de Portugal, como Antelas ou Orca dos Juncais (Cardoso, 2002: 239). Ainda que menos bem conhecida em

território alentejano, eventualmente devido a condições de preservação, a pintura no interior dos monumentos megalíticos encontrava-se igualmente presente, e talvez com uma intensidade que hoje apenas se pode suspeitar a partir das intervenções de Manuel Heleno, que a espaços nos informa das mesmas nos seus cadernos de campo, como acontece na Anta 2 dos Outeirões, em Estremoz, onde se menciona a presença de pinturas no esteio de cabeceira e

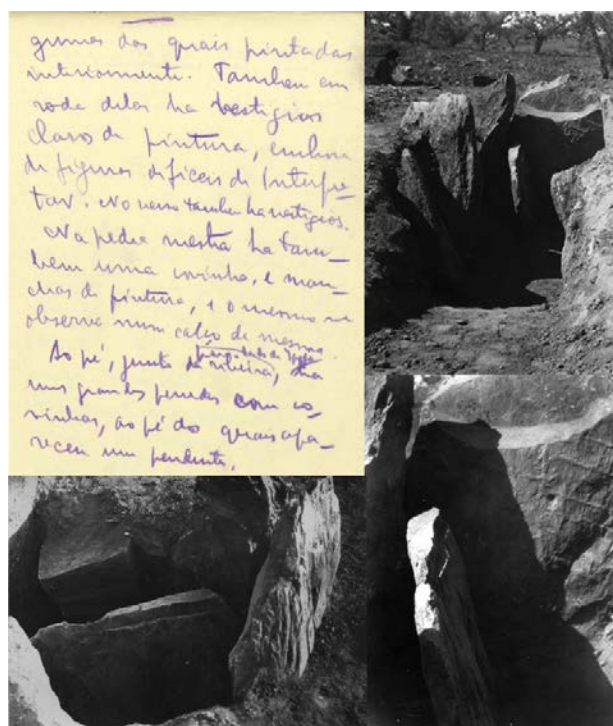


Fig. 10 - Anta 2ª dos Outeirões (Estremoz), onde se documentaram pinturas vermelhas, tal como menciona Manuel Heleno no seu Caderno de Campo (1934). Fotos do Arquivo Manuel Heleno (MNA).

numa laje de divisão interna gravada com covinhas com vestígios de pintura (Heleno, 1934: 5) (Cf. Fig. 10). É provável que o caso mais emblemático, ainda que muito mal conhecido, seja a Anta Grande do Zambujeiro, na qual se identificou um esteio integralmente pintado, para além de múltiplas gravuras e pinturas pelo exterior (Bueno-Ramirez e Balbín-Behrmann, 1997: 154). Todavia, e a provar como esta relação está ainda longe de ser simples e linear, não deixa de ser relevante verificar que, na Gruta do

Escoural, apesar dos rituais de ocre/cinábrio serem conhecidos ou as cerâmicas almagradas estarem bem documentadas no conjunto (Araújo e Lejeune, 1995: 61), não foram identificadas quaisquer pinturas claramente atribuíveis a este período. Estará a presença do dito Santuário exterior relacionada com este facto? A questão permanece em aberto, no entanto, as presenças paleolíticas poderiam estar bem mais visíveis do que actualmente, e terem sido, elas mesmas, objecto de releitura e reintegração, transferindo-se para o espaço exterior, aberto e público, o sentido sagrado e exclusivo reservado aos mortos. Na realidade, cremos no sentido maioritariamente aberto e público da arte rupestre do período neolítico, atendendo à sua presença em destacadas penedias e abrigos visíveis à distância, mesmo que as pinturas o não fossem. Assim, terá sido neste mesmo sentido que se terá desenvolvido o santuário exterior do Escoural (Gomes, *et al.*, 1994), que pode até ter conhecido a presença de pintura, de que não nos chegaram ainda vestígios.

O uso de pigmentos vermelhos, como o ocre e o cinábrio, nos rituais funerários do 4º milénio a.n.e do território alentejano, documentado há muito em contextos megalíticos (Leisner e Leisner, 1951: 71-84; Dias *et al.*, 2011; Rocha *et al.*, 2015), tem vindo a ser reconhecido com bastante frequência a cobrir enterramentos em hipogeus escavados no Baixo Alentejo (Melo e Silva, 2016; Valera, 2013b, 102; Valera *et al.*, 2017). Por outro lado, este uso poderá estar a indiciar a coloração do corpo e a elaboração de tatuagens associada a rituais específicos, de que a presença de elevados índices de mercúrio nos ossos, disseminado *ante-mortem*, pode ser um claro indicador (Emslie *et alii*, 2015: 5).

A presença da designada cerâmica almagrada, ainda que cada vez melhor documentada em

contextos do Neolítico Antigo do Ocidente peninsular, veja-se os casos indubitáveis, porque associados a decoração impressa e incisa, da Galeria da Cisterna da Gruta do Almonda (Carvalho, 2011: 249), Cerradinho do Ginete (Carvalho, 2011: 242) ou Carrascal (Cardoso, 2015: 162), apenas tardiamente parece entrar nos conjuntos funerários do 4º milénio a.n.e., sendo claramente antecedida pela presença do ocre/cinábrio a cobrir os corpos, como fica patente em enterramentos como os documentados na Quinta da Abóbada (Valera *et al.*, 2017: 17) onde no parco espólio não se documenta cerâmica e que foi datado do segundo terço do 4º milénio a.n.e. A este, outros poderão aduzir-se, de cronologia eventualmente similar ou algo posterior, dada a semelhança dos espólios caso de Vale de Barrancas (Fernandes, 2013), Monte Malheiro (Melo e Silva, 2016) ou Sobreira de Cima (Dias e Mirão, 2013) onde os rituais de pigmento vermelho em contexto funerário estão bem atestados, e nalguns casos datados, da segunda metade do 4º milénio a.n.e., sempre sem qualquer cerâmica. Neste aspecto, a necrópole neolítica da Gruta do Escoural, apesar da ausência de pinturas desta cronologia, apresenta clara evidência de rituais de pigmento vermelho, quer sobre os enterramentos, quer pela presença de cerâmica lisa almagrada (Araújo e Lejeune 1995: 61), acompanhando a tradição atestada no contexto megalítico em monumentos com arquitecturas e conjuntos artefactuais mais evoluídos, enquadrados provavelmente no último terço do 4º milénio a.n.e, de que o caso da Anta 1 do Poço da Gateira constitui um exemplo maior (Leisner e Leisner, 1951: 212), mas que conseguimos rastrear, como bem assinalou o casal Leisner, em monumentos de Reguengos com arquitecturas e espólios mais complexos (Leisner e Leisner, 1951: 73). A título meramente indicativo deixamos a menção de termos

documentado a presença de engobe vermelho também em dois vasos da Anta Grande do Zambujeiro (Cf. Fig. 11), onde a mesma cor foi utilizada na decoração dos esteios (Bueno-Ramirez e Balbín-Behrmann, 1997; Soares e Silva, 2010). Efectivamente, esta cronologia mais avançada dentro do 4º milénio a.n.e. parece coincidir com a maior expressão dos engobes vermelhos em recipientes cerâmicos recolhidos em sítios de cariz habitacional no Sudoeste peninsular. Ainda que a tradição tão tipicamente andaluza da cerâmica almagrada possa ser algo anterior (Rivero Galán, 1985: 456), certo é que apenas em contextos tardios do 4º milénio a.n.e. mais a Ocidente parece ganhar uma efectiva expressividade. Neste caso, Papa Uvas é o exemplo melhor documentado, apresentando uma evolução clara, onde se constata o pico de presenças na fase mais antiga de ocupação, em particular na Fase IA onde atinge mais de 17% do total cerâmico sendo quase exclusiva na decoração cerâmica, para se apresentar com presenças bem mais modestas em fases subsequentes, mantendo-se como a decoração mais representada na Fase II, para depois perder a exclusividade na fase seguinte e quase desaparecer na mais recente (Martín de la Cruz, 1986: 295-300). É igualmente interessante verificar que, também aqui, e na fase mais antiga, dominam as formas lisas e fechadas, acompanhando por completo a realidade conhecida em contexto funerário, e afastando-se do que será a realidade posterior, que cremos ser representada pela maioria da cerâmica de engobe vermelho de São Pedro, onde as formas abertas dominam, tendência já intuída por G. e V. Leisner, quando assinalam que o prato de bordo espessado com engobe vermelho da Anta Grande do Monte Novo, semelhante a outro do sepulcro III de Alcalar, deve ser de “época posterior” (Leisner e Leisner, 1951: 77).

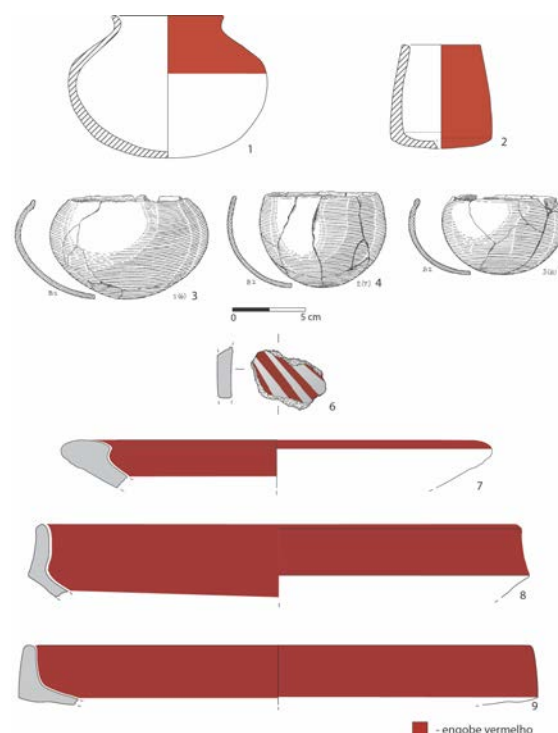


Fig. 11 - Cerâmicas com engobe vermelho de contextos funerários e habitacionais do Alentejo. [1] e [2] Anta Grande do Zambujeiro; [3]-[5] Cerâmicas com engobe vermelho da Anta 1 do Poço da Gateira (seg. Leisner e Leisner, 1951); [6] Cerâmica com faixas pintadas de vermelho do Paraíso (Elvas); [7] a [9] Cerâmica com engobe vermelho do povoado do Paraíso (Elvas).

Consideramos relevante assinalar que esta alteração na forma dos recipientes parece acompanhar a sua passagem de contextos funerários para contextos habitacionais, onde se manterão sempre com presença bastante reduzida. Este facto pode estar a indicar-nos uma alteração do contexto ritual de manipulação das mesmas, primeiramente a utilização de recipientes fechados como contentores de oferendas funerárias, eventualmente líquidos ou alimentos, posteriormente, em contexto habitacional, a presença de amplas formas abertas, eventualmente destinadas a actos ou gestos de apresentação e consumo, em contextos rituais e públicos.

Consideramos que falta ainda efectuar uma análise mais alargada destas presenças em contextos habitacionais e avaliar a sua efectiva relevância e diacronia. Em trabalho recente A. Valera assinala a presença de cerâmica almagrada

na Fase I, a mais antiga dos Perdigões (Valera, 2018: 84), sem que se assinala a sua existência nos finais do 4º milénio a.n.e, apesar de ser usual, mesmo que em quantidades reduzidas, em contextos cronológicos e culturais semelhantes na região, caso de Juromenha I, Malhada das Mimosas ou Paraíso (Cf. Fig. 11), onde surge no preenchimento dos fossos neolíticos (Calado *et al.*, 2004; Mataloto e Costeira, 2008; Mataloto *et al.*, 2012: 59; Mataloto *et al.*, 2018). Todavia, cremos ser Santa Engrácia, próximo a Badajoz, o caso com maiores semelhanças com o conjunto analisado em São Pedro, ao assinalar-se a elevada frequência de cerâmica almagrada associada a um momento inicial do Calcolítico, onde se considera um dos elementos característicos deste período (Celestino Pérez, 1989: 317). Esta tendência é igualmente verificada em Famão, Aboboreira (Arnaud, 1971), El Lobo (Molina Lemos, 1980; Hurtado, 1989) ou La Pijotilla (Hurtado e Amores, 1982), em cronologia genericamente semelhante, sendo também um elemento muito característico dos contextos do Sudeste peninsular, como Los Millares (Almagro Basch e Arribas, 1963), Los Castillejos de Montefrío (Arribas e Molina, 1975: 393; Rivero Galán, 1985: 456; Acosta, 1986) ou Terrera Ventura (Gusi, 1975; Rivero Galán, 1985).

A modo de epílogo, consideramos que a cerâmica com aguada/engobe vermelho deverá ser enquadrada num contexto mais global de valorização simbólica da cor vermelha, fazendo assim parte de uma longa tradição, que se apresenta nos finais do 4º e inícios do 3º milénio a.n.e. com uma expressão tendencialmente pública e comunitária, denunciada pelo uso de grandes recipientes abertos passíveis de ser reconhecidos, apesar da baixa intensidade (eventual reforço do prestígio simbólico e social destas peças), em muitas das ocupações deste

período no Sudoeste peninsular, mas igualmente em alguns contextos funerários, como os mencionados sepulcros do Monte Novo e Alcalar III (Leisner e Leisner, 1951: 77).

Por fim, e para reforçar a relevância da coloração vermelha dos recipientes cerâmicos, seria de grande importância analisar os pigmentos utilizados para criar estes revestimentos, de modo a conhecer as suas características químicas, proveniência e técnicas de aplicação. Com efeito, a identificação da utilização de cinábrio em vários contextos simbólicos e funerários do Sul peninsular (Candelera *et al.*, 2013: 289; Dias *et al.*, 2011; Rocha *et al.*, 2015; Valera *et al.*, 2017) e a sua associação a outros elementos exóticos tem permitido valorizar o prestígio social e simbólico dos pigmentos. Um dos exemplos mais ilustrativos desta valorização

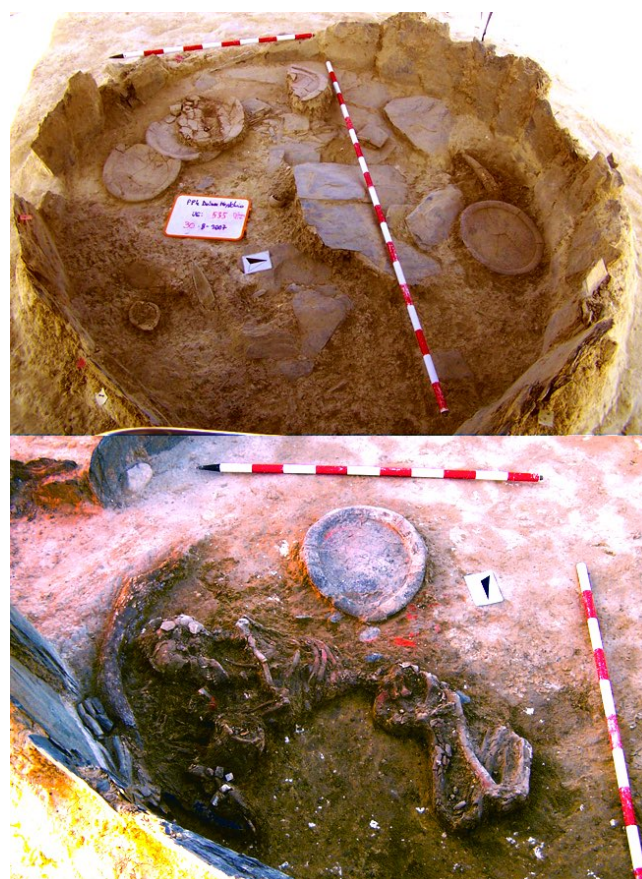


Fig. 12 - Níveis superior e inferior da Estrutura 10042/10049 de PP4-Montellirio (Sevilha), com a presença de pratos de bordo espessado cobertos por pigmento vermelho de cinábrio (adapt. Candelera, *et al.*, 2013: 281).

simbólica e ideológica do pigmento vermelho consiste no enterramento do nível inferior da 2ª câmara da estrutura 10042-10049 de PP4 Montellírio, em Valencina de la Concepción (Candelera *et al.*, 2013), em que se identifica um grande prato de bordo almendrado coberto com cinábrio, associado a um rico espólio exótico (uma presa de elefante, 23 lâminas de sílex, um punhal com pomo de âmbar e múltiplos objectos de marfim decorados), claramente integrável no 3º milénio a.n.e. (Cf. Fig. 12).

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, Pilar (1986). El Neolítico en Andalucía occidental: estado actual. *Homenaje a Luis Siret*. Sevilla, pp. 136-151.
- ALMAGRO BASCH, Martín; ARRIBAS, António (1963). *El poblado de la necrópolis megalítica de Los Millares*. Madrid: Biblioteca Praehistorica Hispana (vol. III).
- ARAÚJO, Ana Cristina; LEJEUNE, Marylise (1995). *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa: Trabalhos de Arqueologia.
- ARNAUD, José (1971). Os povoados neo-eneolíticos de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa), notícia preliminar. In *II Congresso Nacional de Arqueologia II* (1970) – *Actas do II Congresso*, vol. I Coimbra: Junta Nacional de Educação, pp. 199-221.
- ARRIBAS, António; MOLINA, Fernando (1975). El poblado de los Castillejos en las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada). Resultados de las campañas de 1971 e 1974. *Actas do XIV Congreso Nacional de Arqueología*. Vitoria, pp. 389-406.
- BERNABÉU AUBÁN, Joan; MOLINA BALAGUER, Lluís; GARCÍA BORJA, Pablo (2007-2008). El color en las producciones cerámicas del Neolítico Antiguo. *VELEIA*, 24-25, pp. 655-667.
- BUENO-RAMIREZ, Primitiva; BALBÍN-BEHRMANN, Rodrigo (1997). Arte megalítico en sepulcros de falsa cúpula. A propósito del monumento de Granja de Toniñuelo (Badajoz). *III Congreso Internacional de Arte megalítico. Brigantium*, 10, pp. 91-121.
- BUENO-RAMIREZ, Primitiva; BALBÍN-BEHRMANN, Rodrigo (1997). Ambiente funerario en la sociedad megalítica ibérica: arte megalítico peninsular. In A. Rodríguez Casal (ed.) *O Neolítico atlántico e as orixes do megalitismo*. Santiago de Compostela, pp. 693-718.
- BUENO-RAMIREZ, Primitiva; BALBÍN-BEHRMANN, Rodrigo (1997). Arte megalítico en el Suroeste de la Península Ibérica: ¿Grupos en el Arte Megalítico ibérico? Homenaje a la Prof. Dra. Mila Gil - Mascarell. *Saguntum*, PLAV 30, pp. 153-161.
- BUENO-RAMIREZ, Primitiva; BALBÍN-BEHRMANN, Rodrigo; BARROSO BERMEJO, Rosa (2012). La frontera ideológica: grafías postglaciares ibéricas. In M. J. Sanches (coord.) *Iª Mesa-Redonda Artes rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo*. Trabalhos de Arqueologia, vol. 54, pp. 139-160.
- CALADO, Manuel (2001). *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de Pré-história regional*. Trabalhos de Arqueologia, 19. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CALADO, Manuel; MATALOTO, Rui; ROCHA, Artur (2004). *O povoamento pré-histórico da margem direita do rego do Alqueva*. Policopiado.
- CANDELERA, Miguel; HERRERA, Liz; MILLER, Ana; GARCÍA SANJUÁN, Leonardo; MOLINA, Coronada; WHEATLEY, David; Justo, Ángel; SAIZ-JIMENÉNEZ, Cesareo (2013). Allochthonous red pigments used in burial practices at the Cooper Age site of Valencina de la Concepción (Sevilla, Spain): characterisation and social dimension. *Journal of Archaeological Science*, 40, pp. 279-290.
- CARDOSO, João Luís (2002). *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CARDOSO, João Luís (2015). A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In V. S. Gonçalves; M. Diniz; A. C. Sousa (Eds.) *5º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa, pp. 159-168.
- CARVALHO, António Faustino (2011). Produção cerâmica no início do Neolítico de Portugal. In J. Bernabéu Aubán; M. Rojo Guerra; L. Molina balaguer *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal aC en la Península Ibérica*. SAGVNTVM, extra-12, pp. 237-250.
- CELESTINO PÉREZ, Sebastián (1989). El poblado calcolítico de Santa Engracia. *Revista de Estudios Extremeños* (Badajoz), 45(2), pp. 281-325
- COLLADO GIRALDO, Hipólito; GARCÍA ARRANZ, José Julio (2005). Corpus de Arte Rupestre en Extremadura. *Arte Rupestre en el Parque Natural de Monfragüe: el Sector Oriental*. Vol. I.
- COOPER, Jean (2013 [1978]). *An Illustrated Encyclopaedia of Traditional Symbols*. Thames & Hudson.

COSTEIRA, Catarina (2010). *Os componentes de tear do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3.º milénio a.n.e.* (2 vol.). Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTEIRA, Catarina (2012). Placas e crescentes - Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de São Pedro (Redondo, 3.º milénio a.n.e.). *Arqueologia e História*, 62-63, pp. 23-37.

COSTEIRA, Catarina (2015). As colheres em cerâmica do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In N. Medina Rosales (ed.) *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche/Serpa, pp. 361-375.

COSTEIRA, Catarina (2017a). *No 3.º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTEIRA, Catarina (2017b). Reflexão acerca dos cossoiros e da fiação nos contextos calcolíticos do Sudoeste da Península Ibérica, partindo do sítio de São Pedro (Redondo). In J. Arnaud; A. Martins (eds.) *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa.

COSTEIRA, Catarina; LUÍS, Elsa (2016). Elementos Funcionais ou decorativos? Cordões, mamilos, pegas e asas no 3.º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio. In I. Coelho; J. Torres; L. Gil; T. Ramos (coord.) *Entre ciência e cultura: Da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia*. *Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*, Vol. I - Recipientes Cerâmicos no 3.º milénio/inícios dos 2.º milénio). Lisboa: CHAM-FCSH/UNL-UAÇ - IEM-FCSH/UNL.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2013). Os componentes de tear do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In J. Jiménez Ávila; M. Bustamente; M. García Cabezas (eds.) *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros, pp. 625-667.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui; ROQUE, Conceição (2013). Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4.º/3.º Milénio a.n.e. dos povoados de São Pedro. (Redondo). In J. Artaud; A.

Martins; C. Neves (eds.) *A Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 397-406

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2016). Gestos do simbólico, I: “ídolos”, idoliformes, figuras e representações do “sagrado”(?) nos povoados dos IV/III milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19, pp. 63-86.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2018a). Loom weights and weaving in the archaeological site of São Pedro (Redondo, Portugal). In M. Siennicka; L. Rahmstorf; A. Ulanowska (eds.) *First Textiles: The Beginnings of Textile Production in Europe and the Mediterranean*. Oxbow Books, 32.

COSTEIRA, Catarina; MATALOTO, Rui (2018b). Ídolos e idoliformes cerâmicos dos povoados do 4.º/3.º milénio a.n.e. de São Pedro (Redondo) - contributo para o estudo de uma ritualidade fugidia. *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. (24 a 26 de Outubro de 2014).

DARVILL, Timothy (2013). Fifty shades of red: the basic colour category red in the monuments and material culture of Neolithic and Bronze Age communities in Atlantic Northwest Europe. *Tagungen des Landesmuseums fur Vogeschichte Halle*. Band, 10.

DAVIS, Simon; MATALOTO, Rui (2012). Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, pp. 47-85.

DIAS, Luís; OLIVEIRA, Jorge; ROCHA, Leonor; ROSADO, Lúcia; DIAS, Cristina; FERREIRA, Teresa.; CANDEIAS, António; MIRÃO, José (2011). Sobre a presença de Cinábrio em rituais funerários no Megalitismo do Alentejo, Portugal. *Poster ao IX Congresso Ibérico de Arqueometria*. Lisboa.

DIAS, Cristina; MIRÃO, José (2013). Identificação de pigmentos vermelhos recolhidos no hipogeu da Sobreira de Cima por microscopia de raman e microscopia electrónica de varrimento acoplada com espectroscopia de dispersão de energias raios-X (MEV-EDX). In A. C. Valera (coord.) *Sobreira de Cima necrópole de hipogeus do Neolítico* (Vidigueira, Beja). Lisboa.

- EMSLIE, Steven; BRASSO, Rebecka; PATTERSON, William; VALERA, António Carlos; MCKENZIE, Ashley; SILVA, Ana Maria; GLEASON, James; BLUM, Joel (2015). Chronic Mercury exposure in late Neolithic/Calcolithic populations in Portugal from the cultural use of cinnabar. *Scientific Reports*, pp. 1-9.
- FERNANDES, Pedros (2013). *Os hipogeus de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja). Práticas funerárias e análise, antropológica dos restos humanos exumados*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- GAUSS, Roland (2008). *Zambujal und das frühe Kupfer: Untersuchungen zur Bedeutung des Metalls in der frühen Kupferzeit Portugals*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia da Eberhard Karls Universität Tübingen.
- GAJIĆ-KVAŠČEV, Maja; STOJANOVIĆ, Milica; ŠMIT, Ziga; KANTERELLOU, Vasiliki; KARYDAS, Andreas; ŠLJIVAR, Dušan; MILOVANOVIĆ, Dragan; ANDRIĆ, Velibor (2012). New evidence for the use of cinnabar as a colouring pigment in the Vinča culture. *Journal of Archaeological Science*, 39, pp. 1025-1033.
- GAYDARSKA, Bissierka; CHAPMAN, John (2008). The Aesthetics of Colour and Brilliance - or Why Were Prehistoric Persons Interested in Rocks, Minerals, Clays and Pigments? In R. Kostov; B. Gaydarska; M. Gurova (eds.) *Geoarchaeology and Archaeomineralogy. Proceedings of the International Conference*. 29 - 30 October, 2008. Sofia, pp. 63-66.
- GOMES, Mário Varela (1989). Arte rupestre e contexto arqueológico. Almawnsor/Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, pp. 225-269.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, R. V.; SANTOS, Manuel Farinha (1994). O santuário exterior do Escoural - sector SE (Montemor-o-Novo, Évora). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 93-108.
- GUSI, Francesc (1975). La aldea eneolítica de Terrera Ventura. Tabernas, Almería. *XII Congreso Nacional de Arqueología*, Tomo I (Huelva, 1973). Zaragoza, pp. 311-314.
- Heleno, Manuel (1934). *Caderno de campo n.º 3: Antas dos arredores de Estremoz* [Manuscrito]. Setembro de 1934. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de Manuel Heleno, pp. 3-9.
- HURTADO, Víctor (1989). El yacimiento de El Trastejon (Zufre, Huelva). Estudio de materiales. Informe de la campaña 1989. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2, pp. 370-376.
- HURTADO, Víctor; AMORES, Fernando (1982). *Relaciones culturales entre el Sudeste francés y La Pijotilla (Badajoz) en el Calcolítico: las pastillas repujadas y el campaniforme cordado*. Sevilha: Habis, pp. 189-210.
- KOHRING, Sheila (2012). Scalar perspective to social complexity: Complex relations and complex questions. In T. L. Kienlin & A. Zimmermann (eds.) *Beyond Elites: Alternatives to Hierarchical Systems in Modelling Social Formations*, vol. 215 (Universitätsforschungen zur Prähistorischen Archäologie.) Bonn: Ruhr-Universität, pp. 327-337.
- KOHRING, Sheila (2013). Conceptual knowledge as technologically materialized: A case study of pottery production, consumption and community practice. In M. Sorensen; M. Rebay-Salisbury (eds.) *Embodied Knowledge: Historical Perspectives on Belief and Technology*. Oxford: Oxbow Books, pp. 106-116.
- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1951). *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. 2.ª edição. Reprodução do original de 1951. Lisboa: UNIARCH.
- MARTIN DE LA CRUZ, José (1986). *Papa Uvas II. Aljaraque, Huelva. Campañas de 1981 a 1983. Excavaciones Arqueológicas de España*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- MATALOTO, Rui (2010). O 4.º/3.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In V. S. Gonçalves; A. C. Sousa (2010) *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal, pp. 263-296.
- MATALOTO, Rui; BOAVENTURA, Rui (2009). Entre vivos e mortos nos 4.º e 3.º milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12 (2), pp. 31-77.

- MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina (2008). O povoado Calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (2), pp. 5-26.
- MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; DAVIS, Simon; CLEMENTE, Rui; SANTOS, Ivo (2012). Os povoados de fossos do Paraíso: uma ocupação do IV/III milénios a.C. na região de Elvas. Balanço das intervenções 2009-2010. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar.
- MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; ROQUE, Conceição (2015). Torres, cabanas e memória - A fase V e a cerâmica campaniforme do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18, pp. 81-100.
- MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina (2016). Gestos do simbólico II – recipientes fragmentados em conexão do 4.º/3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). In A. C. Sousa; A. Carvalho; C. Viegas (eds.) *Terra e água, escolher as sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Estudos e Memória, 9. Lisboa, pp. 189-208.
- MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; NUKUSHINA, Diana (2017). Local shop for local people - Resources management along the 3rd millennium BC at São Pedro settlements (Redondo, Portugal). In – M. Bartelheim; P. Bueno; M. Kunst (eds.) *Key Resources and Socio-cultural Developments in the Iberian Chalcolithic* (Conference 9-10 April 2015). Universidad de Alcalá de Henares/Instituto Arqueológico Alemão de Madrid.).
- MATALOTO, Rui; ESTRELA, Susana; ALVES, Catarina (2007). As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal). In E. Cerrillo; J. Valadés (ed.) *Los primeros campesinos de La Raya: Aportaciones recientes al conocimiento del neolítico y calcolítico en Extremadura y Alentejo*. *Actas de las Jornadas de Arqueología del Museu de Cáceres*, 1. Cáceres: Memorias del Museo de Cáceres 6, pp. 113-141.
- MATALOTO, Rui; ESTRELA, Susana; ALVES, Catarina (2009). Die kupferzeitlichen Befestigungen von São Pedro (Redondo), Alentejo, Portugal. *Madridener Mitteilungen Wiesbaden*, 50, pp. 3-39.
- MATALOTO, Rui; GAUSS, Roland (no prelo). Construtores e metalurgistas: faseamento e cronologia pelo radiocarbono da ocupação calcolítica do São Pedro (Redondo, Alentejo Central). *Kupferzeitliche Metallurgie in Zambujal, in Estremadura, Südportugal und Südwestspanien: Vom Fertigprodukt zur Lagerstätte. Arbeitstagung Alqueva-Staudamm*, 27 bis 30 (Oktober 2005). Série Iberia Archaeologica. DAI: Abteilung.
- MATALOTO, Rui; NUKUSHINA, Diana; COSTEIRA, Catarina (2017a). Broken Arrow: As pontas de seta dos povoados de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In J. Arnaud; A. Martins (eds.) *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MATALOTO, Rui; PEREIRO, Tiago; CALADO, Manuel; ROQUE, Conceição; COSTA, Cláudia; ANDRÉ, Lino; PEREIRA, André (2018). O Neolítico de Juromenha 1 (Alandroal, Alentejo Central) – Vinte anos depois. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21.
- MELO, Linda Elisabete Mendes; SILVA, Ana Maria (2016). Os hipogeus 1 e 2 do sítio do Monte Malheiro 2 (Selmes, Vidigueira, Beja, Portugal) do Neolítico final/Calcolítico: práticas funerárias e estudo antropológico dos restos ósseos humanos exumados. *Estudos do Quaternário* (APEQ), 15, pp. 91-98.
- MOLINA LEMOS, Lucio (1980). El Poblado del Bronce I de El Lobo. *Noticiario Arqueologico Hispanico*, 9, pp. 93-127.
- MORÁN, Elena; PARREIRA, Rui (2004). *Alcalar 7. Estudo e reabilitação de um monumento megalítico*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR.
- NUKUSHINA, Diana; MATALOTO, Rui; COSTEIRA, Catarina; IGREJA, Marina (2018). Foliáceos ovóides e grandes pontas bifaciais nos povoados de São Pedro (Redondo). *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (24 a 26 de Outubro de 2014).
- ODRIOZOLA, Carlos; MATALOTO, Rui; MORENO-GARCIA, Jesús; VILLALOBOS-GARCÍA, Rodrigo; MARTÍNEZ BLANES, José (2012). Producción y circulación de rocas verdes y sus productos en el SW peninsular: el caso de Anta Grande do Zambujeiro. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*, 19, pp. 125-142.

OLIVEIRA, Jorge; OLIVEIRA, Clara (2015). A arte rupestre esquemática pintada no contexto megalítico da Serra de São Mamede. In V. S. Gonçalves; M. Diniz; A. C. Sousa (eds.) *5º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa, pp. 547-557.

RIVERO GALÁN, Encarnación(1985). La cerámica a la almagra en Andalucía: ensayo tipológico. *Habis*, 16 (Sevilha), pp. 453-480.

ROCHA, Leonor; OLIVEIRA, Jorge; DIAS, Cristina; MIRÃO, José; DIAS, Luís; MANHITA, Ana (2015). Sobre a presença de materiais exóticos em alguns monumentos funerários alentajanos: os casos do cinábrio e do âmbar. In *Tráfego de objetos – tráfego tecnológico: sintomas das ideologias dominantes na Ibéria. 2ª Mesa Redonda Peninsular*. Tomar: Centro de Pré-história do Instituto Politécnico de Tomar, pp. 45-49.

SÁNCHEZ ROMERO, Margarita; ARANDA JIMÉNEZ, Gonzalo (2008). Changing food ways: new strategies in food preparation, serving and consumption in the Bronze Age of the Iberian Peninsula. In S. Montón Subías; M. Sánchez Romero (eds.) *Engendering social dynamics: the archaeology of maintenance activities*. BAR International Series, 1862. Oxford: Archeopress, pp. 75-86.

SOARES, António Monge; RIBEIRO, Maria Isabel; OLIVEIRA, Maria José; BAPTISTA, Lídia; ESTEVES, Lília; VALÉRIO, Pedro (2018). Têxteis arqueológicos pré-históricos do território português: identificação, análise e datação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21, pp. 71-82.

SOARES, Joaquina (2013). *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal – O povoado do Porto das Carretas*. Memórias d'Odiana 2.ª série, pp. 488-500.

SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares (2010). Anta Grande do Zambujeiro - arquitectura e poder. Intervenção arqueológica do MAEDS, 1985-87. *MUSA, museus, arqueologia e outros patrimónios* (Setúbal), 3, pp. 83-129.

VALERA, António Carlos (2013a). *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana, 2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC*. Memórias

d'Odiana, 2.ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva.

VALERA, António Carlos (2013b). *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Era Monográfica (I).

VALERA, António Carlos (2018). *Os Perdígões neolíticos. Génese e desenvolvimento (de meados do 4º aos inícios do 3º milénio a. C.)*. Lisboa: Perdígões Monográfica.

VALERA, António Carlos; FERNANDES, Marco; SIMÃO, Patrícia; LOURENÇO, Marina (2017). Os hipogeus da Pré-História recente da Quinta da Abóbada (Beja). *Aparentamentos de Arqueologia e Património*, vol. 12, pp. 15-22.

VALÉRIO, Pedro; VIDIGAL, Rosa; ARAÚJO, Maria Fátima; SOARES, António Monge; SILVA, R.; MATALOTO, Rui (2016). The manufacture of copper weapons and tools from the Chalcolithic settlement of São Pedro (Portugal). *Materials and manufacturing Processes*, 31:12.

VIDIGAL, Rosa; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria Fátima; SOARES, António Monge; SILVA, R.; MATALOTO, Rui (2016). Micro-EDXRF study of Chalcolithic copper based artefacts from Southern Portugal. *X-Ray Spectrom*, 45, p.63-68.

WARBURTON, David (2014). Ancient Color Categories. In *Encyclopedia of Color Science and Technology*. New York: Springer, pp. 217-225.

OS METAIS DAS NECRÓPOLES DE CISTAS DE CASAS VELHAS (MELIDES) E DA PROVENÇA (SINES). O ENCONTRO DE ANTIGAS E NOVAS TECNOLOGIAS NO BRONZE PLENO DO SUDOESTE.

Recebido: 30 de Abril de 2018 | Aprovado: 13 de Dezembro de 2019

Pedro Valério¹ | Maria Fátima Araújo | António M. Monge Soares

Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN) | Departamento de Engenharia e Ciências Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

Joaquina Soares | Carlos Tavares da Silva

MAEDS – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal | UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Resumo

O estudo consiste na caracterização do espólio metálico das necrópoles de cistas de Casa Velhas e da Provença. Os artefactos de base cobre são compostos por cobre arsenical (2,03-5,64% As), exceptuando-se um “anzol” em bronze, liga que constitui uma das inovações do Bronze Pleno do Sudoeste, tal como a prata, aqui utilizada em ornamentos: anel (99,7% Ag) e bracelete (94,5% Ag; 5,41% Cu). Uma conta em ouro (12,6% Ag; <0,04% Cu) terá sido manufacturada em ouro de aluvião, tal como a maioria dos ouros pré-históricos. Por último, integram-se os resultados na metalurgia no sul de Portugal durante o II milénio a.C.

Palavras-chave: Necrópole de cistas das Casas Velhas e Provença; Idade do Bronze do Sudoeste; artefactos de cobre arsenical; “anzol” de bronze.

Abstract

The characterisation of Middle Bronze Age metals of cists at Casa Velhas and Provença is presented. Copper-based artefacts are made of arsenical copper (2.03-5.64% As), excluding a bronze “fishhook” highlighting a metallurgical innovation in the Southwestern Iberian Peninsula, similarly to the silver used in ornaments, namely a ring (99.7% Ag) and a bracelet (94.5% Ag; 5.41% Cu). There is also a gold bead (12.6% Ag; <0.04% Cu) probably from alluvial nuggets, as the majority of prehistoric gold. Finally, the results are compared with the known metallurgy from the 2nd millennium BC in southern Portugal.

Key-words: Necropolis of Casas Velhas and Provença; Middle Bronze Age; arsenical copper artifacts; bronze “fishhook”.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_9

¹ pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt

Introdução

Na última década, os trabalhos arqueológicos levados a cabo no sul do território nacional, resultantes da construção da Barragem do Alqueva e do respectivo Sistema de Rega, trouxeram à luz do dia inúmeros contextos pré-históricos, que revolucionaram o conhecimento arqueológico existente sobre a Pré-História Recente do Sudoeste Peninsular. No que à metalurgia diz respeito, têm vindo a ser estudados os espólios de diversos sítios arqueológicos, com especial ênfase para vestígios de produção e artefactos provenientes, quer de contextos funerários, quer domésticos, do Bronze Pleno. Para dar apenas alguns exemplos envolvendo os espólios mais numerosos, refram-se os provenientes dos sítios da Malhada do Vale da Água, Ferreira do Alentejo (Valério *et al.*, 2013), Torre Velha 3, Serpa (Valério *et al.*, 2014) e Montinhos 6, Serpa (Valério *et al.*, 2016b).

A área litoral desta região sul do território nacional tem ficado um pouco à parte destes estudos, os quais têm vindo a melhorar o nosso conhecimento sobre a produção e utilização dos metais durante o II milénio a.C. No entanto, julgou-se ser imprescindível alargar a área de estudo para esta região litoral fazendo uso das mesmas técnicas analíticas, de forma a identificar eventuais diferenças e semelhanças nos metais e ligas metálicas utilizados nas duas regiões.

Deste modo, o presente trabalho envolve a caracterização elementar do espólio metálico recuperado nas necrópoles de Casa Velhas (Melides) e da Provença (Sines). As escavações arqueológicas efectuadas nestes sítios revelaram um conjunto de enterramentos em cista (Santos *et al.*, 1974; Tavares da Silva e Soares, 1981, 2009; Soares e Tavares da Silva, 2016). A datação pelo

radiocarbono de ossos humanos provenientes de duas cistas de Casas Velhas aponta para uma cronologia do II quartel do II milénio a.C. Sepultura 14: OxA-5531, 3255±55 BP, 1660 - 1420 cal BC (2σ); Sepultura 35: Beta-127904, 3260±60 BP, 1680 - 1420 cal BC (2σ) (Tavares da Silva e Soares, 2009; Soares e Tavares da Silva, 1998). Embora não existam datas de radiocarbono para a necrópole da Provença, as dádivas funerárias aí registadas (Soares e Tavares da Silva, 1998), tal como as recuperadas em Casas Velhas, permitem atribuir estas necrópoles à Fase II do Bronze Pleno do Sudoeste, aceitando a partição de base tipológica elaborada por Schubart (1975).

A composição elementar do espólio metálico é determinada por micro espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias. Este conjunto envolve diversos artefactos em “cobre”, designadamente punhais e outros utensílios, assim como alguns ornamentos em ouro e prata, testemunhos da metalurgia do Bronze Pleno nesta região litoral do sul de Portugal.

Metodologia

Artefactos

Os exemplares metálicos da Provença restringem-se a um punhal de rebites (PV-003) e uma pequena conta de ouro (PV-010) recuperados na sepultura 12 (Tabela 1), constituindo dádivas funerárias de um segundo enterramento efectuado nesta cista. A conta é constituída por um fio de ouro de secção circular enrolado em espiral e o punhal deveria possuir, pelo menos, três rebites, sendo que um deles se encontra ainda *in situ*, apesar de muito corroído (Fig. 1).

Provença	Artefacto	Referência
Sepultura 12	Punhal de rebites	PV-003
	Conta	PV-010
Casas Velhas	Artefacto	Referência
Sepultura 3	Lâmina	CV-209
Sepultura 6	Bracelete (?)	CV-210
Sepultura 8	Punção	CV-208
Sepultura 9	Punção	CV-206
Sepultura 17	Agulha	CV-108
Sepultura 29	Anel	CV-207
Sepultura 32	Anzol	CV-205
Quadrado H11	Punhal de rebites	CV-204

Tabela 1 - Artefactos metálicos das necrópoles de cistas da Provença e Casas Velhas.



Fig. 1 - Artefactos da necrópole da Provença (punhal de rebites PV-003 e conta em ouro PV-010) e necrópole de Casas Velhas (punhal de rebites CV-204, lâmina CV-209, anel CV-207 e bracelete (?) CV-210).

A necrópole de Casas Velhas apresenta igualmente um número reduzido de metais, sendo que as sepulturas onde estes foram registados não contêm mais de um exemplar (Tabela 1). Dos artefactos à base de cobre distinguem-se um pequeno punhal de rebites (CV-204) e uma lâmina (faca?) (CV-209) com dois orifícios para rebites (Fig. 1). Os ornamentos em prata são um pequeno anel (CV-207) formado por um fio de secção quadrangular enrolado em espiral e um fio de secção circular, possivelmente um bracelete (CV-210) (Fig. 1).

Métodos Analíticos

A composição elementar dos artefactos foi determinada por micro espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (micro-EDXRF). Tendo em conta as particularidades deste tipo de análise elementar (i.e. análise não destrutiva de uma camada superficial com espessura reduzida) e a existência de uma camada de alteração superficial significativa na generalidade dos artefactos arqueológicos à base de cobre ou prata, foi necessário proceder à preparação prévia dos artefactos para análise do metal. O procedimento consistiu na remoção da camada alterada em pequenas áreas (diâmetro <5 mm) dos artefactos através do polimento com pastas de diamante de granulometria progressivamente mais fina (15 μm a 1 μm). Os artefactos à base de ouro apresentam uma camada de alteração superficial muito menos importante devido à natureza deste metal nobre (ver, por exemplo, Valério *et al.*, 2017), podendo ser caracterizados correctamente por esta técnica sem o procedimento prévio de preparação.

As análises elementares foram realizadas num espectrómetro ArtTAX Pro equipado com uma

ampola de raios X (30 W; ânodo de Mo) e um detector de silício (com uma resolução de 160 eV para 5,9 keV). O equipamento possui um sistema de policapilares para focagem do feixe de raios X permitindo, por isso, a análise de áreas diminutas (diâmetro $<100\mu\text{m}$) e sendo, por conseguinte, ideal para o estudo deste tipo de materiais culturais (Bronk *et al.*, 2001). Cada artefacto foi analisado em três áreas distintas utilizando 40 kV de diferença de potencial, 600 μA de intensidade de corrente e 100 s de tempo real de medição. O tratamento dos espectros, calibração e determinação da composição elementar foram realizados com o software WinAxil e mediante a análise de padrões de calibração de matriz semelhante às ligas metálicas em estudo. Deste modo, foram utilizados os padrões “British Chemical Standard Phosphor Bronze 551” e “Industries de la Fonderie 5” para os exemplares à base de cobre; um padrão prata-cobre (Ag90Cu10, Araújo *et al.*, 1993) para os artefactos à base de prata; e um padrão ouro-prata-cobre (IAEA3) para o ornamento em ouro. A exactidão do método é superior a 95% para os elementos de liga e

superior a 85% para os elementos menores (Valério *et al.*, 2014, 2017).

Resultados e Discussão

Armas e Utensílios

A maioria dos artefactos de base cobre das necrópoles de cistas da Provença e Casas Velhas apresenta teores relativamente elevados de arsénio e impurezas de ferro (Tabela 2).

O teor reduzido de ferro ($<0,05\%$) presente nestes artefactos é característico de uma metalurgia primitiva, na qual as condições de redução dos minérios de cobre em recipientes cerâmicos abertos – os cadinhos – seriam insuficientes para reduzir e incorporar aquele elemento em quantidades significativas no cobre metálico produzido (Craddock e Meeks, 1987).

Os cobses arsenicais analisados apresentam teores relativamente variáveis de arsénio (2,03-5,64%), sendo que o punhal de rebites proveniente da sepultura 12 da Provença apresenta o teor de arsénio (5,64% As) mais

díspar do conjunto. A cor mais prateada das ligas de cobre com teor elevado de arsénio tem vindo a ser considerada como o motivo para a utilização desta liga em artefactos de prestígio elevado. Alguns exemplos da utilização de cobses ricos em arsénio no Bronze Pleno podem ser encontrados no hipogeu [2231] de Torre Velha 3 (anel, *c.* 13% As) ou na cista 8 do Monte da Cabida 3, Évora (rebite de punhal, *c.* 26% As) (Valério *et al.*, 2014).

Necrópole	Artefacto	Referência	Cu (%)	As (%)	Fe (%)
Provença	Punhal de rebites	PV-003	94,3	5,64	$<0,05$
Casas Velhas	Punhal de rebites	CV-204	97,2	2,77	$<0,05$
Casas Velhas	Lâmina	CV-209	97,6	2,37	$<0,05$
Casas Velhas	Agulha	CV-108	97,7	2,20	$<0,05$
Casas Velhas	Punção	CV-206	96,3	3,66	$<0,05$
Casas Velhas	Punção	CV-208	97,9	2,03	$<0,05$

Tabela 2 – Composição elementar de armas e utensílios das necrópoles de cistas da Provença e Casas Velhas.

Neste último exemplo, o punhal em cobre arsenical (4,59% As) com rebites de cor prateada foi considerado um artefacto de prestígio, provavelmente uma “imitação” local de um punhal em bronze com rebites de prata, como é o caso do exemplar presente no hipogeu [1792] de Torre Velha 3 ou nos punhais, um de cobre e outro de bronze, do hipogeu de Belmeque (Soares, 1994). Contrariamente a estes, o rebite ainda existente no punhal da Provença apresenta uma liga semelhante à lâmina (cobre com arsénio) não sendo, no entanto, possível determinar a composição elementar devido ao seu avançado estado de corrosão. De qualquer modo, é muito interessante verificar que este punhal se encontra associado a uma conta de ouro e duas outras de rocha verde, bem como a um vaso cerâmico decorado (Santos *et al.*, 1974; Soares e Tavares da Silva, 1998), conjunto que aponta para um elevado estatuto social (Odriozola *et al.*, 2016) do segundo indivíduo inumado na sepultura 12 da Provença.

O conjunto de cobres arsenicais de Casas Velhas apresenta um valor médio de arsénio um pouco inferior ($2,6 \pm 0,7\%$), não existindo, no entanto, diferenças significativas entre a composição dos diversos tipos de artefactos, nomeadamente o punhal, a agulha e os punções. Apesar de neste caso o número reduzido de exemplares não permitir retirar grandes conclusões, é de destacar que a ausência de uma correlação entre o teor de arsénio e o tipo de artefacto encontra-se identificada em outros contextos do Bronze Pleno, tais como em Torre Velha 3 ou Montinhos 6 (Valério *et al.*, 2014, 2016b).

Os metais do Bronze Pleno anteriormente estudados provêm de contextos funerários e domésticos situados no interior do território Horta do Folgão (Serpa) (Nunes da Ponte *et al.*, 2012), Tholos Centirã 2 (Serpa) (Henriques *et al.*,

2013), Torre Velha 3 e Monte da Cabida 3 (Valério *et al.*, 2014), Abelheira 1 (Aljustrel), Carapetal (Serpa), Horta da Morgadinha (Serpa), Montinhos 6, Pexem (Baleizão), Torre Velha 12 (Serpa), Vale Frio 2 (Ferreira do Alentejo) e Vinha das Calças 5 (Beja) (Valério *et al.*, 2016b) e Evoramonte (Estremoz) (inédito). Estes estudos indicam uma composição semelhante para os metais recuperados em contextos domésticos e contextos funerários (hipogeus, cistas ou fossas). Deste modo, o conjunto de 91 artefactos estudados apresenta um teor relativamente elevado de arsénio ($3,9 \pm 1,4\%$, excluindo os 3 *outliers* com teores acima dos 10%), sendo que cerca de 90% são ligas de cobre arsenical (As > 2%).

Os metais das necrópoles de cistas da Provença e Casas Velhas agora estudados enquadram-se perfeitamente nesta metalurgia de cobres arsenicais do Bronze Pleno do sul do território nacional (Fig. 2). Esta semelhança sugere que o litoral e o interior desta região do actual território nacional partilham as fontes de metal e a mesma tecnologia metalúrgica durante o Bronze Pleno. Por outro lado, apesar de subsistirem dúvidas acerca da produção e verdadeira natureza dos cobres arsenicais - liga intencional ou liga natural resultante da presença de arsénio nos minérios de cobre (ver, por exemplo, Rovira e Montero Ruiz, 2013; Valério *et al.*, 2016a) - parece ser incontornável que o Bronze Pleno nesta região apresenta alterações ao nível da produção metalúrgica, as quais conduzem à utilização generalizada de cobres mais ricos em arsénio durante o II milénio a.C. (Fig. 2).

No conjunto agora estudado, a única excepção à utilização de uma metalurgia de cobre arsenical em armas e utensílios prende-se com um artefacto bastante fragmentado (CV-205), possivelmente um anzol, recuperado na

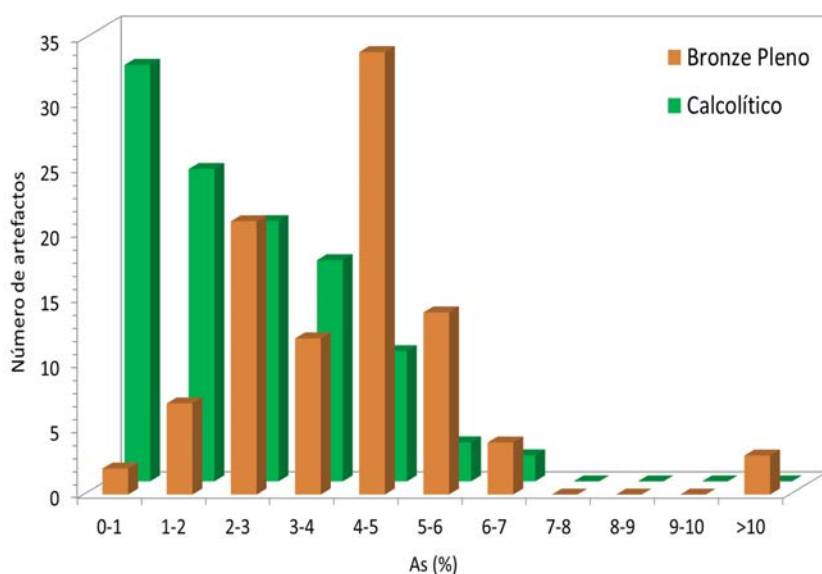


Fig. 2 – Histogramas dos teores de arsénio em cobres de contextos do Calcolítico e Bronze Pleno do Sul de Portugal. Contextos do Calcolítico: Alcalar, Aljezur, Belle France, Lousal, Monte do Outeiro, Quinta do Anjo, Odemira, Junghans *et al.*, 1960, 1968, 1974; Bela Vista 5, Botainni *et al.*, 2014; Escoural, Figueiredo *et al.*, 2010; Outeiro Redondo, Pereira *et al.*, 2013; Porto das Carretas, Valério *et al.*, 2007; São Pedro, Vidigal *et al.*, 2016; Anta do Malhão, Atalaia do Peixoto, Castro dos Ratinhos/Outeiro dos Bravos, Corte do Alho, Monte das Aldeias, Monte das Cabeceiras 2 e 4, Porto Mourão, Porto Torrão, São Brás 3 e Três Moinhos, Valério *et al.*, 2016a. Contextos do Bronze Pleno: Abelheira 1, Carapetal, Evoramonte, Horta da Morgadinha, Horta do Folgão, Monte da Cabida 3, Montinhos 6, Pexem, Tholos Centirã 2, Torre Velha 3, Torre Velha 12, Vale Frio 2 e Vinha das Calças 5 (ver referências no texto).

sepultura 32 de Casas Velhas. O exemplar CV-205 encontra-se totalmente corroído, não tendo sido possível determinar a sua composição elementar, mas análises por micro-EDXRF indicam que se trata de um bronze. Esta liga de cobre e estanho é uma das inovações tecnológicas do Bronze Pleno, tendo sido identificados apenas alguns exemplares no sul do território nacional, nomeadamente um punhal e uma faca no hipogeu de Belmeque (Serpa) (Soares, 1996) e quatro punções e um punhal em hipogeus e numa fossa de Torre Velha 3 (Valério *et al.*, 2014). A composição elementar dos exemplares de Torre Velha 3 – cobres com teores excessivamente aferidos de estanho ($9,7 \pm 1,1\%$) – sugere que estes artefactos constituam importações de uma região com uma metalurgia de bronze mais desenvolvida. As datações de radiocarbono efectuadas nos contextos funerários com bronzes: ICEN-142: 3230 ± 60 BP, 1670 ± 1390 cal BC (Soares, 1994); Sac-2825: 3280 ± 50 BP,

1680 ± 1450 cal BC; Sac-2827: 3340 ± 80 BP, 1780 ± 1440 cal BC; Sac-2826: 3170 ± 90 BP, 1670 ± 1250 cal BC (Valério *et al.*, 2014) indicam que os primeiros exemplares desta liga terão surgido no sul alentejano durante o II quartel do II milénio a.C. Tal como foi referido na introdução, as datações disponíveis para a necrópole de Casas Velhas apontam para o mesmo período cronológico. Apesar das duas sepulturas datadas (sepultura 14 e sepultura 35) não apresentarem metais, se considerarmos um período não muito longo de utilização da necrópole de Casas Velhas, podemos afirmar que o

exemplar em bronze da sepultura 32 pertencerá à mesma época dos primeiros contextos já identificados com artefactos de bronze em Belmeque e Torre Velha 3. Este sincronismo no advento dos primeiros artefactos em bronze nesta região litoral reforça igualmente a existência de contactos com o interior do território durante o Bronze Pleno.

Ornamentos

O reduzido número de ornamentos metálicos presente nestas duas necrópoles de cistas é de diferente tipo, ouro na Provença e prata nas Casas Velhas (Tabela 3).

A conta (PV-010) da sepultura 12 da Provença é constituída por ouro com um teor relativamente elevado de prata (12,6%) e teores muito reduzidos de cobre ($<0,04\%$). A composição elementar desta conta de ouro é semelhante à de

um conjunto de contas tubulares (11 exemplares) e contas em espiral (dois exemplares) provenientes de um hipogeu calcolítico do Convento do Carmo (Torres Novas), as quais apresentam teores de prata entre 13,6 e 16,3% e teores igualmente reduzidos de cobre (Valério *et al.*, 2017).

De igual forma, o conjunto de ouros calcolíticos da Quinta do Anjo (Palmela) – uma espiral, três contas tubulares e duas lâminas – apresenta uma composição de liga semelhante com *c.* 7-13% Ag e 0,03-0,6% Cu (Hartmann, 1982). Actualmente, é consensual que a generalidade do ouro pré-histórico provém de depósitos aluvionares (Montero e Rovira, 1991), sendo que o ouro destes depósitos secundários apresenta teores variáveis e, por vezes, elevados de prata (até 20-30%), bem como concentrações de cobre raramente excedendo 1% (Pérez García, Sánchez Palencia e Torres Ruiz, 2000; Chapman *et al.*, 2006; Constantinescu *et al.*, 2009). Deste modo, será seguro afirmar que a conta em ouro da sepultura 12 da Provença teve origem em ouro de aluvião.

Os dois ornamentos em prata da necrópole de Casas Velhas apresentam composições muito distintas, sendo o anel CV-207 composto por prata muito pura (99,7% Ag) e a bracelete CV-210 composta por uma liga de prata com 5,41% de cobre. A utilização de artefactos em prata é uma das inovações do Bronze Pleno no Sudoeste da Península Ibérica, sendo a grande maioria dos exemplares proveniente de contextos funerários (Hunt Ortiz, 2003). No entanto, sabemos agora que já no início do Milénio existiam artefactos compósitos deste metal na região sul do território nacional (contexto ainda

Necrópole	Artefacto	Referência	Au (%)	Ag (%)	Cu (%)
Provença	Conta	PV-010	87,3	12,6	<0,04
Casas Velhas	Anel	CV-207	–	99,7	0,23
Casas Velhas	Bracelete (?)	CV-210	–	94,5	5,41

Tabela 3 – Composição elementar de ornamentos das necrópoles de cistas da Provença e Casas Velhas.

inédito). Apesar de pouco comum, a existência no Bronze Pleno de artefactos em prata com teores elevados de cobre não é de todo inédita. Por exemplo, no hipogeu [2551] da necrópole de Torre Velha 3 foi caracterizada uma conta com 95,2% Ag e 4,78% Cu (Valério *et al.*, 2014). Também na Cultura de El Argar são conhecidos ornamentos com esta liga (Bartelheim *et al.*, 2012). Neste último caso, os exemplares em prata "pura" apresentam razões isotópicas de Pb idênticas às dos artefactos em liga de prata-cobre sugerindo, por conseguinte, a mesma proveniência geológica, ou seja, será provavelmente uma liga natural resultante da redução de minérios mistos de prata e cobre.

Conclusões

O estudo dos metais das necrópoles de cistas da Provença e Casas Velhas constitui uma primeira aproximação à caracterização dos metais utilizados nesta área litoral da região sul do território nacional, permitindo uma comparação com o actual conhecimento sobre a metalurgia do Bronze Pleno do interior sul de Portugal.

As armas e utensílios presentes nessas necrópoles confirmam o domínio da metalurgia dos cobres arsenicais durante o Bronze Pleno. O teor superior de arsénio no punhal da sepultura

12 da Provença poderá estar relacionado com a cor mais prateada desta liga, a qual seria com certeza apreciada em peças de maior prestígio, tais como a conta em ouro também presente neste enterramento. Para além disto, a existência de um exemplar em bronze na necrópole de Casas Velhas atesta a presença duma nova metalurgia nesta região litoral no II quartel do II milénio a.C., em consonância com o observado no interior deste território.

Os ornamentos de maior prestígio da necrópole de Casas Velhas expõem outra inovação deste período – a prata – sendo que um deles é constituído por uma liga de prata-cobre pouco comum, mas com um paralelo na necrópole de Torre Velha 3, situada no interior desta região sul. Pelo contrário, a conta em ouro na necrópole da Provença terá sido produzida com ouro de aluvião com teor elevado de prata, liga natural bastante comum e utilizada desde o Calcolítico para produzir ornamentos de prestígio.

Por último, parece interessante enfatizar que o paralelismo encontrado entre esta área litoral e o interior sul do actual território nacional sugere contactos importantes entre os povos que habitavam nestas regiões, incluindo provavelmente a troca de conhecimentos e/ou matérias-primas e produtos acabados.

Agradecimentos

O presente estudo foi financiado pela Associação de Municípios da Região de Setúbal e pelo FEDER através do Programa COMPETE 2020 e fundos nacionais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia Projecto UID/Multi/04349/2013. Os autores agradecem a utilização do espectrómetro de micro-EDXRF do Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNL), assim como ao arqueólogo Rui Mataloto por providenciar o artefacto de Evoramonte.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Maria Fátima; ALVES, Luis Cerqueira; CABRAL, João Manuel Peixoto (1993). Comparison of XRF and PIXE in the analysis of ancient gold coins. *Nuclear Instrument and Methods in Physics Research B*, 75, pp. 450-453.
- BARTELHEIM, Martin; CONTRERAS CORTÉS, Francisco; MORENO ONORATO, Auxilio; MURILLO-BARROSO, Mercedes; PERNICKA, Ernst (2012). The silver of the South Iberian El Argar culture: a first look at production and distribution. *Trabajos de Prehistoria*, 69(2), pp. 293-309.
- BOTAINNI, Carlos; MANHITA, Ana; DIAS, Cristina; MIGUEL, Catarina; BELTRAME, Massimo; MIRÃO, José; CANDEIAS, António; OLIVEIRA, Maria José; CARVALHO, Gabriela (2014). Uma abordagem multi-disciplinar na caracterização arqueométrica de uma ponta de seta e de um estilete procedentes do sítio de Bela Vista 5 (Mombeja, Beja). In A. C. VALERA (coord.) *Bela Vista 5. Um Recinto do Final do 3º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja)*. Lisboa: NIA, pp. 47-58.
- BRONK, Heike; ROHRS, Stefan; BJELOUMIKHOV, Aniouar; LANGHOFF, Norbert; SCHMALZ, Jürgen; WEDELL, Reiner; GORNY, Hans-Eberhard; HEROLD, Andreas; WALDSCHLAGER, Ulrich (2001). ArtTAX - A new mobile spectrometer for Energy-Dispersive Micro X-Ray Fluorescence spectrometry on art and archaeological objects. *Fresenius Journal of Analytical Chemistry*, 371, pp. 307-316.
- CHAPMAN, Rob J.; LEAKE, R. C.; WARNER, Richard A.; CAHILL, Mary C.; MOLES, Norman R.; SHELL, Colin A.; TAYLOR, J. J. (2006). Microchemical characterisation of natural gold and artefact gold as a tool for provenancing prehistoric gold artefacts: A case study in Ireland. *Applied Geochemistry*, 21(6), pp. 904-918.
- CONSTANTINESCU, Bogdan; BUGOI, Roxana; COJOCARU, Viorel; SIMON, Rolf; GRAMBOLE, D.; MUNNIK, Frans; OBERLÄNDER-TÄRNOVEANU, Ernest (2009). Elemental analysis through X-ray techniques applied in archeological gold authentication. The case of Transylvanian gold and of the Dacian bracelets. *Spectrochimica Acta B*, 64(11-12), pp. 1198-1203.
- CRADDOCK, Paul T.; MEEKS, Nigel D. (1987). Iron in ancient copper. *Archaeometry*, 29, pp. 187-204.
- FIGUEIREDO, Elin; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria Fátima; SILVA, Rui J. C.; VARELA GOMES, Mário (2010). Estudo analítico de vestígios metalúrgicos do povoado calcolítico do Escoural (Évora, Portugal). In J. A. Pérez Macías; E. Romero Bomba (eds.) *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva, pp. 290-311.
- HARTMANN, Axel (1982). *Prähistorische Goldfunde aus Europa. Studien zu den Anfängen der Metallurgie*, 5. Berlin: Gebrüder Mann Verlag.
- HENRIQUES, Fernando J. Robles; SOARES, António M. Monge; ANTÓNIO, Telmo F. Alves; CURATE, Francisco; VALÉRIO, Pedro; ROSA, Sérgio Peleja (2013). O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa) - construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. In J. J. Ávila; M. B. Alvarez; M. G. Cabezas (eds.) *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 319-335.
- HUNT ORTIZ, Mark A. (2003). *Prehistoric Mining and Metallurgy in Southwest Iberian Peninsula*. BAR International Series, 1188. Oxford: Archaeopress.
- JUNGHANS, Siegfried; SANGMEISTER, Edward; SCHRÖDER, Manfred (1960). Metallanalysen Kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bodenfunden aus Europa. *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*, 1. Berlin: Gebrüder Mann Verlag.
- JUNGHANS, Siegfried; SANGMEISTER, Edward; SCHRÖDER, Manfred (1968). Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas. *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*, 2(1-3). Berlin: Gebrüder Mann Verlag.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHRÖDER, M. (1974). Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas. *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*, 2(4). Berlin: Gebrüder Mann Verlag.
- MONTERO, Ignacio; ROVIRA, Salvador (1991). El oro y sus aleaciones en la orfebrería prerromana. *Archivo Español de Arqueología*, 64, pp. 7-21.

NUNES DA PONTE, Teresa Ricou; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; FRADE, José C.; RIBEIRO, Isabel; RODRIGUES, Zélia; SILVA, Rui J. C.; VALÉRIO, Pedro (2012). O Bronze Pleno do sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal): os hipogeus funerários. *O Arqueólogo Português*, 2, pp. 265-295.

ODRIOZOLA, Carlos; SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos; FONSECA, Paulo (2016). Iberian Southwest Middle Bronze Age. Reading social complexity in greenstone beads from the cist necropolis of Sines. In J. SOARES (ed.) *Social Complexity in a Long Term Perspective* (Setúbal Arqueológica, 16), pp. 131-151.

PEREIRA, F.; FURTADO, Maria João; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; SILVA, Rui J. C.; CARDOSO, João Luís (2013). Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra). In *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 463-468.

PÉREZ GARCÍA, Luis Carlos; SÁNCHEZ PALENCIA, Francisco Javier; TORRES RUIZ, José (2000). Tertiary and Quaternary alluvial gold deposits of Northwest Spain and Roman mining (NW of Duero and Bierzo Basins). *Journal of Geochemical Exploration*, 71(2), pp. 225-240.

ROVIRA, Salvador; MONTERO RUIZ, Ignacio (2013). Iberia: technological development of prehistoric metallurgy. In S. Burmeister; S. Hansen; M. Kunst; N. Müller-Scheessel (eds.) *Metal Matters. Innovative Technologies and Social Change in Prehistory and Antiquity*. Leidorf: Rahden/Westf., pp. 231-239.

SANTOS, Manuel Farinha dos; SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (1974). Necrópole da Provença (Sines): campanha de escavações de 1972. *Arqueologia e História*, 5 (S.9), pp. 69-99.

SCHUBART, Hermanfrid (1975). *Die Kultur de Bronzezeit im Sudwestern der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

SOARES, António M. Monge (1994). O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas Associação dos Arqueólogos*

Portugueses. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 179-197.

SOARES, António M. Monge (1996). Vestígios Metalúrgicos em Contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal. In M. J. Maciel (coord.) *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 553-579.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (1998). From the collapse of the chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. In S. O. Jorge (ed.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 231-245.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (2016). Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de complexidade social. In A. C. Sousa; A. Carvalho; C. Viegas (eds.) *Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 359-384.

TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1981). *Pré-história da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (2009). Práticas funerárias no Bronze Pleno do litoral alentejano: o Monumento II do Pessegueiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17 (Oeiras), pp. 389-420.

VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria Fátima; SILVA, Rui J. C. (2014). Complementary use of X-ray methods to study ancient production remains and metals from Northern Portugal. *X-Ray Spectrometry*, 43, pp. 209-215

VALÉRIO, Pedro; BAPTISTA, Lídia; GOMES, Sérgio; PINHEIRO, Rui; FERNANDES, Sandrine; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima (2013). Malhada do Vale da Água - novos dados sobre a metalurgia do Bronze Pleno no Sudoeste. *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aroche / Serpa, pp. 575-586.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; (2016b). An overview of chalcolithic copper metallurgy from Southern Portugal. *Menga. Journal of Andalusian Prehistory*, 7, pp. 31-50.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; CARVALHO, António Faustino (2017). Micro-EDXRF investigation of Chalcolithic gold ornaments from Portuguese Estremadura. *X-Ray Spectrometry*, 46, pp. 252-258.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (2007). Vestígios arqueometalúrgicos do povoado calcolítico fortificado do Porto das Carretas (Mourão). *O Arqueólogo Português*, 25, pp. 177-194.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima (2016a). An overview of chalcolithic copper metallurgy from Southern Portugal. *Menga. Journal of Andalusian Prehistory*, 7, pp. 31-50.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; SILVA, Rui J. C.; BAPTISTA, Lúcia (2016b). Middle Bronze Age arsenical copper alloys in Southern Portugal. *Archaeometry*, 58 (6), pp. 1003-1023.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; SILVA, Rui J. C.; PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel (2014). Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*, 42, pp. 68-80.

VIDIGAL, R. Orestes; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria Fátima; SOARES, António M. Monge; MATALOTO, Rui (2016). Micro-EDXRF study of Chalcolithic copper-based artefacts from Southern Portugal. *X-Ray Spectrometry*, 45, pp. 63-68.

O DEPÓSITO METÁLICO DE AGRO VELHO-MONTALEGRE E A SUA RELAÇÃO COM O SUDOESTE PENINSULAR (?)

Recebido: 10 de Outubro de 2019 | Aprovado: 25 de Novembro de 2019

Joaquina Soares¹

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal | Associação de Municípios da Região de Setúbal | UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Pedro Valério | António Monge Soares | Maria de Fátima Araújo

Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN) | Departamento de Engenharia e Ciências Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

Resumo

Identificação e caracterização arqueometalúrgica de um machado plano em bronze binário, de tipo Bujões-Barcelos, que integrou o depósito de Agro Velho, em Montalegre, importante região mineira rica em estanho, onde se tem encontrado uma das evidências mais antigas das produções bronzíferas do país, atribuídas ao Bronze médio, 2º quartel do II milénio a.C. Pelas vicissitudes do trabalho arqueológico, a biografia do nosso machado viria a cruzar-se com a história do quicá mais importante complexo científico-museológico português, enraizado na segunda metade do século XVIII. Localizado nas primitivas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, foi quase totalmente destruído por vasto incêndio em 1978.

Miraculosamente salvo do incêndio, o machado do depósito de Agro Velho aqui estudado encontra-se actualmente depositado no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS).

Palavras-Chave: Idade do Bronze médio; machado plano tipo Bujões-Barcelos; depósito de Agro Velho; complexo museológico da Universidade de Lisboa; incêndio de 1978; MAEDS.

Abstract

This paper presents and discusses the results of the archaeometallurgical study of a flat axe of Bujões/Barcelos type that belonged to the Agro Velho hoard, located in the Montalegre council, northern Portugal. This is an important tin mining region where has been identified one of the earliest evidence of binary bronze productions in the country, attributed to the Middle Bronze Age, second quarter of the 2nd Millennium BC.

The biography of the studied axe crossed (by vicissitudes of the archaeological research process) the history of the main scientific and museological complex of Portugal, rooted in the second half of the eighteenth century. It was located in the old buildings of the Faculty of Sciences of the University of Lisbon that were mostly destroyed by a huge fire in 1978. Miraculously saved from the fire, the Middle Bronze Age axe of the Agro Velho hoard is kept today in the Museum of Archaeology and Ethnography of the District of Setúbal (MAEDS).

Key-words: Middle Bronze Age; flat axe of Bujões/Barcelos type; Agro Velho hoard; museological complex of the University of Lisbon; fire of 1978; MAEDS.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_10

¹ joaquinasoares1@gmail.com

Revisitação do depósito metálico de Agro Velho, Montalegre.

Foi encontrado no ano de 1957, em terreno agrícola e a pouca profundidade, no sítio de Agro Velho, pequena colina a cerca de 600 m a norte da sede concelhia de Montalegre (Figs. 1 e 2), um conjunto de cinco machados de bronze, dado a conhecer no XXIV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, ocorrido em Madrid em 1958, e publicado em 1963 (Teixeira e Castro Fernandes, 1963).

A descoberta ocasional deste depósito, no sector ocidental da colina de Agro Velho, em cujo sopé meridional corre o Rio Cávado e é limitada a oeste pelo afluente Ladeiras, ficou a dever-se ao comerciante de

Montalegre António Larguesa. Chegou ao conhecimento de Carlos Teixeira por intermédio do professor do ensino primário local Artur Fidalgo. Quatro exemplares ficaram na posse de Carlos Teixeira e um em poder de Artur Fidalgo.

Quatro dos machados estavam sobrepostos; o quinto exemplar encontrava-se arrumado em posição vertical. Embora de diferentes dimensões e pesos (Fig. 3), todos pertencem ao tipo Bujões-Barcelos.

Os autores do estudo do depósito metálico, o Professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, Carlos Teixeira e Maria da Soledade de Castro

Fernandes, professora do Liceu de Passos Manuel, afirmavam que embora a colina tivesse boas condições para o estabelecimento de um povoado, nela não encontraram “quaisquer indícios de ocupação humana” (Teixeira e Castro Fernandes, 1963: 170).

Consultado o Endovélico (DGPC, 2018), na referência Agrovelho – Campo do Romeu (CNS: 36049), o depósito metálico é descrito de acordo com a publicação anteriormente citada, mas é-lhe agora atribuída uma localização mais vaga designada por Agrovelho ou Agudos. No texto do Endovélico é referida a crença popular da existência de um grande povoado antigo (Costa, 1987), que não foi confirmada pela prospecção de superfície. Apenas se identificaram fragmentos

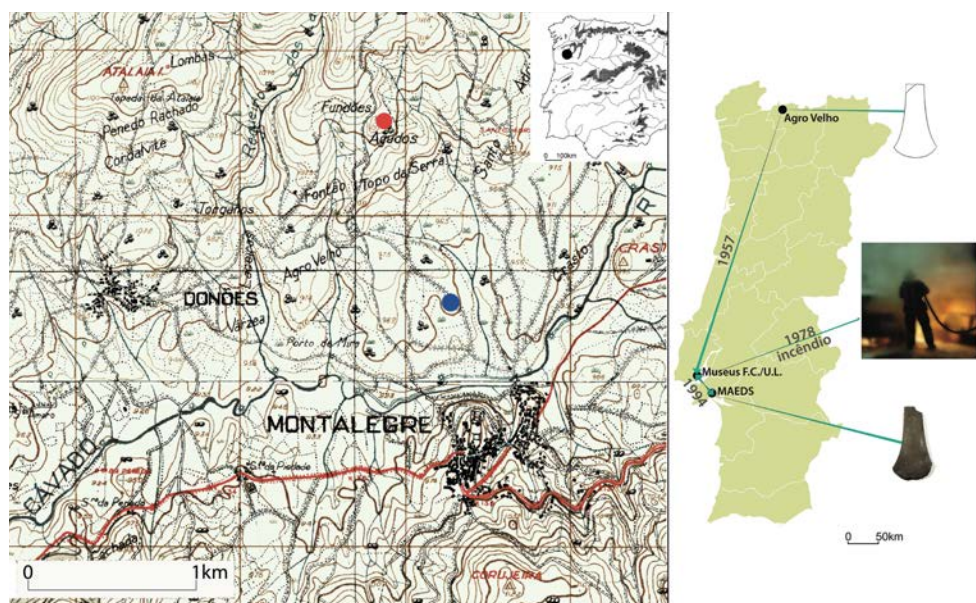


Fig. 1 – Localização do sítio de Agro Velho/Agudos (círculo vermelho), seg. a ficha nº 5 da Carta Arqueológica 03/2009. Coordenadas: 41° 50' 26,9" N e 7° 47' 57,5" W; altitude: 1044 metros. O círculo azul indica a localização de acordo com a publicação de Carlos Teixeira e Maria da Soledade de Castro Fernandes, 1963.

de cerâmica romana no Campo de Romeu, na descida para a veiga da vila (Carvalho, 2009).

O aspecto que mais desejamos sublinhar nesta “entrada” do Endovélico é a afirmação de que os cinco machados de bronze de Agro Velho se encontravam expostos na Câmara Municipal de



Fig. 2 – Colina de Agro Velho. Foto da Câmara Municipal de Montalegre.

Montalegre e que iriam integrar o espólio do Ecomuseu de Barroso. Contactada telefonicamente a técnica de arqueologia Luísa Queirós, do Ecomuseu do Barroso/Espaço Padre Fontes, fomos informados que no museu se encontrava apenas um dos machados do depósito de Agro Velho, certamente o que ficou na posse do professor Artur Fidalgo, já que os quatro restantes foram oferecidos ao Prof. Carlos Teixeira que os teria trazido para Lisboa (hipótese por confirmar), para o Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências onde lecionava.

A informação disponível no Endovélico não fornece, relativamente à publicação de 1963, novos elementos para a contextualização do depósito do Bronze médio de Agro Velho.

A impossibilidade de articular o depósito metálico com a rede de povoamento coeva observa-se para a generalidade dos achados deste tipo na região (Cardoso e Vilaça, 2008: 52).

Os machados planos de tipo Bujões/Barcelos, cujos teores de estanho variam, em geral, entre 9 e 11%, podendo conter impurezas, nomeadamente de arsénio e chumbo (Quadro 1) (Figueiredo *et al.*, 2012), parecem corresponder à primeira geração da metalurgia do bronze no Norte e Centro do território português (Senna-

Martinez *et al.*, 2013). A sua atribuição ao Bronze médio ou pleno, correspondente no NW peninsular ao 2º e 3º quartéis do II milénio a.C., está em consonância com a prática, ainda que em pequena escala, da metalurgia do bronze nos contextos residenciais nortenhos da fase IIB de A Sola (Braga), nos sítios de Cimalha (Felgueiras) e Bouça da Cova da Moura (Maia) (Comendador Rey e Bettencourt, 2011), bem como nas cabanas 4 e 6 de Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) (Senna-Martínez *et al.*, 2010). A fase IIB do sítio de A Sola foi datada pelo radiocarbono no

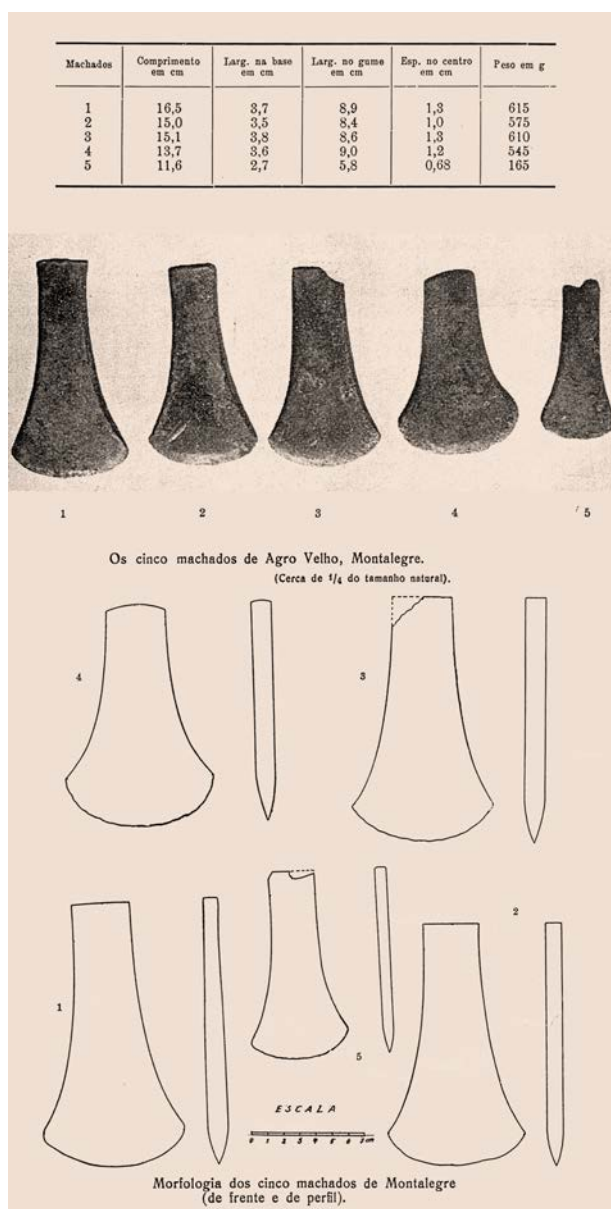


Fig. 3 – Machados do depósito de Agro Velho, seg. Carlos Teixeira, Maria da Soledade de Castro Fernandes, 1963.

intervalo de 1677-1528 cal BC (2 σ) (CSIC-1186: 3338 $\pm$ 33 BP e UtC-5657: 3343 $\pm$ 30 BP, Bettencourt, 2000).

Os machados planos de gume alargado tornam-se mais raros à medida que caminhamos para sul; a sua presença pontua um percurso de dispersão litoral N-S em diacronia relativamente ampla, que parece prolongar-se até à Idade do Bronze final, como é sugerido pelas associações artefactuais e composições químicas obtidas no depósito de Sobral da Várzea, em Santa Cruz, concelho de Santiago do Cacém (Soares *et al.*, 2016) e pelo aparecimento de valva de molde de machados

planos de gume alargado na fossa 8 de Casarão da Mesquita 3, cujo revestimento interno, constituído por substância negra de aspecto oleoso resultante da queima de ossos (bone black), forneceu a data de 2830 $\pm$ 40 BP (Beta-331981); esta, calibrada a 2 sigma, encontra-se contida no intervalo de 1122-898 cal a.C. (Soares *et al.*, 2007).

A diferenciação Norte/Sul do território português no que respeita à distribuição das jazidas estaníferas (Coffyn, 1983, 1985; Viana, 1929), concentradas no Norte e raras a sul do Tejo, pode explicar a possível precocidade e maior divulgação das produções bronzíferas no norte do país. Com efeito, os contextos do Bronze médio do Alentejo (funerários), datados por radiocarbono do II milénio a.C., fornecem, em

Proveniência	NºInventário	Composição %				
		Cu	Sn	Pb	As	Fe
Bujões, Vila Real	2004.39.1	88,2 $\pm$ 0,5	11,4 $\pm$ 0,5	0,1	0,2	<0,05
Bujões, Vila Real	2004.39.2	89,9 $\pm$ 1,9	10,0 $\pm$ 2,0	-	-	<0,05
Bujões, Vila Real	2004.39.3	89,9 $\pm$ 1,3	10,7 $\pm$ 1,2	0,1	0,3	<0,05
Agro Velho, Montalegre	AGV.1	85,2	14,6	<0,10	0,15	<0,05
Felgueiras	11013	90,0	9,1 $\pm$ 0,2	-	0,8	<0,05
Gonça, Guimarães	11051	88,1 $\pm$ 0,4	10,9 $\pm$ 0,4	0,6	0,4	<0,05
Alpriate, Vila Franca de Xira	NMVFX04457	88,5 $\pm$ 1,6	10,5 $\pm$ 1,3	0,4 $\pm$ 0,2	0,5	<0,05
Escaroupim, Salvaterra de Magos	2005.18.1	88,6 $\pm$ 1,6	10,5 $\pm$ 1,8	0,5	0,2	0,1
Escaroupim, Salvaterra de Magos	2005.18.2	86,8 $\pm$ 0,6	11,4 $\pm$ 0,4	1,7 $\pm$ 0,2	0,2	<0,05
Escaroupim, Salvaterra de Magos	2005.18.3	91,7 $\pm$ 0,6	5,9 $\pm$ 0,5	?	2,2 $\pm$ 0,2	<0,05
Escaroupim, Salvaterra de Magos	2005.18.4	89,8 $\pm$ 0,9	9,2 $\pm$ 0,8	0,4 $\pm$ 0,1	0,5	<0,05
Sobral da Várzea, Santiago do Cacém	1692/Arq.183	82,5	15,8	0,35	1,33	<0,05
Sobral da Várzea, Santiago do Cacém	1693/Arq.184	89,1	8,8	0,64	1,46	<0,05

Quadro 1 - Composição de machados de tipo Bujões/Barcelos do território português. Atenda-se à relativa variabilidade do conteúdo de estanho, própria da metalurgia dos bronzes binários.

geral, artefactos de cobre arsenical e só muito raramente, artefactos em bronze, como foi observado em um punhal e uma faca do hipogeu de Belmeque (Soares, 1994), em quatro punções e um punhal nos hipogeus e fossa de Torre Velha 3 (Valério *et al.*, 2014) e num exemplar muito fragmentado (anzol?) da necrópole de Casas Velhas, Melides (Valério *et al.*, 2019). Embora com cronologias ainda por afinar, as produções em bronze binário e o conhecimento do respectivo processo metalúrgico (cf. o sítio de Malhada do Vale da Água, em Ferreira do Alentejo, datado de meados do II milénio a.C., Soares e Valério, 2016; Valério *et al.*, 2015) deverá ter chegado ao Sudoeste, quer através do Mediterrâneo (El Argar?), quer por via litoral atlântica (Senna-Martinez, 2013 [fig. 1]). Neste

último percurso, o objecto mais visível das interacções de sentido norte-sul parece ter sido, com efeito, o machado plano de gume alargado em crescente de tipo Bujões-Barcelos, que no Sudoeste Peninsular se prolonga até ao Bronze final.

O machado de Agro Velho salvo do incêndio dos Museus da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Em 11 de Janeiro de 1994, a Doutora Maria Helena Canilho ofereceu-nos um machado plano de gume alargado de tipo Bujões-Barcelos que fora afectado pelo incêndio do complexo científico-museológico da antiga Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1978, tendo sofrido perda de matéria no bordo e impregnação de negro de fumo. Sobre a história da peça, M. Helena Canilho sabia apenas que pertencera ao Prof. Carlos Teixeira com quem colaborava e que ela própria o tinha recuperado de entre os despojos do referido incêndio no Museu Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. O machado servia de pisa-papéis na sua secretária e era uma recordação quer do seu Professor, quer daquele incêndio. Guardámo-lo como mera peça de estimação, totalmente descontextualizada. Muito mais tarde, graças à ajuda do Prof. João Luís Cardoso, a quem agradecemos, viemos a descobrir que se tratava de um dos quatro artefactos metálicos que tinham pertencido ao depósito de Agro Velho (Teixeira e Castro Fernandes, 1963 [Fig. 3, nº 3]), trazidos para Lisboa. Desconhecemos por agora o paradeiro dos restantes. Na altura da publicação, as peças não chegaram a ser analisadas quimicamente, sendo, pois, desconhecida a sua composição. Este resgate permitiu caracterizar a composição

química de um dos machados do depósito de Agro Velho.

A sua acidentada biografia testemunha a resistência das materialidades ao esquecimento, sobrevivendo não só aos seus produtores, mas também aos descobridores e por vezes a violentas catástrofes. O nosso machado, pertencente a um dos mais emblemáticos depósitos do Bronze médio do norte do país, devido às parcerias que conformaram a actividade arqueológica, encontra-se agora depositado no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Passaram 40 anos sobre o incêndio (Machado e Lopes, 2005) que, na madrugada de 18 de Março de 1978, destruiu em poucas horas as salas de exposição e laboratórios do Museu Bocage e do Museu Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, deixando em choque a comunidade científica e mesmo um vasto público. Após as obras de reabilitação do edifício, nele se veio a instalar o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC). O complexo museológico da Faculdade de Ciências, destruído por aquele incêndio, resultou da recuperação das colecções de anterior estrutura museológica que remonta a 1768, quando é fundado, sob o impulso do naturalista italiano Domingos Vandelli (Ceríaco, 2014), o Real Gabinete de História Natural da Ajuda. Este será transferido, em 1836, para a Real Academia das Ciências; em 1858 é reinstalado na Escola Politécnica de Lisboa, onde se desenvolverá, sob a direcção do então professor dessa Escola, e notável naturalista, Barbosa du Bocage. Em 1911, a Escola Politécnica converte-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e, em 1926, o Museu Nacional de História Natural apresenta-se dividido em Museu e Jardim Botânico, Museu Mineralógico e Geológico e Museu Bocage (Zoológico e Antropológico), designação que

remonta a 1905, em homenagem a um dos maiores, se não o maior zoólogo português do séc. XIX, José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907), parente do poeta setubalense (Ceríaco, 2014; Costa, 2015).

Após o incêndio de 1978, a Faculdade de Ciências muda-se para novas instalações e nas antigas, uma vez reabilitadas, nascem dois museus formalizados ainda na década de oitenta, sob a inspiração e energia criativa dos Professores António Galopim de Carvalho (Lourenço e Neto, 2011; Póvoas *et al.*, 2016) e Fernando Bragança Gil (Eiró e Lourenço, 2010; Gil e Canelhas, 1987). Fundem-se em 2011 no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, enquanto unidade orgânica “Museus da Universidade de Lisboa”.

Caracterização morfológica do machado de Agro Velho

Machado plano de flancos côncavos e simétricos, talão rectangular, com fractura anterior ao incêndio (Fig. 4). Gume alargado e fortemente convexo, em crescente, integrável no tipo Bujões/Barcelos (Harbison, 1967; MacWhite, 1951).

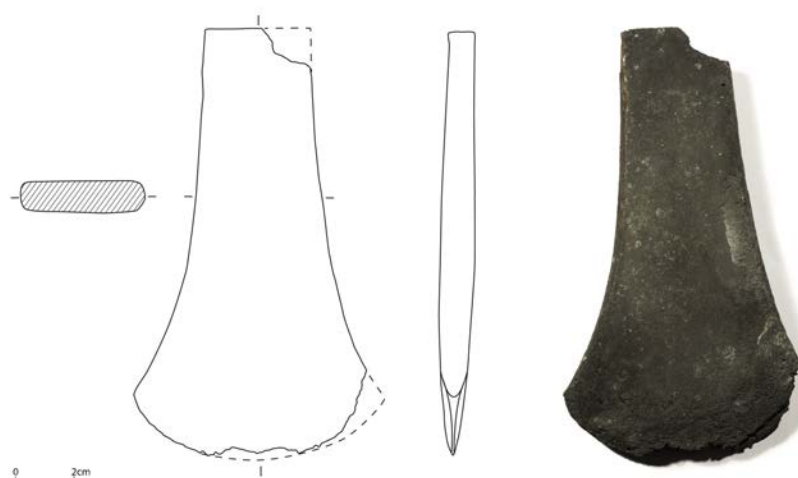


Fig. 4 – Machado de Agro Velho, objecto do presente estudo. Desenho de Ana Castela e foto de Rosa Nunes.

Secção longitudinal biconvexa. Secção transversal rectangular, com os lados menores ligeiramente arredondados. As superfícies foram impregnadas por negro de fumo durante o incêndio. O gume foi a parte mais afectada pelo fogo. Perdeu massa e mostra fissuras de origem térmica. A peça pesa actualmente 594,4 gr. Na publicação de 1963, possuía o gume completo e pesava 610 gr. As dimensões máximas actuais (151X82X13mm) correspondem às obtidas em 1963.

Caracterização elementar do machado de Agro Velho

O machado foi analisado por micro espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (micro-EDXRF) para determinação da sua composição elementar. A metodologia analítica requer a remoção da camada de alteração superficial numa pequena área (c. 5'5 mm²) do artefacto para permitir a análise de uma superfície isenta de contaminantes ou produtos de corrosão. No caso do machado em apreço, a limpeza superficial foi realizada na fractura preexistente, na sua região proximal. As análises de micro-EDXRF foram realizadas num espectrómetro ArtTax Pro utilizando 40 kV de diferença de potencial,

600 μ A de intensidade de corrente e 100 s de tempo de aquisição. Detalhes adicionais sobre a metodologia de análise encontram-se publicados em Valério *et al.* (2014).

A caracterização elementar do machado plano de Agro Velho identificou uma liga de bronze com teores muito reduzidos de chumbo, arsénio e ferro (Quadro 2). Por outro lado, esta liga de bronze apresenta um

teor bastante elevado de estanho (14,6 %), em especial quando comparada com os seus paralelos em território nacional (Quadro 1). As ligas de bronze de primeira geração tendem a possuir teores erráticos de estanho, dado que o processo metalúrgico de produção estaria ainda a ser apreendido e incorporado no conhecimento metalúrgico do Bronze médio. Um exemplo paradigmático é um conjunto de bronzes argáricos, o qual apresenta uma panóplia, em especial de ligas pobres em estanho (Sn < 8 %: c. 60 % de frequência relativa), mas também alguns exemplares ricos neste elemento (Sn > 14 %: c. 10 % de frequência relativa) (Rovira, 2004). Aliás, o teor normalizado de estanho dos bronzes da necrópole de Torre Velha 3 (9-11 % Sn) foi precisamente a razão apontada para sugerir que estes punções e punhal em bronze seriam importações (Valério *et al.*, 2014).

Um outro aspecto a ter em consideração é a longa diacronia de utilização dos machados de tipo Bujões/Barcelos, a qual se radica no Bronze antigo e médio, e se prolonga até ao final da Idade do Bronze, tal como foi evidenciado pelos dois exemplares do depósito de Sobral da Várzea (Soares *et al.*, 2016). Na região norte, os teores de estanho nas ligas de bronze tendem a aumentar no Bronze final (Figueiredo *et al.*, 2010; Loureiro *et al.*, 2016). Um bom exemplo da utilização de

bronzes mais ricos em estanho surge quando se comparam os machados de tipo Bujões/Barcelos com os machados de alvado e talão do Bronze Final (Figueiredo *et al.*, 2012 [fig. 4]), apresentando-se estes últimos com teores mais elevados neste elemento. Deste modo, o teor elevado de estanho do machado de Agro Velho também poderá indiciar uma cronologia algo

tardia para este depósito metálico, tal como foi observado para o depósito de Sobral da Várzea,

Nº Inventário	Cu (%)	Sn (%)	Pb (%)	As (%)	Fe (%)
AGV.1	85,2	14,6	<0,10	0,15	0,05

Quadro 2 – Composição do machado de Agro Velho.

contendo, igualmente, um machado plano em bronze rico em estanho.

Conclusões

O estudo arqueometalúrgico de um dos cinco machados do depósito de Agro Velho (Montalegre) acrescenta informação e coloca questões relativas à arqueometalurgia do norte do país e à sua relação com o Sudoeste, onde se deverão ter cruzado tradições metalúrgicas mediterrâneas e atlânticas desde a Idade do Bronze Médio e especialmente durante o Bronze Final. O machado agora analisado foi manufacturado em liga de bronze com impurezas de chumbo, arsénio e ferro e elevado teor de estanho (14,6%). Este resultado sugere uma cronologia tardia dentro da Idade do Bronze, muito embora a tipologia da peça (tipo Bujões/Barcelos) seja característica do Bronze médio nortenho. Importa, no entanto, ter presente que o referido morfotipo pode perdurar até ao Bronze final e que os teores de estanho nas primeiras ligas de bronze eram algo erráticos. Esta constatação impede-nos de extrapolar, mesmo que genericamente, o resultado agora obtido para os restantes machados do depósito de Agro Velho, também eles de idêntica tipologia.

O alto teor de estanho do artefacto analisado poderá também ser explicado pelo contexto geográfico da sua proveniência, particularmente rico em jazidas estaníferas. Só a ampliação da base de dados sobre artefactos e contextos da

Idade do Bronze poderá responder às
interrogações colocadas.

Finalmente, a insólita biografia do machado de
bronze aqui apresentado transformou-o em
resiliente testemunha do nefasto incêndio que
deflagrou no complexo museológico da
Faculdade de Ciências de Lisboa no ano de 1978,
da tradicional parceria entre arqueologia e
geologia, e coloca em evidência a necessidade de
materializar a memória para que esta se
perpetue, processo em que a instituição
museológica detém o principal papel.

Bibliografia

- BETTENCOURT, A. M. S. (2000). *O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia Monografias, 9).
- CARVALHO, C. (2009). *Carta Arqueológica de Montalegre*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- CARDOSO, J. L.; VILAÇA, R. (2008). Artefactos da Idade do Bronze da Região de Chaves. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11(2), pp. 41-54.
- CERÍACO, L. M. P. (2014). O “Arquivo Histórico Museu Bocage” e a história da História Natural em Portugal. *Professor Carlos Almaça (1934-2010) - Estado da Arte em Áreas Científicas do Seu Interesse*. Lisboa: Museu Nacional de História Natural e da Ciência, pp. 329-358.
- COMENDADOR REY, B. E.; BETTENCOURT, A. M. S. (2011). Nuevos datos sobre la primera metalurgia del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: la contribución de Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia, Portugal). *Estudos do Quaternário*, 7. Braga: APEQ, pp. 19-31.
- COFFYN, A. (1983). La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV (I), pp. 169-196.
- COFFYN, A. (1985). *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Bordeaux. Centre Pierre Paris.
- COSTA, E. S. (2015). *Conservar depois da catástrofe. O caso dos documentos queimados do antigo Arquivo Histórico do Museu Bocage: caracterização material e proposta de um protocolo de intervenção*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, J. G. (1987). *Montalegre e terras de Barroso: notas históricas sobre Montalegre, freguesias do concelho e região de Barroso*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- DGPC (2018) [em linha] [disponível em]: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsidi=3287671>
- EIRÓ, A. M.; LOURENÇO, M. C. (coord.) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.
- FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUIS, E. (2012). Os primeiros bronzes do território português: uma primeira abordagem arqueometalúrgica a um conjunto de machados tipo Bujões/Barcelos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 19, pp. 71-78.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; ARAÚJO, M. F.; BRAZ FERNANDES, F. M.; INÊS VAZ, J. L. (2010). Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal). *Journal of Archaeological Science*, 37, pp. 1623-1634.
- GIL, F. B.; CANELHAS, M. da G. S. (ed.) (1987). *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Passado/Presente. Perspectivas Futuras. 150º Aniversário da Escola Politécnica. 75º Aniversário da Faculdade de Ciências*. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.
- HARBISON, P. (1967). Mediterranean and atlantic elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia. *Madridier Mitteilungen*, 8, pp. 100-122.
- LOUREIRO, J.; FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F.; FONTE, J.; BETTENCOURT, A. M. S. (2016). Metal alloys, matrix inclusions and manufacturing techniques of Moinhos de Golas collection (North Portugal): a study by micro-EDXRF, SEM_EDS, optical microscopy and X-ray radiography. *Applied Physics A*, 122:820. DOI 10.1007/s00339-016-0354-7.
- LOURENÇO, M. C.; NETO, M. J. (coord.) (2011). *O Património da Universidade de Lisboa: Ciência e Arte*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Tinta da China.
- MACHADO, A.; LOPES, C. (2005)[em linha]. *Memórias e cinzas no centenário do Museu Bocage*. [disponível em]: <https://www.publico.pt/2005/06/05/jornal/memoria-e-cinzas-no-centena-rio-do-museu-bocage-24054>
- MACWHITE, E. (1951). *Estudios sobre las relaciones atlánticas en la Península Ibérica en la Edad del Bronce*,

2. Madrid: Publicaciones del Seminario de História Primitiva del Hombre, Disertaciones Matritenses.

PÓVOAS, L.; LOPES, C.; MELO, I.; CORREIA, A. I.; ALVES, M. J. (2016). O Museu Nacional de História Natural – uma história atribulada e uma questão em aberto. *Estudos do Quaternário*, 14. Braga: APEQ, pp. 105-113.

ROVIRA, S. (2004). Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la prehistoria de la Península Ibérica. *Norba. Revista de Historia*, 17, pp. 9-40.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2013). Um rio na(s) rota(s) do estanho: o Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. *Cira-Arqueologia*, 2, pp. 7-18.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E.; VALÉRIO, P. (2010). “Melting the power” – the foundry area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, north-eastern Portugal). In A. M. S. Bettencourt; M. J. Sanches; L. B. Alves; R. Fábregas Valcarce (eds.) *Conceptualising space and place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. BAR Int. Series 2058). Oxford: Archaeopress, pp. 111-117.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; LUÍS, E.; REPREZAS, J.; LOPES, F.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C. (2013). Os machados Bujões/Barcelos e as origens da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 591-600.

SOARES, A. M. M. (1994). O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 179-197.

SOARES, A. M. M.; VALÉRIO, P. (2016). A Evolução da Metalurgia durante a Pré-História no Sudoeste Português. In A. C. Sousa; A. Carvalho; C. Viegas (eds.) *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 341-356.

SOARES, A. M. M.; VALÉRIO, P.; FRADE, J. C.; OLIVEIRA, M. J.; PATOILLO, D.; RIBEIRO, I.; AREZ, L.; SANTOS, F. J. C.; ARAÚJO, M. F. (2007). A late Bronze Age stone mould for flat axes from Casarão da Mesquita 3 (São Manços, Évora, Portugal). *Proceedings of 2nd International Conference Archaeometallurgy in Europe*. Aquileia: Associazione Italiana di Metallurgia (CD-ROM).

SOARES, J.; ALVES, L. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2016). Leitura arqueométrica de artefactos de final da Idade do Bronze: depósitos metálicos de Santa Cruz e de S. Francisco da Serra (Santiago do Cacém). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19, pp. 115-122.

TEIXEIRA, C.; CASTRO FERNANDES, M. S. (1963). Machados planos de bronze de Montalegre. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 19(2), pp. 169-173.

VALÉRIO, P.; BAPTISTA, L.; GOMES, S.; PINHEIRO, R.; FERNANDES, S.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F. (2015). Malhada do Vale da Água - novos dados sobre a metalurgia do Bronze Pleno no Sudoeste. In N. Medina Rosales (ed.) *Actas del VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular (Aroche - Serpa, 29, 30 de Noviembre y 1 de Diciembre de 2013)*. Aroche: Ayuntamiento, pp. 575-586.

VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M.; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2019). Os metais das necrópoles de cistas de Casas Velhas (Melides) e da Provença (Sines). O encontro de antigas e novas tecnologias no Bronze Pleno do Sudoeste. *DigitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, nº 6, pp. 101-111.

VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2014). Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of Southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*, 42, pp. 68-80.

VIANA, A. do Carmo da Guerra Quaresma (1929). *Carta mineira de Portugal*. Serviços Geológicos de Portugal.

NOTAS SOBRE LA EDAD DEL BRONCE EN EL ANDÉVALO (HUELVA, ESPAÑA)

Recebido: 11 de Janeiro de 2017 | Aprovado: 7 de Dezembro de 2018

Juan Aurelio Pérez Macías¹

Rubén Macías Fortes

Manuel Rabadán Vázquez

Universidad de Huelva | HUM 838.

Resumen

En este trabajo se dan a conocer una serie de nuevos hábitats fortificados de la Edad del Bronce en la comarca onubense de El Andévalo. Se concluye haciendo una diferenciación en la delimitación de este territorio, las zonas que se encuentran dentro de la Zona Geológica Surportuguesa, donde son abundantes los recursos minerales (Faja Pirítica Ibérica) y aquellas otras que pertenecen a la Unidad Pulo do Lobo (Formación Pulo do Lobo), donde no existen recursos mineros. En la primera zona predomina un poblamiento que se concentra en asentamientos fortificados que están acompañados de grandes recintos fortificados sin evidencias de asentamiento, en sectores donde abundan las mineralizaciones ricas en carbonatos de cobre. En la segunda, sin ninguna vocación minera, el hábitat sigue siendo en altura, pero no se encuentran señales de fortificaciones, y por su cultura material se relacionan con los poblados del Bronce Final del Alentejo (Portugal).

Palabras-clave: Edad del Bronce; Suroeste Ibérico; fortificaciones; recursos minerales; economía agroganadera.

Abstract

This paper reports on a new Bronze Age settlements located in the area of El Andevalo (Huelva, Spain). Furthermore, it studied a differentiation in the delimitation of this territory, areas that are within the South Portuguese geological zone (SW Iberia), where there are abundant mineral resources (Iberian Pyrite Belt) and those others which belong to the Unit Pulo do Lobo (Pulo do Lobo Formation), where there are not any mining resources. In the first one predominates an habitat that is concentrated in fortified settlements, accompanied of large enclosures fortified without evidence of habitat, in sectors where the mineralizations rich in copper carbonates abundant. In the second area, without any mining evidence, the settlement continues being in heights, but there are not signals of fortifications, and according to their material culture they are related to settlements of the Late Bronze Age of the of the Alentejo (Portugal).

Key-words: Bronze Age; Iberian Southwest; fortifications; mineral resources; farming economic.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_11

¹ japerez@dhisi.uhu.es

El Andévalo. Territorio, Paisaje y Recursos

Una de las características que mejor definen las tierras situadas entre el Guadiana y el Guadalquivir es su diversidad, hasta el punto de que se ha señalado como uno de los principales activos para su desarrollo histórico (Fig. 1). Este territorio contiene un extenso litoral con grandes posibilidades para el desarrollo de las pesquerías y sus industrias derivadas, y unas campiñas de suelos terciarios de margas y limos arenosos con gran potencialidad agrícola, la denominada Tierra Llana. Más al interior se encuentra el piedemonte de Sierra Morena, la Zona Geológica Surportuguesa (ZSP), que se ha individualizado en una comarca llamada El Andévalo, en la que destacan las riquezas minerales de la Faja Pirítica Ibérica (Tornos Arroyo, 2008). Las alturas más pronunciadas de Sierra Morena pertenecen a otra zona geológica, la Zona Ossa Morena (ZOM), donde son más abundantes los yacimientos minerales de tipo filoniano y estratiforme.

El Andévalo es una comarca que adquiere carta de naturaleza en la repoblación cristiana después de las

conquistas portuguesas de la Orden de Santiago en 1239-1240, y sobre todo con su incorporación a la tierra de Niebla después de los acuerdos alcanzados entre Portugal y Castilla-León en el Tratado de Badajoz (1267). Muchas de las manifestaciones arqueológicas de esta comarca, los sepulcros de corredor entre ellas, las vías de comunicación, etc., nos reflejan unos rasgos

culturales más propios del Guadiana. Por ello, a lo largo de las páginas que siguen intentaremos esbozar el cuadro del poblamiento de esta comarca a lo largo del II milenio a.C., sobre ese espacio y tiempo que H. Schubart denominó acertadamente como Bronce del Suroeste (Schubart, 1975). No obstante, mis intereses van por otro sendero, intentaré mostrar la influencia que tuvo sobre estas poblaciones la minería y la metalurgia del cobre, pues es en estos siglos cuando se inicia de manera sistemática la prospección de los yacimientos minerales. El Andévalo es una comarca privilegiada para la explotación minera por sus recursos minerales de cobre, plata, manganeso, etc. (Pinedo Vara, 1963).

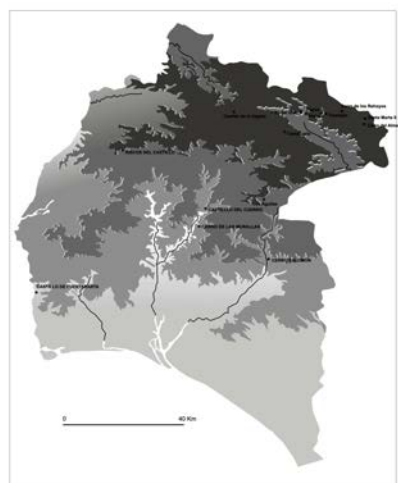


Fig.1 - Comarcas y recursos minerales del suroeste de España. Asentamientos del Bronce del Suroeste en la provincia de Huelva.

Hay que aclarar también que el concepto de este espacio geográfico ha ido evolucionando a lo largo del tiempo. La comarca aparece definida por vez primera como Campo de Andévalo, un lugar en el entorno de la Ermita de San Benito (Cerro de Andévalo). Después pasó a definir la parte central de la provincia de Huelva (Fig. 1). Hoy día engloba los sectores que se encuentran

en la Zona Geológica Surportuguesa (ZSP), sin incluir la zona minera de Riotinto (Cuenca Minera de Riotinto).

Como en su comarca hermana al otro lado del Guadiana, el Bajo Alentejo, el Andévalo es una zona de piedemonte, que forma el primer escalón de Sierra Morena (Márquez Domínguez, 2002). Sus límites dibujan al sur la suave transición de las tierras paleozoicas hacia las superficies terciarias de las campiñas de la Tierra Llana. Está formada por pequeñas elevaciones montañosas de orientación hercínico varisca que no sobrepasan los 300 m de altitud, aunque en algunos puntos la hidrografía ha modelado espacios de geografía más accidentada, en la que las comunicaciones presentan más dificultad. Como el resto de la Zona Surportuguesa (Oliveira, 1990), predominan en el substrato los materiales del Devónico y el Carbonífero, entre los que se suceden los sedimentarios en forma de pizarras, rocas intrusivas de origen volcánico (vulcanismo básico y ácido) y grandes masas de sulfuros masivos y lentejones de manganeso (Serie de Transición). Pero si desde el punto de vista geológico los yacimientos minerales constituyen el principal activo económico (Fig. 1), la pobreza edáfica de sus suelos, muy ácidos por lo demás, limita sus posibilidades agrícolas, que se reducen al cereal de secano, olivares y el policultivo en los ruidos urbanos. Predominan las grandes superficies de dehesas con extensos terrenos de maquis donde domina la jara, donde está presente la explotación ganadera de bóvidos, óvidos y caprinos. Por el contrario, la minería ha jugado un papel de enorme relevancia cuando el metal y los sulfuros tuvieron tiempos de bonanza, lo que ha permitido épocas de gran dinamismo económico y social. Así sucedería principalmente en época romana y desde la segunda mitad del siglo XIX hasta la mitad del siglo XX (Ferrero Blanco, 2000).

Dentro de estas minas destacan los grandes depósitos de sulfuros polimetálicos (Leistelu, 1998). A ellas hay que añadir algunas formaciones filonianas, entre las que merecen citarse las de la Rivera de Valverde y el campo filoniano de la Rivera de Malagón, entre otras (Pinedo Vara, 1963).

Sin embargo, desde el punto de vista de la explotación prehistórica, sin elementos tecnológicos para poder alcanzar los niveles de enriquecimiento supergénico de estos grandes yacimientos, donde se acumulaba la riqueza de cobre, la mayor parte de las masas polimetálicas no fueron una fuente de aprovisionamiento de minerales, ya que esos minerales se encuentran situados a cotas que pueden alcanzar los 70 m de profundidad. En el conjunto de estas masas de sulfuros polimetálicos, solo en algunos yacimientos aparecen minerales de cobre en las cotas superficiales, en las mineralizaciones de Esperanza (Tharsis), de Santa Bárbara (Cumbre de las Herrerías) y de La Coronada (Sotiel-Coronada), y en todos los casos se trata de formaciones de cobre exógenos. Estas mineralizaciones de cobres exógenos son el resultado de la precipitación de sales de cobre en las pizarras que forman las rocas de caja durante el proceso de denudación de una masa de sulfuros próxima (Pérez Macías, 2008). Solo se han señalado que esos minerales de Tharsis (Filón Sur/Esperanza) fueron beneficiados en la prehistoria (Nocete Calvo, 2004).

Esto no quiere decir que la minería no haya representado un recurso de importancia para la fijación de las poblaciones en la prehistoria reciente. Antes al contrario, en la Zona Geológica Surportuguesa (Faja Pirítica Ibérica) abundan también las estructuras filonianas de sulfuros de cobre, que se destacan en sus niveles superficiales por la abundancia de carbonatos de

cobre (malaquita y azurita). Son un tipo de mineralizaciones muy extendidas por todo el territorio, y su inventario solo puede consultarse en las bases de datos del Instituto Geológico Minero, pero desde la óptica arqueometalúrgica su prospección sistemática está por realizar. Sobre su minería prehistórica pueden consultarse los resultados parciales que obtuvo la Explotación Arqueometalúrgica de la Provincia de Huelva (HAP) en algunas de estas estructuras filonianas, Pozuelo, Masegoso y Corumbel principalmente (Blanco y Rothenberg, 1980). En realidad la explotación prehistórica, cuya huella es el martillo de piedra con surco central de enmangue, está mucho más extendida y aparece a todo lo largo de El Andévalo, en la mayor parte de las formaciones filonianas de sulfuros de cobre y en las formaciones de cobre exógenos, es decir en cuanto abundan los carbonatos de cobre en los niveles superficiales. Como botón de muestra basta el ejemplo de los puntos explotados en la Sierra de Tejada, donde se recogieron este tipo de útiles en Cueva del Monje, Barcita, Barranco Abadejo, Tallisca, Mancha de los Venados, Cumbre de las Navas, y La Caba (Gonzalo y Tarín, 1888).

Una zona especial de El Andévalo es su límite septentrional. Forma parte de la Unidad Pulo do Lobo (Fig. 1), una zona de antifoma compuesta mayoritariamente por rocas sedimentarias con algunas intercalaciones ígneas, pizarras y cuarcitas del Devónico Inferior (Oliveira, 1990). Aunque ha sido dividida en tres formaciones litoestratigráficas, la que nos interesa es la Formación Pulo do Lobo, que en la parte española se prolonga desde el casco urbano de Santa Bárbara de Casa hasta el de Rosal de la Frontera. La Unidad Pulo do Lobo es la parte más antigua de la Zona Surportuguesa, y desde el punto de vista de la metalogenia se caracteriza por la casi total ausencia de yacimientos

minerales, un aspecto que se ve reflejado en su poblamiento de la Edad del Bronce.

Algunas Notas Sobre la Edad del Bronce en el Suroeste Ibérico

La excavación de urgencia en el Cerro Salomón de Riotinto abría un panorama antes desconocido en la arqueología de la provincia de Huelva (Blanco, Luzón y Ruiz, 1970). Hasta ese momento estuvo centrada en la espectacularidad de los hallazgos que se realizaban en la necrópolis de La Joya (Huelva). Los materiales que se exhumaron en Cerro Salomón no eran tan suntuosos como los de esta necrópolis onubense (Garrido y Orta, 1979), pero eran una evidencia de que el comercio fenicio había llegado hasta estas tierras mineras del interior. Las excavaciones que se desarrollaban en el yacimiento de Huelva, cuya importancia estratégica quedó de manifiesto desde el hallazgo del Depósito de Bronces de la Ría de Huelva (Ruiz-Gálvez Priego, 1995), habían documentado también cerámicas autóctonas que se consideraron anteriores a la llegada de los productos fenicios de la Edad del Hierro (Gómez Toscano, 1998), por lo que se concedió mayor importancia a las poblaciones de la Edad del Bronce.

Esa posibilidad de que los pobladores de la Edad del Bronce hubieran ocupado la comarca central de la provincia y con ello algunas minas, adquirió nuevas pruebas tras el trabajo desarrollado por el Museo de Huelva y su director, M. del Amo y de la Hera, en las necrópolis de cistas que se iban descubriendo a lo largo de toda la geográfica provincial (Del Amo y de la Hera, 1975). Su abundancia en la Sierra de Aracena y en especial en la Rivera de Huelva, contribuía a la conclusión de que en momentos previos a la colonización

fenicia el poblamiento era abundante, aunque lamentablemente los intentos realizados en El Castañuelo para excavar uno de los lugares de hábitat no dieron los resultados esperados, pues solo se documentó su fase de la Edad del Hierro. Las necrópolis de cistas también se encontraban en la Tierra Llana, en Beas (Matahijos), Niebla (La Ruiza) y La Palma del Condado (Los Alférez), aunque no se conocían en el Andévalo, que parecía mantenerse al margen de este fenómeno de los enterramientos en cista. Algunos hallazgos, como los de Zufre (Rivero y Vázquez, 1988) y Valdecerros (Gómez *et al.*, 1996), corresponden a las fases de transición a la Edad del Bronce.

Las investigaciones que mayor impacto tuvieron para el conocimiento de la minería Edad del Bronce en el Andévalo fueron las prospecciones llevadas a cabo por el Instituto de Estudios Arqueometalúrgicos de Londres en algunas de las minas la Faja Pirítica Ibérica (Blanco y Rothenberg, 1980). En Riotinto se realizó una limpieza de los perfiles del escorial romano próximo a la Corta del Lago (RT-24, Cortalago), puesto en valor por los trabajos anteriores de B. Jones, quien descubrió su verdadera potencia estratigráfica. La sección del escorial, minuciosamente documentada en todos sus paquetes de escorias, arrojó también material cerámico, que permitió obtener una secuencia que arrancaba desde fines de la Edad del Bronce hasta la segunda mitad del siglo II d.C. (Amores Carredano, 1988). Los primeros estratos de escorias, escorias de plata, contenían cerámicas a mano autóctonas y cerámicas a torno fenicias, pero en algunos lugares de la sección (RT-26) se documentaron formas que se consideraban anteriores a la colonización fenicia según la tipología elaborada en otros yacimientos tartésicos (Pérez Macías, 1996). Pero la Exploración Arqueometalúrgica de Huelva vino

también a arrojar alguna luz sobre las estructuras filonianas que acompañan a las grandes masas de sulfuros masivos. Los resultados más esclarecedores sobre la minería del cobre en la Edad del Bronce se alcanzaron en la mina de Chinflón en Zalamea la Real. Se trataba de un pequeño complejo filoniano de sulfuros de cobre en la zona dolménica de El Pozuelo, donde abundaban las mazas mineras de piedra con surco central de enmangue (Rothenberg y Blanco, 1980), que ya habían aparecido en otras minas de la región. La excavación del hábitat asociado a la mina de Chinflón demostró que se trataba de una explotación de fines de la Edad del Bronce (Pellicer y Hurtado, 1980), en un momento en el que el comercio fenicio todavía no estaba presente en las minas. La Exploración Arqueometalúrgica de Huelva encontró otras minas explotadas en esta época, como las localizadas en la cuenca alta del río Corumbel (Gila y Cueva del Monje) y rivera de Valverde (Masegoso y Segunderalejo), y sus materiales cerámicos remitían también a una intensa actividad minera de búsqueda de carbonatos de cobre en todas las estructuras filonianas durante el período de Bronce Final. Este mismo tipo de martillos se encontraron en otras minas de minerales complejos (cobre, plata, plomo y zinc), como la de Monte Romero (Almonaster la Real), con escorias de sílice libre de plomo-plata y ánforas fenicias (Blanco y Rothenberg, 1980).

De esta manera parecía dibujarse un panorama de débil poblamiento en el Andévalo en el II milenio a.C., mientras en la sierra y en la campiña se asistía a una proliferación de pequeñas comunidades dispersas por el territorio, a las que correspondían las necrópolis de cistas excavadas hasta ese momento.

A pesar de los avances que se han producido en la investigación, las conclusiones planteadas

entonces siguen teniendo plena validez. De este modo, aunque no pueda mantenerse hoy día que todas las poblaciones megalíticas asentadas en el Andévalo en el III milenio a.C. respondan al modelo de comunidades mineras, las excavaciones desarrolladas en el Cabezo Juré (Alosno) han demostrado de manera fehaciente que fue en este momento cuando se comenzó a explotar el nivel superficial de algunos yacimientos mineros ricos en carbonatos de cobre para la elaboración de los primeros objetos de este metal (Nocete Calvo, 2004). Esto no significa que estemos ante poblaciones mineras o metalúrgicas especializadas, pues muchos de estos grupos megalíticos no muestran relación con el laboreo de los minerales.

Hay que añadir a esto que las excavaciones que hemos llevado a cabo en la cuenca minera de Riotinto han permitido confirmar que la metalurgia de los minerales de plata se inició durante el II milenio a.C. (Fig. 1) A ella responden las escorias de plata del asentamiento de Tres Águilas (Pérez Macías, 1996) y la necrópolis de cistas de La Parrita (Pérez y Frías, 1990), con un ambiente cerámico en el que solo se registran formas del II milenio a.C.

A estas novedades en el área de la cuenca minera de Riotinto se sumaron las investigaciones en algunos asentamientos de la Rivera de Huelva (figura 1), allí donde eran más abundantes las necrópolis de cistas. Entre ellos merecen citarse el modelo representado por el poblado amurallado de El Trastejón (Hurtado, García y Hunt, 2011: 31-104) y su fortificación de La Atalaya (Hurtado, García y Hunt, 2011: 105-112). En El Trastejón/La Atalaya se confirmaba la continuidad del poblamiento entre el Bronce Pleno y el Bronce Final, y su abandono en un momento impreciso en el que comenzaba a extenderse el comercio fenicio por el mediodía

peninsular. Los recursos minerales fueron fundamentales pues para la elección de los sitios, y en este caso parece demostrada su relación con el yacimiento minero de Minas de Cala, una parte del cual está formado por una estructura filoniana de cobre (concesión Dolores).

Otro modelo de poblamiento presente es el grupo formado por La Papua/El Alto del Gato (Fig. 1). La Papua es un gran recinto fortificado sin pruebas evidentes de hábitat, salvo en una pequeña ciudadela bastionada en la zona más alta (Hurtado, García y Hunt, 2011: 113-137). La falta de acumulación estratigráfica y la extensa superficie son dos factores que inciden en otras consideraciones que las de simple hábitat. En este sentido resulta llamativa la existencia en los alrededores de un hábitat fortificado en el Alto Pipeta/Sierra del Gato (Pérez Macías, 2007), con el que parece formar un conjunto de un hábitat fortificado y un recinto fortificado de grandes proporciones para el ganado.

A las estructuras filonianas de Cala y Santa Olalla se relacionan asimismo otros poblados de Bronce Pleno de esa zona (Fig. 1), como los de Cerro de los Rehoyos (Pérez y Rivera, 2004), Santa Marta II (Pérez y Rivera, 2003) y Cerro del Almendro (Romero, Rivera y Pérez, 2007). Un hábitat fortificado de similares características se ha localizado en la Sierra Bujarda (Fig. 1), el Castillo de la Algaba (Romero Bomba, 2002), próximo a las mineralizaciones de cobre del término municipal de La Nava (Vázquez Guzmán, 1974) y a la necrópolis de Valdegalaroza, con evidencias de metalurgia del cobre (Pérez, Rivera y Romero, 2003).

Los últimos hallazgos realizados en el área del Seminario en el casco urbano de Huelva (Martínez y Vera, 2014), confirman la vitalidad de este poblamiento del II milenio a.C. en todos los

ámbitos territoriales, tanto en la sierra, como en la campiña y litoral.

La vitalidad del poblamiento en el II milenio se extiende por las tierras extremeñas que participan de este Bronce del Suroeste, donde destacan los conjuntos de cistas de las Arquetas (Enríquez y Carrasco, 1995) y Minitas (Pavón Soldevilla, 2008), y algunas necrópolis de transición con enterramientos en fosa (Prada Gallardo y Cerrillo Cuenca, 2004). Entre los poblados sobresale el de Cerro del Castillo de Alanje (Pavón Soldevilla, 1994 y 1998; Pavón y Duque, 2014), un asentamiento con fortificaciones de aparato y estructuras de almacenamiento.

Lo que en un principio estaba planteado solo para el suroeste peninsular y especialmente para la provincia de Huelva, también se ha constatado en el valle del Guadalquivir, en la Sierra Norte de Sevilla y Cádiz. A este mismo mundo responden los enterramientos del Cortijo de Chichina (Fernández, Ruiz y Sancha, 1976), La Traviesa (García Sanjuán, 1998), Tres Cruces y El Jardín de Alá (Hunt, 2010; Hunt, 2012), Santa Eufemia (Buero *et al.*, 1978), las Canteras (Hurtado y Amores, 1984), y Cantillana (Santana Falcón, 1990), y poblados fortificados en altura, como Mesa de Setefilla (Aubert *et al.*, 1984), un modelo que parece reflejarse también en Carmona (Cardenete *et al.*, 1991), Mesa del Gandul (Jiménez Hernández, 2004), Alcalá de Guadaira (Pozo y Tabales, 1991), y Lebrija (Tejera Gaspar, 1979). Este tipo de poblados fortificados se repiten en la sierra, en el corredor de la Rivera de Huéznar (Villanueva del Río y Minas), en Piedra Resbaladiza, una zona donde también se han registrado grandes recintos fortificados como los de la Sierra de Huelva, en el Cerro de la Encarnación y en el Alto de Los Porretos (Schattner, Ovejero y Pérez, 2012). En la campiña

los poblados debieron ser abiertos, como el excavado en el Cortijo Ramira (Pérez, Carrasco y Vera, 2007). En la provincia de Cádiz se encuentran el Cerro de Berrueco en Medina Sidonia (Escacena y De Frutos, 1985) y en El Estanquillo en San Fernando (Ramos Muñoz, 1993).

Después de los trabajos de síntesis de H. Schubart (1975), en Portugal se han excavado importantes necrópolis de cistas, como las de Vinha do Casão (Gomes *et al.*, 1986) y la de Pessegueiro (Tavares da Silva y Soares, 1981), y los interesantes enterramientos hipogeos de Belmeque (Monge Soares, 1994), Torre Velha (Alves *et al.*, 2010) y Horta do Folgão (Ricou *et al.*, 2012). No se han localizado hasta ahora hábitats, pero es posible que formen los niveles iniciales de algunos de los grandes poblados alentejanos del Bronce Final, como Outeiro do Circo en Beja (Parreira, 1977; Serra, 2014), pues en el de la Atalaia da Insuínha parece confirmarse estos inicios en el Bronce pleno (Rodrigues Cosme, 2007).

De este modo, de un período en el que solo conocíamos necrópolis hemos avanzado en el conocimiento de poblaciones que ocupan la totalidad del territorio, tanto las tierras de campiña para la producción agrícola como ambientes geológicos más desfavorables, de suelos de mucho menos productividad, más aptos para la ganadería, pero con muchos recursos minerales que podían recompensar el asentamiento. Al normalizarse la producción metálica a lo largo de la Edad del Bronce, se favorecería asimismo un mayor nivel de relaciones entre las diferentes áreas geológicas, y los asentamientos se sitúan preferentemente en zonas de paso entre Sierra Morena y las campiñas de la Baja Andalucía- Bajo Guadalquivir.

Todo este incremento de la prospección minera y de la producción metálica, que sería un elemento determinante para el relanzamiento económico y social de estas poblaciones del suroeste ibérico (Hunt Ortiz, 2003), presenta un difícil encaje con el panorama del II milenio en el Andévalo. Es una comarca que por su riqueza minera debería haber atraído a este tipo de poblaciones, pero hasta ahora nada permitía plantear que así fuera. Los datos que vamos a presentar a continuación vienen a mostrar estas carencias, pues ello se debe más a la falta de atención de los proyectos de investigación que a un vacío poblacional efectivo.

El Andévalo en la Edad del Bronce

Las tierras del Andévalo no eran atrayentes para el asentamiento de comunidades agrícolas, que solo en determinados puntos del territorio podían encontrar suelos para la práctica de una agricultura extensiva, pero era rica en recursos minerales, que podían haber favorecido su poblamiento. La proliferación de monumentos megalíticos por todo el Andévalo, con necrópolis tan significativas como las de La Zarcita (Santa Bárbara de Casa) o Los Gabrieles (Valverde del Camino), nos demuestra que la comarca no se mantuvo al margen de la colonización megalítica (Piñón Varela, 2004).

Los casos que vamos a presentar en esta ocasión vienen a incidir en estas consideraciones. Comenzando por la parte oriental, el primer poblado fortificado es el de Cerro Salomón, que se sitúa en una de las revueltas del río Tinto (Fig. 2), en término municipal de Niebla, aunque se encuentra sobre los suelos paleozoicos que forman el substrato de las primeras elevaciones de Sierra Morena. Es un asentamiento que destaca en primer lugar por la cuidadosa elección

del sitio, un cerro de escapadas pendientes, rodeado casi por todos lados por la corriente del río, y solo accesible por una estrecha franja de terreno cuyas laderas caen a pico hacia el lecho del río. No es tanto su dominio visual lo que ocasionó la elección del emplazamiento, pues se encuentra rodeado de mayores alturas que impiden el control de los alrededores, sino sus magníficas condiciones de defensa natural. Estas ventajas se ven implementadas por una muralla de sección en talud, construida con grandes mampuestos (piedras volcánicas, pizarras y cuarzos), que rodea toda la zona alta del cerro delimitada por la hoz del río (Fig. 2).

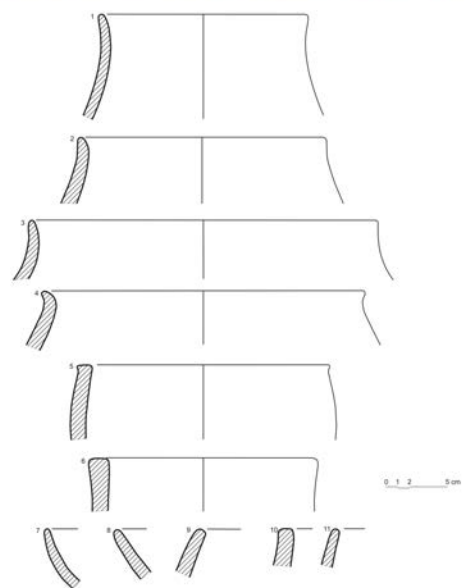


Fig. 2 - Asentamiento fortificado de Cerro Salomón (Niebla).

En la superficie del asentamiento de la Edad del Bronce los materiales arqueológicos son muy abundantes. Destacan gran cantidad de molinos de mano, pequeños ejemplares barquiformes en vulcánicas básicas de la zona y martillos de minero con surco central de enmangue (Fig. 2). Estos elementos nos definen las directrices económicas del poblado. Las accidentadas sierras sobre las que discurre el río Tinto no permiten plantear una agricultura cerealística, aunque ésta pudo practicarse en las zonas más alejadas del poblado, las alledañas de la campiña, a no ser que esos elementos de molienda puedan relacionarse con la elaboración de harinas con otros productos más propios de estos suelos, como las bellotas o las habas, cuyo consumo creció en la Edad del Bronce (Ruiz-Gálvez Priego, 1998).

La abundancia de martillos de mina si nos permite considerar que la minería fue uno de los principales recursos y quizás el que fijó a la población en este lugar. El yacimiento se encuentra muy cercano a las formaciones filonianas de la Rivera de Casa de Valverde, en las que se conocen con cierto detalle las explotaciones prehistóricas de su cabecera, la zona de Masegoso y Segunderalejo (Blanco y Rothenberg, 1980), pero los filones se extienden hasta su encuentro con el río Tinto, en el significativo paraje de Las Cañas, a escasa distancia del Cerro Salomón. En el Catálogo de Cartografía Histórica de Andalucía (Instituto de Cartografía de Andalucía, 1995), podemos encontrar otras estructuras filonianas de esta zona menos conocidas. Baste señalar que uno de los denuncios se encuentra en el mismo Cerro Salomón, pero seguramente no se llevaría a cabo ninguna labor de reconocimiento. Además de las solicitudes de Cerro Salomón y Las Cañas como minas de hierro y cobre, los registros se extienden en torno al yacimiento, Risco de la Peña, Cabezo de los Huéspedes, Arroyo del

Castaño, Aguas Blancas, Cabezo de Juan Lorenzo (Cuervo), las Gamonosas, Cabezo Larache, Barranco de Carrizo (Lomero de Carrizo/Pie de Carrizo), Pie de las Cañas, Pie del Cabril, Pie de Enmedio, Cabezo de la Mina, Solana del Risco del Gallo, Huerta de las Cañas, etc. Su situación tiene además el aliciente de su proximidad a la campiña de la zona de Niebla y de la Palma del Condado, donde comunidades de la Edad del Bronce como las de La Ruiza y los Alférez demandarían unos útiles de cobre de los que no podían abastecerse en sus entornos de geología terciaria y cuaternaria, en los que no existen este tipo de yacimientos minerales. Como se comprueba también en los filones del río Corumbel (Gonzalo y Tarín, 1888), el piedemonte de Sierra Morena más cercano a la campiña, debería ser un hervidero de pequeñas explotaciones en los innumerables filones de sulfuros de cobre que la recorren. El cobre sería un producto muy demandado en las ricas comunidades agrícolas de campiña.

La cronología del asentamiento está asegurada por la cerámica de superficie (Fig 2). Toda es de factura manual, en general de fuegos oxidantes o a lo sumo irregulares, y con ligeros alisados y bruñidos. No podemos descartar que algunas formas tuvieran una terminación más cuidada debido a que son materiales de superficie y en general están muy rodados, pero el tratamiento no llega en ningún caso a las superficies cuidadosamente bruñidas de las cerámicas del Bronce Final de la zona de Huelva (Gómez Toscano, 1998). Entre las formas destacan las urnas de cuerpo ovoide o globular, largo cuello estrangulado, y borde saliente, un tipo bien representado en los ajuares de las cistas en compañía con pequeños cuencos esférico-achatados, como sucede en las necrópolis de Castañuelo (Del Amo y de la Hera, 1975) y Chichina (Fernández, Ruiz y Sancha, 1976),

entre otras. Le siguen en importancia los cuencos peraltados con el borde indicado, los cuencos en forma de casquete esférico, y los cuencos globulares. A pesar de este reducido elenco cerámico, estamos en presencia de un registro

propio de II milenio a.C., del Bronce Pleno, que podemos situar de manera aproximada en torno a la segunda mitad del II milenio a.C. Sobre las distintas series de dataciones radiocarbónicas en yacimientos del Bronce del Suroeste pueden

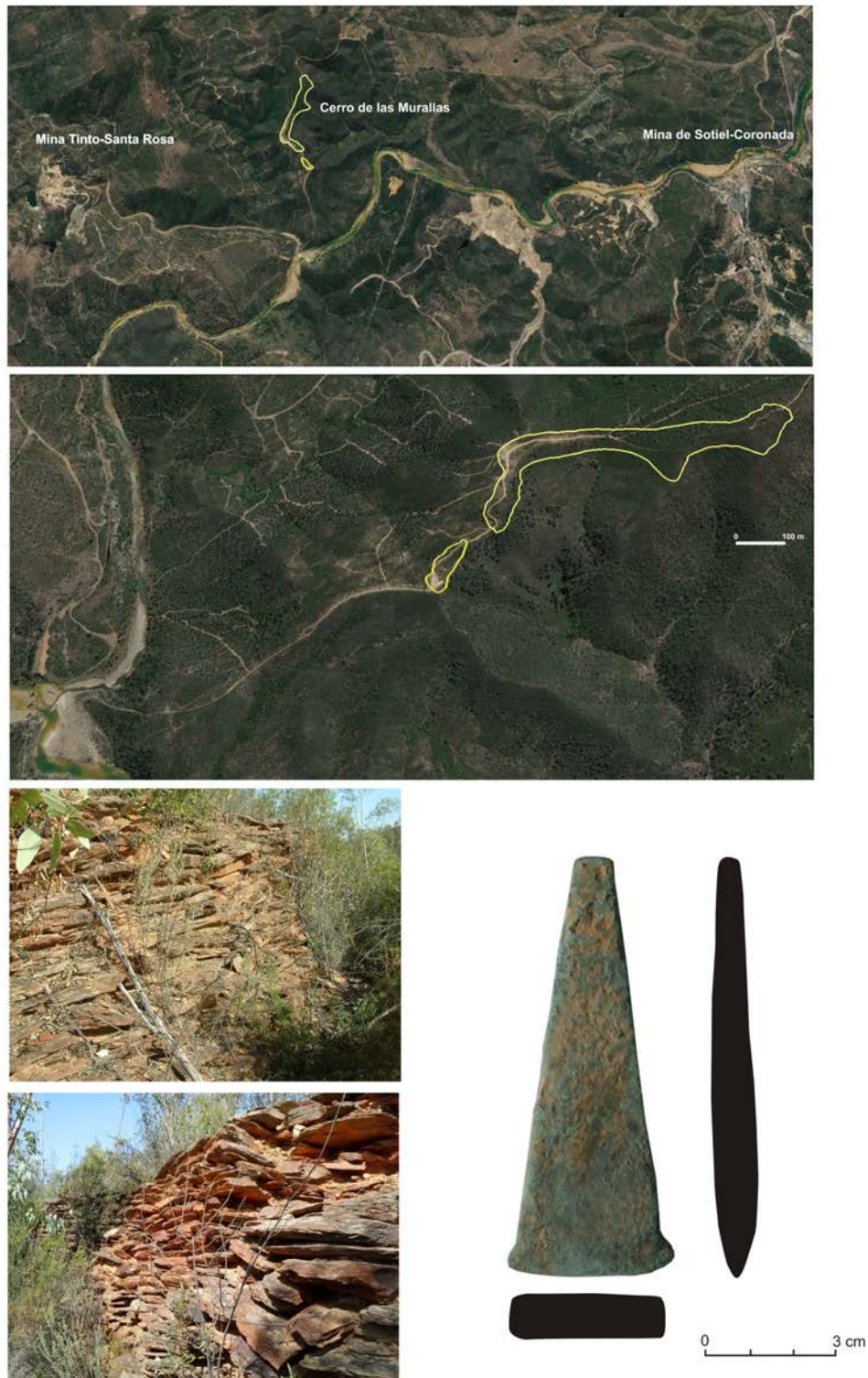


Fig. 3 - Recintos fortificados del Cerro de las Murallas (Valverde del Camino).

consultarse los trabajos de A. Mederos Martín (2009, 253, tabla 4), Hunt *et al.* (2008), y García y Hurtado (2011).

Esta relación del poblamiento con la minería explica también la realidad de otros asentamientos de la cercana cuenca del río Odiel. Se trata de los yacimientos de Castillo del Cuerno (Zalamea la Real) y Cerro de las Murallas (Valverde del Camino). Se encuentran muy cercanos el uno del otro, en un paisaje de enorme riqueza minera en el que sobresalen los depósitos de sulfuros de Sotiel-Coronada, Castillo de Buitrón, Barranco de los Bueyes, Gloria y Tinto-Santa Rosa. Sotiel-Coronada es una mina que en época romana alcanzó una producción industrial para plata y cobre (Macías, Pérez y Carnero, 2016), pero a las mineralizaciones se asocian pequeñas formaciones de carbonatos de cobre en pizarras. De este modo, no es de extrañar que en los alrededores se hayan localizado necrópolis y materiales prehistóricos, como el hacha de cobre publicada por Recaredo de Garay y Anduaga en la Fuente de Casarete (Garay y Anduaga, 1923), un topónimo que se encuentra en los alrededores de esta mina. En Tinto-Santa Rosa y Gloria también se han encontrado ese tipo de martillos (Blanco y Rothenberg, 1980), pero no contamos con un reconocimiento arqueológico tan preciso.

Este modelo explicaría el impresionante recinto amurallado de la Sierra del León, el Cerro de las Murallas, que se encuentra a unos 2 km de la mina de Sotiel-Coronada y a la misma distancia de las de Tinto-Santa Rosa y Gloria. Se trata de un yacimiento formado por dos recintos amurallados, uno de pequeñas dimensiones en la cota más baja que da cara al río Odiel, con 326 m de perímetro que ocupa un área de 0,48 hectáreas, otro de grandes proporciones que recorre todo el trayecto de las cotas más altas de

la Sierra del León, de 1925 m de perímetro que cobija un área de 6,17 hectáreas (Fig. 3).

El recinto pequeño pudo desempeñar las funciones de hábitat, pero desgraciadamente está desfondado por las máquinas de repoblación de eucaliptos y no existen materiales cerámicos en superficie. Solo se aprecian sobre el sustrato de pizarra pavimentos de cantos rodados, que acaso formaron parte de los suelos de las estructuras de habitación (¿?).

El recinto mayor carece de niveles sedimentarios en toda su extensión, pues en todo momento aflora la pizarra que forma el terreno natural. Como en el recinto interior, la muralla está formada por grandes bloques de pizarra con camas de barro entre ellos, y con muros de sección en talud. En algunos puntos se conserva en unos 2,5 de altura (Fig. 3), mientras en otros se conservan hiladas suficientes para seguir el desarrollo de su perímetro (Fig. 3). Su adscripción a la Edad del Bronce se confirma por minúsculos fragmentos de cerámica a mano que aparecen en el barro entre los mampuestos y por un hacha de cobre encontrada en el cortafuego que atraviesa parte del recinto (Fig. 3). El desarrollo en planta del recinto se dispone siguiendo una curva de nivel, a la que se va adaptando en todo su recorrido, un planteamiento muy cercano a la construcción de la muralla de Tejada la Vieja (Fernández Jurado, 1989). En algunos puntos se observan quiebros agudos que forman sin serlo unas especies de bastiones y en otros se encuentran pequeños vanos que pueden corresponder a puertas.

La estructura de las murallas de los dos recintos se asemeja a la fortificación que acabamos de describir en el Cerro Salomón, pero por sus características los paralelos más cercanos se encuentran en los recintos de La Papúa

(Arroyomolinos de León) y Alto de Los Porretos (Villanueva del Río y Minas), de los que ya hemos hecho mención anteriormente. No puede entenderse la protección de unas extensas superficies como las que abarcan estos yacimientos desde el punto de vista de la habitabilidad y la protección, pues en ese caso tendríamos que plantear la existencia de grandes ciudades que alcanzan unas proporciones a las que no llegaron siquiera los municipios romanos de la zona. En su interior aflora la roca del sustrato, y no cabe plantear que las acumulaciones estratigráficas de los niveles de habitación se hayan erosionado, pues la muralla siempre haría las veces de muro de contención de estos sedimentos. Faltan materiales arqueológicos en un noventa y nueve por ciento de su superficie, y no encontramos otra explicación que asignarles una funcionalidad de grandes recintos para la salvaguarda del ganado (Pérez y Rivera, 2012). Además, siempre se encuentran próximos a pequeños poblados fortificados, que son los que cumplen las funciones de hábitat.

Efectivamente, a corta distancia del Cerro de las Murallas se encuentra el Castillejo del Cuerno (Fig. 4), otra fortificación con muros en talud donde abundan en superficie los molinos barquiformes, que también se ven reaprovechados en el interior de la muralla, las cerámicas a mano, y algún martillo de minero con surco central de enmangue. Este asentamiento es ya un típico poblado fortificado de la Edad del Bronce, con una cerca que rodea un cerro de pronunciadas pendientes que dan cara al río Odiel, pero muy lejos de las dimensiones del Cerro de las Murallas. Desconocemos, sin embargo, la relación de estos dos asentamientos, pues si bien no se encuentran muy alejados, no responden evidentemente a la misma funcionalidad.



Fig. 4 - Asentamiento fortificado de Castillo del Cuerno (Zalamea la Real).

Existe también un pequeño poblado fortificado en la margen derecha del Guadiana, el Castelo de Fuentesanta (Fig. 1), en término municipal de San Silvestre de Guzmán, del que se ven en superficie algunos paramentos de la línea de muralla con mampuestos en talud y abundantes

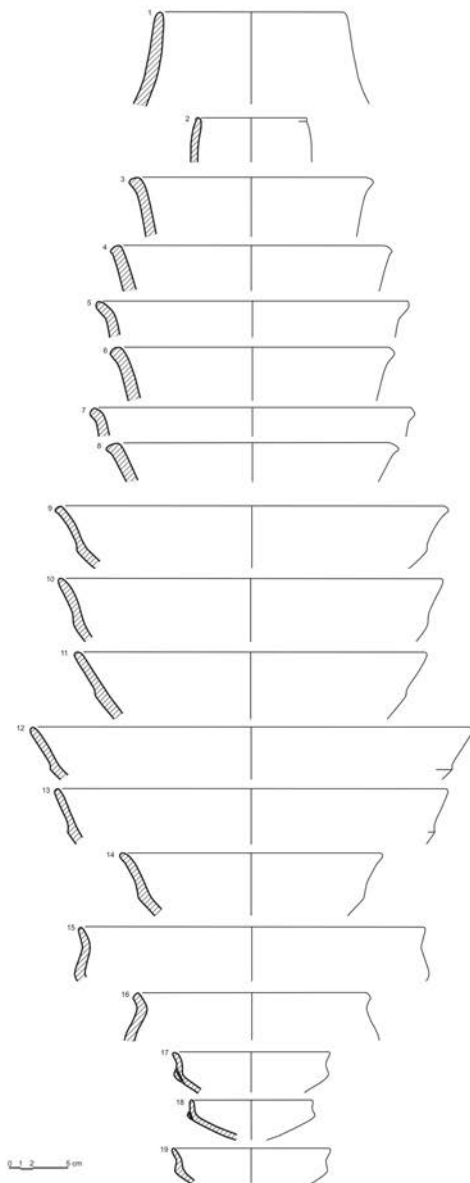


Fig. 5 - Materiales de Riscos del Castillo (Cabezas Rubias).

cerámicas a mano que pueden adscribirse en primera instancia al Bronce Pleno. Este nuevo asentamiento evidencia la proliferación de este tipo de poblados fortificados en el Andévalo, una comarca que hasta este momento presentaba un notable vacío de hábitats y necrópolis del II milenio a.C.

En definitiva, a pesar de que hasta ahora no conociéramos cómo era el poblamiento en el Andévalo a lo largo del II milenio a.C., los casos descritos de Cerro Salomón, Cerro de las Murallas, Castillejo del Cuerno y Castelo de

Fuentesanta, nos muestran que el modelo documentado en la Sierra de Aracena (Castillo de la Algaba, La Papúa, Trastejón, y Alto del Gato) eran idénticos, formados por grandes recintos fortificados y poblados fortificados. Junto a ellos existirían también pequeños poblados sin fortificaciones, como el Cerro de las Tres Águilas en Riotinto, que iniciaba ya el tratamiento de los minerales de plata, pero ésta no representaba aún el papel que adquirirá en época Orientalizante. La cultura metalúrgica del II milenio a.C. es a grandes rasgos una metalurgia de base cobre. Pero la mayor parte de las extracciones se llevan a cabo en campos filonianos, y en ellos también quedan huellas de su explotación prehistórica. Martillos de mina de piedra con surco central de enmangue hemos registrado en yacimientos del entorno, como los hallazgos del Barranco de la Atalaya y mina de San Cristóbal, aguas abajo del Odiel. Algo más alejados son los de las minas de Silillos (Calañas), La Lancha (Cerro de Andévalo), y Dehesa de Abajo (Cerro de Andévalo), aunque día a día, conforme vamos conociendo mejor estas mineralizaciones filonianas, el inventario de minas explotadas en la Edad del Bronce aumenta.

El rápido agotamiento de los distintos sectores filonianos de minerales de cobre obligaba a la búsqueda de nuevos yacimientos y a una prospección constante que necesitaba solo de establecimientos estacionales que coincidían con las épocas del año en las que se llevaban a cabo las labores mineras. Solo cuando la minería de la plata se regularice en los grandes depósitos de sulfuros polimetálicos, con millones de toneladas de reservas, la minería se convertirá en una actividad diaria y de años por la propia envergadura de las mineralizaciones, que podían fijar la poblaciones y podían generar una economía basada en el monocultivo minero.

En la zona andevala que se extiende por la Formación Pulo do Lobo, el poblamiento es muy diferente al detectado en la zona meridional de la Faja Pirítica Ibérica. En toda esta zona, donde la falta de recursos mineros es sin duda una razón de peso que influye en el tipo de poblamiento, se detecta la presencia de poblaciones que prefieren también el asentamiento en altura, pero parece que no fue importante la fortificación de los poblados. El único conocido hasta ahora, Los Riscos del Castillo (Cabezas Rubias), parece ser un hábitat abierto, pero es un extremo que no podemos demostrar debido a que se encuentra en su mayor parte desfondado por las plantaciones de eucaliptos. Por ello, el material de superficie es más abundante, y en una primera publicación destacamos el predominio absoluto de las decoraciones con motivos bruñidos al exterior de los vasos (Pérez Macías, 1992), lo que nos muestra sus relaciones preferentes con las poblaciones portuguesas de la Edad del Bronce del actual distrito de Beja (Monge Soares, 2005). Los materiales que presentamos en esta ocasión son el resultado de una reciente entrega al Museo de Huelva (Fig. 5 y 6). El componente cerámico remite en su mayoría a un Bronce Final, pero los vasos de cuello estrangulado deben representar una fase anterior de Bronce Pleno (Fig. 5 y 1), de mediados o segunda mitad del II milenio a.C. Estas poblaciones de la zona de Pulo do Lobo miraban más hacia las tierras del Guadiana, como ocurría ya desde el III milenio a.C. según se desprende

de la forma de los sepulcros de corredor de la zona de Aroche y los sepulcros de falsa cúpula de Santa Bárbara de Casa y Cabezas Rubias (Linares Catela, 2013).

Habría que concluir por tanto que en aquella parte del Andévalo que no forma parte de la Faja Pirítica Ibérica, la falta de recursos minerales terminó por formar un poblamiento de cultura bien distinta en cuanto a su economía, la forma de los asentamientos y las relaciones con las áreas limítrofes. El abastecimiento de metal, corriente en este poblado (Fig. 6, 26 y 27), se realizaría lógicamente desde los poblados situados en la Faja Pirítica.

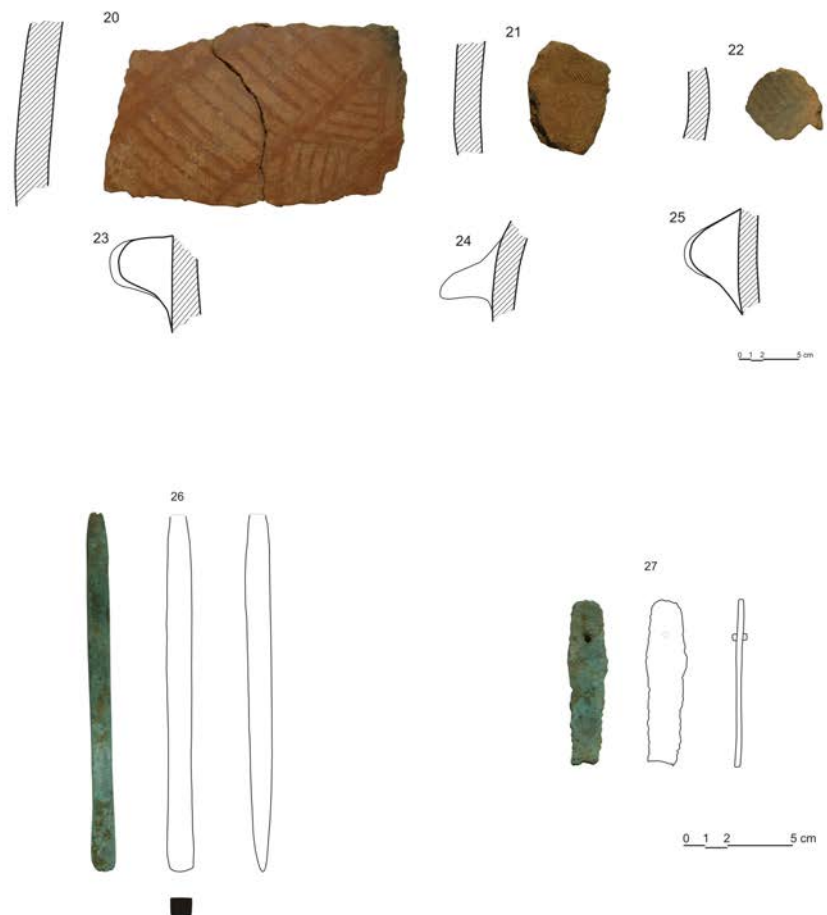


Fig. 6 - Materiales cerámicos y metálicos de Los Riscos del Castillo (Cabezas Rubias).

BIBLIOGRAFÍA

- ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFÍRIO, Eduardo; SERRA, Miguel; SOARES, António M.; MORENO, Marta (2010). Hipogeus funerários do Bronze del Suroeste de Torre Velha 3 (Serpa, Portugal) ¿O sudeste no sudoeste? *Zephirus* (Salamanca), LXVI, pp. 133-153.
- AMORES CARREDANO, Fernando (1988). El yacimiento arqueológico de Cortalagos (Riotinto, Huelva): Datos para una síntesis. In *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Río Tinto*. Nerva. pp. 741-743.
- AUBET, María Eugenia; SERNA, M^a Remedios; ESCACENA, José Luis; RUIZ, Manuel María (1984). *La Mesa de Setefilla, Lora del Río (Sevilla), Campaña de 1979*. Excavaciones Arqueológicas en España, 122. Madrid: Ministerio de Cultura.
- BLANCO, Antonio; LUZÓN, José María; RUIZ, Diego (1970). *Excavaciones Arqueológicas en Cerro Salomón, Riotinto, Huelva*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- BLANCO, Antonio; ROTHENBERG, Beno (1980). *Exploración Arqueometalúrgica de Huelva*. Barcelona: Editorial labor.
- BUERO, M^a Soledad; GUERRERO, Luis José; IGLESIAS, E.; VENTURA, Juan José (1978). Yacimiento del Bronce de Santa Eufemia. *Archivo Hispalense* (Sevilla), 61/186, pp. 59-64.
- CARDENETE, Rosario; GÓMEZ, María T.; JIMÉNEZ, Alejandro; LINEROS, Ricardo; RODRÍGUEZ, Isabel (1991). Excavaciones arqueológicas de urgencia en el solar de la calle Costanilla-Torre del Oro, s/n, Carmona (Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía* (Sevilla), III (1989), pp. 563-574.
- DEL AMO Y DE LA HERA, Mariano (1975). Enterramientos en cista de la provincia de Huelva. In *Huelva, Prehistoria y Antigüedad*. Madrid, pp. 109-182.
- ENRÍQUEZ, Juan José y CARRASCO, María José (1995). La necrópolis de cistas de Las Arquetas (Fregenal de la Sierra, Badajoz) y otros restos de necrópolis de cistas en las estribaciones occidentales de la Sierra Morena Extremeña. *Spal*, 4, (Sevilla), pp. 101-129.
- ESCACENA, José Luis y DE FRUTOS, Gregorio (1985). Estratigrafía de la Edad del Bronce en el Monte Berrueco (Medina Sidonia, Cádiz). *Noticiario Arqueológico Hispano*, 24 (Madrid), pp. 9-83.
- FERRERO BLANCO, María Dolores (2000). *Un modelo de minería contemporánea: Huelva, del colonialismo a la mundialización*. Huelva: Universidad de Huelva.
- FERNÁNDEZ, Fernando; RUIZ, Diego y SANCHÁ, Salvador (1976). Los enterramientos en cistas del Cortijo de Chichina (Sanlúcar la Mayor, Sevilla). *Trabajos de Prehistoria*, 33 (Madrid), pp. 351-386.
- FERNÁNDEZ JURADO, Jesús (1989). *Tejada la Vieja, ciudad protohistórica*. Huelva Arqueológica, IX. Huelva: Diputación provincial de Huelva.
- GARAY Y ANDUAGA, Recaredo (1923). Antigüedades prehistóricas de la provincia de Huelva. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 83 (Madrid), pp.35-48.
- GARRIDO, Juan Pedro y ORTA, Elena María (1978). *Excavaciones en la necrópolis de la Joya de Huelva (3^a, 4^a y 5^a campañas)*. Excavaciones Arqueológicas en España, 96. Madrid: Ministerio de Cultura.
- GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (1998). *La Travesía. Ritual funerario y jerarquización social en una comunidad de la Edad del Bronce de Sierra Morena Occidental*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- GARCÍA, Leonardo y HURTADO, Víctor (2011). Las dataciones absolutas radiocarbónicas de El Trastejón en el marco de la cronología absoluta de la Edad del Bronce (c. 2.200-850 Cal a.n.e.) en el sur de la Península ibérica. In *El asentamiento de El Trastejón (Huelva). Investigaciones en el marco de los procesos sociales y culturales de la Edad del Bronce en el Suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla, pp. 138-166.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; BEIRÃO, Caetano; DE MATOS, José Luis (1986). *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*. Trabalhos de Arqueologia, 2. Lisboa: Instituto Português de Património Cultural.
- GÓMEZ TOSCANO, Francisco, (1998). *El final de la Edad del Bronce entre el Guadiana y el Guadalquivir*. Huelva: Universidad de Huelva.

- GÓMEZ, Francisco; PAZ, Manuel; PÉREZ, Juan Aurelio; CAMPOS, Juan Manuel (1996). Nuevo elemento de definición del territorio del Bajo Guadiana. El enterramiento de la Edad del Bronce de Valdecerrós (Ayamonte, Huelva). In *I Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda Hispano-Portuguesa*. Badajoz, pp. 101-116.
- GONZALO Y TARÍN, Joaquín (1888). *Descripción física, geológica y minera de la provincia de Huelva*. Memorias de la Comisión del Mapa Geológico de España. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España.
- HUNT ORTIZ, Mark (2003). *Prehistoric Mining and Metallurgy in South West Iberian Peninsula*. B.A.R. International Series, 1118. Oxford: British Archaeological Reports.
- HUNT ORTIZ, Mark (2010). Intervención arqueológica en el yacimiento Jardín de Alá (Término municipal de Salteras, Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, (2006)(Sevilla), pp. 4769-4781.
- HUNT ORTIZ, Mark (2012). *Intervenciones Arqueológicas en el Área del Proyecto Minero Cobre Las Cruces (1996-2011). De la prehistoria a la época contemporánea (Provincia de Sevilla, España)*. Sevilla: Cobre las Cruces.
- HUNT, Mark; VÁSQUEZ, Jacobo; GARCÍA, Daniel; PECERO, Juan C. (2008). Dataciones radiocarbónicas de las necrópolis de la Edad del Bronce de SE-K, SE-B y Jardín de Alá (términos municipales de Salteras y Gerena). In Salvador Rovira; Manuel García-Heras; Marc Gener y Ignacio Montero (eds.) *Actas del VII Congreso Internacional de Arqueometría*. Madrid, pp. 226-234.
- HURTADO, Víctor y AMORES, Fernando (1984). El tholos de las Canteras y los enterramientos del Bronce en la necrópolis de la Mesa de El Gandul (Alcalá de Guadaira, Sevilla). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 9, pp. 147-174.
- HURTADO, Víctor; GARCÍA, Leonardo; HUNT, Mark (2011). *El asentamiento de El Trastejón (Huelva). Investigaciones en el marco de los procesos sociales y culturales de la Edad del Bronce en el Suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- INSTITUTO DE CARTOGRAFÍA DE ANDALUCÍA (1995). *Catálogo de Cartografía Histórica de Huelva*. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes de la Junta de Andalucía.
- JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, Alejandro (2004). La secuencia cultural del II Milenio A.C. en los Alcores (Sevilla). *Revista de Estudios Locales* (Cáceres, Carmona), 2, pp. 425-590.
- LINARES CATELA, José Antonio (2013). *Territorios, paisajes y arquitecturas. Guía del megalitismo en la provincial de Huelva*. Madrid: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- LEISTEL, Jean-Marc; MARCAUX, Eric; THIÉBLEMENT, Denis; QUESADA, Cecilio; SÁNCHEZ, Ángel; ALMODÓVAR, Gabriel R.; PASCUAL, Emilio; SÁEZ, Reinaldo (1998). The volcanic-hosted massive sulphide deposits of the Iberian Pyrite Belt. *Mineralium Deposita*, 33 (1-2) (Heidelberg), pp. 2-30.
- MACÍAS, Rubén; PÉREZ, Juan Aurelio; CARNERO, Félix (2016). Minería antigua en Sotiel-Coronada (Calañas, Huelva). *De Re Metallica*, 26 (Madrid), pp. 27-41.
- MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, Juan Antonio (Dir.) (2002). *Plan Estratégico de Desarrollo para El Andévalo Occidental*. Huelva: Instituto de Desarrollo Local de la Universidad de Huelva.
- MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, María José; VERA RODRÍGUEZ, Juan Carlos (2014). Los enterramientos de la Edad del Bronce del yacimiento de la Orden-Seminario (Huelva). Rituales funerarios y diferenciación sexual en la transición del tercer al segundo milenio a.C. en Andalucía occidental. *Huelva Arqueológica*, 23 (Huelva), pp. 11-46.
- MEDEROS MARTÍN, Alfredo (2009). La sepultura de Belmeque (Beja, Bajo Alentejo). Contactos con el Egeo durante el Bronce Final I del Suroeste de la Península ibérica (1625-1425 AC). *Veleia*, 26 (Vitoria), pp. 235-264.
- MONGE SOARES, António M. (1994). O Bronze do Sudoeste na Margem Esquerda do Guadiana. As Necrópoles do Concelho de Serpa. In *V Jornadas Arqueológicas de la Associação dos Arqueólogos Portugueses* (II), Lisboa, pp. 179-197.

- MONGE SOARES, António M. (2005). Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos datos sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8-1, pp. 111-145.
- NOCETE CALVO, Francisco (Coord.) (2004). *Odiel. Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el Suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- OLIVEIRA, José Tomás (1990). South Portuguese Zone. Stratigraphy and synsedimentary tectonism. In David Dallmeyer y Enrique Martínez García (eds) *Pre-Mesozoic Geology of Iberia*. Berlín, pp. 334-347.
- PAVÓN SOLDEVILLA, Ignacio (1994). *Aproximación al estudio de la Edad del Bronce en la cuenca media del Guadiana: La Solana del Castillo de Alange (1987)*. Mérida: Junta de Extremadura.
- PAVÓN SOLDEVILLA, Ignacio (1998). *El tránsito del II milenio a.C. en las cuencas medias del Tajo y Guadiana: La Edad del Bronce*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- PAVÓN SOLDEVILLA, Ignacio (2008). *El mundo funerario de la Edad del Bronce en la Tierra de Barros: una aproximación desde la bio-arqueología de Las Minitas*. Mérida: Junta de Extremadura.
- PAVÓN, Ignacio; DUQUE, D. (2014). El Cerro del Castillo de Alange (Extremadura, España): un paisaje de la Edad del Bronce. In Raquel Vilaça; Miguel Serra (coord.) *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra, pp. 51-74.
- PARREIRA, Rui (1977). O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo. *Arquivo de Beja*, 28/32, pp. 31-45.
- PELLICER, M. y HURTADO, V. (1980). *El poblado metalúrgico de Chinflón (Zalamea la Real, Huelva)*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1987). *Carta arqueológica de los Picos de Aroche*. Huelva: Caja de Ahorros de Huelva.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1992). El yacimiento de Bronce Final de los Riscos del Castillo (Cabezas Rubias, Huelva). *Cuadernos del Suroeste*, 3 (Nerva), pp. 89-103.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1996). *Metalurgia extractiva prerromana en Huelva*. Huelva: Universidad de Huelva.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2007). Anotaciones sobre el Bronce del Suroeste. Necrópolis de cistas en el entorno del embalse de Aracena. *Huelva en su Historia*, 6, pp. 9-30.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2008). Recursos minerales de cobre y minería prehistórica en el suroeste de España. *Verdolay*, 11 (Murcia), pp. 9-36.
- PÉREZ, Juan Aurelio; CARRASCO, Inmaculada; VERA, Elena (2007). Metalurgia de la plata en el asentamiento de Cortijo La Ramira (Salteras-Gerena, Sevilla). *Huelva en su Historia*, 12, pp. 11-52.
- PÉREZ, Juan Aurelio; FRÍAS, Carlos (1990). La necrópolis de La Parrita (Nerva, Huelva) y los inicios de la metalurgia de la plata en Minas de Riotinto. *Cuadernos del Suroeste*, 1 (Nerva), pp. 11-22.
- PÉREZ, Juan Aurelio; RIVERA, Timoteo (2004). Poblamiento en el grupo minero Sultana-San Rafael (Cala, Huelva) en la Edad de Bronce. *Antiquitas*, 16 (Priego), pp. 67-82.
- PÉREZ, Juan Aurelio; RIVERA, Timoteo (2012). Minería y poblamiento a fines de la Edad del Bronce en el Suroeste Ibérico. In Javier Jiménez Ávila (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida, pp. 491-516.
- PÉREZ, Juan Aurelio; RIVERA, Timoteo; ROMERO, Eduardo (2003). Crisoles-Hornos en el Bronce del Suroeste. *Bolskan*, 19 (II), pp. 65-74.
- PINEDO VARA, Isidro (1963). *Piritas de Huelva. Su historia, minería, y aprovechamiento*. Madrid: Editorial Summa.
- PIÑÓN VARELA, Fernando (2004). *El Horizonte Cultural Megalítico en el área de Huelva*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- POZO, Florentino; TABALES, Miguel Ángel (1991). Intervención arqueológica de apoyo a la restauración

en el Castillo de Alcalá de Guadaira. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, III (1989), pp. 536-545.

PRADA GALLARDO, Alicia; CERRILLO CUENCA, Enrique (2004). Hallazgo de un enterramiento en fosa de la transición Calcolítico-Edad del Bronce en Valencia del Ventoso (Badajoz). *Revista de Estudios Extremeños*, 60 (2), pp. 451-474.

RAMOS MUÑOZ, José (1993). *El hábitat prehistórico de El Estanquillo (San Fernando, Cádiz)*. Cádiz: Fundación Municipal de Cultura del Ayuntamiento de San Fernando.

RICOU, Teresa; MONGE, António M.; ARAÚJO, Maria Fátima; FRADE, José C.; RIBEIRO, Isabel; RODRIGUES, Zélia; SILVA, Rui; VALÉRIO, Pedro (2012). O Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). Os hipogeus Funerários. *O Arqueólogo Português*, Série V (2), pp. 265-295.

RIVERO, Encarnación; VÁSQUEZ, M^a Carmen (1988). Un enterramiento del Horizonte Ferradeira en la provincia de Huelva. In *II Jornadas del Patrimonio de la Sierra de Huelva*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. pp. 216-220.

RODRIGUES COSME, Susana (2007). O povoado da Atalaia da Insuinha (Pedrógão, Vidigueira). *Vipasca*, 2^a Série (2), pp. 165-173.

ROMERO BOMBA, Eduardo (2002). Intervención arqueológica en los hábitats de la Edad del Bronce de La Papúa (Zufre) y La Bujarda (Valdelarco). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, III (1999), pp. 410-413.

ROMERO, Eduardo; RIVERA, Timoteo; PÉREZ, Juan Aurelio (2007). El asentamiento fortificado del Cerro del Almendro (Santa Olalla del Cala, Huelva). *Vipasca*, 2^a Série (2), pp. 122-132.

ROTHENBERG, Beno; BLANCO, Antonio (1980). Ancient mining and smelting at Chinflón (Huelva, SW, Spain). In Paul T. Craddock *Scientific Studies in Early and extractive metallurgy*. London: British Museum, pp. 41-62.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M^a. Luisa (Ed.) (1995). *Ritos de paso y puntos de paso. La Ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M^a. Luisa (1998). *La Edad del Bronce en la Europa Atlántica. Un viaje a los orígenes de Europa occidental*. Barcelona: Editorial Crítica.

SANTANA FALCÓN, Isabel (1990). Excavación de Urgencia de una estructura siliforme de enterramiento en el cortijo María Luisa (Cantillana, Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, III (1988), pp. 283-341.

SCHATTNER, Thomas; OVEJERO, Gobain; PÉREZ, Juan Aurelio (2012). Minería y metalurgia antiguas en Munigua. Estado de la cuestión. In Almudena Orejas y Christian Rico (eds.) *Minería y metalurgia antiguas. Visiones y Revisiones. Homenaje a Claude Domergue*. Madrid: Uned, pp. 151-168.

SCHUBART, Hermanfrid (1975). *Die Kultur der Bronzezeit in Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Deutsches Archäologisches Institut.

SERRA, Miguel (2014). Muralhas, Território e Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. In Raquel Vilaça; Miguel Serra (Coord.) *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 75-100.

TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1981). *Prehistória da área de Sines. Trabalhos Arqueológicos de 1972-77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

TEJERA GASPAR, Antonio (1979). Excavaciones arqueológicas en el Huerto Pimentel (Lebrija, Sevilla). *Noticiario Arqueológico Hispano*, 26, pp. 88-116.

TORNOS ARROYO, Fernando (2008). La geología y la metalogenia de la Faja Pirítica Ibérica. *Macla*, 10, pp. 13-23.

VÁSQUEZ GUZMÁN, Francisco (1974). Contribución al estudio de la metalogenia del norte de la provincia de Huelva, España. *Boletín Geológico y Minero*, LXXXV/III, pp. 281-284.

GRUTA DA IGREJINHA DOS SOÍDOS (ALTE, LOULÉ)

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO FINAL DA PRÉ-HISTÓRIA NO ALGARVE

Recebido: 30 de Janeiro de 2017 / Aprovado: 8 de Janeiro de 2019

António Faustino Carvalho¹

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Universidade do Algarve, FCHS.

Humberto Veríssimo

Universidade do Algarve, FCHS

Resumo

Trabalhos realizados em 1988 na gruta da Igreja dos Soidos sob a direção de L.G. Straus permitiram identificar uma ocupação que se pode hoje atribuir ao final da Idade do Bronze (c. 1400 a.C.?), colocando assim este sítio entre os poucos contextos não funerários desta época conhecidos no Algarve. Para além de cerâmica característica deste período (bases planas, paredes brunidas), incluindo cinchos, regista-se ainda um conjunto faunístico diversificado que atesta uma economia pastoril (ovelha / cabra e boi).

Palavras-chave: Idade do Bronze; carso; zooarqueologia; Algarve.

Abstract

Work carried out in 1988 at the cave of Igreja dos Soidos under the direction of L.G. Straus allowed the identification of an occupation that can be today attributed to the end of the Bronze Age (c. 1400 BC?), placing this site among the few non-funerary contexts of this time period known in the Algarve. In addition to characteristic pottery (flat bases, burnished surfaces), including cheese strainers, there is also a diversified faunal assemblage attesting a pastoral economy (sheep / goat and cattle).

Key-words: Bronze Age; karst; zooarchaeology; Algarve.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_12

¹ afcarva@ualg.pt

I. Introdução: contexto geográfico, descrição da gruta e dos trabalhos realizados

A gruta da Igrejinha dos Soidos localiza-se a 2 km para noroeste de Alte (Loulé), a cerca de 400 metros de altitude, abrindo-se sobre uma encosta de declive suave (Fig. 1) constituída por solos calcários e argilosos muito pedregosos. Apesar destas condições aparentemente agrestes, este sector mais ocidental da Serra do Caldeirão apresenta características propícias à fixação de populações agro-pastoris que explicam a ocupação desta cavidade natural no final da Pré-História (ver conclusões).

Esta gruta deve o nome às características da sua morfologia interior (tetos abobadados e pequenas reentrâncias nas paredes) que evocam popularmente as naves das igrejas e os nichos

destinados a albergar imagens de santos (Fig. 2). O acesso é feito através de pequenos degraus naturais, orientados a nordeste, assentes no topo de um cone detrítico que se prolonga até à parte mais baixa da cavidade. Assim que transposta a entrada, encontra-se a sala principal, que apresenta uma planta ligeiramente oblonga com 38 m de comprimento, orientada no sentido sudoeste-nordeste, e 20 m de largura, com cerca de 11 m de altura máxima (Straus *et al.*, 1988).

O cone detrítico que acompanha o declive da entrada até à parte mais baixa apresenta uma espessura muito significativa devido à acumulação de blocos calcários provenientes da parte superior da gruta, assim como sedimentos provenientes do exterior, visto esta se encontrar num plano ligeiramente inclinado da encosta, facilitando este processo.

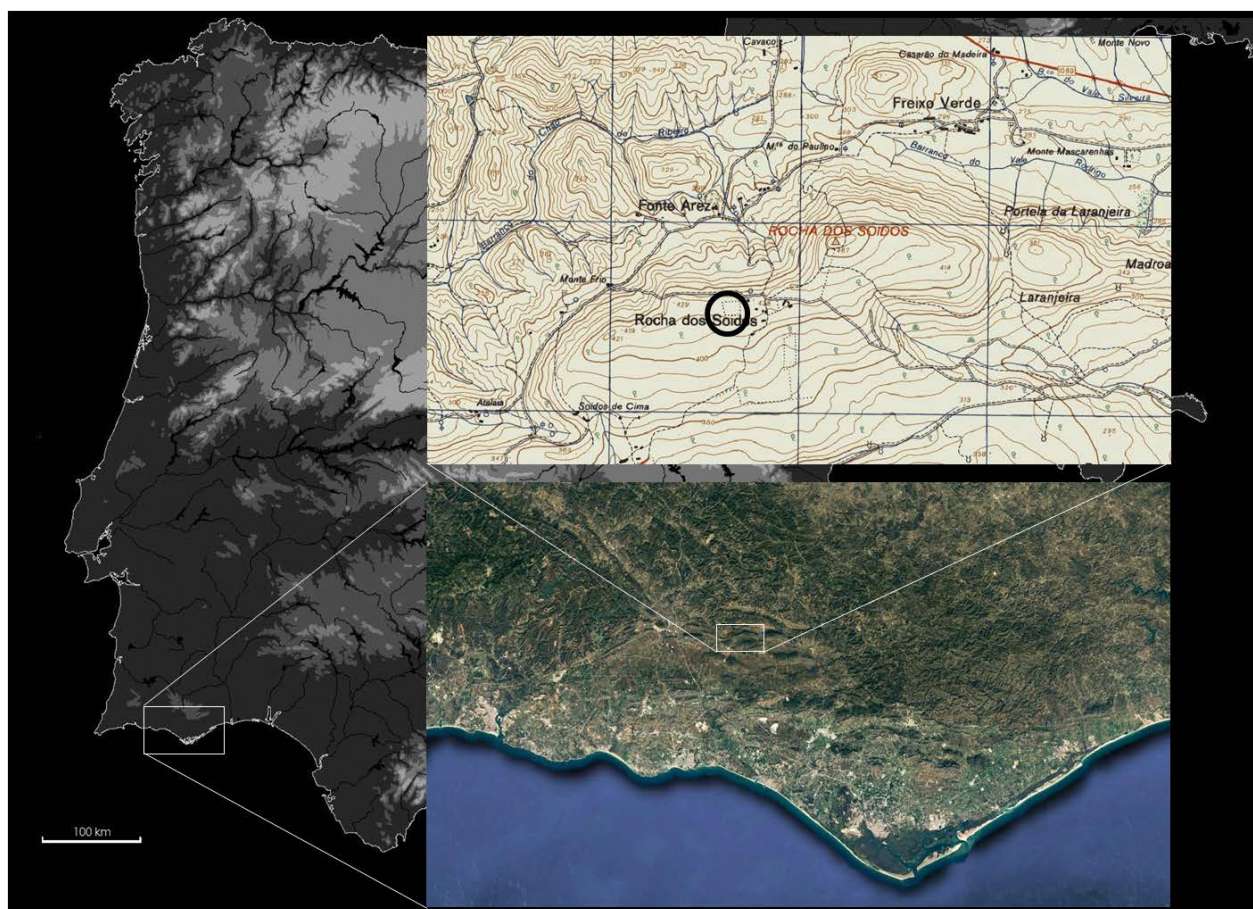


Fig. 1 - Localização da gruta da Igrejinha dos Soidos na região algarvia e no território envolvente (sobre extrato da folha n.º 587 da Carta Militar de Portugal, São Bartolomeu de Messines).

As primeiras referências a trabalhos neste local remontam a meados do século XIX, com as escavações (infrutíferas) de Bonnet (1850), que buscava restos humanos, e depois por Estácio da Veiga, que cita o autor anterior, não acrescentando novos elementos mas criticando fortemente a metodologia descuidada que aquele terá empregue:

“Não diz, porém, as espessuras que rompeu, nem indica os pontos escolhidos para a sua pesquisa, certamente muito incompleta. Não falla de provas indirectas, ou de vestígios da indústria antiga, que bem parece não ter procurado, ou não ter sabido reconhecer, apesar das tradições locais apontarem esta e outras cavernas d’aquella região como tendo sido habitadas por *mouros*.”
(Veiga, 1886: 72 [itálico no original]).

Os contextos e materiais objeto de estudo neste trabalho (de que a Universidade do Algarve é fiel depositária) são os que resultam da intervenção arqueológica levada a cabo um século depois, em 1988, sob a direção de L.G. Straus, e cujo projeto de investigação visava a identificação de locais com ocupação humana paleolítica no Algarve, sobretudo em complexos cárscicos (Straus *et al.*, 1988; 1992). No âmbito desse projeto, foram desenvolvidos trabalhos em vários outros contextos cárscicos da região, entre as quais se salienta, para além da Igrejinha dos Soidos, o

Algarão da Goldra (Straus *et al.*, 1992; Crispim, Póvoas e Straus, 1993; Carvalho e Straus, 2013). Os trabalhos na Igrejinha dos Soidos consistiram na realização de duas sondagens de 1×2 m cada (Fig. 2): uma na parte mais recuada da gruta (Sondagem A), outra junto ao cone detrítico da entrada (Sondagem B). Os materiais foram sistematicamente recolhidos mediante o recurso a crivos com diversas malhas, tendo sido também amostrados sedimentos para estudos palinológicos e antracológicos.



Fig. 2 - Planta e perfil topográfico da gruta da Igrejinha dos Soidos com indicação da localização das sondagens escavadas em 1988, segundo Straus *et al.* (1992, estampa VI, adaptada).

II. Contextos e cultura material

2.1. Estratigrafia

As observações estratigráficas publicadas por Straus *et al.* (1992, 145-146) podem ser sintetizadas da forma que se segue, por sondagem (Fig. 3).

A Sondagem A foi dividida em dois quadrados contíguos, A1 e A2, e revelou quatro camadas:

Camada 1, 0-10 cm. Camada superficial de remeximento, com muitas raízes, formada por um sedimento fino de cor acastanhada.

Camada 2, 10-30 cm. Separada da primeira por um nível de blocos de pedra de dimensão variável embalados em sedimentos argilo-siltosos de cor castanha escura.

Camada 3, 30-60 cm. Constituída, à semelhança da anterior, por sedimento argilo-siltoso de cor castanho- avermelhada e blocos de pedras, assim como cinzas e carvões. Parece preservar o conjunto mais abundante de vestígios cerâmicos e faunísticos.

Camada 4, 60-115 cm. Constituída por sedimentos argilo-siltosos de cor castanho-avermelhada. Trata-se da base da sequência estratigráfica, que assenta diretamente sobre a rocha-mãe. Esta camada é a que os escavadores consideraram mais bem conservada - “*less disturbed deposit*”, no dizer dos mesmos - e que apresenta com efeito um número também importante de fragmentos cerâmicos. Porém, os restos faunísticos apresentam-se muito mineralizados.

A Sondagem B é formada pelos quadrados B1 e B2. A descrição publicada não faz referência clara a numeração de estratos, mas antes uma descrição das relações estratigráficas e composição sedimentológica dos diversos depósitos, da qual se podem inferir a presença

de cinco camadas principais:

Camada 1, 0-10 cm. Camada superficial composta por pequenos blocos de pedra boleados, com lixo moderno.

Camada 2, 10-30 cm. Constituída por sedimentos argilo-siltosos de coloração castanho-avermelhada apresentando fraca agregação, com artefactos recentes.

Camada 3, 30-45/50 cm. Composta principalmente por blocos pequenos/médios e alguns de maiores dimensões, que os autores classificam como *éboulis* anguloso. Apresenta uma camada de carvão na sua parte basal com cerca de 3 cm de espessura.

Camada 4, 45/50-75/90 cm. Formada por sedimentos argilo-siltosos castanho-avermelhados, limitado nas extremidades este e oeste pela rocha-mãe e no centro assentando sobre uma laje de grandes dimensões. Este estrato revelou a mais abundante concentração de materiais

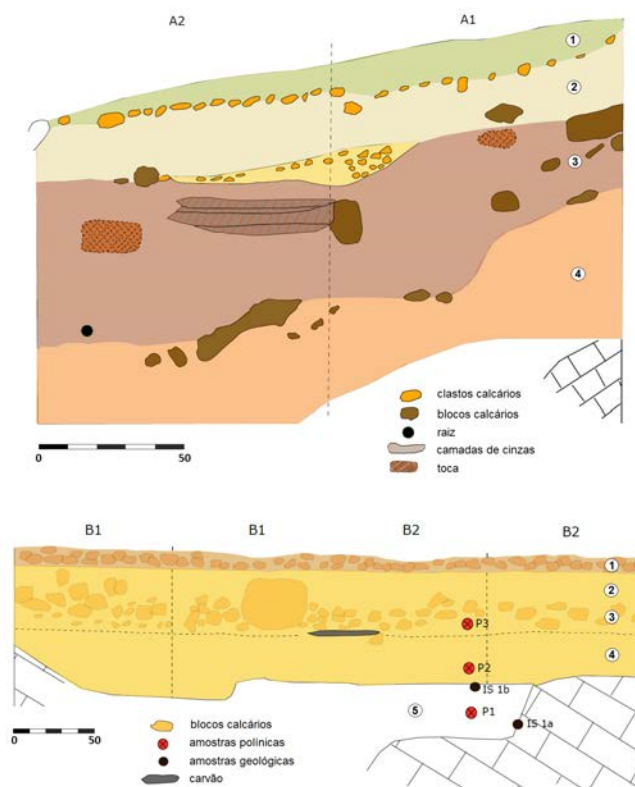


Fig. 3 - Perfis estratigráficos da Sondagem A (em cima) e da Sondagem B (em baixo), segundo Straus *et al.* (1992, estampas VII e IX, adaptadas).

arqueológicos de toda sondagem, que se encontram aqui aparentemente *in situ*.

Camada 5, 90-120 cm. Camada de argila pura, de colorações alaranjadas, que assenta diretamente no substrato rochoso. É considerada estéril arqueologicamente.

2.2. Componentes artefactuais

Os materiais exumados em ambas as sondagens foram recentemente reinventariados (Veríssimo, 2016). Compreendem cerâmica (uma taça de carena baixa quase completa e mais de centena e meia de fragmentos), metal (um artefacto) e fauna (52 restos), para além de várias amostras de carvões e sedimentos, destinadas a análise polínica. Neste estudo serão contemplados apenas os restos cerâmicos, o objeto metálico, e a fauna (cuja análise se apresenta na secção seguinte), estando os restantes materiais reservados para estudos a realizar futuramente.

O objeto em metal é uma lâmina de objeto cortante em ferro, proveniente da Sondagem B, camada 1. Este fragmento encontra-se bastante afetado pela oxidação mas ainda é possível observar as suas características morfológicas, tratando-se possivelmente de uma faca moderna. Tem 99,5 mm de comprimento conservado, por 19,5 mm largura e 1,5 mm de espessura, e pesa 9 g.

No que respeita à componente cerâmica, os recipientes identificados podem ser descritos como segue, por sondagem e camada.

Sondagem A, camadas 1 e 2

Estas camadas revelaram um conjunto de 24 restos, correspondendo mais especificamente a

três bordos e 21 fragmentos de bojo, todos lisos, com exceção de um dos bordos. Os três bordos correspondem aos Vasos n.º 2, 3 e 4.

- O Vaso n.º 2 apresenta uma densidade de elementos não plásticos (ENP) média, consistência média e uma textura xistosa. Acabamento alisado. Cor avermelhada (cozedura oxidante). O bordo tem uma orientação exvertida, e indica um recipiente de forma geral aberta. A tipologia e orientação do bordo sugere uma forma esférica ou hiperboloide.
- O Vaso n.º 3 apresenta uma densidade de ENP fraca, consistência friável, fragmentando-se facilmente, e apresentando uma textura vacuolar. Acabamento alisado. Cor acastanhada-clara (cozedura oxidante). O bordo apresenta uma orientação exvertida, e indica um recipiente de forma aberta. Na parte exterior do bordo é possível ver um conjunto de pequenas ondulações, possivelmente decorativas.
- O Vaso n.º 4 apresenta uma densidade de ENP média, consistência friável, fragmentando-se facilmente, e mostra uma textura arenosa. Acabamento alisado. Cor acastanhada-clara (cozedura oxidante). O bordo tem uma orientação direita; no entanto, devido às suas reduzidas dimensões não é possível inferir a sua forma geral.

Sondagem A, camada 3

Esta camada revelou um conjunto de 48 restos cerâmicos, estando estes distribuídos por dez bordos, 39 fragmentos de bojo liso, e uma pequena taça de carena baixa arredondada quase completa. Todos os elementos são lisos. Os bordos correspondem aos Vasos n.º 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17 e 19. À taça foi atribuído o n.º 20.



Fig. 4 - Peças cerâmicas da gruta da Igrejinha dos Soidos: [1] Vaso 20 (Sondagem A, camada 3); [2] Vaso 14 (Sondagem B, camada 4); [3] Vaso 11 (Sondagem A, camada 4); [4] Vaso 6 (Sondagem A, camada 3); [5] Vaso 17 (Sondagem A, camada 3). Escalas gráficas em cm.

- O Vaso n.º 1 apresenta uma densidade baixa de ENP, consistência friável e textura vacuolar, fragmentando-se muito facilmente. Acabamento alisado, com possíveis vestígios de aguada. Cor castanho-escuro (cozedura redutora). O bordo tem uma orientação reta, sugerindo uma forma de paredes retas. Devido às dimensões do fragmento não foi possível de apurar a forma do recipiente.
- O Vaso n.º 5 apresenta uma pasta com ENP densos, consistência friável e textura granular. Acabamento alisado. Cor enegrecida (cozedura redutora). O bordo apresenta uma orientação exvertida, evidenciando uma forma aberta. O diâmetro do recipiente é de c. 14 cm.
- O Vaso n.º 6 (Fig. 4, n.º 4) apresenta uma densidade de ENP média, consistência média e

textura arenosa. Superfície rolada. Cor enegrecida (cozedura redutora). O bordo apresenta uma orientação reta, o que remete para uma forma aberta. O diâmetro do recipiente é de 11,5 cm.

- O Vaso n.º 7 apresenta uma densidade de ENP fraca, consistência média e textura xistosa. Acabamento brunido. Cor castanho-escuro (cozedura redutora). O bordo apresenta uma orientação reta, denotando assim uma forma aberta.
- O Vaso n.º 8 apresenta uma densidade de ENP fraca, consistência média e textura vacuolar. Acabamento de superfície tosco. Cor alaranjada (cozedura oxidante). O bordo é exvertido, indicando uma forma aberta. O diâmetro do recipiente é de c. 12 cm.

- O Vaso n.º 9 apresenta uma densidade de ENP fraca, consistência média e textura vacuolar. Superfície rolada. Cor castanho-escuro (cozedura redutora). O bordo é exvertido, remetendo para um recipiente de forma aberta. A forma e espessura do bordo sugerem uma forma cónica, de pequenas dimensões, sem que tenha sido no entanto possível apurar o diâmetro.
- O Vaso n.º 10 apresenta uma densidade de ENP média, consistência média e textura vacuolar, fragmentando facilmente. Acabamento alisado. Cor acastanhada (cozedura essencialmente oxidante). O bordo apresenta uma orientação invertida, indicando um recipiente de forma fechada.
- O Vaso n.º 17 (Fig. 4, n.º 5) apresenta uma densidade de ENP média, consistência friável e textura arenosa. A superfície revela um acabamento tosco. Cor bastante escura, resultante de uma cozedura redutora. O bordo apresenta uma orientação retilínea; tendo em conta a tipologia específica do fragmento, deduz-se que se trata de uma forma cilíndrica. O diâmetro da peça é sensivelmente 12 cm. As numerosas perfurações que ostenta permite concluir que se trata de um fragmento de cincho em cerâmica - portanto, não é em rigor um vaso.
- O Vaso n.º 19 é também um cincho, tal como o caso anterior. Este apresenta uma pasta de densidade de ENP bastante fraca, consistência friável, e uma textura arenosa. Cor negra (cozedura redutora). Tem um bordo de orientação reta e, tendo em conta a morfologia geral do fragmento, a forma do objeto seria cilíndrica.
- O Vaso n.º 20 (Fig. 4, n.º 1) é uma taça, parcialmente completa, de carena baixa arredondada, a qual apresenta uma pasta com densidade fraca de ENP, de consistência média e textura arenosa, o que lhe confere uma

relativa fragilidade. Apresenta a superfície rolada. A pasta é de cor clara, ligeiramente alaranjada, mostrando assim uma cozedura oxidante. O bordo apresenta uma orientação exvertida, o corpo tem uma forma geral hiperboloide e a base mostra uma morfologia carenada arredondada. Foi possível realizar várias medições: diâmetro interno da abertura: 53,6 mm; diâmetro máximo do bojo: 79,2 mm; altura: 57,4 mm; espessura máxima do bojo: 7,6 mm.

Sondagem A, camada 4

Para além do bordo descrito abaixo, nesta camada foram exumados 35 fragmentos de onde resultou a remontagem de três bases planas.

- O Vaso n.º 11 (Fig. 4, n.º 3), apresenta uma densidade de ENP média, consistência friável e textura xistosa. Acabamento de superfície tosco. Cor acastanhada (cozedura oxidante). O bordo é exvertido, e a morfologia geral sugere uma peça ovoide.

Sondagem B, camadas 1, 2 e 3

O cômputo cerâmico geral destas camadas inclui duas bases planas e 22 fragmentos de bojos lisos, a que acrescem ainda os fragmentos de bordo correspondentes aos seguintes vasos individualizados:

- O Vaso n.º 12 apresenta uma densidade de ENP elevada, consistência friável e textura arenosa, de fácil desagregação. Superfície rolada. Cor castanho-escuro (cozedura redutora). O bordo tem uma orientação reta, sugerindo um recipiente aberto.
- O Vaso n.º 13 apresenta uma densidade de ENP média, consistência friável e textura arenosa, fragmentando-se facilmente.

Acabamento alisado. Cor castanho-escuro (cozedura redutora). O bordo possui uma orientação exvertida, sugerindo um recipiente de forma geral aberta.

- O Vaso n.º 18 apresenta uma densidade de ENP média, consistência friável e textura arenosa, o que lhe confere uma relativa fragilidade. Acabamento de superfície tosco. Cor castanho-escuro (cozedura redutora). O bordo é de orientação reta, sugerindo um recipiente de forma geral aberta.

Sondagem B, camada 4

Para além dos recipientes abaixo descritos, foram recuperados nesta camada 41 outros fragmentos de bojos lisos e um decorado, bastante rolado, com duas filas paralelas de pequenos punccionamentos.

- O Vaso n.º 14 (Fig. 4, n.º 2), apresenta uma densidade de ENP média, consistência ligeiramente friável e textura arenosa. Superfície rolada. Cor avermelhada (cozedura oxidante). O bordo é exvertido, sugerindo um recipiente de forma aberta. A morfologia dos fragmentos sugere uma forma hemisférica. A decoração consiste em impressões sobre bordo, conferindo-lhe um aspeto denteado. Foi ainda possível identificar o método de manufatura do vaso, devido à sua fracturação, onde se observam os rolinhos com que foi montado. Este vaso conserva dois restos de bordo, mas não remontáveis entre si. As medições estabeleceram um diâmetro de c. 18 cm.
- O Vaso n.º 15 apresenta uma densidade de ENP fraca, consistência friável e textura xistosa. A superfície aparenta estar rolada. Cor avermelhada (cozedura essencialmente oxidante). O bordo é exvertido, indicando uma forma aberta.

- O Vaso n.º 16 apresenta uma densidade de ENP média, consistência bastante friável e textura arenosa. Acabamento de superfície tosco. Cor castanha (cozedura oxidante). O bordo é exvertido, sugerindo um recipiente de forma aberta.

III. Restos faunísticos

Os restos faunísticos exumados, que se descrevem abaixo de acordo com a ordem e a espécie, totalizam 50 elementos. A classificação anatómica e taxonómica destes restos foi realizada recorrendo-se às coleções de referência do Laboratório de Arqueologia e Restauro da Universidade do Algarve e, nalguns casos, do Laboratório de Arqueociências (LARC) da Direção-Geral do Património Cultural. Num cômputo global da distribuição dos restos, notam-se frequências muito díspares entre ambas as sondagens: 48 restos (96%) na A e apenas dois (4%) na B. A variação das espécies por estrato é apresentada na Fig. 5 e discutida nas conclusões.

LAGOMORPHA

Oryctolagus cuniculus L., 1758 (coelho europeu)

Esta espécie está presente exclusivamente na Sondagem A, tendo sido exumados oito restos (14,3% do total da coleção), provenientes de duas camadas: uma tíbia, um úmero, uma pélvis e dois fémures, todos do lado esquerdo, da camada 1; e um fémur direito e uma escápula e tíbia esquerdas, da camada imediatamente subjacente. Todos se reportam a indivíduos jovens-adultos ou adultos, facto observável através da fusão total das epífises. Regista-se total ausência de marcas de ação antrópica, assim como excelente estado de preservação. Através da relação das partes anatómicas e lado correspondente chegou-se a

um Número Mínimo de Indivíduos (NMI) igual a dois.

***Lepus sp.* (lebre).**

Apenas foi identificado positivamente um resto atribuível a esta espécie, na Sondagem A (1,8%): uma tíbia esquerda proveniente da camada 4. Este resto osteológico apresenta-se fragmentado, conservando parte da diáfise e a epífise proximal. Não tem quaisquer marcas de ação antrópica. O exemplar apresenta a epífise perfeitamente fundida, representando assim um indivíduo jovem-adulto ou adulto. O NMI é de um.

CARNIVORA

***Felis sp.* (gato-bravo ou gato doméstico) / *Lynx pardinus* (lince ibérico)**

A presença de felídeos na Igreja dos Soidos é indicada pela presença de dois restos osteológicos distintos taxonomicamente, representando 3,8% da coleção. O primeiro é uma tíbia direita, da Sondagem A, camada 3, a qual apresenta as epífises totalmente fundidas, sugerindo assim a presença de um indivíduo jovem-adulto ou adulto. Não foi possível obter uma classificação específica, mas trata-se de um exemplar de pequeno felídeo. O segundo resto, também exumado da sondagem A, camada 4, é uma falange 1 pertencente a uma espécie consideravelmente maior que a anterior. Este resto encontra-se fragmentado junto à epífise proximal, o que impede uma classificação taxonómica mais exata. No entanto, o seu tamanho e atributos morfológicos sugerem que se possa tratar de lince ibérico (*Lynx pardinus*). A epífise conservada apresenta-se totalmente fundida. Foi, assim, inferido um NMI igual a dois e provavelmente representando cada resto osteológico uma espécie distinta.

Canis familiaris* L., 1758 (cão) / *Canis sp.

Foram exumados sete restos osteológicos pertencentes a canídeos, ou seja, 14,6% da totalidade da coleção, em que um dos restos pertence a um indivíduo de maior porte que os restantes. Os seis primeiros restos são provenientes da Sondagem A, camada 1, sendo composto pelos metacarpos 2, 3 e 4 direitos, astrágalo esquerdo, parte proximal da ulna direita e um 1.º molar superior (M¹). Em relação aos metacarpos e ulna, estes apresentam as epífises completamente fundidas, que indicam o estado adulto. O M¹ mostra marcas de desgaste características de espécimes com idades entre os 2 a 3 anos. O astrágalo, estranhamente, é pertencente ao lado esquerdo e não direito como os restantes restos, o que poderá indicar que se tratará de um indivíduo completo que ali estaria depositado. O sétimo resto, de um indivíduo de maior porte, é um calcâneo esquerdo de um espécime adulto (sem proveniência estratigráfica registada). Em todos os casos observa-se a ausência de marcas de ação antrópica. Tendo em conta o número de restos e a sua variabilidade anatómica, determinou-se um NMI igual a dois: um de menor porte e outro de médio/grande porte.

ARTIODACTYLA

***Sus domesticus* L., 1758 (porco) / *Sus scrofa* L., 1758 (javali)**

O género *Sus* está presente no conjunto através de um único resto: uma fibula (1,8%). Este resto é proveniente da Sondagem A, camada 3. Não foi possível inferir a sua lateralidade nem a espécie. A fibula apresenta características de maturação biológica adulta, e não tem qualquer marca

antrópica. Determinou-se assim um NMI igual a um.

***Bos taurus* L., 1758 (boi)**

Este táxon está representado por um único resto (1,8%): uma falange 1 exumada da Sondagem A, camada 3, que apresenta um estado de maturação biológica adulta, de dois anos ou mais, tendo em conta as dimensões e a fusão das epífises. A falange encontra-se fendida longitudinalmente, apresentando marcas de corte executadas talvez para extração do tecido medular. O NMI é portanto igual a um.

***Capra hircus* L., 1758 (cabra) / *Ovis aries* L., 1758 (ovelha)**

Foram exumados sete restos osteológicos de caprinos, representando no seu conjunto 12,8% do total da coleção. A similitude esquelética entre ambas as espécies e a ausência de elementos de diagnóstico foram fatores que impediram a sua distinção. Os restos osteológicos encontram-se divididos por duas camadas distintas da Sondagem A. O primeiro é proveniente das camadas 1 e 2 e consiste em quatro fragmentos de partes cranianas, duas das quais apresentando várias marcas de corte e evidenciando, assim, provável consumo humano. O segundo conjunto é proveniente da camada 3. Este é composto por uma escápula direita, um rádio (cuja lateralidade não foi possível aferir devido à inexistência das epífises) e um fragmento de corno (que também não permitiu classificação específica). Não apresentam qualquer marca de ação antrópica. A ausência das epífises do rádio deve-se à não fusão das mesmas, o que leva a admitir que se trata neste caso de um indivíduo muito jovem, talvez de cerca de 6 meses. Através do número de restos foi determinado um NMI igual a dois: um com menos de 6 meses e outro mais velho.

PASSARIFORMES

***Corvus monedula* L., 1758 (gralha-de-nuca-cinzenta)**

Trata-se de uma tíbia direita de ave de tamanho médio-pequeno que conserva a diáfise na sua totalidade e a epífise distal. A epífise está totalmente fundida, o que indica um indivíduo adulto. Após consulta da coleção de referência do LARC, este espécime é classificado como provável *Corvus monedula*. Não se regista qualquer marca ou alteração por ação antrópica ou animal. O NMI é igual a um.

ANURA

***Bufo bufo* L., 1758 (sapo-comum)**

O sapo comum está representado por três restos, isto é, 5,8% da coleção osteológica. Estes restos estão distribuídos por três camadas distintas da Sondagem A. O primeiro é um úmero direito da camada 1. Não apresenta marcas de manipulação antrópica ou animal. Não conserva as epífises. O segundo resto, um ílio direito, pertence à camada 4. Não apresenta marcas de manipulação mas apresenta uma fratura na parte proximal possivelmente devido a alterações pós-deposicionais. Finalmente, o terceiro resto, um fémur esquerdo, pertencente à camada 3. Apenas conserva parte da diáfise e a epífise proximal. Tendo em conta o número de restos, determinou-se um NMI igual a um.

VENEROIDA

***Ruditapes decussatus* L., 1758 (amêijoia-boia)**

A amostra é constituída por três valvas, duas das quais fragmentadas. Perfazem 5,8% do total da coleção faunística. Os fragmentos são provenientes da Sondagem A, camada 3, e o elemento que se encontra completo é procedente da camada 3. Estes restos não evidenciam qualquer marca de ação antrópica ou animal.

Além dos restos acima descritos e atribuídos a género ou espécie, há ainda a registar peças sem identificação taxonómica específica que se podem classificar em função do respetivo porte.

Animais de porte pequeno.

Nesta categoria inserem-se quatro restos: dois da Sondagem A e dois da B. Na primeira, os restos provêm das camadas 1 e 4 (um fragmento de osso indeterminado em cada). Não mostram marcas de manuseamento antrópico ou animal. Na sondagem B foi exumado um pequeno fragmento de costela na camada 1 e um osso indeterminado da camada 4. Mais uma vez, nota-se a ausência de marcas de manipulação. Este conjunto representa 7,2% da coleção.

Animais de porte médio.

Inseríveis nesta categoria encontram-se sete restos, todos da camada 3 da Sondagem A, a saber: fragmentos de uma vértebra, de ossos longos e de uma costela. Verifica-se em um dos restos marcas de corte. Este conjunto representa 14,2%.

Animais de porte médio / grande.

Nesta categoria integram-se três restos, todos da Sondagem A: um fragmento de osso indeterminado da camada dos 40-70 cm, um fragmento de costela da camada 4, e outro osso indeterminado também da camada 4. Não há quaisquer marcas de manipulação antrópica ou

animal. Este conjunto representa 5,5% da coleção.

Restos indeterminados.

Nesta última categoria registam-se unicamente dois restos, todos da Sondagem A, que representam 3,6%. O primeiro é da camada 1 e apresenta carbonização de cor negra, e o segundo é da camada 3.

IV. Discussão e conclusões

Na sua publicação sobre a Igrejinha dos Soidos, Straus *et al.* (1992) concluíam, com base em observações isoladas de aspetos tipológicos das produções cerâmicas, que nesta gruta se encontrariam dois níveis arqueológicos distintos: um, mais antigo, atribuível ao Neolítico médio (testemunhado, segundo os autores, pela presença dos bordos denteados) e outro, mais recente, de época calcolítica (indicado pela presença de fragmentos de cincho). Porém, uma análise mais alargada desta componente artefactual permite elaborar um outro quadro, se se atentar, num primeiro momento, aos elementos com carácter de diagnóstico presentes nas camadas que os autores consideraram estar *in situ*. Assim, na camada 4 da Sondagem A devem ser assinaladas três bases planas e o Vaso n.º 11, liso, de bordo exvertido e superfícies brunidas (Fig. 4, n.º 3); na camada 4 da Sondagem B merecem destaque duas bases planas e o Vaso n.º 14, de bordos denteados (Fig. 4, n.º 2). As bases planas - e, em particular, a representação que detêm neste conjunto cerâmico - sugerem mais decisivamente uma cronologia da Idade do Bronze, portanto posterior às propostas pelos autores citados. A presença de vasos de bordo exvertido, brunidos, com pastas compactas e cozeduras redutoras,

reforça em definitivo esta conclusão. A quase ausência de sítios não funerários da Idade do Bronze na região algarvia (Gomes, 1995, 2015; Gamito, 2003) impede o estabelecimento de comparações sistemáticas entre sítios residenciais numa área geográfica circunscrita. Ainda assim, é possível verificar que as mesmas tecnologias de fabrico e morfologias genéricas, associadas à presença de cinchos, ocorrem no povoado de Pontes de Marchil, em Faro (Monteiro, 1980; Gomes, 1995). Por seu lado, os bordos denteados não encontram paralelo no Algarve, podendo no entanto ser identificados (também associados a cinchos) no povoado da Serra de Alvaizere em Leiria (Félix, 2006). Ambos os sítios integram-se no Bronze final. No cômputo geral, parece poder concluir-se, portanto, que os níveis arqueológicos reconhecidos em ambas as sondagens da Igreja dos Soidos datarão de uma primeira fase daquele período, isto é, anterior à divulgação dos “ornatos brunidos”, que não existem nesta gruta. Esta mesma conclusão pode ser estendida à generalidade dos materiais exumados das camadas sobrejacentes, principalmente da camada 3 da Sondagem A, ainda que não se deva para já excluir liminarmente a possibilidade de alguns recipientes poderem datar de momentos anteriores e encontrarem-se em posição secundária, embalados em sedimentos remobilizados.

Em suma, no momento atual de estudo da gruta da Igreja dos Soidos, é possível afirmar que este sítio deverá datar de um momento imediatamente anterior à ocupação do povoado de Pontes de Marchil. O facto de aquele povoado escavado na década de 1970 não ter sido ainda objeto de publicação detalhada impede comparações mais precisas, mas a datação sobre conchas de amêijoia (*Ruditapes decussata*) entretanto publicada - ICEN-648: 2990 ± 60 BP;

1402-1047 cal BC (Gomes, 2015) - estabelece um *terminus ante quem* para a gruta louletana, que assim deverá ter sido ocupada por volta de 1400 a.C.

A raridade de povoados da Idade do Bronze no Algarve - que manifestamente resulta de uma investigação mais focada no estudo de necrópoles - não se aplica, no entanto, ao conhecimento de contextos de gruta. Com efeito, para além da Igreja dos Soidos, há vestígios deste período nas grutas de Ibn Amar em Lagoa (Gomes, Cardoso e Alves, 1995) e da Ladroeira Grande em Olhão (Gomes e Calado, 2007) que, no seu conjunto, permitem construir uma visão das modalidades de utilização destes espaços naturais à escala regional. O facto de se encontrarem em pontos distintos da paisagem pode ser significativo. A primeira gruta está localizada na margem esquerda do Rio Arade, importante via de comunicação com o interior algarvio desde os primórdios da ocupação do território; o segundo caso de comparação tem uma localização de interior, numa cota mais elevada, e com um posicionamento que permite a visualização do território envolvente. No entanto, os autores acima citados vêm defendendo interpretações não económicas das atividades levadas a cabo em cada uma destas grutas, apontando mais especificamente para a sua utilização como grutas-santuário ou santuários subterrâneos. Para Ibn Amar foi mesmo proposto que os materiais cerâmicos

“[...] devem ter sido depositados na gruta, constituindo oferendas às divindades aquáticas e ctónianas que, talvez, se acreditasse ali existirem, em especial nas suas nascentes e lagos [...]”
(Gomes, Cardoso e Alves, 1995: 20).

Estas interpretações, porém, parecem não poder aplicar-se linearmente à gruta da Igreja dos Soidos. Dois fatores principais concorrem nesse

sentido: as produções cerâmicas, que apresentam aqui uma variabilidade muito maior a nível tecnológico e formal; e a sua própria topografia, mais ampla e menos sinuosa que as restantes, favorecendo a instalação de um grupo humano de forma mais prolongada. Acresce a esta interpretação o achado de objetos mais diretamente conectáveis com a esfera do comportamento

económico, como os cinchos, e a presença de uma componente faunística muito variada e que não pode, neste momento do estudo da gruta, ser equiparada, por hipótese, com as

oferendas cárnicas que

se têm vindo a identificar em contextos funerários alentejanos coevos (ver, por exemplo, Costa e Baptista, 2014).

No que respeita às atividades económicas de que a Igreja dos Soidos poderá ser testemunho, Straus *et al.* (1992: 158) aventaram, embora enquadrados por outra proposta cronológica, que

“[...] the indirect economic datum is the presence of one or two cheese strainers, suggesting the presence (at least seasonally) of goat and/or cow herders. It is entirely possible that Soidos served as herder's camp in both periods, although the possibility of farming, particularly around the major spring at Alte, cannot be ruled out [...]. It is not unlikely that, in the Neolithic, transhumant pastoral systems were established to take advantage both of the good farming lands along the coast and along the few major streams of the Algarve and of its hill country grazing lands.”

Como se pode constatar, a localização particular da gruta - junto a dois ecossistemas diferentes mas complementares, a serra calcária e o vale da

Ribeira de Alte - poderá ter determinado o estabelecimento em moldes permanentes de um grupo agro-pastoril na área. Para além da variabilidade das produções cerâmicas, a fauna é um elemento decisivo na avaliação desta hipótese. A variação das espécies presentes (Fig. 5) permite-nos retirar várias conclusões a este respeito:

	Oc	L	F	Lp	Cf	S	Bt	OC	Cm	Bb	Rd
Camadas 1 e 2	5				6			4	1	1	
Camada 3	3		1			1	1	3		1	3
Camada 4		1		1						1	

Fig. 5 - Sondagem A: distribuição por camada dos restos faunísticos determinados taxonomicamente.

Legenda: Oc - *Oryctolagus cuniculus*; L - *Lepus sp.*; F - *Felis sp.*; Lp - *Lynx pardina*; Cf - *Canis familiaris*; S - *Sus sp.*; Bt - *Bos taurus*; OC - *Ovis aries* / *Capra hircus*; Cm - *Corvus monedula*; Bb - *Bufo bufo*; Rd - *Ruditapes decussatus*.

- Os mamíferos selvagens, assim como o sapo-comum e a gralha-de-nuca-cinzenta, representarão a fauna endógena da região, em que as grutas podem constituir mesmo o seu próprio habitat. Nestes restos estão ausentes marcas de manipulação antrópica. Em particular, os restos faunísticos provenientes da camada 4 da Sondagem A apresentam-se bastante mineralizados, o que poderá significar serem mais antigos uma vez que tal mineralização não se observa nos restos homólogos de estratos sobrejacentes. Esta observação sugere que os fragmentos cerâmicos serão intrusivos naquela camada, que deve ser portanto entendida provisoriamente como um depósito paleontológico, talvez de idade pleistocénica.
- Entre os restos de espécies com evidências de consumo humano (marcas de corte), contam-se os caprinos (ovelha e/ou cabra) e o boi. Para além destes, também existem outros de espécies indeterminadas que apresentam

marcas de corte e de exposição ao fogo. Este facto sugere assim que todos estes restos resultem da presença humana na cavidade, e que esta se envolvia a prática do pastoreio. A presença de cão pode ser interpretada no âmbito desta atividade, se se vier a confirmar a sua pertença ao nível da Idade do Bronze - note-se que os restos de canídeos provêm todos de camadas de remeximento.

É seguro afirmar que o grupo humano que estacionou na gruta da Igreja dos Soidos detinha uma economia pastoril que incluía a exploração dos produtos secundários dos seus animais. A presença de cinchos, objetos associados à transformação de produtos lácteos, concorre nesse sentido. Apesar da distância que separa esta gruta do oceano (cerca de 18 km), a presença de alguns restos de amêijoas-boas testemunha igualmente a existência de contactos (diretos?) com o litoral.

Apesar das limitações enunciadas quanto à representatividade das sondagens de L.G. Straus para uma caracterização sólida da presença humana na Igreja dos Soidos, estas no entanto ilustram bem todo o potencial que esta ainda encerra, podendo portanto vir no futuro a trazer dados importantes para o estudo da Pré-História na região algarvia, em particular da sua fase final.

Agradecimentos

Deixamos expressos os nossos agradecimentos a um revisor anónimo e a Maria João Valente (Universidade do Algarve), pelo acompanhamento que prestou nas análises dos restos faunísticos, e ao Laboratório de Arqueociências da Direção-Geral do Património Cultural, pelo acesso às suas coleções faunísticas de referência. Qualquer erro ou omissão é, no entanto, da nossa responsabilidade.

Bibliografia

BONNET, Charles (1850). *Mémoire sur le Royaume de l'Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

CARVALHO, António Faustino; STRAUS, Lawrence G. (2013). New radiocarbon dates for Algarão da Goldra (Faro, Portugal): a contribution to the Neolithic in the Algarve. In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Mérida: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 193-205.

COSTA, Cláudia; BAPTISTA, Lúcia (2014). The inclusion of faunal remains in Bronze Age funerary practices in Southern Portugal. Montinhos 6, a case study. In Cleia Detry; Rita Dias (eds.) *Proceedings of the first Zooarchaeology conference in Portugal*. BAR International Series, 2662. Oxford: Archaeopress, pp. 33-46.

CRISPIM, José António; PÓVOAS, Liliana; STRAUS, Lawrence G. (1993). Further studies of Algarão da Goldra and Igreja dos Soidos: archaeological cave sites in the Algarve (Portugal). *Algar*, 4, pp. 31-44.

FÉLIX, Paulo (2006). O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo norte (centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos. *Conimbriga*, 45, pp. 65-92.

GAMITO, Teresa Júdice (2003). Os recintos fortificados do início da Idade do Bronze do Sul de Portugal: onde os encontrar? In Susana Oliveira Jorge (coord.) *Recintos murados da Pré-História recente. Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas*. Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 329-337.

GOMES, Mário Varela (1995). A Idade do Bronze no Algarve. In Susana Oliveira Jorge (coord.) *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 140-143.

GOMES, Mário Varela (2015). *The Vale da Telha necropolis (Aljezur) in the context of the Southwest Iberian Bronze Age*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências.

GOMES, Mário Varela; CALADO, David (2007). Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10, pp. 141-158.

GOMES, Mário Varela; CARDOSO, João Luís; ALVES, Francisco (1995). *Levantamento arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa.

MONTEIRO, J. Pinho (1980). O acampamento do Bronze final das Pontes de Marchil. *Descobertas arqueológicas no Sul de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, pp. 43-45.

STRAUS, Lawrence G.; ALTUNA, José; FORD, Derek; MARAMBAT, Laurence; RHINE, J. Stanley; SCHWARCZ, Henry P.; VERNET, Jean-Louis (1992). Early farming in the Algarve (Southern Portugal): a preliminary view from two cave excavations near Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXII, pp. 141-161.

STRAUS, Lawrence G.; GAMITO, Teresa Júdice; CRISPIM, José António; ARNAUD, José Morais (1988). *Projecto de Investigação: O Paleolítico Superior em Portugal, Fase II*. Relatório policopiado entregue ao Instituto Português do Património Cultural.

VEIGA, Sebastião P.M. Estácio (1886). *Antiguidades monumentaes do Algarve*, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

VERÍSSIMO, Humberto (2016). *A ocupação proto-histórica em complexos cársicos no Algarve: o caso da Gruta da Igreja dos Soidos, Loulé*. Faro: Universidade do Algarve (Seminário de Licenciatura; policopiado).

EL ESCUDO DE CLONBRIN (IRLANDA) Y LAS ESTELAS DEL SUROESTE. UNA APROXIMACIÓN A LOS ESCUDOS CON ESCOTADURA EN «V» DEL BRONCE FINAL ATLÁNTICO

Recibido: 27 de Abril de 2017 | Aprobado: 8 de Dezembro de 2018

Jorge del Reguero González¹

Universidad Autónoma de Madrid (UAM)

Resumen

El presente trabajo constituye una aproximación al estudio de los escudos con escotadura en «V» del Bronce Final atlántico. Para ello, pondremos especial énfasis en analizar el escudo de piel de Clonbrin y su analogía con otros escudos de tipo Herzsprung, haciendo especial referencia a las estelas de guerrero de la Península Ibérica. Además, se presentan los resultados obtenidos tras los trabajos experimentales desarrollados en torno al tipo de soporte, el proceso de elaboración y la funcionalidad de los escudos de piel.

Palabras-clave: escudo; estelas de guerrero; tipo Herzsprung; Bronce Final atlántico.

Abstract

This paper is a contribution to the study of the V-notches shields of the Atlantic Late Bronze Age. For this, we will place special emphasis on the analysis of Clonbrin's leather shield and its analogy with other Herzsprung-type shields, with special reference to the warrior stelae of the Iberian Peninsula. In addition, we present the results obtained after the experimental works we have developed around the type of support, the elaboration process and functionality of the leather shields.

Key-words: shield; warrior stelae; Herzsprung-type; Atlantic Late Bronze Age.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_13

¹ jorge.delreguero@uam.es

I. Introducción

Desde principios del siglo XX, los escudos con escotadura en «V» han sido objeto de muy diversos estudios con el objetivo de analizar los posibles contactos que existieron, entre el Mediterráneo y el Atlántico, durante el Bronce Final. Ello ha provocado un gran número de debates relacionados con el origen, la cronología y la dispersión geográfica de los citados escudos que E. Sprockhoff bautizó, en los años 30, como tipo Herzsprung.

En la Península Ibérica, estos escudos aparecen representados en las estelas decoradas del Suroeste, conjunto de losas de piedra conocidas también como estelas de guerrero. Dentro del ámbito científico, ha existido un interés particular por conocer toda la significación que rodea a los escudos grabados en dichas estelas, ya que su enorme porcentaje de representatividad dentro de las mismas, así como el alto grado de protagonismo que adquieren en la mayoría de las composiciones, ha provocado que el escudo se convierta en un elemento básico para interpretar y valorar históricamente las estelas del Suroeste.

A pesar de constituir un elemento de referencia en las estelas, los escudos con escotadura en «V» brillan por su ausencia en el registro arqueológico peninsular. Sin embargo, tenemos constancia de un ejemplar, en Irlanda, realizado en piel: el escudo de Clonbrin. Ante la falta de datos para analizar los escudos de piel, hemos intentado obtener nuevas respuestas sobre el tipo de soporte, el proceso de elaboración y su funcionalidad a través de la Arqueología Experimental, cuyos resultados pudimos presentar en el *IX Encuentro de Arqueología del Suroeste peninsular*. En las próximas páginas se pretende realizar un estado actual de la cuestión a partir de los últimos datos recogidos por los

trabajos experimentales a los que hemos hecho referencia, planteando, además, nuevos retos y nuevas perspectivas en torno al estudio de los escudos con escotadura en «V» en el Bronce Final atlántico.

II. Unos apuntes sobre la historia de las investigaciones

En 1923, el arqueólogo J. Cabré se convirtió en uno de los primeros investigadores en resaltar la importancia que tenía el escudo en las estelas decoradas del Suroeste (Cabré Aguiló, 1923). Como bien señala J. A. Morán Cabré (2003-04: 221), el trabajo de J. Cabré vino a ser un primer estado de la cuestión donde se recogían tanto las estelas alentejanas conocidas por aquel entonces, como las estelas decoradas de la vertiente extremeña. Esta síntesis se publicó en un período donde existía un intenso debate sobre la cronología que podían tener aquellas “losas sepulcrales”. Así, pues, J. Cabré comparó los escudos representados en las estelas con los ejemplares de bronce hallados en Nackhülle (Suecia) y en Herzsprung (Alemania). Asimismo, el arqueólogo turolense observó la afinidad existente entre los grabados y el escudo irlandés de Clonbrin (Fig. 1), ejemplar realizado íntegramente con piel de bóvido, cuyos círculos concéntricos y la presencia de una serie de escotaduras en «V» nos recuerda, en efecto, a los motivos iconográficos representados en las estelas del Suroeste.

J. Cabré analizó tipológicamente los escudos de Nackhülle, Herzsprung y Clonbrin, piezas cuyos respectivos estudios ya los había abordado J. Déchelette en su *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celtique et Galo-romaine* (1910). Uno de los aspectos más relevantes para J. Cabré fue las evidentes similitudes que existían entre los

escudos y los grabados, destacando la presencia de la escotadura en «V» en el contorno exterior, elemento que, a su vez, “se copiaba - en aras de la simetría - en las aplicaciones metálicas o de otra materia destinadas, tan sólo, a dar mayor consistencia o refuerzo [a los escudos]” (*cit. en*. Cabré Aguiló, 1923: 55).

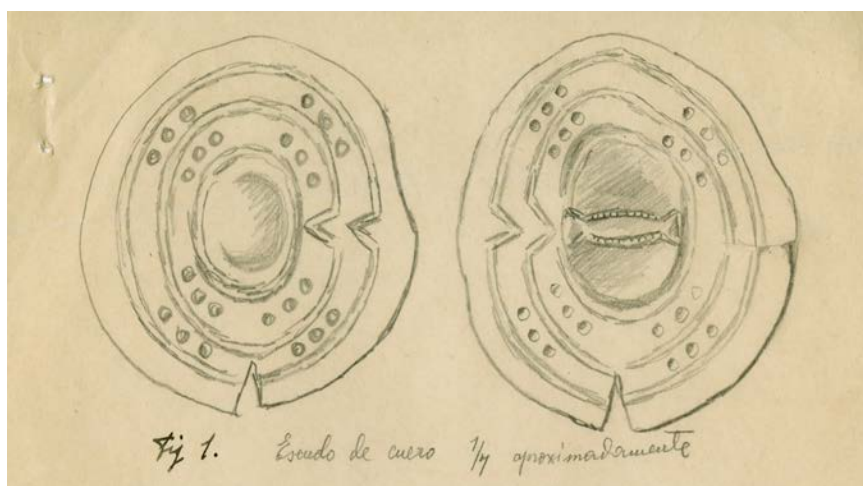


Fig. 1 - Dibujo del escudo de Clonbrin, realizado por J. Cabré (© CeDAP de la UAM. Legado documental familia Cabré, nº Inv. 10344).

En estos momentos comenzaba un interesantísimo debate en torno al posible significado - simbólico o funcional - de los círculos concéntricos, de la escotadura en «V», y de otros detalles visibles en los escudos del Bronce Final: mientras que para algunos estudiosos, como J. Déchelette (1910: 438-440), tenía una explicación de carácter mítico, meramente simbólico, J. Cabré (1923: 55) consideró que todas las características citadas tenían una explicación funcional.

III. Los escudos de tipo Herzsprung: orígenes, dispersión y tipología

Como ya hemos señalado, el alto grado de representatividad y protagonismo que adquiere el escudo en las estelas del Suroeste, denota la importancia del mismo - más allá de su función

como elemento de protección para el guerrero - como artilugio con una fuerte carga identitaria. Siguiendo con la premisa de M. Bendala (1987: 17; 2000: 71), quien ha llegado a hablar del escudo como un auténtico «emblema nacional», algunos autores como A. Mederos (2012: 430) resaltan la trascendencia del mismo como objeto

cuya pérdida en el combate implicaría la derrota de la identidad del guerrero en su grupo social.

Pero, ¿dónde se encuentran los orígenes de este tipo de escudos? En la primera mitad del siglo XX, desde un marco histórico-cultural caracterizado por las ideas difusionistas, algunos investigadores sostuvieron que los escudos redondos eran propios de la Cultura de los Campos de

Urnas, hipótesis basada en las evidencias arqueológicas documentadas en la zona meridional de Alemania, donde se han testimoniado algunos ejemplares como el escudo de Mehrstetten, ejemplar redondo de madera reforzado con chatones de bronce que, según M. Almagro Basch (1966: 157), clavetearían una cobertura de piel.

Si atendemos a los testimonios documentados en el Mediterráneo oriental, es cierto que en el mundo micénico se ha llegado a plantear un culto al escudo, en buena parte gracias al descubrimiento de algunas representaciones de adoración hacia el escudo en forma de 8 (Càssola, 1973, lám. 8.1). Por nuestra parte, no sabemos si el escudo en forma de 8 sería un tipo de representación del poder de la ciudad, aunque también hay quienes han considerado este

elemento como símbolo divino de la fecundidad (Rehak, 1992: 124).

En cualquier caso, a nosotros nos interesa seguir la pista de aquellos escudos de tipo Herzsprung. Uno de los escudos más representativos dentro de esta categoría se descubrió en el Idalión de Chipre, un ejemplar que se ha podido fechar a principios del siglo VIII a.C. Hablamos de un escudo votivo de bronce, cuya particularidad recae en la presencia de cuatro círculos concéntricos en el eje central, acompañado de una doble escotadura en «V» que se introduce en el umbo central. Esta serie de escudos votivos fueron muy comunes durante todo este período en el territorio heleno, puesto que tenemos un ejemplar con las mismas características en el santuario de Delfos (Fig. 2).



Fig. 2 - Escudo votivo de bronce con escotadura en «V», ca. 700 a.C. Santuario de Delfos (Foto del autor).

Otro hallazgo de gran interés para nosotros se realizó en las excavaciones del Heraion de Samos, donde se pudo documentar más de una treintena de fragmentos de escudos votivos de cerámica, fechados a finales del siglo VIII a.C. (Hencken, 1950: 295-297). Asimismo, en el Monte Ida de Creta - mítico lugar del nacimiento del dios Zeus - se descubrió un escudo fragmentado de bronce adornado con cuatro líneas paralelas de puntos y, junto al umbo

central, encontramos las típicas líneas concéntricas con escotadura en «V». Este último ejemplar se fechó a comienzos del siglo VIII a.C. (Hencken, 1950: 297).

En la actualidad, parece existir un consenso generalizado sobre la funcionalidad meramente ritual de los escudos de bronce señalados en los párrafos anteriores. Algunos autores incluso han referenciado el uso de los mismos como instrumentos musicales (Mederos, 2012: 430-431), un acto que podríamos equiparar con las danzas rituales llevadas a cabo en la Antigua Roma, donde un grupo de jóvenes salios golpeaban los escudos con sus puñales (Dio. Halic. II, 70, 5). En efecto, los relatos mitológicos hablan de los *curetes* como los primeros que ejercieron dichas danzas rituales. Según el mito del dios Zeus, éste fue dado a luz en la isla de Creta por la diosa Rea para, así, evitar que su hijo fuese devorado por el dios Cronos. Tras el nacimiento de Zeus, Rea entregó a Cronos una piedra envuelta en un pañal - ónfalos -, engañando así al dios del tiempo. Los *curetes* se comprometieron a cuidar de Zeus hasta su mayoría de edad y, para ello, cuando el pequeño dios lloraba, los *curetes* realizaban una sonora danza donde entrechocaban los escudos de metal para que el dios Cronos no oyese el llanto de su hijo.

Otras muchas han sido las interpretaciones que se han dado a los círculos concéntricos que aparecen en los escudos, como es el caso de la vinculación del mismo al disco solar (Déchelette, 1910: 438-440). A. Mederos (2012: 433) ha considerado que esto tiene su lógica, ya que los escudos metálicos de bronce reflejarían la luz solar en la batalla, dificultando la visión del enemigo.

Si hasta ahora hemos hablado de algunos testimonios significativos del Mediterráneo oriental, lo verdaderamente interesante para nosotros son las evidencias



Fig. 3 - Escudos de bronce de tipo Herzsprung: a) escudo de Herzsprung, Alemania; b) escudo de Taarup Mose, Dinamarca; c) escudo de Nackhälle, Suecia. (Almagro Basch, 1996, lám. XLVI).

documentadas tanto en

Europa central y septentrional (Fig. 3), como en la Península Ibérica e Irlanda. En el primer caso, destacan toda una serie de escudos con escotadura en «U», siendo algunos ejemplos los escudos de bronce de Herzsprung (Alemania), Taarup Mose (Dinamarca) y Nackhälle (Suecia). En el segundo caso, tenemos constancia de escudos con escotadura en «V» representados en las estelas del Suroeste, así como el ejemplar hallado en Clonbrin (Irlanda), el cual analizaremos detalladamente más adelante.

El escudo de piel de Clonbrin no es el único testimonio que tenemos documentado en Irlanda, pues aquí también se descubrieron dos escudos de madera fechados en el Bronce Final: el escudo de Annandale (Fig. 4), hallado en 1863 en el condado de Leitrim, y el escudo de Cloonlara, hallado en el condado de Mayo. Ambos escudos ofrecen una escotadura en «U», que nos recuerda a los escudos de bronce documentados en Europa septentrional. Estos escudos se elaboraron en madera de aliso, un árbol de la familia de las *betuláceas*, típico de lugares húmedos y bosques ribereños, común en Irlanda durante la Edad del Bronce. Según M. Uckelmann, el árbol debería tener un diámetro mínimo de 50 cm, y sólo un aliso completamente

desarrollado podría proporcionar esa madera (Uckelmann, 2014: 185).

A raíz de todo lo expuesto hasta ahora, algunos investigadores consideraron que el origen de los escudos del tipo Herzsprung debía situarse en el ámbito mediterráneo (MacWhite, 1947: 164; 1951: 102; Hencken, 1950: 307; Hernando, 1976: 134). En efecto, a mediados del siglo XX, E. MacWhite fue el primer arqueólogo que elaboró la hipótesis por el cual los escudos con escotadura procedían del Mediterráneo oriental, abandonando así las teorías de E. Sprockhoff (1930: 29) que defendía su origen en la isla de Irlanda.

H. Hencken también expuso su creencia de que los escudos escotados se originaron en el Mediterráneo oriental y, desde allí, se dispersaron por dos vías de comunicación: una vía hacia Europa septentrional, por la ruta del ámbar, y otra vía a través del mar Mediterráneo, alcanzando la Península Ibérica y, posteriormente, Irlanda (Fig. 5).

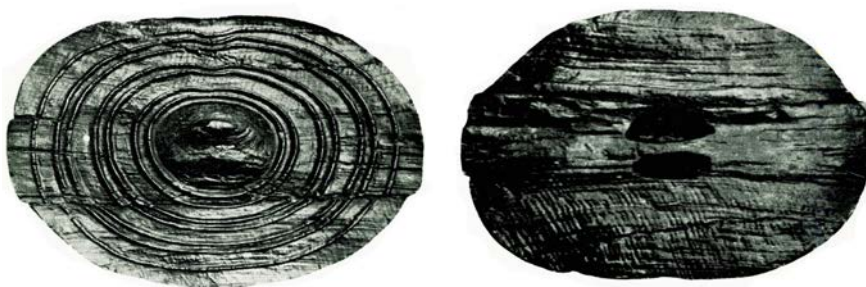


Fig. 4 - Escudo de madera de Annandale, Co. Leitrim, Irlanda (Almagro Basch, 1966, lám. XLVII).

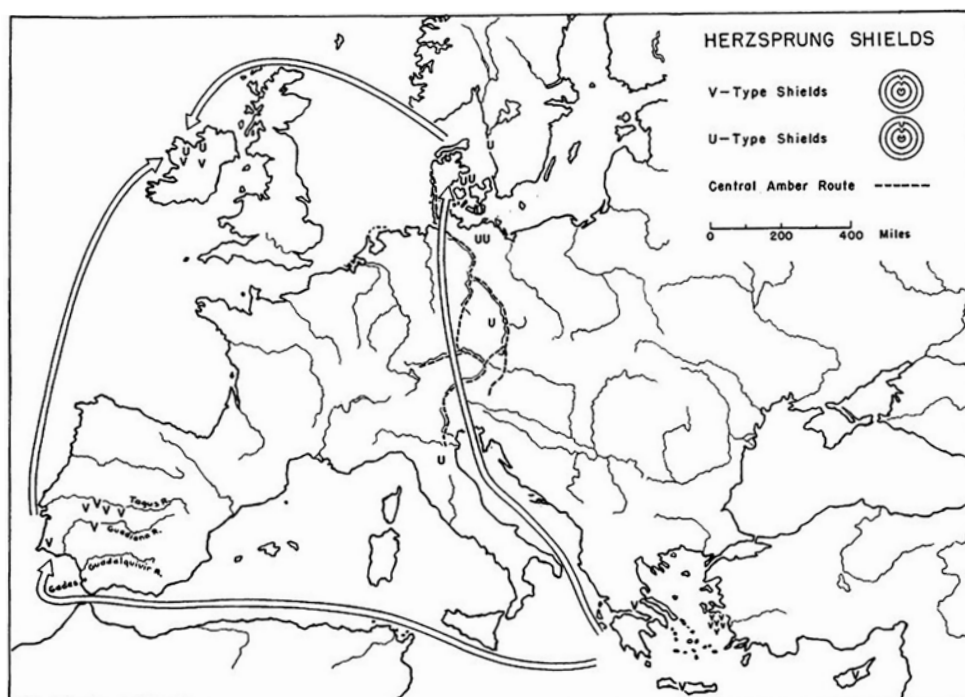


Figura 5 - Dispersión de los escudos tipo Herzsprung, según H. Hencken. (Hencken, 1950, fig. 19).

Esta última hipótesis sobre el origen y la dispersión de los escudos con escotadura, terminó siendo la teoría más aceptada en las décadas posteriores, tal y como denota el prehistoriador inglés J. M. Coles en la década de los 60. Dicho autor se posicionó a favor de un origen mediterráneo para los escudos escotados, destacando asimismo las dos rutas que desembocaron en la presencia de escudos con escotadura en «U» en Escandinavia, y escudos con escotadura en «V» en la fachada atlántica (Coles, 1962: 174).

A la luz de los datos que disponemos hoy en día, nos resulta realmente difícil entrar en el debate sobre el origen de los escudos con escotadura, puesto que los testimonios que tenemos no dejan de ser evidencias aisladas, generalmente casos descontextualizados, lo que nos dificulta enormemente su interpretación. Recientemente, algunos trabajos han puesto de manifiesto, nuevamente, que los escudos de tipo Herzsprung se originaron en Irlanda antes del siglo XIII a.C. y, desde allí, el simbolismo se dispersó hacia la

Península Ibérica y Escandinavia (Uckelmann, 2014: 182). Lo que parece claro son los contactos que existieron entre distintas comunidades durante todo este período, provocando que algunas jefaturas sociales intentaran copiar modelos de algunos bienes de prestigio, como sucede con los escudos. Todo ello se visibiliza nítidamente en la fachada atlántica,

espacio donde los contactos culturales debieron ser bastante frecuentes durante el Bronce Final, tal y como evidencian las estelas de guerrero y el escudo irlandés de Clonbrin.

IV. El escudo con escotadura en «V» en las estelas del Suroeste

Los escudos con escotadura en «V» se pueden documentar en la Península Ibérica, gracias a su presencia en las estelas decoradas del Suroeste. Los escudos representados en las estelas de guerrero exhiben un realismo excepcional debido a la presencia de algunos detalles como la escotadura en «V» o el asidero (Fig. 6). Alrededor del 60% de los escudos representados en las estelas del Suroeste contienen, al menos, una escotadura en «V» (Celestino, 2001: 116).

Como veremos en el apartado siguiente, el paralelismo tipológico existente entre el escudo irlandés de Clonbrin y algunos ejemplares grabados en las estelas del Suroeste, ha resultado

ser un hecho más que evidente, ya que en ambas evidencias arqueológicas no sólo observamos los círculos concéntricos alrededor de un umbo central, la escotadura en «V» y la serie de puntos, sino que en ambos casos tenemos una abrazadera interior. Este último elemento corresponde a una banda de cuero en el caso del escudo de Clonbrin, el cual “ha podido dar origen [en las estelas del Suroeste] a las representaciones de estas abrazaderas en forma de ancha I” (*cit. en*. Almagro Basch, 1966: 163). Igualmente, hay una característica común que relaciona el escudo de Clonbrin y las estelas del Suroeste: la orientación de los asideros, pues en ambos casos podemos decir que las abrazaderas se encuentran orientadas hacia las escotaduras (Celestino, 2001: 116).

Que los escudos fueran representados desde la perspectiva del portador en la mayor parte de las composiciones, y no del guerrero que se aproximaba, puede ser interpretado como un signo de protección más que de agresión (Uckelmann, 2014: 187). Como observamos en las imágenes anteriores, algunas representaciones de escudos en las estelas de guerrero muestran un cierto parecido respecto al escudo de piel de Clonbrin, especialmente en la estela de Brozas (Fig. 4c). Caben destacar otras estelas que también podríamos atribuir a los escudos de tipo Herzsprung: Torrejón El Rubio I, Torrejón El Rubio IV, Albuquerque, Trujillo, Ibahernando, Santa Ana de Trujillo, Almoharín,

Zarza de Montánchez, Solana de Cabañas, Cabeza del Buey I, Cabeza del Buey II, Benquerencia de la Serena, Magacela, Quintana de la Serena, El Viso II, El Viso IV, Almendralejo, Badajoz, Aldea del Rey I, Córdoba II o Almargen (Celestino, 2001: 329; 333; 340-343; 346-348; 362-364; 385-386; 388; 396; 407-408; 411; 437; 438).



Fig. 6 - a) estela de Magacela, Badajoz; b) estela de Solana de Cabañas, Cáceres; c) estela de Brozas, Cáceres (Fotos del autor).

Algunos de los ejemplos citados son comparables con el escudo de Clonbrin, pero no muestran el símbolo exacto del tipo Herzsprung. Para algunos investigadores, esto se podría deber a diversos motivos, desde la propia naturaleza del material pétreo, a las habilidades del artesano que grabó la imagen, e incluso a la pérdida del conocimiento del símbolo exacto de los escudos de tipo Herzsprung (Uckelmann, 2014: 187). Como observamos, el interés por dibujar con detalle cada una de las partes de los escudos representados en las estelas del Suroeste, nos permite no sólo llevar a cabo una tipología formal, sino realizar un estudio de sus posibles analogías extrapeninsulares, lo que nos permite

aproximarnos a su posible significado y cronología.

V. El escudo de Clonbrin: un caso excepcional

El escudo de Clonbrin (Fig. 7) se descubrió, en el año 1908, en una turbera situada en la localidad con el mismo nombre, dentro del condado irlandés de Longford. Su increíble estado de conservación se debe a las condiciones medioambientales del lugar del hallazgo, provocando que hoy en día mantenga su forma original. W. H. King-Harman, dueño de la propiedad donde apareció el escudo, presentó el hallazgo a la *Royal Irish Academy* para su colección en el Museo Nacional de Dublín (Armstrong, 1908: 259).

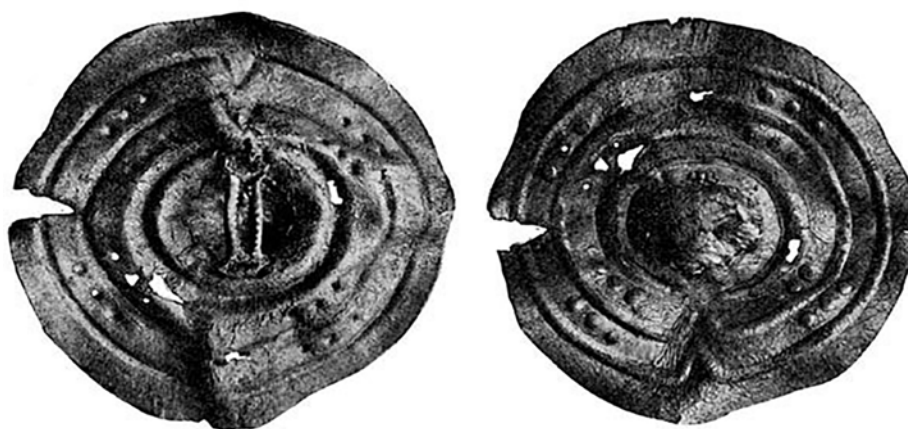


Fig. 7 - Escudo de Clonbrin. Condado de Longford, Irlanda. (Coffey, 1913, fig. 70).

Atendiendo a los datos aportados por el arqueólogo G. Coffey, en su trabajo sobre la Edad del Bronce en Irlanda, el escudo de Clonbrin se elaboró en una sola pieza de piel, cuyas dimensiones son (cm): 58 x 57 (Coffey, 1913: 77). Cuando se encontró, el escudo tenía un diámetro de 61 cm, pero, debido a los procesos de secado a lo largo de los años, el escudo se ha contraído ligeramente. En la zona central del escudo

destaca un umbo ovalado, rodeado por tres círculos concéntricos. Los dos círculos exteriores presentan una escotadura en «V», lo que apunta a su función meramente simbólica. De la misma manera, cabe señalar la presencia y la funcionalidad de la escotadura situada en el contorno exterior del escudo, un elemento al que haremos referencia más adelante, pues podría estar relacionado con la elaboración de la pieza. Por último, otro de los elementos a destacar son los veinticuatro motivos circulares que aparecen entre los distintos círculos concéntricos. Todo ello fue realizado mediante presión sobre un molde de madera o piedra.

Para el caso de las estelas del Suroeste, algunos investigadores han considerado que los motivos circulares que aparecen entre los círculos concéntricos, representarían los clavos que

contendrían una lámina de bronce o cuero al soporte de madera o piel (Hernando, 1976: 128). Sin embargo, la evidencia material más clara que tenemos - el escudo de Clonbrin - no testifica que esto sea así, ya que dicha pieza se elaboró íntegramente con piel. Algunos arqueólogos de la primera mitad del siglo XX observaron que la piel

no presentaba signo alguno que indicara la presencia de un armazón suplementario (Coffey, 1913: 163).

Para la elaboración del escudo de Clonbrin tuvo que ser necesario un molde de madera o piedra, con el fin de registrar los motivos que presenta el artefacto mediante presión. En Irlanda, a principios del siglo XX, se hallaron dos moldes

de madera para la fabricación de escudos de piel, lo que prueba que este modelo de arma defensiva tuvo que ser muy frecuente en la isla. Dichos moldes de madera se documentaron en Kilmahamogue y Churchfield. Este último, descubierto cerca de Knock, en el condado de Mayo, presenta unas medidas de 53,4 x 45,7 cm, y contiene un umbo central rodeado de tres círculos concéntricos, con una escotadura en «V» en el círculo exterior.

Si atendemos a cuestiones cronológicas, tenemos muy pocos datos para poder fechar tanto el escudo de piel de Clonbrin, como los moldes de madera de Churchfield y Kilmahamogue –sin olvidarnos de los escudos de madera de Cloonlara y Annandale–, debido a la descontextualización de todos estos elementos. Algunos arqueólogos han situado estos escudos en la llamada fase *Dowris* del Bronce Final irlandés (Eogan, 1964: 324). Si bien es cierto que esta fase comenzaría en el siglo VIII a.C., y que se extendería a lo largo de seis siglos, sólo podemos tomar sus inicios como límite cronológico para hablar de los escudos escotados (Celestino, 2001: 134).

En cualquier caso, no debemos olvidar las fechas radiocarbónicas calibradas tomadas en los testimonios de

Cloonlara y Kilmahamogue (Hedges *et al.*, 1991), ambas datadas con anterioridad al I milenio a.C. El problema de todos estos datos, según S. Celestino, reside en que la desviación estándar de ambas dataciones es muy

elevada, por lo que nos queda la duda de saber si esas muestras fueron tomadas sobre la base de madera, anterior a la realización de los moldes (Celestino, 2001: 134).

VI. La Arqueología Experimental como método de estudio

A raíz de las diversas problemáticas tratadas en las páginas anteriores, decidimos que era necesario apoyar nuestro estudio en la Arqueología Experimental, ya que se trata de una disciplina con una gran capacidad crítica a la hora de analizar las posibles interpretaciones que puede generar un análisis arqueológico. De esta manera, hemos llevado a cabo un estudio centrado en aspectos como la elaboración y la funcionalidad de los escudos de piel con escotadura en «V» durante el Bronce Final atlántico (Reguero González, 2016).

Cabe resaltar que, en los años 60, J. M. Coles llevó a cabo un trabajo experimental sobre cómo se fabricó este escudo de piel (Coles, 1962: 175-179), y su estudio continúa siendo la base de otros experimentos. Tanto en el trabajo de J. M. Coles como los experimentos posteriores de B. Molloy (2004), la piel fue empapada primero en



Fig. 8 - Proceso de elaboración de los escudos de piel (Fotos del autor).

agua y, posteriormente, martilleada sobre un molde de madera. Tras el proceso de secado, el escudo pudo haber sufrido algún tipo de endurecimiento para evitar que perdiera consistencia ante el agua, siendo encerado - posiblemente- con cera de abeja (Coles, 1962: 175-179).

Así, pues, hemos acometido un ensayo práctico sobre los escudos con escotadura en «V», con aportaciones en torno al tipo de soporte, fabricación y funcionalidad de

los mismos. En primer término, a partir de una piel fresca de vacuno y tras el proceso del apelmbrado (Reguero González, 2016: 30-32), hemos podido demostrar cómo el umbo central, los círculos concéntricos con las escotaduras, además de los motivos circulares que aparecen en el escudo de

Clonbrin, se pueden conseguir mediante presión (Fig. 8), al martillar la piel en húmedo sobre un molde de madera (Reguero González, 2016: 34). Por otra parte, a través del citado trabajo experimental, hemos comprobado la enorme resistencia de este tipo de escudos, soportando el impacto continuo de golpes mediante una espada de bronce (Reguero González, 2016: 37-40).

A falta de nuevos trabajos experimentales, hemos podido comprobar los múltiples problemas que acarrea la fase de secado de la piel para la elaboración de los escudos, ya que estos quedaron totalmente deformados (Fig. 9). B. Molloy defiende que el escudo se debía de asegurar con pesas para evitar que la piel se encogiera mientras se secaba (Molloy, 2004: 32-34), hipótesis que nosotros no hemos sido

capaces de corroborar. Por ello, cabe preguntarnos: ¿qué funcionalidad tendría la escotadura en «V» en los escudos?

No han sido poco los investigadores que han considerado la escotadura como un elemento funcional desde el punto de vista bélico, donde la misma mejoraría la visión en el enfrentamiento armado (Sayáns, 1957: 103; Hernando, 1976: 134; Celestino, 2001: 140).



Fig. 9 - Escudos de piel elaborados a través de la experimentación arqueológica (Fotos del autor).

La teórica idea de hablar de la escotadura en «V» desde el punto de vista armamentístico, ha sido la hipótesis más defendida, pero no ha sido la única. Durante el siglo XX, algunos investigadores plantearon diversas teorías relacionadas con el simbolismo y la ritualidad. Para A. Mahr (1937: 383) la relación simbólica de la escotadura en «V» se encontraría ligada con la magia preventiva, “suponiendo que este signo apotropaico significaba la herida peligrosa que en su centro debía evitar” (*cit. en*. Almagro Basch, 1966: 159). Para otros autores como J. Déchelette (1910) o A. Soutou (1962: 536), la escotadura sería un elemento simbólico equivalente a la barca solar conducida por dos cisnes.

Ahora bien, como señalamos anteriormente, el escudo de Clonbrin, además de la doble

escotadura en «V» que presenta en sus círculos concéntricos, destaca por la presencia de una tercera escotadura en el contorno exterior, al cual ya hemos hecho referencia en anteriores trabajos (Reguero González, 2016: 41). Necesitaríamos un análisis *in situ* para reconocer si el corte del artefacto es moderno, o nos encontramos ante una escotadura desarrollada para contrarrestar los efectos de dilatación y contracción de la piel, una hipótesis que señaló, algunas décadas atrás, M. García de Figuerola (1982: 175). A falta de corroborar esta teoría, consideramos que esta última hipótesis ha tomado para nosotros una fuerza mayor tras los estudios que hemos llevado a cabo. A raíz de los escudos que hemos podido realizar - sin escotadura en el contorno exterior -, a pesar de ofrecer una extraordinaria resistencia, quedaron totalmente deformados tras superar la fase de secado (Fig. 9), motivo por el cual consideramos que la presencia de una escotadura en «V» contrarrestaría los efectos de dilatación y contracción de la piel.

VII. Conclusiones

Las relaciones tipológicas entre el escudo de Clonbrin y algunos grabados localizados en las estelas de guerrero, nos permite pensar en la fachada atlántica como un espacio con importantes contactos culturales durante el Bronce Final. Esta red de comunicación vía marítima a través de la fachada atlántica se puede ratificar por la existencia de distintas evidencias arqueológicas que, directa o indirectamente, nos hablan de la importancia que debieron tener los escudos con escotadura en «V». A pesar de no conocer los orígenes de este tipo de escudos, algunos investigadores defienden que los escudos de piel con escotadura en «V» estuvieron muy extendidos en toda Europa durante el

Bronce Final (Uckelmann, 2014: 194), pero sólo un ejemplar se ha documentado por el momento. Aunque esto sea muy fácil de asumir, es difícil de verificar ante la falta de testimonios.

Las posibles conexiones directas entre las dos regiones atlánticas señaladas - Irlanda y la Península Ibérica - se pueden encontrar en algunos objetos de las élites sociales más que en los objetos de la vida cotidiana, lo que puede indicar cómo el contacto se desarrollaría entre los grupos principales de estas áreas a través del comercio y la utilización de rituales similares (Almagro Gorbea, 1995: 140-144). Estas comunidades pudieron haber estado conectadas a través de la red de comercio de metales, una idea que no nos resulta tan descabellada si pensamos en las estelas de guerrero como hitos situados en rutas comerciales de recursos minerales a lo largo de los ríos Tajo, Guadiana y Guadalquivir (Mederos, 2012: 445-449). Si hablamos de un comercio de recursos metalúrgicos, parece lógico pensar en la presencia de escudos de piel con escotadura en «V» en ambos puntos de la fachada atlántica. Asimismo, todas estas premisas cuadrarían bastante bien con la zona escandinava en la Edad del Bronce, ya que algunos estudios han demostrado que el cobre documentado en esta región no es local, e incluso relacionan algunos escudos de bronce de Suecia con minerales del Suroeste peninsular (Ling *et al.*, 2012).

Los resultados conseguidos a través de los trabajos experimentales nos hablan, en primer lugar, del complejo proceso de elaboración de los escudos de piel, y, en segundo lugar, de la eficacia y gran resistividad que ofrecen los mismos en un enfrentamiento armado. Ante los datos que tenemos, es muy probable que la gran mayoría de escudos estuviesen elaborados en materia orgánica, hecho que explica que no se haya

conservado ningún ejemplar en el suroeste peninsular, donde predominan suelos ácidos y secos y con escasa cobertura de tierra; todo lo contrario que Irlanda, región donde la humedad y las características edafológicas han conservado la materia orgánica mucho mejor.

Nos resulta necesario indicar que, la representación de escudos en piedra, no es algo exclusivo de las estelas del Suroeste; en Irlanda, tenemos algunos grabados rupestres interesantes. Nos referimos al escudo de Derrynablaha, situado en el condado de Kerry (Anati, 1963). Podemos plantear la hipótesis por el cual el escudo de Clonbrin sería el resultado de las comunicaciones que debieron existir a lo largo de la fachada atlántica, contactos que provocarían que se copiaran modelos para la elaboración de este tipo de armas defensivas, aunque, por el momento, no podamos conocer su origen. Lo que parece claro es que los escudos votivos del Mediterráneo oriental, fechados en el siglo VIII a.C., serían los últimos ecos del tipo Herzsprung. Este hecho parece coincidir con la fase orientalizante de la Península Ibérica, y todo ello puede demostrar que las ideas no sólo viajaron de este a oeste, sino también en la dirección inversa. Según R. J. Harrison, los escudos documentados en el mundo egeo podrían haber sido ofrendas a los dioses por parte de guerreros occidentales (Harrison, 2004: 131).

En conclusión, ante la gran cantidad de datos conseguidos mediante la experimentación arqueológica, debemos hacernos nuevas preguntas de cara a futuros estudios. En primer lugar, creemos primordial elaborar nuevos escudos de piel con una escotadura en «V» en el contorno exterior - trabajo que ya estamos desarrollando -, puesto que, de conseguir un escudo totalmente plano, nos encontraríamos

ante la respuesta sobre la funcionalidad de las escotaduras en este tipo de escudos. En segundo lugar, resulta necesario continuar abordando estudios sobre la funcionalidad de las estelas de guerrero y su conexión con la fachada atlántica, pues ya hemos visto cómo las recientes hipótesis que explican las mismas como hitos en rutas comerciales mineras, podría explicar la dispersión de los escudos de tipo Herzsprung. Finalmente, consideramos necesario analizar algunas evidencias arqueológicas que nos podrían proporcionar más información sobre los escudos de piel en el Bronce Final atlántico. En efecto, hablamos de algunos testimonios tales como ciertas cazoletas rodeadas de círculos concéntricos - siendo un claro ejemplo Laxe das Rodas (Muros, A Coruña) -, formando parte de los petroglifos del Noroeste de la Península Ibérica. Creemos necesario revisar las teorías que se han desarrollado para explicar todo este fenómeno, ya que los motivos descritos podrían corresponder a moldes para la elaboración de escudos de piel durante el Bronce Final.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMAGRO BASCH, Martín (1966). *Las estelas decoradas del Suroeste peninsular*. Madrid: C.S.I.C.
- ALMAGRO - GORBEA, Martín (1995). Ireland and Spain in the Bronze Age. In John Waddell; Elisabeth Shee Twohig (eds.) *Ireland in the Bronze Age: proceedings of the Dublin Conference*. Dublin: Stationary Office, pp. 136-148.
- ANATI, Emmanuel (1963). New Petroglyphs at Derrynablaha, Co. Kerry. Ireland. *Cork Historical and Archaeological Society* (Ireland), LXVIII, pp. 1-15.
- ARMSTRONG, E. C. R. (1908). Prehistoric leather shield found at Clonbrin, County Longford. *Proceedings of the Royal Irish Academy*, 27, pp. 259-262.
- BENDALA GALÁN, Manuel (1987). Reflexiones sobre los escudos de las estelas tartésicas. *Boletín de la Asociación de Amigos de la Arqueología* (Madrid), 23, pp. 12-17.
- BENDALA GALÁN, Manuel (2000). *Tartessos, íberos y celtas. Pueblos, culturas y colonizadores de la Hispania antigua*. Madrid: Temas de Hoy.
- CABRÉ AGUILÓ, Juan (1923). Losas sepulcrales del Suroeste de la Península Ibérica pertenecientes a la Edad del Bronce, con bajorrelieves y grabados de armas. *Coleccionismo* (Madrid), XI: 125-126, pp. 49-58.
- CASSOLA, Paola (1973). *Le armi difensive dei micenei nelle figurazioni*. Roma: Incunabula Graeca.
- CELESTINO PÉREZ, Sebastián (2001). *Estelas de guerrero y estelas diademadas. La precolonización y formación del mundo tartésico*. Barcelona: Bellaterra Arqueología.
- COFFEY, George (1913). *The Bronze Age in Ireland*. Dublin: Hodges Figgis & CO.
- COLES, John (1962). European Bronze Age Shields. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 28, pp. 156-190.
- DÉCHELETTE, Joseph (1910). *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celtique et Galo-romaine II. Âge du Bronze*. Paris: Librairie Alphonse Picard.
- EOGAN, George (1964). The Later Bronze Age in Ireland in the light of recent research. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 30, pp. 268-351.
- GARCÍA DE FIGUEROLA, Miguel (1982). Nueva estela decorada de tipo II en San Martín de Trevejo (Cáceres). *Zephyrus*, 34-35, pp. 173-180.
- HARRISON, Richard John (2004). *Symbols and Warriors: images of the European Bronze Age*. Bristol: Western Academic & Specialist Press.
- HEDGES, Robert; HOUSLEY, Rupert; BRONK, Christopher; VAN KLINKEN, Gert Jaap (1991). Radiocarbon dates from the Oxford AMS System: Archaeometry datelist 12. *Archaeometry*, 33, pp. 121-134.
- HENCKEN, Hugh (1950). Herzprung shields and Greek trade. *American Journal of Archaeology* (New York), 54, pp. 294-309.
- HERNANDO, Amparo (1976). Representaciones del escudo en la Península Ibérica: escudos en estelas. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la UAM* (Madrid), 3, pp. 127-135.
- LING, Johan; HJÄRTHNER-HOLDAR, Eva; GRANDIN, Lena; BILLSTRÖM, Kjell; PERSSON, Per-Olof (2012). Moving metals or indigenous mining? Provenancing Scandinavian Bronze Age artefacts by lead isotopes and trace elements. *Journal of Archaeological Science*, 40: 1, pp. 291-304.
- MACWHITE, Eoin (1947). Sobre unas losas grabadas en el suroeste de la península hispánica y el problema de los escudos de tipo Herzprung. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria* (Madrid), 22, pp. 158-166.
- MACWHITE, Eoin (1951). *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid: Seminario de Historia primitiva del Hombre.
- MAHR, Adolf (1937). New aspects and problems in Irish prehistory: presidential address for 1937. *Proceedings of the Prehistoric Society* (Ireland), 3, pp. 261-436.
- MEDEROS, Alfredo (2012). El origen de las estelas decoradas del Suroeste de la Península Ibérica en el

Bronce Final II (1.325 - 1.150 a. C.). In Javier Jiménez Ávila (coord.) *SIDEREUM ANA II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: C.S.I.C., pp. 417-453.

MOLLOY, B. (2004). Experimental Combat with Bronze Age Weapons. *Archaeology Ireland*, 17, 4: 32-34.

MORÁN CABRÉ, Juan Antonio (2003-04). Juan Cabré y la estela de Solana de Cabañas. *Boletín de la Asociación de Amigos de la Arqueología* (Madrid), 43, pp. 219-230.

REHAK, Paul (1992). Minoan Vessels with Figure-Eight Shield. Antecedents to the Knossos Throneroom Alabastra. *Opusculum Atheniense*, 19, pp. 115-124.

REGUERO GONZÁLEZ, Jorge del (2016). El escudo de piel con escotadura en «V» durante el Bronce Final Atlántico: elaboración y funcionalidad a través de la Arqueología Experimental. *Boletín de Arqueología Experimental* (Madrid), 11, pp. 22-44.

SAYÁNS, Marceliano (1957). *Arte y pueblos primitivos en la Alta Extremadura*. Plasencia: La Victoria.

SOUTOU, André (1962). La stèle au bouclier à échancrures en V de Substantion (Casteluan-le-Lez, Hérault). *Ogam* (Rennes), 14, pp. 521-546.

SPROCKHOFF, Ernst (1930). *Zur Handelsgeschichte der germanischen Bronzezeit*. Berlín: Vorgeschichtliche Forschungen.

UCKELMANN, Marion (2014). A Bronze Age Ornament Network? Tracing the Herzsprung Symbol across Europe. In Katharina Rebay-Salisbury; Ann Brysbaert; Lin Foxhall (eds.) *Knowledge Networks and Craft Traditions in the Ancient World*. Nueva York: Taylor & Francis.

IMPORTACIONES MEDITERRÁNEAS EN EL CERRO DEL CASTILLO DE MEDELLÍN (BADAJOZ): CERÁMICAS GRIEGAS Y ESCARABEO DE LAS CAMPAÑAS 2014 Y 2015

Recibido: 14 de Setiembre de 2017 | Aprobado: 27 de Junho de 2019

Javier Jiménez Ávila¹
Junta de Extremadura

Ángel Carbajo López
Arqueólogo

Montaña Luengo González
Arqueóloga

Resumen

Durante las campañas de excavaciones realizadas en 2014 y 2015 en el Cerro del Castillo de Medellín (Badajoz) apareció un buen número de cerámicas griegas de los siglos V y IV a. C. que vienen a sumarse a lo que ya se conocía sobre ese tipo de importaciones en este yacimiento. A pesar de que prácticamente todos son hallazgos descontextualizados, procedentes de UEs romanas y posteriores, tanto por su cantidad como por la calidad de algunos ítems, sirven para subrayar la importancia de Medellín durante toda la Edad del Hierro. Como complemento, se presenta también un escarabeo egipcio hallado en similares condiciones.

Palabras-clave: Pequeños objetos, orientalizante, Hierro II, Extremadura.

Abstract

The seasons of archaeological excavations carried out in 2014 and 2015 in the Cerro del Castillo (Medellín, Extremadura) supply a significant quantity of Greek pottery dated on the 5th and 4th centuries BC. This evidence is added to those what was already known about this kind of imports in this site. Almost all these new finds are out of context, since they came from Roman and later strata. However, both because of their quantity and the quality of some items, they serve to highlight the importance of this site throughout all the Iron Age. As a complement, an Egyptian scarab found in the same archaeological conditions is presented too.

Key-words: Greek Pottery, small finds, orientalising, Iron Age, Iberian Peninsula

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_14

¹ jjimavila@hotmail.com

I. Introducción

El objetivo fundamental de este trabajo es la presentación y valoración histórica y cultural del material cerámico griego aparecido en el yacimiento del Cerro del Castillo de Medellín (Badajoz) durante las campañas arqueológicas efectuadas entre los años 2014 y 2015. Estas intervenciones se realizaron a través del convenio suscrito entre la Junta de Extremadura (en aquella época usualmente reconocida como Gobierno de Extremadura) y el Ayuntamiento de dicha localidad, de cara a la continuación de las excavaciones arqueológicas que, desde 2008, se venían realizando en este yacimiento y, más concretamente, en el entorno del teatro romano². La campaña de 2014, dirigida por Ángel Carbajo, se extendió desde el mes de julio hasta el de noviembre de ese mismo año y se centró en la zona del *postscaenium* del teatro romano (PTRM). En 2015 se reanudaron estos trabajos en una

campaña de similar duración que contó con la misma dirección. Al mismo tiempo, se abrió una nueva área situada hacia el oeste de la anterior, coincidiendo con la situación de unas estructuras romanas de carácter monumental (EM), cuya responsabilidad recayó sobre Montaña Luengo (Fig. 1).

En ambas zonas han aparecido cerámicas griegas, habitualmente como material descontextualizado en unidades estratigráficas de épocas romana, medieval y/o moderna. Solo el fragmento CCM/24, correspondiente a una copa de tipo Cástulo, podría proceder de un contexto original correspondiente a finales la I Edad del Hierro, aunque el material que lo acompañaba era escaso y poco significativo. También el fragmento CCM/29 se localiza en otra de las escasas unidades que se han atribuido a época protohistórica, en este caso a la II Edad del Hierro, por lo que, dada la cronología algo más

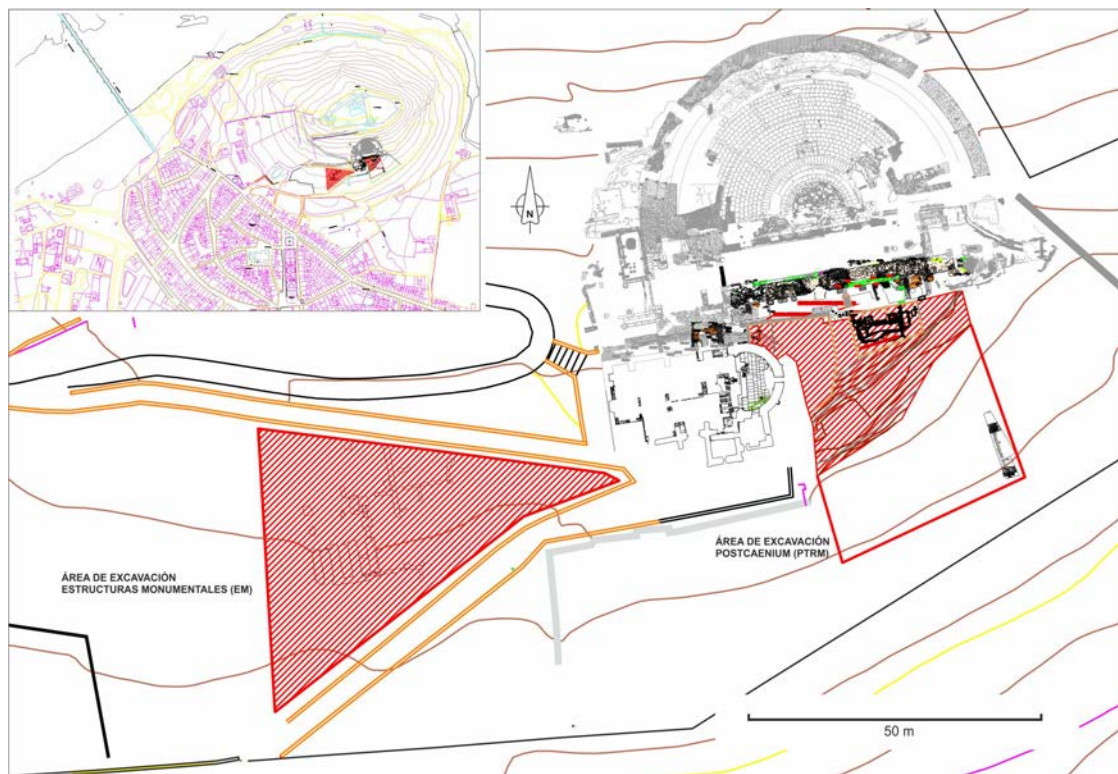


Fig. 1 - Situación de las zonas de actuación de 2014 y 2015 en el entorno del Cerro del Castillo de Medellín, de donde proceden los materiales tratados en este trabajo.

² La cuantía del convenio para 2014 y 2015 fue de 450.000 euros.

antigua que hemos propuesto para el mismo, puede considerarse también, inicialmente, como una intrusión. Además de este material cerámico, se localizó un escarabeo egipcio que complementa el elenco de importaciones mediterráneas de la Edad del Hierro de estas dos campañas.

Estos hallazgos se suman a lo que ya conocíamos para este tipo de material mediterráneo en el yacimiento de Medellín (Almagro-Gorbea *et al.*, 2009; Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004; 2006; Jiménez Ávila, 2007; 2018) viniendo a reforzar con su presencia la importancia de este enclave como lugar central en la Protohistoria del Valle Medio del Guadiana (Almagro-Gorbea, 2008).

II. Cerámicas Griegas

2.1. Catálogo

El catálogo se ordena por campañas, áreas de intervención y número de unidad estratigráfica, conforme a la relación que se inició en el repertorio general de cerámicas griegas de Extremadura (Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004), con la signatura CCM/ (Cerro del Castillo de Medellín) seguida del ordinal correspondiente, que comienza a partir del último registro publicado procedente de este yacimiento y que coincidía con la entrada CCM/8 (Jiménez Ávila, 2018). Puesto que se trata en todos los casos de materiales inéditos, se elude este dato, así como el de su depósito en el Museo Arqueológico Provincial de Badajoz que, igualmente, es compartido por todos los componentes del catálogo. Debido a lo reciente de su entrega, aún no se ha procedido al inventario individualizado de estos fragmentos en dicha institución.

CCM/9: Lécané. Fragmento correspondiente a la tapadera de una lécané ática de figuras rojas con blanco añadido que incluye el arranque del reborde vertical. 79 x 43 x 5,7 mm. Barniz negro brillante tanto al exterior como al interior, donde se reconocen las líneas del torno. Pasta rojiza. La decoración de la cara externa muestra, en reserva, un altar sobre el que descansa la pierna (izquierda ?) de una figura humana tratada en blanco que se conserva hasta la pantorrilla. Detrás del altar aparece el pie (derecho ?) del mismo personaje al que deben corresponder también unos trazos blancos que se pierden en la línea de fractura. Delante del altar aparece la figura de un felino rampante hacia la derecha, todo ello incompleto. Siglo IV a. C. Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9021, estrato de época medieval-moderna. Sigla de excavación: PTRM/9021/1. (Fig. 3, n.º 15).

CCM/10: Escifo. Fragmento correspondiente al borde de un escifo ático de figuras rojas de tipo B. 22 x 15 x 3,7 mm. Barniz negro brillante desprendido en algunas zonas. Pasta color arena. Zonas en reserva al exterior. Siglo IV a. C. Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9003, estrato de vertidos de época bajomedieval. Sigla de excavación: PTRM/9003/2. (Fig. 3, n.º 13).

CCM/11: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al borde, carena exterior y resalte interno del labio de una copa ática de barniz negro de tipo Cástulo. 44 x 27,5 x 5,5 mm. Barniz negro brillante saltado en algunas zonas. Pasta rojiza. Siglo V a. C. Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9041, fechada en época bajomedieval. Sigla de excavación: PTRM/9041/8. (Fig. 2, n.º 4).

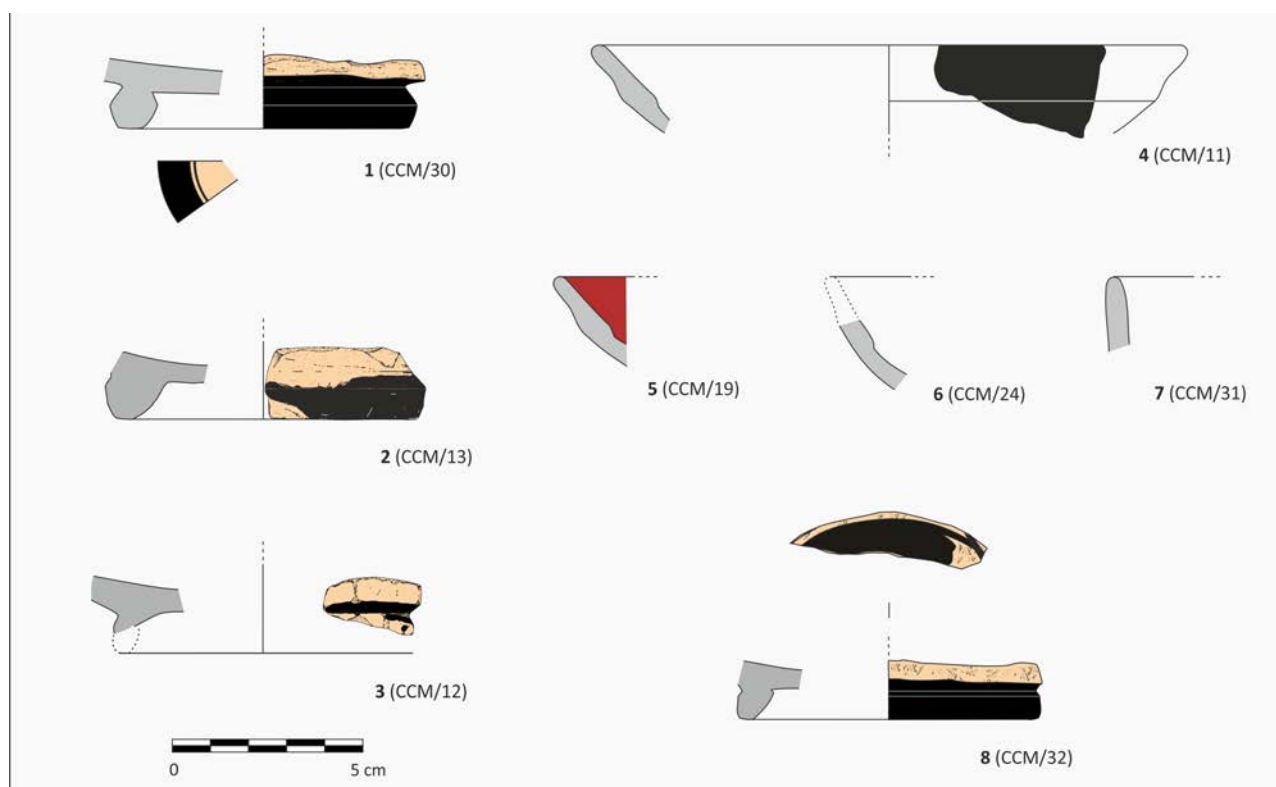


Fig. 2 - Cerámicas griegas del Cerro del Castillo de Medellín. Materiales del siglo V a.C.: copas cástulo, *large plain rim* de barniz negro y de figuras rojas y escifo de tipo A.

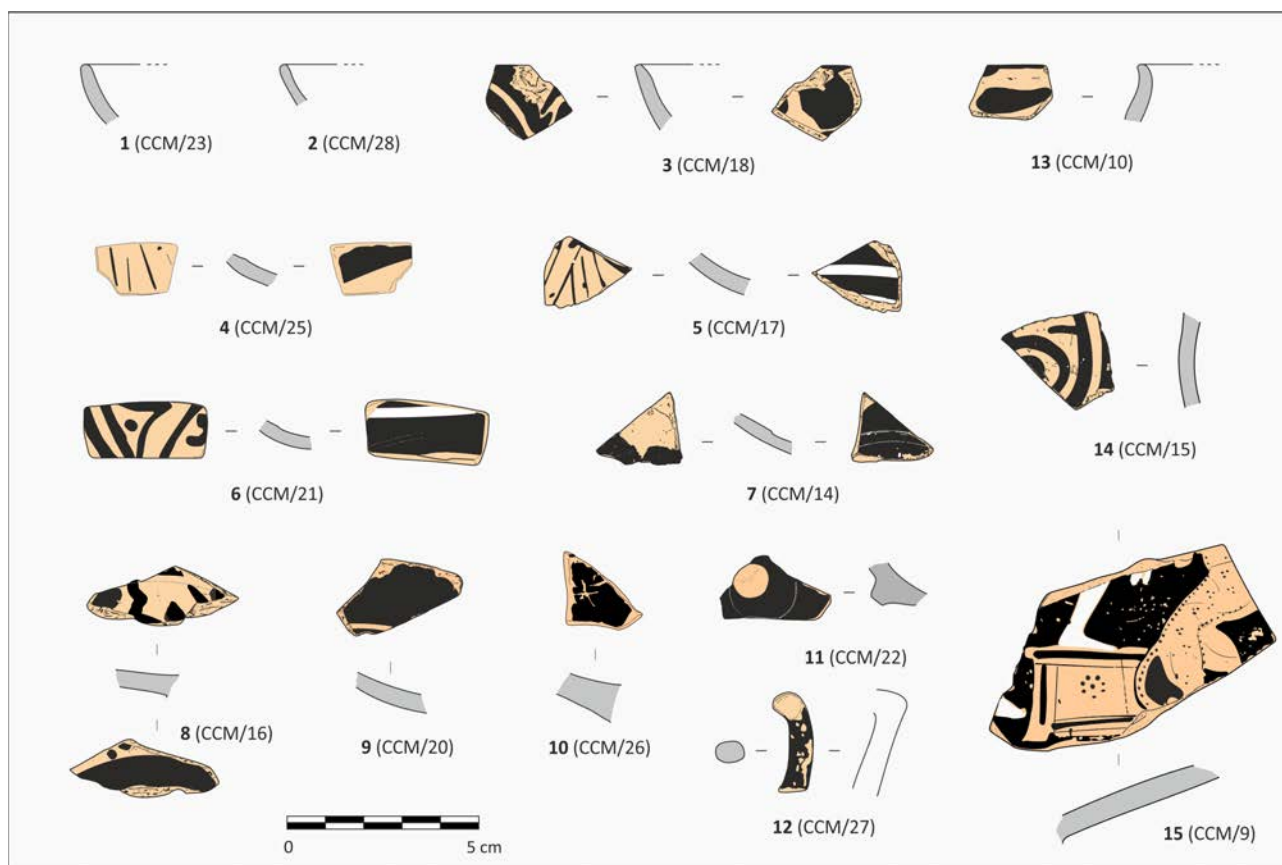


Fig. 3 - Cerámicas griegas del Cerro del Castillo de Medellín. Materiales del siglo IV. 1-12, copas de pie bajo; 13 y 14, escifos de tipo B; 15, lécane.

CCM/12: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y el arranque del pie anular de una copa ática de barniz negro de tipo Cástulo o *Plain rim*. 26,5 x 28 x 7 mm. Barniz negro brillante, saltado en algunas zonas. Pasta color rojizo. La parte exterior del fondo, muy precariamente conservada, presenta barniz negro. Siglo V a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9042, que rellena una fosa de época moderna. Sigla de excavación: PTRM/9042/I. (Fig. 2, n.º 3).

CCM/13: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y a la base anular de una copa ática de barniz negro de tipo Cástulo (más improbablemente *plain rim*). 49 x 29 x 5,5 mm. Barniz negro brillante. Pasta rojiza. La parte exterior del fondo presenta barniz negro en toda la superficie conservada. Siglo V a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9048, fechada en época bajomedieval.

Sigla de excavación: PTRM/9048/I. (Fig. 2, n.º 2).

CCM/14: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y resalte interior de una copa ática de pie bajo y barniz negro, aunque no es descartable que tuviese decoración de figuras rojas, dada la porción que se conserva. 22 x 19 x 3,8 mm. Barniz negro mate, desgastado y saltado, especialmente al exterior. Pasta color achocolatado. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9060, que rellena una fosa de época bajomedieval.

Sigla de excavación: PTRM/9060/28. (Fig. 3, n.º 7).

CCM/15: Escifo. Fragmento correspondiente a la panza superior de un escifo ático de figuras rojas de tipo B. 32 x 25 x 3,2 mm. Barniz negro brillante al interior y al exterior. Pasta anaranjada.

Decoración en reserva por la parte externa formando volutas. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9065, un derrumbe de tejas de época moderna.

Sigla de excavación: PTRM/9065/4. (Fig. 3, n.º 14).

CCM/16: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y al arranque de la base anular de una copa ática de figuras rojas de pie bajo. 38 x 15 x 4,5 mm. Barniz negro de brillo apagado. Pasta achocolatada. Decoración de figuras rojas por ambas caras. Al exterior, sobre banda negra que se ajusta al anillo de la base, espacio en reserva en el que se reconocen dos pinceladas negras. Al interior, sobre fondo en reserva, trazos negros que no permiten identificar el motivo. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9187 que colmata un silo de época almohade.

Sigla de excavación: PTRM/9187/170. (Fig. 3, n.º 8).

CCM/17: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo de una copa ática de pie bajo de figuras rojas. 24 x 19 x 4 mm. Barniz negro de brillo apagado. Pasta achocolatada. Al interior se conservan restos de dos trazos blancos que definirían el fondo y otros elementos decorativos. Al exterior restos de la decoración en reserva con trazos negros que quizá correspondan a los pliegues de un himation. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9202, estrato arenoso de época almohade.

Sigla de excavación: PTRM/9202/I. (Fig. 3, n.º 5).

CCM/18: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al borde de una copa ática de pie bajo de figuras rojas. 26 x 19 x 3,8 mm. Barniz negro brillante. Pasta achocolatada. Al interior se observa una zona en reserva Al exterior

decoración en forma de ondulaciones. No se identifican motivos por ninguna de las dos caras. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9202, como el n.º anterior.

Sigla de excavación: PTRM/9202/2. (Fig. 3, n.º 3).

CCM/19: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al borde, carena exterior, arranque de asa y resalte interior del labio de una copa ática de barniz negro de tipo Cástulo. 31 x 28 x 4,7 mm. Barniz rojo coral al interior y negro mate, parcialmente conservado, al exterior. Pasta rojiza. Finales del siglo V a. C.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9202, como el n.º anterior.

Sigla de excavación: PTRM/9202/10. (Fig. 2, n.º 5).

CCM/20: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y la inflexión previa a la base de una copa ática de figuras rojas de pie bajo. 33 x 22 x 3,6. Barniz negro de brillo apagado al interior, y de tonalidades pardas, por defecto de cocción al exterior, donde se muestra descascarillado. Pasta color rojizo. Únicamente conserva como decoración uno de los círculos que delimitan el tondo interior, trazado en reserva. Por sus características (sobre todo la delgadez de la pared) es más fácilmente asimilable a una copa de pie bajo del siglo IV que no con una homóloga *plain rim* del V, aunque presenta analogías con ellas que no descartan del todo esta adscripción.

Apareció en la campaña de 2014, en la UE 9209, estrato fechado en época altoimperial romana.

Sigla de excavación: PTRM/9209/3. (Fig. 3, n.º 9).

CCM/21: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente a la pared de una copa ática de

pie bajo de figuras rojas. 32 x 15 x 3,6 mm. Barniz negro brillante. Pasta rojiza. El barniz cubre casi toda la superficie interior, salvo una pequeña zona, junto a la fractura distal, que aparece en reserva. También conserva restos de un trazo sobrepintado en blanco. Al exterior, decoración de figuras rojas en reserva a base de pinceladas y puntos que no permiten reconocer el motivo. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9270, correspondiente a la colmatación de un silo de época almohade.

Sigla de excavación: PTRM15/9270/1. (Fig. 3, n.º 6).

CCM/22: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente a la pared y al arranque del asa de una copa ática de barniz negro, probablemente de pie bajo. 30 x 16 x 3,5 mm. Barniz negro brillante muy denso que recubre la superficie interior y exterior en su totalidad. Pasta color rojizo. La delgadez de la pared sugiere que se trate de una copa del siglo IV a.C., aunque no son descartables otras posibilidades.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9285, correspondiente a la colmatación de una cloaca de época romana.

Sigla de excavación: PTRM15/9285/1. (Fig. 3, n.º 11).

CCM/23: Copa de pie bajo. Fragmento de borde de una copa ática de barniz negro, probablemente de pie bajo. 28 x 22 x 3,8 mm. Barniz negro brillante, tornasolado y algo descascarillado que recubre la superficie interior y exterior en su totalidad. Pasta rojiza. La delgadez de la pared sugiere que se trate de una copa del siglo IV a.C., aunque no son descartables otras posibilidades.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9301, correspondiente a la colmatación de una fosa de época almohade.

Sigla de excavación: PTRM15/9301/2. (Fig. 3, n.º 1).

CCM/24: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al resalte interior del labio de una copa ática de barniz negro de tipo Cástulo. 26 x 23 x 4,7 mm. Barniz negro brillante, muy espeso que recubre toda la superficie. Pasta rojiza. Siglo V a. C.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9307, estrato sedimentario de arenas y cantos de río que corresponde a la Edad del Hierro, probablemente a época postorientalizante, aunque el material asociado (cerámicas a mano y a torno grises y de cocción oxidante) es escaso y poco significativo.

Sigla de excavación: PTRM15/9307/1. (Fig. 2, n.º 6).

CCM/25: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo de una copa ática de figuras rojas y pie bajo. 22 x 13 x 4 mm. Barniz negro brillante. Pasta rojiza. Al interior el barniz cubre la mitad de la superficie, en su parte más cercana al borde, dejando en la parte en reserva la silueta curvada que permite reconocer el tondo y una mínima parte de la decoración. Al exterior casi toda la superficie en reserva, con finos trazos negros tal vez correspondientes a los pliegues de un himation. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9547, colmatación de una zanja bajomedieval.

Sigla de excavación: PTRM15/9547/1.

Fig. 3, n.º 4.

CCM/26: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y a la inflexión de la base de una copa ática. 26 x 16 x 10,4 mm. Barniz negro brillante. Pasta anaranjada. El barniz cubre toda la superficie hallándose muy deteriorado y arañado, particularmente en el exterior. La intensidad del brillo al interior es

distinta, lo que sugiere una diferenciación en círculos concéntricos que contornea el tondo. Por eso parece apropiado identificarla con una copa de figuras rojas del siglo IV.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9568, estrato de época altoimperial romana con intrusiones de la Edad del Hierro.

Sigla de excavación: PTRM15/9568/40. (Fig. 3, n.º 10).

CCM/27: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al codo del asa de una copa ática de barniz negro o figuras rojas. 28 x 7,6 x 7,1 mm. Barniz negro brillante. Pasta color arena. Por la gracilidad de los brazos y la angulosidad del codo se puede adscribir a una producción del siglo IV, siendo en consecuencia muy probable que estuviera decorada con figuras rojas. Siglo IV a. C.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9577, colmatación de una zanja con material mayoritariamente altoimperial romano.

Sigla de excavación: PTRM15/9577/1. (Fig. 3, n.º 12).

CCM/28: Copa (?). Pequeño fragmento de borde de un vaso ático cubierto de barniz negro brillante por ambas caras. 17 x 17 x 3,2 mm. Pasta rojiza. Su perfil apuntado puede corresponder a una copa pero no son descartables otras posibilidades como cuencos, etc. Tampoco es determinable si se trata de una forma de BN o de FR ni su cronología.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9577, como en n.º anterior.

Sigla de excavación: PTRM15/9577/13. (Fig. 3, n.º 2).

CCM/29: Copa (?). Fragmento correspondiente al fondo y al arranque de la base de un vaso ático de barniz negro de pie bajo. 34 x 24 x 4,4 mm. Barniz negro muy brillante. Pasta rojiza. La

extraordinaria calidad del barniz que, además, recubre toda la superficie, sin huellas de pintura ni impresiones (que, caso de existir, deberían coincidir con esa zona) sugiere que se trate de una producción del siglo V, probablemente una copa de tipo *plain rim* de barniz negro, si bien no son descartables otras posibilidades. Siglo V a. C. Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9660, fechada en la II Edad del Hierro durante la fase de excavación.

Sigla de excavación: PTRM15/9660/1.

CCM/30: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y al pie anular de una copa ática de barniz negro de tipo Cástulo. 54 x 39 x 7,5 mm. Barniz negro brillante. Pasta clara de color arena. En el fondo interior el barniz está muy deteriorado. En el tondo exterior círculos concéntricos en negro y en reserva. Siglo V a. C. Apareció en la campaña de 2015, en la UE 1300, capa superficial que cubría todo el sector EM. Sigla de excavación: EM15/1300/6. (Fig. 2, n.º 1).

CCM/31: Escifo. Fragmento correspondiente al borde de un vaso ático de perfil recto, muy probablemente un escifo de tipo A. 22,5 x 19 x 5 mm. Barniz negro brillante, saltado por algunas zonas. Pasta rojiza. Siglo V a. C. Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9460 con materiales de época contemporánea. Sigla de excavación: EM15/9460/1. (Fig. 2, n.º 7).

CCM/32: Copa de pie bajo. Fragmento correspondiente al fondo y al pie anular de una copa ática de figuras rojas de tipo *plain rim*. 58 x 17 x 4,8 mm. Barniz negro brillante. Pasta clara de color arena. En el tondo interior se aprecia una zona en reserva correspondiente a la decoración, sin que se pueda determinar el motivo representado. En el exterior, círculos en negro y en reserva. Siglo V a. C.

Apareció en la campaña de 2015, en la UE 9499, de época contemporánea.

Sigla de excavación: EM15/9499/1. (Fig. 2, n.º 8).

2.2. Análisis y valoración

Los 24 fragmentos de cerámica griega procedentes de las campañas de 2014 y 2015 realizadas en el Cerro del Castillo de Medellín, que aquí hemos repertoriado, vienen a sumarse a hallazgos similares efectuados en los últimos años en las excavaciones del teatro romano y otras zonas próximas del entorno del Parque Arqueológico, consistentes en restos de cuatro copas de FR y un escifo de BN (Jiménez Ávila, 2018); hallazgos que, a su vez, se añadían a los pocos elementos ya localizados en el área del propio teatro romano durante las intervenciones que allí realizara M. del Amo en los años setenta —una copa de tipo Cástulo— o los aparecidos en la ladera norte durante los trabajos de M. Almagro-Gorbea y A.M. Martín Bravo en 1991 —dos fragmentos amorfos atribuidos ambos a vasos del siglo V— (Almagro-Gorbea y Martín Bravo, 1994; Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 22). En total, se recuentan fragmentos de 32 vasos. A todo ello es necesario agregar los restos procedentes de la necrópolis, de signo bien distinto, ya que, aparte de seis fragmentos de vasos identificados como pertenecientes a copas de barniz negro (la mayor parte de tipo Cástulo), hay que destacar la presencia de cerámicas arcaicas completas halladas formando parte de dos de las sepulturas excavadas, que están representadas por un aríbalo corintio y por la célebre copa de labio del ceramista Eucheiros, uno de los “pequeños maestros” atenienses que trabajan a mediados del siglo VI (Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 22-25). Con este repertorio de 40 entradas Medellín se sitúa entre los

Abr.	Yacimiento	S. VI	S. V	S.IV	TOT.
CR	Cancho Roano	1	445	-	446
CCM	Cerro del Castillo Medellín	-	13	19	32
LMC	La Mata de Campanario	-	9	-	9
NOM	Necrópolis de Medellín	2	6	-	8
BAD	Alcazaba de Badajoz	-	3	5	8
ENT	Castro de Entrerríos	-	-	7	7
CUC	El Cuco	1	-	4	5
TUM	Turuñuelo de Mérida	-	2	-	2
TUG	Turuñuelo de Guareña	-	2	-	2
LOB	El Pico, Lobón	-	-	2	2
LAC	Cogolludo/Lacimurga	-	-	2	2
CAP	Castrejón de Capote	-	-	2	2
HZ	Huerta Zacarías	-	-	2	2
GUA	Guadajira	-	1	-	1
CHA	El Charro	-	-	1	1
CBA	Cerro de la Barca	-	-	1	1
JAR	Necrópolis del Jardal	-	-	1	1
ESP	El Espadañar	-	-	1	1

Fig. 4 - Cerámicas griegas en el valle Medio del Guadiana, cuadro resumen.

yacimientos de su entorno —el Guadiana Medio— que más importaciones de esta naturaleza registran (Fig. 4 y 5), viéndose solo superado por el complejo palacial de Cancho Roano (Zalamea de la Serena), donde los vasos griegos adquieren unas condiciones de acumulación y abandono enormemente específicas, como tantas veces se ha señalado (Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 25s.).

Por lo que al área del hábitat se refiere, las importaciones griegas se restringen a vasos áticos de los siglos V y IV a. C. mayoritariamente destinados a la bebida ritualizada del vino. A la centuria del cuatrocientos corresponden 13 unidades, lo que supone el 40% del total de las cerámicas griegas contabilizadas en esta zona del yacimiento. Las formas representadas son todas adscribibles a la vajilla vinaria, con presencia muy minoritaria de escifos (un ejemplar no muy evidente), copas de tipo Cástulo (bien reconocidas hasta en siete ocasiones) y vasos de tipo *plain rim*, modalidad de la que hemos contabilizado tres unidades, dos de las cuales corresponden a copas de figuras rojas. Resulta ilustrativo constatar, de nuevo, este dato que ya había sido apuntado en la última revisión de las cerámicas griegas de este yacimiento (Jiménez Ávila, 2018) cuando fue presentado un fragmento de tondo interior con círculos en reserva procedente de un pequeño sondeo realizado en la parte baja del cerro (CCM/4) ya que, hasta entonces, las copas de figuras rojas del siglo V solo se habían documentado en complejos palaciales, como Cancho Roano o La Mata o en túmulos interpretados en la misma línea, como el Turuñuelo de Guareña (Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 42). Con su reiterada aparición en Medellín, de donde presentamos ahora un nuevo ejemplar que, precisamente, cierra nuestro catálogo (CCM/32), se confirma la capacidad de este centro a la hora de demandar y recibir importaciones mediterráneas que se encuentran entre las de más elevada gama de este grupo en la región. No obstante, debemos tener en cuenta el papel que Medellín debió desarrollar como centro redistribuidor de este tipo de productos, ya que se trata del gran centro urbano de la zona y probablemente muchos de ellos solo estarían temporalmente en este enclave intermedio para

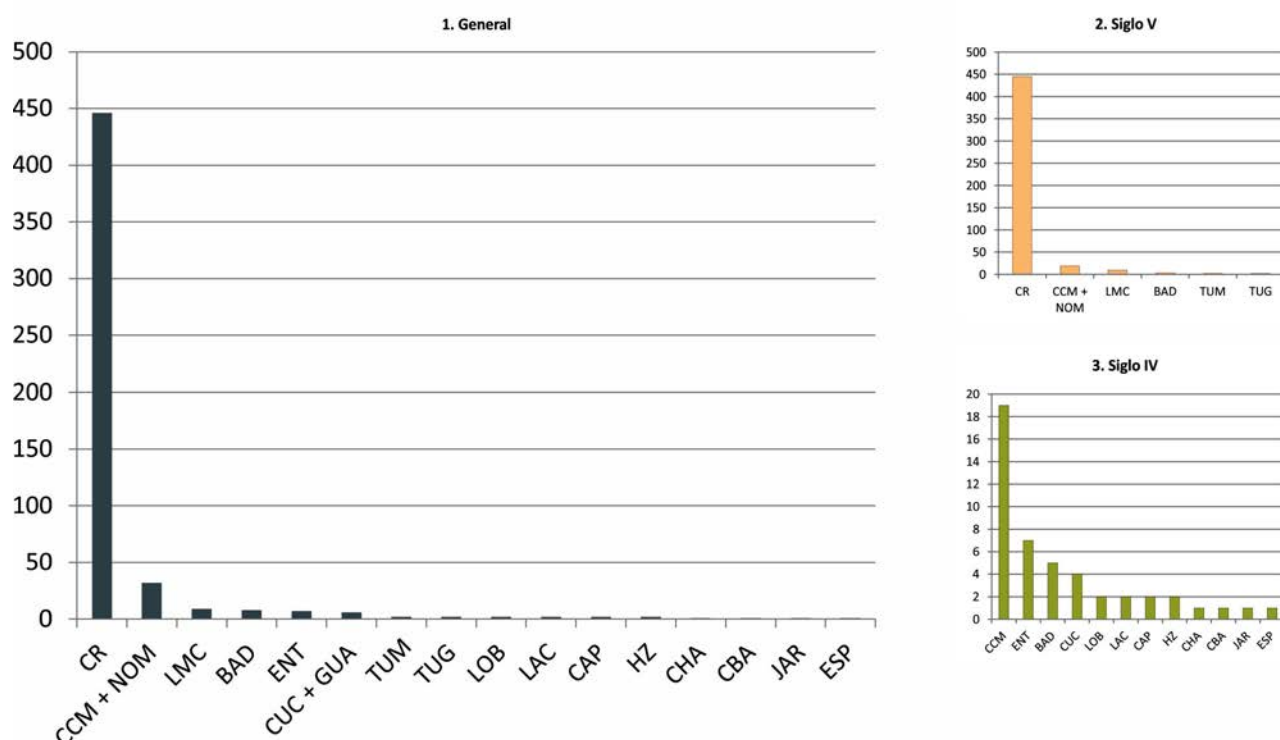


Fig. 5 - Diagramas de frecuencias de las cerámicas griegas en el valle Medio del Guadiana según el número de fragmentos por yacimiento. [1] Recuento general; [2] Siglo V; [3] Siglo IV.

pasar posteriormente a sus destinatarios finales. De hecho, en las tierras de la necrópolis solo han aparecido restos de copas de tipo Cástulo, contrastando con la calidad de las producciones de la época arcaica.

Las tres formas documentadas en Medellín en la fase del siglo V son las más abundantes en la tabla tipológica del Guadiana Medio para esta época (Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 151; 2006: 133; Jiménez Ávila, 2007: 281), guardando, además unas proporciones similares (Fig. 6). Destacan, así, las copas de tipo Cástulo, representadas con un 54% que podría incrementarse al 70% si correspondieran a este tipo los fragmentos amorfos, como resulta estadísticamente lo más probable. No conservamos partes diagnósticas que nos permitan reconocer vasos antiguos con la zona intrasal y la parte vertical del pie en reserva, que se documentan en sitios próximos como Cancho Roano o La Mata. Algún fragmento presenta el

barniz interno en rojo coral, por defecto de cocción en la tercera fase de horneado. Las copas *plain rim* suponen el 22% de la lista, con mayoría de ejemplares decorados, más fáciles de reconocer en un muestreo eminentemente fragmentario como este. Por último, los escifos, con un único e incierto ejemplar, alcanzan el 8%, sin que sea posible aventurar si presenta la típica decoración de hojas. Es posible que algunos de los fragmentos amorfos que hemos repertoriado (incluso algunos de los que se han adscrito a alguna forma concreta, como el ejemplar CCM/29, leído como una *plain rim* de BN) correspondan a otros tipos de vasos, como las lécanes o las *one handler*, representadas en Cancho Roano o, incluso, a otras formas. Sin embargo, la posibilidad estadística es muy baja.

Los vasos del siglo IV suman el 60% del elenco de recipientes griegos recogidos en la zona del hábitat de Medellín hasta la actualidad. Esta cantidad supone un sustancial incremento para

un yacimiento donde este tipo de importaciones, hasta hace tan solo unos años, estaba absolutamente ausente. Se justifica así la extrañeza que esta ausencia provocaba para un poblado de la importancia de Medellín y se confirma que debía atribuirse a problemas derivados de la investigación (Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 198) y no a otras causas, tal y como se ha señalado recientemente al publicar los primeros hallazgos metellinenses correspondientes a esta centuria (Jiménez Ávila, 2018). Esta presencia de hallazgos griegos del siglo IV en Medellín implica también cambios importantes (si es que no radicales) en la percepción global de la cerámica griega de esta época en el conjunto del Guadiana Medio, ya que, con los 19 fragmentos catalogados, este centro se convierte en el de mayor incidencia de este tipo de importaciones en todo este territorio. Las diferencias con los demás yacimientos son, además, notables, ya que la tónica dominante en todos ellos es que se recojan una o dos entradas por sitio, con raras excepciones. Los hallazgos de Medellín suponen ahora casi el 40% del material del siglo IV en el Valle Medio del Guadiana (Fig. 5.2). En consecuencia, gracias a los recientes trabajos, Medellín ha pasado en pocos años de no estar representado en los mapas de esta época (Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 197) a tener una representación equiparable a los de los yacimientos más numerosos (Jiménez Ávila, 2018) para, finalmente, erigirse a la cabeza de todo el repertorio, desarrollando un fenómeno similar al que Cancho Roano ejemplifica para el siglo V, aunque menos acusado.

Al igual que sucede en la centuria anterior, el elenco tipológico del trescientos es poco variado, situación que, en este caso, contrasta más con lo que conocemos en el entorno inmediato, dada la mayor diversidad tipológica de las tablas de este momento, que incluyen ya nueve tipos (Fig. 7).



Fig. 6 - Tabla tipológica de la cerámica griega del siglo V a. C. en el Guadiana Medio, destacando en negro las formas presentes en Medellín, y diagrama de frecuencias de los tipos representados en el Cerro del Castillo.



Fig. 7 - Tabla tipológica de la cerámica griega del siglo IV a. C. en el Guadiana Medio, destacando en negro las formas presentes en Medellín, y diagrama de frecuencias de los tipos representados en el Cerro del Castillo. Se incorpora la lécane por primera vez.

Las formas más habituales —casi las únicas— son, de nuevo, las relacionadas con la bebida del vino, con un predominio absoluto de la copa de pie bajo decorada con figuras rojas (74%) y una presencia minoritaria de escifos de tipo B (16%), donde se reconocen tanto los de Figuras Rojas como los de Barniz Negro. Aparte de la vajilla vinaria, destaca la aparición de las lécanes (5%), por primera vez entre las formas de esta fase en la región. Con respecto a las ausencias, resulta especialmente llamativa la de los cuencos de borde entrante o saliente, que en las tablas de la región alcanzan casi el 20% (Jiménez Ávila, 2007) siendo difícil, a la luz de sus características, incluir en estos tipos algún fragmento amorfo o dudoso de los repertoriados. La ausencia de otras formas, como las pélices, o las recientemente incorporadas, crateras y bolsales, es más fácilmente justificable dada su escasez en el repertorio regional (Jiménez Ávila, 2018). La aparición de una extraordinaria lécana

compensa la ausencia de estos grandes vasos que rompen la monotonía general del elenco.

Lo fragmentario del material dificulta una aproximación a la mayor parte de los tipos representados que vaya más allá de los ya comentados datos numéricos. Algunas de las copas (especialmente de las que ya se han presentado previamente a este trabajo) presentan los trazos típicos del grupo de Viena-II6, reconociéndose algunas partes anatómicas de los personajes representados al interior de algún vaso, como el CCM/5, donde se adivina una cabeza humana (Jiménez Ávila, 2018). También están presentes otros motivos como las palmetas (CCM/6), pero en la mayor parte del material los temas son irreconocibles. Entre los escifos se distinguen también volutas (CCM/15) que son muy típicas de las adocenadas producciones de esta época, como el nutrido grupo del *Fat boy*, tan presente en Occidente, que cuenta con algún ejemplo en yacimientos extremeños.



Fig. 8 - Fragmento CCM/9 correspondiente a una tapa de lécana (Foto J. Jiménez Ávila) y lécanes de figuras rojas del Grupo de Otchët, con similar temática, procedente del Sur de Italia, MMA 17.230.42 (Foto Metropolitan Museum of Art, Nueva York).

Mención aparte merece la lécana (CCM/9) de cuya tapadera se ha recuperado una buena porción que contiene una parte reconocible de la decoración figurada (Fig. 8.1). La parte conservada corresponde a la inflexión del reborde distal o labio que permite asegurar el cierre de la caja. De la escena representada se conserva un altar en reserva ribeteado con pinceladas en negro y decorado con una roseta obtenida con un punto central y otros siete dispuestos en círculo alrededor. Sobre el altar se apoya el pie de una figura antropomorfa sobrepintada en blanco de la que se conserva la pierna hasta la pantorrilla. Probablemente se trate de un erote alado, como suele ser habitual cuando se trabajan escenas semejantes sobre este tipo de recipientes. De este personaje blanco se observan, además, el otro pie y unos trazos que se pierden por la fractura superior y que podrían corresponder a una

mano, aunque no es seguro. Delante del altar, dándole la espalda, aparece la figura de un felino (probablemente un leopardo) en posición rampante, cuyo cuerpo también se decora con un fino punteado que lo ribetea por la cola y los bordes y que imita las manchas de la piel en las ancas y el lomo. Se conserva incompleto.

Las características pictóricas de este fragmento permiten relacionarlo con el grupo de Otchët, cuyas producciones se extienden a lo largo del siglo IV a.C. y donde predominan las lécanes. Las tapaderas de las lécanes de este grupo suelen decorarse con escenas de gineceo, donde aparecen representadas mujeres de la aristocracia ateniense rodeadas de erotes, sirvientes y animales en contextos que, frecuentemente, se interpretan como preparativos nupciales. De hecho, se entiende que en su contexto originario, estas cajas conteniendo dulces, joyas u otros dones, constituían regalos de boda. La decoración del ejemplar de Medellín, a pesar de su carácter fragmentario, puede leerse dentro de estos mismos parámetros. Entre las numerosas lécanes de este grupo repartidas por museos y colecciones de todo el mundo (Beazley, 1962; Boardman, 1989) se puede citar un ejemplar de procedencia suditálica conservado en el Metropolitan Museum de Nueva York como uno de los más cercanos al fragmento metellinense, por compartir varios de los elementos iconográficos, como la figura de un erote sobrepintado en blanco encima del altar, o la de un felino rampante que juega con una de las damas representadas ya que, una vez más, nos encontramos ante una escena femenina (Fig. 8.2) Dentro de esta producción la lécana de Medellín puede fecharse aún entre las primeras décadas del siglo IV, de acuerdo a lo cuidado del estilo pictórico.

En la Península Ibérica se han hallado lécanes de este grupo con cierta intensidad en el área ampuritana e ibérica catalana (Ampurias, Mas Castellar, Ullastret, Tossal del Mor, Molí d’Espigol...) y más dispersas en poblados y necrópolis ibéricas del Levante y el Sureste meseteño, como Tossal de Manises (Alicante), Cabezo Lucero (Rojales, Alicante) o El Salobral (Albacete), de donde se conserva uno de los ejemplares más completos. Fuera del área ibérica son enormemente escasas, pudiendo citarse únicamente el ejemplar de El Navazo (La Hinojosa, Cuenca), necrópolis celtibérica que, además, explica sus relativamente frecuentes presencias griegas por su proximidad a la región ibérica³. En este contexto, el hallazgo de Medellín resulta muy excéntrico, siendo la única entrada conocida de todo el occidente de la península ibérica.

Es la primera vez que aparece una lécana entre las cerámicas griegas del siglo IV en el Valle Medio del Guadiana, que se agrega así a la tabla de formas de este territorio (Fig. 7). Sí se habían documentado, sin embargo, para el siglo V, con dos ejemplares reconocidos por F. Gracia entre el material de Cancho Roano (Gracia Alonso, 2003: 88; Jiménez Ávila y Ortega Blanco, 2004: 29). Los ejemplares de Cancho Roano son recipientes de barniz negro, no muy distantes en su forma y calidad de las coetáneas copas cástulo que aparecen por centenares en este mismo sitio dándose, además, la circunstancia de que no se han hallado restos de las tapaderas, por lo que es, incluso, dudoso, que se las reconociera en su función primigenia de joyeros o contenedores cerrados. En el caso de la lécana de Medellín esta ambivalencia es más difícil de sostener, puesto que lo que conservamos es precisamente, la tapadera. No obstante, en los contextos

³ Para la documentación del material griego en la Península Ibérica se sigue la base de datos de Iberia Graeca: <https://www.iberiagraeca.com/base/index.php> en cuyas fichas aparece la correspondiente bibliografía.

peninsulares las lécanes juegan a veces un papel diferente del que se les confiere en su patria de origen, el Ática, donde, como hemos señalado, suelen considerarse como ofrenda nupcial. Así, junto a ejemplares completos que parecen haber sido reconocidos por sus usuarios ibéricos como verdaderas cajas o cofrecillos (como muestra su depósito completo en algunos ajuares funerarios) en otras ocasiones la tapa se utiliza como plato, desvirtuando su función primigenia o, tal vez, reaprovechando su uso una vez perdido el recipiente inferior.

En todo caso, y cualquiera que hubiera sido su uso, la lécana de Medellín, con su abigarrada decoración pintada, debió de ser adquirida como un producto sobresaliente dentro de las producciones griegas que llegaban al Valle Medio del Guadiana en la primera mitad del siglo IV, tal vez como un tímido remedo de la excepcionalidad de las primeras cerámicas arcaicas que habían alcanzado la ciudad unos 150 años atrás.

III. Escarabeo

El escarabeo que aquí presentamos (PTRM/9060/1) fue hallado en la campaña de 2014, en la UE 9060 del área del *postscaenium*. Se trata de una unidad que rellena una fosa de cimentación de época bajomedieval.

Trabajado en piedra o pasta de color blanquecino-amarillento sin restos apreciables de vidriado, sus dimensiones son de 15,2 x 10,7 x 6,7

mm. La anatomía del insecto está bien trabajada, siguiendo el esquema dorsal de tipo IV de Newberry/Vercoutter, con tórax y élitros marcados y patas correctamente talladas. Incisiones longitudinales separan la base del cuerpo en su parte lateral. Está atravesado por una perforación longitudinal continua (Fig. 9).

La cara plana presenta inscripción jeroglífica inscrita en una línea oval. La disposición de la leyenda es vertical y presenta tres signos: a la derecha un halcón, que representa a Horus, sobremontado por un disco solar *re* y un cetro *anj* a la izquierda. Se trata de un epíteto de glorificación real que puede ser traducido como “Horus vive”.

Dadas sus características puede fecharse en torno a los siglos VII-VI a. C.

Dos escarabeos egipcios ha proporcionado ya la necrópolis de Medellín, procedentes de dos de las sepulturas de cremación de este cementerio donde se hallaron, además, dos escaraboides peor conservados. Su estudio más reciente es el que han presentado M. Almagro-Gorbea y sus colaboradores dentro de una recopilación de conjunto de todo el material glíptico de la Protohistoria de Extremadura, que incorpora 25 unidades, entre las que destacan conjuntos como Aliseda, Cancho Roano o Talavera la Vieja (Almagro-Gorbea *et al.*, 2009). Con posterioridad



Fig. 9 - Escarabeo procedente del Cerro del Castillo de Medellín (Fotos A. Carbajo). Dibujo de la inscripción jeroglífica.

ha aparecido algún ejemplar más de interés para nosotros por su extrema proximidad, como el hallado en la sepultura XLVI de la necrópolis de Valdelagrulla, en el mismo municipio de Medellín (Menéndez *et al.*, 2015), a lo que habría que sumar algún ejemplar inédito más.

Este nuevo ejemplar procedente de las excavaciones del *postscaenium* del teatro pone en evidencia, una vez más, la importancia de Medellín en el Periodo Orientalizante.

IV. Conclusiones

Las excavaciones realizadas en el entorno del teatro romano de Medellín en los años 2014 y 2015 han proporcionado una notable colección de fragmentos de cerámica griega de los siglos V y IV a. C. La práctica totalidad de estas evidencias procede de contextos estratigráficos posteriores (romanos, medievales y modernos), solo un fragmento (CCM/24) podría haberse hallado en un contexto original de época postorientalizante, mientras que otro fragmento (CCM/29) hallado en niveles inicialmente atribuidos a la II Edad del Hierro presenta, conforme a la valoración que hemos realizado, una cronología algo anterior, por lo que puede considerarse, de manera preliminar, como una intromisión.

Todo el material es de procedencia ática, mayoritariamente compuesto por copas de beber que se adaptan fácilmente a las tablas de formas y a las estadísticas previamente definidas para la región. Es de destacar, sin embargo, la constatación de algunos elementos que ponen de manifiesto la especial importancia de este yacimiento en el panorama del comercio de productos mediterráneos en el entorno del Guadiana Medio protohistórico.

Así, para el siglo V, hay que señalar la constatación de copas de figuras rojas que con

anterioridad solo se habían documentado en entornos palaciales como Cancho Roano, La Mata o El Turuñuelo de Guareña. Su presencia debe ser reflejo, entre otras cosas, del papel de nodo comercial y de centro urbano que debió jugar Medellín.

Pero las principales novedades se centran en el siglo IV, donde en pocos años Medellín ha pasado de no tener importaciones griegas a convertirse en el yacimiento más destacado a estos efectos en todo el territorio extremeño, reincidiendo de nuevo en la continuidad de su importancia también en esta época. Entre la monotonía y el adocenamiento de la práctica totalidad del material del siglo IV destaca la documentación de un fragmento de lécanes del grupo de Otchët que, desde su modestia numérica, contribuye ligeramente a llenar el vacío de los productos de calidad que se constata en este momento en el yacimiento.

Agradecimientos

Queremos manifestar nuestro reconocimiento al personal del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, Guillermo Kurtz y Beatriz de Griño, quienes nos atendieron durante el trabajo de registro de este material y sin cuya labor no habría sido posible esta sistematización.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.) (2008). *La necrópolis de Medellín. III. Estudios analíticos. IV. Interpretación de la necrópolis. V. El marco histórico de Medellín-Conisturgis*. (Bibliotheca Archaeologica Hispana 26.3), Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín; ARROYO UREÑA, Adrián; MARTÍNEZ CORBÍ, Juan Francisco; MARÍN AGUILERA, Beatriz; TORRES ORTIZ, Mariano (2009). Los escarabeos de Extremadura: una lectura sociológica. *Zephyrus*, LXIII, pp. 71-104.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín; MARTÍN BRAVO, Ana M.^a (1994). Medellín 1991. La ladera norte del Cerro del Castillo. In Martín Almagro-Gorbea; Ana M.^a Martín Bravo (eds.) *Castros y Oppida en Extremadura*. Complutum Extra 4. Madrid: Universidad Complutense, pp. 77-127.
- BEAZLEY, John Davidson (1962). *Attic Red-figure Vase-painters*. Oxford: Clarendon Press.
- BOARDMAN, John (1989). *Athenian red figure vases. The Classical Period*. Londres: Thames & Hudson.
- GRACIA ALONSO, Francisco (2003). Las cerámicas áticas del Palacio-Santuario de Cancho Roano. In S. Celestino (ed.) *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos 1*. Badajoz, pp. 21-194.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2007). The Greek Trade in Extremadura. 6th - 4th centuries B.C. In *III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, pp. 269-283.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2018). Novedades en torno a la cerámica griega de Extremadura. In *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Serpa: Câmara Municipal, pp. 381-408.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; ORTEGA BLANCO, José (2004). *La cerámica griega en Extremadura*. Cuadernos Emeritenses, 28. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; ORTEGA BLANCO, José (2006). El comercio Griego en Extremadura (ss. VI-IV a. C.). *Revista de Estudios Extremeños*, LXI: 1, pp. 105-139.
- MENÉNDEZ MENÉNDEZ, Andrea; GIBELLO BRAVO, Víctor; JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2015). El ajuar de la tumba XLVI de la necrópolis orientalizante de Valdelagrulla (Medellín, Badajoz). In *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Excmo. Ayuntamiento de Aroche, pp. 453-473.

LA ETNOARQUEOLOGÍA CERÁMICA, UNA HERRAMIENTA FUNDAMENTAL PARA EL ESTUDIO DE LA ALFARERÍA PREHISTÓRICA.

Recibido: 8 de Maio de 2017 | Aprobado: 1 de Dezembro de 2018

María Lazarich¹

Profesora del Área de Prehistoria. Universidad de Cádiz | Responsable del Grupo PAIDI HUM-812

Antonio Ramos-Gil | Juan Luís González-Pérez | M^a José Cruz-Busto | Mercedes Versaci

Miembros del grupo del Plan Andaluz de Investigación, Desarrollo e Innovación (PAIDI-HUM 812) Prehistoria, Arqueología, Antropología y Paisaje Cultural.

Resumen

Desde hace más de tres años venimos realizando un proyecto encaminado al estudio de la producción cerámica que realizan las alfareras amaziges² del Rif. Aunque nuestros objetivos son más amplios, ya que además pretendemos una mejora social y económica de estas mujeres. Consideramos la etnoarqueología como una disciplina que nos aporta una información muy valiosa para la obtención de hipótesis sobre las sociedades del pasado. Con esta comunicación queremos dar a conocer la alfarería de una comunidad agropastoril con economía de subsistencia, que nos puede ayudar a resolver muchas de las dudas a la hora de abordar un estudio cerámico de las sociedades pretéritas.

Palabras-clave: etnoarqueología cerâmica; alfarería amazighe; alfarería femenina; Marruecos; Rif.

Abstract

For more than three years we have been carrying out a project aimed at the study of the ceramic production manufactured by tamazighen female potters of the Rif. Although our objectives are broader, as we also seek a social and economic improvement of these women. We consider ethnoarchaeology as a discipline that gives us valuable information for obtaining hypotheses about the societies of the past. With this communication we want to make known the pottery of an agropastoral community with a subsistence economy, which can help us to solve many of the doubts when it comes to a ceramic study of the past societies.

Key-words: ceramic ethnoarchaeology; amazighe pottery; female pottery; Morocco; Rif.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_15

¹ maria.lazarich@uca.es

² Utilizamos el término Amazighen, pero españolizado tal como lo recomienda M. Tilmatin (1995) y no la palabra bereber.

I. Introducción.

La Etnoarqueología una disciplina generadora de modelos e hipótesis para obtener inferencias sobre las comunidades prehistóricas.

Fue a principios del siglo XX, cuando por primera vez aparece el término etnoarqueología, en concreto en la obra del antropólogo Jesse Fewkes (1900), quien utiliza el vocablo para describir las actividades arqueológicas que estaba llevando a cabo, con el propósito de localizar yacimientos que los indios Hopi de su época mencionaban en sus mitos (Hernando, 1995: 16).

Otro de los investigadores de fines del siglo XIX y principios del XX que describieron la producción de útiles de piedra, textiles, cerámica, metal y joyería de los pueblos vivos, con el fin de explicar la forma y distribución de artefactos que les proporcionaba el registro arqueológico, fue William Henry Holmes (Meltzer y Dunnell, 1992).

Fueron pues los antropólogos americanos quienes utilizaron ambas disciplinas, es decir, la evidencia arqueológica y el comportamiento etnográfico, al relacionar los restos arqueológicos producto de sus excavaciones con los de los grupos indígenas herederos de aquellas culturas. Pero si bien es verdad que desde la arqueología prehistórica se habían utilizado paralelos etnológicos o analogías etnográficas para interpretar algunos de los restos arqueológicos, no será hasta la segunda mitad del siglo XX, cuando se inicie el desarrollo sistemático de la Etnoarqueología. Ésta como una disciplina propia sobreviene con el desarrollo de la Nueva Arqueología americana y con ella el advenimiento de la llamada arqueología procesual, con L. Binford, como su principal exponente (Hernando, 1995: 17).

Binford (1978) realizó diversas expediciones a Alaska con el propósito de conocer mediante la analogía etnográfica las costumbres de las comunidades cazadoras recolectoras paleolíticas. Realizó estudios metódicos sobre el uso y la dispersión de los restos de cultura material entre los Nunamiut, que le llevó a desarrollar teórica y conceptualmente un enfoque etnoarqueológico.

Sus trabajos sirvieron para fundamentar las bases metodológicas de la Etnoarqueología dentro del paradigma procesual, pasando ésta a ser la disciplina que ayudaría a crear modelos para fundamentar la "teoría de alcance medio". (Hodder, 1988: 127).

Todos los estudios citados han servido como contextos-fuente de analogías con el modo de vida de grupos de cazadores-recolectores, pasando por las primeras comunidades agropastoriles hasta las más complejas de mediados y fines de la Prehistoria reciente.

Muchos investigadores señalan la confusión existente entre Etnoarqueología y Analogía Etnográfica, presentando incluso enfoques diversos para cada una de ellas; es más, en aquellas metodologías que aceptan planteamientos etnoarqueológicos se han utilizado denominaciones diversas para los mismos objetivos, tales como Arqueología viva, Arqueología en acción, Arqueología etnográfica y Arqueoetnografía (Kramer, 1979: 12 *in* Rubio, 1998: 10; Nicholas y Kramer, 2001).

La analogía etnográfica ha estado siempre vinculada al discurso arqueológico. Como señala Almudena Hernando:

“No hubiéramos podido imaginar un pasado diferente de nuestro presente si no fuera por la evidencia de un presente también diferente.” (Hernando, 1995: 20).

A fines del siglo XX hubo una controversia entre los que no estaban de acuerdo con la aplicación de la argumentación analógica en la interpretación del registro arqueológico, y los que la consideraban como un elemento sustancial para obtener inferencias en arqueología.

Incluso, más recientemente, hay quienes plantean que las sociedades actuales no sirven como referentes análogos de las sociedades del pasado, debido a que las comunidades indígenas o las sociedades “primitivas” están muy contaminadas por la civilización occidental o por la globalización. No obstante, como señala Politis esta argumentación no tiene fundamento ya que:

“(…) la investigación etnoarqueológica opera bajo los principios del sincretismo de la argumentación analógica y por lo tanto, los dos elementos de la analogía (la fuente y el sujeto) no deben ser iguales (en cuyo caso no sería necesario un razonamiento analógico) sino que deben tener ciertas condiciones de comparabilidad.” (Politis, 2002: 62-63).

V. Fernández Martínez señaló la complejidad del significado que ha tenido y continúa teniendo el término etnoarqueología para los diversos investigadores. Considera que podemos entenderla dentro de un sentido amplio y en un sentido estricto. En sentido amplio podría relacionarse como la búsqueda de una analogía explicativa en la documentación etnográfica para dar respuesta a un rasgo del pasado y que denomina como “aproximación tipo perdigón”, o también con aquellos trabajos que tienen como objetivo la producción de paradigmas universales o normas transculturales. Sin embargo, en sentido estricto se refiere a:

“(…) los trabajos de campo etnográfico realizados por arqueólogos o por antropólogos con

formación arqueológica.” (Fernández Martínez 1994: 62).

Desde nuestro punto de vista la definición más completa sobre el significado de Etnoarqueología es la realizada por Teresa Chapa en el *Diccionario de Arqueología*, coordinado por Alcina Franch:

“Disciplina que relaciona la Arqueología con la Etnología. Su objetivo es investigar la conducta sociocultural contemporánea desde una perspectiva arqueológica estudiando los patrones de comportamiento de las sociedades vivas y su correlato material, de forma que puedan proporcionar modelos e hipótesis que ayuden a interpretar los registros arqueológicos de sociedades desaparecidas” (Chapa, 1998: 319).

II. El Proyecto FAJJARA.

Una Acción para el Empoderamiento de las Alfareras en el Rif.

Desde hace más de tres años estamos llevando a cabo el proyecto “FAJJARA³”. Este estudio está centrado en un espacio geográfico concreto: el Rif; enfocado a un colectivo de población determinado: las mujeres alfareras amaziges, y con unos objetivos precisos: lograr el empoderamiento de estas mujeres y proteger un patrimonio cultural en vías de desaparición.

Con el subtítulo del proyecto: “Una acción para el empoderamiento de las alfareras del Rif”, expresamos un objetivo fundamental que consideramos vital para poder alcanzar el resto de los objetivos que nos hemos marcado. Queremos dar a las alfareras el poder de reconocer la importancia de su oficio. Que este colectivo desfavorecido socioeconómicamente consiga, mediante su autogestión, la mejora de sus condiciones de vida.

³ “Fajjara” significa “alfar” en lengua árabe.

El propósito fundamental de la primera fase del proyecto ha sido documentar y realizar una labor de apoyo a la preservación de las ancestrales labores artesanales alfareras que son realizadas aún con técnicas prehistóricas, transmitidas de madres a hijas. Para la divulgación del trabajo de las alfareras y de sus productos hemos organizado cuatro exposiciones, y dos que están en curso, en distintas poblaciones de la provincia de Cádiz (Algeciras, Jerez de la Frontera, Vejer de la Frontera y San Fernando). Éstas recogen la información sobre la producción cerámica realizada por mujeres de cuatro aldeas del Rif: Slit, Htatech, Tegheza e Ifrane Alí, localizadas en ámbitos geográficos diversos y con unas características de fabricación y estilo diferentes (VVAA, 2017) (Fig. 1).

Allí estuvimos con Fathma, Zainab, Amina y Rachida, cuatro alfareras que nos aportaron sus conocimientos sobre esta alfarería que aprendieron de sus madres (algunas de sus suegras) generación tras generación.

Los aduares o aldeas del norte de Marruecos son agrupamientos humanos cuyas formas de vida han permanecido casi inalterables a lo largo de los siglos, incluso milenios. Cuenta con una densidad de población superior a la media de Marruecos, de la que el 90% vive en el ámbito rural. Presenta los niveles económicos y de infraestructuras más bajos respecto a otras regiones magrebíes. La red de comunicaciones es muy precaria, con caminos intransitables de acceso a las aldeas. Recientemente, se han introducido la electricidad y la telefonía, y se están realizando obras de saneamiento y alcantarillado, lo que ha supuesto un gran avance en la mejora de la calidad de vida en los aduares.



Fig. 1 - Mapa con la localización geográfica de las cuatro aldeas alfareras estudiadas.

La necesidad de elaboración de vasijas para el consumo y producción alimenticia, junto con el marcado aislamiento de estas tribus amazíges, llevaron a esta cultura a un desarrollo y pervivencia de tradiciones alfareras ancestrales hasta fines del siglo XX.

En la actualidad, la introducción de nuevos materiales como el plástico y el aluminio para la fabricación de recipientes domésticos han relegado a las arcillas y están poniendo en serio peligro la alfarería tradicional de la zona.

En líneas generales la alfarería se desarrolla en ámbitos de subsistencia y autosuficiencia; es decir, encaminada para el consumo propio y, en algún que otro caso, como una forma de mejorar las condiciones de vida mediante una ayuda económica complementaria. Esta actividad está supeditada a las labores del campo, suprimiéndose si es necesario en los periodos de siembra o recolección y por factores climáticos⁴.

⁴ Dadas las características climatológicas de la zona las mujeres se ven obligadas a trabajar en los meses donde las temperaturas no sean ni muy altas ni muy bajas (normalmente al final de la primavera), además de que no coincidan con los periodos de lluvia, por la dificultad que implica el modelado y el horneado en ellas.

La alfarería amazigh femenina ha sido objeto de diversos estudios que responden a muy variados objetivos. Fundamentalmente, se trata de investigaciones etnográficas centradas en el estudio de la producción cerámica entre los que se encuentran los trabajos ya clásicos de H. Balfet (1977), Voseen (1990), H. Berrada (2001), A. Bazzana, R. Elhraiiki y Y. Montmessin (2003), los de carácter etnoarqueológico realizados por un grupo de investigadores de varias universidades europeas (2001), pasando por otros más puntuales dedicados a algunas de las fases del proceso productivo, como son los sistemas de cocción (Schütz, 1992 y 2009), hasta los propuestas de catalogación de las producciones (Soriano Alfaro, 1999). Igualmente hay que destacar los trabajos (catálogos, videos, exposiciones y publicaciones) y proyectos de promoción de turismo cultural alfarero, llevados a cabo por Jorge Wagner y María José Matos (VVAA, 2009).

III. El Proceso productivo de la cerámica femenina del Rif

Metodológicamente para el estudio de la producción de la cerámica hemos aplicado el concepto de cadena operativa, que nos permite una mejor identificación de las diversas fases y de todos los componentes que actúan en ella, basándonos sobre todo en trabajos que han tenido como objeto principal de estudio la cerámica (Shepard, 1980; Rice, 1987; Skibo, 1992; Colomer, 1995; Orton, Tyers y Vince, 1997; entre otros).

Como ya señalamos en otro apartado de este artículo, el proceso productivo es realizado por la mujer amazig en todas sus fases: desde la captación de la arcilla y de desgrasantes, el triturado, decantación, amasado y mezcla de

éstos, pasando por el modelado, la decoración y la cocción, hasta la venta de sus productos y uso para las actividades domésticas.

La tecnología aplicada a la cerámica, aunque es muy rudimentaria y “primitiva”, ha proporcionado a lo largo de miles de años unos resultados excelentes. Estas vasijas, que nacen en principio de unas necesidades de tipo doméstico, vinculadas fundamentalmente con actividades culinarias, tienen un valor cultural y antropológico incalculable.

3.1. La captación de las arcillas

El proceso productivo se inicia con la extracción de la arcilla en los barreros. Ésta es extraída normalmente en los huertos cercanos y, en menor medida, al contrario de lo que ocurría hace unos años, en grandes canteras. Para la extracción utilizan como herramientas una pequeña azada y cestos o sacos, donde recogen la arcilla para su transporte a lomos de asnos hasta la aldea.

Igualmente es en esta fase donde se aprovisionan de los desgrasantes que añadirán al barro en la fase de modelado, con el propósito de modificar las características de las arcillas, dependiendo de las funciones a las que estén destinadas. Hemos llevado a cabo diversas analíticas de caracterización con la intención de conocer los componentes que los integran, al igual que las arcillas. Investigaciones que no podemos incluir en el presente trabajo, dada la característica de estudio preliminar de este artículo, pero sobre el que preparamos un completo informe que esperamos publicar en breve. De todas formas, adelantamos que entre las materias de tipo inorgánico que mayoritariamente y en distintas proporciones utilizan como inclusiones no plásticas, destaca la calcita. Este material, de buena conductividad térmica y dureza, resulta un

excelente desgrasante para las cerámicas de cocina. Así no sólo permitirá que las vasijas no se resquebrajen al perder la humedad y ser cocidas, sino que este fenómeno no ocurra cada vez que sean utilizadas para su exposición al fuego para cocinar alimentos. Igualmente hay que mencionar la utilización de chamota, obtenida mayoritariamente de cascotes rotos cerámicos triturados, pero que en algún caso como la empleada en la arcilla para la fabricación de los platos para la cocción del pan en Htatech. Allí pudimos ver como fabrican chamota con algo de arcilla (menos del 20%), cenizas (alrededor del 60%) y el resto estiércol. Con esta masa realizan tortas que cuecen junto con las vasijas en las horneras al aire libre, y que luego trituran en molinos de mano de piedra para convertirlas en desgrasantes (Fig. 2).

3.2. Preparado y lavado de las arcillas

La siguiente fase, es la de molido y criba de las tierras, que se llevan a cabo golpeando con un palo (Ifrane Alí y Slit) o con una moleta sobre una base o molino de piedra (Htatech y Tegheza) los terrones hasta deshacerlos y posteriormente tamizarlos. Las mezclas de arcillas con los desgrasantes, la decantación y preparación del barro, así como el modelado, son acometidas de manera manual. El barro se coloca en grandes recipientes o en el interior de compartimentos cerrados impermeabilizados con plásticos, y en cuyo interior se ubica el barro y el agua, se mezclan bien y se dejan en reposo hasta que éste se evapore. Todas estas actividades se realizan en el ámbito doméstico, generalmente en el patio o estancia exterior de la vivienda.

3.3. Proceso de modelado de la arcilla.

Las alfareras realizan todo este proceso a mano mediante la técnica del urdido, que consiste en ir uniendo pequeñas masas de arcilla entre sí hasta conseguir el levantamiento de la vasija, lo que convierte a las alfareras en verdaderas artistas por la maestría que exhiben.



Fig. 2 - Triturado de la chamota con moleta sobre molino de piedra en la aldea de Htatech (Tetuán, Marruecos).

Tras mezclar la arcilla con el desgrasante y el agua, lo amasan con los pies o las manos. Luego se sientan en el suelo normalmente con la pierna izquierda extendida y la derecha recogida (Slit, Ifrane Alí) y, en menor medida, sentadas en una banqueta baja (Tegheza) con las piernas entrecruzadas e incluso en cuclillas (Htatech). Se acompañan de la bolsa que contiene la arcilla húmeda, junto con otra de menor tamaño con el desgrasante, un recipiente con agua, y las herramientas para el modelado (espátula de madera, canto rodado y trozo de cuero o lana).

La técnica de modelado a mano se facilita con la colocación de un soporte (un fragmento de cerámica plano o una laja de piedra) sobre el que se dispone bien un gran fragmento cerámico roto o bien una torta realizada con la mezcla de arcilla y paja, que hace las veces de disco y de soporte

(Slit). En Tegheza las dos únicas alfareras que existen en la aldea colocan una vasija boca abajo y encima un soporte de madera para levantar y transportar la vasija hasta su secado. En Htatech, para el modelado del plato para el pan, utilizan como soporte una tapadera de un bidón metálico (Htatech) (Fig. 3). Todas las alfareras espolvorean arcilla seca y desgrasantes sobre el soporte (con el fin de facilitar su separación tras el secado), después realizan una torta de barro que será el fondo del recipiente, y comienzan a colocar tiras o rulos de arcilla, para levantar la vasija. Para unir dichas piezas utilizan espátulas de madera que presentan la muesca característica que facilita dar la curvatura a la vasija.



Fig. 3 - Plato para el pan decorado con pintura, preparada con hojas de lentisco machacadas y mezclada con agua, que es aplicada inmediatamente tras su cocción. Htatech (Tetuán, Marruecos).

En Ifrane Alí utilizan una especie de torneta muy elemental, conformada por un gran cuenco de fondo plano que rellenan de arcilla para que sirva de base; sobre él se coloca otro cuenco, igualmente de fondo plano pero de mucho menor tamaño, dispuesto boca abajo y, finalmente, encima se instala un disco o torta de arcilla muy rudimentaria, que permite girarse

con el movimiento de una de las manos de la alfarera (Fig. 4).

Las vasijas que requieren dos cuerpos, uno más o menos esférico que constituye la panza del recipiente, y otro cilíndrico, que caracteriza al cuello o gollete, han de realizarse en dos tiempos, dejando un espacio intermedio para el secado. Ello evita que las finas paredes, sobre todo la de los grandes recipientes, se hundan al unir ambas partes. Algunas vasijas por su complejidad morfológica son elaboradas en más de dos fases.



Fig. 4 - "Torneta" rudimentaria de Ifrane Alí (Tetuán, Marruecos).

Las jóvenes aprenden el oficio a partir de los 10 o 12 años, aunque como se trata de una actividad estacional (las alfareras sólo trabajan en primavera) no tienen que dejar la escuela por esta causa, aunque sí terminan abandonándola al tener que dedicarse a las tareas agrícolas, al cuidado del ganado, además de ayudar a sus madres en el cuidado de los hermanos pequeños y en las tareas domésticas. Esto no ocurre en la zona de Ifrane Alí, allí las alfareras trabajan más tiempo, pues su producción trasciende del ámbito doméstico y de las ventas en las aldeas cercanas, ya que es demandada en casi todo el país. Por ello, a las niñas que muestran más habilidad para la alfarería los padres las sacan de las escuelas y las ponen a trabajar en el oficio. Durante su aprendizaje modelan vasijas de

pequeño y mediano tamaño, y aprenden a estimar sus dimensiones mediante la utilización de plantillas de cartón o papel.

3.4. Formas y funciones de las cerámicas

En líneas generales, se fabrican tres tipos de cerámicas: cocina, almacenaje y vajillas para la producción y consumo alimenticio, además de otras tareas domésticas y productivas. La variedad formal, pero sobre todo las técnicas decorativas y estilísticas, es tal, que a veces podemos encontrarnos con piezas únicas, propias no sólo de una tribu o de una aldea, sino de cada una de las alfareras. Es una cerámica eminentemente tribal, pero esta peculiaridad, que en principio podría constituir un aspecto positivo de identidad cultural, lleva a que los productos solo sean demandados por los miembros de la propia tribu.

En Ifrane Alí, las vasijas que fabrican están destinadas fundamentalmente a las actividades

culinarias, sobre todo las empleadas para la cocción. Las más características son las ollas, los anafes, cuscuseras, tagines, cazuelas y los platos para la cocción del pan. Igualmente, elaboran recipientes para líquidos (jarros, jarras, botijos) o para el almacenamiento y conservación de alimentos (tinajas, orzas, etc.), y otros usos como teteras y candelabros.

En la aldea de Slit las formas cerámicas que elaboran las alfareras son muy variadas, motivadas por una gran diversidad de usos. Se elaboraban grandes vasijas para contener agua (*guemboura/cántaro*), tinajas (*jabia*) para guardar alimentos o líquidos, o grandes y esbeltas vasijas para contener aceite; muchas acompañadas de sus respectivas tapaderas. Igualmente elaboran recipientes de mediano tamaño como las vasijas para la obtención de leche agria (*leben*) y mantequilla (*akchrou*), las jarras o jarros para escanciar agua (*gorraf*), pasando por las ollas, cuscuseras y anafes (simples o dobles) para cocinar, hasta la vajilla doméstica (platos, vasos y tazas). Aquí no utilizan platos para cocer el pan, pues tienen hornos de doble cámara para tal actividad, estando la superior realizada, tras la parrilla, mediante la colocación de una media vasija de gran tamaño, sobre la que se superpone la cúpula. También se fabrican pequeñas piezas geminadas, sin utilidad aparente, pero que son realizadas por las aprendizas.

Muy curiosos son unos recipientes para hacer humo con el propósito de ahuyentar a las abejas cuando quieren sacar la miel de las colmenas (*mejmar del hal*). A muchas de estas vasijas, sobre todo las de gran tamaño, al no tener en la actualidad una salida comercial en las aldeas, debido a la introducción de otro tipo de materiales como son el plástico o el caucho, se les han buscado nuevos usos, tales como servir



Fig. 5 - Mantequera de la aldea de Tegheza (Al Hoceima, Marruecos) muy características por su forma globular con cuello estrecho, dos asas para colgar y un gran pico vertedor. Para su uso se cuelgan por sus dos asas en una viga de la vivienda y se balancea sin soltarla con un ritmo más o menos rápido hasta que la leche con el suero depositada en su interior pase a ser mantequilla.

de colmena para las abejas, o de recipientes para el riego por goteo.

Una menor variedad de formas se produce en los aduare de Tegheza e Htatech. En la primera podemos diferenciar entre las formas que decoran, con una función de almacenamiento de líquidos (botijos y *gembouras*) o sólidos (orzas), para preparar alimentos sin fuego, como las destinadas a los productos lácteos, para hacer mantequilla (Fig. 5) y recipientes abiertos para ordeñar (*takserit*), cuencos para amasar el pan, y para beber y comer (platos, pequeños cuencos, jarras y vasos). Por otro lado, las que no se decoran, están destinadas a un uso culinario con exposición al fuego: anafes, ollas, cuscuseras y un gran plato para el pan.

Finalmente, en la aldea de Htatech, su producción se reduce a los característicos platos para el pan decorados (Fig. 3), cuscuseras, pequeñas ollas y cazuelas, todas para ser utilizadas en el fuego, y platos para comer. Hay que señalar la fabricación de unas curiosas vasijas con forma de aves que se asemeja a un Askos y que realizan las aprendizas (Fig. 6).



Fig. 6 - Vasija en forma de ave con función decorativa y que son realizadas por las aprendizas de alfarera de la aldea de Htatech (Tetuán, Marruecos).

3.5. La decoración de las vasijas

Después de la fase de modelado se dejan secar los recipientes unas horas o un día, dependiendo del grado de humedad y, sobre todo, del tratamiento y de la decoración que se le quiera aplicar.

Las vasijas de Ifrane Alí se decoran con la técnica de impresión, por lo que tienen que estar húmedas y blandas sus superficies para que el instrumento aplicado se quede impresionado en ella. Salvo excepciones (como ocurre con las teteras) no decoran toda la vasija con esta técnica, sino que únicamente lo hacen en las asas, bordes y parte inferior del arranque del cuello. Para su ejecución utilizaban el borde dentado de una concha (*cardium edulis*), como en la cerámica cardial neolítica; sin embargo, este instrumento ha sido sustituido en la actualidad por una ruedecilla metálica dentada (como la utilizada para la decoración en la repostería). En otros casos se les aplica cordones que se decoran a su vez con pequeñas incisiones (realizadas con una pequeña espátula de madera) o impresiones con una caña o media caña. Todas las vasijas, ya sean las decoradas como las que no lo están, reciben un bruñido intenso tras el frotado sucesivo con un canto rodado de forma alargada que les da brillo. Su color rojizo lo toman tanto por las arcillas utilizadas, la cocción en un medio oxidante y en muchos casos del baño de engobe que llevan (barbotina).

En el resto de los aduare alfareros que analizamos la decoración es aplicada igualmente a casi la totalidad de las vasijas, pero en este caso la técnica es la pintura. Tras bruñir someramente con un canto rodado la superficie de los recipientes, con el propósito de cerrar los poros y obtener algo de brillo, se les aplica un ligero engobe con un trapo, tanto por el interior como

por el exterior, para lograr su impermeabilidad. En Slit este engobe se prepara con caliza blanca, que es triturada hasta convertirla en polvo, y agua.

El diseño puede ser monocromo (negro en Tegheza y Htatech) y bícromo (rojo o castaño asociado con el negro, en Slit). Las pinturas se preparan con elementos orgánicos (como el lentisco) o inorgánicos (caliza, óxidos de hierro y manganeso) que se aplican con pinceles muy rudimentarios (plumas, pelos de cabra y raíces o tallos machacados, e incluso, la yema de los dedos), todos estos pigmentos e instrumentos son obtenidos y elaborados por las alfareras. En algunas zonas que escasea el manganeso, éste es distribuido entre las alfareras por buhoneros que visitan las aldeas.

Muy particular es la decoración del plato para el pan en Htatech, el cual es pintado inmediatamente tras la cocción con una rama machada a modo de pincel con pintura obtenida a partir del triturado de hojas de lentisco maceradas en agua durante varios días (Fig. 3).

La cerámica pintada tiene un gran interés etnográfico ya que permite una identificación de las distintas aldeas de donde proceden o, mejor, de las tribus que las pueblan. La decoración consiste en motivos geométricos (triángulos, cuadrados, rombos, retículas, zigzags, cruces, puntos, etc.) y, en algún caso, elementos figurativos (antropomorfos, zoomorfos y vegetales). Estos motivos son representados no sólo en las cerámicas sino también en sus tatuajes, joyas y tejidos, y revelan, además de signos de identificación tribal, significados de protección, fertilidad, fecundidad para su familia, la tierra y el ganado. Elementos característicos de las sociedades agropastoriles del Mediterráneo

desde los comienzos del Neolítico (Borras Querol, 2009).

3.6. El horneado o cocción de los productos cerámicos

La cocción de las cerámicas, salvo en el caso de Ifrane Alí que se realiza normalmente en pequeños hornos de barro de una sola cámara, se lleva a cabo en horneras a cielo abierto.

Los fuegos se ubican en lugares preparados para tal fin y con adecuadas medidas de seguridad. Normalmente se realizan detrás de las casas y, si son grandes y es posible, en una hondonada que permita la protección de las viviendas de las llamas de los hogares. A veces, y solo en los fuegos pequeños, se colocan piedras en todo el contorno.

Como combustible utilizan restos de podas, rastrojos, palas de opuntia secas y excrementos de vacas (con los que conforman tortas al mezclarlos con paja). Esta actividad no afecta negativamente al ecosistema; muy al contrario, sirven para limpiar los bosques y evitar riesgo de incendios, además de eliminar las molestas bostas de los establos (20 a 30 kg por vaca/día).

El proceso consiste en poner una cama de rastrojos y la leña de mayor tamaño sobre el suelo, luego se colocan las vasijas, primero las de mayores dimensiones, dispuestas de pie, en círculo e inclinadas hacia el interior para que se apoyen unas con otras y que el calor envuelva todo su cuerpo. Posteriormente, en los huecos que quedan entre ellas, se colocan los recipientes de mediano y menor tamaño. A continuación, se cubren con las tortas de estiércol y los huecos se rellenan con paja. Las alfareras nos comentaron que le añaden, cuando tienen, una especie de “orujo” o restos de huesos y pellejos, obtenido del

prensado de las aceitunas, ya que posee un gran poder calorífico.

La maestría en el horneado a cielo abierto es tal que las alfareras dominan esta técnica hasta tal grado, como hemos podido comprobar personalmente en Slit, que los resultados de obtener piezas rotas, agrietadas o quemadas, apenas supera el 1%, por lo que el éxito es total. Ello lo pudimos comprobar directamente tanto en Slit, como en la aldea de Ain Bouchrik, con Aïcha⁵.

Fueron tres mujeres las que llevaron a cabo la hornera a cielo abierto en Slit. La alfarera más experimentada, Sfia El-Asri, de 60 años, fue la encargada de dirigir el proceso. Previamente, las vasijas estuvieron expuestas al sol toda la mañana, con el propósito de ir aclimatándolas a las altas temperaturas que tendrían que soportar una vez encendido el fuego. Colocamos un pirómetro en el centro del círculo (cuyo diámetro aproximado era de 2,80 m) donde se iba a colocar la hoguera. Tras disponer en todo su contorno la leña, dispuestas las cerámicas (185 piezas de muy diversos tamaños) y colocado las tortas de estiércol y la paja, hasta cubrir las vasijas totalmente, tal y como se ha explicado anteriormente, encendieron fuego por cuatro focos diferentes, distribuidos más o menos equidistantemente. El fuego prendió rápido por la paja (ésta eleva la temperatura rápidamente, pero se consume pronto) lo que hizo que ardieran las tortas de boñiga de vaca y paja, y la leña depositada en el suelo. Al comienzo la temperatura es baja, pero esto es conveniente para que las vasijas pierdan la humedad de manera progresiva y no se resquebrajen. Las alfareras controlan la hornera acomodando bien las tortas y añadiendo paja, hasta que el fuego

deja de echar humo y se aviven las llamas, al cabo de 30 minutos. Siempre tiene reservadas algunas tortas y paja por si las necesitan para cubrir huecos. La temperatura va subiendo de manera progresiva hasta superar los 870°C a los 90 minutos después de encendido el fuego, momento en el que comienza el enfriamiento lento y progresivo. A las 3 horas el punto crítico ya ha pasado y las alfareras se retiran. Se deja toda la noche y al día siguiente las mujeres se levantan temprano ansiosas de comprobar los resultados obtenidos.

Es conveniente que exista una buena aireación para que las vasijas no se quemen, aunque las manchas en ellas son inevitables, debido al contacto directo con la leña o con otra de las piezas cerámicas. Pensamos que ello no debe ser considerado como un elemento negativo en las vasijas sino de autenticidad de que han sido cocidas en horneras al aire libre.

Esta experiencia con las alfareras de Slit fue ya documentada en 1987 por Ilse Shütz, con más o menos los mismos resultados (Schütz, 1992, 1994 y 2009).

Respecto a la cocción en horneras cerradas, como hemos comentado anteriormente, del conjunto de adueros alfareros que recogemos en el presente estudio, únicamente se realiza en Ifrane Alí. Allí vimos dos tipos: los de una y los de dos cámaras, siendo mucho más numerosos los primeros. Al contrario de los hornos de pan, cuya bóveda arranca a partir de los 80 o 90 cm (a la altura de la cintura) estos lo hacen desde el suelo. Los tamaños varían entre los 1,5 m a los 2,5 m de diámetro, pero generalmente no superan los 2 m., mientras que la altura se sitúa entre 1 y 1,80 m, aproximadamente.

⁵ Esta experiencia la realizamos en otra de las campañas de trabajo de campo que hemos realizado (2016) en las que recogimos información de adueros alfareros ubicados más al sur, cerca ya de la población de Taza, cuyos resultados publicaremos en breve.

Cada una de las alfareras tiene más de un horno, normalmente de diferente tamaño para ser utilizados según las necesidades de producción. Son contruidos por ellas mismas, con la ayuda de otras mujeres o de sus maridos e hijos. Los materiales empleados varían desde el entramado vegetal, utilización de cascotes, ladrillos, incluso recipientes cerámicos rotos dispuestos boca abajo, que se mezclan con arcilla desgrasada para dar forma a la cúpula. Además de la puerta de entrada para introducir la leña y las vasijas, la cúpula presenta varios orificios realizados a diferentes alturas para la entrada del oxígeno, que controlan (cerrándolos o abriéndolos) según las necesidades de la cocción.

En esta aldea no hemos podido presenciar aún el proceso de cocción directamente por lo que nos tendremos que conformar con las experiencias suministradas por otros investigadores como Vossen (1990, 2009) y, sobre todo, Schütz (1992, 1994 y 2009), hasta que no la llevemos a cabo.

El combustible aquí escasea, debido al proceso de deforestación que existe en la zona, motivado por cuestiones antrópicas, no sólo por un uso excesivo de la industria alfarera, ya que la producción cerámica en esta aldea y otras colindantes es elevada (al contrario de lo que ocurre en otras áreas alfareras del Rif), sino también por malas prácticas de uso de los bosques que no favorecen su repoblación natural. Tampoco en la zona cuentan con ganado vacuno que pueda aportarle suficiente estiércol para su empleo en la alfarería.

Según los comentarios que nos proporcionan alfareras, para llenar y poner en funcionamiento los hornos, introducen en el suelo una pequeña cama de madera, luego colocan las vasijas, y en los huecos dejados entre ellas intercalan trozos de madera. Finalmente, por encima le echan

ramas o rastrojos. En la puerta de entrada colocan un cascote cerámico para evitar la excesiva entrada de aire que pueda perjudicar el control de las temperaturas necesarias.

Normalmente por su menor tamaño, estos hornos no cargan más de 150 piezas, teniendo en cuenta, además, que las vasijas tienen menores dimensiones, en general, que las de las otras aldeas alfareras que analizamos.

Según las mediciones realizadas por Ilse Schütz, aunque se alcanzan temperaturas parecidas (pero no superiores) a las obtenidas en Slit, los procesos de calentamiento y de enfriamiento del horno son más lentos (Schütz, 1992 y 2009).

En Ifrane Alí pudimos ver en casa de una de las alfareras que, además de la hornera de una sola cámara, tenía un horno constructivamente más evolucionado, ya que poseía dos cámaras: la de combustión, destinada sólo a la leña, y la de cocción, donde se introducen las vasijas para ser cocidas. Se trata del tipo de horno constatado ya desde época ibérica en la Península ibérica y que ha sobrevivido con diversas variantes hasta nuestros días en determinadas zonas. Cuando le preguntamos a la alfarera cuál de ellos prefería para el horneado, respondió que el de una sola cámara; pues en el de dos le era más difícil controlar la temperatura durante la cocción, y se le rompían los cacharros.

3.7. Distribución de la producción cerámica.

En este apartado, como en otros que ya hemos anteriormente señalado, hay que hacer una clara distinción entre la producción de Ifrane Alí, junto con las aldeas colindantes que fabrican el mismo tipo de cerámica, y la del resto de la alfarería femenina del Rif.

En ésta última, la distribución de las vasijas se efectúa de varias maneras: la cerámica es

elaborada para uso propio o se fabrica para la venta en el propio aduar o, a veces, en el zoco regional. También, hay algunas alfareras que venden sus productos a intermediarios y éstos, a su vez, los distribuyen entre comerciantes que sitúan sus puntos de venta al pie de las carreteras, dirigidos a un público más amplio, fundamentalmente turistas.

Existen pues, unos canales de mercado y comercialización muy limitados, dándose además el caso de que la mayoría de estos productos, al ser distintivos (sobre todo en sus decoraciones) de cada tribu y, a veces, de cada aduar, son demandados únicamente por éstas. Ello determina que el radio de acción de las ventas sea muy reducido, salvo en el caso de los turistas que compran lo que les gusta, independientemente de la tribu a la que pertenezcan.

La aldea de Slit ha conseguido mantener, gracias a la calidad y belleza de su cerámica, un nivel de ventas mayor que el resto de las otras aldeas de la zona, aunque en los últimos cincuenta años haya bajado mucho su producción, así como el número de alfareras que las realizaban.

En Htatech la producción tiene un ámbito de venta mucho más reducido, limitado a la aldea o aldeas cercanas. En Tegheza la situación es aún peor, ya que los excedentes de su producción sólo pueden venderlos en el zoco semanal. Para ello las dos únicas alfareras del aduar se trasladan en mulos y no suelen llevar más de siete u ocho vasijas para la venta. Habitualmente van acompañadas de sus maridos, o de uno de sus hijos varones.

Las manufacturas cerámicas de Ifrane Alí tienen por el contrario una mejor comercialización, dada su alta demanda. Se trata de una cerámica de cocina de gran calidad que permite su uso a

fuego directo (carbón, leña, gas, incluso, en las vitrocerámicas, salvo en las de inducción).

Además, han adaptado sus formas cerámicas a la de la cocina árabe (tagines, anafes para pinchos, ollas para el guiso tradicional de la fiesta del cordero, etc.), a los cambios tecnológicos (por ejemplo, fabrican piezas para ser colocadas sobre las bombonas de gas) o las modas (candelabros o porta velas).

IV. A modo de conclusión

Hemos analizado el proceso productivo llevado a cabo por algunas de las alfareras amaziges del Rif y que, cómo se ha podido comprobar en su gran mayoría, conservan tradiciones tecnológicas, morfológicas, decorativas, funcionales, etc. que nos acercan a las utilizadas por las comunidades agropastoriles de la prehistoria reciente en todo el ámbito mediterráneo.

Pudimos observar los trabajos que realizan en los barreros para el aprovisionamiento de las arcillas, y de los desgrasantes más idóneos para la producción de sus vasijas. Las técnicas de modelado y las herramientas empleadas en ellas (que raramente encontramos entre los restos prehistóricos, bien por las dificultades de su propia conservación o porque desconocemos su verdadera función) nos permiten plantear nuevas hipótesis y facilitarnos la obtención de inferencias cuando analizamos el registro arqueológico. Y qué decir de los procesos de cocción, las temperaturas alcanzadas, los combustibles utilizados, las técnicas decorativas y los instrumentos empleados para su realización, la preparación de las pinturas y engobes, y sobre los sistemas de intercambio y distribución.

Hemos podido comprobar que en líneas generales la alfarería se desarrolla en ámbitos de

subsistencia y autosuficiencia; es decir, encaminada para el consumo propio y, en la actualidad, como una forma de mejorar las condiciones de vida mediante una ayuda económica. Pero esto no ocurre sólo en la actividad alfarera sino también en las otras actividades artesanales, ya sean realizados por mujeres u hombres (tejidos, bordados, cestería, orfebrería, marquetería, etc.), de manera que estos oficios están supeditados a la actividad agrícola. Ésta no está mecanizada y su grado de desarrollo es tan primitivo que para desgranar el trigo en algunas zonas (como por ejemplo en Slit) no usan trillo sino el pisoteo sucesivo de la mies esparcida en la era por las bestias (asnos o mulos) y el hombre (frecuentemente niños) que las guía.

Sin embargo, nuestros trabajos de campo no sólo han estado y están encaminados a la obtención de documentación etnográfica y etnoarqueológica, sino también a la mejora de las condiciones de las mujeres, de sus familias y de las aldeas donde viven. Así queremos obtener una mejora de los ingresos de las alfareras mediante la distribución de sus cerámicas en tiendas de comercio justo. Lograr un fortalecimiento del tejido asociativo entre ellas, además de ciertos avances en el plano social y económico para la igualdad de género, así como mejoras en los procesos de trabajo e introducción de medidas de salud laboral.

Igualmente queremos evitar en la medida de nuestras posibilidades la desaparición a corto-medio plazo de la alfarería rural rifeña, garantizar la transmisión de los conocimientos alfareros y promover una continuidad de los productos, mediante la creación de talleres de aprendizaje en las aldeas, y así incrementar el número de alfareras.

Respecto a los productos, métodos y técnicas de la alfarería rifeña, esperamos continuar y, sobre todo, actualizar las catalogaciones realizadas por otros investigadores en la zona. Llevar a cabo la recuperación de talleres y técnicas extinguidas. Potenciar el desarrollo de un producto ecoturístico comunitario alfarero, con las familias, en sus casas y en los adueros donde habitan, gestionado por las mujeres; así como la creación de un sello distintivo de calidad y origen.

La alfarería femenina rifeña es un producto indiscutible de identidad territorial y un fiel testigo de los conocimientos y técnicas empleados desde tiempos ancestrales por las alfareras para la elaboración de las vasijas. Ello constituye un potencial motor de desarrollo económico y social de indudable valor antropológico y cultural que no hay que olvidar. El valor de esta alfarería no sólo reside en el producto, es decir en las cerámicas, sino también en poder observar a las alfareras trabajar. Ello acumula un valor añadido a esta artesanía que podría ser aprovechado con la creación de rutas turísticas culturales de esta alfarería rifeña, incluso mediante la utilización de sus casas (tras mínimas instalaciones y mejoras de saneamiento) como casas rurales de hospedaje, del que ya existen algunos ejemplos (*Gîte Aïcha*, en Aïn Bouchrik o Aïcha y Kaltum, en Dhar).

Finalmente, no queremos dejar de mencionar que en la actualidad uno de los factores que más la están afectando y que pueden causar su desaparición, es el desconocimiento de la realidad de esta alfarería por parte de instituciones gubernamentales y ONGS que, con el propósito de ayudarla, pueden llegar a provocar su exterminio. El Ministerio del Artesanado y de la Economía Social y Solidaria, quiere introducir tornos y hornos (eléctricos o

de gas) en el proceso productivo de la cerámica rifeña. La crisis en la que se encuentra inmersa esta alfarería no se solucionará con la introducción de tornos y hornos. Sus únicas ventajas, como serían la rapidez y ampliación de la temporalización de la actividad alfarera, llevarían a un aumento de la productividad y, por lo tanto, a un stock excesivo de la producción, de difícil comercialización.

Para realizar este tipo de iniciativa de modificación de los modos y herramientas de producción, que conlleven un cambio radical en las características de estas cerámicas, es decir pasar de ser una verdadera artesanía en el sentido más preciso del término a una producción industrial, es esencial contar con la opinión de las alfareras y, consecuentemente, de sus asociaciones.

Es difícil modificar los hábitos de elaboración de las alfareras que aprendieron desde niñas a modelar a mano, por lo que sólo las jóvenes aprendizas podrían admitir de buen grado la adopción del torno. Ello provocaría el desamparo de las actuales alfareras, muy al contrario de lo que debería ocurrir en realidad, y es que ellas sean las maestras (remuneradas) que enseñen a las chicas jóvenes que quieran aprender el oficio, y que no tengan que venir alfareros foráneos, no ya de otras regiones de Marruecos, sino incluso de países europeos, como ha ocurrido en otras ocasiones.

BIBLIOGRAFÍA

- ALCINA FRANCH, J. (Coord.) (1998). *Diccionario de arqueología*. Madrid. Alianza.
- BALFET, H. (1977). *Poterie féminine et poterie masculine au Magreb*. Tesis doctoral. Paris.
- BAZZANA, A.; ELHRAIKI, R.; MONTMESSIN, Y. (2003). *La mémoire du geste. La poterie domestique et Féminine du Rif Marocain*. Paris.
- BERRADA, H. (2001). *La poterie féminine au Maroc*. Casablanca. Publiday-Multidia.
- BINFORD, L. R. (1978). *Nunamiut Ethnoarchaeology*. New York. Academic Press.
- BORRAS QUEROL, C. (2009). Eternos universales. Del signo al símbolo. Génesis e interpretación de los ideogramas cerámicos imazighen. In VVAA, *Cerámica Rifeña. Barro femenino*. Castellón: Asociación de Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí y Museo de Bellas Artes de Castellón, pp. 78-105.
- COLOMER I SOLSONA, E. (1995). *Pratiques sociales de manufacture céramique (Microforma): analisis morfométriques i tecnològiques al sud-est de la Península Ibérica, 2200-1500 cal. ane.*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- CHAPA, T. (1998). Voz Etnoarqueología. In José Alcina Franch (Coord.) *Diccionario de arqueología*. Madrid. Alianza.
- FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, V. (1994). Etnoarqueología: una guía de métodos y aplicaciones. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 49(2), pp. 137-169.
- FEWKES, J. W. (1900) *Tusayan Migration Traditions*. Bureau of American Ethnology, Annual Report, 19. Washington. D.C.
- GONZÁLEZ-FERRERA, G. y LAZARICH, M. (2017). Identidad Territorial y Globalización. In *1er Colloque International de Economie et Territoire. La Ville de demain: ville techno ou écolo*. Tànger: Université Abdelmalek Essaadi, pp. 223-232.

- GONZÁLEZ URQUIJO, J.; IBÁÑEZ ESTÉVEZ; ZAPATA PEÑA, L. y PEÑA CHOCARRO, L. (2001). Estudio etnoarqueológico sobre la cerámica. Gzaua (Marruecos). Técnica y contexto social de un artesanado arcaico. *Trabajos de Prehistoria*, 58, pp. 5-27.
- HERNANDO, A. (1995). La Etnoarqueología, hoy: Una vía eficaz de aproximación al pasado. *Trabajos de Prehistoria*, 52, nº 2, pp. 15-30.
- HODDER, I. (1988). *Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales*. Barcelona: Ed. Crítica.
- KRAMER, C. (Ed). (1979). *Ethnoarchaeology*. Nueva York.
- NICHOLAS, D. y KRAMER, C. (2001). *Ethnoarchaeology in Action*. New York: Cambridge University Press.
- ORTON, C.; TYERS, P. y VINCE, A. (1997). *Cerámica en arqueología*. Barcelona: Ed. Crítica.
- POLITIS, G. (2002). Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur. *Horizontes Antropológicos* (Porto Alegre), 8, nº 18, pp. 61-91.
- MELTZER, D. J. y DUNNELL, R. C. (Ed.) (1992). *The Archaeology of William Henry Holmes*. Washington and London: Smithsonian Institution Press.
- RICE, P. M. (1987). *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press.
- RUBIO DE MIGUEL, I., (1998). La Etnoarqueología: una disciplina nueva en la docencia universitaria y en la investigación españolas. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad Autónoma de Madrid*, 25 (1), pp.9-33.
- SCHÜTZ, I. (1992). Sistemas tradicionales de cocción cerámica en el Norte de África. In *Tecnología de la cocción cerámica desde la antigüedad a nuestros días*. Alicante, pp. 153-170
- SCHÜTZ, I. (1994). Con las alfareras de Slit, Marruecos. *Forum Cerámico*, 2.
- SCHÜTZ, I. (2009). *Aire y fuego: la cocción cerámica en la alfarería del Rif. Cerámica rifeña: barro femenino*. Valencia: Museo Nacional de Cerámicas y Artes suntuarias González Martí, Museo de Bellas Artes de Castellón, pp. 106-121.
- SHEPARD, A. O. (1980). *Ceramics for the archaeologist*. Washington D. C.: Carnegie Institution of Washington.
- SKIBO, J. M. (1992). *Pottery Function. A Use Alteration Perspective. Interdisciplinary Contributions to Archaeology*. Nueva York-Londres: Plenum Press.
- SORIANO ALFARO, J. (1999). *Por el placer de los ojos*. Valencia.
- TILMATINE, M. (1995). Nacimiento de una conciencia identitaria. Una cuestión de denominación: ¿bereber, amazigh o amazige? *El pueblo Amazigh Seis trabajos acerca de la identidad y la lucha nacional beréber*, pp. 9-16.
- VOSSEN, R. (1990). *Reisen zu Marokkos Töpfern: Forschungsreisen 1980 und 1987*. Hamburg: Hass Christian Verlag.
- VOSSEN, R. (2009). La alfarería femenina del Rif y de Marruecos desde el punto de vista etnoarqueológico. *Catálogo de la exposición Cerámica Rifeña: Barro femenino*. Valencia: Asociación de Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí, Museo de Bellas Artes de Castellón, pp. 54-77.
- VVAA (2009). *Cerámica Rifeña. Barro femenino*. Castellón: Asociación de Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí y Museo de Bellas Artes de Castellón.
- VVAA (2017). FAJJARA. *Una acción para el empoderamiento de las alfareras del Rif. Catálogo de la exposición*. San Fernando: Ayuntamiento de San Fernando.
- VVAA (2002). *Las últimas alfareras del Rif*. Documental. Valencia DVD.

Páginas Web

<http://www.alfajar.org/> - En esta página se puede visualizar un interesante catálogo de las producciones cerámicas del Rif.

<http://www.fajjara.com> - Página de la asociación FAJJARA para la conservación de la alfarería femenina del Rif (Marruecos).

TEJADA LA VIEJA (ESCACENA DEL CAMPO, HUELVA) Y LA PRODUCCIÓN Y CONSUMO VITIVINÍCOLA¹.

Recibido: 27 de Noviembre de 2018 | Aprobado: 30 de Dezembro de 2018

Clara Toscano-Pérez²

Centro de Investigación en Patrimonio Histórico, Cultural y Natural (Universidad de Huelva)

Resumen

Se presentan las más recientes novedades obtenidas gracias a las últimas actividades llevadas a cabo en el asentamiento de Tejada la Vieja (Escacena del Campo, Huelva) por el grupo de investigación "Vrbanitas. Arqueología y Patrimonio (HUM-132)" de la Universidad de Huelva.

Como parte del estudio y análisis de las estructuras que fueron exhumadas en el pasado, una de las novedades que aportamos vincula algunos de sus edificios con espacios relacionados con el consumo y la producción de vino, de manera que consideramos debió ser una de sus principales actividades.

Palabras-clave: Protohistoria; Tarteso; Vitivinicultura; Suroeste Peninsular; Tejada la Vieja (Escacena del Campo, Huelva).

Abstract

This paper shows latest development showed by latest archaeological research carried out in the site of Tejada la Vieja (Escacena del Campo, Huelva, Spain) by the research group "Vrbanitas. Arqueología y Patrimonio (HUM-132)" of the University of Huelva.

As part of the study and analysis of the structures that were exhumed in the past, one of the novelties that we bring links some of its buildings with spaces related to consumption and wine production, so we considered it to be a of its main activities.

Key-words: Protohistory; Tarteso; Vitiviniculture; Southwest of the Iberian Peninsula; Tejada la Vieja (Escacena del Campo, Huelva)

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_16

¹ Este artículo se enmarca dentro del Proyecto de Excelencia de la Junta de Andalucía "Ciudades Romanas de la Bética. CORPUS VRBIUM BAETICARUM (I) (CUB)".

² clara.toscano@dhis1.uhu.es

I. Descripción general de Tejada la Vieja³

El yacimiento arqueológico de Tejada la Vieja se trata de uno de los *oppida* de época tartésico-turdetana con mayor potencial investigador del suroeste peninsular.

La meseta que ocupa este *oppidum* está a 160 msnm, a caballo entre la Sierra y la Tierra Llana de Huelva, donde ocupa una superficie de 6'4 hectáreas. Se encuentra, asimismo, bien comunicado con el Guadalquivir y con la costa a través de vía fluvial, al igual que por vía terrestre con Berrocal y Riotinto, enlazando la Tierra Llana con la Sierra onubense al atravesar la Pata del Caballo por el paso de La Garganta (Fig. 1).

Bordeado por el arroyo de Barbacena, la obtención de agua se haría además a través de un manantial muy rico cercano al yacimiento, al nordeste del mismo.

Igualmente, a medio camino entre la ciudad y su homónima hay dos manantiales con tal cantidad de agua que incluso abastecieron posteriormente el acueducto de la ciudad romana de Itálica.

En la década de los '70 se realizaron las primeras actuaciones arqueológicas, dentro del "Proyecto Arqueometalúrgico de Huelva", encabezado por A. Blanco y B. Rothenberg. Posteriormente, en

los años '80 del pasado siglo, el Servicio de Arqueología de la Diputación de Huelva emprendió el estudio del lugar, llevando a cabo 6 campañas de excavación arqueológica y adquiriéndolo en 1984.

Con la información obtenida gracias a las intervenciones arqueológicas efectuadas, los excavadores proponen una división de la vida de la ciudad en 3 fases.



Fig. 1 - Imagen aérea de Tejada la Vieja.

La primera, que va desde fines del s. IX a.C. hasta fines del VII a.C., se trata de la primera ocupación del lugar y la construcción de la muralla⁴, el elemento más destacable de este *oppidum*.

La fase II abarca desde el final de la anterior hasta mediados del s. VI a.C., momento en el que tiene lugar el auge urbanístico de la ciudad y

³ Declarado Bien de Interés Cultural con la categoría de Zona Arqueológica según el Decreto 212/2007 de 17 de julio, publicado en BOJA 154 de 6 de agosto de 2007, donde además se inscribe en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz.

⁴ Con una altura máxima de 3 m y una técnica constructiva compuesta por piedra caliza y tierra rojiza, asentada directamente sin cimentación. En la cara externa de algunos tramos de la muralla se adosó bateaguas formado por lajas trabadas con tierra amarillenta. En una segunda fase de la muralla se añade un segundo lienzo exterior con bloques de pizarra mejor acabados que los de granito de la primera fase, pero sin argamasa en ninguno de ellos. Paralelamente se añaden una serie de refuerzos como torres y contrafuertes, circulares y trapezoidales, de diversa técnica constructiva - el primero correspondería a la primera fase y el segundo a la siguiente- y sometidos a sucesivas reparaciones. Posteriormente, a fines del s. VI a.C., se levantaron los contrafuertes cuadrangulares y el lienzo hecho a base de pizarras.

mayor diversificación económica, al ampliarse a la agricultura y ganadería. A esta fase corresponde la construcción de grandes edificios públicos, de la trama urbanística y de estructuras de carácter industrial que evidencia movimientos económicos de amplio espectro, centrados en la redistribución de los minerales traídos de la cuenca minera onubense (Toscano-Pérez, 2019).

La última fase de vida del lugar se caracteriza por una recesión aunque no una quiebra con respecto al mundo anterior, del que es heredero directo.

En cuanto al abandono de la ciudad, la hipótesis de un traslado poblacional a Tejada la Nueva es una posibilidad verosímil, posiblemente en relación con la mejor comunicación que supone este enclave como nudo de comunicaciones además de puesto de control visual de un amplio territorio (Toscano-Pérez, 2016: 473-ss).

II. Edificios relacionados con el consumo o producción vitivinícola

Contamos con una serie de estructuras que por el análisis de su planta, así como por los materiales localizados en las intervenciones efectuadas en el pasado, podemos vincular con edificios relacionados total o parcialmente con la producción y/o consumo del vino.

Los más destacados son el denominado por sus excavadores “Edificio

almacén” y dos estructuras circulares que se encuentran junto al primero. No obstante, debemos tener en cuenta que se trata de una hipótesis que solo podrá ser contrastada con investigaciones futuras.

2.1. Edificio “almacén”

Como ya hemos indicado, en la década de los '70 se realizaron las primeras actuaciones arqueológicas en el yacimiento, dentro del Proyecto Arqueometalúrgico de Huelva, encabezado por A. Blanco y B. Rothenberg. Antes de proceder a las excavaciones llevaron a cabo una prospección en la que recogió material cerámico fenicio, púnico e “ibérico” (Blanco y Rothenberg, 1981: 229).

Las excavaciones efectuadas en 1974-1975 se centraron en dos zonas fundamentalmente: una correspondiente al lado sur de la muralla y otra interpretada como de almacenes ubicada en las inmediaciones, unos metros al nordeste de la primera (Fig.2).

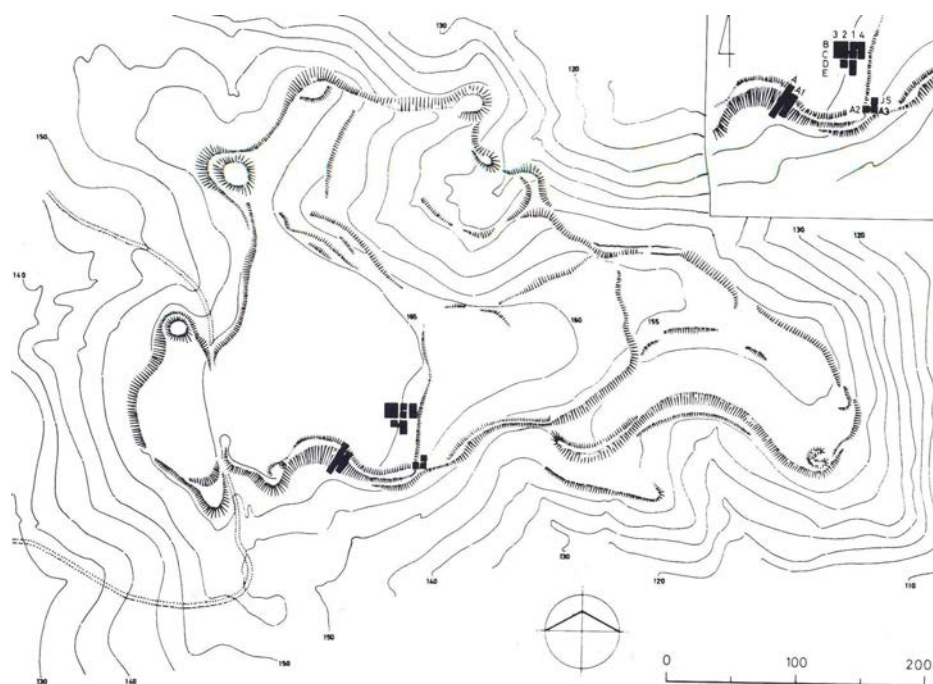


Fig. 2 - Mapa ubicación cortes (Blanco y Rothenberg 1981: 235)

Con el fin de diagnosticar el estado de conservación intramuros y la localización de alguno de los edificios más importantes de la ciudad, se excavaron una serie de cuadrículas de 5 x 5 m en la zona más elevada del cerro, agotando la potencia estratigráfica en los cuadrados llamados B1-C1 y parte de D1 y B41-C41, mientras que en el resto se retiró solo el nivel superficial para ver la planta de los muros (Blanco y Rothenberg, 1981: 256).

Dentro del nivel más reciente del área, en la zona B-C se exhumó un edificio de 19 x 10'5 m casi por completo, mientras que en los cuadrados B41 y C41 se localizó la pared de otra estructura paralela a la primera de la que estaba separada por una calle pavimentada con losas de piedra (L20), así como otro edificio (M9-11) en los cuadrados D-C3 (Fig. 3).

Los muros del edificio de mayores dimensiones están hechos a base de mampuestos y lajas de pizarra, de mayor volumen en la pared exterior

oeste (M15) que además cuenta con una hilada de piedras adosada al exterior.

Las habitaciones de este edificio identificadas por sus excavadores, ordenadas de Norte a Sur, son las siguientes:

- L10 y L6: Con suelo de barro pisado (Blanco y Rothenberg, 1981: 257-258).
- L11, L15 y L23: Interior con multitud de ánforas junto a gran cantidad de huesos de vaca. El pavimento de esta estancia era de tierra con algunas incrustaciones de lajas de pizarra y cerámica. Bajo éste había un relleno sobre la caliza del subsuelo en el que se encontró un fragmento de plato de retícula bruñida (Blanco y Rothenberg, 1981: 258).
- L12 y L13: Destaca por no tener forma cuadrangular, sino que por uno de sus lados tiene forma de “ábside”, con cimientos más anchos que el alzado de los muros en su pared norte (M14), de manera que forman un banco (M37). Cuenta con pavimento de lajas de pizarra del que sobresale una rinconera cóncava empedrada (M35). El material del interior de esta estancia lo compone abundante cerámica y huesos de animales – buey, oveja, cerdo y cabra- de entre los que destaca un gran cuerno recortado de cabra macho, aunque los excavadores llaman la atención sobre la ausencia de restos de conchas y espinas de pescado (Blanco y Rothenberg, 1981: 258).
- L14: Tamaño aproximado de la mitad del resto de estancias, cuenta con un banco corrido (L33) en el muro del sur. La peculiaridad de esta estancia la confiere un tablero de tierra quemada (L29) en el ángulo sureste de 0'50 x 0'40 y 0'12 m de espesor, que se encontraba enmarcado por tierra cocida y que podría estar

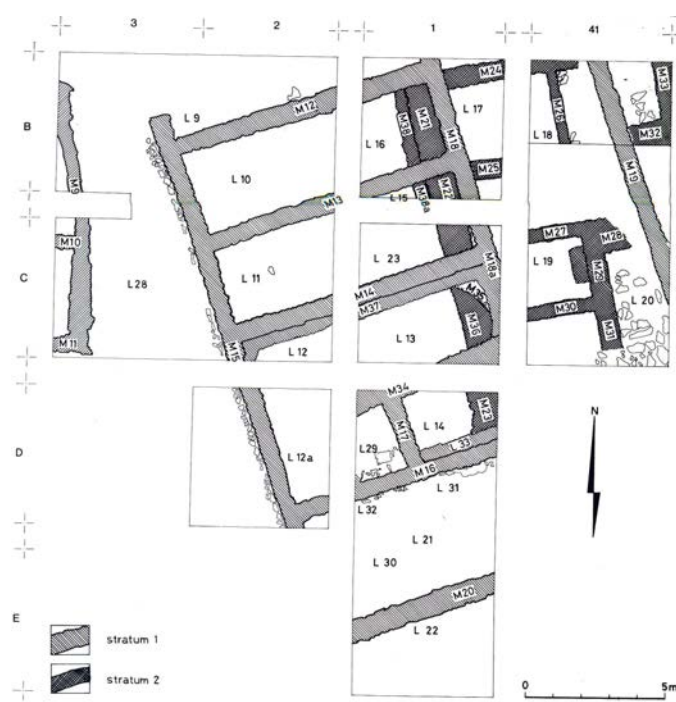


Fig. 3 - Área B-C (Blanco y Rothenberg 1981: 257).

dedicado a labores de obtención de plata, dado el hallazgo de escorias relacionadas con ésta alrededor del tablero (Blanco y Rothenberg, 1981: 259).

- L21: Estancia interpretada como cocina por las manchas de ceniza y tierra quemada, así como los restos de ánforas. Los responsables de la excavación identifican una mancha sedimentaria como la huella de un poste que funcionaba como soporte de un caldero, así como una zona de tierra cocida (L31) que podría funcionar como horno (Blanco y Rothenberg, 1981: 259).

El segundo nivel de este lugar lo ocupa otro edificio, de grandes y potentes muros –llega hasta 1'18 m de espesor– hechos a base de mampostería de granito y lajas de pizarra sin trabajar pero ejecutando una técnica en la que se persigue la horizontalidad de la construcción y con barro como aglutinante. Los cimientos sobresalen hasta 0'30 m, funcionando de este modo como banco corrido (M38 y M38a). Dentro de una de las estancias se halló un depósito de arcilla verdosa muy depurada cuya función, según sus excavadores, podría ser su uso en la alfarería, a tenor de los numerosos recipientes cerámicos rotos en el foso extramuros, con apariencia de haber sido destruidos antes de ser usados, aunque no se descarta que la arcilla fuera empleada en la construcción de hornos metalúrgicos. Los materiales cerámicos de este nivel otorgan una cronología entre los siglos VIII-VII a.C., por la presencia de abundante cerámica fenicia y las ánforas Mañá A, así como toberas y crisoles (Blanco y Rothenberg, 1981: 273-278).

El nivel 3 es previo a la construcción de los edificios de esta zona y no aporta estructura arquitectónica alguna, pero en su composición hay cerámica a mano y a torno en igual proporción, fechado en los siglos IX-VIII a.C. (Blanco y Rothenberg, 1981: 278).

La fase que nos interesa es la más reciente, por ser de la que tenemos más conocimiento y corresponderse con la coetánea al resto de la superficie excavada del yacimiento.

En 1987 fueron retirados los testigos que habían sido dejados en reserva por sus excavadores originales (Fernández Jurado, 1987: 83), lo que ha permitido una mejor comprensión de la distribución espacial del edificio, con un total de 6 estancias (Fig. 4).

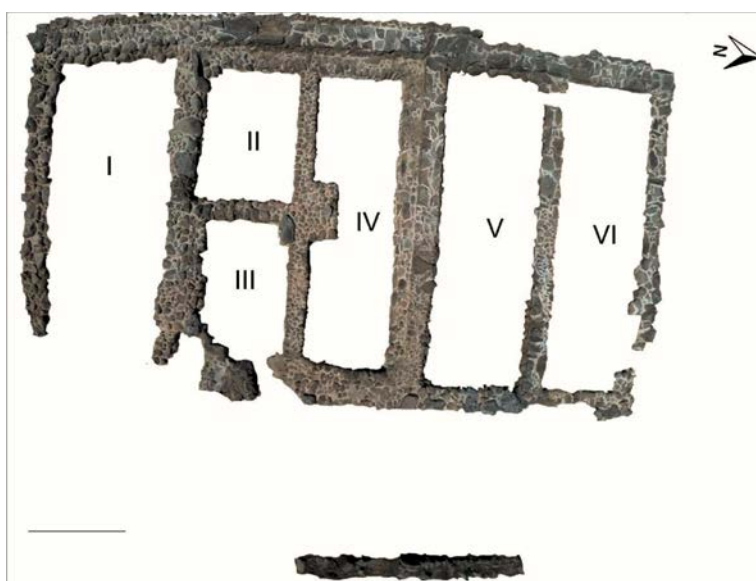


Fig. 4 - Fase más reciente del edificio con indicación del número de estancia (la escala corresponde a 3 m).

Las medidas totales son 19,50 x 16,45 m, mientras que de la técnica edilicia cabe destacar el ancho mayor del muro de cierre oeste del edificio, lo que puede venir motivado por la protección ante las arroyadas, al localizarse al final de una pendiente hacia la que vertería el agua de las dos calles localizadas hasta la fecha. Con la totalidad de la planta exhumada, las

estancias finales interpretadas son como sigue (ordenadas de Sur a Norte):

- Estancia I: De 3'95 m de ancho, fue interpretada como cocina por las manchas de ceniza y tierra quemada, así como restos de ánforas. En la esquina norte hay una huella de poste y una zona de tierra cocida que podría ser un horno (Blanco y Rothenberg, 1981: 259).
- Estancia II: Se caracteriza por presentar un tablero de tierra quemada de 0'50 x 0'40 y 0'12 m de espesor y enmarcado por tierra cocida. Interpretado para la obtención de plata por el hallazgo de escorias alrededor (Blanco y Rothenberg, 1981: 259).

- Estancia III: Lo más característico de la estancia es el banco corrido en el muro sur de la misma.
- Estancia IV: En esta habitación destaca la presencia de un banco corrido, así como pavimento de lajas de pizarra y una rinconera cóncava empedrada. Abundante cerámica y huesos de animales (buey, oveja, cerdo y cabra). Como curiosidad, se localizó un gran cuerno recortado de cabra macho (Blanco y Rothenberg, 1981: 259).
- Estancia V: Las medidas de la habitación son de 8'80 x 2'97 m. Destaca sobremanera la infinidad de ánforas y de huesos de vaca. Cuenta, además con un pavimento de tierra

con incrustaciones de lajas de pizarra y cerámica. Bajo éste había un relleno sobre la caliza del subsuelo en el que se localizó cerámica de retícula bruñida.

Posiblemente funcionara como almacén o bodega, lo que ya indicara A. Blanco (Blanco y Rothenberg, 1981: 258).

• Estancia VI: Por último, la estancia más al Norte, cuenta con unas medidas de 8'90 x 3,05 m

Como ya hemos indicado, este edificio fue interpretado por sus excavadores como un edificio de almacén. Nosotros no compartimos completamente esta interpretación por varios indicadores: de una parte por la propia técnica edilicia, más cuidada en éste que en la mayoría de los edificios conocidos del *oppidum*; por otra parte, sabemos que la existencia de un banco corrido nos indica la posibilidad de que nos encontremos ante un edificio público; finalmente, los paralelos con otros edificios bien interpretados como multifuncionales, relacionados con la

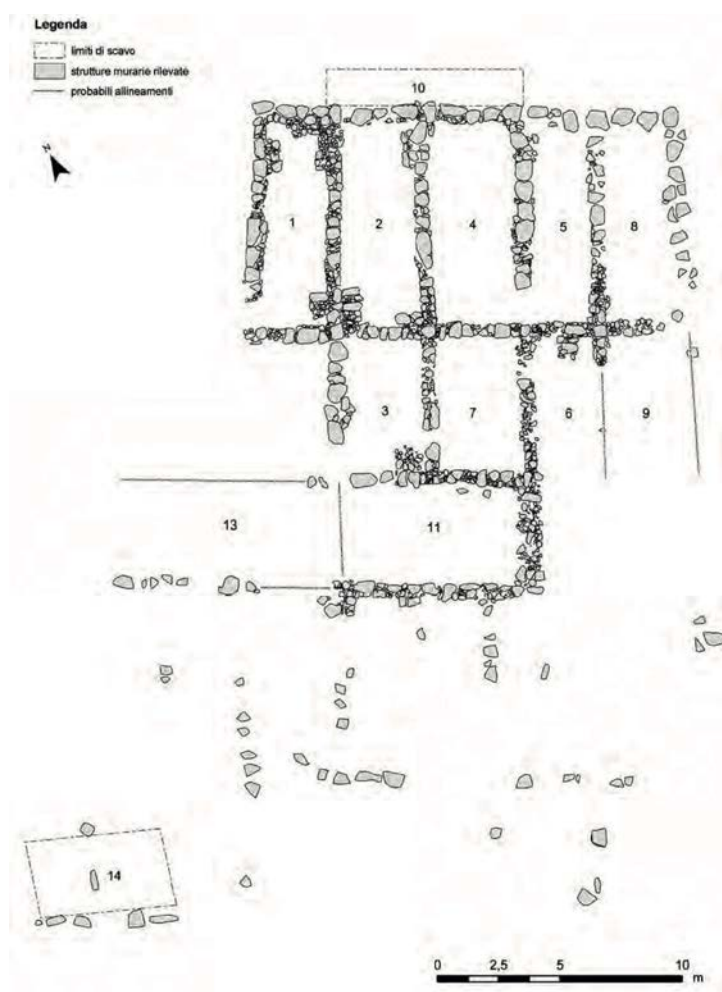


Fig. 5 - Planta del edificio del área B de Pani Loriga (Santadi, Cerdeña) (Botto 2012a: Fig. 15).

producción, consumo y ritualidad del vino, hace que nos decanemos por esta última interpretación. Así, contamos con el paralelo más claro en el edificio del Área B de Pani Loriga (Santadi, Cerdeña), fechado en el s. V a.C., con una distribución, medidas y técnica edilicia casi idéntica al edificio que nos ocupa de Tejada la Vieja (Botto, 2012a; 2012b).

El edificio sardo cuenta con un *sacello* (Vano 1), interpretado de tal modo por la presencia de un banco corrido sobre 3 de sus lados, lo que podría corresponderse con las estancias III y IV del edificio de Tejada la Vieja. En Pani Loriga se interpreta el Vano 2 como espacio funcional para la preparación del alimento, El vano IV de Pani Loriga, donde se supone la existencia de una tahona, bien podría corresponderse con la Estancia I de Tejada la Vieja, pues la presencia de manchas de ceniza, tierra quemada y huella de un poste hace que pudiera corresponderse con un espacio semiabierto en el que se localizara un horno. La estancia II del edificio de Tejada puede interpretarse como un horno metalúrgico para la copelación de plata, pues sus dimensiones, características y los restos de escoria hacen sospechar que así pudiera ser. Por su parte, la abundante presencia en la estancia IV de huesos de animales podría indicar el uso de éstos, como también de sus odres para el transporte de sustancias líquidas, como el vino, pues la desproporción de ánforas de aceite en relación con las de vino en lugares tan próximos como la ciudad de Huelva, hacen pensar que el vino se transportaba desde sus centros productores en



Fig. 6 - Fotografía aérea de las estructuras circulares de Tejada la Vieja (Escacena del Campo, Huelva).

ánforas y de ahí en odres transportadas en carros hacia el interior (Celestino y Blázquez, 2007). Así pues, no solo la presencia de abundante material anfórico nos indica tal actividad, lo que por otra parte también tenemos en la estancia V. Igualmente, la cercanía de dos estructuras cuya planta podría corresponderse con espacios destinados a la producción de vino, nos hace suponer la multifuncionalidad de este edificio, siempre en relación con su consumo, producción y ritualidad.

Los paralelos del interior de este edificio con otro de Las Cumbres (Sierra de San Cristóbal, el Puerto de Santa María, Cádiz) interpretado como un edificio industrial con lagares y estructuras destinados a actividades vinícolas ya fue mencionado hace más de veinte años, cuando la relacionan con la vivienda de un rico comerciante dedicado posiblemente a la distribución de vino (Ruiz, Córdoba y Pérez, 1998: 390; Vallejo, Castro y Niveau, 2002).

2.2. Estructuras circulares

Desde los orígenes de la viticultura, tras el proceso de pisado, el mosto se depositaba en sencillos lagares para ser prensado posteriormente, incluso decantados o filtrados cuando era necesario. Después sería almacenado

para su fermentación alcohólica (Zamora López, 2005: 83-ss).

Precisamente en relación con uno de los procesos anteriores podría estar un conjunto de dos estructuras circulares, ubicadas inmediatamente al Oeste del "edificio de almacén". Estos elementos fueron excavados superficialmente en la campaña de 1987, sin que entonces les fuera otorgada funcionalidad alguna, aunque sí se indicó que no se trata de un horno por la ausencia de escorias, cenizas o cualquier otra evidencia (Fernández Jurado, 1987: 83). Lamentablemente, la información que aportan sus excavadores es muy escueta, limitándose a un párrafo. De ahí la diferencia del conocimiento que tenemos entre estas estructuras y, por ejemplo, el edificio descrito anteriormente, pues éste se trata de un complejo excavado en su totalidad (Fig. 7).

El diámetro de la estructura más occidental es de 2 m, mientras que la oriental es algo mayor, de alrededor de 2,20 m. Por su parte, la técnica constructiva de ambas es idéntica, realizada a base de mampuestos sin trabajar o ligeramente

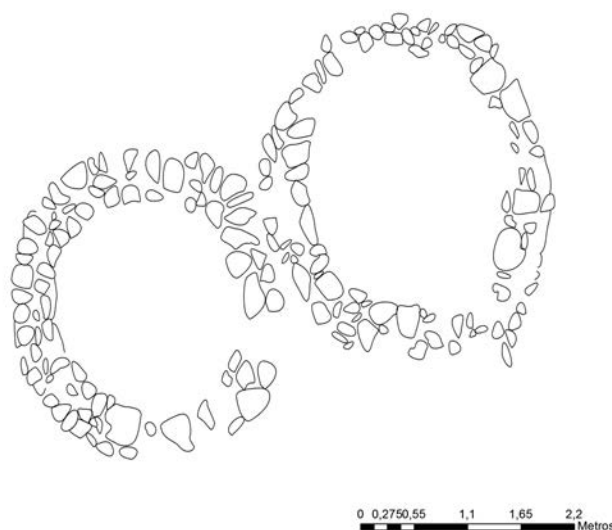


Fig. 7 - Planta de las estructuras circulares de Tejada la Vieja (Escacena del Campo, Huelva).

trabajados en su cara vista, colocados horizontalmente y trabados con argamasa o barro. La potencia máxima excavada es de unos 20 cm, de las que recordemos solo se sacaron a la luz las cabezas de sus muros y su nivel interior más superficial, que presenta una abundancia de material cerámico fragmentado y sedimentos arcillosos.

La planta de estas estructuras cuenta con un paralelo claro en el poblado de las Cumbres, en el Cerro de San Cristóbal (Puerto de Santa María, Cádiz), donde se constata la presencia de 2 lagares, piletas y estructuras circulares (Fig. 8).

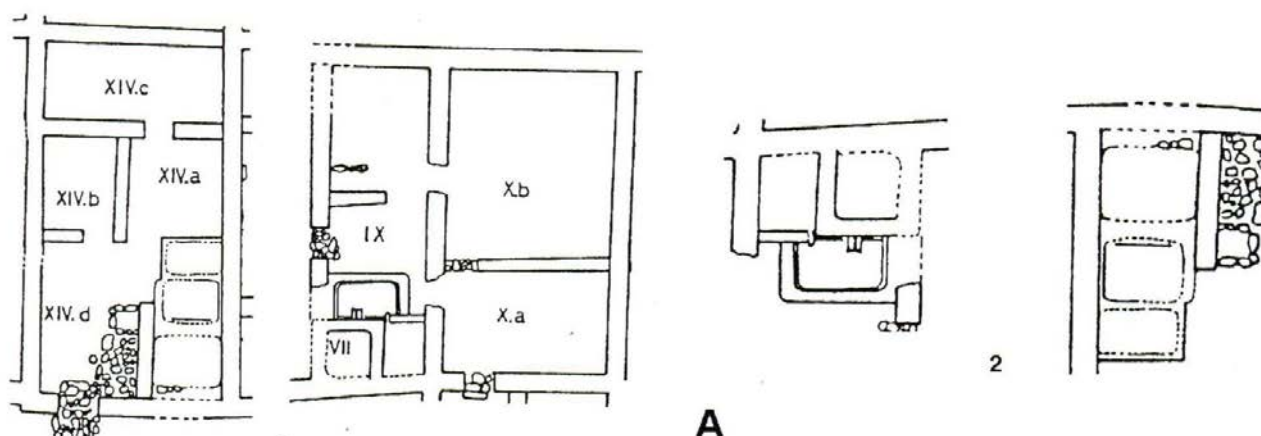


Fig. 8 - Estructuras relacionadas con la viticultura en el poblado de Las Cumbres (Ruiz, Córdoba y Pérez 1998: Fig. A).

Serían estas últimas, idénticas a las que tenemos en Tejada la Vieja, interpretadas como espacios estructuras circulares para la fermentación del mosto (Ruiz Mata, 1995: 199-200; Celestino y Blánquez, 2007).

En ambos casos, además, se sitúan en un espacio abierto de una calle o plaza; igualmente, comparten la característica de contener arcilla roja y fragmentos de ánforas, lo que puede ponerse en relación con el proceso de clarificación del mosto, por el que gracias a su mezcla con arcilla se decantan las partículas que contiene el líquido justo después de su pisado (Hills, 2005: 131).

III. Fósiles directores sobre consumo de vino

En el suroeste peninsular contamos con uno de los hallazgos más importantes de los últimos tiempos en cuanto a viticultura se refiere. Se trata de los sistemas de cultivo superpuestos del yacimiento La Orden-Seminario⁵, donde se ha constatado una producción vinícola desde alrededor del s. IX a.C. hasta época romano-republicana⁶ (Vera y Echevarría, 2013: 104).

Su singularidad radica en tratarse del yacimiento más antiguo que ha podido datarse en relación con las huellas de cultivo de la vid en la Península Ibérica (Echevarría y Vera, 2015: 65).

Es precisamente excepcional porque la tónica general vincula el consumo y la producción de vino con el comercio fenicio, tal y como se desprende de las evidencias arqueológicas en el Castillo de Doña Blanca (Puerto de Santa María,

Cádiz), que se remontan al s. VII a.C., momento al que se adscriben los restos de *vitis vinifera*, aunque los primeros vestigios estructurales relacionados con la viticultura no son anteriores al s. IV a.C. (Ruiz Mata, 1995: 161-ss; Ruiz, Córdoba y Pérez, 1998: 389-390).

De lo que no hay duda es que una vez implantado el consumo de vino en el mediodía peninsular, se elabora y envasa según lo hacían los fenicios, pese a que se consumiera en recipientes griegos (Guerrero Ayuso, 1995: 77; Cabrera Bonet, 1995: 144; Blánquez y Celestino, 2000: 512).

Por ello, cuando las referencias griegas hablan sobre el consumo de vino, siempre lo hacen comparándolo con la que para ellos es la única forma correcta de hacerlo: en el simposio, de acuerdo con un ritual perfectamente establecido (Domínguez Monedero, 1995: 28).

En este contexto, cabe indicar que ya en época micénica y posiblemente en el mundo minoico el vino era objeto de transacciones comerciales con el Mediterráneo occidental. La producción vitivinícola seguiría dándose en el área griega durante los denominados siglos oscuros, tal y como demuestra la presencia de cerámica protogeométrica y las posteriores y abundantes del geométrico ático. Todo ello indica que el consumo de vino se encuentra asimilado en la forma de vida griega (Domínguez Monedero, 1995: 26-27).

Para los etruscos adquiere tanto protagonismo que incluso forma parte de los rituales funerarios, de manera que el vino era el elemento central del banquete por el que se

⁵ Yacimiento de 23 Ha en el extremo noroeste de la ciudad de Huelva donde se han localizado abundantes estructuras con una cronología que va desde final del Neolítico hasta época moderna (Echevarría y Vera 2015).

⁶ El "Sistema 0" se data alrededor del s. IX a.C.; los "Sistemas 1 y 2" son posteriores al s. IX a.C. y llegan hasta principios del VI a.C.; el "Sistema 3", con una simetría hipodámica que recuerda a los lotes para producción intensiva de la vid, se fecha en el final del período orientalizante; el siguiente, el "Sistema 4", comprende el momento púnico-turdetano (hasta la II Guerra Púnica); finalmente, el "Sistema 5b" se trata pequeños campos aislados en época romano-republicana (Vera y Echevarría 2013).

despedía al ser querido para siempre, algo totalmente separado en el mundo griego (Domínguez Monedero, 1995: 36).

En el mundo tartésico podemos estar ante el mismo proceso que ocurrió con la civilización etrusca, donde el elemento indígena no se limita a recibir y adoptar el uso del vino, sino que lo reelabora y adapta según sus necesidades (Menichetti, 1999: 22). Por tanto, no se trata de la adaptación del simposio griego, sino la utilización del vino y los objetos relacionados con el mismo en contextos ajenos a ellos (Domínguez Monedero, 1995: 45; Quesada Sanz, 1995: 276).

A partir del s. VI a.C. está generalizada la presencia del vino en la periferia tartésica, tanto la cosecha y elaboración, como la producción que después se distribuiría hacia el interior (Blánquez y Celestino, 2000: 514).

Tal es así, que contamos con la referencia de Estrabón en la que menciona, entre otras, las abundantes exportaciones de vino:

"De Turdetania se exporta trigo, mucho vino y aceite, éste además, no solo en cantidad, sino de calidad insuperable (...) tiene sal fósil y muchas corrientes de ríos salados, gracias a lo cual, tanto en estas cosas como en las de más allá de las Columnas, abundan los talleres de salazón de pescado." (Str. 3, 2, 6).

En el caso de Tejada la Vieja contamos con una serie de fósiles directores relacionados, no con la producción directa, pues no disponemos de análisis carpológicos ni de huellas de cultivo, pero sí con el consumo del vino: la cerámica griega y la presencia de ánforas R-I, abundantes en el *oppidum* que nos ocupa.

Así, la cerámica griega es más que visible en la última de las fases, que ocupa desde la crisis de mediados del s. VI a.C. hasta el abandono de la ciudad en el s. IV a.C. Ésta es testigo de una

reordenación urbanística que se aprecia en el adosamiento de las estructuras trapezoidales a la muralla, así como en la construcción de un importante edificio público. El material mueble responde a una mayoría de cerámica a torno, con una diferencia más acusada que en el nivel anterior, dentro de la que cabe destacar la presencia de un fragmento de copa griega arcaica así como la base de un ánfora corintia, dentro de un contexto de mayoría de cerámica de engobe rojo, cerámicas grises y la decorada a bandas. Además de la cerámica, es abundante el número de fusayolas y significativo el de cuchillos afalcatados (Fernández Jurado, 1987: 162-167; 1991a: 169-ss; 1991b: 55-ss). La supuesta crisis de mediados del s. VI a.C. que afectó al sur peninsular se constata en Tejada la Vieja como una fase de estancamiento del que sale a fines de siglo gracias a la diversificación económica del lugar, visible en el incremento de ánforas y de molinos de mano (Fernández Jurado, 1987: 164; 182). Las relaciones comerciales continuaron su curso a mediados del s. V a.C., tal y como se desprende de la presencia de conchas de vieira, escifo ático o copas Cástulo (Fernández Jurado, 1987: 165).

La presencia de un ánfora proto-grecoitalica, fechada a mediados del s. IV a.C., así como ánforas corintias B, indican una actividad comercial importante. Pese a ello, el lugar supuestamente se abandona en la primera mitad del s. IV a.C. (Fernández Jurado, 1987: 166). Precisamente, la ubicación de Tejada la Vieja cerca de uno de los ramales de la *Vía Heraclea* – posteriormente fosilizado en la Vía 23 del Itinerario Antonino-, propició la presencia de estos materiales en núcleos interiores (Toscano-Pérez, 2016: 143-147).

En cuanto al cultivo de la vid en Tejada la Vieja, no contamos con evidencias directas que lo

confirmen. No obstante, el hecho de contar con un espacio en pendiente bastante amplio, intramuros, protegido de los vientos y con una orientación hacia el Este y el Sur, donde no se han localizado estructuras murarias hasta la fecha, hace que nos planteemos como posibilidad el cultivo de vid en dicha zona, pues sabemos los mejores suelos para este cultivo son los calcáreos, bien dragado, así como los cultivos orientados al Este o al Sur (Blanco y Rouggeau, 1999: 118-119).

Bibliografía

BLANCO FREIJEIRO, Antonio; ROTHENBERG, Beno (1981). *Exploración Arqueometalúrgica de Huelva*. Barcelona.

BLANCO, J. L.; ROUGGEAU, M. (1999). Técnicas para la elaboración del vino. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *El vino en la Antigüedad romana*. Simposio Arqueología del vino (Jerez 2, 3 y 4 de Octubre de 1996). Madrid, pp. 117-128.

BLÁNQUEZ PÉREZ, Juan; CELESTINO PÉREZ, Sebastián (2000). Proyectos arqueológicos sobre la utilización social del patrimonio cultural del vino. In J. Maldonado Rosso y A. Ramos Santana (eds.) *Actas del I Encuentro de historiadores de la vitivinicultura española. Serie Encuentros de primavera en el Puerto*, 2. El Puerto de Santa María, pp. 511-533.

BOTTO, Massimo (2012a). Alcune considerazioni sull'insediamento fenicio e púnico di Pani Loriga. *Rivista di Studi Fenici*, XL, 2, pp. 267-304.

BOTTO, Massimo (2012b). L'abitato fenicio púnico di Pani Loriga (area B). *Quaderni di Archeologia Sulcitana*, I, pp. 33-42.

CABRERA BONET, Paloma (1995). La comercialización del vino griego en la Hispania prerromana. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *Arqueología del vino. Los orígenes del vino en Occidente*. Jerez de la Frontera, pp. 137-156.

CELESTINO PÉREZ, Sebastián; BLÁNQUEZ PÉREZ, Juan (2007). Origen y desarrollo del cultivo del vino en el Mediterráneo: la Península Ibérica. *Revista Universum*, 22, pp. 32-60.

DOMÍNGUEZ MONEDERO, Adolfo J. (1995). Del Simposio griego a los bárbaros bebedores: el vino en Iberia y su imagen en los autores antiguos. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *Arqueología del vino. Los orígenes del vino en Occidente*. Jerez de la Frontera, pp. 21-72.

ECHEVARRÍA SÁNCHEZ, Alejandra; VERA RODRÍGUEZ, Carlos (2015). Los inicios de la viticultura en la Península Ibérica a partir de las huellas de cultivo. In R. Francia Verde (coord.) *Historia y Arqueología en la cultura del vino*. Logroño, pp. 57-68.

- FERNÁNDEZ JURADO, Jesús (1987). *Tejada la Vieja: una ciudad protohistórica*. Huelva: Huelva Arqueológica IX.
- FERNÁNDEZ JURADO, Jesús (1991a). Influencia fenicia en la arquitectura tartésica. *III Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica* (1988). Ibiza, pp. 169-175.
- FERNÁNDEZ JURADO, Jesús (1991b). Ciudades y fortificaciones turdetanas: problemas de interpretación. In *Fortificacions. La problemàtica de l'Ibèric Plè: (segles IV-III a.C.)*. Manresa, pp. 55-66.
- GUERRERO AYUSO, Víctor M. (1995). El vino en la Protohistoria del Mediterráneo occidental. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *Arqueología del vino. Los orígenes del vino en Occidente*. Jerez de la Frontera, pp. 73-104.
- HILLS, Phillips (2005). *Degustar el vino: el sabor del vino explicado*. Buenos Aires.
- MENICHETTI, Mauro (1999). El vino en el mundo etrusco. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *El vino en la Antigüedad romana. Simposio Arqueología del vino (Jerez 2,3 y 4 de Octubre de 1996)*. Madrid, pp. 21-34.
- QUESADA SANZ, Fernando (1995). Vinos y guerreros: banquete, valores aristocráticos y alcohol en Iberia. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *Arqueología del vino. Los orígenes del vino en Occidente*. Jerez de la Frontera, pp. 271-296.
- RUIZ MATA, Diego (1995). El vino en época prerromana en Andalucía occidental. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *Arqueología del vino. Los orígenes del vino en Occidente*. Jerez de la Frontera, pp. 157-212.
- RUIZ MATA, Diego; CÓRDOBA ALONSO, Ignacio; PÉREZ PÉREZ, Carmen J. (1998). Vinos, aceites y salazones en la Turdetania. *Actas del Congreso Internacional: Los iberos, príncipes de occidente. Las estructuras de poder en la sociedad ibérica. Sagvntvm, Extra 1*, pp. 387-397.
- TOSCANO-PÉREZ, Clara (2016). *El suroeste hispano en la Turdetania atlántica: dinámica poblacional y evolución cultural (ss. VI-III a.C.)*. Tesis doctoral. Universidad de Huelva.
- TOSCANO-PÉREZ, Clara (2019). Cultos betílicos en la Turdetania onubense. In *Un periplo docente e investigador. Estudios en homenaje al profesor Antonio Tejera Gaspar*. La Laguna, pp. 511-526.
- VALLEJO SÁNCHEZ, Juan Ignacio.; CASTRO PÁEZ, Encarnación; NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana María (2002). Los orígenes del vino en la Bahía de Cádiz: testimonios arqueológicos y literarios. *DOURO - Estudos e Documentos*, vol. VII (14), pp. 47-63.
- VERA RODRÍGUEZ, Carlos; ECHEVARRÍA SÁNCHEZ, Alejandra (2013). Sistemas agrícolas en el I milenio a.C. en el yacimiento de La Orden - Seminario de Huelva. Viticultura protohistórica a partir del análisis arqueológico de las huellas de cultivo. In Sebastián Celestino Pérez; Juan Blánquez Pérez (eds.) *Patrimonio cultural de la vid y el vino*. Madrid, pp. 95-106.
- ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (2005). Jugo de cepas, sangre de uvas: la viticultura y la vinificación en el antiguo Oriente Próximo. In S. Martínez Sánchez; A. González Blanco (coord.) *Actas del I Congreso sobre Etnoarqueología del vino* (Bullas, 4-6 noviembre de 2004). *Revista murciana de antropología*, 12, pp. 69-100.

EL POTRO DESEMPOTRADO: EL CABALLO IBÉRICO DE LA COVATILLA (MARCHENA, SEVILLA)

Recibido: 3 de Setembro de 2017 | Aprobado: 9 de Dezembro de 2018

Javier Jiménez Ávila¹
Junta de Extremadura

Resumen

El caballo ibérico de La Covatilla (Marchena), actualmente conservado en el Museo Arqueológico Provincial de Sevilla, fue publicado cuando se encontraba encastrado en la pared de un edificio de dicha localidad. Su extracción en los años ochenta ha permitido reconocer una serie de elementos hasta entonces ocultos que se relacionan con un arnés ecuestre correspondiente al tiro de un vehículo. Se convierte, así, en la primera escultura ibérica de gran formato que incluiría un carro. Se adscribe a un monumento conmemorativo relacionado con la ideología militar propia de la aristocracia ibérica.

Palabras-clave: Escultura Ibérica; atalaje ecuestre; carros; bajo Guadalquivir; II Edad del Hierro.

Abstract

The Iberian horse sculpture from La Covatilla (Marchena), currently in the Archaeological Museum of Seville, has been published when it was embedded into the wall of a building sited in that town. When it was removed, in the 80's, new features could be rediscovered and observed in the previously hidden part. These elements can be related with an equestrian harness corresponding to the team of a chariot. This way, the horse of La Covatilla seems to be the first real size Iberian sculpture including a vehicle so far known. The sculpture is attached to a memorial related to the military ideology of the Iberian aristocracies.

Key-words: Iberian sculpture; horse harness; chariots; Spain; Late Iron Age.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_17

¹ jjimavila@hotmail.com

I. Introducción

La escultura ibérica —en particular la escultura ibérica en piedra— no suele encontrarse entre los temas que más interesan a la arqueología del Suroeste peninsular. Existe la percepción generalizada de que este fenómeno, una de las creaciones más genuinas del mundo ibérico, tiene una distribución netamente levantina/suroriental, coincidiendo con el desarrollo geográfico de esta cultura. Sin embargo, en las provincias de Córdoba y Sevilla, en el ámbito del Suroeste ambas, contamos con una importantísima colección de manifestaciones escultóricas de época ibérica, algunas de las cuales se encuentran entre lo más emblemático de este fenómeno. Tal podría ser el caso, por ejemplo, de los relieves de Osuna, que se fechan en un momento avanzado de estas producciones (siglos III-II a.C.), en contacto ya con la presencia romana. Pero también de elementos de época más antigua, como los leones de Baena o Nueva Carteya (Córdoba), que ponen de relieve el arraigo de esta tradición artística en la zona prácticamente desde sus primeras creaciones (Chapa Brunet, 1985). Por otra parte, recientes hallazgos, como el fragmento de *Magna Mater* hallado en Carmona (Belén Deamós y García Morillo, 2005; Almagro-Gorbea y Torres Ortiz, 2011), se hacen eco de los antecedentes orientalizantes que pudo tener este fenómeno, evidenciando así la antigüedad y el arraigo de la tradición escultórica en la región, a pesar de lo exiguo de la evidencia arqueológica actualmente disponible para esa época.

Entre los exponentes más occidentales de la escultura ibérica se encuentra una pieza procedente del municipio de Marchena que, aunque ha sido objeto de varias publicaciones, presenta elementos inéditos que acrecientan su interés y que evidencian el grado de desarrollo y

grandiosidad que debieron tener los monumentos escultóricos prerromanos en estas zonas del Suroeste peninsular. De ahí que ahora le dediquemos nuestra atención.

II. El Caballo de la Covatilla. Historia de una investigación necesariamente incompleta

La escultura equina de La Covatilla representa la parte delantera de un caballo trabajada en bulto redondo sobre un bloque de arenisca de 48 x 35 x 33 cm que tiene su parte inferior perfectamente regularizada, a modo de sillar. Se conserva en el Museo Arqueológico de Sevilla, donde se exhibe colgada en la pared sur de la sala dedicada a la cultura iberoturdetana, en la planta principal. Su número de inventario es el REP 1988/II.

Los datos que tenemos sobre su origen se remontan al siglo XIX, cuando fue hallada casualmente en la finca de La Covatilla, situada a 9 km al suroeste de la localidad Marchena, en un territorio rico en yacimientos arqueológicos, no muy alejado del sitio de Montemolín-Vico, recientemente declarado BIC por la Junta de Andalucía y que tiene ocupaciones desde el Bronce

Final a época romana (Ferrer Albelda, 2007:



Fig. 1 - El caballo de La Covatilla tal y como se encontraba hasta los años ochenta del siglo pasado, embutido en el muro de la casa Casanova de Marchena (s. Bandera 1979-80).

413-416).

Al poco de su hallazgo debió de ser embutida junto a la puerta de entrada a las cuadras de una casa solariega de Marchena (la casa de los Casanova) vivienda de los propietarios de la finca donde fue hallada, y en ese punto permaneció hasta los años ochenta del siglo pasado.

En esa situación fue reconocida por la profa. M. Luisa de la Bandera, quien realizó el primer estudio científico conocido, dentro de un trabajo en el que se publicaba conjuntamente con otras esculturas ibéricas de las provincias de Sevilla y Córdoba (Bandera Romero, 1979-80). Las dimensiones que aporta M.L. de la Bandera para la estatua (39 cm tomados desde el hocico a la testuz, x 24 cm de fondo visible) reflejan la gran porción de la pieza que quedaba oculta a la vista por estar embutida en el muro. Las imágenes que se presentan en ese trabajo y que reproducimos aquí (Fig. 1) se hacen eco, igualmente, de esta misma limitación.

M. L. de la Bandera reconoce la gran calidad de la escultura en una magnífica descripción que, debido a su claridad y grado de detalle, reproduzco aquí literalmente:

“La cabeza se conserva hasta la base del cuello, a falta de las orejas, que serían postizas, pues se observan las perforaciones donde irían colocadas; y va enjaezada con un rico y decorativo cabezal. [...] Aunque su conservación no es buena, pues ha estado, y continúa expuesta a las inclemencias del tiempo, se puede apreciar la buena labra que tiene y la escultura magnífica que sería completa con el resto del cuerpo, cosa que creemos tendría, pues se nota el corte de la piedra en la base del cuello. Todos los detalles están representados con un realismo y de una manera tan meticulosa que hacen de ella una pieza única en su género. Los ojos son de forma oval, con el globo ocular bombeado y perfecto. Los párpados labrados con

un reborde pronunciado y con la parte superior muy curvada y la inferior recta, y el lacrimal indicado. Ojos que nos recuerdan a los de la plástica griega del siglo VI a. C., principalmente los representados en los vasos cerámicos de figuras negras. Las órbitas se advierten perfectamente, al igual que el canal longitudinal del hueso nasal y las venas que cruzan la cara. La nariz afinada, bien ejecutada, con los ollares perforados; la boca con el labio superior carnoso y redondeado, dando muestra de gran sentido real. Las quijadas algo rectas, pero bien trazadas. Las crines cuelgan hacia el lado izquierdo del cuello, y están formadas por líneas incisas revueltas, inclinadas hacia atrás; en la parte central del cuello hay dos mechones que se cruzan formando [una] especie de trenzado simple. Sobre la frente cae el tupé, dividido en dos bandas de líneas incisas un tanto curvadas hacia los extremos. Todo ello forma un conjunto armonioso lleno de vida y serenidad. Tan notables como los rasgos anatómicos son los elementos que forman el cabezal. En su realización se ha seguido la misma técnica cuidada y minuciosa. Se compone de testera, frontaler, montantes, ahogadero y muserola, pero con la particularidad de estar representadas por medio de un contario de esférulas. La frontaler, formada por unas 16 esférulas, se une a los montantes (de 11 esférulas cada uno), y a la testera, de aproximadamente 14 esférulas, y al ahogadero, mediante una placa circular en forma de roseta de nueve pétalos y botón central. En la boca, la muserola, con los montantes y las bridas, están unidas por otra roseta semejante. El bocado no aparece representado, tal vez el caballo no llevara filete, y la tracción de las riendas se hacía sobre la nariz y no sobre el maxilar inferior. Este hecho, sin embargo, no es corriente en la plástica ibérica, donde casi todos los caballos son representados con bocado. De la frontaler, y sobre la frente, descansa un frontal de forma rómbica, igualmente hecho con esférulas (8 en cada lado) y con dos rombos incisos concéntricos. Otra serie une el vértice inferior del frontal a la muserola.

Finalmente tenemos las riendas, que saliendo del conjunto de roseta inferior se pierden sobre el cuello. Son acintadas y con rebordes, representando así las verdaderas de cuero". (Bandera, 1979-80: 392-394).

En el estudio analítico la autora fecha la escultura "en un momento final del ibérico puro siglo III-II a.C.", aunque es una hipótesis sujeta a revisión, señalándose las dificultades para concretar un taller de producción, y citándose algunas aproximaciones formales (pues no se encuentran paralelos exactos) en pequeños exvotos y algunas de las escasas figuraciones de équidos ibéricos de gran formato que entonces se conocían, como las de Fuente la Higuera (Valencia) y otras (Bandera, 1979-80: 394-396). Hay que tener en cuenta que a la altura de la publicación de esta estatua aún se hallaba inédita la obra sobre la escultura zoomorfa ibérica de la Dra. Chapa Brunet donde se aúna un catálogo completo de este tipo de producciones en toda la Península Ibérica (Chapa Brunet, 1985).

Sin embargo, curiosamente, en esta obra de síntesis de T. Chapa el caballo de Marchena no está recogido, tal vez por coincidir su publicación con la fase de elaboración del catálogo. En el apartado de los caballos se reconocen en esta obra dos agrupaciones bien diferentes coincidiendo una de ellas con el Bajo Guadalquivir (Fig. 2). En esta zona, curiosamente, se señala el hallazgo del célebre cipo de Marchena como el punto más occidental del mapa de dispersión, pero no se incluye el caballo de La Covatilla ni en el catálogo ni en el análisis,

circunstancia que, probablemente, haya favorecido su escasa perceptibilidad dentro de los estudios académicos dedicados a la escultura ibérica. De hecho, con la excepción de un trabajo de E. Ferrer y J. Mancebo (1991) en el que presentan un conjunto de herrajes ecuestres de bronce, el caballo de La Covatilla apenas vuelve a ser referido hasta fechas bien reciente. En este trabajo, la escultura es tratada de soslayo, a raíz del parecido que los autores encuentran entre las rosetas que aparecen en la zona de la boca y unas piezas semejantes halladas en la necrópolis de La Joya, parecido formal que, sin embargo, no encuentra respaldo funcional, como también ha sido ya expuesto en alguna ocasión (Jiménez Ávila, 2018). En una reciente recopilación de conjunto sobre la arqueología de Marchena y su entorno el caballo de La Covatilla ni siquiera es referido (Ferrer Albelda, 2007).



Fig. 2 - Representaciones de caballos en la gran plástica figurativa ibérica en piedra (a.p. Chapa, 1985).

Pero contrastando con este escaso interés suscitado en el mundo académico, el caballo de La Covatilla sí que fue objeto de una notable atención desde el ámbito de la gestión del

Patrimonio histórico-artístico y arqueológico. Detectada su importancia, durante los años ochenta, se procedió a extraerlo de la pared de la propiedad en que se hallaba encastrado para trasladarlo inicialmente al Museo Municipal de Marchena y, tras la desaparición de esta institución local, al Museo Arqueológico de Sevilla, por adquisición por parte de la Junta de Andalucía a su antiguo propietario en 1988. Allí se expone desde entonces, junto a las muestras más notables de la escultura ibérica del Bajo Guadalquivir, con una cartela que eleva la fecha propuesta en su primera publicación al siglo IV a. C.

Como muestra de este renacido interés, hay que citar la inclusión del caballo de La Covatilla en los capítulos previos al catálogo de una exposición sobre arqueología del valle del Guadalquivir celebrada en Vitoria en 2004. En el texto, suscrito por F. Fernández Gómez, se menciona su pertenencia a un monumento en el que estaría embutida y se adjunta una fotografía (Fernández Gómez, 2004; 38 [fig. 50]) (Fig. 3).



Fig. 3 - Fotografía del caballo de La Covatilla incluida en el catálogo de la exposición *Arqueología del Valle del Guadalquivir*, celebrada en Vitoria en 2004.

Finalmente, en 2013, el caballo de La Covatilla fue incluido en el programa “La Pieza del Mes” del Museo Arqueológico de Sevilla, acompañada de una conferencia explicativa que fue impartida el 18 de Mayo por el profesor D. Juan Luis Ravé Prieto, autor de numerosos trabajos sobre la historia y el arte de Marchena (Fig. 4). En el folleto-resumen distribuido con motivo de tal evento (del que se han tomado algunas de las noticias e informaciones recogidas en este trabajo) se narra cómo la pieza fue incluida por los redactores del Inventario histórico y artístico de la provincia de Sevilla en 1978, los avatares sucedidos hasta su depósito en el Museo hispalense, y otras claves para su valoración histórica y arqueológica.



Fig. 4 - Cartel anunciador de la conferencia impartida por D. Luis Ravé Prieto acerca del caballo de La Covatilla, dentro del ciclo sobre La Pieza del Mes organizado por el Museo Arqueológico de Sevilla en mayo de 2013.

III. Nuevos Elementos para su Valoración

La extracción del caballo de La Covatilla del muro en que se hallaba encastrado desde el siglo XIX provocó la reaparición y, consecuentemente, la posibilidad de visualizar una parte de la pieza que, durante todo ese lapso de tiempo, había permanecido oculta al observador. Esta parte oculta, correspondiente al bloque posterior,

presenta unos elementos escultóricos que, sin embargo, han pasado desapercibidos a la investigación hasta fecha bien reciente. Necesariamente ausentes en la descripción original de M. L. de la Bandera, aparecen tímidamente reflejados en la fotografía que se incluye en el catálogo de la exposición de Vitoria (Fig. 3) donde, sin embargo, se opta por presentar un escorzo izquierdo de la escultura, en el que los elementos trabajados están muy afectados por la erosión, hasta el punto de que algunos de ellos se hallan completamente borrados. Efectivamente, en este lateral izquierdo se observan cómo todo el bloque posterior de la pieza aparece alterado por incisiones que pueden ser atribuidas al paso reiterado de un arado, reconociéndose solo la continuidad de la rienda hasta la cruz. Además, la rienda parece haber sido retallada en un momento posterior al del esculpido original, sobre todo en la parte superior, habiéndosele grabado, por añadidura, unas incisiones que la bordean longitudinalmente y que están trazadas con cierta torpeza, contrastando con la calidad general del trabajo (Fig. 5). En esta parte izquierda se labran las crines, organizadas en guedejas, por profunda incisión, que están ausentes en el lateral derecho, sin que a mi juicio sea posible determinar definitivamente si esta diferencia es original o se debe a conservaciones diferenciales y/o a manipulaciones secundarias de la pieza, ya que en el lateral derecho se observa un rebaje curvo a lo largo del cuello que podría marcar la delimitación de una crin lisa.

En cualquier caso, y aunque toda la parte delantera se conserve mejor por el lado izquierdo, los elementos más significativos y los que son objeto de nuestra actual atención se centran en la parte trasera del lado derecho,

coincidiendo con la zona que en la cara opuesta aparece arrasada por el arado.

En esta zona se reconoce el trabajo en relieve de una serie de elementos relacionables con un arnés ecuestre que interactúan con la rienda y que, prácticamente, se interrumpen por los cortes que tiene la pieza, tanto en la parte posterior, donde actualmente está colgada a la pared de la sala expositiva, como en la inferior, donde aparece regularmente trabajada en una cara plana, a modo de sillar.



Fig. 5 - El caballo de La Covatilla, vista lateral derecha. Museo Arqueológico de Sevilla (Foto Martín García).

Estos elementos están trabajados en pronunciado relieve y son perfectamente reconocibles. A la altura de la cruz aparece un cuerpo en forma de cojinete que se adapta al lomo del animal. Tiene un rehundimiento y un nervio central y su extremo es curvado. A media altura de esta pieza, coincidiendo con la rienda, se ha labrado un tramo transversal que podría interpretarse como la continuación de esta, pues en el borde delantero no se observa solución de continuidad entre rienda y tramo, a pesar de que están

trabajados con un relieve y una sección muy distintos y de que forman un quiebro muy acusado entre sí. Lo más probable es que esta distinta conformación se deba a convencionalismos del escultor y/o a la propia constitución del bloque original, y no a que esté representando un elemento distinto.



Fig. 6- El caballo de La Covatilla, vista lateral izquierda. Museo Arqueológico de Sevilla (Foto Martín García).

A continuación de esta pieza dorsal se dispone una segunda pieza rectangular, situada en mitad del cuello, constituida por un grueso reborde y un elemento central trabajado en relieve, que lo sobremonta, especialmente en los laterales, y que adquiere la silueta de un diábolo o de un carrete con la zona central ensanchada, en forma oval y las laterales triangulares.

Finalmente, a continuación de este tramo central, se dispone una banda, de similar grosor y anchura, segmentada longitudinalmente en tres partes, siendo sustancialmente más ancha la central, de manera que adquiere la conformación de una correa ribeteada. El modo en que se han

esculpido estos ribetes, a cincel, generando un suave modelado, difiere sustancialmente de las agudas incisiones descritas previamente para las líneas de las riendas de la cara izquierda de la figura, lo que justifica su diferente consideración técnica y cronológica. Esta ancha banda discurre por la parte baja del cuello dibujando una ligera curva hasta perderse en la parte inferior de la escultura, donde remata en un corte perfectamente horizontal (Fig. 6).

La disposición y la configuración de estos tres elementos permiten leerlos con cierta facilidad como los componentes del arnés ecuestre correspondiente al tiro de un carro, como ya ha sido adelantado en alguna ocasión (Jiménez Ávila, 2015). De este modo, la pieza superior, en forma de cojinete de extremos curvos, debe de ser entendida como un yugo; la parte central como una hebilla o sistema de cierre y la banda inferior como el pretal delantero.

En otro lugar me he centrado en resaltar las analogías que la pieza central guarda con una serie de objetos relacionados con atalajes ecuestres y que se pueden interpretar como hebillas o broches de cierre para correajes.

Estos objetos, que se pueden reconocer como alamares, se fabrican en bronce y hierro y aparecen frecuentemente en los horizontes del Hierro Antiguo centroeuropeo, contándose con una buena colección también en la Península Ibérica, donde pueden fecharse desde el siglo VII al IV a. C. (Jiménez Ávila, 2015). Precisamente el museo de Sevilla conserva uno de estos alamares de bronce procedente de antiguas excavaciones en el Acebuchal que, por su forma abarrilada de extremos ensanchados, es de los que más fácilmente pueden asimilarse al objeto representado en el caballo de La Covatilla (Fig. 7). Fue precisamente la búsqueda de referentes escultóricos para estas piezas, durante su



Fig. 7 - Alamar de bronce procedente de El Acebuchal (Carmona), Museo Arqueológico de Sevilla (Foto Martín García).

estudio, lo que me hizo interesarme por esta parte inédita de la escultura de La Covatilla, gracias al reconocimiento de la representación de un cierre de alamar a partir de las fotografías incluidas en las bases de datos oficiales disponibles en internet, donde este elemento se aprecia con especial claridad (Fig. 8).

Pero más allá de constatar la utilización o no de este tipo de herrajes a través de las representaciones escultóricas, el descubrimiento de un equipamiento de arnés relacionable con un tiro ecuestre en el caballo de La Covatilla abre un capítulo hasta ahora desconocido en la escultura ibérica: el de la representación de carros en conjuntos o figuraciones de gran formato.



Fig. 8 - El caballo de La Covatilla, vista lateral derecha incluida en la Red Digital de Colecciones de Museos de España – ceres.mcu.es (Foto Isabel M. Villanueva, Ministerio de Cultura).

Efectivamente, en el panorama de los caballos ibéricos se han constatado hasta ahora

representaciones de jinetes, con las elocuentes incorporaciones de Los Villares de Hoya Gonzalo (Albacete) (Sanz Gamio y Blánquez Pérez, 2011) y de caballos de gran formato enjaezados a tal efecto, hallados de manera aislada, como el célebre ejemplar de La Losa (Casas de Juan Núñez), también en la provincia de Albacete (Chapa Brunet, 1985: 63) o formando conjuntos complejos como los del Cerrillo Blanco de Porcuna, en Jaén (Negueruela Martínez, 1990), así como una considerable colección de cabezas embridadas, que por su carácter incompleto no es posible clasificar. Sin embargo, ningún elemento de la gran escultura ibérica hacía pensar, hasta la fecha en la existencia de monumentos escultóricos que representaran vehículos.

Existen esculturas de más reducidas dimensiones donde es posible reconocer la existencia de carros con sus yuntas, como el ejemplar localizado en el empedrado de la tumba 107 de la necrópolis del Cigarralejo (Mula,

Murcia), al que le falta toda la parte delantera de la yunta, que incluiría el yugo y el arnés. No obstante, se conserva la cincha inferior. El conjunto está trabajado en un bloque de caliza de 22 cm de longitud máxima, lo que da idea de sus proporciones, y se concibe, sobre todo en la parte del vehículo, como un bajorrelieve ajustado a la conformación paralelepípedica del bloque. Por sus características se atribuye a un posible exvoto procedente del santuario, pues desentona con el resto de las esculturas funerarias halladas en la necrópolis (Cuadrado Díaz, 1953). En dicho santuario se hallaron, como es bien conocido, gran cantidad de exvotos, también de reducido tamaño, representando caballos, algunos enjaezados (Cuadrado Díaz, 1950). Bastante de ellos (en torno al 15%) se tallaron formando parejas, pero la mayoría son interpretadas como conjuntos de

yegua y potro, debido a la diferencia de tamaño de los animales, y en ningún caso se presentan uncidos, aunque a veces son calificados como yuntas (Cuadrado Díaz, 1950).

Una pieza similar al carro del Cigarralejo, pero más incompleta se halló en el vecino santuario de La Luz (Murcia) (Lillo Carpio, 2002).

También aparece un carro en relieve estucado sobre el controvertido monumento de Malla (Barcelona), trabajado en un panel de unos 70 x 70 cm. Se trata de una biga sobre la que se reconocen dos figuras masculinas vestidas con túnicas. La cronología de este monumento oscila entre los siglos IV-III a. C. planteada por sus editores (López Mullor, Fierro Macía y Caixal Mata, 1990) y la época republicana romana (siglo II a. C.), propuesta en una posterior revisión de I. Rodà (1993).

Igualmente en relieve, pero fuera ya del ámbito de la escultura en piedra, se pueden citar los dos carros representados en la placa de terracota del Cerrón de Illescas (Toledo), en una escena interpretada en clave ritual-religiosa, correspondiendo con el contexto del espacio en el que se encontró y que ha sido identificado como un santuario celtibérico que se puede fechar en el siglo II a. C. (Valiente Cánovas y Balmaseda Muncharaz, 1981).

Y no son muchas más las representaciones de carros que pueden vincularse con la plástica ibérica, coincidiendo con el igualmente escaso número de restos de vehículos reales localizados en tumbas y yacimientos adscribibles a esta cultura (Mielke, López Rosendo y Torres Ortiz, 2012).

Ninguna de ellas, por otra parte, adquiere las dimensiones y la monumentalidad que debió alcanzar la composición del caballo de La

Covatilla, que se representa a un tamaño prácticamente natural y que, como han reflejado los autores que lo han tratado con anterioridad, debió corresponder a un monumento más complejo. En este sentido es necesario recordar el aspecto de bloque escuadrado, a modo de sillar, que presenta la escultura en su parte trasera y que se percibe especialmente bien cuando se contempla de frente (Fig. 9). Lamentablemente, y una vez desempotrada de las cuadras de la casa Casanova de Marchena, la escultura ha vuelto a ser colgada (ignoro por qué procedimiento) en la pared del museo hispalense, sin que sea posible observar su parte trasera. No nos es dado, en consecuencia, poder establecer si esta parte escuadrada, por la zona posterior, está quebrada accidentalmente o bien labrada de manera



Fig. 9 - Vista frontal del caballo de la Covatilla donde se aprecia la estructura escuadrada de la parte trasera (Foto Isabel M. Villanueva, Ministerio de Cultura).

regular, como sucede en la parte inferior, donde se observa una superficie claramente horizontal.

En cualquier caso la conformación que conservamos sugiere que el prótomo formara parte de un monumento arquitectónico del que sobresaldría holgadamente, como ya ha sido indicado en anteriores trabajos y como sucede en otros elementos señeros de la escultura ibérica, desde los leones de Pozo Moro a la esfinge de Bogarra (Chapa Brunet, 1985: 66; 72 ss.). En estos monumentos, tal y como acaece en otras esculturas similares del Mediterráneo antiguo y de Oriente, el relieve cobra una parte fundamental del protagonismo narrativo, combinándose con la arquitectura y con el bulto redondo, por lo que no sería extraño que parte de la representación de La Covatilla estuviera realizada con esta técnica. No obstante, en el caballo de Marchena no se reconocen, como en los ejemplos citados, los elementos propiamente arquitectónicos, que aparecen adheridos, aunque a veces mutilados, a las partes labradas. Todo en él es escultura y toda la pieza que conservamos debía ser elemento sobresaliente, por lo que conviene ser cautos también a la hora de valorar otras posibilidades. Sobre todo, habida cuenta de la constatación de retallados e intervenciones no primarias. Con todo ello, la reconstrucción del monumento, a la vista de lo que conservamos y ante la falta de otros conjuntos similares, no deja de ser un ejercicio puro y altamente especulativo.

En cualquier caso, correspondiera a un monumento con estructura arquitectónica o formara parte de un conjunto exclusivamente escultórico, el caballo de La Covatilla refleja el grado de desarrollo que debieron alcanzar los talleres de escultura ibérica en la parte más occidental de su área de expansión.

IV. Cuestiones Técnicas sobre el Atalaje del Tiro Ecuestre en la Protohistoria Ibérica

Aparte de ilustrar por primera vez la existencia de grandes monumentos ibéricos que incorporarían vehículos y de aportar información gráfica sobre algunos de los elementos metálicos que compondrían los atalajes ecuestres protohistóricos, el caballo de La Covatilla posibilita realizar algunos apuntes sobre los sistemas de tiro en la Edad del Hierro peninsular, al convertirse en una de las escasas (si no la única) representación iconográfica que, debido a su tamaño y a su grado de conservación, permite visualizar la relación de los arneses –del yugo en particular– con los animales.

En este sentido, es necesario referirse a los estudios y análisis experimentales llevados a cabo por J. Spruytte (1983), que corrigen muchas de las anteriores y erróneas ideas planteadas por R. Lefebvre des Noëttes (1931), que aún hoy siguen teniéndose por válidas. En estos estudios se establecen dos sistemas básicos de enganche usados en la Antigüedad, el yugo de cuello, donde la tracción es ejercida, fundamentalmente, por los huesos de la zona escapular, y el yugo dorsal, donde el esfuerzo del animal se realiza desde el pecho. En el primer caso, el yugo adopta una disposición oblicua, casi perpendicular a la línea que marca el cuello del caballo, mientras que el pretal se ajusta a la garganta y es de corto recorrido. Las gamellas deben tener un amplio desarrollo para alcanzar las escápulas del animal o bien dotarse de elementos supletorios que cumplan esta función, como los horcates, que aparecen ya como accesorios del yugo en los carros egipcios del II milenio, o las costillas de los más modernos yugos agrícolas para bueyes. En el segundo caso el yugo suele ser de corto recorrido, siendo el pretal mucho más largo y completándose, normalmente, con una segunda

cincha por detrás de las manos del cuadrúpedo (Fig. 10).

El caballo de La Covatilla no es todo lo claro que sería deseable en cuanto a la disposición del yugo en la anatomía del équido, pues se trata de una escultura incompleta que, además, asume los típicos convencionalismos de las representaciones artísticas, lo que dificulta su identificación. A partir de lo conservado se diría que el yugo se sitúa en la parte anterior o justo

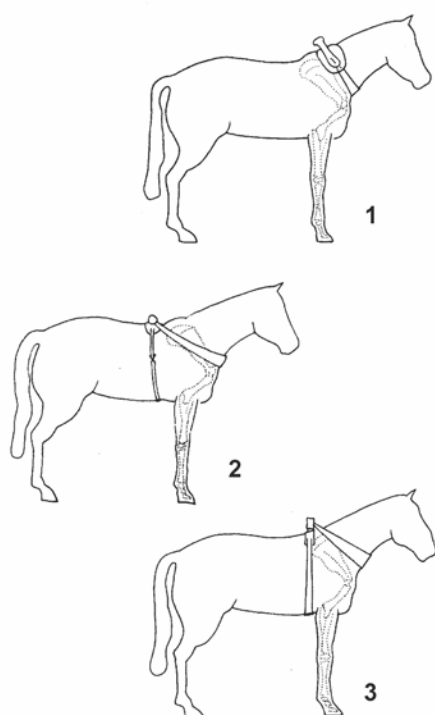


Fig. 10 - Sistemas de enganche en la Antigüedad (según Spruytte): [1] Yugo de cuello; [2] Yugo dorsal; [3] Yugo mixto surgido de la recreación errónea de R. Lefebvre des Noëttes.

encima de la cruz (reproduciendo la errónea concepción de Lefebvre des Noëttes que provoca el ahogo del animal, al hacer recaer la tensión sobre la parte baja de la garganta). Sin embargo, hay pocos elementos que permitan creer que lo representado sea un yugo de cuello. Ni la orientación del cojinete ni la longitud del brazo de la gamella se ajustarían a lo que se requiere para un dispositivo de estas características, mientras que el pretal parece tener un amplio

recorrido y una disposición delantera, es decir, pectoral. Representaciones iconográficas de atalajes romanos que conjugan las mismas características y los mismos problemas que el nuestro se reconocen usualmente como yugos dorsales (David, 2011), habiéndose señalado también, dentro de este ámbito, cómo los yugos de cuello suelen representarse sobre caballos de crines recortadas que facilitarían su uso (David, 2011: 28) lo que no es el caso que nos ocupa. Por tanto, lo más posible es que lo que esté plasmando el caballo de La Covatilla, a pesar de las limitaciones de la representación, sea un yugo de tipo dorsal, coincidiendo con el que debía ser el sistema más extendido en los vehículos de doble tiro de su época en todo el Mediterráneo.

V. Escultura e Ideología

La erección de un monumento como el que incorporaría el caballo de La Covatilla debió responder a las necesidades ideológicas y propagandísticas de las elites sociales de las comunidades prerromanas que se asentaron en el valle del Corbones durante la segunda Edad del Hierro y, naturalmente, a las posibilidades tecnológicas de sus artesanos en el contexto del Mediterráneo Occidental. En este sentido, la cronología que se ha propuesto para el mismo apunta a las fases finales de desarrollo de la escultura ibérica (Bandera Romero, 1979-80: 397), que ya empieza a asumir las evidencias de la presencia romana, si bien la falta de un contexto concreto de procedencia y la problemática general que afecta a la cronología de este tipo de hallazgos escultóricos obligan a mantener una cierta reserva en cuanto a su precisa datación.

Menos dudas deben existir, sin embargo, sobre la relación con la ideología aristocrática de la

sociedad ibérica con la que suelen relacionarse este tipo de monumentos, así como la trayectoria del uso del caballo y de los vehículos de prestigio en la Edad del Hierro (Almagro-Gorbea, 2005). Al margen de los carros que aparecen en los momentos más antiguos de este periodo, vinculados con las élites orientalizantes (Mielke, López Rosendo y Torres Ortiz, 2012) se deben señalar los ejemplos localizados en varias sepulturas ibéricas, como la cámara de Toya, alguna de las tumbas de Baza o el Mirador de Rolando, a los que se ha agregado el reciente hallazgo de la tumba de cámara de la necrópolis Piquía en Arjona (Mielke, López Rosendo y Torres Ortiz, 2012; Ruiz Rodríguez *et al.*, 2015). Los carros, a pesar de su escasez, son un elemento que se incorpora al conjunto de pertenencias que permiten diferenciar a las élites guerreras más destacadas del Hierro Ibérico.

También es una constante la relación de la escultura ibérica con el mundo funerario, si bien en contextos tan occidentales como el que supone el actual territorio de Marchena, ya en el área turdetana, este planteamiento tropieza con la constatada (y reiterada) ausencia de necrópolis y otras evidencias de registro funerario a partir del siglo VI a. C. hasta la época romana. En este sentido conviene realizar dos apreciaciones. En primer lugar, que la condición funeraria de un monumento no tiene por qué ir unida necesariamente a su directa vinculación con una tumba, como muchas veces se ha señalado; en segundo lugar, que junto a la significación funeraria y sus derivados, la escultura monumental tiene siempre un valor conmemorativo y de exaltación de la memoria de quien o quienes encargan su erección. A esta faceta responden, principalmente, las creaciones más complejas de la escultura ibérica, como los conjuntos monumentales de Porcuna o El Pajarillo, o el más próximo al nuestro (tanto

desde el punto de vista geográfico como cronológico) de Osuna, cuyas analogías y relaciones mediterráneas ya han sido señaladas (Corzo Sánchez, 2014).

En este contexto de monumentos conmemorativos debe incluirse el caballo de La Covatilla, como un signo más de la ideología militar propia de las aristocracias ibéricas y turdetanas de la segunda Edad del Hierro. La presencia de un carro resulta, sin embargo, novedosa y aunque el tema cuenta con precedentes en la iconografía protohistórica peninsular, esta connotación militar tal vez deba ponerse en contacto con la presencia de combatientes hispánicos en las guerras del Mediterráneo desde el siglo V a. C., presencia que aumentará notablemente en las siguientes centurias, con el incremento de grandes conflictos armados (García Gelabert y Blázquez Martínez, 1987-88), que coincide, además, con el desarrollo de los principados helenísticos y, en última instancia, con la imposición de Roma como gran potencia imperial y militar, donde las escenas de carros ecuestres acabarán siendo vinculadas a la temática del triunfo (Itgenshorst, 2005).

VI. Conclusiones

Publicado hace casi 40 años, el caballo de La Covatilla (Marchena, Sevilla) escondía una sugestiva e inédita información, ya que en el momento de su primera valoración bibliográfica toda su parte trasera se encontraba empotrada en una casa señorial de dicha localidad, quedando así oculta a cualquier posible observación. Trasladado al Museo Arqueológico de Sevilla en los años ochenta del siglo pasado, actualmente se aprecia en la parte lateral derecha la representación de una serie de elementos

perfectamente constituidos que pueden interpretarse como los arreos correspondientes al tiro de un carro, entre los que se reconocen un yugo, la hebilla de cierre y el pretal.

El caballo de La Covatilla se convierte así en la primera escultura ibérica de gran formato en la que parece representarse un vehículo que, dadas las características formales de la pieza, tal vez se incorporaría en un monumento arquitectónico más complejo.

El detallado trabajo de los arreos de esta figura ha permitido reconocer en el sistema de cierre un alamar metálico, típico procedimiento de abrochadura de los correajes ecuestres de los carros protohistóricos europeos e hispánicos. Así se deriva de los múltiples ejemplares recogidos por toda la geografía peninsular, algunos de ellos muy cerca del lugar de hallazgo de esta escultura. Por otra parte, la conformación del yugo y de las cinchas sugiere que nos encontramos ante un sistema de enganche de yugo dorsal, a pesar de que el trabajo escultórico, a este respecto, no es todo lo claro que sería deseable.

Por último, la representación de un carro de gran formato en un conjunto escultórico ibérico situado en la zona más occidental de expansión de la escultura ibérica debe relacionarse con los procesos ideológicos que tienen lugar en este territorio a lo largo de las últimas etapas de la Edad del Hierro y donde los carros unen a su clásica condición de elementos de prestigio de las aristocracias ibéricas la ideología militar propia de las centurias inmediatamente anteriores al contacto con la cultura romana.

BIBLIOGRAFÍA

ALMAGRO-GORBEA, Martín (2005). Ideología ecuestre en la Hispania prerromana. *Gladius* (Madrid), 25, pp. 151-186.

ALMAGRO-GORBEA, Martín; TORRES ORTIZ, Mariano (2011). La “Magna Mater de Carmona”. In Martín Almagro-Gorbea y Mariano Torres Ortiz (eds.) *La Escultura fenicia en Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 32), pp. 111-138.

BANDERA ROMERO, M.^a Luisa de la (1979-80). Nuevas figuras zoomorfas del Bajo Guadalquivir. *Habis* (Sevilla), 10-11, pp. 391-400.

BELÉN DEAMÓS, María; GARCÍA MORILLO, M.^a Carmen (2005). Carmona, una ciudad tartésica con estatuas. In Sebastián Celestino Pérez y Javier Jiménez Ávila (eds.) *El Periodo Orientalizante, Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida*. Mérida: CSIC (Anejos de AEspA, XXXV), pp. 1199-1214.

CHAPA BRUNET, Teresa (1985). *La escultura ibérica zoomorfa*. Madrid: Ministerio de Cultura.

CORZO SÁNCHEZ, Ramón (2014). La génesis de la estatuaria ibérica. *Laboratorio de Arte* (Madrid), 26, pp. 25-46.

CUADRADO DÍAZ, Emeterio (1950). *Excavaciones en el santuario ibérico de El Cigarralejo (Mula, Murcia)*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia (Informes y Memorias de la Comisaría de Excavaciones, 21).

CUADRADO DÍAZ, Emeterio (1953). El carro ibérico. *III Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, pp. 116-139.

DAVID, Franck (2011). Les jouguets des attelages gallo-romains: études expérimentales. *Histoire & Sociétés Rurales* (Caen), 35(1), pp. 7-58.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, Fernando (2004). *Arqueología del Valle del Guadalquivir. De la Prehistoria a Roma* (Catálogo de la exposición celebrada en Vitoria). Córdoba: Caja Vital Kutxa.

FERRER ALBELDA, Eduardo, ed. (2007). *Arqueología en Marchena: el poblamiento antiguo y medieval en el valle del río Corbones*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

- FERRER ALBELDA, Eduardo; MANCEBO DÁVALOS, Julián. (1991). Nuevos elementos de carros orientalizantes en la Alta Andalucía. Algunas precisiones en torno a su función, significado y distribución. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 18, pp. 113-148.
- GARCÍA GELABERT, M.^a Paz; BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, José María (1987-88). Mercenarios hispanos en las fuentes literarias y en la arqueología. *Habis* (Sevilla), 18-19, pp. 257-270.
- ITGENSHORST, Tanja (2005). *Tota illa pompa. Der Triumph in der Römischen Republik*. Gotinga: Vandenhoeck & Ruprecht.
- JIMENEZ ÁVILA, Javier (2015). Alamares metálicos: un sistema de cierre para correajes ecuestres en la protohistoria de la Península Ibérica. *Gladius* (Madrid), 35, pp. 35-60.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2018). The chariot from tomb 17 in the orientalizing cemetery of La Joya, Huelva (1971-2016). In Massimo Botto (ed.) *De Huelva a Malaka, los fenicios en Andalucía a la luz de los descubrimientos más recientes*. Roma: CNRS (Collezione di Studi Fenici, 48), pp. 183-215.
- LEFEBVRE DES NOËTTES, Richard (1931). *L'Attelage. Le cheval de selle à travers les âges: Contribution à l'histoire de l'esclavage*. Paris: Picard.
- LILLO CARPIO, Pedro Antonio (2002). El exvoto de carro labrado en piedra del Santuario de la Luz y su significado. In Francisco Marsilla de Pascual (ed.) *Littera scripta in honorem prof. Lope Pascual Martínez*, Vol. 2. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 539-560.
- LÓPEZ MULLOR, Albert; FIERRO MACÍA, Xavier; CAIXAL MATA, Álvaro (1990). El monumento funerario ibérico de Malla (Barcelona). *Zephyrus* (Salamanca), XLIII, pp. 349-362.
- MIELKE, Dirk Paul; LÓPEZ ROSENDO, Ester; TORRES ORTIZ, Mariano (2012). Wagen und ihre Manifestation in den eisenzeitlichen Kulturen der Iberischen Halbinsel. In Claudia Tappert; Christiana Later; Janine Fries-Knoblach; Peter C. Rams; Peter Trebsche; Stephanie Webers & Julian Wiethold (eds.) *Wege und Transport. Beiträge zur Sitzung der AG Eisenzeit während der 80. Verbandstagung des West- und Süddeutschen Verbandes für Altertumsforschung*. Langenweißbach: Beier & Beran (Beiträge zur Ur- und Frühgeschichte Mitteleuropas; 69), pp. 15-39.
- NEGUERUELA MARTÍNEZ, Iván (1990). *Los monumentos escultóricos ibéricos del Cerrillo Blanco de Porcuna (Jaén)*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- RODÀ DE LLANZA, Isabel (1993). Escultura republicana en la Tarraconense: el monumento de Malla. In Trinidad Nogales Basarrate (ed.) *Actas de la I Reunión sobre escultura romana en Hispania*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 207-219.
- RUIZ RODRÍGUEZ, Arturo; MOLINOS MOLINOS, Manuel; RÍSQUEZ CUENCA, Carmen, GÓMEZ CABEZA, Francisco; LECHUGA CHICA, Miguel Ángel (2015). La cámara de Piquía, Arjona. In Arturo Ruiz Rodríguez; Manuel Molinos Molinos (eds.) *Jaén, tierra ibera 40 Años de investigación y transferencia*. Jaén: Universidad de Jaén, pp. 357-374.
- SANZ GAMO, Rubí; BLÁSQUEZ PÉREZ, Juan (2011). Caballeros ibéricos en torno a la Vía Hercúlea. Una mirada sobre la escultura ibérica. In Primitiva Bueno Ramírez; Antonio Gilman; Concha Martín Morales; F. Javier Sánchez Palencia (eds.) *Arqueología, sociedad, territorio y paisaje. Estudios sobre Prehistoria reciente, Protohistoria y transición al mundo romano en homenaje a M.^a Dolores Fernández Posse*. Madrid: CSIC (Bibliotheca Praehistorica Hispana, XXVIII), pp. 253-278.
- SPRUYTTE, Jean (1983). *Early Harness Systems*. Londres: J. A. Allen.
- VALIENTE CÁNOVAS, Santiago; BALMASEDA MUNCHARAZ, Luis Javier (1981). El relieve de Illescas. *Archivo Español de Arqueología*, 54, pp. 215-238.

ADORNOS, ESPAÇO E TEMPO: AS CONTAS DE COLAR EM MESAS DO CASTELINHO (SANTA CLARA-A-NOVA, ALMODÔVAR)

Recebido: 19 de Abril de 2017 | Aprovado: 1 de Dezembro de 2018

Susana Estrela¹

FCT | UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Resumo

A estratigrafia da Idade do Ferro e de época romana de Mesas do Castelinho (Almodôvar) promove a reflexão sobre os adornos deste povoado e a discussão das diferenças e semelhanças com outros sítios do Sudoeste peninsular.

Ainda que em porções reduzidas, as matérias-primas, formas e cores dos adornos são variadas e há uma certa primazia das contas oculadas.

O Mediterrâneo mostra-se do princípio ao fim do povoado. Periférico nos grandes circuitos comerciais é um marco num interior que importa os artigos do litoral peninsular e de pontos mais distantes do *Mare Nostrum* romano.

Palavras-chave: adornos; estratigrafia; Idade do Ferro; Época Romana; Mediterrâneo.

Abstract

The Iron Age and Roman era stratigraphy of Mesas do Castelinho (Almodôvar) provides reflections on the adornments of this site and the debate of differences and similarities with other sites of the South-western Iberian Peninsula.

Though in reduced amounts, the raw materials, shapes and colours of the ornaments vary, with a certain primacy of the eyed-glass beads.

Mediterranean shows itself from start-to-end of the site. Marginal in the great trade circuits is a landmark in an interior that imports the articles of the peninsular coast and of more far points of the Roman *Mare Nostrum*.

Key-words: adornments; stratigraphy; Iron Age; Roman Period; Mediterranean.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_18

¹ estrela.susana@gmail.com

“O Mediterrâneo não é apenas um mar e o litoral que o rodeia”

Predrag Matvejevitich | *Breviário Mediterrânico*, 2009: 137

I. Mesas do Castelinho: o sítio no tempo e no espaço

Nos finais do século V – inícios do século IV a.C., a meio caminho entre a peneplanície alentejana e os contrafortes da Serra do Caldeirão (Cf. Fig. 1), é fundado Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar).

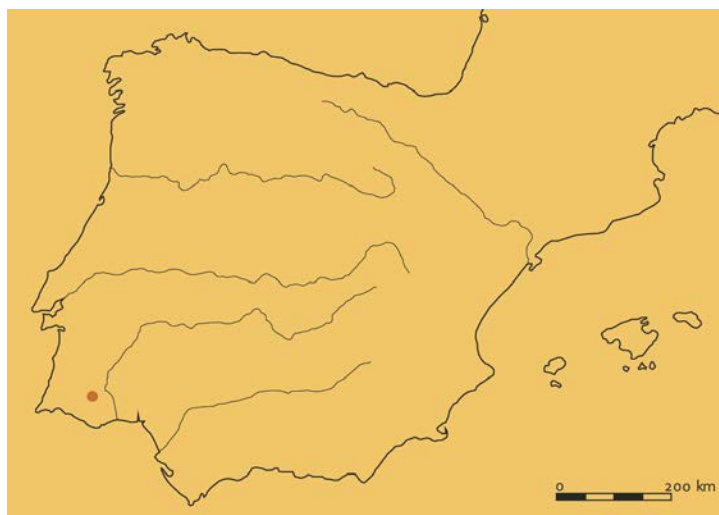


Fig. 1 - Localização de Mesas do Castelinho na Península Ibérica (fonte da foto: Google Earth, 2013).

A fase da Idade do Ferro mostra um “povoado cego” com áreas oficinais e habitacionais num perímetro amuralhado com perto de 3,5 ha, disposto em duas plataformas sobranceiras à Ribeira de Mora, afluente do Rio Mira que corre

mais a Oeste. Núcleo rural de dimensões razoáveis, a sua localização faz-se numa passagem natural de vias. Recebe, ainda que em quantidades relativamente escassas, artigos importados do litoral, mas adquire, simultaneamente, alguma relevância na distribuição destes artigos e da cerâmica local ou regionalmente produzida (Estrela, 2010-2011).

Continuamente ocupado até aos inícios do século II d.C., conheceu cedo os sinais da romanização do território. Disso são bons exemplos a presença ingente de cerâmica campaniense A e B de origem itálica e as produções de provável origem

hispânica (Alves, 2014) mas também a frequência significativa de ânforas T-9.I.I.I. usadas no transporte de preparados de peixe (Filipe, 2010: 71), de Dressel I itálicas e do vale do Guadalquivir destinadas ao transporte de vinho, das multiusos Haltern 70 desta área (Parreira, 2009: 55-56; 60-61) ou a abundância de *terra sigillata* itálica de cronologia augustana (Viegas, 2019). As fíbulas do tipo Schüle 4h, tradicionalmente chamadas transmontanas, têm neste povoado dados suficientes para provar a sua produção no Sul da Península Ibérica e o seu uso em ambientes não propriamente militares (Miguez, 2013). Expressivos são também os *simpula* tardo-republicanos usados no serviço do vinho (Fabião, 1999: 175-179). E a economia, agora monetizada, mostra bons índices de cunhagens itálicas e hispânicas e sobretudo de dois portos já antigos nas relações do povoado: *Myrtilis* e *Ossonoba* (Fabião, 1998 [vol. 2]: 457-458).

Mas a reforma administrativa de Augusto e o afastamento do sítio dos novos eixos viários ditam o princípio do fim do povoado que assiste à partida da sua população para outras paragens e

nos inícios do século II d.C. o sítio é abandonado (Guerra e Fabião, 2010: 485-486).

Entre os séculos IX e XI d.C., uma fortificação omíada sobranceira a um aglomerado residencial, reflexo de um contingente militar que se impõe às comunidades locais, coloca mais uma vez Mesas do Castelinho no mapa e na história (Guerra e Fabião, 2001: 172; Fabião e Guerra, 2008: 104-105).

Em quase 30 anos de projecto arqueológico² é fácil entender o volume e o peso do acervo material do sítio, valioso para conhecer as ocupações do povoado, da área mais próxima mas também do Sudoeste peninsular. O conjunto dos adornos pessoais de encadear/ensartar, sendo dos mais leves, ganha peso na discussão de questões de cronologia ou dos níveis de sucesso da penetração de artigos de origem mediterrânica.

II. A historiografia das contas pouco trocada em miúdos

Uma estampa publicada em finais do século XIX constitui, ainda hoje, um marco no tema das contas de colar. Se bem que alguns daqueles conjuntos não configurem propriamente colares, podendo ser alternativamente pulseiras, são essenciais para o estudo destes objectos que formam uma boa parte da cultura material da Idade do Ferro.

A vistosa e colorida produção, da autoria de Estácio da Veiga (Cf. Fig.2), dos adornos de Fonte Velha de Bensafrim (Lagos), Cômoros da Portela (S. Bartolomeu de Messines), Milreu (Faro) e Torre de Ares, Tavira (Veiga, 1891 [Est. XXVIII]) é



Fig. 2 - Contas de Fonte Velha de Bensafrim, Cômoros da Portela, Milreu e Torre de Ares (Veiga, 1891, Est. XXVIII).

um valioso documento para o estudo deste tema, já que ali se expõem diferentes matérias-primas.

Mais de meio século depois, a arqueologia portuguesa assiste a uma nova etapa desta temática. Os trabalhos desenvolvidos nos anos 60, 70 e 80 do século XX por Caetano de Mello Beirão e colaboradores no Baixo Alentejo, sobretudo na área de Ourique, providenciam, ainda que nem sempre com dados precisos, novos conjuntos, em diferentes matérias-primas e com distintas origens (e.g.: Beirão, 1986; 1990; Beirão e Correia, 1998; Beirão *et al.*, 1985; Dias, Beirão e Coelho, 1970). Esta retoma deste tema dos adornos imprime parte do modelo explicativo da chamada I Idade do Ferro da região e do restante território meridional actualmente português.

O avanço da disciplina arqueológica, como o de qualquer área científica, faz-se com o uso das ferramentas técnicas e das intrínsecas capacidades dos investigadores. A partir de meados dos anos 90 do século XX estes dois elementos aliam-se no estabelecimento de novos paradigmas. A identificação de inúmeros

² Para um historial, Cf. Fabião, 1998 [vol. 1]: 284-330; Fabião e Guerra, 2008; Fabião e Guerra, 2010; Guerra e Fabião, 2010; Estrela, 2010 [vol. 1]: 5-8.

contextos funerários e habitacionais nas áreas afectas à segunda fase do empreendimento de Alqueva tem providenciado, desde os inícios do novo século/milénio, um bom terreno de investigação.

Têm-se multiplicado nos últimos anos os estudos arqueométricos, essenciais para a identificação das origens das matérias-primas destes materiais e respectivos ritmos de difusão. Outros estudos, de cariz fundamentalmente morfológico, e com preocupações estratigráficas, dão provas essenciais para a caracterização dos sítios em si, mesmo daqueles com escavações antigas, e fornecem novas pistas de análise.

Entre uns e outros, e sem intenções de exposição exaustiva, destaco alguns dos estudos desenvolvidos no

Sudoeste peninsular ou aqueles que, realizados fora desta área, são

menções

obrigatórias:

Arruda *et al.*, 2016;

Berrocal-Rangel,

1989; Fabião, 2001;

Jiménez Ávila,

1999; 2001;

2002-2003; 2003;

García Heras *et al.*,

2003; Gomes, 2014;

2016; Gonçalves *et al.*, 2011; Martín de la Cruz *et*

al., 2004; Martínez Mira e Vilaplana Ortego,

2014; Murillo-Barroso e Martín-Torres, 2012;

Palomar, Peña-Poza e Conde, 2009; Ruano Ruiz,

1995; 1996; 1997; 2001; Ruano Ruiz, Hoffman e

Rincón, 1995.

III. Antes dos dados de Mesas do Castelinho, as contas de outros sítios

As quantidades dos elementos de adorno de Mesas do Castelinho não se equiparam às frequências muito superiores dos contextos funerários da região e de outras áreas do Sudoeste peninsular, conforme se pode observar do quadro (Cf. Fig. 3). Este lista as necrópoles com adornos pessoais de ensartar/encadear nas mesmas matérias-primas das existentes em Mesas do Castelinho e minimamente quantificados. As contagens atendem à totalidade do espólio, sem individualização por túmulo/sepultura.

Necrópole	Cornalina	Âmbar	Vidro	Cronologia	Bibliografia
Fonte Santa (Ourique)	2 contas	82 contas	84 contas * (2)	Sécs. VI-V a.C.	Beirão, 1986, 71; 73; Arruda, 2001, 283-284
Vinha das Calças 4 (Beja)	2 contas + 1 pingente (flor de lótus/garrafa)		794 contas	Meados séc. VI a.C. - inícios séc. V a.C.	Gomes, 2014, 32 e fig. 3-1, 2 e 3
Mealha-a-Nova (Ourique)	1 pingente (bago de romã)	22 contas	105 contas	Sécs. VI-V a.C.	Dias, Beirão e Coelho, 1979, 178; 182; 183; 200
Pardieiro (Odemira)	1 pingente oblongo	2 contas* (3)	91 contas * (3)	2ª metade séc. VI a.C.	Beirão, 1990, 111; 115 - fig. 8
Herdade do Gaio (Sines)	6 contas	277*(4)	224 contas	Séc. VI a.C., possivelmente 2ª metade	Gomes, 2016, 402-404
Fernão Vaz (Ourique)	inexistente	15 contas	27 contas	2ª metade séc. VI a.C.	Beirão, 1986, 105
El Jardal (Badajoz)	inexistente	14 contas	116 contas	Finais séc. V a.C.	Jiménez-Ávila, 2001, 116; 118
Palhais (Beja)	inexistente	inexistente	438 contas	Séc. VI a.C.	Santos <i>et al.</i> , 2009, 761; 763 e fig. 5
Fonte Velha de Bensafrim (Lagos) *(1)	inexistente	inexistente	258	Séc. VI - inícios séc. V a.C.	Gomes, 2016, 409, 411

*1: escavações de Estácio da Veiga

*2: números aproximados, dado o desconhecimento dos componentes do colar do túmulo 4

*3: números mínimos, dado o desconhecimento dos componentes do colar do túmulo 3

*4: matéria-prima não está confirmada

Fig. 3 - Necrópoles com adornos pessoais de ensartar/encadear nas mesmas matérias-primas das presentes em Mesas do Castelinho.

Outros contextos são de alusão obrigatória: as quase 300 contas vítreas de Los Pajares, Cáceres, de contextos funerários e habitacionais e sobretudo de recolhas de superfície, num sítio datado do século V aos inícios do século IV a.C. (Jiménez Ávila, 1999: 140; 144-147; 148); ou, a uma distância geográfica e numérica maior, as 1018 contas vítreas da necrópole de El

Cigarralejo, Múrcia, utilizada entre os séculos V e II a.C. (Ruano Ruiz, 1997), parte delas com estudos arqueométricos (Ruano Ruiz, Hoffman e Rincón, 1995) e as 56 contas anulares monocromas e oculadas (algumas delas submetidas a arqueometria), presentes em nove sepulturas das 155 da necrópole celtibérica do século II a.C. de *Numantia*, Sória (García Heras *et al.*, 2003: 174).

Em linha oposta, estão as meras sete contas em vidro, num total de 46 contas em diferentes matérias-primas, da necrópole de Medellín, Badajoz, em contextos de meados do século VII a.C. a meados do século V a.C. (Almagro-Gorbea, 2008: 395-398) ou as quatro contas do conjunto orientalizante de Talavera La Vieja, Cáceres, associadas a outros elementos de adorno (Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2006: 157 [fig. 1]; 159-160). Estão também as meras cinco contas do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal - quatro em vidro e uma em cornalina, com contextos desconhecidos de recolha, num sítio ocupado desde meados do século VII a.C. até à época romana (Gomes, 2016: 314; 320; 350; [Est. CXXXIX e Est. CXLII, n° 1165]) e as três contas oculadas do século V a.C. da necrópole do Galeado, Vila Nova de Milfontes (Beirão e Gomes, 1983: 225 [fig. 14, n° 6; 226; 262]).

Se algum dia houver a oportunidade de identificar e estudar as diferentes necrópoles de Mesas do Castelinho, outros e aliciantes dados serão com certeza boas contribuições para o conhecimento das cronologias, rotas e contextos de difusão destes artefactos.

Em linha, nalguns casos, com a própria dimensão dos sítios e com a sua diacronia de ocupação, estão alguns contextos habitacionais e/ou culturais onde as contas são pouco significativas: no núcleo de Neves-Corvo (Castro

Verde), em Fernão Vaz ou no depósito secundário de Garvão (Ourique), em Cancho Roano e Castrejón de Capote (Badajoz). Também são pouco expressivas em âmbito litoral e perilitoral, como em Castro Marim, Monte Molião (Lagos) e Cerro da Rocha Branca (Silves), em ocupações dos séculos VI-V e IV-III a.C. (Arruda *et al.*, 2016: 95). Por outro lado, é clara a grande distância numérica das contas do povoado almodovarense relativamente a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) e Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos).

Em falta, à data, está o estudo das contas vítreas de Azougada (Moura), aparentemente no lote dos materiais mais tardios do sítio, dos séculos IV-III a.C. e conhecidas genericamente (Gomes, 1990: 93).

Para Neves I são indicadas duas contas oculadas (Maia, 1985-1986: 237) num sítio ocupado entre os meados do século VI a.C. e os finais do século V - inícios do século IV a.C. As contas de Corvo I, em quantidade imprecisa mas possivelmente pouco expressiva, teriam sido recolhidas num pátio onde as taças Cástulo (Maia e Maia, 1996: 88) apontavam uma datação de finais do século V - inícios do século IV a.C.

De Fernão Vaz, ocupado entre os meados ou finais do século VI e os meados do século seguinte (Arruda, 2001: 220) existiam, em número indeterminado, contas oculadas (Beirão e Correia, 1998: 288) como a constante em publicação posterior (Correia e Parreira, 2002: 42). O contraste é evidente, em termos de quantidades e proveniência estratigráfica, com os dados da necrópole epónima (Cf. Fig. 3).

Em Cancho Roano, um colar de 18 contas em vidro e noutras matérias-primas e centrado por um pingente testiforme foi identificado no edifício principal do complexo arquitectónico, do

século V a.C. (Jiménez Ávila, 2003: 263; 275-276).

No povoado fortificado de Castrejón de Capote, fundado em meados do século V a.C., quatro contas em âmbar depositavam-se sobre o altar do Santuário A, do nível 3, datado dos meados do século IV aos meados do século II a.C. Sete contas em vidro, seis delas oculadas, provinham dos compartimentos contíguos, dentro do nível 2, já após a anulação daquele espaço cultural (meados a finais do século II a.C.), associados a materiais importados relacionados com os contextos da conquista romana (Berrocal-Rangel, 1989: 252-254; 257; 259; 268 [fig. 10, nº 15, 16, 18 e 19]; 285 [fig. 27, nº 1-5 e 11-13]; 292 [fig. 34]). Perante estas informações estratigráficas, atrevo-me a sugerir que estas meras 11 contas de Castrejón de Capote indicarão a presença de um único adorno - colar ou pulseira, originalmente relacionado com o espaço cultural.

No depósito secundário de Garvão, datado do século III a.C., oito contas de cornalina (esféricas achatadas, cilíndricas e bitroncocónicas) suplantam cinco contas em vidro monocromo, esféricas ou cilíndricas (Beirão *et al.*, 198: 92-94). O mesmo que sugeri para Castrejón de Capote aponto para as 13 contas deste sítio, embora aqui se relacionem apenas com este espaço anexo e não propriamente com o contexto votivo.

Ainda que estas quantidades reduzidas se enquadrem num padrão, já apontado por outros autores, de uma progressiva redução das importações em vidro de origem mediterrânica no interior, a partir do século IV a.C. (Jiménez Ávila, 1999: 149; Fabião, 2001: 210) outros factores existirão para explicar a sua parca presença em sítios tão antigos quanto as necrópoles de Medellín ou do Olival do Senhor dos Mártires. Esta raridade verifica-se também

em cronologias coevas nos sítios algarvios atrás referidos e os dados de Castro Marim são particularmente expressivos desta diminuição em momentos anteriores, o que ajudará a recuar esta tendência para o século V a.C.

Outros dois locais mostram-se avessos a este panorama e por razões distintas. Da longa e possivelmente contínua ocupação de Cabeça de Vaiamonte do I milénio a.C., existe um conjunto abundante e diversificado: 889 contas em vidro, das quais apenas 24 são oculadas e um numeroso lote de contas em cornalina, não contabilizadas. Infelizmente não se conhecem os seus contextos de recolha. A justificação para este vasto e variado conjunto num sítio interior e periférico poderia estar na sua longa diacronia mas sobretudo na diversidade de centros produtores e de pontos de origem da difusão das contas vítreas. Por outro lado, alguns defeitos nas contas mais frequentes do conjunto poderiam indicar uma produção local, ainda que sem provas evidentes. (Fabião, 2001: 200; 202; 207; 210; 212). No Porto do Sabugueiro, na margem esquerda do Tejo, com ocupação iniciada na chamada I Idade do Ferro, foram analisados 228 elementos de adorno. Ainda que não se possa atribuir uma cronologia específica, que pode estar balizada entre os séculos IV-II a.C. ou mesmo I. a.C., existem sinais de uma produção local: fragmentos de contas com deformações e escórias, para lá da monotonia morfológica das contas. Estes objectos seriam distribuídos depois a nível regional (Arruda *et al.*, 2016: 82; 88; 93-94; 97).

IV. Os elementos de adorno de Mesas do Castelinho

O que se apresenta e discute constitui uma revisão do estudo destes artefactos do sítio, já

apresentado mais ou menos extensamente (Estrela, 2010 [vol. I]: 72-78; 2010-2011). É também uma actualização destes dados, com elementos de adorno entretanto identificados em contextos estratigráficos definidos ou à superfície.

Até ao momento, foram identificados em Mesas do Castelhinho 76 elementos de adorno destinados a ser ensartados ou encadeados, elaborados em materiais minimamente diversificados e com diferentes origens: 14 contas e um pingente em cornalina, duas contas em âmbar, 55 em vidro - 25 delas decoradas, e quatro que parecem poder ser em quartzo. O conjunto é relativamente variado em termos de cores e formas, conforme se pode observar no gráfico (Cf. Fig. 4).

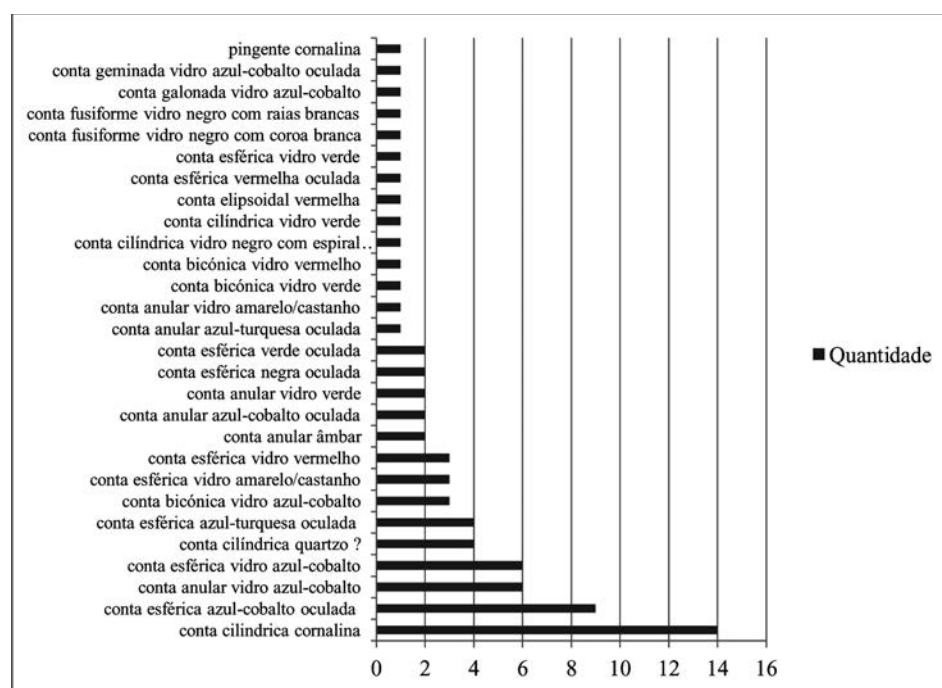


Fig. 4 - Formas, cores e matérias-primas dos adornos de Mesas do Castelhinho.

4.1. Quartzo?

A ser correcta a atribuição da matéria-prima destas contas, estaremos perante uma rocha bastante abundante em qualquer ponto do planeta, mas que parece não constituir

propriamente uma preferência na produção de contas. Em linha com este panorama estarão as meras quatro contas brancas de Mesas do Castelhinho, todas cilíndricas (Cf. Fig. 5). Metricamente, o conjunto é muito uniforme, rondando 0,4 cm de altura e 1 cm de diâmetro. Duas provinham de estratos do século I d.C. e outra da fase de ocupação omíada. Uma quarta encontra-se associada uma conta geminada oculada (Cf. 5).

4.2. Cornalina

A cornalina é totalmente exótica na Península Ibérica (Martínez Mira e Vilaplana Ortego, 2014: 913). A ausência de estudos específicos sobre este tipo de rocha impossibilita a identificação da origem litológica das contas feitas nesta matéria-prima (Gonçalves *et al.*, 2011: 230) ainda que se

possa presumir por uma origem egípcia para as importações presentes no Sudoeste peninsular (Martín de la Cruz *et al.*, 2004: 16).

As 14 contas de Mesas do Castelhinho são cilíndricas e apenas uma delas apresenta perfuração descentrada. Outra apresenta sinais de alteração provocados pela proximidade a uma estrutura de combustão. Metricamente trata-se de um conjunto

homogéneo, rondando 0,5

cm de altura e 1 cm de diâmetro mas duas contas são ligeiramente mais longas que as restantes, com cerca de 1,4 cm de dimensão (Cf. Fig. 5).

Três contas provêm de revolvimentos da superfície, duas surgem na estratigrafia medieval-islâmica. Quatro contas foram identificadas em contextos estratigráficos do século I a.C., presentes nas duas plataformas. Uma destas comporia um adorno, adiante descrito (Cf. 5). Outras cinco contas estão presentes em contextos de utilização posteriores aos meados do século II a.C., dispersos pelas duas plataformas do sítio.

Existe ainda um pingente em cornalina. Conforme se oriente, tem forma de cápsula de flor de lótus - na posição invertida, ou de garrafa - na posição tipológica.



Fig. 5 - Contas em cornalina e em quartzo e pingente em cornalina.

Surgiu num depósito de derrube de um compartimento do chamado 2º Quarteirão da Plataforma B, cuja associação a materiais cerâmicos importados, nomeadamente *terra sigillata* sudgálica, permite uma datação contextual da 1ª metade do século I d.C.

Ao contrário do que sucede em Mesas do Castelhinho, a cornalina tem pouca presença nas necrópoles da Idade do Ferro da região, seja naquelas onde os elementos de adorno são muito abundantes (Cf. Fig. 3), seja naquelas onde eles são mais escassos.

De entre estes, para além da escassez geral das contas vidro, foi também já citada a raridade da conta em cornalina do Olival do Senhor dos Mártires. Um pingente foi recolhido na necrópole de cistas de Cabeço da Vaca 1 (Alcoutim), datada dos séculos VI-V a.C. (Cardoso e Gradim, 2006: 211; 214 [fig. 15 n° 1]; 215 [fig. 16 n° 1]; 222).

Esta fraca representatividade estender-se-á a datas mais antigas: uma conta elipsoidal na reutilização do Bronze Final do monumento n° 1 do Lousal, Grândola (Cardoso, 2004: 206); um pingente no pequeno povoado aberto dos finais da Idade do Bronze de Monte do Outeiro 2, Reguengos de Monsaraz (Mataloto, 2012: 207 e fig. 23).

Contrariando esta situação, temos, para além dos 15 adornos de Mesas do Castelhinho, as oito contas em cornalina do depósito secundário de Garvão, do século III a.C., e a sua presença em povoados com ocupações do Bronze Final e da chamada I Idade do Ferro dos actuais concelhos de Moura e Serpa: nas duas ocupações do Castro dos Ratinhos (Gonçalves e Soares, 2010: 389-392); no povoado fortificado do Álamo ocupado no Bronze Final; do povoado aberto de Salsa 3, com ambas as cronologias representadas, provém um pingente (Gonçalves *et al.*, 2011: 227-228 e fig. 1) do “silo” 23 que por associação a ossos ligeiramente queimados de *bos taurus* datados pelo radiocarbono, é datável do século VI ou V a.C. (Deus, Antunes e Soares, 2009: 522).

A matéria-prima é relativamente frequente em alguns sítios da área de Cádiz e Málaga mas também em sítios do interior, na área de Córdoba, entre os finais do século IX a.C e os

inícios do século seguinte (Martín de la Cruz *et al.*, 2004; Torres Ortiz, 2013). Nos povoados alicantinos de Peña Negra e La Fonteta, ocupados, respectivamente, entre 850-750 e 760-550 a.C. existiam muitas contas em cornalina (Martínez Mira e Villaplana Ortego, 2014). Adornos destes faziam parte do tesouro de Ébora (Cádiz) dos séculos VI-V a.C (Torres Ortiz, 2013: 2) e das oferendas do santuário de La Algaida (Cádiz), visitado entre os séculos VI e II a. C. (López Amador e Ruiz Gil, 2010: 440). A matéria-prima era também abundante nos colares da necrópole dos séculos IV-III a.C. de Puig des Molins, Ibiza (San Nicolás Pedraz, 1986: 66-67; 92 [fig. 17]; 93 [fig. 21]).

Existe também no colar de Cancho Roano (Jiménez Ávila, 2003: 275-276) e, em apreciável número, em Cabeça de Vaiamonte, (Fabião, 2001: 212), em ambos os casos não contabilizada.

Aparecem ainda nos contextos funerários do século II d.C. da Andaluzia oriental e no âmbito da reutilização de construções megalíticas, como em La Encantada III e Carpochanes II (García Sanjuán, Garrido González e Lozano Gómez, 2007: 115) mas também em Torre de Ares (Pereira, 2014 [vol. I]: 162; [vol. II] 23.5 e 130.15), cujos indicadores cronológicos são imprecisos mas que se concentrarão nos séculos I e II d.C. (Pereira, 2014: 218-219).

Uma leitura que resulta desta listagem é, por um lado, a da presença constante, e desde tempos da primeira metade do I milénio a.C., destas contas e pingentes no litoral meridional peninsular. O mesmo se pode apontar em área interior nos sítios das áreas de Serpa, Moura e Córdoba. Neste sentido, as contas de cornalina presentes nos sítios baixo-alentejanos de Garvão e Mesas do Castelinho, perfeitamente interiores, podem estar a indicar um certo dinamismo da difusão

desta matéria-prima para esta área a partir do século III a.C., dada a contemporaneidade daquele depósito secundário com uma das etapas do povoado. Este dinamismo prolongar-se-á até ao século I a.C., atendendo à presença destes elementos em contextos de utilização de época romana republicana de Mesas do Castelinho. O peso que algumas delas têm, em contextos de utilização do século II a.C. pode estar a dar sinais de que esta difusão se relaciona com a presença de tropas romanas na região.

Um pingente em cornalina de um contexto de época romana é de menção obrigatória, tanto mais que mostra semelhanças com o de Mesas do Castelinho: o recolhido por Estácio da Veiga em Torre de Ares (Veiga, 1891 [Est. XXVIII, nº 10]).

Constava de um colar composto também por contas em vidro e em vértebras de peixe, identificado “(...) *nos terrenos das ruínas de Balsa (...) cidade préromana (...) em planos (...) inferiores aos dos alicerces dos edifícios arrazados (...)*” (Veiga, 1891: 260) e volta a ser referido mais tarde (Nolen, 1994: 207, 208 [div.6]; Est.34 [div.6]). Estes elementos reportam-se, afinal a contextos funerários, concretamente aos da necrópole Norte da cidade de *Balsa*, ocupada entre os finais do século I a.C. e, pelo menos, o século V d.C., mas sobretudo concentrada nos séculos I e II d.C. (Pereira, 2014 [vol. I]: 162; 218-219; [vol. II]: Est. 24.1). Como sabemos hoje, não se conhecem quaisquer vestígios minimamente seguros de uma ocupação pré-romana no local, pelo que, concordando com o já sugerido anteriormente, estes adornos deverão pertencer a época romana (Viegas, 2011: 272).

Possivelmente, e atendendo à cronologia imputável aos adornos em cornalina de Mesas do Castelinho, os pingentes destes dois contextos romanos poderão ser balizados de um intervalo

mais pequeno, em torno dos finais do século II a.C., perdurando a sua utilização em Torre de Ares para além da passagem de era. A estar correcta a datação agora proposta para estes pingentes, estaremos perante sítios do actual território português cujas ocupações de época romana podem estar a dar sinais da manutenção da aquisição de peças como estas em períodos mais recentes, num cenário onde o Mediterrâneo joga um papel importante. Faltam-nos, porém, dados mais concretos, até de outros sítios do Sudoeste peninsular, para tornar esta proposta numa certeza.

4.3. Âmbar

A arqueometria atesta a fama das importações de âmbar báltico em sítios pré-históricos a Norte do Ebro. Paulatinamente atinge, durante a proto-história, o centro e o Sul da península. Outro foco natural de âmbar é siciliano, e o mesmo tipo de estudos provam a sua difusão durante a pré-história para o Sudoeste peninsular (Murillo-Barroso e Martínón-Torres, 2012: 207; 208). O mesmo sucede com o âmbar naturalmente presente no Norte e Noroeste, explorado desde tempos pré-históricos (Cerdeño *et al.*, 2012: 376).

As duas contas em âmbar de Mesas do Castelinho estão ambas fracturadas mais que uma vez³. No entanto é possível apurar que são anulares, rondando 1,2 cm de diâmetro.

Os seus contextos de recolha falam de cronologias do século I a.C. Uma delas agrega-se a três contas em vidro presentes numa ocupação do chamado complexo de construções do século I a.C., edificado na Plataforma A do sítio (V. 5).

As contas em âmbar são relativamente frequentes em contextos funerários da Idade do

Ferro localizados em paragens interiores e litorais (Cf. Fig. 3).

Em datas dos finais da Idade do Bronze, e em poucas quantidades, surge nos contextos da Quinta do Marcelo, Almada e da Coroa do Frade, Évora (Murillo-Barroso e Martínón-Torres, 2012: 205) e da reutilização da *tholos* de Nora Velha, Ourique, Abel Viana recolheu nove exemplares (Gomes, 2016: 35).

Ocorre por quatro vezes sobre o altar do Santuário A do povoado fortificado de Castrejón de Capote, num contexto de meados do século IV a meados do século II a.C. (Berrocal-Rangel, 1989: 252-254; 268 [fig. 10, nº 15, 16, 18 e 19]; 292 [fig. 34]).

Ainda que não existam estudos que provem a origem do âmbar nos sítios atrás citados, a presença de âmbar báltico em contextos funerários da Idade do Ferro da actual Andaluzia, como em Palacio III, Sevilha (Murillo-Barroso e Martínón-Torres, 2012: 193; 208 [fig. 10, nº 68]), sugere, dada a geografia, que a matéria-prima presente na região baixo-alentejana teria a mesma origem. Um ponto fulcral das intensas rotas comerciais de materiais bálticos passaria pela Península Itálica, pelo menos desde o século VII a.C., parecendo destronar as produções sicilianas, tão presentes em períodos pré-históricos (Murillo-Barroso e Martínón-Torres, 2012: 210).

Os dados de Mesas do Castelinho, dada a escassez de contas em âmbar, são pouco significativos no momento de tentar interpretar mecanismos e ritmos de difusão destas contas. No entanto, parece evidente um certo declínio na produção e obtenção destas contas conforme vai avançando o I milénio a.C., porventura

³ Por essa razão não se representam.

negligenciadas a favor da cornalina. Um tanto ou quanto contra esta hipótese, está o facto de que estas contas, como outras em outras matérias-primas, terem feito parte de colares ou de outros adornos. A este respeito, os dados de Mesas do Castelinho são especialmente relevantes, uma vez que uma conta em âmbar se reúne a três contas em vidro (V.5), da mesma forma que é certa também a associação a outras contas em alguns dos contextos funerários mais antigos mencionados.

4.4. Vidro

O vidro é uma criação egípcia do III milénio a.C., mais tarde difundida por todo o Mediterrâneo. Conheceu fabrico na Península Ibérica, concretamente em Ibiza (Ruano Ruiz, 1997: 26), e possivelmente na área de Múrcia (Ruano Ruiz, Hoffman e Rincón, 1995: 198). Dados recentes apontam a sua produção em Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Arruda *et al.*, 2016).

A atribuição tipológica e cronológica das contas em vidro de Mesas do Castelinho seguiu os parâmetros estabelecidos por Ruano Ruiz (1996).

Ainda que no conjunto de contas em vidro de Mesas do Castelinho domine o azul-cobalto e a forma esférica (Cf. Fig.3), ele é ao mesmo tempo tipologicamente diversificado e colorido, com oito morfologias e seis cores distintas. Vai um pouco ao encontro da diversidade observada em Cabeça de Vaiamonte, com nove tipos e oito cores (Fabião, 2001: 203-204), distinguindo-se claramente da monotonia cromática e morfológica patente nas contas de Porto do Sabugueiro, onde o azul-cobalto domina um conjunto formado por apenas três formas (Arruda *et al.*, 2016: 88). Note-se que são dois sítios onde as contas em vidro são mais abundantes que em Mesas do Castelinho: 889

contas em Cabeça de Vaiamonte e 148 contas classificáveis no Porto do Sabugueiro.

Estes dois sítios têm em comum com Mesas do Castelinho ocupações importantes da segunda metade do I milénio a.C. (Fabião, 1996: 48-61; Arruda *et al.*, 2016: 82-83) mas por razões distintas, tornava-se difícil datar estes materiais: em Cabeça de Vaiamonte, fruto das características das escavações de Manuel Heleno (Fabião, 2001: 202), no Porto do Sabugueiro porque a maioria das contas foi recolhida à superfície e um número minoritário provinha de escavação, mas de níveis revolidos (Arruda *et al.*, 2016: 87).

Já Mesas do Castelinho, apesar de um conjunto francamente diminuto, fornece informação contextual importante para a atribuição cronológica e para o entendimento dos mecanismos e ritmos de produção e aquisição destes artefactos de adorno.

4.4.1. Contas em vidro monocromas

As contas em vidro azul-cobalto imperam este subconjunto, com 16 exemplares. Menos presentes e com cinco exemplares em cada uma das cores estão as contas verdes e as vermelhas e quatro contas são de tons amarelos/castanhos. Existem assim 30 contas vítreas monocromas em Mesas do Castelinho, equivalendo a 54,54% do conjunto de contas em vidro e a 39,47% do conjunto dos adornos do sítio.

Por ordem de representatividade de formas, estas 30 contas monocromas estão assim distribuídas: 13 contas esféricas, nove de forma anular, cinco bicónicas, uma elipsoidal, uma cilíndrica, uma galonada.

4.4.1.1. Contas esféricas

As contas esféricas conhecem produção entre os séculos VIII-II a.C. e, à semelhança das frequências de Mesas do Castelinho, encontram-se bastante difundidas nos sítios da Idade do Ferro do Sudoeste peninsular.

As 13 contas esféricas de Mesas do Castelinho distribuem-se, por ordem de representatividade por seis azuis-cobalto, três vermelhas, três amarelas/castanhas, uma verde (Cf. Fig. 6A). Das seis azuis-cobalto, uma é tão pequena que pode ser designada como missanga. O mesmo acontece com as três contas vermelhas. As suas dimensões mostram diâmetros inferiores a 0,4 cm e 0,3 cm de altura. As restantes contas esféricas monocromas distribuem-se por diâmetros ligeiramente maiores (0,6-1cm) e apenas uma, ainda que fragmentada, mostra dimensões superiores. Esta reúne-se a três contas (V.5).

Uma conta resulta de recolhas superficiais. Duas surgem em outros tantos contextos de utilização da Rua 1 do século I d.C., e outra num nível de abandono daquele século localizado a Oeste daquela rua. Outra foi encontrada num estrato do século I a.C. daquela via de circulação. Todas as atrás mencionadas estavam em situação pós-deposicional.

Duas contas esféricas resultaram da escavação de outros tantos pisos do chamado complexo de construções do século I a.C., no Sector A1, analisados nas primeiras publicações do Projecto Mesas do Castelinho. A cronologia destes níveis de utilização e as deposições justapostas e sobrepostas a eles permitem falar de uma deposição ocorrida entre os finais do século II

a.C. e os finais do 3º quartel do século I a.C.

(Fabião e Guerra, 1994: 280). Outra surgiu num compartimento situado junto do talude superior oriental do sítio, no actual sector em escavação, com ritmos de ocupação muito semelhantes aos daquele conjunto arquitectónico do Sector A1. Outras três contas estão na estratigrafia da data inferior deste intervalo cronológico e duas pequeníssimas contas reúnem-se na estratigrafia da 1ª metade do século III a.C. (V. 5).

Em suma, será possível entender que a extensa maioria destas contas esféricas estará fora do seu



Fig. 6 - Contas monocromas em vidro (A, B e C); Fotos de Francisco Almeida.

contexto de utilização primário, o qual, e atendendo às suas áreas de escavação, aponta para uma cronologia do século II a.C. coincidente com a etapa final da ocupação da Idade do Ferro, porque a estratigrafia subjacente (naquela porção do Sector A1 e na Rua 1) não mostra as preexistências dos últimos momentos da ocupação da Idade do Ferro, algures entre os finais do século III a.C. e o início da ocupação de época romana. Por outro lado, esta hipótese não invalida a possibilidade de fazerem parte do lote dos materiais importados presentes nas ocupações mais antigas da Idade do Ferro, já que

a cronologia da produção destas contas integra a cronologia desta ocupação de Mesas do Castelinho, para mais representada pelas pequenas missangas presentes numa estratigrafia balizada entre a 2ª metade do século IV e a 1ª metade do século III a.C. (V.5).

4.4.1.2. *Contas anulares*

As contas de forma anular conhecem o mesmo intervalo amplo de produção das contas esféricas.

Em Mesas do Castelinho, das nove contas anulares monocromas, seis são azuis-cobalto (Cf. Fig. 6A), duas são verdes e outra é amarela/castanha. Das seis azuis-cobalto, quatro são missangas, com diâmetros da ordem dos 0,3 cm e altura de 0,2 cm. As restantes mostram diâmetros e alturas superiores (0,6 cm e 0,3 cm, em média e respectivamente). Algumas destas relacionam-se com outras contas, presentes na estratigrafia de época romana mais ou menos antiga (V.5).

Uma conta foi recolhida em limpezas de corte. A duas contas verdes é imputável uma cronologia contextual do século I d.C., dispersas por momentos de utilização da Rua 1. Outra surgiu numa utilização da 2ª metade do século I a.C. de um compartimento virado para a Rua 3.

Por fim, existe uma conta de forma anular algo *sui generis*. Trata-se de uma conta azul-cobalto, com perfuração larga e aro muito fino, perfazendo um diâmetro máximo de 0,6 cm e uma altura inferior ao milímetro, o que pode ser entendido como missanga (Cf. Fig. 6B). Foi identificada num piso da 1ª metade do século IV a.C. localizado a Sul do chamado complexo de construções do século I a.C., na mesa superior.

As mesmas conclusões retiradas na leitura da estratigrafia e cronologia das contas esféricas podem ser entendidas para as contas de forma

anular. Uma pequena diferença, porém, se revela numa das contas de forma anular: a sua integração na fase fundacional do povoado, perfeitamente dentro da cronologia de produção destas contas.

4.4.1.3. *Contas bicónicas*

As contas bicónicas estão datadas entre os finais do século VI e os inícios do século II a.C., de acordo com Ruano Ruiz (1996: 66).

As contas com esta forma presentes no sítio distribuem-se por três contas azuis-cobalto, uma conta verde e uma conta vermelha. Metricamente são muito homogéneas, com diâmetros máximo com cerca de 1,7 cm e altura máxima de cerca de 0,4 cm. Já a conta vermelha pode ser vista como bitroncocónica, ainda que na essência integre este grupo (Cf. Fig. 6C).

Uma das contas azuis-cobalto surgiu num nível superficial de escavação da plataforma inferior e uma outra, vermelha, num enchimento de vala de roubo de muro ocorrido durante a ocupação omíada desta mesma plataforma mas as restantes fornecem cronologias contextuais de época romana republicana, mais ou menos antigas. Uma delas integra uma remodelação do complexo arquitectónico de época romana do Sector A1, ocorrida algures no século II a.C. e as outras surgem reunidas com outras contas vítreas presentes na estratigrafia da 2ª metade do século I a.C. (V.5).

As mesmas leituras quanto a situações de deposição e cronologia das contas esféricas e anulares podem ser estendidas a estas contas bicónicas, embora pareça ser relativamente relevante a cronologia antiga do momento de remodelação romano republicano, algo discordante com as cronologias dos finais da produção deste tipo de contas.

4.4.1.4. Conta elipsoidal

Esta forma conheceu produção entre os séculos VII e II a.C. No sítio apenas existe um exemplar vermelho (Fig. 6D), num piso da 1ª metade do século I a.C. da Rua 1.

Esta forma não é muito frequente: uma conta vítrea na necrópole de cistas da Herdade do Gaio (Gomes, 2016: 402); quatro na necrópole de El Cigarralejo (Ruano Ruiz, 1997: 34); uma no povoado de Castillo de Doña Blanca, Cádiz, datada do século IV a.C. (Ruano Ruiz, 2001: 58). Estes exemplares são todos maiores que o exemplar de Mesas do Castelinho. Atendendo às dimensões da conta, o paralelo mais aproximado é o da necrópole da Herdade do Gaio (Costa, 1974: 103 e fig. 7, nº 14). Uma conta semelhante existe em Conímbriga, onde é exemplar único e descontextualizado (Alarcão *et al.*, 1976: 212; 214 [nº 333]; 231 [planche XLVI, nº 333]). Já o contexto estratigráfico da peça de Mesas do Castelinho autoriza uma situação pós-deposicional.

4.4.1.5. Conta cilíndrica

As contas cilíndricas conhecem produção entre os séculos VII a II a.C. No povoado apenas existe um exemplar monocromo, em tons verde petróleo, reunido com contas oculadas num contexto da 1ª metade do século I d.C. (V.5). Trata-se de um exemplar alongado, com 0,7 cm de comprimento por 0,6 cm de largura.

Esta forma não será muito usual. O único paralelo morfologicamente mais aproximado, reunido a duas contas cilíndricas policromas, também elas importantes para a atribuição de paralelos com uma peça de Mesas do Castelinho (V. 4.4.2), está patente na colorida estampa de Estácio da Veiga, nomeadamente no adorno de Milreu (Veiga, 1891 [Est. XXVIII, nº 9]).

Estas contas foram recolhidas (...) *abaixo dos alicerces dos edifícios, indicando porventura a cota de nível do plano correspondente à primeira idade do ferro (...)*” (Veiga, 1891: 260) mas parece ser impossível sustentar esta preexistência nesta *villa* e, ainda que sem outros materiais romanos antigos, uma outra leitura para a presença destas contas neste local propõe a sua cronologia republicana (Teichner, 1997: 145-147). O mesmo já não sucede com a peça cilíndrica de Mesas do Castelinho e ainda que se possa imputar uma situação secundária para a sua deposição, a sua reunião a três contas num contexto datado por materiais cerâmicos importados da 1ª metade do século I d.C. obriga a reequacionar a cronologia da sua produção.

Em busca de paralelos morfológicos coevos ao do contexto de Mesas do Castelinho, atrevo-me a apontar o do acampamento romano de *Vindolanda*, a sul da Muralha de Adriano, no Norte de Inglaterra e junto da fronteira com a Escócia, onde há um conjunto numeroso de contas em vidro dos séculos I e III d.C. produzidas a nível regional. Em concreto, o paralelo revela uma peça em vidro azul com 1,25 cm de comprimento (Hoffman, 2003: 41; 43 [fig. 2, nº 15]), um pouco maior que a conta de Mesas do Castelinho.

A estar minimamente certo este paralelo, estaremos perante uma mescla de elementos culturais: os mediterrânicos das contas oculadas de Mesas do Castelinho que se reúnem a este elemento britânico (V.5). A ser correcto, o contexto estratigráfico de Mesas do Castelinho integra a produção destas contas.

4.4.1.6. Conta galonada

As contas galonadas surgem na Península Ibérica entre os séculos VII-VI a.C., em necrópoles da área de Málaga e difundem-se, nos

séculos V e IV, por Ibiza, Levante e Meseta, terminando a sua produção no século III a.C.

Em Mesas do Castelinho existe um exemplar apenas, azul-cobalto, recolhido no nível superficial do Sector A1 e portanto fora do seu contexto primário. A peça está fragmentada mas é possível observar que tinha dimensões razoáveis, com cerca de 2 cm de altura e talvez outros tantos de diâmetro máximo (Cf. Fig. 6E).

A forma é relativamente usual, com 18 presenças em Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 2001: 203-204; 209 [fig.7]); seis no Porto do Sabugueiro (Arruda *et al.*, 2016: 89 [fig.5]); duas contas em Castillo de Doña Blanca, datadas do século IV a.C. (Ruano Ruiz, 2001: 58); uma na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Gomes, 2016: 314).

Atendendo à cronologia da produção destas contas, o exemplar de Mesas do Castelinho poderia ter estado presente na ocupação da Idade do Ferro.

4.4.2. Contas em vidro policromas

As contas bicromas e policromas constituem 45,45% do conjunto de contas em vidro de Mesas do Castelinho. Distribuem-se, a nível morfológico, por 18 contas esféricas, três anulares, duas fusiformes (bicromas), uma conta cilíndrica com espiral, uma conta geminada oculada. O cálculo deste subconjunto apresenta assim 25 contas.

As 22 contas oculadas representam 40% das contas em vidro e 29,3% no total do conjunto de Mesas do Castelinho. A sua produção ocorre entre os séculos VIII e II a.C. Destas 22 contas oculadas, 10 reúnem-se a outras contas em adornos presentes em níveis de cronologia romana mais ou menos antigos (V.5), o que será sintomático de uma manutenção, se não da



Fig. 7 - Contas policromas (contas sobre fundo cinza e conta cilíndrica decorada); Fotos de Francisco Almeida.

aquisição de contas nestas cronologias, pelo menos da tradição da sua utilização.

O domínio das contas esféricas é evidente, representando 72% deste subconjunto e 32,7% do conjunto total de contas em vidro de Mesas do Castelinho. Uma aparente monotonia cromática parece instalada, com a preferência pelos tons azuis, presentes por 18 vezes em contas de fundo azul-cobalto e por quatro vezes em contas com fundos azuis-turquesa. Menos representados estão os fundos verdes (duas contas), os fundos negros (duas contas) e os fundos vermelhos (uma vez).

As contas de forma anular e oculadas mostram a mesma combinação de cores nos olhos, sejam as suas bases em azul-cobalto ou turquesa.

Quase todas as contas esféricas oculadas, independentemente da cor de base, mostram olhos estratificados a branco e em azul-cobalto. A exceção constitui uma conta de fundo azul-turquesa com olhos em amarelo e azul-cobalto, reunida com outras contas (V.5) Uma conta com fundo azul-turquesa denuncia uma produção cuidada, num exemplar de pequenas dimensões (Cf. Fig. 7).

Em termos estratigráficos, as contas oculadas distribuem-se desde níveis superficiais até contextos da Idade do Ferro. No entanto, a maioria delas encontra-se nas ocupações de época romana, mais ou menos antiga, por vezes reunidas em conjuntos (V.5).

Das identificadas isoladas, a sete é possível imputar uma cronologia contextual do século I a.C., estando presentes em episódios de utilização e derrube da plataforma B. Já a pequena conta esférica azul-turquesa oculada está perfeitamente integrada na estratigrafia da Idade do Ferro, mais concretamente, entre os finais do século V a.C. e a 1ª metade do século seguinte. Surgiu no miolo da muralha oriental do povoado, nos trabalhos de minimização realizados por Carlos Jorge Ferreira em 1987.

Uma das situações de exceção, a nível da forma das contas oculadas, é uma conta geminada de fundo azul-cobalto, com olhos estratificados a branco e no mesmo tom de azul, presente na estratigrafia da Idade do Ferro do sítio. Encontra-se associada a outros elementos de adorno imputáveis à 2ª metade do século IV a.C (V.5).

Conhece razoável quantidade de paralelos: um exemplar de Los Pajares datado de entre o século

V e os inícios do século seguinte (Jiménez Ávila, 1999: 145; 146 [fig.3, nº 2]; 148); num conjunto de 22 contas da sepultura 1 da necrópole de cistas de Corte Margarida (Aljustrel), datada do século VI a.C. (Deus e Correia, 2005: 617 [fig. 2]; 618); na necrópole de cistas de Fonte Velha de Bensafrim, datada entre o século VI e os inícios do século seguinte (Veiga, 1891 [Est. XXVIII, nº 4]; Gomes, 2016: 409; 411) e faz parte de um colar com 57 contas proveniente de Ampúrias, Girona, datado dos séculos V-IV a.C. (Almagro-Gorbea e Alonzo Cereza, 2009: 86-87). Em Porto do Sabugueiro existe um exemplar monocromo, também designado segmentado, da Idade do Ferro ou de época romana republicana (Arruda *et al.*, 2016: 91 [figs. 14 e 15]).

Outra conta excepcional é cilíndrica alongada (4 cm de comprimento por 1,6 cm de largura), de fundo negro e decorada com espirais onduladas amareladas, ou com raias em espiral (Cf. Fig. 7), recolhida num aterro de um compartimento do chamado complexo de construções do século I a.C. do Sector A1.

Não existem muitos exemplares conhecidos na Península Ibérica: uma num colar composto por 40 contas, encontrado em Ampúrias, datado dos séculos V-IV a.C. (Almagro-Gorbea e Alonzo Cereza, 2009: 84; 85 [nº 27]); outra na necrópole de Puig des Molins, utilizada entre os séculos V e II a.C. (Ruano Ruiz, 1996: 58 [fig.11, nº 3]; 62); duas nos túmulos 4 e 5 da necrópole da Herdade do Pêgo (Ourique), datadas por Haevernick dos séculos VI-V a.C. (Dias, Beirão e Coelho, 1970: 217; 219).

Surgem também em contextos funerários de época romana. Dois exemplares procedem da *villa* romana de Milreu, das escavações de Estácio da Veiga, associados a outras duas contas (Veiga, 1891 [Est. XVIII, nº 9]), sendo uma delas

cilíndrica monocroma (V. 4.4.1.5). Felix Teichner considera insustentável a cronologia da Idade do Ferro atribuída por Estácio da Veiga e propõe uma datação romana republicana (Teichner, 1997: 145-147). Esta proposta, perfeitamente cabível na cronologia de produção destas contas, pode estar a indicar uma cronologia similar para o exemplar de Mesas do Castelinho, atendendo à proximidade cronológica do seu contexto de recolha. No entanto, o mesmo poderá fazer parte do lote de importações mais antigas do povoado, ainda dentro da ocupação da Idade do Ferro, atendendo à cronologia inicial de produção, em torno do século V a.C. Certa é a sua situação pós-deposicional.

As duas contas fusiformes presentes em Mesas do Castelinho apresentam descritores métricos similares. Ainda que ambas fragmentadas, oscilam entre 1,6 cm de comprimento por 1 cm de largura e ambas apresentam fundos negros. Já as decorações, a branco, são distintas: uma apresenta raias (Cf. Fig. 7) e a outra tem uma coroa também branca a meio do seu comprimento. Esta conta reúne-se a outras, num contexto estratigráfico da 2ª metade do século I a.C. (V.5). A raiada foi identificada num momento de abandono em torno do século I a.C.

Não são propriamente estas as cronologias desta forma que surge, em dimensões muitas vezes superiores às dos exemplares de Mesas do Castelinho, desde o século VI a.C. Assim, datada deste século e do século seguinte está a conta fragmentada do túmulo 1 da necrópole da Herdade do Pêgo (Dias, Beirão e Coelho, 1970: 217; 219) as grandes contas, com mais de 10 cm, que compõem parte do colar do túmulo 33 da necrópole alicantina de La Albufereta, datado da 2ª metade do século IV a.C. (Ruano Ruiz, 1995: 194-196), as quatro contas monocromas do conjunto funerário orientalizante de Talavera La

Vieja, Cáceres (Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2006: 157 [fig. 1]; 159-160); a também fragmentada presente no colar da inumação 1 da necrópole de Palhais (Beja), datada do século VI a.C. (Santos *et al.*, 2009: 761; 763; fig.5), os dez exemplares monocromos de Cabeça de Vaiamonte, em contextos desconhecidos de recolha (Fabião, 2001: 203-204; 209 [fig.8]).

Atendendo às dimensões das peças fusiformes de Mesas do Castelinho mas também à sua procedência estratigráfica, uma hipótese a necessitar de confirmação com outros contextos coevos, seria a da produção tardia destas contas mais pequenas, porventura já em época romana republicana.

V. A estratigrafia contada de Mesas do Castelinho

Em qualquer das fases de ocupação de Mesas do Castelinho, a terra impera nas construções, sob a forma de taipa e adobe, e o sítio enterra-se a si próprio com a degradação dos diferentes edificadros (Guerra e Fabião, 2010: 464; Fabião e Guerra, 2010: 329-330). Apenas o registo estratigráfico rigoroso habilita a observação das diferentes etapas de vida do sítio.

É possível apurar até ao momento sete conjuntos de contas reunidas em outros tantos adornos. Apenas dois se enquadram na estratigrafia da Idade do Ferro. Os restantes foram identificados em contextos de cronologia romana mais ou menos avançada dentro das ocupações do povoado (Cf. Fig. 8). Alguns destes conjuntos de época romana devem ser lidos como resultantes de fenómenos pós-deposicionais. Mas a identificação de mais do que uma conta no mesmo estrato ou em estratos que se relacionam



Fig. 8 - Localização dos conjuntos de contas de Mesas do Castelhinho.

directamente num compartimento é um factor importante para a atribuição destes conjuntos.

Numa remodelação do Ambiente IX do Sector B3, na plataforma inferior do sítio, foi recolhido um conjunto de quatro contas em vidro: três oculadas (esféricas e de forma anular), com fundos verdes e azul-turquesa e olhos estratificados a branco e azul-cobalto e uma conta cilíndrica em verde petróleo (Cf. Fig. 9A) com possíveis paralelos no acampamento britânico de *Vindolanda* (V. 4.4.1.5). A presença de *terra sigillata* itálica data esta remodelação da 1ª metade do século I d.C.

Na plataforma A, no Sector A3, junto do talude ocidental, em dois derrubes sucessivos, foram identificadas quatro contas reunidas, todas em vidro: duas azul-cobalto e anulares muito pequenas (missangas), uma esférica oculada com fundo negro e olhos estratificados a branco e azul-cobalto e uma esférica oculada de base azul-turquesa e olhos a amarelo e azul-cobalto. Os materiais destes estratos apontam um contexto da 1ª metade do século I d.C., ainda que sem estruturas associadas.

Na mesma plataforma, em dois pisos sucessivos identificados no interior do Ambiente XI do chamado complexo de construções do século I a.C., no Sector A1, foi recolhido um conjunto de quatro contas: duas de forma

anular, sendo uma em âmbar e a outra em vidro azul-cobalto, uma conta bicónica e uma conta esférica em vidro azul-cobalto. Os materiais cerâmicos associados às contas falam de um contexto do século I a.C.

Junto do talude superior oriental, no Sector A4, o Ambiente VIII providenciou a recolha de duas contas: uma missanga esférica em vidro vermelho e uma conta cilíndrica em cornalina. Este conjunto vermelho foi identificado num piso sobreposto por outro no qual a presença de um fragmento de uma pega de um *simpulum* itálico do tipo 1A de Castoldi/Feugère fala de um contexto do século I a.C.

Na plataforma B, um piso do Ambiente XII, no chamado 2º Quarteirão do Sector B3, providenciou sete contas em vidro (Cf. Fig. 9B). O adorno, muito possivelmente um colar, era composto por quatro contas azuis-cobalto (duas esféricas oculadas, com olhos a branco e no mesmo tom de azul, uma anular monocroma e outra oculada a branco e no mesmo tom de azul), uma esférica amarela/castanha, uma bicónica verde e e uma fusiforme negra coroada a branco. Neste conjunto destaca-se uma conta esférica oculada de grandes dimensões. Todas apresentavam sinais de terem sofrido a acção do fogo, situação explicada pela sua concentração num espaço onde mais tarde funcionou um forno. A profusa quantidade de campaniense B calena, sendo a mais recente da 2ª metade do século I a.C., autoriza uma datação contextual tardo-republicana.

Estes cinco conjuntos assim reunidos revelam cronologias contextuais balizadas entre a 2ª metade do século II a.C. e a 1ª metade do século I d.C., num intervalo de 200 anos que mostra a fase inicial da ocupação romana republicana e os inícios da fase romana imperial do sítio, num quadro de vigor económico do povoado.

Uma pequeníssima conta esférica vermelha saiu do enchimento de uma vala de fundação de um dos muros do complexo arquitectónico do Sector AI, construído algures durante a 2ª metade do século II a.C. Uma outra missanga, também vermelha, saiu de um piso do Ambiente XIII cortado por aquela vala de fundação (Cf. Fig. 9C). Esta relação estratigráfica possibilita reunir aquelas duas missangas num adorno (porventura um brinco) ou a sua aplicação em vestuário. Os

materiais do dito piso fornecem uma cronologia contextual balizada entre a 2ª metade do século IV e a 1ª metade do século III a.C.

Na plataforma B, o Ambiente VIII do Sector B2,

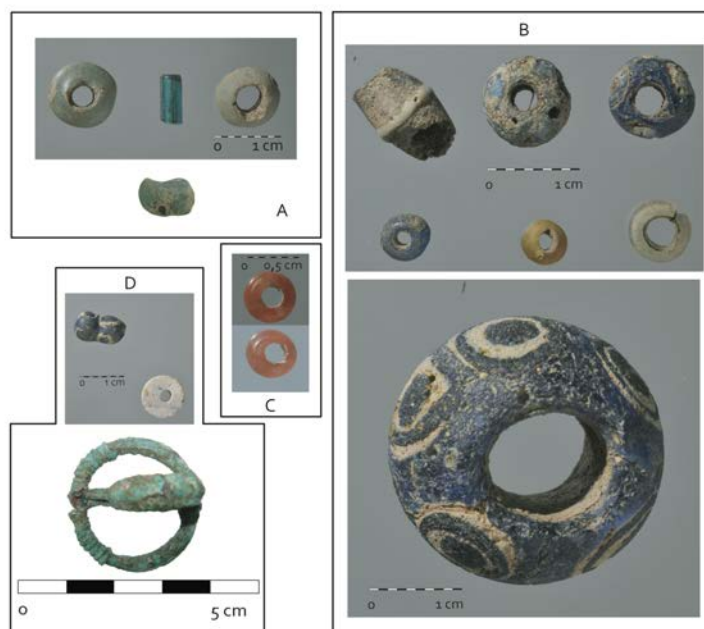


Fig. 9 - Alguns dos conjuntos de contas de Mesas do Castelinho. Contas sobre fundo cinza (foto de Francisco Almeida); Foto da fíbula - Miguez, 2010 [vol. II, nº 57], modificado).

situado junto da muralha ocidental do povoado, providenciou a associação de duas contas e de uma fíbula anular hispânica num momento de utilização da 2ª metade do século IV a.C (Cf. Fig. 9D). A conta cilíndrica possivelmente em quartzo e a fíbula anular hispânica foram identificadas numa lareira. Esta estrutura de combustão funcionou com um piso de terra batida do qual saiu a conta geminada oculada. Com fundo azul-cobalto, apresenta todas as faces oculadas, totalizando quatro olhos, a azul-cobalto e branco. A aplicação dos olhos parece ter seguido a técnica dos olhos estratificados, com a inclusão de uma gota de cristal colocada numa matriz, empurrada para o interior enquanto a matriz estava branda e a introdução de outra gota no interior da primeira. O resultado final era uma sucessão de círculos concêntricos, com um

ponto central mais escuro e espesso (Ruano Ruiz, 1995: 262). A perfuração corre toda a conta, ao longo do seu centímetro de comprimento, exhibe leves vestígios da acção do fogo, talvez resultante da sua proximidade à estrutura de combustão, e não parece ter sinais de defeitos de fabrico.

A fíbula anular hispânica da forma 4-A de Cuadrado Díaz corresponde à forma mais frequente no Sudoeste, presente entre os finais do século V e o século IV a.C. As suas reduzidas dimensões, com 2,5 cm de diâmetro, podem estar relacionadas com o seu uso em peças de vestuário delicadas (Miguez, 2010 [vol. I]: 25-26; [vol. II] n° 57).

VI. Algumas leituras em torno das contas em vidro de Mesas do Castelhinho

Porque as contas em vidro constituem o conjunto mais abundante dos elementos de adorno de Mesas do Castelhinho, será obrigatório tentar interpretar as frequências das contas mais representadas e de outras menos presentes neste sítio comparativamente aos outros dois locais para os quais temos dados mais completos, afortunadamente também com cronologias comuns: Cabeça de Vaiamonte e Porto do Sabugueiro.

As contas esféricas e as anulares são das mais antigas e das mais presentes no Sudoeste peninsular. A sua produção ocorre entre os séculos VIII e II a.C. Em Cabeça de Vaiamonte ocorrerão centenas de vezes⁴ (Fabião, 2001: 203-204) e no Porto do Sabugueiro, existem 68 contas esféricas e 73 anulares (Arruda *et al.*, 2016: 89 [fig. 5]).

Equacionando as quantidades agrupadas das contas esféricas e anulares nos três sítios, obtêm-se os seguintes valores: 95,27% do conjunto de Porto do Sabugueiro, 94,6% em Cabeça de Vaiamonte e 81,81% das contas em vidro de Mesas do Castelhinho. Os valores não são muito desiguais, sobretudo os primeiros, mas não esqueçamos que lidamos com três sítios onde a presença de contas se dá por razões distintas: Porto do Sabugueiro deu provas de uma produção local de contas monocromas, em Cabeça de Vaiamonte essa produção não é assertiva mas pode ter existido e Mesas do Castelhinho mostra-se como local de consumo destes objectos. Talvez aqui resida a explicação daquela inferioridade percentual, que não pode ser alienada do facto de que aqui chegaram outras e variadas contas, num cenário típico de local receptor.

As contas bicónicas são produzidas entre os finais do século VI e os inícios do século II a.C., sendo muito abundantes em Ibiza mas pouco frequentes noutras áreas (Ruano Ruiz, 1996: 66). São ausentes no Porto do Sabugueiro (Arruda *et al.*, 2016: 88). As três contas de Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 2001: 204) e as cinco de Mesas do Castelhinho mostram esta fraca representatividade.

Em contextos de época romana serão ainda menos frequentes. Na necrópole da Azinhaga do Olival do Senhor dos Mártires, ocupada entre o século II d.C. e os inícios do século III d.C., existe um exemplar bicónico (Gomes, 2013: 816; 819 [fig.2, n° 26]). Em Torre de Ares, um exemplar bicónico faz parte dos contextos desconhecidos desta necrópole da cidade de *Balsa*, utilizada entre os finais do século I a.C. e o século V d.C. (Pereira, 2014 [vol. I]: 151; 218-219; [vol. II]: Est. 19.5).

⁴ Naquele estudo não se individualizaram as contagens das contas esféricas e das contas anulares.

Estaremos possivelmente perante uma produção mais tardia, atendendo aos exemplares de Mesas do Castelinho, sendo que um deles foi recolhido em estratigrafia de pleno século II a.C., o que discorda parcialmente da cronologia final de produção apontada para esta forma.

As contas cilíndricas em vidro, produzidas entre os séculos VI e II a.C., estão fracamente representadas em Mesas do Castelinho. Do conjunto de Cabeça de Vaiamonte apenas consta uma conta cilíndrica (Fabião, 2001: 204; 208 [fig. 4]) e está ausente do Porto do Sabugueiro (Arruda *et al.*, 2016: 88).

As duas contas cilíndricas em vidro de Mesas do Castelinho são perfeitamente coincidentes com as frequências destas contas no depósito votivo de Garvão, com três exemplares. Em ambos os sítios surgem menos representadas que as contas em cornalina. E ainda que em Garvão as contas de cornalina se distribuam por formas cilíndricas, esféricas achatadas e bitroncocónicas (por esta ordem de representatividade), vai ao encontro de uma situação que parece evidente e que poderá ter-se iniciado, pelo menos no interior do Sudoeste Peninsular, no século III a.C.

Falo da concordância da representatividade desta forma nas contas em cornalina de Mesas do Castelinho com as contas na mesma matéria-prima do depósito secundário de Garvão, num esquema de obtenção que pode estar relacionado com a cor desejada e com aspectos técnicos. Ou seja, para além de parecer existir alguma preferência pelos tons vermelhos, a partir do século III a.C., já a morfologia mais representada em conjunto, a cilíndrica, pode estar a falar de algum tipo de aperfeiçoamento técnico na produção desta forma e em cornalina, o que em parte explica a abundância desta matéria-prima

nas contas cilíndricas importadas nesta segunda metade do I milénio a.C.

O conjunto de contas oculadas de Mesas do Castelinho, com 22 exemplares, conforma 40% das contas em vidro e 29,3% no total do conjunto de contas do sítio, em dissonância com o conjunto de Cabeça de Vaiamonte que revela uma quantidade reduzida de contas oculadas, apenas 24 entre 889 contas, correspondendo a uns escassíssimos 2,69% de representatividade. O mesmo acontece no Porto do Sabugueiro, com apenas oito contas oculadas por entre as 148 classificáveis, o que configura uma representação de 5,4%. A justificação para esta discrepância pode estar na condição do sítio baixo-alentejano enquanto local exclusivamente receptor. No sítio ribatejano, as contas oculadas mostravam características distintas relativamente às monocromas ali produzidas, indiciando também a sua aquisição (Arruda *et al.*, 2016: 94). E, ainda que se desconheçam os contextos de recolha das contas oculadas de Cabeça de Vaiamonte, será possível entender as suas quantidades enquanto também importações, o que configura, simultaneamente, a possibilidade da produção local de contas monocromas.

Apenas duas contas oculadas estão presentes na estratigrafia da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho: a conta geminada datada da 2ª metade do século IV a.C. e a pequena conta azul-turquesa presente na fase fundacional, entre os finais do século V a.C. e a 1ª metade do século IV a.C. As restantes dispersam-se ou reúnem-se a outras contas, em episódios tão recuados quanto a 2ª metade do século II a.C.

Esta situação pode configurar dois cenários: a sua situação pós-deposicional ou a manutenção, se não da aquisição, pelo menos da utilização de adornos oculados. Para este último panorama

concorrem algumas contas oculadas encontradas reunidas em momentos de utilização de diferentes espaços de época romana republicana de Mesas do Castelinho. Do Castelo da Lousa, Mourão, ocupado em época tardo-republicana e imperial, existem três contas - uma oculada e duas monocromas (Carvalho, 2010). Da Alcáçova de Santarém constam seis contas monocromas num contexto dos séculos II e I a.C. (Arruda, Viegas e Almeida, 2002: 162, n.º 182). Em contextos do 3.º quartel do século II a.C. do Castelo de São Jorge (Lisboa) existem duas contas oculadas e são encontradas em momentos dos meados do século I a.C. em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira (*apud* Arruda *et al.*, 2016: 92). Em suma, uma tradição secular que, ainda que pouco presente em contextos posteriores ao século II a.C., dá provas de não terminar com as etapas finais da Idade do Ferro.

VII. Em balanço de contas

As contas de Mesas do Castelinho surgem em contextos estratigráficos de quase seis séculos de ocupação contínua, entre os finais do séc. V a.C. e os inícios do séc. II d.C. Devem ser entendidas porém numa cronologia algo mais restrita, entre os momentos iniciais da ocupação e o século II a.C., ou seja, entre a ocupação da Idade do Ferro e os inícios da ocupação de época romana. Isoladas ou em conjuntos, quando identificadas em contextos estratigráficos de cronologias posteriores, são resultado, respectivamente, de situações pós-deposicionais ou da manutenção de uma cultura material de aparências, acessível a poucos dos seus habitantes.

As quantidades de contas deste povoado mostram o padrão da gradual diminuição das importações de vidro de origem mediterrânica a partir do século V a.C., no interior e no litoral. Só

Cabeça de Vaiamonte escapa a este cenário, e mesmo desconhecendo a origem estratigráfica das suas abundantes contas, estas poderão fazer parte das suas ocupações mais tardias, das quais não deve ser alheada a ocupação de época romana republicana e a possibilidade de uma produção local. A produção destes objectos no Porto do Sabugueiro mostra a sua difusão em âmbito regional a partir do século IV a.C., numa prova mais da *atlantização* do Mediterrâneo.

E o Mediterrâneo cabe em Mesas do Castelinho. Parte da prova é encontrada na quantidade considerável das contas em cornalina e das contas oculadas, sendo que destas praticamente metade se reúne a outras.

O posicionamento do povoado junto de vias naturais de passagem possibilita a chegada e distribuição de artigos exógenos como estes, mas também de outros que trazem para além do primário alimento, ideias, crenças, rituais. A sua localização explica a sua ocupação mas também o seu abandono. Mas enquanto vive, é uma porta de entrada do Mediterrâneo num vasto território interior e rural.

A partir de meados do séc. II a.C., num quadro de desenvolvimento urbanístico e económico, chegam ao povoado em grandes quantidades cerâmicas de origem itálica e mantêm-se os circuitos com os centros produtores andaluzes. E os vistosos adornos, herdados ou adquiridos há pouco, embelezam os corpos.

Agradecimentos

Agradeço a Francisco Almeida, autor de parte das fotografias das contas, e a José Paulo Ruas, que auxiliou logisticamente este registo.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília Moutinho; PONTE, Salette da (1976). Céramiques diverses et verres. In Jorge de Alarcão; Robert Étienne (dir.) *Fouilles de Conimbriga*, Vol. VI. Paris: Mission Archéologique Française au Portugal / Musée Monographique de Conimbriga / De Boccard.
- ALMAGRO-GORBEA, María Josefa; ALONSO CEREZA, Eduardo (2009). *Vidrios antiguos del Museo Nacional de Artes Decorativas*. Madrid: Real Academia de la Historia (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 30).
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (2008). Cuentas de collar y botones. In Martín Almagro-Gorbea (ed.) *La necrópolis de Medellín II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia (Studia Hispano-Phoenicia, 5-2), pp. 395-401.
- ALVES, Catarina (2014). Campanian ware from Mesas do Castelinho, Portugal. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 43, pp. 631-638.
- ARRUDA, Ana Margarida (2001). A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4-2, pp. 207-291.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos; PIMENTA, João; SOUSA, Elisa; MENDES, Henrique; SOARES, Rui (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 42, pp. 79-101.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, Maria José de (coord.) (2002). *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.
- BEIRÃO, Caetano Maria de Mello Beirão (1986). *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1^{er} Âge du Fer)*. Paris: De Boccard.
- BEIRÃO, Caetano de Mello (1990). Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos. In *Presenças orientalizantes em Portugal. Da pré-história ao período romano*. Lisboa: Instituto Oriental (Estudos orientais I), pp. 107-118.
- BEIRÃO, Caetano de Mello; CORREIA, Virgílio Hipólito (1998). Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In Julio Mangas Manjarrés; Jaime Alvar (coord.) *Homenaje a José María Blázquez*. Madrid: Ediciones Clásicas, Vol.1, pp. 285-302.
- BEIRÃO, Caetano de Mello; GOMES, Mário Varela (1983). A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*, Série IV. (1), pp. 207-266.
- BEIRÃO, Caetano de Mello; SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1985). Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*, Série IV. (3), pp. 45-136.
- BERROCAL-RANGEL, Luis (1989). El asentamiento “céltico” de Castrejón de Capote (Higuera La Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 16, pp. 245-295.
- CARDOSO, João Luís (2004). Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In Maria Conceição Lopes; Raquel Vilaça (ed.) *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 193-223.
- CARDOSO, João Luís; GRADIM, Alexandra (2006). A necrópole da I Idade do Ferro de Cabeço da Vaca 1 (Alcoutim). *Actas do 3^o Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*. Silves: Câmara Municipal de Silves (Xelb 6), pp. 201-226.
- CARVALHO, Pedro (2010). Vidros. In Jorge Alarcão; Pedro Carvalho; Ana Gonçalves (coord.) *Castelo da Lousa: intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Studia Lusitana, 5), pp. 477-479.
- CERDEÑO, María Luisa; MARTÍNEZ, José Antonio; AGUA, Fernando; SAGARDOY, Teresa; MONASTERIO, Manuel (2012). Âmbar en la Meseta Oriental durante el Bronce Final: Yacimientos locales e importaciones bálticas. *Trabajos de Prehistoria*, 69-2, pp. 375-384.

CORREIA, Virgílio Hipólito; PARREIRA, Rui (2002). *Cola. Circuito arqueológico*. Lisboa: Instituto Português do Património Arqueológico.

COSTA, José Miguel da (1974). O tesouro púnico-tartéssico do Gaio (Sines) (Século VII a.C.). Novos achados. *Actas das II Jornadas Arqueológicas, Lisboa 1972*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. II, pp. 97-120

DEUS, Manuela de; ANTUNES, Ana Sofia; SOARES, António Monge (2009). A Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste. In Juan Aurelio Pérez Macías; Eduardo Romero Bomba (coord.) *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 514-543.

DEUS, Manuela de; CORREIA, José (2005). Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. In Sebastián Celestino Pérez; Javier Jiménez Ávila (coord.) *El período orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos de AEspA; XXXV), pp. 615-618.

DIAS, Manuela Alves; BEIRÃO, Caetano de Melo; COELHO, Luís (1970). Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo Alentejo: Ourique (notícia preliminar). *O Arqueólogo Português, Série III (IV)*, pp. 175-219.

ESTRELA, Susana (2010). *Os Níveis Fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Os Contextos Arqueológicos na (Re) Construção do Povoado*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Vols [Disponível em:] <http://hdl.handle.net/10451/3009>.

ESTRELA, Susana (2010-2011). Mesas do Castelinho (Almodôvar): uma aldeia amuralhada na paisagem da Idade do Ferro do Baixo Alentejo. *Arqueologia & História*, 62-63, pp. 101-115.

FABIÃO, Carlos (1996). O povoado fortificado de Cabeça de Vaiamonte (Monforte). A cidade. *Revista cultural de Portalegre*. Nova série, 11, pp. 35-84.

FABIÃO, Carlos (1998). *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Território hoje Português*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade

de Letras da Universidade de Lisboa. 3 Vols. [policopiado].

FABIÃO, Carlos (1999). A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2-1, pp. 163-198.

FABIÃO, Carlos (2001). Importações de origem mediterrânea no interior do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: materiais de Cabeça de Vaiamonte, Monforte. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do Colóquio Internacional realizado na Universidade Aberta, Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 197-228.

FABIÃO Carlos; GUERRA, Amílcar (1994). As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1993*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, pp. 275-289.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (2008). Mesas do Castelinho (Almodôvar): um projecto com vinte anos. *Al-Madan*, II Série, 16, pp. 92-105.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (2010). Mesas do Castelinho (Almodôvar): a case of a failed Roman town in Southern Lusitania. In Cristina Corsi; Frank Vermeulen (ed.) *Changing Landscapes: The impact of Roman towns in the Western Mediterranean. Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide – Marvão, 15th-17th May 2008*. Bologna: Ante Quem, pp. 325-346.

FILIPPE, Victor (2010). As ânforas de tradição pré-romana de Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 13, pp. 57-88.

GARCÍA HERAS, Manuel; RINCÓN LÓPEZ, Jesús María; JIMENO MARTÍNEZ, Alfredo; VILLEGAS BRONCANO, María Ángeles (2003). Estudio arqueométrico de cuentas de vidrio procedentes de la necrópolis de Numancia (siglo II a.C.). *Trabajos de Prehistoria*, 60-1, pp. 173-181.

- GARCÍA SANJUÁN, Leonardo; GARRIDO GONZÁLEZ, Pablo; LOZANO GÓMEZ, Fernando (2007). Las piedras de la memoria (II). El uso en época romana de espacios y monumentos sagrados prehistóricos del Sur de la Península Ibérica. *Complutum*, 18, pp. 109-130.
- GOMES, Francisco Bentes (2013). Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal depositados no Museu Nacional de Arqueologia. In José Morais Arnaud; Andrea Martins; César Neves (coord.) *Arqueologia em Portugal 150 anos. Atas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 21 a 24 novembro de 2013*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 813-820.
- GOMES, Francisco Bentes (2014). Importações mediterrâneas em contextos «pós-orientalizantes» do Sul de Portugal (séculos VI-V a.n.e.). *Onoba*, 2, pp. 27-44.
- GOMES, Francisco João Bentes (2016). *Contactos Culturais e Discursos Identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): Leituras a partir do Registo Funerário*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Disponível em:] <http://hdl.handle.net/10451/25042>.
- GOMES, Mário Varela (1990). O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na proto-história do Sul de Portugal: smiting gods ou deuses ameaçadores. *Presenças orientalizantes em Portugal. Da pré-história ao período romano*. Lisboa: Instituto Oriental (Estudos Orientais I), pp. 53-106.
- GONÇALVES, António Pereira; SOARES, António Manuel Monge (2010). As “contas de colar” dos Ratinhos - I. As contas em pedra, análise por Difrração de Raios X. In Luis Berrocal-Rangel; António Carlos Silva *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (O Arqueólogo Português - Suplemento 6), pp. 389-392.
- GONÇALVES, António Pereira; SOARES, António Manuel Monge; SILVA, António Carlos; BERROCAL-RANGEL, Luis (2011). Stone beads from Late Bronze Age and Early Iron Age settlements from South-western Portugal: Analyses by X-ray diffraction. In Isabella Turbanti-Memmi (ed.) *Proceedings of the 37th International Symposium on Archaeometry, 13th-16th May 2008, Siena, Italy*. Berlin/Heidelberg: Springer, pp. 227-231.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (2001). Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo. In Isabel Fernandes (coord.) *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Palmela. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 171-176.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (2010). Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia. In Jean-Gérard Gorges; Trinidad Nogales Basarrate (ed.) *VII Table Ronde Internationale sur la Lusitanie Romaine. Naissance da Lusitanie Romaine (Ier av. – Ier ap. J. C.)*. Toulouse, 8-9 novembre 2007. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, pp. 459-488.
- HOFFMANN, Birgitta (2003). Roman glass from Newstead and Vindolanda. *Annales du 15e Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre, New York 2001*. Nottingham: Association Internationale pour l'Histoire du Verre, pp. 41-44.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (1999). Los objetos de vidrio procedentes del yacimiento de Pajares. Estudio preliminar. In Sebastián Celestino Pérez (ed.) *El yacimiento protohistórico de Pajares. Villanueva de La Vera. Cáceres. 1. Las necrópolis y el tesoro áureo*. Mérida: Junta de Extremadura (Memorias de Arqueología Extremeña 3), pp. 139-152.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2001). La necrópolis de “El Jardal” (Herrera del Duque, Badajoz): elementos para el estudio del ritual funerario del Suroeste peninsular a finales de la I Edad del Hierro. *Complutum*, 12, pp. 113-122.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2002-2003). Estructuras tumulares en el Suroeste ibérico. En torno al fenómeno tumular en la protohistoria peninsular. *Homenaje a la Dra. Dña. Encarnación Ruano*. Madrid: Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología (42), pp. 81-120.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2003). Los objetos de pasta vítrea de Cancho Roano. In Sebastián Celestino Pérez

(ed.) *Cancho Roano VIII. Los materiales arqueológicos I*. Mérida: Junta de Extremadura, pp. 263-291.

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; ORTEGA BLANCO (2006). Objetos de marfil, hueso y vidrio. Objetos varios. In Javier Jiménez Ávila (ed.) *El conjunto orientalizante de Talavera La Vieja (Cáceres)*. Cáceres: Junta de Extremadura (Memorias de Arqueología Extremeña 5), pp. 155-161.

LÓPEZ AMADOR, Juan José; RUIZ GIL, José Antonio (2010). Las ofrendas del santuario púnico-gaditano de La Algaida (Sanlúcar de Barrameda). In Esperanza Mata Almonte (ed.) *Cuaternario y arqueología: homenaje a Francisco Giles Pacheco*. Cádiz: Asociación Profesional del Patrimonio Histórico-Arqueológico de Cádiz/Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Cádiz, pp. 433-450.

MAIA, Maria Garcia Pereira (1985-1986). Dois larnakes da Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Vitoria /Gasteiz, 1985). *Veleia*, 2-3, pp. 223-242.

MAIA, Maria Garcia Pereira; MAIA, Manuel (1996). *Arqueologia do couro mineiro de Neves Corvo. Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, pp. 83-93.

MARTÍN DE LA CRUZ, José Clemente; VERA RODRÍGUEZ, Juan Carlos; SANCHÉZ ROMERO, Alfonso; RUIZ MATA, Diego; PÉREZ PÉREZ, Carmen; RUIZ GIL, José Antonio; LAPEZ AMADOR, Juan José; BARRIOS NEIRA, Julia; MONTEALEGRE CONTRERAS, Luis; IBARRA DE DIOS, Francisco J. (2004). *Colgantes y cuentas de cornalina procedentes de Andalucía Occidental. Mirando al mar. Perspectivas desde el Poniente Mediterráneo: II y I milenios a.C.* Córdoba: Universidad de Córdoba (Revista de Prehistoria 3), pp. 6-47.

MARTÍNEZ MIRA, Isidro; VILAPLANA ORTEGO, Eduardo (2014). Cuentas de collar de La Fonteta (Guardamar, Alicante) y La Peña Negra (Crevillente, Alicante): descripción y análisis instrumental. In Alfredo González Prats (ed.) *La Fonteta - 2. Estudio de los materiales arqueológicos hallados en la colonia fenicia de la actual desembocadura del río Segura (Guardamar, Alicante)*. Alicante: Universidad de Alicante. (Seminarios Internacionales sobre Temas Fenicios 2), pp. 848-931.

MATALOTO, Rui (2012). Os senhores e as serras: o final da Idade do Bronze no Alentejo Central. In Javier Jiménez Ávila (ed.) *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos de AEspA, LXII), pp. 185-213.

MIGUEZ, João (2010). *As Fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto Marcadores Étnicos: O Caso de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols. [Disponível em:] <https://independent.academia.edu/JoãoMiguez>.

MIGUEZ, João Nuno (2013). As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. In Nieves Medina Rosales (ed.) *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre, y 1 de diciembre de 2013*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche, pp. 1303-1326.

MURILLO-BARROSO, Mercedes; MARTINÓN-TORRES, Marcos (2012). Amber sources and trade in the Prehistory of the Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*, 15, pp. 187-216.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1994). *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares. Balsa: incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus/ Museu Nacional de Arqueologia.

PALOMAR, Teresa; PEÑA-POZA, Javier; CONDE, Juan Felix (2009). Cuentas de vidrio prerromanas y arqueometría: una valoración de los trabajos realizados en la Península Ibérica. *Zephyrus*, LXIV, pp. 53-62.

PARREIRA, Jorge (2009). *As Ânforas Romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols. [disponível em:] <http://hdl.handle.net/10451/446>.

PEREIRA, Carlos (2014). *As Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols. [disponível em:] <http://hdl.handle.net/10451/11460>.

RUANO RUIZ, Encarnación (1995). Cuentas policromas prerromanas decoradas con “ojos”.

Espacio, tiempo y forma. *Historia antigua*, Série II, 8, pp. 255-286.

RUANO RUIZ, Encarnación (1996). *Las cuentas de vidrio prerromanas del Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera*. Eivissa: Govern Balear/Conselleria d'Educació, Cultura i Esports (Treballs del Museu Arqueològic d'Eivissa 36).

RUANO RUIZ, Encarnación (1997). Perles en verre provenant de la nécropole ibérique d'El Cigarralejo, Mula (Murcia, Espagne), Ve-IIe siècle av. J.-C. In Uta Von Freedden; Alfred Wiczorek (ed.) *Perlen. Archäologie, Techniken, Analysen. Akten des Internationalen Perlensymposiums in Mannheim vom 11 bis 14 November 1994*. Bonn: Habelt. (Kolloquien zur Vor- und Frühgeschichte 1), pp. 13-40.

RUANO RUIZ, Encarnación (2001). El vidrio antiguo (siglo VIII al IV a.C.). El Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). I. Las cuentas de vidrio procedentes del poblado del Castillo de Doña Blanca, El Puerto de Santa María, Cádiz. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, 41, pp. 57-64.

RUANO RUIZ, Encarnación; HOFFMAN, Peter; RINCÓN, Jesús María (1995). Aproximación al estudio del vidrio prerromano: los materiales procedentes de la necrópolis ibérica de El Cigarralejo (Mula, Murcia). Composición química de varias cuentas de collar. *Trabajos de Prehistoria*, 52-1, pp. 189-206.

SAN NICOLÁS PEDRAZ, María Pilar (1986). Orfebrería púnica: los collares de Ibiza en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid. *Saguntum*, 20, pp. 57-94.

SANTOS, Filipe João; ANTUNES; Ana Sofia Tamissa; GRILO; Carolina; DEUS, Manuela de (2009). A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. In Juan Aurelio Pérez Macías; Eduardo Romero Bomba (coord.) *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 746-804.

TEICHNER, Felix (1997). Die römischen Villen vom Milreu (Algarve, Portugal). Ein Beitrag zur Romanisierung der südlichen Provinz Lusitania. *Madriider Mitteilungen*, 38, pp. 106-162.

TORRES ORTIZ, Mariano (2013). *Los colgantes de cornalina de Mesas de Asta*. Jerez de la Frontera: Museo Arqueológico de Jerez (La pieza del mes 27 de abril de 2013).

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da (1891). *Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos prehistóricos*. Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional.

VIEGAS, Catarina (2011). *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos e Memórias 3).

VIEGAS, Catarina (2019). Terra Sigillata trade in Mesas do Castelinho (Almodôvar – Portugal): patterns of imports and contextual data in Southern Lusitania. *Spal*, 28-1, pp. 97-129.

CASTRO DE CHIBANES (PALMELA). TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DE 2012 A 2017

Recebido: 8 de Fevereiro de 2019 | Aprovado: 2 de Julho de 2019

Carlos Tavares da Silva¹ | Joaquina Soares²

Centro de Estudos Arqueológicos – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal | Associação de Municípios da Região de Setúbal | UNIARQ
- Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Susana Duarte | Antónia Coelho-Soares³

Centro de Estudos Arqueológicos – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal | Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Teresa Rita Pereira⁴

Centro de Estudos Arqueológicos – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal | Associação de Municípios da Região de Setúbal | UNIARQ
- Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Vicenzo Soria⁵

UNIARQ - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Resumo

Apresentam-se os resultados das campanhas de escavação promovidas pelo MAEDS no Castro de Chibanes (Sector Ocidental) entre 2012 e 2017. Confirmam-se as três grandes fases de ocupação fortificada deste arqueossítio (Calcolítico-Bronze inicial, II Idade do Ferro e Período Romano Republicano), bem como a diferenciação desta última fase nas subfases IIIA e IIIB.

Do 3º milénio BC, foi posto a descoberto um novo troço de muralha que integra o complexo defensivo da extremidade ocidental do povoado. Durante a II Idade do Ferro foram construídos compartimentos de planta rectangular dispostos ao longo da muralha sidérica. Esta serviu, em parte, de embasamento, após destruição parcial, a muro de delimitação do povoado tardo-republicano. A estrutura urbanística e a tipologia das construções do Período Romano Republicano parecem ter seguido as da II Idade do Ferro.

Palavras-Chave: Ocupação fortificada; 3º milénio BC; II Idade do Ferro; Período Romano Republicano.

Abstract

The main results of the fieldwork seasons between 2012 and 2017, promoted by the Museum of Archaeology and Ethnography of the District of Setúbal, are presented in this paper. The three major phases of occupation are confirmed (Chalcolithic-early Bronze Age, late Iron Age, Roman-Republican Period), as well as the differentiation of this last phase, in sub-phases IIIA and IIIB. Although access to the area of the Chalcolithic period was restricted, it has been identified a new wall (that integrated the western end of the defensive complex). During the late Iron Age they have been built, along the wall, contiguous compartments with rectangular plans. After partial destruction of the Iron Age wall probably by the Roman army, it had been reused to install a new delimitation wall of the late republican settlement. The urban structure and the typology of the buildings from the Roman Republican Period seem to have followed that of the late Iron Age.

Key-words: adornments; stratigraphy; Iron Age; Roman Period; Mediterranean.

https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_19

¹ ctavaressilva@gmail.com

² joaquinasoares1@gmail.com

³ cea.maeds@amrs.pt

⁴ teresa.rita.pereira@gmail.com

⁵ vinso84@hotmail.it

Introdução

Chibanes é, por agora, um dos sítios arqueológicos mais emblemáticos da Península de Setúbal. Localiza-se na crista da Serra do Louro (Palmela), relevo monoclinal que limita a norte a cordilheira da Arrábida, a chamada Pré-Arrábida na assertiva designação de Orlando Ribeiro (1937), e separa o fértil Vale dos Barris da planície aluvial. O seu domínio visual é extraordinariamente amplo, abrangendo os estuários do Sado e Tejo. O factor topográfico deve ter pesado na escolha desta localização em conjunturas de intensa conflitualidade, como parecem ter sido o início do III milénio a.C., a II Idade do Ferro e a fase da conquista romano-republicana do Ocidente da Ibéria, para norte do Sado.

O sítio de Chibanes foi identificado como jazida arqueológica por António Inácio Marques da Costa que aí realizou os primeiros trabalhos de escavação, publicados em “O Arqueólogo Português”, na primeira década do século passado. O abundante espólio então exumado, embora se desconheçam os respectivos contextos arqueológicos, permite, pela sua tipologia, perceber que o local foi ocupado durante o Calcolítico e o Bronze Antigo, a II Idade do Ferro e o Período Romano Republicano (Costa, 1908 e 1910; Carreira, 1998; Faria, 1992; Tavares da Silva e Soares, 1997 e 2012).

Em 1996, o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, e com o apoio do Instituto Português de Arqueologia, da Câmara Municipal de Palmela e do Parque Natural da Arrábida, iniciou em Chibanes um programa de escavações e estudos interdisciplinares que se prolongou até ao presente e que certamente irá prosseguir no

futuro. Estes trabalhos centraram-se, no decurso das primeiras campanhas, no sector ocidental do castro, dando a conhecer, por uma escavação em extensão (limitada à remoção da camada superficial), numerosas construções do Período Romano Republicano, e, por aprofundamentos controlados, sequências estratigráficas e estruturas datadas desse período, da Idade do Ferro e do III milénio a.C. (Tavares da Silva e Soares, 1997). Foram particularmente importantes os resultados obtidos no *Locus* LI2, onde se procedeu à leitura da até agora mais desagregada e completa sequência estratigráfica do sítio, bem como no Compartimento P10, onde se confirmou a estratigrafia anterior e se escavaram camadas do III milénio a.C., da Idade do Ferro e do Período Romano-Republicano, associadas a elementos arquitectónicos.

Na campanha de 1996 e seguintes, o Período Romano Republicano foi considerado como um prolongamento da II Idade do Ferro (Fase IIA), a que atribuímos então a designação de Ferro III, com dois momentos estratigraficamente diferenciados (Fases IIB e IIC). A designação de Ferro III para o Período Romano Republicano pretendia valorizar a componente indígena no período da conquista romana, que, como se sabe, durou na Península Ibérica cerca de 200 anos, entre cerca de 218 a.C. (início da 2ª Guerra Púnica, com o desembarque de tropas romanas em Ampurias) e a conquista definitiva em 19 a.C., aquando do domínio romano sobre os povos asturo-cantábricos. Porém, actualmente sabemos que a presença romana em Chibanes foi muito marcante, tendo criado uma descontinuidade na dinâmica da ocupação humana do sítio. O conceito de Ferro III talvez seja defensável para outras formas de interacção com Roma.

Assim, considerámos (Tavares da Silva e Soares, 2012) que se justificava separar, em Chibanes, a

II Idade do Ferro do Período Romano Republicano, admitindo, deste modo, uma Fase III para a sequência ocupacional desta jazida. Esta fase divide-se em duas subfases (IIIA e IIIB), de acordo com a informação estratigráfica obtida na potente sequência do *Locus* L12 (limitado a sul e a este, respectivamente pelas Muralhas I e III) e na escavação em profundidade do compartimento P10 (Tavares da Silva e Soares, 1997: 423-48 [fig. 3-5]). Uma camada de derrubes separa o início da ocupação romano-republicana (fase IIIA) da segunda e última fase (III B). A estes derrubes segue-se a reorganização dos espaços edificados, comportando uma tendência geral de maior compartimentação dos edifícios.

De 1998 a 2003, os trabalhos em Chibanes passaram a integrar o projecto de investigação plurianual “ARA-Povoamento e Arqueologia da Paisagem Durante a Pré-História Recente e a Proto-história no Sector Oriental da Arrábida”, aprovado e cofinanciado pelo IPA-Instituto Português de Arqueologia.

Nas campanhas de 1998-1999, continuámos os trabalhos no Sector Ocidental da jazida, com a decapagem em extensão da camada superficial (C.1), colocando a descoberto o topo das estruturas arquitectónicas (do Período Romano Republicano). Seguindo o método estratigráfico, procedemos a aprofundamentos controlados por

forma a obtermos uma leitura diacrónica das estruturas identificadas, da sua articulação e funcionalidade, de acordo com os levantamentos planimétricos, estratigrafia e cultura material associada.

Destacamos, pela sua importância, os resultados obtidos nos *Loci* H7 e H2. Com efeito, aí detectámos um dos poucos contextos da Idade do Ferro, com materiais do século III a.C. (Comp. H7). Na mesma área colocámos em evidência a técnica de construção em socacos durante o Período Romano Republicano.

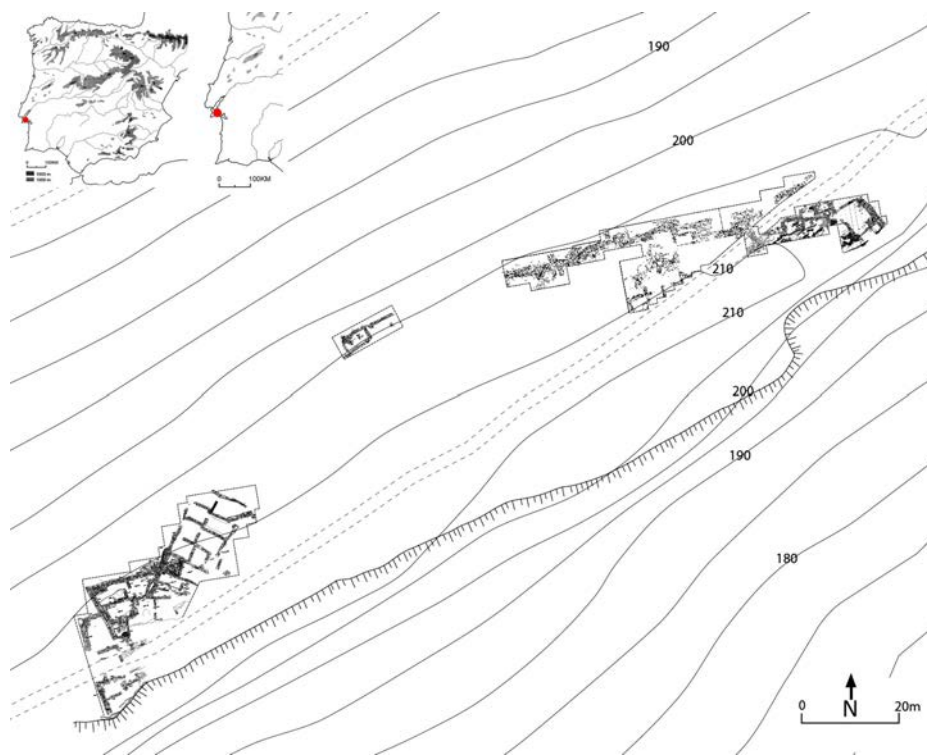


Fig. 1 - Chibanes. Áreas escavadas pelo MAEDS entre 1996 e 2017.

Entretanto, as escavações estenderam-se às zonas central e oriental do arqueossítio, o que possibilitou um maior enfoque nas origens da ocupação do castro, pela escavação de estratos do Calcolítico e Bronze Antigo, pois neste sector a erosão das camadas superiores pelos agentes da geodinâmica externa abriram uma ampla janela sobre o III milénio. Foi então possível acompanhar o processo evolutivo desta primeira

fase de ocupação, com elevada capacidade de desagregação estratigráfica e cronológica.

Os trabalhos de arqueologia realizados pelo MAEDS, anteriormente a 2012, sustentaram o estabelecimento da seguinte periodização para a ocupação humana do Castro de Chibanes:

- Fase I. Ocupação do III milénio a.C. (Calcolítico e Bronze Antigo), com quatro subfases (Tavares da Silva e Soares, 2014) diferenciadas no que concerne à cultura material, às arquitecturas, à tecnologia e à organização social;
- Fase II. Ocupação da Idade do Ferro;
- Fase III. Ocupação do Período Romano Republicano.

Nesta introdução daremos algum destaque a esta última fase, pois as campanhas de 2012 a 2017 incidiram fundamentalmente sobre a ocupação do Período Romano Republicano. Na campanha de 1996, e de acordo com informação estratigráfica obtida na sequência do *Locus* LI2 e na escavação em profundidade do Compartimento Pro (Tavares da Silva e Soares, 1997: 50) a actualmente designada Fase III foi dividida em duas subfases. A mais antiga (publicada em 1997 como IIB, agora IIIA) foi datada, através da cultura material, do último quartel do século II a.C. /inícios do século I a.C.

A segunda subfase (designada em 1997 por IIC e presentemente por IIIB) foi cronologicamente atribuída ao 2º quartel e meados do século I a.C. (Tavares da Silva e Soares, 1997: 50).

Na área ocidental do castro, a mais amplamente escavada até 2011, os testemunhos relativos ao Período Romano Republicano distribuem-se por dois conjuntos arquitectónicos distintos: o residencial propriamente dito, constituído por

compartimentos de planta rectangular/quadrangular contíguos que se sobrepõem ao povoado sidérico; o fortim ocidental, de muralhas de traçado rectilíneo, formando entre si ângulos quer ortogonais quer a tender para agudos, fortim que se adossou ao conjunto residencial e que defendia o acesso pela crista da Serra do Louro.

Até 2011, do conjunto arquitectónico residencial, além de se ter removido a C.1A numa área de aproximadamente 120m², o que permitiu pôr a descoberto a planta geral deste conjunto arquitectónico, escavou-se em profundidade somente um dos compartimentos identificados – o Compartimento Pro. Este havia resultado da segmentação de um grande compartimento rectangular do povoado da Idade do Ferro, com mais de 9m de comprimento por 6m de largura (Tavares da Silva e Soares, 1997).

A área residencial era delimitada por muro, relativamente pouco espesso (cerca de 0,7m de espessura, parcialmente sobreposto ao topo arruinado da muralha da Idade do Ferro (Tavares da Silva e Soares, 2012 [fig. 20 e 21]). Tal como esta, desenvolvia-se em arco ao longo da parte superior da encosta norte, mas não parece ter tido função defensiva, mas, tão só, de delimitação do povoado.

Com funções efectivamente militares, existia o fortim anteriormente referido. De notar que as respectivas muralhas oferecem aparelho regular que contrasta com o das muralhas da Idade do Ferro, mais grosseiro. Na Subfase IIIA, este conjunto arquitectónico teria, por certo, desempenhado funções militares. Na Subfase IIIB, os grandes compartimentos da subfase anterior foram segmentados, originando compartimentos mais pequenos, talvez com carácter habitacional, sendo dotados de lareiras e

de bancos corridos ou poiais adossados às novas paredes.

Campanhas de 2012-2017

Em 2012, retomaram-se os trabalhos arqueológicos no Castro de Chibanes (Fig. 2), que se prolongaram até 2017, com cinco campanhas (a prevista para 2014 não se efectuou), no âmbito do projecto de investigação CIB – Chibanes no Contexto da Arqueologia da Península da Arrábida – promovido pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), com o apoio da Câmara Municipal de Palmela. O seu financiamento foi assegurado pelo orçamento do MAEDS (Assembleia Distrital de Setúbal e Associação de Municípios da Região de Setúbal); aquela câmara municipal disponibilizou apoio logístico sob forma de transportes e cedência de topógrafo.

O referido projecto foi da responsabilidade científica de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, que, na actividade de campo, foram coadjuvados por Susana Duarte, Antónia Coelho-Soares e Teresa Rita Pereira, arqueólogas do Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS. Participaram ainda os seguintes elementos, pertencentes ao mesmo centro de investigação: António Júlio Costa, técnico de arqueologia; Fernanda Simões, técnica auxiliar de arqueologia; e David de Jesus, ilustrador de arqueologia. Recebemos o apoio do topógrafo da Câmara Municipal de Palmela, Carlos Alves, que procedeu à verificação da quadrícula instalada em campanhas anteriores, e à ligação à rede geodésica nacional de novos pontos cotados, e contámos com o trabalho de desenho desenvolvido pelo arqueólogo Jorge Feio.

As escavações assumiram uma função formativa/educativa, recebendo a participação de estudantes universitários, na sua maioria do Curso de Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A arqueologia de campo aliou-se à formação teórica desenvolvida no Curso de Verão *Arrábida Arqueológica*, igualmente promovido, de 2012 a 2014, pelo MAEDS.

A actividade laboratorial foi sobretudo realizada no Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS (arqueólogos: Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte, Teresa Rita Pereira; designer e ilustradora de arqueologia: Ana Castela; técnicos de arqueologia: Paula Covas, Jorge Costa e Júlio Costa; técnicos auxiliares: Fernanda Fino, Fernanda Simões e Paula Palmeira. Alguns domínios específicos foram entregues a outros investigadores: a paleobotânica a João Pedro Tereso, do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto; a arqueozoologia, a Cleia Detry e a Manuela Dias Coelho, ambas do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, e a Vera Pereira do CEAACP da Universidade de Coimbra; a ceramologia, a Françoise Mayet, do Centre National de la Recherche Scientifique, a João Pimenta, do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira e a Vincenzo Soria, do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

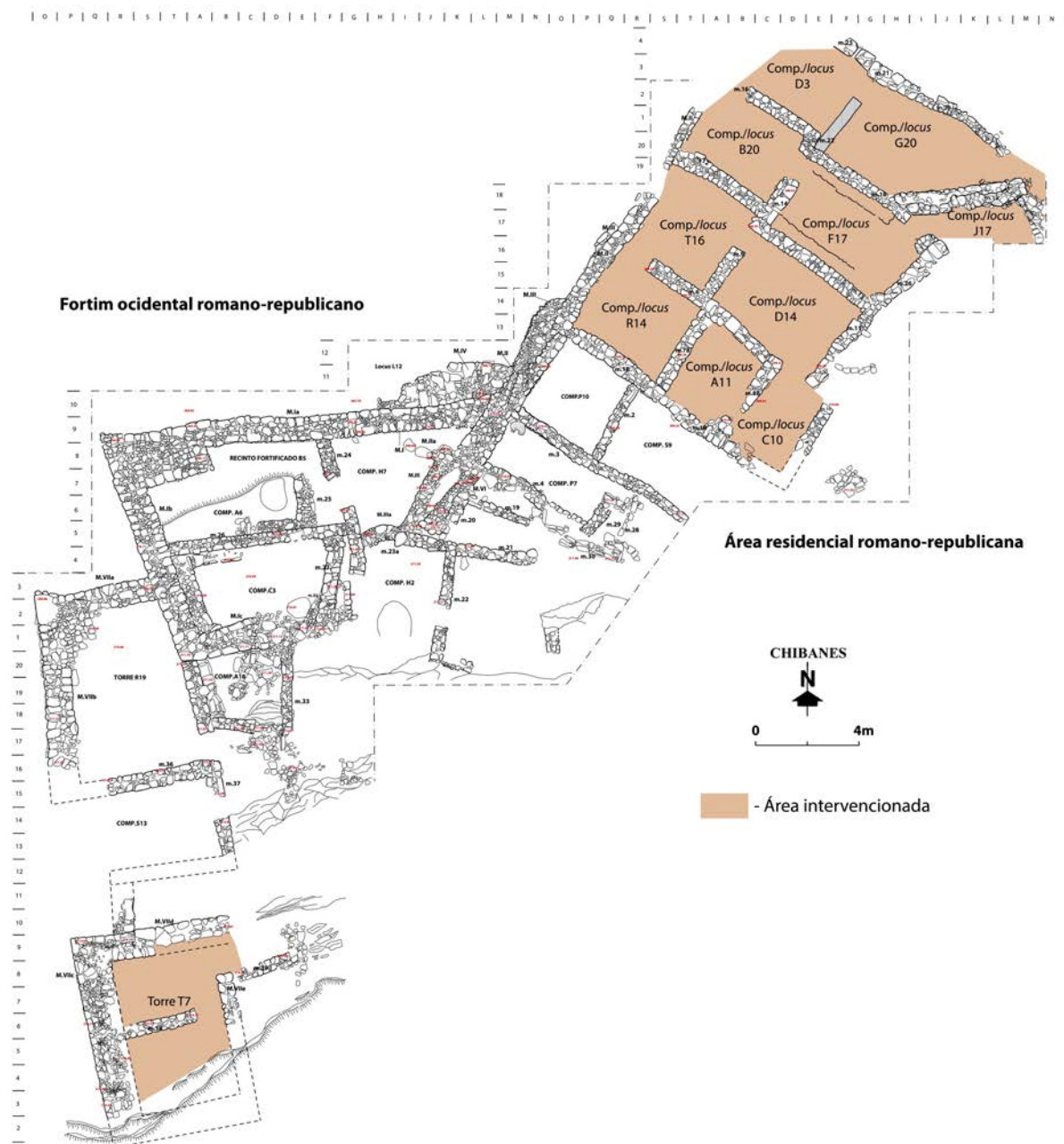


Fig. 2 - Chibanes. Zona ocidental da jazida com representação das áreas intervenionadas nas campanhas arqueológicas de 2012 a 2017: Sectores I-II (Torre T7) e Sectores IV-V-VI (Loci/Compartimentos R14, T16, B20, D3, A11, D14, F17, G20, J17 e C10).

Sequências Estratigráficas

Se as campanhas anteriores a 2012 incidiram especialmente no conhecimento da ocupação humana do III milénio a.C., já as de 2012-2017 se ocuparam principalmente do Período Romano Republicano.

A escavação seguiu a metodologia adoptada nas anteriores campanhas e desenvolveu-se através de *loci* que coincidiam com os compartimentos construídos na Subfase IIIB (identificados pela remoção da camada superficial - C. 1A), *loci* que receberam a designação atribuída aos mesmos compartimentos. Deste modo, foram escavados em profundidade os *loci* (= Compartimentos) R14, A11, C10, T16, D14, B20, F17, D3, G20 e J17.

e o *Locus* T7 (= torre T7, pertencente ao fortim situado na extremidade ocidental da jazida) (Fig. 2).

Locus T16 (= compartimento T16)

A escavação deste *locus*, ao atingir níveis e estruturas do III milénio a.C., revelou uma das sequências estratigráficas mais completas para a área residencial poente de Chibanes (Fig. 3), à semelhança da proporcionada pela escavação, de 1996, do *Locus* P10, ficando, assim, comprovadas as três grandes fases de ocupação da jazida (a do III milénio a.C. - Fase I -, a da II Idade do Ferro -Fase II - e a do Período Romano Republicano -Fase III), e a divisão desta última em duas subfases (IIIA e IIIB), separadas estratigraficamente por nível de derrubes.

Esta sequência serviu de modelo, em termos gerais, para os restantes *loci*:

C.1B – Camada areno-argilosa

cinzento-acastanhada escura com blocos de calcarenito, por vezes de grandes dimensões, resultantes do derrube dos muros do compartimento. Inclinação de sul para norte, com a espessura máxima de 0,22m.

C.2A – Nível de abandono constituído por sedimento argiloso castanho médio a claro, resultante da desagregação de adobes, com cerâmicas, carvões e adobes parcialmente conservados na metade sul do compartimento. Espessura *ca* 0,10m.

C.2B – Piso em argila (Subfase IIIB) estruturado com placas de calcarenito dispersas. Sugiram nesta

camada fragmentos de ânfora Maña C2b e de cerâmica de verniz negro itálico de Cales. A este piso associaram-se duas soleiras: uma no vão aberto no muro (m.) 9 e outra no vão existente no m.6, bem como uma lareira de planta ovalada (Estr. S16). Este piso cobriu uma fossa contígua à muralha romano-republicana, que forneceu uma lucerna do tipo G de Ricci (1973). Espessura *ca* 0,10m.

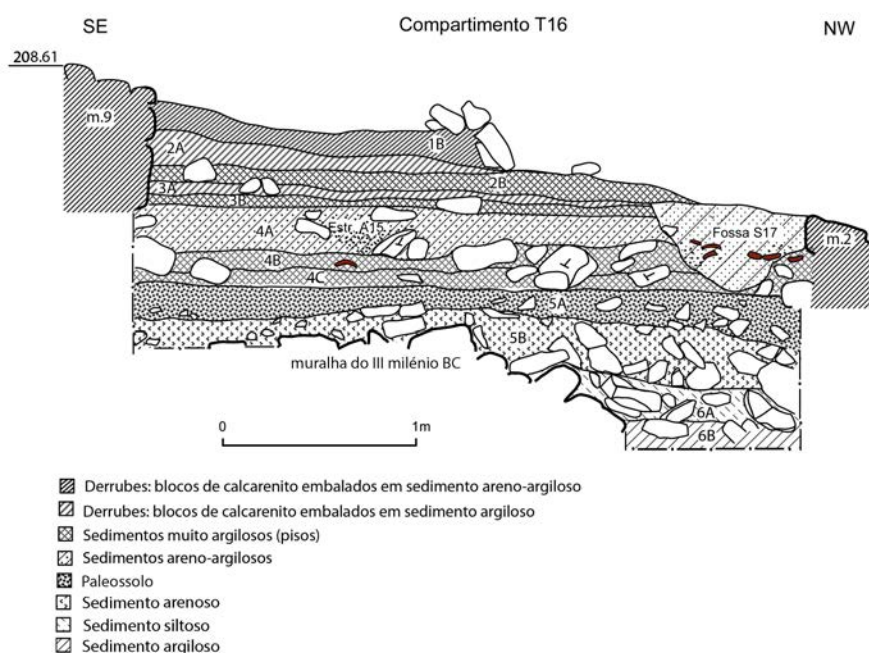


Fig. 3 - Chibanes. Perfil estratigráfico sul do *Locus* T16.

C.3A – Sedimento argiloso com carvões dispersos e alguns fragmentos de cerâmica de pequena dimensão. Derrubes de adobes(?). Espessura máxima *ca* 0,08m. Sobre o topo desta camada assentou o m.6 que separa este *locus* do R14, e que possui um vão de intercomunicação entre os dois *loci*. Este muro foi, pois, construído na Subfase IIIB; reforçam-se, assim, as ilacções a que havíamos chegado anteriormente (Tavares da Silva e Soares, 1997) relativas a uma reorganização do espaço edificado ocorrida com na Subfase IIIB e traduzida por generalizada segmentação dos compartimentos (ou *loci*) construídos na Subfase IIIA.

C.3B – Piso (Subfase IIIA) argiloso castanho-escuro com abundantes carvões. Nesta camada apareceram instrumentos em ferro (ponta de lança, duas facas, um gancho/espeto e fragmento de presumível podão). Na base da camada desenvolve-se uma estrutura de combustão plana de planta ovalada constituída por fragmentos de cerâmica ligados por argila (Estr. T15). Em conexão com este piso temos igualmente a presença de um poial (Estr. A18), limitado por esteios, e adossado ao m.12, o que mostra que este muro teria sido construído na Subfase IIIA.

C.4A – Sedimento areno-argiloso, contendo carvões e cinzas; corresponde aos derrubes, provavelmente de adobes, ocorridos no último momento de ocupação da II Idade do Ferro. Espessura máxima *ca* 0,24m.

C.4B – Piso de matriz argilosa (Fase II), contendo carvões e elementos pétreos. Foram identificadas a Estr. A15 (possuía coroa demarcada por termoclastos e continha carvões e cinzas) e a Estr. B16 (constituída por fragmentos de cerâmica dispostos na horizontal e ligados por argila queimada; apresentava 1,1m x 0,8m de dimensão máxima visível: prolongava-se por sob o m.12). Exumou-se, neste contexto, fragmento de vaso com pintura de bandas. Espessura máxima *ca* 0,14m.

C.4C – Piso de matriz argilosa castanha que passa por debaixo da muralha romano-republicana, contendo alguns blocos lajiformes e carvões. Nesta camada foi identificada a estrutura de combustão T17. Espessura máxima *ca* 0,11m.

C.5A – Sedimento areno-argiloso, castanho escuro, correspondente a um paleossolo entre a ocupação do III milénio a.C. (Fase I) e a Idade do Ferro (Fase II). Espessura máxima *ca* 0,20m.

C.5B – Sedimento arenoso, castanho escuro, com abundantes carvões e elementos pétreos embalados por sedimento de paleossolo; corresponde a derrubes da última fase de ocupação do III milénio a.C.. Nesta camada, recolheu-se

cerâmica exclusivamente de fabrico manual atribuível ao III milénio a.C., elemento de foice em sílex, furador triedro em sílex e ponta de seta em sílex. Espessura máxima *ca* 0,25m.

C.6A – Sedimento castanho amarelado pouco compacto de tendência siltosa que embala os blocos dos derrubes da muralha do III milénio a.C. (Qs.T-A/16-17); apresenta grande escassez de espólio arqueológico.

C.6B – Sedimento argiloso mais amarelado que o da camada sobrejacente, com escassos blocos pétreos e número mais elevado de artefactos cerâmicos e de conchas de moluscos marinhos. Define-se o paramento exterior do reforço de muralha do III milénio. Por vezes, surgem pequenas concentrações de carvão. Espessura máxima escavada 0,20m.

A estratigrafia observada no *Locus* T16 pode ser generalizada aos restantes *loci* escavados da área residencial do sector oeste. Notam-se, porém, algumas variações laterais a que seguidamente nos referiremos. Além do *Locus* T16, só os *Loci* R14, B20 e G20 permitiram identificar o horizonte estratigráfico do III milénio a.C.. No *Locus* B20, escavou-se até à C.6. Nos *Loci* R14 e G20 aflorou-se apenas a parte superior desse horizonte, removendo um nível de paleossolo (C.5B), contendo numerosos e, por vezes, grandes blocos de calcarenito atribuíveis a derrubes de estruturas do III milénio, e espólio exclusivamente pertencente ao mesmo período.

Os níveis correspondentes à ocupação da Idade do Ferro foram atingidos nos *loci* anteriormente referidos e ainda nos *Loci* A11, D14, F17, D3, J17 e no exterior do *Locus* G20.

A sequência estratigráfica mais completa da ocupação sidérica foi observada no *Locus* B20 onde, sob a C.4A (derrube, provavelmente de adobes), surgiu um piso de argila (C.4B),

incorporando carvões dispersos, que integrava lareira rica em cinzas (Estr. T-A/20). Este piso assentava sobre nível (C.4C) de enchimento e regularização (areno-argiloso castanho-escuro com blocos de calcarenito de pequenas dimensões), que, por sua vez, cobria outro piso (C.4D), contendo lajes de calcarenito dispersas e em conexão com o m. 27. A C.4D repousava sobre nível semelhante ao 4C que, por sua vez, assentava no topo da camada de paleossolo (C.5A) que separava os estratos do III milénio a.C. dos da Idade do Ferro. Esta sequência parece indicar dois momentos na ocupação do último destes períodos.

Ao contrário do que se observou no *Locus* T16 (Fig. 3), onde, na ocupação sidérica, havia dois pisos sobrepostos (4B e 4C), a maioria dos *Loci* apresentaram apenas um piso (C.4B), coberto por camada de derrubes (C.4A), provavelmente de adobes.

Os pisos da Idade do Ferro integravam, muito frequentemente, além de lajes de calcarenito dispersas, estruturas de combustão.

Todos os *loci* escavados na área residencial do sector ocidental revelaram níveis do Período Romano Republicano, apresentando uma sequência estratigráfica que, uma vez mais, repete a observada no *Locus* T16. Com efeito, sobre um piso (C.3B), atribuível à Subfase IIIA, piso, argiloso, que integrava estruturas de habitat de diversos tipos (lareiras; bases cilíndricas, em calcarenito, de postes presumivelmente de madeira; poiais ou bancos adossados aos muros), formou-se camada (C.3A), areno-argilosa com escassos blocos pétreos, correspondente provavelmente ao derrube de adobes ou taipa da parte superior dos muros e da cobertura. Este nível de derrubes foi, na Subfase IIIB, coberto por novo piso de ocupação (C.2B), igualmente

argiloso e estruturado por lajes de calcarenito e possuindo lareiras como as da Idade do Ferro e da Subfase IIIA, blocos pétreos cilíndricos utilizados talvez como bases de postes (*Loci* R14 e G20), poiais ou bancos (*Loci* R14, F17, G20 e B20), adossados às paredes dos compartimentos. Estes pisos da C.2B jaziam sob derrubes de adobes ou taipa (C.2A), da parte superior das paredes e da cobertura. Na C.1B, os derrubes eram formados por numerosos e grandes blocos pétreos resultantes da destruição da parte inferior dos muros ocorrida no final da ocupação do Período Romano Republicano.

Torre T7

A Torre T7 fechava a sudoeste a fortim ocidental romano-republicano, ocupando uma das áreas de cota mais elevada do sítio arqueológico. Esta estrutura foi muito afectada pela erosão e truncada pelo recuo da vertente abrupta da costeira onde o sítio se implantou.

Com as campanhas de escavação de 2012 e 2013 obteve-se a seguinte leitura estratigráfica (Fig. 4):

C.2 (as Cs.1A e 1B haviam já sido removidas em anteriores campanhas) - Derrubes formados por grandes blocos de calcarenito embalados por sedimento argiloso castanho médio a bege, com intensa alteração térmica e fragmentos de adobes cozidos pelo incêndio que parece ter encerrado a vida útil desta estrutura na Subfase IIIA.

Recuperaram-se adobes de cor bege (argilas locais?) e adobes vermelhos (argilas dos barreiros pliocénicos do Vale da Cobra, Baixa de Palmela), bem como fragmentos de recipientes cerâmicos. Espessura máxima ca 0,42m. O muro (m.38) de segmentação da torre cortou esta camada e assentou no topo da C.3A; o piso com ele correlacionável já não se encontrava conservado, tendo surgido ténues vestígios na base da C.1B.

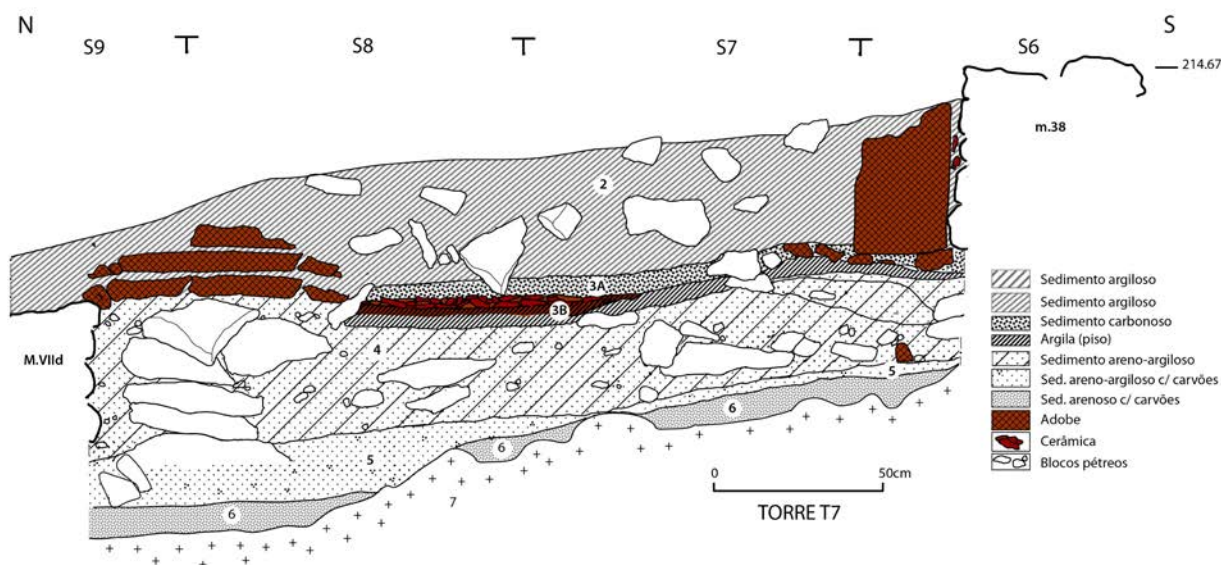


Fig. 4 - Chibanes. Perfil este da Torre T7.

C.3A – Nível de incêndio, contendo cinzas, carvões e cerâmica romano-republicana. Espessura máxima *ca* 0,12m.

C.3B – Piso em argila castanho-esverdeada, dotado de uma lareira de planta subcircular, constituída por fragmentos de ânforas sob nível de argila, sobreposta por abundantes cinzas (Estr. S/7-8). Surgiram cinzas em outras áreas do piso, facto que apoia a ideia de um incêndio generalizado. Sobre o piso, com cerca de 0,05m de espessura, jaziam fragmentos de cerâmica calcinados, em posição horizontal.

C.4 – Sedimento areno-argiloso, embalando blocos pétreos de grandes dimensões, alguns lajiformes. Esta camada teria funcionado como nível de regularização para o assentamento do piso da C.3. Espessura máxima *ca* 0,43m.

C.5 – Sedimento arenoso, castanho-médio, com fragmentos de carvão disseminados. Espessura máxima *ca* 0,20m.

C. 6 – Sedimento arenoso, castanho, com carvões e alguma fauna que se desenvolve nas depressões do substrato geológico. Espessura máxima *ca* 0,08m.

C. 7 – Substrato geológico.

Estruturas Arquitectónicas. Organização e Evolução do Espaço Edificado

Ocupação do III Milénio a.C. (Fase I de Chibanes)

Ao remover-se a C.5B no *Locus* T16, surgiu um troço de muralha do III milénio a.C., que passaremos a designar por Muralha (M.) IX (Fig. 5). De direcção este-oeste, apresenta o paramento norte bem conservado e formado por blocos de calcarenito, por vezes lajiformes, não aparelhados e de grandes dimensões (alguns com 0,5m de dimensão máxima) e ligados por sedimento siltoso de cor castanha. O paramento interno não foi identificado (existirá sob os ms. 6 e 9 do Período Romano Republicano. A largura deste troço ultrapassaria os 2 m. Adossado à face norte, surgiu, nos Qs. S-T/17-18 (Sector IV), um contraforte paralelepípedo rectângulo, com cerca de 1m de largura e comprimento indeterminado (prolonga-se por sob a M.II). Tal como o troço da M. IX, é constituído por blocos, em geral lajiformes, de calcarenito, colocados horizontalmente, que chegam a atingir 0,5m de dimensão máxima. Este contraforte parece ser do mesmo tipo do Contraforte G19 que reforçava a

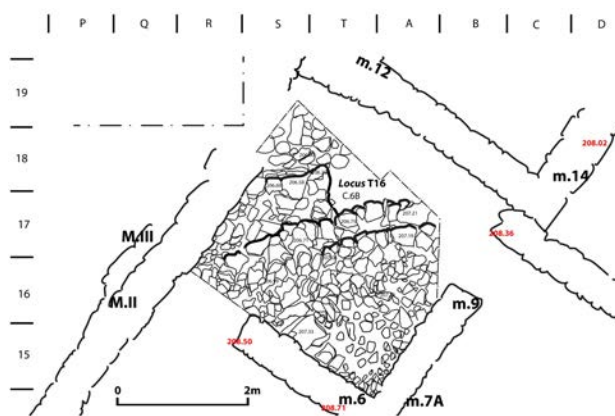


Fig. 5 - Chibanes. Planta do troço, identificado no *Locus* T16, da Muralha IX, pertencente à Fase I (Calcolítico-Bronze inicial).

M. VIIIb (Cf. Tavares da Silva e Soares, 2014 [Fig. 10 e 13]).

Da M.IX, agora posta parcialmente a descoberto, poderia partir, para sul, a M.V, identificada quando se escavou em profundidade o Compartimento P10 (Tavares da Silva e Soares, 1997 [Fig. 2]; 2014 [Fig. 14]). Da M. V partia, para oeste, a MIV, subparalela à M.IX, da qual distaria cerca de 5m.

Ocupação da II Idade do Ferro (Fase II de Chibanes)

Nos *Loci* escavados nas campanhas de 2012-2017, em que se atingiu o horizonte estratigráfico correspondente à ocupação da Idade do Ferro, definiram-se (com reservas) três compartimentos (Fig. 6):

Um seria limitado a noroeste pela Muralha III; a nordeste, talvez pelo m.27 (Fig. 7); a sudeste pelo m.7A; e a sudoeste pelo m.1A.

Tratar-se-ia de uma área de

planta rectangular, longa (cerca de 8m de comprimento, segundo a direcção SW-NE) e estreita (4m de largura), com pavimento de argila batida, incorporando lajes de calcarenito dispersas e duaslareiras (Estrs. A15 e B16), a A15, ovalada, (1,1mx0,6m), delimitada por coroa de elementos pétreos e contendo cinzas e carvões, e a B16 (dimensões indeterminadas, pois foi sobreposta pelos ms.9 e 12, da Fase III), constituída por fragmentos de cerâmica na horizontal, cobertos por nível de argila com acção do fogo.

Confinando a sudeste com este compartimento, existiria outro, igualmente de planta rectangular (ca. 6mx2,7m), que abrangeria os *Loci* A11 e D14 e seria limitado pelos ms. 1A, a sudoeste, 7A, a noroeste, 29, a nordeste, e 8A, a sudeste. De notar que os ms. 1A, 7A (troço sudoeste) e 8A, após terem entrado em ruína no final da ocupação sidérica (derrubes integrando a C.4A dos *Loci* T16 e A11), foram reconstruídos na Fase III (o primeiro e o último na Subfase IIIA e o troço sudoeste do m.7A, na Subfase IIIB). O piso

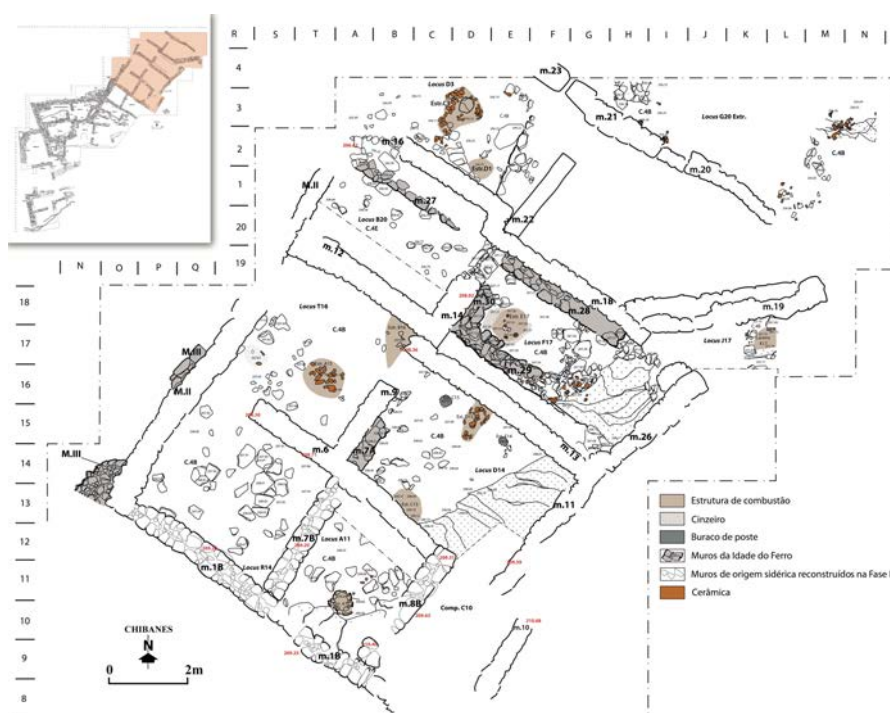


Fig. 6 - Chibanes. Planta da C.4B (Fase II de ocupação, Idade do Ferro).

(C.4B) era também de argila batida com lajes de calcarenito dispersas e três lareiras (Estrs. A11, C13 e D15). A Lareira A11, subcircular, era delimitada por coroa de elementos pétreos; as duas restantes possuíam nível de argila com acção do fogo sobre fragmentos de cerâmica na horizontal. Este compartimento comunicava, a sudoeste, com o *Locus* S9, ainda não escavado em profundidade, por vão aberto no m.1A, vão encerrado na Fase III.

Por fim, identificou-se um terceiro compartimento, no *Locus* F17 (Figs. 6 e 8), de planta rectangular (comprimento indeterminado, segundo a direcção NW-SE; 1,5m de largura),



Fig. 7 - Chibanes, 2015. *Locus* B2o. Em primeiro plano, estrutura de poial correlacionada com a segunda subfase de ocupação do Período Romano Republicano (C.2B); em segundo plano, muro da II Idade do Ferro (m. 27) sobre o qual foi construído o poial (Estr. C1) da primeira subfase de ocupação do Período Romano Republicano. Foto de sudoeste.



Fig. 8 - Chibanes. *Locus* F17 com piso e estruturas da Idade do Ferro (Ms. 28, 29 e 30), fotografado de sudeste. Foto de Antónia Coelho-Soares.

limitado a sudoeste pelo m.29, a noroeste pelo m.30 (coberto parcial e longitudinalmente pelo m.14, da Fase III), e a nordeste pelo m.28 (prolongamento do m. 27). O piso, de argila batida, apresentava lajes de calcarenito dispersas e a Lareira E17, formada por placa de argila com acção do fogo sobre nível de fragmentos de cerâmica.

Ocupação do Período Romano Republicano (Fase III de Chibanes)

Com o início da Fase III, foram construídos ao longo da “muralha” romano-republicana (M.II) compartimentos de planta quadrangular/rectangular contíguos. A escavação arqueológica permitiu atribuir muitos dos muros que delimitavam esses compartimentos às respectivas subfases da ocupação romano-republicana. Assim, os ms.1 e 8 existiriam já na Subfase IIIA, pois a sua construção remonta à Idade do Ferro, como anteriormente mostrámos, tendo sido reconstruídos durante a Fase IIIA. Com efeito, o m.8A sofre uma destruição cujos derrubes vão integrar a C.4A; na Subfase IIIA, teria sido reconstruído, passando a limitar a nascente o *Locus*/Compartimento A11. Os ms. 12,13,14,16,18, 21 e 23 foram edificadas na Subfase IIIA: ao m.12 foi adossado um poial que se mostrou em conexão com a C.3B; ao m.13, encostou a Estr. D-E/14-15, de combustão, pertencente ao piso da C.3B; ao m.16, adossou-se um poial construído em conexão com a mesma camada; o m.18 encontrava-se em conexão com a Estr. F-G/18 e respectivo piso (C.3B); os ms. 21 e 23 estavam em conexão com a C.3B.

Os ms. 6, 7, 9, 20, 22 e 19 teriam surgido somente na Subfase IIIB (Figs. 15 e 16): os ms. 6, 7, 20 e 22 fundam-se na C.3A; a extremidade SW do m.9 adossou-se à face NE do m.19; o m.19

sobrepôs-se parcialmente à Estr. J17 que integrava o piso da C. 3B.

Face aos dados acabados de expor, é possível propor a seguinte evolução para o espaço edificado durante o Período Romano Republicano:

Subfase IIIA

Durante a primeira subfase da ocupação romano-republicana teriam existido, na área escavada entre 2012 e 2017, dois edifícios de planta rectangular/quadrangular (Fig. 9 e 10), que designaremos por Edifícios B e C (o A fora escavado parcialmente em 1996), que se dispunham em contiguidade ao longo da “muralha” romano-republicana (M.II).

O Edifício B (Fig. 9), com 10m/8m x 8,5m/8m era limitado a noroeste pela M.II, a sudoeste pelo m.1B, a nordeste pelos ms. 12 e 13 e a sudeste pelos ms. 10 e 11. A entrada situava-se no lado sudeste, em baioneta, entre o m.10 e o m.11. O piso, de argila batida (C.3B), integrava, além de lajes de calcarenito dispersas, cinco estruturas de combustão (Estrs. T13-14, T15, C-D/14-15, D-E/14-15 e A/10-11); as quatro primeiras apresentavam contorno subcircular, com dimensões compreendidas entre 0,76m x 0,75m (Estr. D-E/14-15) e 1,14 m x 1,1 m (Estr. C-D/14-15) e nível de argila queimada sobre grandes fragmentos de recipientes cerâmicos, colocados



Fig. 9 - Chibanes. Subfase IIIA (Período Romano Republicano). Planta da C.3B do Edifício B (Locis R14, T16, A11, D14 e C10).

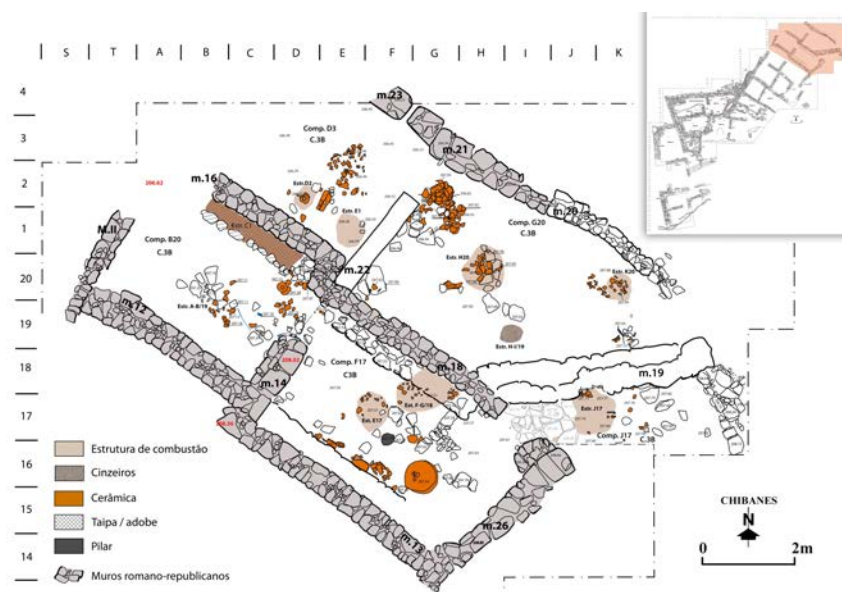


Fig. 10 - Chibanes. Subfase IIIA (Período Romano Republicano). Planta da C.3B do Edifício C (Locis B20, D3, F17, G20 e J17).

horizontalmente (Fig. 11); a Estr. A/10-11 era delimitada por blocos pétreos com acção do fogo. Em conexão com este piso, existia, adossado à metade sudeste do m.12, um poial (Estr. Ar8), com 0,6m de largura por 3m de comprimento,

delimitado por pequenos esteios de calcarenito e preenchido por formação argilosa (Fig. 12).

Imediatamente a nordeste do Edifício B, foi construído o Edifício C (Fig. 10) que possuiria três salas: os Compartimentos, intercomunicantes, B20 e F17, que se manterão na Subfase IIIB, e, a nordeste destes, uma grande sala rectangular, que, após divisão na Subfase IIIB, daria origem aos *Loci*/Compartimentos D3 e G20, sala que comunicava com os *Loci*/Compartimentos B20 e F17 através de vão existente na extremidade noroeste do m.18. Este vão será encerrado na Subfase IIIB.



Fig. 11 - Chibanes, 2015. *Locus* R14. Lareira revestida por argila que cobria cerâmica disposta horizontalmente (Estr. T13-14) identificada na C.3B (Edifício B). Foto de Antónia Coelho-Soares.



Fig. 12 - Chibanes. C. 3B, do *Locus* T16 com poial (Estr. A18), Edifício B.

O *Locus*/Compartimento B20 (ca. 4m x 3m) era limitado pela M.II, a noroeste, pelos ms.12, a sudoeste, 14, a sudeste, e 16, a nordeste. Os

pisos, de argila batida (Cs. 3B e 3C), integravam lajes de calcarenito dispersas e, o da C.3C, uma lareira (Estr. A-B/19), de contorno subcircular (1mx0,9m), constituída por fragmentos de cerâmica na horizontal. Como atrás se referiu, ao longo do m.16, e em conexão com a C.3B, havia um poial (Estr. C1), com 1,5m de comprimento e 0,5m de largura; assentava parcial e longitudinalmente no topo conservado do m. 27, da Idade do Ferro.

O *Locus*/Compartimento F17 (ca. 5,3m x 3m), limitado pelos ms.13, a sudoeste, 14, a noroeste, 18, a nordeste, e 26, a sudeste, possuía piso de argila batida que integrava algumas placas de calcarenito e duas lareiras (Estrs. E17 e F-G/18), ambas formadas por nível de argila queimada sobre grandes fragmentos de cerâmica na horizontal. No centro do compartimento foi identificado um pilar de calcarenito (Fig. 13), cilíndrico (0,3m de diâmetro), onde assentaria, certamente, poste que suportaria a estrutura de cobertura.

A sala nordeste (*Loci* D3 e G20), de comprimento indeterminado e largura ca. 3m, era limitada pelos ms. 16 e 18, a sudoeste, e m. 21, a nordeste (não foram identificados vestígios da M.II, destruída pela erosão, que limitaria esta sala a noroeste, nem do muro que a encerraria a sudeste). O piso, de argila, integrava três estruturas de combustão: Estrs. H20, K20 e J17. Esta última, embora situada no exterior do *Locus*/Compartimento G20, da Subfase IIIB, é possível que na Subfase IIIA fizesse parte da sala de que estamos a tratar. As duas primeiras são lareiras com fragmentos de cerâmica, na horizontal, cobertos por nível de argila queimada. A Estr. J17 (Fig. 14), de planta circular, apresenta-se como verdadeira carapaça de argila, revelando ter sofrido acção do fogo. Seria lareira, cuja superestrutura de argila se apresentava ainda

muito bem conservada, ou a base de um forno? De notar que, na sua envolvente, a C. 3B possuía numerosos restos de transformação de liga de cobre.



Fig. 13 - Chibanes. *Locus* F17 com piso (C.3B) da Subfase IIIA (Período Romano Republicano), onde aflora base de presumível pilar (assinalado com *). Foto de Antónia Coelho-Soares.



Fig. 14 - Chibanes. *Locus* J17. Em primeiro plano a estrutura de combustão J17(1) da Subfase IIIA (Período Romano Republicano), cortada pelo m.19 (2) (Subfase IIIB) e parcialmente coberta por calçada da C.2B (3).

Subfase IIIB

Nesta subfase, o Edifício B (Fig. 15) é dividido em quatro salas contíguas (*Loci*/Compartimentos R14, A11, T16 e D14) pela construção dos ms. 6, 7B e 9. Tal como na Subfase IIIA, possuía a entrada no lado sudeste, entre o m.10 e o m.11, a qual daria acesso a um vestíbulo (*Locus*/Compartimento C10), com 3,5mx2m; a partir deste passava-se, por um lado, para o *Locus*/

Compartimento A11 (3,3mx2,6m), e, por outro, através de vão situado entre os ms. 8 e 11, para o *Locus*/Compartimento D14 (4,7mx3,3m) que, por abertura existente na extremidade do m.9, provida de soleira, comunicava com o *Locus*/Compartimento T16 (3,3mx3,3m); por vão, igualmente com soleira de calcarenito, aberto na extremidade noroeste do m.6, acedia-se ao Compartimento R14 (4mx3,3m).

Os pisos destas salas (C.2B), como os da Subfase IIIA, eram de argila batida e estruturados por lajes de calcarenito em geral dispersas (o *Locus*/Compartimento A11 apresentava dois pisos sobrepostos – Cs. 2B e 2C); possuíam lareiras: uma em cada um dos *Loci*/Compartimentos T16, D14 e A10 e duas no *Locus*/Compartimento R14. Estas estruturas de combustão mostravam planta circular/ ovalada e, tal como já se tinha notado nas lareiras das ocupações sidéricas (Fase II) e nas da Subfase IIIA, distribuíam-se por dois tipos: as constituídas por fragmentos de cerâmica na horizontal cobertos por nível de argila (Estrs. S13, S14 e S16); as delimitadas por coroa de blocos de calcarenito (Estrs. A10 e R-S/14).

No *Locus*/Compartimento R14 (C.2B) existia, no centro, bloco de calcarenito cilíndrico, provavelmente de poste destinado a suportar a estrutura de cobertura; e, adossado ao m. 1B, um poial com 1,7m de comprimento e 0,4m de largura, delimitado por esteios de calcarenito e preenchido por sedimento argiloso.

Na Subfase IIIB, o Edifício C divide-se em dois independentes (Fig. 16): C1, a sudoeste e C2, a nordeste. No Edifício C1 mantêm-se os *Loci*/Compartimentos B20 e F17, que comunicam entre si, tal como na Subfase IIIA, por vão aberto na extremidade nordeste do m.14. O novo edifício acedia ao exterior através de vão existente na extremidade sudeste do m.18, enquanto a

abertura da Subfase IIIA, na extremidade noroeste do mesmo muro, foi encerrada. Aqueles dois compartimentos tornam-se, deste modo, na Subfase IIIB, completamente independentes do Edifício C2. Este facto é acentuado pela construção do m. 19 que, adjacente à nova abertura, impedia que os ocupantes dos *Loci*/Compartimentos B2o e F17 tivessem acesso directo ao Edifício C2.

No *Locus*/Compartimento B2o, a C.2B, correspondente ao piso da Subfase IIIB, foi quase totalmente destruída pela erosão. Em conexão com o que restou dessa camada, registou-se um poial (Estr. A19) adossado ao m.12.

O piso da C.2B do *Locus*/Compartimento F17 é argiloso e integrava algumas placas de calcarenito e uma lareira (Estr. E-F/17-18) ovalada (1,1mx0,79m), com placa de argila cozida sobre fragmentos de cerâmica colocados horizontalmente. Adossado ao m.13, surgiu um poial construído com blocos de calcarenito.

Com a construção, na Subfase IIIB, do m.22, de taipa sobre base de elementos pétreos (Fig. 17), o Edifício C2 apresenta-se constituído pelos *Loci*/Compartimentos D3 e G2o. O primeiro, muito destruído pela erosão, conservou o piso (C.2B) somente no lado sudeste, o qual era argiloso e incorporava lajes de calcarenito dispersas.

No *Locus*/Compartimento G2o, o piso da C.2B era também argiloso com lajes dispersas de

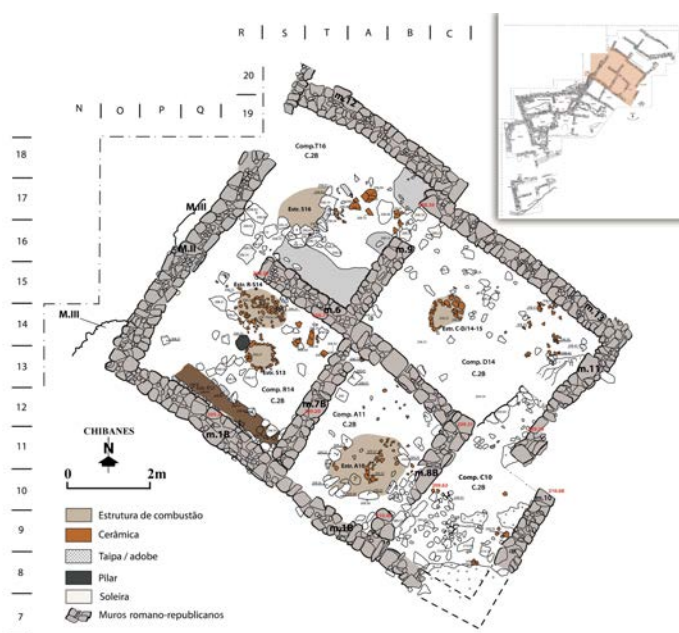


Fig. 15 - Chibanes. Subfase IIIB (Período Romano Republicano). Planta da C.2B do Edifício B.

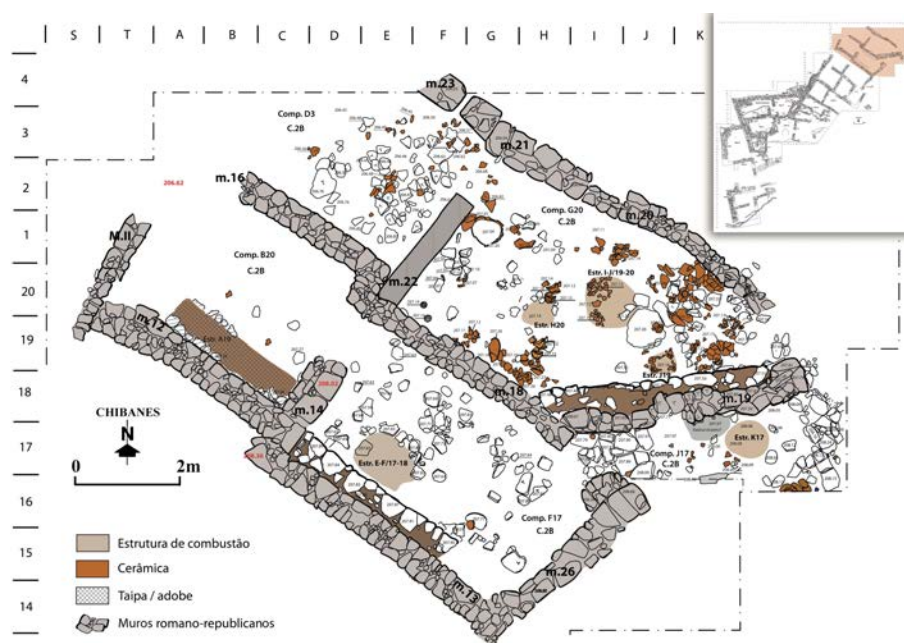


Fig. 16 - Chibanes. Subfase IIIB (Período Romano Republicano). Planta da C.2B dos Edifícios C1 e C2.

calcarenito e possuía duas lareiras (Estrs. H2o e I-J/19-20), ambas de planta circular (respectivamente com 0,6mx0,58m e 1mx1,05m) e compostas por fragmentos de cerâmica e argila.

Na zona central do compartimento, cobrindo parcialmente a Estr. H2o, mas pertencente ao mesmo horizonte de ocupação, foi implantada



Fig. 17 - Chibanes. Muro 22 (1), conservando restos de taipa sobre base de alvenaria de pedra (Subfase IIIB, Período Romano Republicano) e Muro 18 (2), construído na Subfase IIIA. Fotografado de norte.

uma base de pilar, cilíndrica (0,75mx0,7m) e de calcarenito. Adossado ao m.19 existia um poial com 4,45m de comprimento por 0,45m de largura, estruturado por blocos de calcarenito e argila.

O m.20, construído neste subfase, interrompia-se a sudeste para dar lugar a vão que estabelecia a comunicação com o exterior ou com outro compartimento (ainda por escavar) do mesmo edifício C2.

Torre T7

A Torre T7 (Fig. 18) era uma das duas torres que guarneciam o Fortim Ocidental, defendendo o acesso ao povoado pela crista da Serra do Louro. O seu carácter militar teria ocorrido talvez somente na Subfase IIIA. No final desta (ver a respectiva estratigrafia) sofreu um incêndio (C.3A) que lhe provocou forte destruição (C. 2), após o que teria sido reutilizada (Subfase IIIB), presumivelmente com outro fim, pois foi seccionada pelo m.

38 que cortou a C.2 e assentou no topo da C.3A.

Trata-se de edifício de planta presumivelmente rectangular, de comprimento e largura indeterminados em resultado de destruição provocada por intensa acção erosiva (actualmente: 6 m segundo a direcção E-W; 7m segundo a direcção aproximadamente N-S). Possuía, na Subfasae IIIA, piso de argila sobre o qual foi construído, no quadrante noroeste, lareira de planta subcircular, formada por grandes fragmentos de cerâmica cobertos por nível de argila. Era delimitado por muros espessos: M. VIId, a norte, e M. VIIc, a oeste), cujos paramentos internos se encontravam muito danificados; teriam mais de 1 m de largura. O m. 38, que na Subfase IIIB seccionou a Torre, tinha direcção aproximadamente E-W, ca. 0,55m de largura; o respectivo piso foi destruído pela erosão. O pequeno troço de muro (M.VIIe) de orientação aproximadamente norte-sul, reutilizado na Subfase IIIB pelos ms. 38 e 39 que se ligaram a ele perpendicularmente, poderia ter representado o lado nascente da Torre T7.

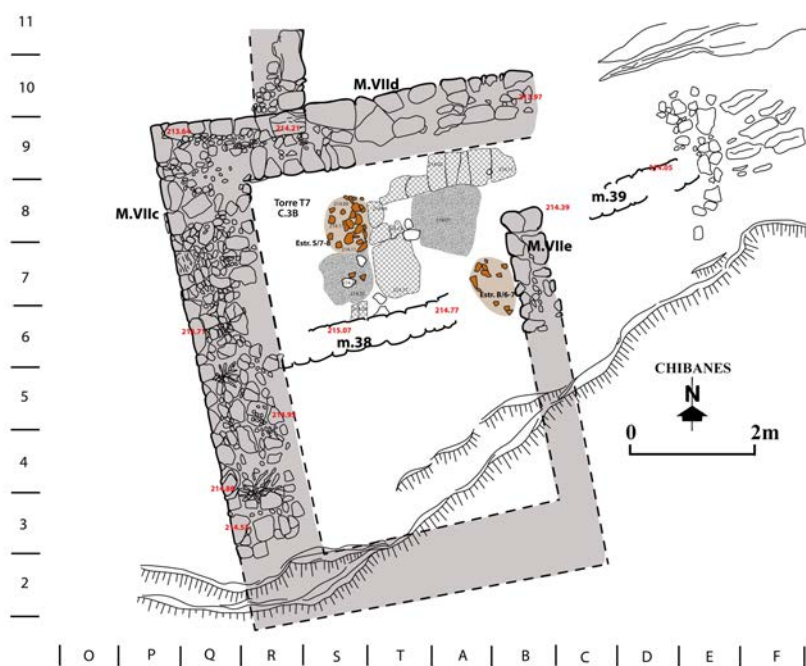


Fig. 18 - Chibanes. Planta da Torre T7 (Período Romano Republicano).

Materiais

As últimas escavações de Chibanes permitiram exumar apreciável diversidade de artefactos, sobretudo do Período Romano Republicano. Predomina a cerâmica de produção local/regional distribuída por vasilhame de cozinha (o mais abundante), grandes contentores de armazenagem, ânforas de tradição ibero-púnica e alguma cerâmica de mesa (v. g. cerâmica cinzenta fina de tradição orientalizante). As cerâmicas de importação, muito menos frequentes, abarcam principalmente as de mesa (de verniz negro itálico e paredes finas) e as de transporte (ânforas itálicas Dressel 1 e imitações produzidas no sul de Espanha, de onde também provieram, sobretudo na Subfase IIIB, a Ovoide 1, do Guadalquivir, e a Maña C2b, da baía de Cádiz).

Além dos recipientes cerâmicos, o espólio distribui-se por outras categorias, como cossoiros, utilizados na fiação, artefactos metálicos (instrumentos ligados à agricultura, à pesca, à carpintaria, à cirurgia, e, muito especialmente, à actividade militar), objectos de adorno, numismas, quer cunhados regionalmente (asses de Beuipo/Salacia) quer de origem itálica (denários).

Do abundante material móvel (artefactos e ecofatos), só uma parte se encontra publicada. No que respeita à ocupação do III milénio a.C.: os macrorestos vegetais (Tereso, 2014); a fauna malacológica (Coelho, 2014) e de vertebrados (Pereira, Soares e Tavares da Silva, 2017); indústria lítica (Tavares da Silva e Soares, 2014; Clemente Conte, Mazzuco e Soares, 2014) e cerâmica (Tavares da Silva e Soares, 2014). No que concerne à ocupação romano-republicana: a fauna (Detry, Tavares da Silva e Soares, 2017). Correspondente a esta última fase de ocupação

de Chibanes, contamos com dois outros estudos, mas ainda inéditos, elaborados no âmbito das campanhas de 2012 a 2017; são seguidamente apresentados de modo muito sucinto. Trata-se de estudos dedicados a cerâmica de verniz negro itálico e a artefactos metálicos, respectivamente da autoria de Vincenzo Soria e de Teresa Rita Pereira.

Caracterização morfo-estratigráfica das cerâmicas de verniz negro itálico

Procedeu-se ao estudo de 164 fragmentos de cerâmicas de verniz negro itálico (VNI); 107 foram atribuídos ao centro produtor da colónia romana de Cales (Pedroni, 1986-1990 e 2001); às produções em campaniense A (camp-A), da região neapolitana, correspondem 51 fragmentos; os produtos enquadrados genericamente na “Cerchia della campana B” reduzem-se a seis fragmentos (Cibecchini e Principal 2004).

A área ocidental do arqueossítio (Sectores IV e V), a que, de momento, mais nos interessa, forneceu 67 fragmentos de VNI. Nesta área, a caracterização morfológica do VNI, especialmente na sequência estratigráfica do *Locus* L12 (Quadro 1 e Fig. 19 e 20), cujos níveis romano-republicanos (Cs. 2 e 3), de lixeira, se formaram a expensas da actividade desenvolvida no Fortim Ocidental, permite-nos propor para a C. 3 do *Locus* L12 (Subfase IIIA) a cronologia de 100±25 a.C., e para a C.2 (Subfase IIIB) a de 75±25 a.C.).

A composição do conjunto de VNI exumado dos *Loci* / Compartimentos R14, A11, T16, D14, B20 e F17, que confinam a nascente com aquele fortim, não apresenta substanciais diferenças relativamente ao repertório morfológico atrás referido o que permite propor para estes compartimentos a cronologia de finais do século II – primeira metade do século I a.C. A sustentar

Fabrico	Nível	Forma	Total frag.
Cales	2	L. 1	2
		L. 10	1
		L. 5	1
		L. 5/7	3
	3	L. 1	1
		L. 3	1
		L. 4	1
		L. 5	1
Cales Total			11
Camp-A	2	L. 27B	1
	3	L. 31	3
		L. 6- 36	1
Camp-A Total			5
“Circulo da B”	3	L. 1	1
		L. 5	1
“Circulo da B” Total			2
Total fragmentos			18

Quadro 1 - Chibanes. Fabricos e formas de VNI contextualizadas, do Locus L12.

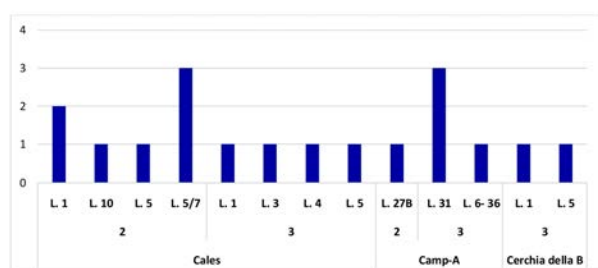


Fig. 19 - Chibanes. Fabricos e formas do VNI contextualizadas, do Locus L12.

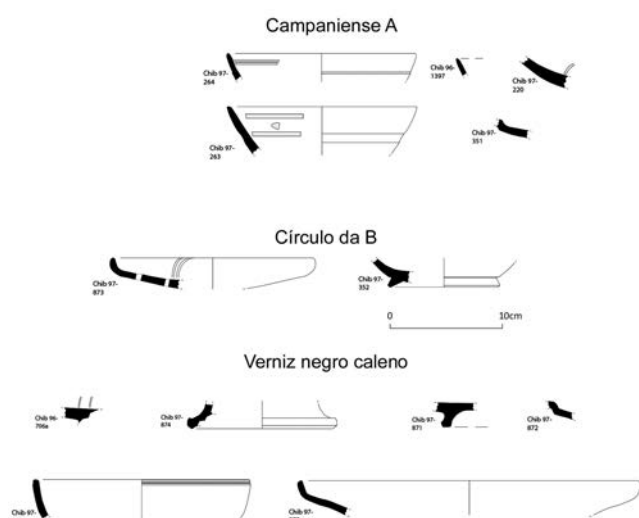


Fig. 20a - Chibanes IIIA (C.3). Desenhos de Vincenzo Soria.

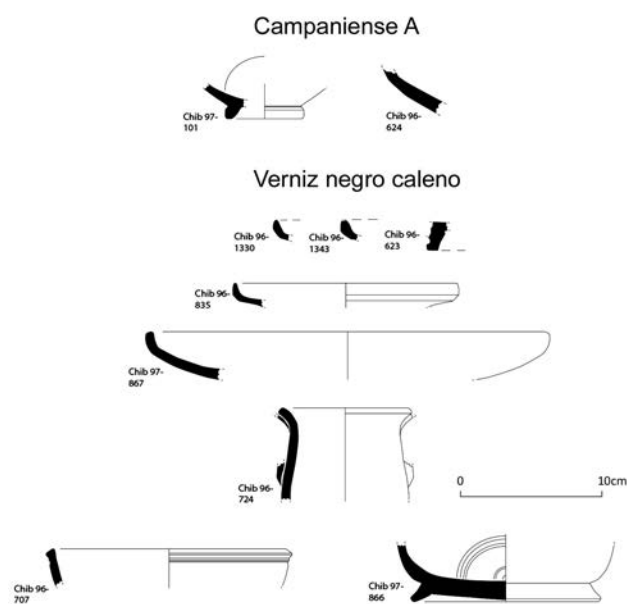


Fig. 20b - Chibanes IIIB (C.2). Desenhos de Vincenzo Soria.

esta proposta, foi reconhecida, na base do piso (C.2B) do Locus/Compartimento Tr6, da ocupação da Subfase IIIB, uma fossa contendo a seguinte associação de materiais: um bordo de taça L.1 calena, três fragmentos de bordo de taça L. 27 Bb em camp-A e uma lucerna (Fig. 21) de pasta cinzenta com vestígios de revestimento vitrificado negro acinzentado, de forma bitroncocônica, com decoração radial, cuja morfologia se aproxima do tipo G de Ricci (1973) afim do tipo Dressel 1B. Embora seja uma forma com uma distribuição cronológica ampla (130-30 a.C. para a estratigrafia de Albintimilium; Pavolini 1994: 83), foi sugerido centrar nos inícios do segundo quartel do séc. I a.C. a sua maior difusão (Ricci, 1973: 223). Contudo, verifica-se a sua presença numa deposição funerária em Glanum datada entre os finais do séc. II e a primeira metade do séc. I a.C. (Bemont e Lahanier, 1985). Uma outra baliza cronológica é oferecida para o limite superior pelos acampamentos numantinos, nos quais esta forma está ausente (Romero Carnicero, 1990) e para o limite inferior pelo acampamento de Cáceres El Viejo no qual a forma está presente,

embora sejam consideradas por Ulbert como produções da Bética ou importações da Narbonense (veja-se Puya Garcia, 1991: 219).



Fig. 21 - Chibanes. Lucerna afim do tipo G de Ricci (1973), exumada de fossa aberta na base do piso (C.2B) do *Locus*/ Compartimento T16. Foto de A. Coelho Soares.

A nível decorativo, o conjunto de VNI de Chibanes apresenta-se monótono. A maior parte das peças tem fundos decorados por círculos concêntricos incisos, por vezes intervalados por bandas em guilhoché, motivo que só aparece nos produtos calenos e da “Cerchia della B”. Detetou-se a presença de bandas brancas paralelas, no interior das quais surgem, por vezes, pequenas folhas pintadas nos bordos internos das taças L. 31 de produção neapolitana. É a ausência de alguns motivos decorativos, mais do que a presença, a caracterizar este conjunto de verniz negro itálico. A ausência de decorações impressas nos fundos da camp-A, como palmetas ou rosetas, é um indício de uma fase de produção tardia, na qual o repertório é extremamente standardizado e simplificado. Por outro lado, a ausência de decorações em losango nos produtos calenos é um outro fator a destacar.

Observações conclusivas

O estudo do material exumado do sítio de Chibanes é fundamental para a compreensão das

dinâmicas de ocupação da Península de Setúbal e, de um modo geral, do processo de chegada de bens e objetos típicos do mundo itálico ao território atualmente português. A definição da fácies de VNI é importante na hora de estabelecer comparações entre sítios próximos e de definir os ritmos de importação em que as comunidades locais estiveram envolvidas. Os contextos apresentados revelam uma cronologia de finais do século II- primeira metade do século I a.C.

Artefactos metálicos

O conjunto de artefactos metálicos é composto por um número mínimo de 301 indivíduos provenientes dos contextos arqueológicos atribuíveis ao Período Romano-Republicano e também à Idade do Ferro. Estes contextos compreendem as Camadas 2, 3 e 4 da área residencial ocidental escavada em 2012-2017, apesar de um grande número de exemplares se encontrar descontextualizado por ter surgido na camada superficial (c. 30%).

Quanto à matéria-prima utilizada neste conjunto (Fig. 22), podemos aferir que a liga de cobre é maioritária (47%), sucedida pelo ferro (42%), chumbo (10%) e quatro exemplares de prata (1%). Apesar de 32% retratarem objetos não-categorizáveis, a restante amostra encontra-se dividida por 16 subcategorias (Fig. 23) das quais se destacam os complementos de artefactos de madeira (13%), os objetos de adorno (10%), os restos de transformação de ligas metálicas associadas à produção metalúrgica (6%), a baixela metálica (4%), os utilitários de pesca, de têxteis e os domésticos multiusos (com 4% cada), as armas e *militaria* (7%), bem como outros instrumentos utilitários como os de carpintaria (2%), os médico-cirúrgicos (2%), os de comércio

(2%), de segurança (1%), agroflorestais (1%) e de transporte (>1%).

Quanto às armas identificadas, podemos constatar que a totalidade se enquadra no armamento típico do Período Romano Republicano.

Apesar de ter sido encontrado na camada superficial, um dos elementos de maior destaque é o de uma empunhadura de liga de cobre de um punhal de antenas de “*tipo Santa Trega*” com lâmina de ferro (Fig. 24, n.º 1).

Estes punhais de antenas, ligados ao mundo continental, e estritamente relacionados com os castros galaico-lusitanos, são considerados achados raros em contextos meridionais. No território hoje português, as espadas e punhais de antenas circunscrevem-se apenas aos contextos de necrópoles, em especial a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) que se apresenta como o local com maior incidência de espadas e punhais de antenas. Já em contextos de povoado, estes objectos restringem-se à região da actual Galiza e apresentam cronologias bem mais recentes, continuando a utilizar a liga de cobre nas empunhaduras e a introdução do ferro nas lâminas.

As duas subfases (IIIA e IIIB) da ocupação romano-republicana forneceram *glandes plumbeae* produzidas segundo duas técnicas distintas: por forjatura e por fundição em molde bivalve (Fig 24, n.º 3). Estes projéteis de funda têm sido considerados um dos principais elementos

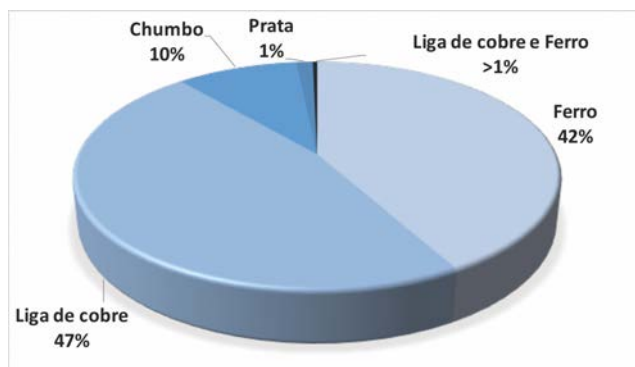


Fig. 22 - Chibanes. Matéria-prima dos artefactos metálicos.

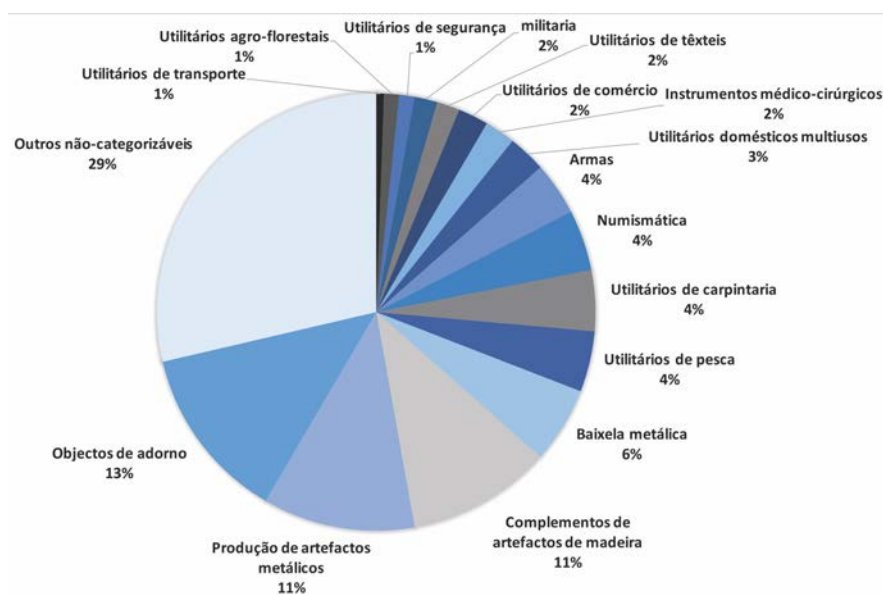


Fig. 23 - Chibanes. Categorias funcionais dos artefactos metálicos.

aliados à presença de tropas militares auxiliares não-hispanas (Quesada Sanz, 2008: 17) que surgem em contextos peninsulares em três momentos distintos: na conquista (século II a.C.), guerras sertorianas (1.º quartel do século I a.C.) e guerras cesarianas (meados do século I a.C.) (*idem*, 1997: 476).

Da Subfase IIIA, contamos ainda com a presença de um *pilum* ligeiro de ferro (Fig 24, n.º 6) e de uma ponta de lança também de ferro. Estes *pila* ligeiros, por oposição aos elementos pesados de aba, seriam utilizados pelas tropas auxiliares no século II a.C., nos acampamentos numantinos (Bishop e Coulston, 1993: 51 [Fig. 21, 1 e 6]); no

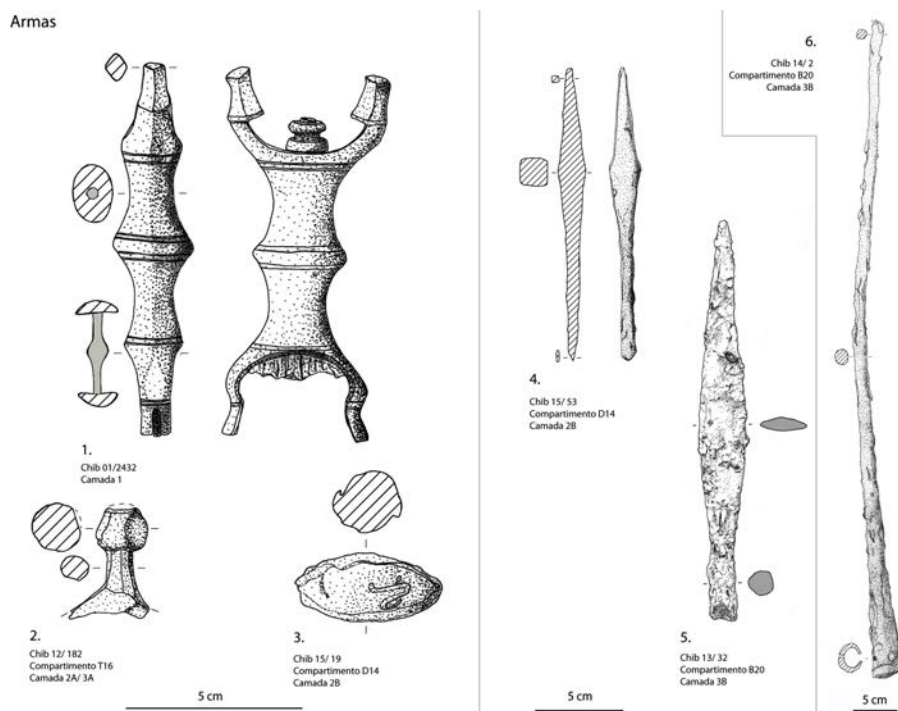


Fig. 24 - Chibanes. Armas associadas à ocupação militar/ militarizada: 1. Empunhadura de liga de cobre de punhal de antenas de tipo *Santa Trega*, que conserva fragmento de lâmina de ferro; 2. Botão terminal de capacete de ferro de tipo *Buggenum*; 3. Projétil de funda (*glans plumbea*) de chumbo obtido por molde bivalve; 4. Ponta de dardo de ferro de perfil piramidal de provável utilização na artilharia de torção (projétil de *ballista*?); 5. Ponta de lança de ferro de perfil em folha de loureiro; 6. Fragmento de *pilum* ligeiro de ferro com alvado. Desenhos de Teresa Rita Pereira.

contexto das guerras sertorianas em *Valentia* (Quesada Sanz, 2008: 14), Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984 [Tafel 24, n.º 187-194]); e no primeiro terço do século I a.C. em La Caridad de Caminreal (Álvarez Arza e Cubero Argente, 1999: 137), enquanto em *Urso* (Sevilha) (Quesada Sanz, 2008: 14 [Fig. 4]) surgem apenas os modelos mais ligeiros com e sem alvado.

A ponta de lança de ferro apresenta uma lâmina em forma de folha de loureiro e uma secção lenticular, bem como um alvado de encabamento (Fig. 24, n.º 5). Estas armas hasteadas são muito comuns em contextos do século I a.C. como Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984 [Tafel 24, n.º 181-183]), Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1979 [pl. XVII, n.º 2]) e também em *Urso* (Sevilha) (Quesada, 2008: 15 [Fig. 5B]), Numância e Alésia onde ocorrem em contextos cesarianos (Ulbert, 1984: 105).

Provavelmente associado à passagem entre a primeira e a segunda fase de ocupação do Período Romano Republicano, surge um fragmento de provável botão terminal biconico de capacete de tipo *Buggenum* (Fig. 24, n.º 2). Este fragmento diz respeito a um capacete de ferro que encontra paralelo em um contexto sertoriano identificado em La Libisosa (Lezuza, Albacete) (Uróz Rodríguez, 2012: 301) e que se encontra datado do primeiro quartel do século I a.C.

Na camada 2B do compartimento D14 surgiu

uma ponta de dardo de ferro de cabeça perfurante piramidal maciça e com espigão de encabamento, que poderá representar um projétil de *ballista* associado à artilharia de torção (Fig. 24, n.º 4). Este tipo de arma encontra-se identificado em Cabeça de Vaia Monte (Monforte) (Pereira, 2018: 136 e Est. 19) e também no acampamento militar numantino de Renieblas (Luik, 2002: 354 [Abb. 188, n.º 182]).

Quanto aos elementos de *militaria*: dois são referentes a arreios de cavalo – um botão de arreio de liga de cobre, da Subfase IIIA, e um agrafo de rédeas de ferro, de nível da Subfase IIIB; e ainda um fragmento de eixo e placa de liga de cobre de um possível *cingulum*. Este fragmento de possível placa-dobradiça de cinturão de liga de cobre apresenta uma decoração em baixo-relevo em forma de

triângulos preenchidos por seis besantes, em tudo semelhantes àqueles que foram identificados nas placas-dobradiças identificadas em Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018: 150 [Est. 131 - n.º 1]) e ainda em uma placa proveniente do acampamento numantino de Renieblas (Luik, 2002 [Abb. 79 - C57]).

Os objetos de adorno, especialmente as fíbulas, podem contribuir para algumas afinações cronológicas. No caso de Chibanes, observa-se uma padronização latente nos modelos adotados e que se restringem exclusivamente aos tipos: anular hispânica, representada apenas por dois exemplares descontextualizados, provenientes da camada superficial; *Schüle 4h*, com quatro exemplares distribuídos equitativamente por níveis das Subfases IIIA e

IIIB (Fig. 25, n.º 1 e 2); *tipo Ponte 36*, também designado “*pseudo-La Tène II*” (Fig. 25, n.º 3), que oferece um total de cinco exemplares transversais às Subfases IIIA e IIIB; *tipo Nauheim* (Fig. 25, n.º 5), com dois exemplares, da Subfase IIIB, bem como um fragmento de *variante de Nauheim*, também designado por “*tipo Cáceres el Viejo*”, e que surgiu desprovido de contexto; e um exemplar de “*knotenfibeln*”/ *Ponte 38* também da Subfase IIIB (Fig. 25, n.º 4). A leitura cronológica que este conjunto nos permite elaborar baseia-se não só nas presenças aferidas, como também, especialmente, nas ausências que se registam,

nomeadamente através da fraca incidência das fíbulas de tipo anular hispânica associáveis a uma ocupação sidérica que poderá coincidir com a chegada dos contingentes militares romanos, bem como a inexistência de modelos associados a momentos posteriores a 60 a.C. como as fíbulas anulares romanas, *Alèsia* ou *Aucissa*.

Chibanes revela assim uma efectiva padronização dos modelos de fíbulas empregues pela sua população e que parecem demonstrar o seu carácter militar/ militarizado – com a presença das fíbulas de tipo *Nauheim* que ali aportam através dos contingentes militares, mas também com os modelos latenianos de tipo *Ponte 36a* e *Schüle 4h*.

Objectos de adorno

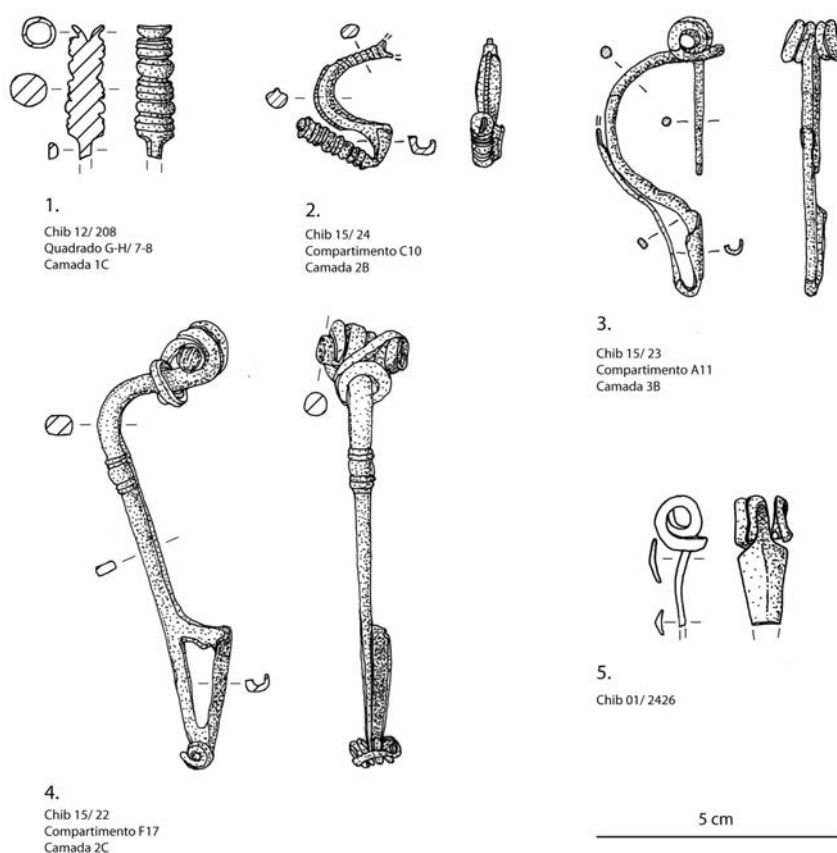


Fig. 25 - Chibanes. Objectos de adorno. 1 - Fragmento de apêndice caudal de fíbula de liga de cobre de tipo *Schüle 4h* com remate em campânula; 2. Fíbula de liga de cobre de tipo *Schüle 4h*, tipo 1 de Miguez; 3. Fíbula de liga de cobre de tipo *pseudo La Tène II*/ *Ponte 36a*; 4. Fíbula de liga de cobre de tipo *Ponte 38*; 5. Fragmento de fíbula de tipo/ variante de *Nauheim* de liga de cobre, mola de quatro espiras de corda interior ao arco de secção triangular. Desenhos de Teresa Rita Pereira.

A concentração das fíbulas de tipo *Ponte 36* em território gaulês permitiu a Michel Feugère (1985) atribuir a este território a origem deste modelo.

Em Chibanes encontramos essencialmente os modelos mais arcaicos, de corda exterior ao arco (Fig. 25, n.º 3), e que surgem contextualizados nas duas fases do Período Romano Republicano.

O modelo que sucede a este tipo de fíbulas filiformes elaboradas por forjadura caracteriza-se pelo seu arco maciço obtido “por meio da cera perdida” (Ponte, 2006: 317), cujo ombro (topo do arco) mostra uma decoração estilizada e moldurada que imita os remates decorativos de La Tène II que agora se fundem ao arco (modelos do período final de La Tène) e que permitiram a designação como “fíbulas de nó” (do alemão *knottenfibeln*). A placa de descanso oferece um perfil triangular e univariado, terminando os modelos peninsulares em um pé em botão, que não ocorre nos restantes exemplares europeus. A mola bilateral apresenta geralmente quatro a doze espiras e é de corda interior ou exterior ao arco. O exemplar de Chibanes (Fig. 25, n.º 4), bem como os exemplares de Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018: 230-233 [Est.91, n.º 11-13]) e Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984 [Taf. 8-29]) deverão corresponder a imitações dos modelos de tipo *Novo Vas* que apresentam cronologias entre 100 e 70 a.C. e uma produção associada ao nordeste da Península Itálica que assistiu a uma difusão aparentemente limitada (Pereira, 2018: 230-233). Este poderá assim tratar-se de um modelo que surge com a chegada dos contingentes militares itálicos.

Os modelos de Nauheim também se encontram bem representados neste sítio arqueológico, especialmente o tipo *Feugère 5a1*, cujo arco possui um perfil triangular liso; assiste à mesma

popularidade em Cabeça de Vaiamonte (10 exemplares – Pereira, 2018: 235 [Est.92, n.º 6-16]) e nos conjuntos do acampamento de Cáceres el Viejo (6 exemplares – Ulbert, 1984 [Taf. 7 e 8 n.º 11-13 e 23-25]) ou no acampamento numantino de Renieblas (2 exemplares – Luik, 2002 [Abb. 166, n.º 12 e 13]). Estas fíbulas de liga de cobre, de mola de quatro espiras de corda interior ao arco, apresentam uma difusão cujo epicentro parece ser a região do Languedoque (Feugère, 1985: 223), a antiga Gália Narbonense, sendo que, cronologicamente, se situam entre o último quartel do século II a.C. e meados do século I a.C. (Feugère, 1985: 225). Há ainda que referir a existência de pelo menos um exemplar que retrata uma variante local / regional deste tipo. Trata-se de uma fíbula de perfil incompleto cujo arco se apresenta profusamente decorado, com recurso a três linhas de *grènetis* idênticas às que apresenta o tipo *Feugère 5a21*.

Para além destes elementos que nos falam da chegada de Roma, outras duas sub-categorias podem ser intimamente relacionadas com o processo de conquista romana, uma vez que no panorama peninsular, tanto a baixela metálica tardo-republicana, quanto os instrumentos médico-cirúrgicos parecem ter chegado naquele momento.

No que se refere à baixela, foram identificados nove fragmentos que apontam para a presença de sítulas, coadores/raladores e *simpula* de liga de cobre. Um dos contextos onde encontramos a maior concentração destes achados diz respeito à C. 2 do Quadrado L12 (Sector IV), Subfase IIIB, de onde se exumaram: um suporte de recipiente em forma de valva de bivalve, um bordo interno de um *simpulum* de tipo indeterminado e ainda um bordo de uma concha de *simpulum* ou de um jarro bitroncocónico. Estes elementos de baixela encontram-se bem documentados em contextos

peninsulares e gauleses entre 120 e 50 a.C., encontrando paralelos por entre os conjuntos artefactuais do provável estabelecimento militar de Cabeça de Vaia Monte (Monforte) (Pereira, 2018: 304), no acampamento de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984) ou ainda no Castelo da Lousa (Mourão) (Ruivo, 2010), só para dar alguns exemplos de contextos provavelmente relacionadas com ocupações dos períodos das guerras sertorianas e cesarianas. Os instrumentos médico-cirúrgicos, apesar de não representarem uma grande variedade formal, ocorrem sob a forma de quatro sondas: duas sondas raspadeiras provavelmente utilizadas em cirurgia oftalmológica e duas sondas espatuladas (*spathomele*) que poderiam ter diversas utilizações. Todos estes instrumentos se

apresentam relacionados com as Subfases IIIA e IIIB.

Assim, e para além das categorias que de facto espelham a chegada de elementos forâneos, outras são aquelas que permanecem transversais a vários períodos e que demonstram a continuidade de adopção de alguns utilitários como por exemplo os que representam as actividades agro-florestais, de carpintaria (Fig. 27) ou piscatórias (Fig. 26).

Utilitários de pesca

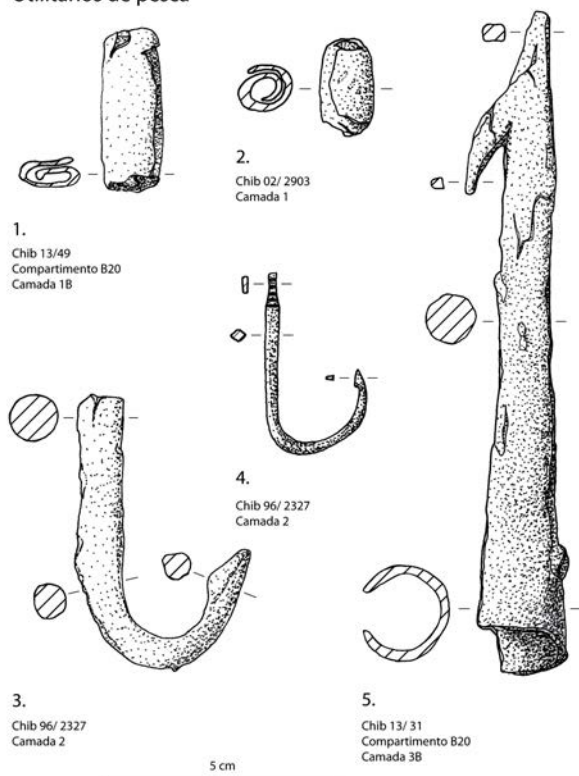


Fig. 26 - Chibanes. Utilitários de pesca. 1. Peso de rede de chumbo de perfil oblongo; 2. Peso de rede de chumbo de perfil ovóide; 3. Anzol de ferro de média dimensão e barbela triangular; 4. Anzol de liga de cobre com barbela e ranhuras para empate da linha; 5. Arpão de ferro com alvado de encabamento. Desenhos de Teresa Rita Pereira.

Utilitários de carpintaria e agro-florestais

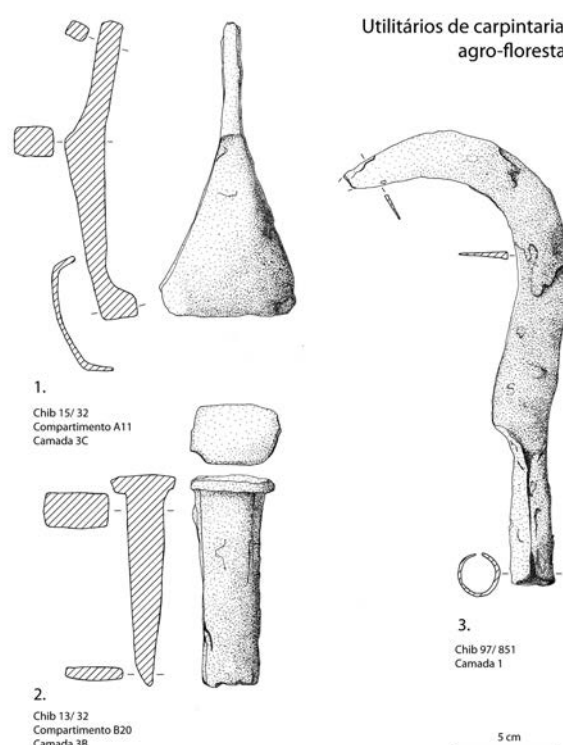


Fig. 27 - Chibanes. Utilitários agro-florestais e de carpintaria. 1. Goiva de ferro com espigão de encabamento; 2. Cunha de ferro; 3. Foice de ferro com alvado circular para encabamento. Desenhos de Teresa Rita Pereira.

Considerações Finais

As intervenções arqueológicas realizadas pelo MAEDS no Castro de Chibanes, entre 2012 e 2017, permitem salientar os seguintes aspectos:

- (1) A ocupação humana de Chibanes, como já havia sido assinalado nas anteriores

campanhas e agora foi amplamente confirmado, reparte-se por três grandes fases: a do Calcolítico-Bronze inicial (Fase I); a da Idade do Ferro (Fase II); a do Período Romano Republicano (Fase III).

- (2) Identificou-se uma nova muralha do III milénio a.C. (M. IX) pela descoberta, no *Locus* T16, de um troço provido de contraforte. Desta muralha partiria, para sul, a M. V, da qual arrancaria, para oeste, a M. IV que acabaria por inflectir também para sul e que distaria da agora exumada cerca de 5m. Assim, a extremidade ocidental do povoado calcolítico seria defendida por, pelo menos, três linhas de muralhas.
- (3) A ocupação sidérica, revelou, uma vez mais, organizar-se espacialmente através de compartimentos de planta rectangular, contíguos, construídos a partir e ao longo da M. III de contorno arciforme, com muros formados, na base, por blocos de calcarenito ligados por argila, e, na parte superior, provavelmente, por adobes e/ou taipa; a cobertura seria de natureza vegetal talvez associada a argila; os pisos, de argila batida, integravam lajes de calcarenito dispersas, bem como lareiras de dois tipos, constituídas por fragmentos de cerâmica dispostos horizontalmente e cobertos por nível de argila com acção de fogo (as mais frequentes); delimitadas por pequenos esteios de calcarenito. Esta ocupação da II Idade do Ferro tardia poderá ser atribuída ao século III a.C..

A par de uma componente de raiz mediterrânea surgem alguns elementos cerâmicos indicativos de influências celtizantes, como a cerâmica estampilhada, oferecendo similitudes com a de Miróbriga (Soares e Tavares da Silva, 1979).

- (4) De acordo com a cronotipologia dos materiais já estudados, de que destacamos a cerâmica de verniz negro itálico, a fase de ocupação romano-republicana é datável dos finais do século II e da 1ª metade do século I a.C. Durante este período, que se divide em duas subfases, são edificados dois tipos de arquitectura. Um é caracterizado por compartimentos de planta rectangular, com funções aparentemente habitacionais; eram contíguos e construídos a partir da “Muralha” II – um muro que delimitava a área residencial, seguindo o cume das encostas norte e noroeste. Estes compartimentos, que integravam o povoado propriamente dito, possuíam os muros, a cobertura, os pisos e as lareiras como os da ocupação da Idade do Ferro. Nota-se, porém, uma inovação em relação às habitações desta fase até agora escavadas: as da ocupação do Período Romano Republicano possuem, muito frequentemente, poiais adossados às paredes.

O outro tipo de arquitectura é de carácter nitidamente militar. Mostra uma técnica construtiva mais regular do que a do povoado propriamente dito; consiste em um recinto muralhado de planta subtrapezoidal e muralhas rectilíneas, que se adossou à extremidade poente do povoado e é guarnecido por duas torres rectangulares que defendiam a entrada aberta ao acesso pela crista da Serra do Louro. A data de fundação desta fortificação parece ser coincidente com a da área residencial, visto a baliza cronológica superior da cerâmica de verniz negro itálico recolhida na lixeira dessa fortificação (*Locus* LI2) ser idêntica à da área residencial, ou seja, situar-se nos finais do século II a.C.

- (5) A ocupação da fase romano-republicana divide-se em duas subfases. Na subfase mais antiga (IIIA), são construídos grandes

compartimentos ou edifícios contíguos, ao longo da M. II. Pouco segmentados, ofereciam uma ou mais lareiras. Na subfase mais recente (IIIB), parece assistir-se ao abandono da função militar do Fortim Ocidental, que é então segmentado em diversos compartimentos providos de lareiras e, por vezes, de poiais; os níveis de lixeira (*Locus* LI2) que lhes correspondem são muito ricos em subprodutos de actividades domésticas e o estudo arqueofaunístico revelou para esta subfase uma maior estabilidade relativamente à precedente, com maior incidência de criação de gado bovino (Detry, Tavares da Silva e Soares, 2017). Por outro lado, os edifícios da área habitacional são igualmente segmentados em vários compartimentos que, contudo, apresentam as mesmas características construtivas (muros, pavimentos, lareiras, poiais, cobertura) da subfase anterior.

- (6) Devemos salientar o facto de o que designámos por “Muralha” II, construída na Subfase IIIA, não passar de um simples muro que possuía apenas a função de delimitar o povoado e não de o defender, ao contrário do que sucedera quer no Calcolítico quer na II Idade do Ferro, em que foram construídas verdadeiras muralhas destinadas a defender as encostas norte e noroeste, as de mais fácil acesso.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; ALARCÃO, Adília; PONTE, Salette da (1979). *Fouilles de Conimbriga VII: Trouvailles diverses. Conclusions générales*. Paris: Mission Archéologique Française au Portugal/ Museu Monográfico de Conimbriga.
- ÁLVAREZ ARZA, Ramón; CUBERO ARGENTE, Manuel (1999). Los Pila de lo poblado ibérico de Castellruf. *Gladius* (Madrid), 19, pp. 121-142.
- BÉMONT, Colette; LAHANIER, Christian (1985). Lampes tardo-républicaines á Glanum: essai de détermination typologique et physico-chimique. *RANarb - Revue archéologique de Narbonnaise*, 18, pp. 221-261.
- BISHOP, Michael C.; COULSTON, John C. N. (1993). *Roman Military Equipment. From the Punic Wars to the Fall of Rome*. Londres.
- CARREIRA, Júlio M. Roque (1998). A Ocupação da Pré-história Recente do Alto de Chibanes (Palmela), Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM* (Lisboa), 3-4, pp. 123-213.
- CIBECCHINI, Franca; PRINCIPAL, Jordi (2004). Perchisuona la campana B? In Eric de Sena; Hélène Descals (coords.) *Archaeological Methods and Approaches: Ancient Industry and Commerce in Italy* (Rome, April 18-20, 2002). Oxford: British Archaeological Reports (BAR international series 1262), pp. 159-172.
- CLEMENTE CONTE, Ignacio; MAZZUCCO, Niccolò; SOARES, Joaquina (2014). Instrumentos para siega y procesado de plantas desde el Calcolítico al Bronce antiguo de Chibanes (Palmela, Portugal). *Trabajos de Prehistoria* (Madrid), 71:2, pp. 330-342.
- COELHO, Manuela Dias (2014). A fauna malacológica da ocupação calcolítica do Castro de Chibanes. *Setúbal Arqueológica* (MAEDS), 15, pp. 181-200.
- COSTA, António Inácio Marques da (1908). Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idade Eo-metallica (ou do cobre ou bronze primitivos). *O Archeologo Português*, 13:7-12, pp. 270-283.
- COSTA, António Inácio Marques da (1910). Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes. *O Archeologo Português*, 15, pp. 55-83.
- DETRY, Cleia; TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (2017). Estudo zooarqueológico da ocupação romano-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20, pp. 113-127.
- FARIA, António Marques de (1992). Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca* (Aljustrel), 1, pp. 39-48.
- FEUGÈRE, Michel (1985). Les fibules en Gaule Méridionale, de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C. *Revue Archeologique de Narbonnaise (Supplément 12)*. Paris: Éditions C.N.R.S.
- LUIK, Martin (2002). *Die Funde aus den Römischen Lagern um Numantia in Römisch-Germanischen Zentralmuseum. Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Mainz. Alt.31.
- PAVOLINI, Carlo (1994). Lucerne italiche tardo-repubblicane. In T. Hackens (coord.) *Ancient and traditional ceramics*. Rixensart. (Pact, 40), pp. 77-88.
- PEDRONI, Luigi (1986-1990). *Ceramica a vernice nera de Cales*. Napoli. 1-2.
- PEDRONI, Luigi (2001). *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*. Napoli: Petruzzzi.
- PEREIRA, Teresa Rita (2018). *O papel do exército no processo de romanização. A Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, Vera; SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (2017). Understanding the First Chalcolitic Communities of Estremadura: Zooarchaeology of Castro de Chibanes, Portugal. Preliminary Results. *Papers from the Institute of Archaeology*, 27:1, pp. 1-11.
- PONTE, Salette da (2006). *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-históricas e Romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.
- PUYA GARCIA DE LEANIZ, Miguel (1991). Lucernas del Museo Arqueológico de Sevilla: A. Lucernas Tardo-Republicanas. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte*

y *Arqueología* (BSAA, 57). Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 215-239.

QUESADA SANZ, Fernando (1997). *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac: Éditions Mônica Mergoil.

PONTE, Fernando (2008). Armamento romano e ibérico em Urso (Osuna): testimonio de uma época. *Cuadernos de los amigos de los Museos de Osuna*. Sevilla: Padilla Libros (10), pp. 13-19.

RIBEIRO, Orlando (1937). Arrábida. Esboço geográfico. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 4:1-2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 51-131.

RICCI, Marina (1973). Per una cronologia delle lucerne tardo-repubblicane. *Rivista di Studi Liguri*, 39, pp. 168-234.

ROMERO CARNICERO, Maria Victoria (1990). Lucernas republicanas de Numancia y sus campamentos. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* (BSAA, 56). Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 257-296.

RUIVO, José (2010). Capítulo 7.9 “Espólio metálico”. In Jorge de Alarcão; Pedro C. Carvalho; Ana Gonçalves (coord.) *Castelo da Lousa - Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. (Studia Lusitana, 5). Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, pp. 481-517.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (1979). Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica* (MAEDS), 5, pp. 159-184.

TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1997). Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais* (6) Lisboa: Instituto Oriental, pp. 33-66.

TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (2012). Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a.C.. In Isabel Fernandes; Michelle Santos *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Inter-estuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela, pp. 67-87.

TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (2014). O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio AC na Estremadura. *Setúbal Arqueológica* (MAEDS), 15, pp. 105-172.

TERESO, João Pedro (2014). Vestígios arqueobotânicos do III milénio cal BC de Chibanes (Palmela, Setúbal). *Actas do II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa*. Setúbal: MAEDS (*Setúbal Arqueológica*, 15), pp. 173-180.

ULBERT, Gunter (1984). Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionnläger in Spanisch-Extremadura. *Madridrer Beiträge* (11). Mainz am Rhein.

URÓZ RODRÍGUEZ, Héctor (2012). *Prácticas rituales, iconografía vascular y cultura material en Libisosa (Lezuza, Albacete)*. *Nuevas aportaciones al Ibérico Final de Sudeste*. Alicante: Universidade de Alicante.

